

299

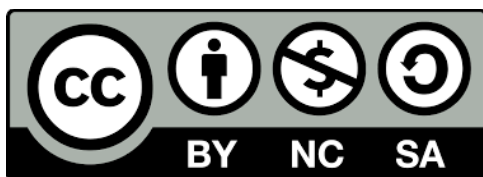
UNIVERSIDADE
AbERTA
PORTUGAL UNIVERSIDADE PÚBLICA
DE ENGANHO A DISTÂNCIA
www.uab.pt
EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO



SOCIOLOGIA URBANA

ANA PAULA BEJA HORTA
Coordenadora

ISBN: 978-972-674-676-8



Ana Paula Beja Horta

Coordenadora

SOCIOLOGIA URBANA

Universidade Aberta

2007

© Universidade Aberta

Capa de: *Pedro Corte-Real*.

Arranjo gráfico de Esperança Marques.

Copyright © **UNIVERSIDADE ABERTA** — 2007
Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1269-001 Lisboa – Portugal
www.uab.pt
e-mail: cvendas@uab.pt

TEXTOS DE BASE (cursos formais) N.º 299

ISBN: 978-972-674-676-8



ANA PAULA BEJA HORTA

Licenciada e Mestre em Antropologia e Doutorada em Sociologia pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Simon Fraser University, no Canadá, é Professora Auxiliar com Nomeação Definitiva na Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e Políticas. Desde 1993 é investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, da mesma instituição, onde coordena a linha de investigação Migrações e Espaços Urbanos. Desempenha presentemente funções de Coordenadora Científica do Mestrado em Relações Interculturais, Departamento de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Aberta. As principais áreas de pesquisa a que se tem dedicado incluem políticas urbanas e migrações, cidadania e participação cívica migrante e políticas de imigração e governação local. Publicou diversos artigos e capítulos de livros em Portugal e no estrangeiro, sendo de destacar a obra *Contested Citizenship: Immigration Politics and Migrants' Grassroot Organizing in Post-Colonial Portuguese Society*. New York: Centre for Migration Studies/CEMRI. Como coordenadora ou como membro de equipa de investigação participou em vários projectos de pesquisa e estudos, nomeadamente *Relatório de Diagnóstico – Síntese de Caracterização do Bairro do Alto da Cova da Moura. Iniciativa Bairros Críticos*. (2006); *Estudo de Caracterização da Imigração no Concelho de Cascais* (2005); *Multicultural Democracy in European Cities: Political Integration, Communities and Local Government*. Universidade de Amesterdão, Instituto de Estudos das Migrações e Étnicos – IMES (2004-presente); *Políticas Migratórias no Reino Unido em Portugal*. 2004. CRUP/Ações Integradas Luso-Britânicas (2004-2006).

Sociologia Urbana

17 **Agradecimentos**

1. Introdução

21 **Sumário**

23 **Resumo**

23 **Objectivos do Capítulo**

25 **Sociologia Urbana – Âmbito Disciplinar**

26 *A Sociologia Urbana como Cruzamento de Saberes*

28 *Re-Imaginar a Cidade: Novas Perspectivas*

29 **Introdução ao Manual**

31 *Estrutura do Manual*

34 **Plano de Estudo**

35 *Recomendações para a Auto-Aprendizagem*

35 *Notas para uma Leitura Crítica*

37 **Perspectivas e Conceitos-Chave**

37 **Actividades Propostas**

38 **Leituras Complementares**

39 **Ligações à Internet**

2. As Origens e o Desenvolvimento das Cidades

43 **Sumário**

45 **Resumo**

45 **Objectivos do Capítulo**

47 **As Origens das Cidades**

49 *Jericó*

51 *Çatal Hüyük*

53 **As Cidades da Antiguidade – Cidades-Estado e Impérios**

53 *Ur*

57	<i>Atenas e Roma</i>
60	<i>As Cidades da Antiguidade – Reflexões Críticas</i>
63	As Cidades Medievais e Renascentistas
71	O Capitalismo e a Cidade Industrial
73	<i>O Crescimento da População Urbana na Europa (Séculos XVIII-XX)</i>
74	<i>Manchester no centro do Capitalismo Industrial – Estudo de Caso</i>
79	Perspectivas e Conceitos-Chave
79	Actividades Propostas
81	Leituras Complementares
82	Ligações à Internet

3. Sociologia Urbana: Tradições Clássicas

85	Sumário
87	Resumo
87	Objectivos do Capítulo
89	A Tradição Europeia
89	<i>Karl Marx e Friedrich Engels: As Teorias do Conflito e a Cidade</i>
92	<i>Ferdinand Tönnies: Entre a Comunidade (Gemeinschaft) e a Sociedade (Gesellschaft)</i>
93	<i>Émile Durkheim: Solidariedade Mecânica e Orgânica</i>
96	<i>Max Weber: Perspectiva Histórica e Comparativa das Cidades</i>
97	<i>Georg Simmel : A Metrópole e a Experiência da Modernidade</i>
107	A Tradição Americana: 1915-1938
107	<i>Robert Park e a Escola de Chicago de Sociologia Urbana</i>
111	<i>Ernest Burgess: O Modelo de Zonas Concêntricas</i>
114	<i>O Debate sobre a Ecologia Humana</i>
118	<i>Louis Wirth e a Problemática do Urbanismo</i>
127	<i>A Escola de Chicago – Breves Considerações Finais</i>

129	Perspectivas e Conceitos-Chave
130	Actividades Propostas
131	Leituras Complementares
132	Ligações à Internet

4. Sociologia Urbana Contemporânea

135	Sumário
137	Resumo
137	Objectivos do Capítulo
139	A Sociologia Urbana no Período Pós-Guerra
141	A “Nova Sociologia Urbana”
146	A Economia Política Urbana
148	<i>Henry Lefebvre: Marxismo e a Produção Social do Espaço</i>
148	Os Circuitos do Capital
149	A Produção Social do Espaço
151	O Papel do Estado na Regulação Espacial
152	<i>A Acumulação de Capital e Urbanização: David Harvey e Allen Scott</i>
158	<i>As Cidades como “Máquinas para o Desenvolvimento”</i>
160	<i>Manuel Castells: Consumo Colectivo e Gestão Urbana</i>
162	A Economia Global
163	Globalização e Espaços Urbanos
164	<i>A Cidade Mundial</i>
164	<i>A Cidade Global</i>
167	<i>A Cidade Informacional</i>
175	Perspectivas e Conceitos-Chave
176	Actividades Propostas
177	Leituras Complementares
178	Ligações à Internet

5. Metr6poles, Dinâmicas Econ6micas e Reconfiguraç3o Espacial

181	Sumário
183	Resumo
183	Objectivos do Capítulo
185	Contornos da Transformaç3o da Economia Urbana e do seu Quadro de Regulaç3o: do Regime de Acumulaç3o Fordista ao Regime de Acumulaç3o Flexível
191	O Urbanismo e as Dinâmicas Urbanas
191	<i>O Período Fordista: Cidades, Subúrbios e Planeamento</i>
197	<i>Planeamento Urbano e Cidades no Contexto Pós-Fordista</i>
203	As Novas Formas Urbanas e o seu Significado
204	<i>Fragmentaç3o Espacial e Totalizaç3o: Processos e Características</i>
207	<i>Novas Formaç3es Espaciais: Centros Hist6ricos Reabilitados, Condomínios, Velhos Enclaves e Novos Subúrbios</i>
215	Perspectivas e Conceitos-Chave
215	Actividades Propostas
217	Leituras Complementares
217	Ligaç3es à Internet

6. A Urbanizaç3o nas Regiões Desenvolvidas e nas Regiões em Desenvolvimento

221	Sumário
223	Resumo
223	Objectivos do Capítulo
225	O Planeta Urbano
227	Urbanismo Local, Urbanismo Global, Urbanismo Transnacional
234	Mapeando por Questões e Regiões
234	<i>Cidades e Desenvolvimento: As Principais Questões</i>

243	<i>Cidades e Desenvolvimento: As Principais Regiões</i>
243	O Norte/Regiões Mais Desenvolvidas e o Sul/Regiões Menos Desenvolvidas
264	Da Modernização à Globalização: A Transição Urbana no Norte e no Sul
264	<i>Paradigmas Sócio-Culturais e Eixos Espaço-Temporais</i>
270	<i>Paradigmas Sócio-Espaciais, Regimes Representacionais e Estruturas Antropológicas Urbanas</i>
276	Perspectivas e Conceitos-Chave
276	Actividades Propostas
278	Leituras Complementares
281	Ligações à Internet

7. Portugal. Território e Urbanidade

285	Sumário
287	Resumo
287	Objectivos do Capítulo
289	Apresentação e Enquadramento
290	Urbanização Litoralizada e Desertificação Interiorizada
291	<i>Migrações e Polarizações</i>
293	<i>Bipolarização Territorial e Recomposição Sócio-Produtiva</i>
296	<i>Assimetrias e Desigualdades da Mobilidade Espacial</i>
299	Assimetrias Espaciais, Mudanças Sociais e Projectos Políticos
300	<i>Experimentalismo Político e Urbano</i>
303	<i>Vilas Urbanas, Cidades Médias e Cidades Metropolitanas</i>
309	<i>As Metrópoles de Lisboa e do Porto</i>
313	Perspectivas e Conceitos-Chave
314	Actividades Propostas
316	Leituras Complementares
319	Ligações à Internet

8. Cidades, Sociedade e Cultura

323	Sumário
325	Resumo
327	Objectivos do Capítulo
327	Organização Social e Espacial Urbana – Novas Configurações
331	A Cidade Dividida
333	<i>Segregação Étnica e Organização Espacial</i>
333	Modelo de Estatuto Social
334	Modelo do Estatuto Étnico
346	Medir a Segregação
351	A Cidade Fortaleza
351	<i>A Ecologia do Medo e a Cidade Carceral</i>
353	<i>Segregação Espacial e a Erosão da Democracia</i>
358	A Cidade e o Género
358	<i>As Mulheres e o Direito à Cidade</i>
361	<i>Gestão Urbana e Género</i>
363	Culturas Urbanas e Modernidade
364	<i>Walter Benjamin – A Experiência e a Interpretação da Cidade Moderna</i>
369	<i>Cidades, Cultura e Património</i>
373	Cidades e a Condição Pós-Moderna
374	<i>Novos Imaginários Urbanos e Arquitectura</i>
375	<i>A Re-Significação do Tempo e do Espaço</i>
376	Espaços Públicos e Urbanidade
376	<i>A Condição Pública da Cidade</i>
383	<i>O Espaço Público da Cidade e Estética</i>
386	Perspectivas e Conceitos-Chave
387	Actividades Propostas
388	Leituras Complementares
390	Ligações à Internet

9. Espaços Urbanos, Cidadania e Políticas Urbanas

395	Sumário
397	Resumo
397	Objectivos do Capítulo
399	Cidades e Cidadania
401	<i>A Evolução dos Direitos de Cidadania</i>
404	Globalização, Território e Cidadania
404	<i>Globalização e os Novos Direitos dos Cidadãos</i>
408	<i>Globalização e o Desafio Político para as Cidades</i>
411	<i>A Cidade Multicultural – De Quem é a Cidade?</i>
415	Movimentos Sociais Urbanos
415	<i>Os Novos Movimentos Sociais e Redes Organizativas Locais/Globais</i>
428	<i>Os Movimentos Sociais Urbanos – Evolução e Mudanças</i>
434	Políticas Urbanas e Planeamento
434	<i>O Estado-Providência e as Políticas Urbanas na Era Fordista</i>
437	<i>Governo da Cidade na Era Pós-Fordista</i>
447	<i>Planeamento e Políticas Urbanas</i>
450	A Cidade por Vir e as Novas Perspectivas da Sociologia Urbana
457	Perspectivas e Conceitos-Chave
458	Actividades Propostas
459	Leituras Complementares
460	Ligações à Internet
465	Bibliografia Geral

Índice de Quadros

73	2.1	Crescimento das Cidades Europeias, 1700 a 1998
200	5.1	As Políticas do Território e a Intervenção Planeada na Cidade
230	6.1	A hierarquia das cidades-mundo segundo Friedmann, 1986
231	6.2	Categorias de Cidades-Mundo
231	6.3	O Arquipélago Urbano
244	6.4	Dimensão, Crescimento e Esperança de Vida da População Total por Regiões
244	6.5	Dimensão e Crescimento da População Urbana
245	6.6	Número de Grandes cidades e Mega-Cidades
246	6.7	Processos Urbanos nos Estados Unidos e na Europa
261	6.8	Processos Urbanos em África
262	6.9	Cidades de 1 Milhão ou + de Habitantes (excluindo as mega-cidades)
263	6.10	Dimensão das Mega-cidades (10 milhões ou + de habitantes) por Regiões (milhares de habitantes)
265	6.11	Paradigmas, Regimes Representacionais: Antropologia Urbana – Conceitos
270	6.12	Urbanização e Metropolização
272	6.13	Narrativas Possíveis e Cronotopos Identificáveis

Índice de Figuras

51	2.1	Desenho esquemático de Çatal Hüyük. (Fonte: North Park University Library Collections. Chicago)
54	2.2	Reconstrução da cidade-estado de Ur (Fonte: Taisei Corporation)
55	2.3	Zigurate de Ur 2100 a. C. (Fonte: University of Haifa, Library Collections)
70	2.4	Lisboa na época de Fernão Lopes, século XV (Fonte: Coleção Literatura Medieval Portuguesa, slide 2.4, Universidade Aberta)
75	2.5	Fábricas de algodão na Union Street, Manchester, 1860. (Fonte: Manchester City Council Library)

-
- 77 2.6 **Portugal Street, Ancoats** (Fonte: Manchester City Council Library)
- 77 2.7 **Withy Grove, 1895** ((Fonte: Manchester City Council Library)
- 100 3.1 **Berlin, 1927. Indiferença e distanciamento social na grande cidade.**
(Fonte: Filme, *Berlin. Symphony of a Great City*)
- 108 3.2 **A cidade de Chicago (State & Madison Streets) 1926.** (Fonte: Chicago Daily News, Inc. Chicago Historical Society)
- 110 3.3 **Condições de habitação no gueto, Chicago 1900** (Fonte: “Ethnic Slums and Black Ghettos in Chicago”, www.stu.cofc.edu)
- 110 3.4 **Chicago, 1919. Guardas interrogando um afro-Americano durante as revoltas raciais que tiveram lugar em Chicago nos finais de Julho de 1919.** (Fonte: Chicago Historical Society ICHi-25571)
- 113 3.5 **Modelo de Zonas Concêntricas** (Fonte: Warde e Savage, 2002)
- 157 4.1 **Fábrica abandonada na década de oitenta de 1900, na sequência do processo de desindustrialização, Sheffield, Reino Unido.** (Fonte: Ana Paula Beja Horta, 2004)
- 157 4.2 **Maquiladoras em el Salvador** (Fonte: www.redpuentes.org)
- 158 4.3 **Maquiladoras na fronteira do México com os Estados Unidos da América** (Fonte: www.uwec.edu.)
- 165 4.4 **Vista da cidade de Tóquio** (Fonte: www.uwec.edu.)
- 166 4.5 **Vista da cidade de Nova Iorque** (Fonte: Christopher Parsons)
- 198 5.1a) **Parque das Nações , em Lisboa** (Fonte: Jorge Malheiros)
- 199 5.1b) **Museu Guggenheim, Bilbao** (Fonte: Jorge Malheiros)
- 205 5.2 **Novos empreendimentos nas áreas limites da cidade de Lisboa – Olivais.** (Fonte: Jorge Malheiros)
- 207 5.3 **Tagus Park (Porto Salvo, Oeiras)** (Fonte: www.taguspark.pt)
- 208 5.4 **Reabilitação de edifícios antigos, Junqueira, Lisboa** (Fonte: Jorge Malheiros)
- 209 5.5 **Bairro Alto, Lisboa** (Fonte: Jorge Malheiros)
- 210 5.6 a) e b) **Lumiar, Lisboa** (Fonte: Jorge Malheiros)
- 212 5.7 **Chelas, Lisboa** (Fonte: Jorge Malheiros)
- 213 5.8 **Telheiras, Lisboa** (Fonte: Jorge Malheiros)
- 228 6.1 **“Todos no mesmo barco?”** (Fonte: Drakakis-Smith, 2002: 4)

229	6.2	Norte e Sul” (Fonte: Drakakis-Smith, 2002:5)
268	6.3	A Cidade em Descolonização/Estatização/Regionalização – África (Fonte: Paulo Castro Seixas)
268	6.4	A Cidade em Globalização – Estados Unidos e Europa. (Fonte: Paulo Castro Seixas)
337	8.1	South Bronx na década de oitenta de 1900. (Fonte: Macionis e Parrillo, 2001)
372	8.2	Time Square, Nova Iorque, 2005. (Fonte: Estevão Horta)
377	8.3	Um Domingo na Plaza Monasteraki, Atenas. 2004. (Fonte: Ana Paula Beja Horta)
377	8.4	Celebração do trigésimo aniversário do 25 de Abril, Lisboa, 2004 (Fonte: Ana Paula Beja Horta)
383	8.5	Graffiti no Bronx, 2004 (Fonte: Estêvão Horta)
385	8.6	“Estrangeiros para a Rua” (Fonte: C. Schlingensief. 2000)
421	9.1	Manifestação no Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2003. (Fonte: Fórum Social Mundial, Histórico)
452	9.2	Manifestação pelos direitos dos imigrantes, celebrações do trigésimo aniversário do 25 de Abril. Avenida da Liberdade, Lisboa, 2004. (Fonte: Ana Paula Beja Horta)
453	9.3	Manifestação de protesto em Nova Iorque contra o ataque americano ao Iraque, 2003 (Fonte: Estevão Horta)

Índice de Caixas

58	2.1	Aristóteles – Política
64	2.1	Cidades Europeias após a Queda do Império do Ocidente
67	2.3	As Cidades da Idade Média
91	3.1	Cidade Industrial, Conflito e Crítica Social
95	3.2	Modernidade e Urbanismo
100	3.3	Georg Simmel, <i>A Metrópole e a Vida do Espírito</i>
115	3.4	O Legado da Escola de Chicago

120	3.5	Louis Wirth e a Teoria do Urbanismo
143	4.1	Manuel Castells e o Objecto de Investigação da Sociologia Urbana
170	4.2	A Teoria do Espaço de Fluxos
192	5.1	Pilares do Planeamento Modernista
194	5.2	Etapas das Políticas de Renovação Urbana
195	5.3	O Exemplo de Roterdão – Notas Breves
240	6.1	Consequências da Globalização sobre a Cultura, a Economia, a Sociedade, as Instituições, o Espaço e a Demografia das Cidades
247	6.2	América do Norte
250	6.3	Europa Ocidental
252	6.4	América Latina e Caraíbas
255	6.5	Ásia e Pacífico
257	6.6	África
339	8.1	Poder e Ideologias sobre o Espaço: Da ilegalidade à guetização do Bairro do Alto da Cova da Moura
347	8.2	Índices de Segregação e Dissimilaridade
354	8.3	Cidades de Muros
366	8.4	Hausmann ou as Barricadas
367	8.5	Baudelaire ou as Ruas de Paris
385	8.6	“O Espaço Público é a Cidade”
406	9.1	Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
423	9.2	Redes Organizativas Locais e a Gestão da Cultura e da Cidadania – Oludum
426	9.3	Redes Organizativas Locais e Participação Cidadã – Viva Rio
429	9.4	Manuel Castells e os Movimentos Sociais Urbanos
443	9.5	El III Plan Estratégico Económico Y Social de Barcelona (en la perspectiva 1999-2005)

Índice de Mapas

305	7.1	Sistema Urbano – Visão de Síntese
-----	-----	--

Página intencionalmente em branco

AGRADECIMENTOS

O presente Manual não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de um conjunto de pessoas que me acompanharam ao longo da execução deste projecto, a quem, por isso, gostava de expressar aqui o meu agradecimento. De entre aqueles que contribuíram directamente para a elaboração deste livro, estou particularmente grata ao Professor Vitor Matias Ferreira que gentilmente aceitou o meu convite para nele colaborar, sendo o Capítulo VII da sua autoria. Além do apoio incondicional prestado ao longo da execução deste manual, os seus comentários aos vários capítulos e o seu estímulo e saber foram valiosos para a concretização deste trabalho. Ao meu colega Professor Jorge Malheiros, autor do Capítulo V, um muito obrigado pela sua colaboração e pelo seu generoso convite para integrar o projecto internacional *Metropolis*, que potenciou o enriquecimento de saberes sobre as questões urbanas e a colaboração científica com vários investigadores internacionais ao longo dos últimos seis anos. Ao colega Professor Paulo Seixas, autor do Capítulo VI, a minha gratidão pela sua contribuição e empenho. A coordenação geral do trabalho e a redacção dos restantes capítulos são da minha autoria e resultam, em grande medida, dos conhecimentos veiculados na vastíssima bibliografia sobre o fenómeno urbano, assim como da minha actividade de investigação e de docência no Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Aberta.

Agradeço, ainda, de uma forma muito particular aos meus colegas historiadores, Professores José das Candeias Sales e Adelaide Costa, do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Aberta, pelos seus inúmeros contributos e informações que foram de grande importância para desenvolver e, por vezes, rectificar algumas das minhas considerações, assim como pela sua preciosa ajuda na revisão laboriosa dos capítulos da minha autoria.

Gostaria também de expressar a minha gratidão aos meus colegas Professores José Ribeiro, Maria Beatriz Rocha-Trindade, Hermano Carmo e Teresa Joaquim, pela confiança depositada em mim e pelo seu apoio e colaboração.

Na fase de preparação e redacção do livro tive, ainda, a oportunidade de discutir com vários colegas e amigos que me forneceram informação valiosa e que partilharam comigo o seu saber e experiência acumulada ao longo de muitos anos de investigação e de docência. Desejo, pois, agradecer em particular à Professora Marilyn Gates, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Simon Fraser University, Canadá, ao Professor Paul White, do Departamento de Geografia da Universidade de Sheffield, Reino Unido, à Professora Lila Leontidou, da Hellenic Open University, de Atenas, e aos colegas e estudantes cujas ideias e comentários influenciaram o meu entendimento e a minha interpretação do urbano e da urbanidade. A todos o meu sincero agradecimento.

Desejo ainda expressar a minha sentida gratidão à Dra. Carolina Vilhena da Cunha pela inestimável colaboração prestada na organização bibliográfica e pelo apoio amigo e estímulo dados nas diferentes fases da elaboração desta obra. Finalmente, o meu agradecimento ao Sector de Produtos Scripto da Universidade Aberta pelo seu empenho no sempre complicado processo de publicação.

Página intencionalmente em branco

1. Introdução

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

1. Introdução

Resumo

Objectivos do Capítulo

1.1 Sociologia Urbana – Âmbito Disciplinar

1.1.1 A Sociologia Urbana como Cruzamento de Saberes

1.1.2 Re-Imaginar a Cidade: Novas Interpretações

1.2 Introdução ao Manual

1.2.1 Estrutura do Manual

1.3 Plano de Estudo

1.3.1 Recomendações para a Auto-Aprendizagem

1.3.1.1 Notas para uma Leitura Crítica

Perspectivas e Conceitos-Chave

Actividades Propostas

Leituras Complementares

Ligações à Internet

Página intencionalmente em branco

Resumo

O presente capítulo define e problematiza o âmbito disciplinar da Sociologia Urbana, salientando a multiplicidade paradigmática e a dimensão inter e transdisciplinar que tem caracterizado a evolução deste campo de pesquisa ao longo dos tempos. Num primeiro momento, e a título exemplificativo do vigor das dinâmicas analíticas da sociologia urbana, são referidas algumas das principais linhas interpretativas e vertentes de pesquisa sociológica sobre a cidade contemporânea. Num segundo momento, são apresentados os critérios que motivaram a elaboração do Manual assim como a sua estrutura. Por último, é traçado um plano de estudos do qual consta um conjunto de informações e de orientações pedagógicas que pretende elucidar e apoiar o/a estudante no processo de auto-aprendizagem.

Objectivos do Capítulo

No final deste capítulo o/a estudante deverá estar apto a:

- Identificar o âmbito disciplinar da sociologia urbana.
- Reconhecer as relações que a sociologia urbana estabelece com outras áreas disciplinares.
- Indicar as novas interpretações emergentes no seio da sociologia urbana contemporânea.
- Identificar os critérios subjacentes à elaboração do Manual.
- Explicitar a organização do Manual.
- Compreender as recomendações apresentadas no plano de estudos.

Página intencionalmente em branco

1.1 Sociologia Urbana – Âmbito Disciplinar

O campo de pesquisa sobre a cidade tem sido ao longo de quase dois séculos tecido a partir de múltiplas correntes paradigmáticas e quadros interpretativos que têm extravazado uma abordagem disciplinar unívoca. As contribuições de sociólogos, antropólogos, geógrafos, economistas, historiadores, filósofos, arquitectos, urbanistas, escritores, poetas e teóricos sociais em geral têm sido decisivas para um cruzamento transdisciplinar de saberes e para o desenvolvimento de novas teorizações sobre o universo da sociedade urbana. Por um lado, esta multiplicidade de perspectivas e a crescente permeabilidade entre fronteiras disciplinares na produção de narrativas urbanas são reveladoras da emergência da cidade como “locus” privilegiado de análise. Por outro lado, a diversidade de abordagens aponta para a complexidade de uma área de estudo de múltiplos contornos, discursos e imagens que se entrecruzam num diálogo crítico e reflexivo sobre a realidade urbana.

Contudo, para o/a estudante que embarca num projecto de estudo e de investigação sobre as problemáticas da cidade torna-se importante delinear, tanto quanto possível, o objecto de estudo e os conteúdos da disciplina.

Começaremos, assim, por propor como ponto de partida uma concepção de sociologia urbana como uma área disciplinar que visa o estudo da cidade nas suas dimensões sociais. Os padrões de comportamento da população urbana, as relações entre populações urbanas e rurais, a emergência de grupos sociais, movimentos, organizações, instituições, e as interacções entre estes diferentes actores sociais constituem objectos de estudos centrais à disciplina (Mela, 1999). Tal como Mela argumenta esta tentativa em definir o âmbito da disciplina, embora a sua pertinência, não deixa de ser parcial e incompleta. Será que presentemente faz sentido conceber o mundo urbano como oposto ao mundo rural? Como explicar os processos de interpenetração do rural no urbano e vice-versa? Quanto à noção de cidade como um sistema social como é que o “sistema-cidade” se constitui e se diferencia de outros sistemas? Ou até que ponto a cidade se apresenta como um sub-sistema de um macrosistema mais vasto, como é o caso da economia e da política? Para o autor, a sociologia urbana trata de uma realidade multifacetada, constituindo um *sistema social global* que se imbrica e intersecta com os paradigmas e temas de interesse da tradição sociológica e das ciências sociais em geral. A sua especificidade funda-se essencialmente na análise de fenómenos sociais que emergem numa dimensão espaço-temporal particular, a da cidade e a do mundo urbano. É evidente que a modernidade não se reduz ao universo urbano, contudo o papel das cidades é fundamental para compreender as novas dinâmicas das sociedades contemporâneas.

Não obstante a dificuldade em definir o que é o urbano e em delimitar o objecto de estudo da sociologia urbana, um conjunto de temas tem vindo a ser pesquisado de forma sistemática neste âmbito disciplinar. Algumas das temáticas mais recorrentes têm-se centrado na história da urbanização e morfologias territoriais; na experiência de vida na cidade moderna; na identidade e dinâmicas de pertença territorial; no impacto das desigualdades sociais, culturais e de género na organização sócio-espacial das cidades; nos processos de sociabilidade e na sua articulação com a pertença territorial; nas culturas urbanas e na experiência de vida nas cidades modernas; nos problemas sociais que emergem com particular acuidade nas cidades, tais como a pobreza e a violência urbanas, a delinquência, a guetização, as tensões raciais e étnicas; a participação política e movimentos sociais urbanos assim como no impacto das políticas locais no quotidiano dos cidadãos. A diversidade e a complexidade das agendas de investigação sociológica sobre o fenómeno urbano tem implicado a intersecção de um conjunto muito diversificado de saberes, como a seguir enunciamos.

1.1.1 *A Sociologia Urbana como Cruzamento de Saberes*

A ausência de um “núcleo duro epistemológico” e de uma estrutura científica assente num conjunto de paradigmas e de teorias constituindo um todo unitário e bem delimitado tem sido um elemento estruturador do desenvolvimento da sociologia urbana. Assim, a disciplina apresenta-se, sobretudo, como um agregado de perspectivas teóricas, conceitos, análises e interpretações de fenómenos e de problemas sociais e territoriais historicamente contingentes. Como atrás foi referido, a permeabilidade da fronteira disciplinar da sociologia urbana aponta para a interligação desta disciplina/área com muitas outras áreas científicas, possibilitando assim a produção de conhecimentos híbridos e multidimensionais. Para além da literatura, do cinema, da história, da psicologia, das ciências económicas e políticas da engenharia, da urbanística e da arquitectura e de outras disciplinas com as quais a sociologia urbana tem colaborado, é importante salientar, ainda que de forma esquemática, os seguintes campos científicos:

1. *Sociologia rural*: trata de todos os aspectos das sociedades rurais. Tal como a sociologia urbana, este domínio disciplinar define-se mais pela sua transdisciplinaridade e pelo seu campo de acção do que por uma “escola de pensamento” propriamente dita;
2. *Sociologia das comunidades ou dos estudos de comunidade*: centra-se no estudo das dinâmicas sócio-culturais, estilos de vida, mentalidades e formas de organização social que se forjam em comunidades de pequena e média dimensão;

-
3. *Sociologia da habitação*: concentra-se no estudo das relações dos indivíduos e dos agregados residenciais onde vivem e das dinâmicas sociais que se estabelecem entre as unidades residenciais e as estruturas habitacionais;
 4. *Sociologia do ambiente*: tem como principal objectivo o estudo do território e da cidade, atendendo ao frágil equilíbrio entre as actividades sociais e os recursos naturais;
 5. *Sociologia das migrações*: trata de um conjunto de problemas sociais, culturais, económicos, políticos e simbólicos que estruturam as migrações humanas;
 6. *Antropologia Urbana*: como sub-disciplina da antropologia tem vindo, ao longo das últimas três décadas, a desenvolver uma linha de inquérito antropológico sobre a cidade. As diferentes abordagens adoptadas tendem a incluir modelos de ecologia urbana, de comunidade e de redes sociais. Presentemente, a perspectivação da cidade como espaço de manifestações simbólicas, culturais e sócio-políticas dos modos de vida urbanos constitui um espaço privilegiado da antropologia urbana. Um vasto conjunto de etnografias urbanas sobre “culturas populares urbanas”, identidades, migrações, etnicidade, pobreza e género no contexto urbano tem vindo a problematizar novas formas de inquérito antropológico sobre o fenómeno urbano;
 7. *Geografia*: em particular a geografia urbana e a ecologia urbana têm sido áreas de grande intersecção com os estudos urbanos. Em relação à geografia urbana, a investigação tem-se centrado em torno de múltiplas temáticas que visam a análise da estrutura espacial da cidade e dos seus recursos, enquanto a ecologia urbana tem incidido, especialmente, sobre a distribuição de populações e as suas actividades no espaço urbano.

Como referimos, o domínio da sociologia urbana tem sido configurado por uma rede complexa de saberes multidisciplinares, os quais têm possibilitado a pluralização de conhecimentos sobre a cidade e a experiência de vida urbana. Nesta estrutura pulverizada da disciplina é, igualmente, importante realçar que os paradigmas, teorizações e abordagens empíricas realizadas no âmbito da sociologia urbana têm sido, em grande medida, influenciadas por contextos históricos, locais e nacionais específicos.

1.1.2 *Re-Imaginar a Cidade: Novas Perspectivas*

Nas últimas décadas, a emergência de uma multiplicidade conceptual no âmbito da disciplina tem-se traduzido num conjunto imagens e de metáforas como entre outras, as *de cidade global*, *cidade da informação*, e *cidade pós-moderna*, *cidade fortaleza* e *cidade dividida*. Estas representações pretendem reflectir novos tipos de urbanização e urbanismo que caracterizam, em maior ou menor grau, as grandes metrópoles na América do Norte e do Sul, na Europa, em África, na Ásia e na Austrália.

As profundas mudanças decorrentes dos processos de globalização, da reestruturação sócio-económica, da intensificação das migrações internacionais, dos fluxos de informação em larga escala e das redes financeiras globais têm reconfigurado a organização económica, social e espacial das cidades. Para muitos autores, a cidade ganha uma dimensão central nas sociedades modernas, actuando como lugares nodais nas novas economias globais de pessoas, informação e de capital. Cidades como Nova Iorque, Tóquio ou Londres são citadas como exemplos paradigmáticos de cidades globais, ou seja, centros de tecnologia, de informação, de finanças e de serviços nos quais as dinâmicas das economias globais se articulam com economias locais, afectando não só a base económica das cidades mas também a sua estrutura espacial e organização social (Sassen 1991).

Uma outra manifestação da cidade global é o que Castells (1989) denomina por *cidade da informação*. Para este autor, a tecnologia da informação assume uma centralidade sem precedentes na história da humanidade, constituindo-se como um instrumento fundamental de novas lógicas organizacionais e de mudança social no mundo contemporâneo. Numa sociedade da informação, a indústria e os serviços, as relações entre ricos e pobres, capital e trabalho, organizações governamentais e não governamentais, indivíduo e sociedade passam a ser reguladas, em grande medida, por multinacionais detentoras de tecnologias da informação que funcionam a nível global.

No célebre artigo “Cidades europeias, sociedade da informação e economia global”, Castells (1993) analisa o impacto da sociedade de informação na estruturação das cidades europeias. A emergência de um “dualismo urbano”, opondo uma elite cosmopolita a comunidades locais que se debatem contra forças macrológicas que dominam as suas vidas, é visto como um factor de importância crucial na reconfiguração das cidades europeias. Estes processos económicos e políticos têm implicado novas formas de segregação espacial. Cidades como Los Angeles, Nova Iorque, Londres ou São Paulo evocam as múltiplas realidades da cidade global e da informação. A construção de enclaves fortificados, de muros e de grades em áreas residenciais da classe média e média alta, a privatização dos espaços públicos, a proliferação de sistemas de

vigilância e o policiamento constante das cidades, têm contribuído para a criação de um “urbanismo fortificado” (Davis, 1992). A representação da cidade fortaleza aponta para a articulação entre relações sociais, estruturadas por factores de género, classe, etnicidade, “raça”, e a construção de determinadas identidades espaciais que configuram as cidades contemporâneas.

Os processos de racialização do espaço têm sido, igualmente, objecto de análises centradas no estudo das manifestações urbanas de racismo. A crescente fragmentação da cidade em espaços segregados que opõem “enclaves fortificados” das classes média alta e alta a guetos e a zonas degradadas onde se concentram populações de diversas origens étnicas é vista como resultante de novos padrões de organização social do espaço público, marcado por práticas discriminatórias, racistas e por grandes desigualdades de redistribuição social da riqueza. Para Wacquant (1994), a noção de “hipergueto” epitomiza os múltiplos processos de racialização e guetização que estruturam as cidades do mundo globalizado.

As novas interpretações da cidade dos nossos dias têm sublinhado as dinâmicas de funcionamento da sociedade pós-industrial, cuja lógica cultural tem sido determinante na re-estruturação espacial e social das cidades. Deste modo, nas suas inúmeras interpretações, o debate moderno e “pós-moderno” tem sido influenciado por diferentes perspectivas teóricas e por domínios disciplinares directamente implicados no estudo e na interpretação das cidades. As culturas urbanas, as experiências de vida, as mudanças de percepção do tempo e do espaço, a fragmentação do espaço urbano, as culturas visuais, a economia simbólica da cidade e as novas formas de governação são algumas das temáticas principais que sobressaem nos múltiplos discursos sobre a cidade.

Nesta breve identificação de algumas das imagens teorizantes de maior relevo no debate contemporâneo sobre a cidade procurámos evocar a complexidade de perspectivas, análises, interpretações e pesquisas que configuram, presentemente, os temas de estudo e de reflexão da sociologia urbana.

1.2 Introdução ao Manual

Tal como atrás foi referido, o domínio da sociologia urbana caracterizado pelas suas fronteiras ténues e flexíveis tem sido atravessado, nas últimas décadas, por uma crescente pluralidade de narrativas e de pesquisas empíricas provenientes de outras áreas disciplinares. Estas abordagens têm não só desafiado noções positivistas do urbano, mas têm também conduzido à produção de novas perspectivas sobre a cidade e sobre a urbanidade. Qual foi a evolução do

fenómeno urbano? Quais os processos históricos de urbanização e de concentração das populações nas cidades? Como é que as cidades se estruturam espacialmente e como é que as disposições espaciais moldam as interações sociais? Que tipo de relação existe entre o espaço e o social? Como é viver nas metrópoles contemporâneas? Que tipo de culturas e de problemas caracteriza a “experiência urbana” dos nossos dias? Qual a natureza das políticas urbanas e quais os actores intervenientes na governação dos aglomerados urbanos?

Os manuais e outras obras didácticas publicados nas últimas décadas reflectem esta grande diversidade temática e analítica. Alguns manuais centram-se em torno de descrições históricas e sociológicas sobre a cidade e a vida urbana (Reissman, 1964). Outros fornecem novas perspectivas teóricas e epistemológicas sobre o urbano (Saunders, 1981), enquanto ainda outros propõem análises que focalizam as múltiplas dimensões económica, política e social, cultural e ecológica do fenómeno urbano (Macionis and Parrillo, 2001). Nesta linha, alguns autores salientam o papel fundamental do capitalismo e da modernidade na estruturação de experiências urbanas diferenciadas (Savage e Warde, 2002). Ainda outros, apresentam novas perspectivas para o desenvolvimento da sociologia urbana, privilegiando a articulação entre espaço e práticas sociais e as suas implicações nas áreas do planeamento urbano, governação e políticas sociais (Gottdiener, 1994; Mela, 1999). Comum aos trabalhos mais recentes é a tentativa de fornecer novas representações da cidade capazes de captar a crescente complexidade de relações e de processos sociais que configuram a experiência urbana contemporânea.

O presente Manual é o texto de base da disciplina de Sociologia Urbana. Sendo uma disciplina semestral e dado o seu carácter introdutório, não se nos afigurava possível uma exploração exaustiva da vastíssima área disciplinar que é a Sociologia Urbana. Dado isto, optámos por privilegiar temáticas que fornecessem aos estudantes uma visão alargada das principais problemáticas e debates que têm caracterizado os estudos sobre a cidade.

Os principais critérios que presidiram à estruturação deste manual, os quais conduziram ao enfoque de determinadas temáticas, enquanto outras se encontram menos exploradas ou mesmo ausentes, são, designadamente, os seguintes:

1. Prestou-se especial relevo às formulações teóricas de diferentes escolas que contribuíram para o desenvolvimento da disciplina. As referências aos autores clássicos da sociologia urbana e às tradições europeia e americana constituem legados importantes para a análise do fenómeno urbano. De igual modo, os novos paradigmas urbanos e as correntes teóricas contemporâneas foram objecto de reflexão e de discussão.

-
2. Embora a dimensão cultural da vida urbana seja abordada e existam amplas referências à cidade como espaço de construção e de confronto de múltiplas culturas e de subculturas, símbolos, valores e práticas sociais e culturais, a problematização da dimensão estética da cidade moderna e pós-moderna é limitada.
 3. Foi dada particular atenção aos processos de urbanização no mundo contemporâneo ocidental, com especial ênfase no caso português. As problemáticas da urbanização no mundo não industrializado foram, por conseguinte, pouco exploradas, assim como o seu desenvolvimento histórico.
 4. Foram sublinhadas as dificuldades, as tensões e, por vezes, as contradições inerentes à definição e implementação de políticas urbanas e aos planos de desenvolvimento e de intervenção nas cidades dos nossos dias. Contudo, a análise da cidade em termos do ambiente e da relação urbano-rural é uma vertente pouco explorada.

As linhas de força que orientaram as opções temáticas acima referidas pretenderam oferecer perspectivas analíticas e temas de reflexão sobre a trajectória do fenómeno urbano num contexto mais vasto das principais transformações sociais específicas à sociedade industrial e pós-industrial e ao seu impacto nos modos de vida urbanos. As múltiplas leituras e interrogações que aqui apresentamos ao leitor constituem, sobretudo, um convite para a construção de um espaço crítico de inteligibilidade onde seja possível pensar e imaginar a cidade a partir de múltiplas linhas de interpretação.

1.2.1 *Estrutura do Manual*

O presente Manual está dividido em nove capítulos. No início de cada capítulo o/a estudante encontrará um breve resumo dos tópicos a serem analisados, assim como uma lista dos objectivos específicos de aprendizagem. No final de cada capítulo consta uma grelha com as principais perspectivas e conceitos-chave analisados, assim como um conjunto de actividades de aprendizagem que permitem uma auto-avaliação dos conhecimentos adquiridos. Figura, ainda, uma lista de referências bibliográficas complementares e de ligações à internet. A bibliografia sugerida tem como principal objectivo fornecer aos estudantes a possibilidade de aprofundar e complementar as temáticas abordadas assim como de explorar outras perspectivas de análise. Por último, a referência de “sites” na internet, directamente relacionados com o âmbito disciplinar da sociologia urbana, pretende disponibilizar campos de informação e de pesquisa mais alargados, quer a nível nacional quer a nível internacional.

O Capítulo I, *Introdução* foi estruturado a partir de dois principais eixos temáticos: 1. identificação do âmbito disciplinar da sociologia urbana em relação à sociologia e às restantes ciências sociais, pondo em relevo o carácter plural e multifacetado desta área disciplinar; 2. introdução ao manual onde são descritos os critérios que presidiram à sua concepção sendo, igualmente esquematizada a sua organização temática.

Capítulo II, *As Origens e o Desenvolvimento das Cidades*, oferece em traços largos uma caracterização dos processos de urbanização ao longo dos tempos. A evolução histórica e social das cidades coloca em destaque diferentes quadros teóricos sobre o aparecimento e desenvolvimento de espaços urbanos. Especial enfoque é dado à emergência da cidade industrial, a qual é analisada no âmbito mais lato da modernidade e dos processos de desenvolvimento capitalista.

Os Capítulos III e IV debruçam-se sobre as principais abordagens teóricas e paradigmas que têm caracterizado a evolução dos estudos sociológicos sobre o fenómeno urbano. O Capítulo III, *Sociologia Urbana – Tradições Clássicas* examina as principais correntes clássicas, ou seja, a europeia e a americana. Nesta linha, as abordagens clássicas europeias tomaram como objecto de análise privilegiado o impacto das desigualdades sociais e conflitos na organização sócio-espacial das cidades, tendo como pano de fundo os processos de modernização e do modo de produção capitalista. A outra vertente de análise sociológica centra-se na sociologia urbana americana, mais especificamente nas perspectivas centrais da Escola de Chicago de Sociologia Urbana, que assumiu um papel determinante na evolução do saber sociológico sobre o fenómeno urbano, nas décadas seguintes. São ainda discutidos neste capítulo os trabalhos clássicos de Tönnies, Simmel e Wirth e o “modo de vida urbano” como uma experiência de vida e cultural comum a todas as cidades.

O Capítulo IV, *Sociologia Urbana Contemporânea*, aborda as novas alternativas teóricas emergentes na década de setenta e oitenta, as quais vieram a ser conhecidas como “nova sociologia urbana”. A cidade entendida como um campo de pesquisa na análise mais alargada da economia política do capitalismo foi crucial para explicar as contradições e conflitos sociais, assim como a emergência de novos actores sociais directamente implicados em processos de mudança social. A segunda parte do capítulo incide sobre as transformações sócio-espaciais decorrentes dos processos de globalização económica e das tecnologias da informação nas cidades contemporâneas. Os conceitos de cidade mundial, cidade global e cidade da informação são representações emblemáticas da emergência de cidades como espaços que se situam estrategicamente em redes globais potenciando o desenvolvimento económico assim como novas desigualdades, conflitos e exclusão social.

O Capítulo V, *Metrópoles, Dinâmicas Económicas e Reconfiguração Espacial*, apresenta, a partir de uma perspectiva mais veiculada à área disciplinar da geografia, os principais eixos do planeamento urbano no período fordista e pós-fordista. Especial atenção é dada às novas formas urbanas e ao modo como estas se articulam com as dinâmicas económicas emergentes na sociedade contemporânea. Neste âmbito, partindo de uma abordagem mais macro para uma perspectiva mais localizada, é sublinhada a natureza do urbanismo pós-fordista, procurando ilustrar as novas configurações espaço-sociais no quadro do urbanismo português, recorrendo-se para isso a casos exemplificativos na área metropolitana de Lisboa.

O Capítulo VI, *Urbanização nas Regiões Desenvolvidas e nas Regiões em Desenvolvimento*, discute, a partir de uma abordagem vincadamente antropológica, os principais processos de urbanização na América, Europa e Ásia. Ao analisar a relação entre urbanização e desenvolvimento a nível regional e global são apresentados diferentes quadros interpretativos que pretendem explicar as profundas transformações ocorridas nas últimas décadas, as quais têm sido responsáveis pela aceleração sem precedentes da urbanização do planeta. Por último, a análise propõe uma leitura do fenómeno urbano, fundada em paradigmas interpretativos onde se entrecruzam num jogo complexo de interdependências as dinâmicas da globalização e localização, urbanização e metropolização e novos regimes espaço-temporais e representacionais.

O Capítulo VII, *Portugal. Território e Urbanidade*, identifica, num primeiro momento, os principais padrões de urbanização ocorridos nos últimos quarenta anos em Portugal. A discussão gira em torno de dois principais períodos conjunturais de mudança sócio-económica e política e de ordenamento territorial. Num segundo momento, a análise centra-se nas novas problemáticas sócio-urbanísticas, articulando processos de organização territorial, urbanidade e políticas de intervenção urbana. Especial atenção é dada ao estudo de caso das metrópoles de Lisboa e do Porto.

O Capítulo VIII, *Cidades, Sociedade e Cultura* divide-se em três partes principais. A primeira parte examina as novas configurações sócio-espaciais das cidades contemporâneas. Aqui a tónica recai sobre as dinâmicas de organização espacial emergentes numa era pós-fordista e o modo como estas configuram novas desigualdades sociais, culturais e de género. Na segunda parte, a análise incide sobre as diferentes dimensões da cultura urbana na modernidade e na “pós-modernidade”, sublinhando os aspectos culturais, simbólicos e patrimoniais das cidades de hoje. Por último, procura-se explorar a relação entre o espaço público e a urbanidade assim como as dimensões estéticas da cidade.

O Capítulo IX, *Espaços Urbanos, Cidadania e Políticas Urbanas*, oferece uma reflexão sobre a articulação entre globalização, cidadania e gestão da cidade. Neste âmbito, são inicialmente abordados os principais debates sobre os desafios que os processos de globalização colocam, presentemente, à gestão das cidades. Num segundo momento, a análise gira em torno dos movimentos sociais urbanos, sublinhando-se a sua importância nos processos de mudança social e urbana. Num terceiro momento, as problemáticas das políticas urbanas e do planeamento urbano com especial enfoque na era de gestão urbana pós-fordista. Por último, em jeito de considerações finais, é apresentado um conjunto de temas para reflexão sobre os novos paradigmas, debates e áreas de pesquisa que informam o desenvolvimento e a evolução dos estudos sobre as cidades.

1.3 Plano de Estudo

O presente manual constitui o texto de base da disciplina de Sociologia Urbana. Pretende-se com este trabalho fornecer aos estudantes um instrumento de trabalho que lhes permita a aquisição de conhecimentos e de ferramentas de análise no domínio da sociologia urbana.

Para além do Manual foi igualmente realizado um caderno de testes formativos cujos principais objectivos são designadamente:

- Auto-Avaliação – Testar os conhecimentos sobre os conteúdos do Manual;
- Facilitar a identificação de conteúdos que oferecem mais dificuldades de aprendizagem;
- Incentivar o esclarecimento de dúvidas e clarificação de tópicos que se afiguram mais complexos;
- Familiarizar os estudantes com o tipo de teste e de questões que lhes irão ser colocados nas provas de avaliação somativa;

O caderno de testes formativos está dividido em três partes. A primeira parte apresenta os objectivos específicos de aprendizagem para cada um dos nove capítulos que constituem o Manual e cujos conteúdos são objecto de avaliação. A segunda parte é constituída por dois Testes Formativos (I e II) e a terceira parte inclui as Grelhas de Respostas relativas a cada um dos Testes Formativos. Este material encontra-se disponível on-line no Website da Universidade Aberta.

1.3.1 *Recomendações para a Auto-Aprendizagem*

No processo de auto-aprendizagem que irá iniciar, torna-se importante que tome em consideração as seguintes recomendações:

1. Estudar o Manual.
2. Tomar notas e elaborar fichas de leitura donde constam as principais temáticas e conceitos abordados em cada capítulo.
3. Realizar as actividades propostas no final de cada capítulo.
4. Consultar a bibliografia recomendada.
5. Realizar os testes formativos e corrigi-los com base na respectiva grelha de respostas.
6. Contactar a Universidade Aberta, nomeadamente o docente responsável sempre que sinta necessidade de esclarecer dúvidas e/ou clarificar conteúdos programáticos da disciplina.

1.3.1.1 Notas para uma Leitura Crítica

Ao longo deste manual irá encontrar a transcrição de textos de vários autores, apresentados em *Caixa*. Com a inclusão destes textos pretende-se possibilitar ao leitor o conhecimento e o “contacto directo” com a obra de sociólogos clássicos e contemporâneos sobre o fenómeno urbano. Durante o processo de auto-aprendizagem, torna-se, pois, importante que o estudante realize as suas leituras com uma atitude crítica. Para tal, deixamos aqui algumas sugestões, esperando que possam ajudar o/a estudante na realização do seu trabalho.

Uma leitura crítica obriga-nos a uma análise do(s) texto(s) que transcende uma compreensão básica do mesmo. Para tal, propõe-se alguns princípios orientadores em forma de perguntas que têm como principal objectivo facilitar uma posição crítica face às leituras. Ao ler um texto ou textos, tome notas tendo as seguintes questões como pontos de orientação:

1. Qual é a problemática abordada no livro, no capítulo ou no artigo? O que é que o autor está a tentar explicar?
2. Qual o argumento ou argumentos centrais? O que é que o autor tenta provar? Geralmente, o autor ao desenvolver a sua argumentação tenta responder às seguintes questões: Por que é que este fenómeno, processo ou incidente aconteceu? Qual a sua importância, as suas conseqüências e implicações?

3. Quais os dados apresentados pelo autor para consubstanciar o seu argumento? Até que ponto estes dados sustentam o argumento? Frequentemente, o leitor não tem a informação ou os conhecimentos necessários que lhe permitam avaliar da veracidade dos dados apresentados, contudo, pode avaliar de forma crítica se os resultados da investigação são relevantes, se a narrativa é clara e incisiva. Para tal, formule para si mesmo (a) as seguintes perguntas:

- Que tipo de discurso é utilizado pelo autor?
- Que tipo de informação/dados/factos são apresentados pelo autor?
- São os dados apresentados representativos de tendências ou processos comuns a outras pessoas, grupos ou comunidades?
- O autor apresenta informações ou explicações suficientes para suportar o seu argumento?
- A interpretação dos dados releva enviesamentos (*bias*)? Como? A questão não é tanto saber se existem ou não enviesamentos, mas sim de analisar que tipo de enviesamentos existem e como é que foram construídos.

4. Identifique a sua posição em relação à argumentação apresentada. Pergunte-se se o argumento ou argumentos apresentados fazem sentido à luz das suas próprias experiências e dos seus conhecimentos. Ao mesmo tempo, pergunte-se de que modo a sua posição influencia a sua reacção.

Nota: Perguntar-se se um argumento ou interpretação faz sentido para si não deve implicar da sua parte uma posição intransigente relativamente aos argumentos apresentados. Pelo contrário, deve analisar em profundidade os argumentos, os dados e as interpretações apresentados de forma a poder compreender onde e porquê são diferentes ou mesmo como contrariam as suas experiências e percepções.

5. Identifique os pressupostos do argumento do autor. O que é que ele assume ser verdade? Geralmente, os pressupostos do autor não são explicitados no trabalho. Contudo, aceitar ou não os argumentos apresentados está estreitamente ligado com a partilha (ou não) dos pressupostos. Quando sentir dificuldade com um argumento apresentado, tente explicitar os pressupostos do autor de forma a identificar possíveis fontes de discórdia.

6. Escreva as respostas a estas perguntas e utilize-as para formular perguntas suas.

Perspectivas e Conceitos-Chave

- O âmbito disciplinar da sociologia urbana
- A sociologia urbana enquanto rede de saberes multi-disciplinares
- Diversidade temática e analítica da sociologia urbana
- Os novos paradigmas sociológicos da cidade e da vida urbana
- Introdução ao Manual
- Estrutura do Manual
- Plano de Estudo
- Recomendações para a auto-aprendizagem

Actividades Propostas

Actividade 1

Identifique o domínio disciplinar da sociologia urbana, tendo em atenção sua a complexidade temática e pluridisciplinar.

Actividade 2

Refira e exemplifique as novas interpretações sobre a cidade no mundo contemporâneo.

Actividade 3

Familiarize-se com a estrutura do Manual e identifique as diferentes temáticas apresentadas.

Actividade 4

Explicita as diferentes fases do plano de estudo apresentado e refira as orientações propostas para uma leitura crítica dos textos apresentados ao longo do Manual.

Actividade 5

Consulte e familiarize-se com os diferentes “sites” na internet, referidos no final do capítulo, e identifique os principais debates e projectos de pesquisa levados a cabo pelos centros de investigação em estudos sobre a cidade e o território.

Leituras Complementares

ELIAS, N.; SCOTSON, J.

1994 *The Established and the Outsiders*. London: Sage.

LOPES, J. T.

2002 *Novas Questões de Sociologia Urbana – Conteúdos e “orientações” pedagógicas*. Porto: Afrontamento.

PADDISON, R. (coord)

2001 *Handbook of Urban Studies*. London: Sage.

RAMOS, A. M. (ed)

2004 *Lo urbano en 20 autores contemporâneos*. Barcelona: Edicions UPC/ETSAB.

RÉMY, J.; VOYÉ, L.

1994 *A cidade rumo a uma nova definição?* Porto: Afrontamento.

SENNETT, R.

1997 *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record.

Ligações à Internet

Centro de Estudos Geográficos (CEG)

<http://www.ceg.ul.pt>

Centro de Estudos da Metrópole (CEM)

<http://www.centrodametropole.org.br>

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI)

<http://www.univ-ab.pt/investigacao/CEMRI/index.html>

Centro de Estudos Regionais e Urbanos

<http://www.uc.pt/ieru>

Centro de Estudos Territoriais

<http://cet.iscte.pt>

Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura

<http://urban.iscte.pt>

Civitas – Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis

<http://civitas.dcea.fct.unl.pt>

NESO – Núcleo de Ecologia Social. LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

<http://www-ext.Inec.pt/LNEC/DED/NESO>

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro

<http://www.ippur.ufrj.br>

Laboratoire de Sociologie Urbaine – LaSur

<http://lasur.epfl.ch/>

UK Digital Cities

<http://www.digitalcities.org.uk>

Página intencionalmente em branco

2. As Origens e o Desenvolvimento das Cidades

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

2. As Origens e o Desenvolvimento das Cidades

Resumo

Objectivos do Capítulo

2.1 As Origens das Cidades

2.1.1 Jericó

2.1.2 Çatal Hüyük

2.2. As Cidades da Antiguidade – Cidades-Estado e Impérios

2.2.1 Ur

2.2.2 Atenas e Roma

2.2.3 As Cidades da Antiguidade – Reflexões Críticas

2.3 As Cidades Medievais e Renascentistas

2.4 O Capitalismo e a Cidade Industrial

2.4.1 O Crescimento da População Urbana na Europa (Séculos XVIII-XX)

2.4.2 Manchester no centro do Capitalismo Industrial – Estudo de Caso

Perspectivas e Conceitos-Chave

Actividades Propostas

Leituras Complementares

Ligações à Internet

Página intencionalmente em branco

Resumo

Este capítulo pretende fornecer uma visão alargada e introdutória sobre o surgimento e desenvolvimento das cidades. Numa primeira parte abordar-se-á o aparecimento das primeiras cidades e das cidades-estado, sublinhando os termos do debate contemporâneo sobre as origens do fenómeno urbano nas suas múltiplas dimensões espaciais, económicas, sociais, culturais, simbólicas e políticas. Numa segunda parte, estudar-se-ão as cidades na Idade Média, tendo como enfoque principal a vida urbana na Europa. A última parte é dedicada à cidade industrial, entendida a partir de uma abordagem interpretativa que articula as novas dinâmicas urbanas com o desenvolvimento da sociedade industrial-capitalista. O caso específico de Manchester é analisado como um exemplo paradigmático de um novo modelo urbano que traduz a interdependência entre a organização sócio-espacial e as desigualdades sociais específicas ao capitalismo industrial.

Objectivos do Capítulo

No final deste capítulo o/a estudante deverá estar apto(a) a:

- Identificar as principais linhas interpretativas sobre as origens e o desenvolvimento das cidades.
- Compreender a emergência do fenómeno urbano a partir de diferentes quadros teóricos que privilegiam as perspectivas evolucionista, espacial crítica e sócio-espacial.
- Comparar os diferentes modelos de urbanização das cidades clássicas, mais especificamente Atenas e Roma.
- Examinar as dinâmicas económicas, sociais, políticas e religiosas que estão na base dos processos de urbanização na Idade Média.
- Reflectir de forma crítica as diferentes perspectivas teóricas sobre a emergência da cidade industrial.
- Perspectivar as interdependências entre urbanização e industrialização no caso específico da cidade de Manchester.

Página intencionalmente em branco

2.1 As Origens das Cidades

O estudo das origens e desenvolvimento das cidades tem sido objecto de grande interesse analítico nas ciências sociais. A sua importância deriva dos contributos desta análise para o estudo das relações sociais e do crescimento urbano ao longo dos tempos.

O modelo teórico proposto pelo arqueólogo australiano V. Gordon Childe (1950) foi e continua a ser uma referência paradigmática da história da urbanização e do urbanismo.

A partir de uma perspectiva evolucionista da sociedade, Childe identifica três grandes e decisivos momentos no seu processo de evolução.

O primeiro corresponde à **revolução neolítica** ou **agrícola** (IX e VIII milénios a. C.). Terminada a última glaciação, na transição do período Paleolítico para o Neolítico, profundas mudanças climáticas e ambientais começaram a ocorrer em muitas regiões da Terra. A formação de “searas naturais” e a existência de espécies animais (porco, cabra, carneiro e boi) no sudoeste da Ásia, no Vale do Nilo e nas áreas circundantes aos oásis do Sara estiveram na origem de alterações cruciais no modo de vida das comunidades de caçadores-recolectores do Paleolítico. A aceleração dos processos de domesticação de animais e de plantas provocou uma profunda transformação na história da humanidade, ou seja, a passagem de sociedades de caçadores-recolectores para sociedades sedentárias e agrícolas. O desenvolvimento da agricultura inicia a transformação da base económica, que dá origem a uma nova divisão social do trabalho.

O segundo momento – a **revolução urbana** – diz respeito à passagem da agricultura neolítica para sistemas complexos de manufactura e de comércio iniciados durante o IV e III milénios a. C. Para Childe, a revolução urbana implica um novo modelo social com características muito distintas da organização social neolítica, as quais podem ser esquematizadas da seguinte forma: 1. grande densidade populacional no espaço urbano; 2. surgimento de uma divisão de trabalho especializada, designadamente artesãos, comerciantes, sacerdote e funcionários do estado; 3. controlo dos terrenos agrícolas e armazenamento dos excedentes; 4. existência de uma classe dirigente com poder absoluto; 5. invenção da escrita e de sistemas algébricos para processamento de informação; 6. desenvolvimento de formas culturais sofisticadas, arte, arquitectura, música; 7. existência de rotas comerciais inter-regionais com outros centros urbanos.

O terceiro momento de grande transformação histórica diz respeito à **revolução industrial** ocorrida nos séculos XVIII e XIX. O aumento da população e da produtividade do trabalho nos novos sectores industriais, assim como na

agricultura, são considerados como factores determinantes da expansão e do desenvolvimento do fenómeno urbano.

Em suma, para Childe, a emergência da vida urbana é, pois, um momento chave e “revolucionário” na história da civilização. Contudo, a noção de que a passagem da fase neolítica para a urbana constitui uma ruptura radical com o passado tem sido, como veremos mais adiante, objecto de contestação. Novas descobertas arqueológicas sugerem a existência de uma vida urbana milhares de anos antes da formação das primeiras cidades antigas da Mesopotâmia.

A transição de uma economia de caça e de recolha para uma sociedade agrícola tem sido associada à emergência de pequenos povoados integrados em redes comerciais, os quais facilitavam a troca de comida, ferramentas, ornamentos, bens e ideias. Segundo os registos históricos e arqueológicos, os primeiros aglomerados datam de 10.000 anos a. C. O progressivo desenvolvimento de técnicas de produção agrícola no Médio Oriente tornaram possível um crescimento significativo da população, a qual se dedicava na sua maioria à agricultura. Na Mesopotâmia, no vale do Nilo e no vale do Indo surgem povoamentos que datam do VI e IV milénios a. C. Outros centros de vida urbana foram, igualmente, identificados em Creta (1800 a. C.) e na China (2000 anos a. C.).

Antes de procedermos à abordagem do aparecimento das primeiras cidades do mundo antigo, torna-se importante distinguir, ainda que de forma muito esquemática, dois eixos temáticos fundamentais que têm estruturado os estudos sobre o fenómeno urbano ao longo dos tempos. Estamos a referir-nos aos conceitos de *urbanização* e de *urbanismo*.

Segundo Gottdiener (1994), **urbanização** refere-se ao processo de formação e de construção da cidade. O seu objectivo principal é estudar o modo como as actividades sociais se organizam no espaço, explorando a interdependência dos processos de desenvolvimento e de mudança social. O **urbanismo**, por sua vez, pretende compreender os modos de vida urbanos. As análises sobre este tema centram-se nas dimensões culturais, simbólicas, nos comportamentos do dia-a-dia e nos processos de adaptação à cidade, assim como na organização política, nos conflitos e tensões emergentes na cidade.

Como poderá constatar, na vasta bibliografia da sociologia urbana o termo urbanismo é frequentemente utilizado como sinónimo dos processos de urbanização e de urbanismo tal como esta última noção foi acima referida.¹ Acresce-se ainda que dada esta ambigüidade conceptual, outros autores têm proposto a noção de urbanidade para designar os estilos de vida urbana, ou seja, a “própria qualidade da cidade”². Estes temas irão ser sistematicamente explorados e aprofundados ao longo do Manual, contudo, dada a sua importância, optámos por os introduzir neste capítulo inicial, fornecendo assim ao (à) estudante chaves cruciais de interpretação do fenómeno urbano.

¹ No Capítulo VI do Manual, o termo urbanismo é utilizado como sinónimo de urbanização, aliás como acontece em numerosos textos sociológicos sobre o fenómeno urbano.

² A noção de urbanidade irá ser posteriormente desenvolvida no Capítulo VIII. Ainda sobre a distinção entre os conceitos de urbanização, urbanismo e urbanidade ver V.M. Ferreira (2004).

Passaremos agora a analisar a formação e o desenvolvimento dos dois primeiros povoamentos de grandes dimensões do período neolítico – Jericó (na Palestina, próximo do rio Jordão) e Çatal Hüyük, na Anatólia (sul da actual Turquia). Com populações rondando os 2000 habitantes no caso de Jericó e entre 4000 e 6000 em Çatal Hüyük, estas primeiras “cidades” seriam hoje em dia consideradas apenas como grandes vilas ou pequenas cidades. Contudo, como veremos seguidamente, tanto Jericó como Çatal Hüyük constituem referências fundamentais na história da urbanização e do urbanismo.

2.1.1 Jericó

Os resultados de escavações efectuadas em Jericó constituem importantes desafios às teses convencionais sobre a origem das cidades. A ideia de que as primeiras “cidades” se situaram na região do Crescente Fértil da Mesopotâmia por volta de 3500 anos a. C. tem vindo a ser refutada pelas descobertas arqueológicas realizadas em Jericó, que datam as origens deste povoamento cerca de 8000 anos a. C. (Kenyon, 1957).

A designação de Jericó como cidade tem sido, igualmente, objecto de intenso debate e controvérsia. Para alguns autores, a existência de um ambiente edificado permanente, de um conjunto de múltiplas actividades e de uma população total que no VIII milénio rondava as 600 pessoas são requisitos suficientes para se poder considerar Jericó como um centro urbano. Para outros, a população reduzida de Jericó leva-os a considerar esta aglomeração como apenas uma grande vila ou uma *proto-cidade*.³

O processo de desenvolvimento de Jericó fornece-nos importantes pistas sobre esta primeira experiência urbana e o seu contributo para a história da urbanização. Numa primeira fase, datada de 8000 a. C., os registos arqueológicos revelam a existência de um conjunto de casas circulares construídas com adobe, ocupando uma área inicial de 4 hectares. A rápida expansão deste aglomerado é acompanhada pela construção de uma muralha, flanqueada por uma torre com 8 metros de diâmetro, no interior da qual construíram uma escada que ia do chão até ao topo. Presume-se que esta população se tenha dedicado à agricultura, quando ainda predominava a recolha de alimentos. A presença de muralhas e da torre materializam já a construção social de um espaço bem delimitado e confinado.

Por volta de 7000 anos a. C., novas populações tecnologicamente mais avançadas fixaram-se em Jericó. Assiste-se então à construção de casas de adobe rectangulares com paredes rebocadas e com pavimentos de argamassa. Estas habitações de maiores dimensões e construídas sobre rocha agrupavam-

³ Ver o excelente debate sobre esta temática em Soja (2001).

-se à volta de pátios. A maior parte das casas tinha apenas uma divisão, contudo em algumas foram identificadas três divisões. De especial importância é a existência de muralhas defensivas, de torres e de uma grande vala, sugerindo a existência de uma avançada divisão de trabalho e, muito provavelmente, de uma ordem social hierarquizada. As fortificações com aproximadamente 9 metros de altura e 3 metros de largura circundavam toda a cidade. Em vários pontos da muralha foram construídas torres circulares feitas de pedra, contendo escadas e pequenas divisões. É de notar que estas construções obrigavam a um trabalho notável de escavação da rocha (na ausência de picaretas e de pás), assim como ao transporte de pedras, as quais eram tiradas da bacia do rio a mais de um quilómetro de distância e que, posteriormente, eram arrastadas até à cidade. Estes trabalhos de construção e de transporte apontam para a existência de uma mão-de-obra considerável, bem organizada e disciplinada.

De igual importância foi a descoberta de «crânios humanos» nas torres da muralha, as quais têm vindo a ser consideradas como lugares possíveis da prática do culto de caveiras. Os crânios humanos modelados com estuque, decorados e pintados com muita perícia adornavam as torres. Para além destas construções, foram, igualmente, encontradas outras duas estruturas com vários vestígios, que apontam para a existência de práticas religiosas.

Este é um período, igualmente, marcado pelo desenvolvimento de sistemas de irrigação e de cultivo assim como de intensificação de redes comerciais com outros povoados. Neste sentido, alguns autores sugerem que a cidade como um espaço concretamente definido pelas muralhas, emergia como uma unidade territorial, económica, social e política capaz de criar uma cultura urbana e regional (Kenyon, 1957, Soja, 2001).

Em Jericó, o conhecimento do meio ambiente, a tecnologia, a capacidade artística e a organização social materializam-se na construção de um projecto público conscientemente desenhado e planeado, iniciando assim um processo de grande transformação do sedentarismo e da produção social do espaço edificado.

Por volta de 6000 a. C., a cidade foi inexplicavelmente abandonada, tendo vindo a ser novamente povoada um milénio mais tarde por populações tecnologicamente menos avançadas. Durante este período não foi possível identificar a construção de quaisquer obras públicas e a construção de casas reduziu-se à escavação de abrigos muito primitivos. Com o início da Idade do Bronze (3000 a. C.), uma cultura mais sofisticada viria a estabelecer-se na cidade, evidenciando grande capacidade artística e artesanal. A presença de obsidiana e de outras pedras sugere a existência de redes comerciais com outras populações da Anatólia, da Mesopotâmia e do Egipto. Aquando da sua destruição e abandono, cerca de 1500 a. C., Jericó já tinha sido um lugar de fixação de muitas outras populações. Torna-se importante notar que tal como

aconteceu em Jericó, a história das cidades não é de forma alguma simples e linear. Como veremos neste capítulo, ela é caracterizada por padrões de desenvolvimento complexos, por continuidades, descontinuidades, rupturas e por grandes transformações.

2.1.2 *Çatal Hüyük*

Por volta dos 6000 anos a. C., Çatal Hüyük, situada na Anatólia (sul da Turquia), constituía-se como o maior aglomerado urbano do neolítico, ocupando uma área total de 32 hectares (três vezes maior que Jericó). Com uma concentração populacional que chegou a atingir os 6000 habitantes, Çatal Hüyük revela-se como um lugar a partir do qual é possível perceber o início da evolução do urbanismo como um modo de vida.

Ao contrário de Jericó, esta cidade não era circundada por muralhas. O espaço urbano consistia de um denso aglomerado de casas com as paredes adossadas umas às outras fazendo lembrar uma “colméia” (Mellaart, 1967). Sem quaisquer ruas ou caminhos, as comunicações entre as habitações faziam-se pelos terraços das casas. Por outro lado, dada a inexistência de portas viradas para o exterior, o acesso às mesmas efectuava-se, igualmente, pelo telhado, por uma escada de madeira junto à parede. Havia pelo menos uma praça pública, que muito possivelmente serviria de mercado e vários pequenos átrios utilizados para depositar lixos.

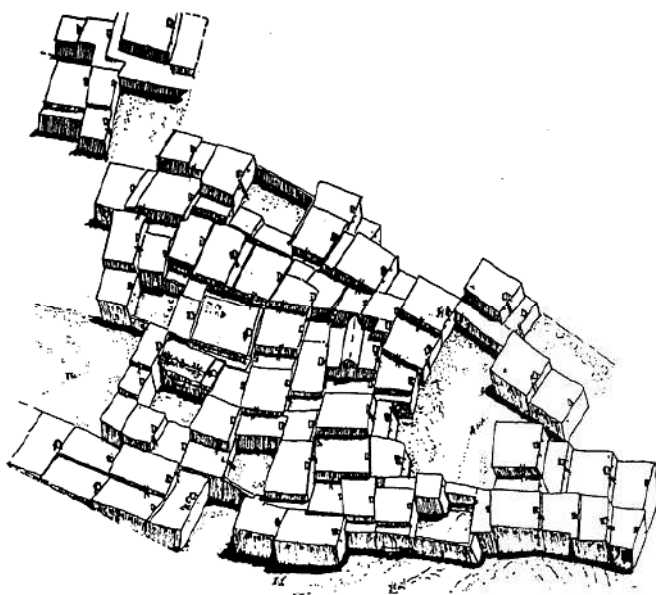


Figura 2.1 – Desenho esquemático de Çatal Hüyük.

A expressão de práticas religiosas revela-se na descoberta de uma grande quantidade de oratórios, aproximadamente um em cada quatro casas, não havendo, contudo, quaisquer vestígios de um centro religioso dominante ou templo. Os oratórios e muitas das habitações tinham as paredes decoradas e continham estatuetas de culto, cabeças de animais, hastes de bois e relevos em gesso. Predominavam as figuras de divindades femininas representando todas as fases do ciclo da vida (juventude, casamento, gravidez, nascimento, maternidade e velhice). As pinturas, por sua vez, tendiam a exibir representações realistas e abstractas de símbolos de fertilidade, da produção agrícola e da vida urbana. As pinturas encontradas revelam o processo de transição de comunidades de caçadores-recolectores para agricultores, assim como sugerem a emergência e consolidação de uma ordem social marcada pelo género e possivelmente matricêntrica.

Outras reconstruções do espaço urbano de Çatal Hüyük fornecem, igualmente, um conjunto de informações valiosas acerca da divisão social e espacial do trabalho. À criação de gado e ao trabalho agrícola muito diversificado, dedicado especialmente ao cultivo de variadas plantas e alguns cereais, vem associar-se uma mão-de-obra composta por um grande número de artistas de extraordinária criatividade, de artesãos e de comerciantes. De particular relevância para a história deste espaço urbano, foi a descoberta de um mural encontrado num dos santuários, representando a paisagem urbana de Çatal Hüyük. O mural revela com grande detalhe uma panorâmica da cidade e constitui o primeiro *fresco* do género na história da humanidade.

Tal como Jericó, Çatal Hüyük representa uma mudança radical e revolucionária no desenvolvimento social e espacial das sociedades humanas. As interdependências e interacção social e cultural decorrentes da aglomeração populacional foram na opinião de Soja (2001), a força motriz para o desenvolvimento económico, social, cultural, político e simbólico. A proximidade e a concentração espacial proporcionaram formas mais eficazes de colaboração social não só para a defesa e protecção das populações mas também para a produção e consumo de bens e serviços. Não menos importante foi o papel que a aglomeração populacional desempenhou na organização colectiva do espaço, na divisão social do trabalho, na expansão do comércio, nos rituais e práticas religiosas assim como na criação de múltiplas formas de arte, de criatividade e de inovação. Neste sentido, tanto Jericó como Çatal Hüyük permitem a exploração dos primórdios do desenvolvimento urbano e da cultura urbana como um novo modo de vida.

2.2 As Cidades da Antiguidade – Cidades-Estado e Impérios

As cidades de Jericó e Çatal Hüyük atingiram o auge do seu desenvolvimento no período entre 7000 a. C. e 4000 a. C., contudo é só a partir de 3500 a. C. que se assiste a uma aceleração sem precedentes do desenvolvimento urbano. O crescimento das cidades implicou uma maior procura de bens e serviços e as necessidades dos seus habitantes obrigaram à criação de formas organizativas e de gestão mais eficazes.

O estado surge assim como uma nova estrutura social capaz de responder aos novos desafios da urbanização. Uma das principais dimensões do estado nesta época prende-se com o poder de estabelecer um conjunto de direitos e de responsabilidades para os cidadãos, de organizar o espaço e a produção assim como de fazer alianças e de declarar guerra a outras populações numa tentativa de aumentar o território e de captar novos recursos.

As primeiras **cidades-estado** – cidades que controlavam áreas e regiões vizinhas, incluindo outros aglomerados, pequenos povoamentos e áreas agrícolas – vão conquistando e fazendo alianças com outras cidades, dando origem aos primeiros impérios urbanos. Estes dominavam extensos territórios sob a égide de uma única cidade central. A partir do IV milénio até 500 a. C., a população urbana cresce a um ritmo vertiginoso e é neste período que vários impérios urbanos surgem em todo o mundo, na Mesopotâmia, no Egipto, no Vale do Indo, na China, na América Central e na América do Sul. A cidade de Ur, que a seguir passaremos a analisar, constitui um caso ilustrativo da emergência de um novo tipo de urbanização e de urbanismo, característico das cidades-estado antigas.

2.2.1 *Ur*

A cidade de Ur, situada na bacia do deserto da Mesopotâmia, é um dos exemplos mais paradigmáticos da cidade-estado da Antiguidade. Os estudos arqueológicos sugerem que esta cidade foi um dos principais centros onde se desenvolveu uma nova divisão social e espacial do trabalho. Esta deveu-se à emergência de novas relações de produção fundadas na propriedade privada, no regime patriarcal e na formação de uma ordem hierárquica de classes sociais associada ao processo de desenvolvimento da cidade-estado.



Figura 2.2 – Reconstrução da cidade-estado de Ur.

Desde as suas origens, que datam cerca de 4500 a.C., Ur constituiu-se como um importante entreposto comercial na Mesopotâmia. A riqueza dos solos, os excedentes agrícolas e a existência de uma manufactura artesanal permitiram a consolidação desta cidade como um centro urbano fulcral numa rede de cidades-estado que se estendia por todo o Crescente Fértil, ao Egito e à Índia e, mais tarde, à Europa.

Se, no início, a organização social e urbana em Ur, tal como em outras cidades da Mesopotâmia, era constituída por um soberano, por um grupo de conselheiros religiosos, colaboradores e escribas, que governavam uma população de agricultores, artesãos, comerciantes, artistas e soldados, entre 2500 a.C. e 1500 a.C. Ur apresentava uma ordem social marcadamente hierarquizada e muito mais complexa. Estas mudanças têm a ver, em grande medida, com a progressiva secularização do poder dominante e com a emergência de um sistema governativo e administrativo cada vez mais distinto e autónomo. A cidade torna-se num centro de reprodução e de regulação social de um vasto território que implica a institucionalização de novas formas de governação.

A sua morfologia urbana fornece dados importantes sobre a organização espacial da cidade, assim como a existência de redes de relações com o exterior, onde se articula um intenso comércio inter-regional, troca e difusão de tecnologias, movimentos populacionais e conquistas militares. Tal como os grandes centros urbanos da Antiguidade, Ur era uma cidade murada com um aspecto mais oval que circular e com uma morfologia marcada pelos eixos

Norte-Sul, inerente à cosmologia suméria. Perpendicular a estes eixos, surgem os eixos este/oeste. A cidade era, assim, dividida em quadrantes, marcados nas extremidades das muralhas por aberturas, assinalando os quatro pontos cardeais. Este padrão viria a ser utilizado, com algumas variações, em quase todas as cidades-estado em todo o mundo, nos seguintes 4000 anos.

A estrutura espacial de Ur estava intimamente associada ao conhecimento astronómico, ao simbolismo cósmico e às actividades do dia-a-dia. A construção de um espaço urbano com um centro dominante apresenta-se, pela primeira vez, como uma especificidade do urbanismo desconhecida até então. Esta nova organização espacial em torno de um centro secular e sagrado irá influenciar o modo de vida dos habitantes e o acesso ao poder simbólico da cultura urbana de Ur.

Uma das manifestações mais admiráveis desta nova centralidade é a *zigurate*, torre típica da Mesopotâmia que, no caso de Ur, se encontra um pouco mais a noroeste do centro. Esta construção grandiosa situava-se numa área considerada como o espaço sagrado da cidade, onde se erguia um templo, numerosos santuários e edifícios que serviam como centros administrativos, formando pela primeira vez na história da humanidade uma cidadela (uma cidade dentro da cidade). Na sua vizinhança localizavam-se os maiores celeiros e um dos maiores mercados de Ur. As habitações foram construídas ao longo das ruas que iam terminar em pequenos largos. É sugerido por alguns estudiosos que a área concêntrica em torno da cidadela foi muito possivelmente ocupada pelos habitantes mais antigos e mais influentes da cidade. Supõe-se, no entanto, que nas zonas mais afastadas do centro do poder tenham residido habitantes de classes menos privilegiadas.



Figura 2.3 – Zigurate de Ur 2100 a. C.

Os processos de urbanização e de urbanismo em Ur evocam um simbolismo cósmico e sagrado, novas formas de reprodução social assim como um crescente sistema de governação e de regulação, que surgem directamente associados a novas configurações espaciais. Esta organização social e urbana esteve presente em numerosas cidades-estado da Mesopotâmia, por exemplo, em Uruk, Kish e Lagash. Estas cidades eram, de facto, “pequenos estados onde se registava uma tensão interior entre o poder religioso e o poder político e, simultaneamente, uma tensão externa que consistia na tentativa de alargarem as fronteiras anexando o território e a cidade vizinha” (Tavares, 1993:25).

Para concluir, os primeiros centros urbanos surgem, em geral, da conjugação de um conjunto de factores que tem, essencialmente, a ver com a existência de condições ecológicas favoráveis, excedentes agrícolas, comércio e uma complexa estrutura social, mais especificamente, a existência de uma divisão social de trabalho e de relações hierárquicas de poder. Para além destes factores comuns importa identificar, ainda que de forma sucinta, outras similaridades e diferenças que o caracterizam.

Primeiro, a história das primeiras cidades não obedece a uma lógica linear, mas sim a padrões de desenvolvimento marcados por continuidades, discontinuidades, mudanças radicais, avanços e recuos.

Segundo, a densidade populacional das cidades antigas era relativamente baixa se compararmos com as cidades do presente. A maior parte destes centros urbanos tinham uma população total que rondava os 10.000 habitantes. Mesmo nos centros maiores a população dificilmente excedia os 250.000.

Terceiro, a maioria destas cidades eram muradas e os desertos circundantes eram vistos como uma forma natural de defesa e de protecção. Para além deste aspecto, todas as cidades tinham uma cidadela murada com um templo, um palácio e um celeiro central.

Quarto, no que diz respeito à estrutura social, as primeiras cidades eram maioritariamente teocracias, governadas por “reis-deuses” onde o poder político se fundia com o poder religioso. O exercício deste poder sincrético permitia um controlo rígido das populações. Neste contexto, uma estrutura fortemente hierarquizada era sustentada por reis-deuses totalitários e pelos seus colaboradores, os quais se constituíam como uma elite isolada do resto da população. Esta nova classe era particularmente evidente em cidades como Uruk e Babiónia, no Eufrates. Noutras cidades, estas estruturas de poder apresentam-se menos rígidas, contudo os primeiros centros urbanos são, geralmente, caracterizados por acentuadas desigualdades sociais.

Por último, as condições de vida nas cidades antigas eram, para a maior parte das populações, muito precárias. É de notar que em cidades onde as divisões de classe eram menos marcadas, os habitantes podiam desfrutar de um melhor nível de vida. Contudo, na sua maioria, as cidades antigas eram fortemente caracterizadas pelas suas actividades bélicas orientadas para a conquista de outros territórios e populações numa tentativa de engrandecimento e de acumulação de riqueza.

Em seguida iremos examinar, a título exemplificativo, as cidades antigas de Atenas e Roma, realçando, por um lado, as interdependências entre o poder político e as dinâmicas económicas, culturais e simbólicas e, por outro lado, a estreita relação entre este conjunto de factores e a organização espacial urbana.

2.2.2 Atenas e Roma

Na Antiguidade, **Atenas** foi construída de acordo com um código cosmológico ao qual foram sobrepostos símbolos religiosos associados ao panteão dos deuses gregos. De facto, toda a cidade de Atenas foi construída em honra da deusa Atena. Simbolicamente Atenas era designada por um círculo e no centro do círculo encontrava-se a **ágora** que era o mercado, mas que, na realidade, se constituía como o “centro da comunidade”. À medida que Atenas se foi desenvolvendo, a ágora foi ganhando importância, tornando-se o centro de toda a região ateniense. No entanto, a ágora não tinha somente uma dimensão económica; de facto, a vida política era o nó fundamental da organização social de Atenas e a ágora tornou-se igualmente no fórum público. Neste sentido, a cidade foi profundamente marcada por um código político que suplantou o cosmológico/religioso.

A invenção grega da cidade como **pólis**, traduzida como cidade-estado ou comunidade auto-governada, tem fascinado urbanistas, arquitectos, cientistas políticos, sociólogos, filósofos e muitos outros durante séculos. Para Aristóteles, a pólis torna-se num espaço onde cada cidadão pode realizar-se a nível intelectual, cultural, moral e espiritual (Ver CAIXA 2.1 – Aristóteles, *Política*)

CAIXA 2.1

Aristóteles – Política

“Se todas as associações tendem para algum bem, com muito maior razão deve tender a mais soberana de todas, e compreende todas as outras: aquela a que chamamos de cidade e associação política [...]. A cidade existe por natureza, como existem por natureza as associações mais simples, porque a cidade é a ambição final para que tendem todas as outras. De facto, chamamos “natureza” de uma coisa à sua condição na última fase do seu desenvolvimento.

Portanto a cidade é um facto natural, e o homem é, por natureza, um animal político. Mas o homem é um animal político por motivos diversos e mais fortes do que os das abelhas ou de qualquer animal que vive em rebanho. O homem é o único animal que possui o dom da palavra, a voz pode exprimir dor ou prazer, e os outros animais também a possuem; mas a palavra serve para exprimir o que é útil e prejudicial, justo ou injusto. É esse, com efeito, o carácter do homem: ter a noção do bem e do mal, do correcto e do incorrecto, e das outras distinções morais. A associação dos seres que possuem essas noções cria a família e a cidade. Por conseguinte, a cidade é a condição da família e do indivíduo. De facto, se ninguém se basta a si mesmo, estará em relação à cidade, na mesma situação da parte em relação ao todo. Quem não é capaz de participar na vida cidadina, ou não necessita disso, não pode dizer que é propriamente um homem, mas sim um animal ou um deus”.

Fonte: Aristóteles, *Política*, 1252-1253.

A noção de *pólis* como comunidade de pertença e como organização política e social fundava-se num ideal comunitário a partir do qual se definia a condição humana dos seus cidadãos. A ideia da “vida boa”, a sua materialização na cidade como espaço de igualdade, equilíbrio, harmonia e moderação. Importa, no entanto, notar que nem todos os cidadãos usufruíam dos mesmos direitos, como era o caso das mulheres e dos escravos, os quais estavam excluídos da vida política. Da mesma forma, os estrangeiros podiam entrar no teatro grego, mas não podiam participar noutras instituições reservadas unicamente a cidadãos, aqui leia-se homens gregos e livres.

O modelo espacial de Atenas vai precisamente reflectir esta nova noção de cidade, como um “espaço aberto” e de participação política dos cidadãos. A cidade é construída de forma radial a partir do centro, da *ágora*, estando todas as casas equidistantes do centro, reflectindo espacialmente a ideia de igualdade entre todos os cidadãos. Ao privilegiar os espaços públicos, os gregos construíram magníficos monumentos tais como templos, estádios, teatros e a *ágora* com os seus edifícios que serviam como centros de governação da cidade. Nas palavras de Benevolo (1995:21):

Os edifícios e os ambientes públicos – que predominam sobre os privados – conferem ao cenário urbano o carácter perfeito e acabado que a definição aristotélica exige. Os pórticos de colunas que circundam os templos e os edifícios monumentais fazem a passagem gradual dos espaços interiores para o espaço externo comum; a arquitectura torna-se capaz de dar uma forma e uma dignidade homogénea a todo o meio habitado pelo homem”.

Para além de Atenas, Esparta e Corinto emergem como poderosas cidades-estado cujo domínio se estendeu pela Europa mediterrânica e norte de África. Apesar das guerras prolongadas entre cidades-estado gregas e a consequente decadência do império permaneceu, contudo, um legado fundamental para a civilização urbana em áreas tão diversas como o planeamento, arquitectura, escultura, política e filosofia.

O segundo exemplo aqui tratado refere-se a **Roma antiga**. Tal como em outras cidades da Antiguidade, Roma é caracterizada por um *habitat* favorável, pela capacidade de produzir mais-valias económicas e por uma complexa estrutura social. Também como na Grécia, as artes, as ciências e a imponência dos edifícios e monumentos dominam a morfologia urbana de Roma. Embora se pudessem encontrar em Roma alguns dos ideais republicanos da Grécia antiga, a concepção romana da vida boa não implicava a igualdade política dos seus cidadãos. Ao contrário da Grécia, Roma exibia um modelo social e político fundado num código imperial que privilegiava o poder militar, a riqueza e o excesso.

No seu auge, o império romano estendia-se por todo o Mediterrâneo e Ásia Menor até ao norte de África, da actual Alemanha até às ilhas da actual Grã-Bretanha. Agregando um grande número de cidades mediterrânicas, o império cria milhares de centros urbanos novos de grande e média dimensão. Algumas destas cidades são muradas e na sua maioria os elementos arquitectónicos públicos e privados obedecem a uma organização geométrica do espaço urbano. (Benevolo, 1995).

Qual a organização urbana desta grande **cidade-império**? Tal como Atenas, a morfologia de Roma apresentava uma teia complexa de espaços funcionais

que se entrecruzavam com espaços construídos por uma simbologia política e cultural. No início, o centro era constituído por um mercado, um fórum e edifícios monumentais. A partir do centro, a cidade desenvolvia-se de forma radial e bem planeada. À medida que o império se expandia, Roma foi redimensionada a uma escala monumental, bem exemplificada por grandes construções como o *Circus maximum* e o *Colosseum*.

Com a expansão do império, a população de Roma atinge um milhão de habitantes que vivem na sua maioria das riquezas trazidas de todos os pontos do vasto império. Decadência, ócio e excesso passaram a caracterizar o dia-a-dia de Roma. A situação era substancialmente agravada por graves problemas habitacionais, sanitários e sociais decorrentes do crescente número de pobres que se fixavam todos os dias na cidade.

Roma antiga tornou-se, assim, numa cidade parasitária, de grandes contrastes e de profundas divisões sociais, e profundamente obcecada com o consumo e o espectáculo. No caso do *Circus* e dos rituais religiosos ali praticados, Mumford (1961) descreve-os como um “carnaval de sadismo e morte” numa sociedade em que um quarto do ano (93 dias) era dedicado a jogos financiados pelo estado. A partir do século III, as sucessivas incursões bárbaras vão enfraquecendo o império e Roma acaba por cair em 476, minada pelo parasitismo e pela decadência social e urbana.

Em síntese, nos dois exemplos de cidades antigas acima referidas, é de salientar a relação complexa entre a dimensão económica e factores de ordem política, religiosa e simbólica que se entrecruzam na produção social do espaço urbano. Na Antiguidade, as cidades eram não só centros de comércio, mas também lugares de criação de práticas culturais sendo, em muitos casos, construídas como a expressão simbólica do poder do estado. No caso de Atenas, o espaço foi construído por razões cosmológicas e políticas. Em Roma, a organização espacial tem por base a glorificação dos imperadores e do império. Se, por um lado, sem a riqueza produzida nestas cidades e sem o poder político que as controlava e regulava, elas não poderiam constituir-se como centros de grandes impérios, por outro lado, sem os seus símbolos elas jamais poderiam ser expressões da cultura civilizacional da Humanidade (Gottdiener, 1993).

2.2.3 As Cidades da Antiguidade – Reflexões Críticas

O debate contemporâneo sobre as origens das cidades tende a produzir uma abordagem evolucionista da sociedade, que compreende as seguintes fases: comunidades de caçadores-recolectores, sociedades agrícolas, povoados de grandes dimensões, cidades e, por fim, estados. Para Childe e para muitos

outros estudiosos, a transformação da base económica, da caça, da pesca e das colheitas para a produção agrícola e pastorícia está na base do aparecimento da cidade. Segundo esta lógica, o fenómeno urbano é explicado a partir das transformações ocorridas na base material da sociedade, ou seja, nos meios de produção e nos recursos físicos e tecnológicos existentes em determinadas épocas.

Mais recentemente, novas descobertas arqueológicas têm vindo a questionar o **evolucionismo social** proposto por Childe, defendendo que o desenvolvimento da sociedade compreende um processo descontínuo. Segundo Eisentadt e Shachar (1987), as cidades não são necessariamente resultantes de aglomerados agrícolas. Em determinados lugares, é possível identificar a existência de centros urbanos nos primórdios do processo de sedentarização. Os dois autores argumentam que a disponibilidade de excedentes agrícolas e o aumento de população estão na base do nascimento da cidade e da urbanização no mundo Antigo. Nos primeiros aglomerados, as necessidades básicas de sobrevivência levaram à criação de novas actividades económicas e de práticas sociais e religiosas conducentes a um processo de construção da cidade, ou seja, de urbanização. Os exemplos de Jericó e de Çatal Hüyük, atrás referidos, exemplificam bem a existência de uma cultura urbana complexa e de uma nova divisão social do trabalho – artesanato e comércio – muito antes do cultivo generalizado dos cereais.

Por outro lado, o trabalho de Soja (2001) sobre o surgimento da urbanização e do urbanismo fornece, igualmente, novas interpretações sobre a origem e desenvolvimento do fenómeno urbano. Para este autor, a literatura sobre a origem das cidades tem tendido a privilegiar os factores económicos em detrimento de análises centradas na importância das dinâmicas espaciais na estruturação dos sistemas sociais e no desenvolvimento urbano. Seguindo a linha interpretativa de Lefebvre, Soja reconhece as virtualidades de uma abordagem do desenvolvimento histórico das sociedades humanas fundada numa dialéctica sócio-espacial. Segundo esta perspectiva, a agricultura, a pastorícia, assim como o comércio e a indústria, o planeamento, a centralização da autoridade política, a formação de classes sociais e lutas de classes surgem *nas* cidades e *das* cidades e estiveram sempre relacionadas com as especificidades urbanas da divisão social do trabalho. Ou seja, a produção e reprodução das relações sociais, o autoritarismo patriarcal e a exploração de classe ganham expressão material e simbólica nas espacialidades urbanas; por outro lado, estas desempenham um papel fundamental nas dinâmicas de produção e reprodução social. O conceito de espacialidade urbana, proposto por Soja, diz respeito quer ao ambiente edificado (edifícios, monumentos, ruas, parques, etc.) quer aos padrões do uso da terra, riqueza económica, identidade cultural, divisões de classe e a todo um conjunto de atributos, relações sociais e práticas individuais e colectivas dos habitantes dos espaços urbanos.

Com base nestes pressupostos, Soja (2001:69) vai mais longe e defende uma interpretação da sociedade humana como sendo “intrinsecamente urbana”, centrada nas suas origens e desenvolvimento na cidade. Assim, o autor identifica três principais momentos “revolucionários” na história da humanidade. O primeiro momento diz respeito à primeira revolução urbana na qual os “estímulos da aglomeração urbana” (*synekism*) estiveram na base do surgimento de uma nova produção social através da invenção da agricultura (cultivo das terras e domesticação de animais) e da subsequente criação e desenvolvimento do artesanato e das actividades de troca e comerciais. Os aglomerados urbanos de Jericó e Çatal Hüyük são exemplos paradigmáticos desta primeira revolução urbana.

O segundo momento diz respeito à segunda revolução urbana na qual mais uma vez os “estímulos do aglomerado urbano” foram instrumentais para o desenvolvimento de importantes inovações tecnológicas no âmbito da agricultura, tendo-se a sua influência feito sentir numa outra dimensão da sociedade. Inovações na esfera da reprodução social geraram novas formas de governação e de administração de vastos territórios e de populações, possibilitando a manutenção de sociedades coesas e a reprodução de práticas culturais. O paradigma desta revolução é a constituição do “estado imperial” e de todo o seu aparelho administrativo associado à criação das cidades-estado.

Por último, a inserção no espaço urbano da manufactura industrial constitui um factor determinante da terceira revolução. Segundo Soja, os processos de industrialização e as migrações maciças para as cidades obrigaram a uma reorganização fundamental do espaço urbano, de forma a fornecer as infraestruturas necessárias para a reprodução social capitalista a nível local, regional, nacional e global. O capitalismo industrial é, pois, concebido como um modo de produção “essencialmente urbano”. Apesar desta narrativa ser atravessada por um certo determinismo urbano, ou melhor, pela preocupação em inserir a espacialidade urbana no centro da análise de fenómenos sociais e urbanos, a **perspectiva espacial crítica** proposta por Soja oferece indubitavelmente novas formas de pensar o urbano e a sociedade.

Para o sociólogo Gottdiener (1993), a problemática das origens e do desenvolvimento das cidades é enquadrada numa **abordagem sócio-espacial**, que privilegia a relação dual entre as pessoas e o espaço. Neste sentido, os actores sociais não são só agentes de mudança que intervêm em determinados espaços mas são, também, influenciados pelos espaços em que habitam. As cidades da Antiguidade são concebidas como o resultado de mecanismos culturais e sociais assim como das dinâmicas da sua base económica. Na visão deste autor, “a glória de Roma”, por exemplo, fundou-se tanto na divisão social de trabalho marcada por relações comerciais e de troca como na inovação política e social da instituição cidadania e do modo como os cidadãos romanos foram integrados na vida política desta cidade-império.

Para Gottdiener (1993), o declínio e a posterior queda de Roma veio, mais uma vez, questionar a concepção evolucionista de Childe sobre a civilização humana. No século VI, Roma tinha-se tornado num aglomerado urbano com uma população total que não excedia os 20.000 habitantes.

Seguidamente iremos concentrar a atenção na evolução das cidades durante a Idade Média, com particular interesse no contexto europeu.

2.3 As Cidades Medievais e Renascentistas

Após a queda do Império Romano, o espaço urbano na Europa sofreu importantes transformações. A profunda desorganização política e social, a falta de condições económicas e administrativas para gerir as grandes cidades, o declínio das actividades comerciais e um clima generalizado de insegurança provocado pelas sucessivas invasões bárbaras são alguns dos principais factores que contribuíram para os baixos níveis de urbanização registados na Europa desde o século VII até ao século X. Esta situação viria a sofrer importantes mudanças nos séculos seguintes, contudo os processos de urbanização na Europa mantiveram-se relativamente baixos. Ao invés, no Médio Oriente, na Ásia e no que é hoje a América Latina, o período da Idade Média é caracterizado por um grande desenvolvimento de centros urbanos.

No Médio Oriente, já no século XV, a hegemonia islâmica implicou o controlo de um vasto território e a conquista de antigas cidades construídas pelos romanos tal como Constantinopla. Além destas, surgem dois outros tipos de aglomerados urbanos. As denominadas “Villes Créées” que eram centros administrativos do poder islâmico e as “Villes Spontanées” – centros de comércio, sancionados pelo califa. Estas cidades constituíam centros estratégicos de comércio e de administração que os soberanos islâmicos utilizavam para controlar e expandir o seu domínio por grandes áreas territoriais.

Na Índia, entre os séculos XI e XVIII, as cidades surgem como centros onde o poder real e o comércio se intersectam de múltiplas formas. Tal como noutras cidades da Ásia, a sobrevivência dos núcleos urbanos está mais dependente do poder do Estado do que da riqueza gerada no seio do próprio espaço urbano.⁴

Por último, no que diz respeito à América Latina, as civilizações Azteca e Inca registaram durante este período um desenvolvimento e expansão sem precedentes. As cidades aztecas surgem estreitamente associadas às actividades agrícolas de clãs familiares e a sua organização estrutura-se em torno destas divisões sociais. Com uma economia fundada num sistema comercial de troca e no artesanato, a grandiosidade de Tenochtitlán advém, acima de tudo, da sua função enquanto centro do poder azteca e de todo o seu aparelho administrativo.

⁴ Sobre esta temática ver o importante trabalho de Braudel (1973).

Depois desta brevíssima incursão pelas cidades não europeias, retomamos a análise sobre os processos de urbanização na Europa da Idade Média. Durante vários séculos, as pequenas cidades, vilas e outros aglomerados urbanos existentes na Europa constituíam-se essencialmente como lugares fortificados e centros administrativos, políticos e religiosos. Estima-se que a população total das vilas não excedesse umas escassas centenas de pessoas e nas pequenas cidades rondaria entre os dois a três mil habitantes. Estes não usufruíam de quaisquer direitos específicos nem possuíam instituições próprias reconhecidas pelo poder feudal. Com um número muito reduzido de habitantes, os níveis de produção eram muito baixos, levando à estagnação social e urbana (Pirenne, 1973, [1952]).

Quanto à organização social e simbólica do espaço urbano, os aglomerados populacionais desta época exibem um conjunto de especificidades reveladoras do modo como o património antigo é apropriado e modificado assim como novas racionalidades emergem como eixos estruturantes das cidades da alta Idade Média. Em seguida, transcrevemos alguns excertos da obra de Benevolo (1995) sobre as cidades europeias deste período. Ao salientar os principais traços deste novo sistema urbano, é de notar como o autor articula com grande pertinência um conjunto de factores sociais, políticos, simbólicos, arquitetónicos e espaciais na análise que fornece das novas configurações urbanas nos “séculos escuros” da História.

CAIXA 2.2

Cidades Europeias após a Queda do Império do Ocidente

Em primeiro lugar, a ideia da cidade perde os seus traços gerais e sistemáticos, e individualiza-se numa nova e radical adesão ao meio geográfico e paisagístico. Cada cidade já existente, na medida em que continua a viver, é mentalmente associada à consistência natural dos lugares. [...]

Em segundo lugar, modifica-se a distribuição dos pesos arquitetónicos e simbólicos nos organismos urbanos, e, ao mesmo tempo, o equilíbrio entre as diferentes partes. [...] A existência de um santuário importante fora da área urbana conduz por vezes à deslocação do centro; em Bona, a Igreja sepulcral de S. Cássio, situada fora do *castrum*, é convertida em catedral e já no século IX passa a ser o novo núcleo da cidade. Em Itália, a impossibilidade de uma fusão total entre a população local e os Lombardos leva os

dominadores a estabelecerem-se em ampliações feitas propositalmente: em Pavia [...] A coexistência de várias confissões cristãs, como aconteceu em Ravenna sob o domínio dos Godos, gera também uma distinção de centros religiosos, identificados com os diferentes bairros.

Entretanto, toda a estrutura interna da cidade vai de encontro a profundas modificações. Nas cidades, grandes e pequenas, de origem romana, os edifícios que davam para o interior dos quarteirões perdem em grande parte as suas funções originárias – residências individuais e colectivas ou edifícios públicos – e os quarteirões passam a ser divididos por novos percursos internos, sinuosos e já não em linha recta, que permitem que as suas partes seja utilizadas como lojas ou residências pequenas. Algumas estruturas maiores – templos, teatros, anfiteatros, circos, aquedutos, reservatórios deixam de ser utilizados – passam a ser recintos fortificados, Em certos casos, um único edifício antigo – como o paço de Diocleciano, em Sápalto – alberga uma cidade inteira. [...]

Há pois que reflectir sobre a paisagem em que os aglomerados populacionais se encontram imersos e distanciados uns dos outros: um espaço dilatado pelas novas relações com os territórios setentrionais, pela lentidão e pelos riscos das comunicações, onde os vestígios do homem deixam de ser evidentes e legíveis. As cidades de todos os géneros são acima de tudo refúgios precários contra as insídias desse espaço indefinido, onde a organização territorial do Estado romano se perdeu e uma nova organização acaba de começar. Fora das portas da cidade encontram-se de súbito florestas, pântanos, campos despo-voados e montanhas, que todavia – na organização mental da pregação cristã – perderam a sacralidade pagã e pertencem a um universo criado, sempre potencialmente acessível à iniciativa humana e à sua disposição.

O raio de acção, técnico e mental, das intervenções ambientais fica assim drasticamente diminuído. Os homens que vivem nesse cenário habitua-m-se a olhá-lo de muito perto, e também não têm meios para o representar e controlar globalmente. A arquitectura perde o seu domínio sobre os ambientes vastos; as partes isoladas, as colunas e os ornatos esculpidos que foram retirados dos edifícios pagãos e reutilizados nos edifícios cristãos são apreciados individualmente pela sua feitura, enquanto a regularidade da obra no seu todo é esquecida e se mostra irrecuperável.

Fonte: Leonardo Benevolo. 1993. *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 37-41.

Como atrás foi referido, durante a alta Idade Média, a vida urbana conheceu um período de estagnação que se veio a prolongar por vários séculos. Contudo, é importante mencionar que algumas localidades na Itália do Norte e nos Países Baixos se desenvolvem de forma precoce, tais como as cidades marítimas italianas de Veneza, Pisa e Génova que, já no século XII, assumem uma identidade própria. Entre elas é de salientar o caso de Veneza, cidade-estado mercantil que, no século XVI, se constitui como a “única cidade europeia capaz de competir com Estados nacionais, e que se mantém como uma grande potência mundial até ao século XVIII” (Benevolo, 1993:49).

A partir dos meados do século X, as cidades europeias começam a ganhar uma nova dinâmica e uma crescente importância no desenvolvimento económico, social e político da sociedade medieval. As razões que subjazem ao renascimento das cidades são múltiplas e complexas. Para Pirenne (1973, [1952]), a intensificação do comércio constitui um factor determinante na criação das cidades medievais, as quais se vão localizar preferencialmente ao longo das principais rotas comerciais. Nesta mesma linha, Max Weber (1974, [1922]) defende o imperativo económico das cidades da Idade Média. Ao contrário da pólis da Antiguidade, cuja estrutura económica é orientada para o expansionismo militar as cidades medievais fundam-se na actividade económica e visam, acima de tudo, o lucro. Neste contexto, a guerra é, segundo Weber, um instrumento ao serviço dos interesses económicos dos burgueses. Uma posição contrária é defendida por Mumford (1961) ao sugerir que foi precisamente a formação das cidades, tanto na Europa como na Ásia, que está na base da expansão comercial.

Embora existam diferentes perspectivas quanto às origens e crescimento das cidades europeias, o desenvolvimento do comércio e da manufactura são considerados na literatura histórica como fortes estímulos para a expansão da vida urbana na Idade Média.

Dado o reduzido número de fontes documentais da época sobre o povoamento das cidades, torna-se especialmente difícil fornecer uma análise pormenorizada desta realidade. Sabe-se, no entanto, que com a expansão comercial os mercadores viam-se na necessidade de se fixarem ao longo das vias de comunicação, tendo-se concentrado em cidades e em burgos que ofereciam condições mais favoráveis. Concomitante ao processo de fixação de mercadores em aglomerados urbanos, a expansão demográfica é, igualmente, responsável por um aumento significativo de populações rurais que se deslocam para as cidades à procura de trabalho. Nas cidades, a necessidade de mão-de-obra em actividades directa e indirectamente relacionadas com o comércio torna-se num importante factor de atracção destas populações rurais. Entre estas, um crescente número de artífices encontra na cidade melhores matérias-primas e um espaço favorável para o aperfeiçoamento e introdução de novas técnicas de manufactura. Estabelece-se, assim, uma nova divisão social de

trabalho que opõe de forma clara a cidade ao campo. A cidade é, pois, o lugar do comércio e da indústria enquanto que o campo é, sobretudo, um espaço dominado pelas actividades rurais.

A análise de Pirenne sobre as cidades da Idade Média (1973:104 -112, [1952]) é bem reveladora deste processo inicial de fixação da população mercantil em aglomerados urbanos e, conseqüentemente, da formação e florescimento das cidades medievais.

CAIXA 2.3

As Cidades da Idade Média

“O comércio e a indústria fizeram delas [das cidades da Idade Média] o que elas foram. Não cessaram de crescer sob a sua influência. Em nenhuma época se observa um contraste tão nítido como o que opõe a sua organização social e económica à organização social e económica dos campos. Nunca antes existiu uma classe de homens tão estreitamente urbana como o foi a burguesia medieval.

[...] O povoamento das cidades escapa-se-nos nos seus pormenores. Não se sabe como os primeiros mercadores que aí se vieram fixar se instalaram no meio ou à margem da população preexistente. As cidades, cujos limites abarcavam frequentemente espaços vazios ocupados por campos ou jardins, forçosamente tinham de lhes fornecer, a princípio, um lugar que se tornou em breve demasiado exíguo. Em Verdun construíram um recinto fortificado (*negotiatorum claustrum*), ligado à cidade por duas pontes; em Ratisbona, a cidade dos mercadores (*urbe mercatorum*), ergue-se ao lado da cidade episcopal, e o mesmo facto é comprovado em Utreque, Estrasburgo, etc. Em Cambral, os recém-chegados rodearam-se de uma paliçada de madeira, que, um pouco mais tarde, foi substituída por uma muralha de pedra. Sabemos que em Marselha o recinto urbano teve de ser ampliado no dealbar do século XI. Seria fácil multiplicar estes exemplos. Demonstrem de um modo irrefutável a rápida extensão tomada pelas velhas cidades que, desde a época romana, não tinham experimentado qualquer engrandecimento.

O povoamento dos burgos é devido às mesmas causas que o das cidades, mas operou-se em condições bastante diferentes. Aqui, com efeito, o espaço disponível faltava aos que chegavam. Os burgos eram só fortalezas, cujas muralhas encerravam um perímetro estreitamente limitado. Daqui resulta que, desde o princípio, os mercadores foram obrigados a instalar-se, por falta de lugar, no

exterior deste perímetro. Construíram, ao lado do burgo, um burgo exterior, ou seja um subúrbio (*forisburgus, suburbium*). Este subúrbio é ainda chamado pelos textos novo burgo (*novus burgus*), por oposição ao burgo feudal, ou velho burgo (*vestus burgus*). [...] Na história da formação das cidades, o *subúrbio* comercial ultrapassou em muito a importância do *burgo* feudal. É ele que é o elemento-agente e é através dele, [...] que se explica a renovação da vida municipal, que não é senão a consequência do renascimento económico.”

Fonte: Henri Pirenne. 1973, [1952]. *As Cidades da Idade Média*. Lisboa: Edições Europa-América, pp. 104-112.

A partir do século X, as aglomerações mercantis, de que nos fala Pirenne, desenvolvem-se a um ritmo acelerado, tornando-se centros especializados de actividades comerciais, manufactura e de serviços. O crescimento destes novos centros constituídos na sua maioria por uma população artesã e mercantil vai ser acompanhado pela construção de novas igrejas e de muralhas de protecção. A nova classe emergente, os *burgueses* (habitantes dos burgos), vai desafiar o poder político feudal e reivindicar para si novos direitos e liberdades que garantam o livre exercício das suas actividades económicas.

Para Max Weber, um dos elementos fundamentais que distingue as cidades do final da Idade Média das cidades antigas mediterrânicas e orientais e que explica o seu desenvolvimento é precisamente a reivindicação de um estatuto de cidadania pelos burgueses. Nas suas palavras “Eles fizeram da cidade um lugar de *ascensão da servidão à liberdade* por meio do lucro monetário... A cidadania usurpava, pois, a faculdade de ruptura do direito senhorial – e esta foi uma grande inovação substancialmente *revolucionária* da cidade ocidental da Idade Média, relativamente a todas as outras”⁵. A afirmação de um direito individual e a criação de estruturas institucionais e de órgãos específicos de cidadãos que estão sujeitos a um direito comum abala profundamente o regime feudal fundado em direitos senhoriais e na servidão pessoal.

A luta por uma nova organização política assentava numa noção de autonomia administrativa e judiciária assim como num novo sistema de impostos proporcionais aos rendimentos e destinados a obras de utilidade pública, sobretudo a fortificações e equipamentos vários (Benevolo, 1993:57-58). Embora a diversidade das cartas de direitos (*fuero* e *foral* no caso espanhol e português respectivamente) concedidas a diferentes cidades europeias na França, Inglaterra, Alemanha, Portugal e na Espanha, os privilégios urbanos

⁵ Citado em Delle Donna (1979:22).

na Idade Média tinham um conjunto de traços comuns. Por exemplo, a liberdade individual dos burgueses (não sendo estes obrigados a julgamento fora dos tribunais da cidade a não ser em casos excepcionais); o direito à propriedade como uma forma de propriedade livre; a isenção dos burgueses de um conjunto de obrigações feudais; a existência de vários graus de autonomia financeira quanto à cobrança de impostos, anteriormente efectuada pelo rei ou pelos senhores e, por fim, a constituição de órgãos de governo e administração urbana por um conjunto de oficiais eleitos.⁶

Em traços largos, a nova organização municipal passa, assim, do foro privado para o poder público da “comuna”. Os órgãos do governo municipal eram constituídos por: 1. Assembleia que representava os interesses privados da burguesia dominante; 2. Comissão executiva constituída por um ou mais magistrados eleitos ou nomeados por um representante dos habitantes da cidade ou pelos próprios cidadãos – os *cônsoles* na Itália, os *jurés* em França e os *échivins* na Flandres.

Ao mesmo tempo surgem as associações ou corporações que representam os diferentes grupos de artesãos – *artes* na Itália e *guilds* na Inglaterra. Por último, é criada uma posição de magistrado eleito pelo povo, o capitão do povo. Para além destes órgãos civis, subsistem as autoridades religiosas, os bispos e as ordens monásticas, as quais a partir do século XIII se vão fixando nas cidades.

O governo autónomo da cidade limita-se, no entanto, ao seu perímetro e como tal as populações rurais são excluídas do conjunto de direitos que passam a gozar os burgueses. Ao contrário da pólis grega, a cidade medieval constitui-se como um centro “fechado” gerido conforme os interesses da população urbana. Esta, por sua vez, não se apresenta como uma comunidade cívica fundada nos princípios da igualdade. Pelo contrário, se, por um lado, os concelhos das cidades se vão desenvolvendo e ampliando, por outro lado, os trabalhadores assalariados vão sendo sistematicamente excluídos destes órgãos de governo. Tal como Benevolo (1993:58) refere, ‘As cidades da Idade Média não sabem o que é “a” liberdade mas “as” liberdades, não sabem o que são categorias institucionais definidas em abstracto mas instituições criadas de propósito para cada caso concreto’.

Segundo este autor, a organização social e política da cidade medieval tem implicações directas na configuração do espaço urbano. A estrutura da cidade reflecte a presença e o equilíbrio entre vários poderes: o episcopado, o governo civil, as ordens religiosas, as corporações, as classes. A cidade é assim constituída por vários centros, o religioso, o civil e um ou vários centros comerciais. O espaço urbano é, igualmente, dividido em quarteirões, paróquias e bairros, cada um com a sua organização própria, símbolos específicos e, frequentemente, com uma organização política individualizada. Um outro aspecto importante

⁶ Para uma abordagem mais aprofundada, ver, por exemplo, Lilley (2002); Mattoso 1992.

diz respeito ao carácter privilegiado da cidade medieval que se vai reflectir numa realidade fisicamente fechada. A cidade ocupa um espaço bem definido e bem delimitado, dominado por edifícios públicos, igrejas e palácios, que sobressaem dos restantes edifícios. As muralhas são a obra pública de maior relevo circundando uma superfície determinada. A construção de novas muralhas só surge quando o espaço circunscrito pela anterior muralha estivesse completamente ocupado. Esta delimitação da cidade acentua uma identidade colectiva que se materializa de uma forma muito concreta, definitiva e facilmente identificável.

A urbanização da Europa vai conhecer um desenvolvimento acentuado entre os séculos XII e XIV. Na Flandres e na costa setentrional germânica assim como na Itália setentrional e central as cidades ganham grande autonomia e importância económica a nível internacional.

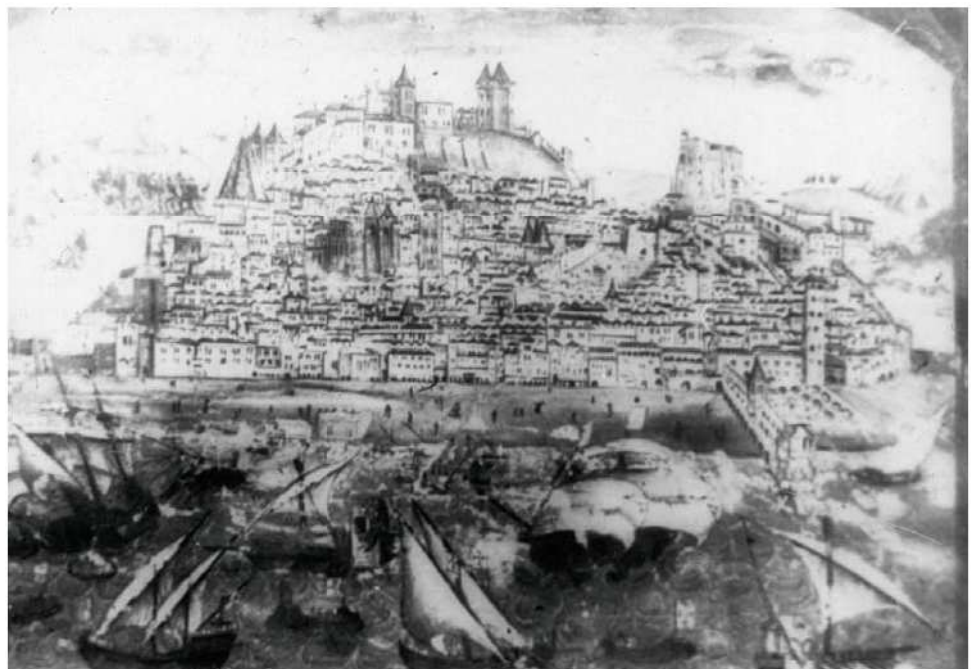


Figura 2.4 – Lisboa na época de Fernão Lopes, século XV.

O crescimento progressivo das cidades europeias durante a Idade Média vai sofrer um importante revés a partir dos princípios do século XIV até aos meados do século XV. A depressão económica e a Peste Negra (1347-1348) vão provocar uma inversão nos padrões de crescimento demográfico e económico, verificados até então. Cidades como Florença, Siena e muitos outros centros urbanos europeus vão decrescer substancialmente. Por outro lado, aos desequilíbrios económicos vêm associar-se tensões sociais e conflitos

protagonizados pelas camadas sociais mais desfavorecidas e marginalizadas. As revoltas dos trabalhadores, artífices e do povo em geral vão alastrar pelas principais cidades europeias tal como ocorre com os artesãos de Nuremberga, em 1348, com os cardadores de lã de Florença, em 1378, com os tecelões flamengos, em 1379, com os *tuchins* do Languedoque em 1380, com os camponeses ingleses de Mile's End, em 1381, e com o povo de Paris, em 1382. Estas insurreições são neutralizadas pelas classes dominantes, pelos senhores ou pelos reinos nacionais, e, conseqüentemente, as liberdades cidadinas viriam a ser mais restritivas.

Contudo, a partir dos finais do século XV, durante todo o período da Renascença, as cidades ganham uma nova proeminência. O desenvolvimento da cultura, das artes e das ciências é acompanhado por um *boom* arquitectónico e artístico sem precedentes. Em toda a Europa vão surgir inúmeras obras de grande envergadura e o desenvolvimento das cidades é acompanhado pela expansão artística que se projecta na construção de palácios, igrejas, basílicas, praças e edifícios públicos. A título ilustrativo, é de referir que a partir dos finais do século XVI o notável desenvolvimento da cidade de Amsterdão com a abertura de novos canais, a ampliação do porto e a construção de novos aglomerados. De igual modo, na França do século XVII, os palácios, os parques, os jardins, as avenidas e os monumentos construídos passam a fazer parte de um estilo de vida marcado pela estética, literatura e por costumes que passam a ser um modelo de referência para outras capitais europeias. Por último, o projecto de reconstrução de Londres, após o grande incêndio de 1666, constitui uma oportunidade única de renovação urbana em grande escala.⁷ A construção de novos parques, aglomerados habitacionais, praças e a reconstrução de edifícios públicos reconfigura espacialmente uma cidade que, nos finais do século XVII, já contava com uma população a rondar um milhão de habitantes.

⁷ Para um estudo aprofundado sobre estas cidades europeias ver por exemplo o trabalho de Rasmussen (1934) sobre Londres ou de Poete (1924) sobre Paris.

Nos finais do século XVIII, as cidades europeias como entidades vão perdendo progressivamente a sua hegemonia à medida que vão sendo incorporadas num espaço territorialmente definido pelos Estados-nação emergentes. Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo industrial e os novos processos de urbanização das sociedades nacionais são factores determinantes para a reorganização do espaço urbano e da sociedade em geral.

2.4 O Capitalismo e a Cidade Industrial

A partir dos meados do século XVII, começam a esboçar-se na Inglaterra mudanças cruciais tanto a nível demográfico como na esfera da produção. O aumento de produtividade nos sectores industriais emergentes e na

⁸ Para alguns autores a revolução industrial corresponde ao segundo momento revolucionário, sendo o primeiro a revolução neolítica. Ver por exemplo Mela (1999); Macionis e Parrillo (2000).

agricultura, assim como o rápido aumento demográfico, estão na base do que alguns autores denominam como o terceiro “momento revolucionário” da história da civilização – A **Revolução Industrial** ocorrida no século XVIII.⁸

A emergência de uma economia capitalista, a industrialização e a explosão demográfica são apontadas como as principais razões para a expansão do fenómeno urbano. Por um lado, o aumento da produtividade vai libertar uma grande parte da população que se dedicava à produção agrícola. Por outro lado, o desenvolvimento do modo de produção capitalista obriga à aceleração dos níveis de produção de bens a serem comercializados nos mercados nacionais e internacionais e, conseqüentemente, à crescente procura de mão-de-obra. A subsequente deslocação maciça das populações do campo para a cidade assume, assim, um papel crucial na evolução de novos padrões de urbanização.

Nesta óptica, o nascimento da cidade industrial assenta num conjunto de pressupostos de ordem económica que estão na base do fenómeno urbano. Se as causas económicas têm sido de importância fundamental para a criação de espaços urbanos, como, aliás, foi referido nos dois momentos “revolucionários” anteriormente abordados neste capítulo (a revolução neolítica e a revolução urbana), é também verdade que factores de ordem política, cultural e religiosa intervêm, igualmente, de forma decisiva na formação das cidades (Gottdiener, 1993).

A este respeito, alguns autores insistem que a inclusão no espaço urbano das manufacturas industriais constitui a força motriz para aquilo que denominam por “terceira revolução urbana”. Tal como nas duas revoluções urbanas em que os *estímulos* do aglomerado urbano estão estreitamente associados ao desenvolvimento da agricultura, no século XVIII a relação de simbiose entre os processos de urbanização e de industrialização assume tal amplitude que o capitalismo industrial é visto como sendo “fundamentalmente um modo de produção urbana” (Soja, 2000).⁹ Esta perspectiva insere-se numa narrativa espacial crítica da cidade, que pretende articular as interdependências económicas e ecológicas para melhor explicar os padrões de evolução do fenómeno urbano ao longo dos tempos.

Teorizar e explicar as principais causas das origens da cidade e, neste caso específico, da cidade industrial é uma tarefa complexa e controversa. Contudo, estas diferentes abordagens permitem-nos avaliar a emergência do espaço urbano a partir de múltiplas perspectivas e de uma pluralidade de olhares. No seguimento deste capítulo ir-se-ão referir as dinâmicas do crescimento urbano a partir do século XVIII. Num segundo momento, no âmbito de um quadro mais vasto do capitalismo, procede-se à análise da cidade de Manchester como caso paradigmático da cidade industrial-capitalista.

⁹ Sobre esta temática ver as análises de Jacobs (1969) e Soja (2000).

2.4.1 O Crescimento da População Urbana na Europa (Séculos XVIII-XX)

Segundo Mumford (1961), nos finais do século XVIII, as grandes cidades europeias tinham uma população relativamente reduzida, sendo na maior parte dos casos inferior a 600.000 habitantes (Ver Quadro 2.1). Nos meados do século XIX, com o desenvolvimento da industrialização capitalista, algumas das cidades da Europa ocidental atingem densidades populacionais de grande magnitude, com vários milhões de habitantes.

Quadro 2.1 – Crescimento das Cidades Europeias, 1700 a 1998

(População em milhares)

Cidade	1700	1800	1900	1998
Londres	550	861	6.480	7.007
Paris	530	547	3.300	2.175
Nápoles	207	430	563	1.050
Lisboa	188	237	363	663
Amsterdão	172	201	510	718
Roma	149	153	487	2.654
Madrid	110	169	539	3.030
Viena	105	231	1.662	1.560
Berlim (unificada)	–	172	2.424	3.470

Fonte: Adaptado de Gottdiener (1994) e Macionis e Parillo (2000).

As mudanças populacionais mais dramáticas verificam-se na Inglaterra e no país de Gales onde o grau de desenvolvimento do sistema capitalista e industrial é o mais avançado da Europa. Na Inglaterra, por exemplo, em 1750, 80% da população total era rural. Em 1900, verifica-se uma tendência inversa em que mais de 80% da população está concentrada em centros urbanos. A nível da população urbana, Londres e Manchester registam um verdadeiro *boom* populacional. No início do século XIX, a população total de Londres era inferior a um milhão, elevando-se a quase seis milhões e meio de habitantes em 1900 (Quadro 2.1). Manchester, por seu turno, que em 1760 contava com um total

de 12.000 habitantes, em meados do século XIX, a população total eleva-se a 400.000.

Como veremos em detalhe no Capítulo VI, o crescimento urbano assume uma dinâmica imparável ao longo dos séculos XIX e XX. Limitando-nos, aqui, a fornecer alguns dados relativos ao século XX. A taxa de crescimento anual da população urbana no período de 1900-1920 era de 0.9%. No período seguinte, 1920-1940, este valor atinge os 3.4%, vindo a elevar-se a 4.5% entre 1940-1950. Ou seja, num período de 50 anos, a população urbana quadruplicou. Este crescimento acelerado irá manter-se até ao presente, tendo vindo a acentuar-se, mais recentemente, com a rápida expansão urbana em países menos desenvolvidos. (Mela, 1999). De acordo com estimativas das Nações Unidas, em 1975 trinta e nove por cento da população mundial concentrava-se em áreas urbanas, estima-se que este número seja de 65% em 2025.¹⁰

¹⁰ Para uma informação detalhada do desenvolvimento da população urbana até 2015, ver Human Development Reports. United Nations. World Urbanization Prospects. 2004 and 2005.

Seguidamente iremos analisar, no quadro das dinâmicas do capitalismo industrial, as transformações sócio-espaciais ocorridas na cidade de Manchester, que constitui um exemplo paradigmático dos primórdios da cidade industrial.

2.4.2 *Manchester no centro do Capitalismo Industrial – Estudo de Caso*

Até aos meados do século XVIII, Manchester era pouco mais do que uma vila comercial, situada em Lancashire, uma das áreas mais densamente povoadas da Inglaterra. Sem quaisquer muralhas que a cercassem, Manchester não se apresentava como uma entidade, mas sim como um centro de trocas comerciais, com poucas corporações influentes (*guilds*) de artífices e artesãos e uma escassa população não agrícola que se dedicava a actividades burocráticas e cívicas.

Servindo como nó comercial de um conjunto de vilas e aldeias e áreas agrícolas circundantes que se dedicavam à tecelagem, Manchester vai-se desenvolvendo ao longo dos tempos. Este crescimento ganha um novo ímpeto com a abertura do primeiro grande canal ligando Manchester à cidade porto de Liverpool nos anos sessenta do século XVIII e após a construção da primeira linha de caminhos-de-ferro inter-urbana entre as duas cidades na segunda metade do século XIX.

Entre 1770 e 1850, Manchester transforma-se na primeira cidade industrial capitalista, a “chaminé do mundo”, com uma população total de 400.000, tornando-se assim na segunda maior cidade inglesa, logo a seguir a Londres. Esta mudança radical é complexa, no entanto o seu estudo permite-nos compreender melhor os novos processos de urbanização que caracterizam,

segundo alguns autores, a segunda revolução urbana. Um primeiro factor tem a ver com a implantação na cidade do sistema industrial. Em 1830, estavam já em funcionamento 100 fábricas de têxteis, empregando em média, cada uma delas, 100 trabalhadores, chegando mesmo algumas unidades fabris a empregar uma mão-de-obra total de 1000 trabalhadores.



Figura 2.5 – Fábricas de algodão na Union Street, Manchester, 1860.

A concentração da indústria na cidade teve profundas implicações na reorganização do espaço urbano. No centro foram construídos grandes armazéns de algodão, muitos dos quais ocupando áreas residenciais abandonadas por moradores que decidiram fixar-se nos subúrbios. Para Soja (2000) estas transformações não sugerem somente a emergência do processo de “suburbanização da classe média”, mas a inversão de padrões de localização das classes altas nos centros das cidades. É, no entanto, importante referir que embora o modelo de suburbanização ocorrido em Manchester tivesse vindo a ser reproduzido noutras cidades anglo-saxónicas e nos Estados Unidos da América, no caso francês tal processo não se veio a verificar, uma vez que a burguesia tendeu a manter-se no centro da cidade (Fishman, 1987).

A nível institucional, só em 1838 é que Manchester obteve o estatuto de autonomia. Ao contrário de outras cidades inglesas, Manchester não possuía corporações ou organizações de artesãos bem organizadas nem uma classe

eclesiástica forte. A aristocracia concentrava-se nos arredores da cidade, possibilitando a fixação da nova burguesia industrial no centro da mesma. Este viria a ser partilhado por comerciantes, vendedores, artífices, tecelões independentes, pela classe trabalhadora e pela população desempregada e pobre.

Marx viria a denominar este último grupo de “exército de reserva”. A emergência de uma população pobre e destituída de quaisquer meios de sobrevivência é entendida como o resultado de uma estratégia concreta do capitalismo industrial ao criar uma classe extremamente pobre que pudesse ser instrumentalizada de forma material e simbólica contra a classe trabalhadora. Segundo Marx, esta nova classe poderia ser utilizada para colmatar eventuais défices de mão-de-obra e para neutralizar potenciais reivindicações por parte das classes trabalhadoras.

Esta população constituída por desempregados, camponeses sem terra e por pessoas em condições de extrema pobreza acabaria por se refugiar no centro da cidade em busca de novas formas de sobrevivência. Neste sentido, o processo de pauperização a que estão sujeitas grandes faixas da população inscreve-se na cidade e ganha materialidade através da emergência de bairros super-povoados e caracterizados pela miséria e degradação extremas.

Segundo Soja (2000), a organização sócio-espacial de Manchester obedece a três anéis fundamentais que se podem descrever da seguinte forma:

- Uma área concêntrica no centro da cidade onde se fixa a classe trabalhadora e o “exército de reserva”. Nesta área surgem dois novos processos de urbanização, a pauperização e a conseqüente formação de áreas urbanas degradadas.
- A nova classe média burguesa que se fixa num anel mais regular e menos povoado.
- A classe alta burguesa que se vai fixar em grandes propriedades nos subúrbios da cidade.

Esta nova realidade social e espacial comum a muitas cidades inglesas foi amplamente abordada por diversos autores e escritores. Se a Londres de Dickens e de William Blake oferece-nos um retrato pungente da realidade urbana industrial dos finais do século XIX o trabalho notável de Friedrich Engels sobre a condição da classe operária na Inglaterra, *The Condition of the Working Class in England*, constitui, como veremos no próximo capítulo, uma análise teórica pioneira da formação da cidade de Manchester no quadro do capitalismo industrial.



Figura 2.6 – Portugal Street, Ancoats, Manchester, 1907.



Figura 2.7 – Wither Grove, Manchester, 1895.

A observação perspicaz e o estudo meticuloso desta cidade industrial levam Engels a observar que: “Não existe outra cidade no mundo em que a distância entre ricos e pobres seja tão grande, ou a barreira entre eles tão difícil de transpor”. De facto, nos meados do século XVIII, o centro da cidade de Manchester tem uma das piores condições de vida de toda a Inglaterra, só mesmo comparável à realidade vivida em Londres.

Por volta de 1840, metade das crianças nascidas nas zonas pobres da cidade morriam antes de atingirem os seis anos de idade e a esperança média de vida era de dezassete anos. Com o desenvolvimento do sistema capitalista industrial, estas condições de vida sub-humanas viriam a alargar-se a outras regiões da

¹¹ Em 1851, a população imigrante irlandesa em Manchester representava 15% do total da população pobre. Quarenta por cento dos imigrantes irlandeses residiam em Ancoats. (Censo de 1900).

Inglaterra e até mesmo à Irlanda. As precárias condições de vida destas populações, agravadas pela grande fome das batatas estão na origem da deslocação maciça de irlandeses para Manchester, que se vão fixar em enclaves habitacionais de extrema pobreza e degradação, como é o caso de Ancoats considerado o “lugar negro da morte” de Manchester.¹¹

O exemplo de Manchester é bem ilustrativo do modo como o capitalismo se traduziu numa matriz de segregação espacial bem definida, como expressão material das desigualdades sociais e de classe. Para além disso, surge pela primeira vez uma inversão na localização das classes altas burguesas do centro da cidade para os subúrbios obrigando a cidade a expandir-se para fora. Esta morfologia urbana implica novos modelos de planeamento e a construção de obras públicas de forma a facilitar o acesso e a gestão da cidade de acordo com os interesses dominantes.

Estas dinâmicas de urbanização-industrialização não foram específicas de Manchester. Com maior ou menor grau de complexidade, o capitalismo industrial urbano reproduz-se com padrões similares noutras cidades do mundo industrializado. Em traços largos, esta nova estrutura espacial é caracterizada pela fixação, sem precedentes, da população nos centros urbanos, produção, emprego e uma concentração residencial concêntrica coincidente com as divisões sociais de classe.

No próximo capítulo, a análise dos estudos teóricos e empíricos realizados sobre a cidade industrial designadamente Manchester e Chicago revelará o modo como a desigualdade social constitui um elemento central na estruturação da vida urbana. O que não significa afirmar que a cidade é somente um produto dos imperativos económicos do sistema capitalista. Como veremos, a formação de culturas e sub-culturas urbanas específicas são, igualmente, factores determinantes nas formas de construir e de experimentar a cidade.

Perspectivas e Conceitos-Chave

- Revolução urbana
- Revolução industrial
- Urbanização
- Urbanismo
- Primeiros povoamentos de grandes dimensões
- Cidades-Estado
- Cidades-Império
- Evolucionismo social
- Perspectiva espacial crítica
- Abordagem sócio-espacial
- Cidades Medievais: Morfologia urbana e dinâmicas sociais
- Cidades Renascentistas: Morfologia urbana e dinâmicas sociais
- Burgos e Cidadania
- Cidade Industrial
- Organização sócio-espacial do capitalismo industrial

Actividades Propostas

Actividade 1

Compare as seguintes perspectivas teóricas: evolucionista, espacial crítica e sócio-espacial sobre as origens e desenvolvimento das cidades.

Atividade 2

Caracterize os conceitos de urbanização e de urbanismo como principais eixos temáticos no campo de pesquisa da sociologia urbana.

Atividade 3

Identifique os processos de desenvolvimento de Jericó e Çatal Hüyük, referindo a importância destas primeiras experiências urbanas e o seu contributo para a história da urbanização.

Atividade 4

Distinga as organizações sócio-espaciais das cidades clássicas de Atenas e Roma, referindo a interdependência entre os elementos culturais, religiosos e políticos e os imperativos económicos na estruturação destes dois centros urbanos da antiguidade.

Atividade 5

A partir dos meados do século X, as cidades europeias começam a ganhar uma nova dinâmica e uma crescente importância no desenvolvimento económico, social e político da sociedade medieval. Compare de forma crítica a perspectiva proposta por Pirenne e por Mumford sobre as causas do renascimento da cidade na Idade Média.

Atividade 6

Problematize a emergência da cidade industrial e a sua articulação com o capitalismo industrial.

Atividade 7

Refira as novas configurações sócio-espaciais e as novas desigualdades sociais emergentes na cidade industrial dos finais do século XIX e início do século XX.

Leituras Complementares

BRAUDEL, F.

- 1992 *The Structures of Everyday Life. The Wheels of Commerce and The Perspective of the World.* Berkeley: University of California Press.

HAYDEN, D.

- 1997 *The Power of Place. Urban Landscapes as Public History.* Cambridge: MIT Press.

MARQUES, A. H. de OLIVEIRA; GONÇALVES, I.; ANDRADE, A. A.

- 1990 *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas.* Lisboa: INIC.

MATTOSO, J.

- 1992a A cidade medieval na perspectiva da história das mentalidades. In: *Cidades e História.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 21-24.

- 1992b Introdução à história urbana: a cidade e o poder. *Cidades e História,* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 9-20.

MELLAART, J.

- 1965 *Earliest Civilizations of the Near East.* New York: McGraw-Hill.

TAVARES, M. J. F. (coord.)

- 1993 *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares.* Lisboa: Universidade Aberta.

WILLIAMS, R.

- 1988,1921 *O campo e a cidade na história e na literatura.* São Paulo: Martins Fontes.

Ligações à Internet

H-Urban Web links

<http://www.h-net.org/~urban/weblinks>

London Research Centre

www.london-research.gov.uk/Lrcinf.htm

OneWorld International Foundation – The City

www.oneworld.org/guides/thecity

Urban Institute

www.urban.org

On-line Reference Book for Medieval Studies

ww.the-orb.net/encyclo/culture/towns/towns.html#capsule

3. Sociologia Urbana: Tradições Clássicas

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

3. Sociologia Urbana: Tradições Clássicas

Resumo

Objectivos do Capítulo

3.1 A Tradição Europeia

3.1.1 *Karl Marx e Friedrich Engels: As Teorias do Conflito e a Cidade*

3.1.2 *Ferdinand Tönnies: Entre a Comunidade (Gemeinschaft) e a Sociedade (Gesellschaft)*

3.1.3 *Émile Durkheim: Solidariedade Mecânica e Orgânica*

3.1.4 *Max Weber: Perspectiva Histórica e Comparativa das Cidades*

3.1.5 *Georg Simmel : A Metrópole e a Experiência da Modernidade*

3.2 A Tradição Americana

3.2.1 *Robert Park e a Escola de Chicago de Sociologia Urbana*

3.2.2 *Ernest Burgess: O Modelo de Zonas Concêntricas*

3.2.3 *O Debate sobre a Ecologia Humana*

3.2.4 *Louis Wirth e a Problemática do Urbanismo*

3.2.5 *A Escola de Chicago – Breves Considerações Finais*

Perspectivas e Conceitos-Chave

Actividades Propostas

Leituras Complementares

Ligações à Internet

Página intencionalmente em branco

Resumo

O presente capítulo fornece uma abordagem alargada das principais perspectivas teóricas clássicas da sociologia urbana. Ao traçar as origens da disciplina, salientamos duas tradições fundamentais, que estão na base da sua fundação e que remontam aos meados do século XIX e princípios do século XX. A tradição europeia, orientada para a problemática da cidade como expressão dos processos mais alargados de industrialização, e a tradição americana, identificada com a Escola de Chicago e com a afirmação da sociologia urbana como campo disciplinar específico. Central a este capítulo é a apresentação dos principais contributos teóricos e empíricos dos diferentes autores clássicos para uma reflexão sistemática e multifacetada sobre a cidade e a cultura urbana.

Objectivos do Capítulo

No final deste capítulo o/a estudante deverá estar apto/a:

- Identificar as diferentes correntes teóricas da tradição clássica europeia da sociologia urbana.
- Equacionar a reflexão sociológica sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista com as interpretações marxistas sobre o fenómeno urbano.
- Caracterizar a perspectiva de abordagem proposta por Simmel sobre a cidade e o modo de vida urbano.
- Perspectivar os contributos da Escola de Chicago para o desenvolvimento da sociologia urbana, identificando os seus principais fundamentos teóricos.
- Identificar os principais temas de pesquisa desenvolvidos pela Escola de Chicago de Sociologia Urbana.
- Compreender o modelo de crescimento urbano proposto por Burgess, e a perspectivação da cidade enquanto produto de dinâmicas sócio-espaciais.
- Identificar as orientações teóricas de Wirth sobre o urbanismo e a espacialização da cultura.
- Comparar e contrastar as perspectivas da Escola de Chicago sobre os processos de urbanização com aquelas desenvolvidas pelos sociólogos e teóricos europeus.

Página intencionalmente em branco

3.1 A Tradição Europeia

A partir dos meados do século XIX, as grandes transformações sociais decorrentes dos rápidos processos de industrialização e de urbanização foram objecto de análise por um grupo de teóricos e de sociólogos, designadamente Karl Marx, Friedrich Engels, Ferdinand Tönnies, Emile Durkheim, Max Weber e Georg Simmel. Os contributos destes autores para uma reflexão sociológica sobre a sociedade capitalista e a cidade viriam a influenciar, de forma decisiva, posteriores abordagens sobre o fenómeno urbano. Seguidamente, discute-se um conjunto de perspectivas, conceitos e problemáticas que, apesar da sua grande diversidade, tendem a apresentar interpretações da cidade à luz do quadro mais lato das dinâmicas da modernidade.

3.1.1 Karl Marx e Friedrich Engels: As Teorias do Conflito e a Cidade

Para Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) a cidade constituia um espaço onde as contradições do modo de produção capitalista assumem particular relevância. Nesta perspectiva, a análise do fenómeno urbano viria a centrar-se em torno de duas dimensões fundamentais: em primeiro lugar, a cidade é entendida como a expressão da lógica capitalista e, em segundo lugar, o processo de urbanização é interpretado como uma condição necessária para a construção do socialismo.

O interesse revelado por Marx e Engels na questão urbana não reside tanto no estudo da cidade *per se* mas sim nas dinâmicas do modelo de produção capitalista, e no modo como estas criam determinados padrões de urbanização (Saunders, 1993). Neste sentido, o sistema capitalista é entendido como sendo um factor determinante na emergência de cidades como espaços de desigualdade, de exclusão e de segregação das camadas populacionais mais pobres e desfavorecidas, às mãos de uma burguesia dominante e poderosa. Na sua obra monumental *O Capital*, Karl Marx denuncia a exploração sem limites da classe operária que imperava nos centros urbanos da Europa no século XIX e que se viria a prolongar durante o século XX. No âmbito da literatura, autores como Victor Hugo (*Os Miseráveis*) e Charles Dickens (*Oliver Twist*, *Hard Times* e outros) ou Alfred Döblin (*Berlin Alexanderplatz*) foram, igualmente, pungentes ao desmascarar a brutalidade das relações sociais e das condições de vida do operariado, das mulheres e das crianças, nas cidades europeias da época.

No seu célebre estudo sobre as condições de vida da classe operária na Inglaterra em 1844 (Friedrich Engels, *The Condition of the Working Class in England*, trans. by W. Henderson and W. H. Chaloner. New York: Macmillan, 1958),

Engels oferece uma análise aprofundada da cidade industrial de Manchester, e da extrema pobreza, degradação e privação em que a classe trabalhadora se encontrava.

Ao analisar a cidade industrial como um “microcosmo” da sociedade capitalista, e tendo Manchester como pano de fundo, Engels salienta três principais aspectos.

Primeiro, o modo de produção capitalista tende a produzir um modelo de dupla concentração de capital e de trabalhadores. A centralização de investimentos de capital e de pessoas permite o desenvolvimento rápido de processos de industrialização e economias de escala.

Segundo, o desenvolvimento da cidade industrial está directamente associada à emergência de uma nova organização espacial. Ao re-direccionar os investimentos do centro para a periferia e face à falta de regulação do planeamento urbano, o modelo capitalista cria padrões espaciais caóticos, constituídos por múltiplos centros. Engels refere o modo como a sociedade capitalista dos finais do século XIX cria novas formas de segregação espacial e social. A burguesia e o proletariado, os ricos e os pobres vivem em bairros segregados “[...] a pobreza encontra-se escondida [...] fora do alcance da vista das classes mais favorecidas da sociedade”¹ para “evitar ofender a frágil susceptibilidade do olhar e dos sentidos das classes médias.”²

¹ Citado em Fortuna, 2001 (Engels, 1958, p. 33).

² *Ibidem.*, p. 56.

No seu estudo sobre as questões da habitação, Engels defende que o modo de produção capitalista não permite a resolução dos problemas habitacionais com os quais os trabalhadores industriais e a “petty bourgeoisie” se deparam. Assim, a renovação urbana é inviabilizada pela própria lógica do sistema capitalista. Nas suas palavras:

“The breeding places of disease, the infamous holes and cellars in which the capitalist mode of production confines our workers night after night, are not abolished; they are merely shifted elsewhere! The same economic necessity which produced them in the first place produces them in the next place also! As long as the capitalist mode of production continues to exist it is folly to hope for an isolated settlement of the housing question or of any other social question affecting the lot of the workers. The solution lies in the abolition of the capitalist mode of production”³.

³ Citado em Saunders, 1993 (Engels, 1969, pp. 352-353).

Por último, Engels centra a sua análise nos problemas sociais resultantes das rupturas ocorridas nas sociedades tradicionais e na emergência da sociedade capitalista. Ao articular as condições de trabalho com as condições habitacionais, o autor sublinha o modo como a reprodução das relações sociais está estreitamente ligada à reprodução do sistema capitalista. Dada a incapacidade do capitalismo em fornecer condições de habitação dignas aos trabalhadores, e dada a situação de extrema pobreza em que estes se encontram, a capacidade

de reprodução social das futuras gerações proletárias seria seriamente comprometida, o que a seu ver constituía uma ameaça para o futuro do próprio modelo capitalista.

Contudo, para Marx e Engels, se as grandes cidades são o reflexo dos conflitos e antagonismos entre classes sociais, elas são, igualmente, perspectivadas como espaços de consciencialização e de emancipação da classe trabalhadora. A grande concentração de trabalhadores nas cidades, vivendo em condições miseráveis seria instrumental para o movimento da classe operária e para o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Segundo estes autores, a luta de classes como o “motor da história” é, em última análise, jogada no espaço urbano, conduzindo necessariamente à superação do capitalismo e à construção da sociedade socialista (Ver CAIXA 3.1 *Cidade Industrial, Conflito e Crítica Social*).

CAIXA 3.1

Cidade Industrial, Conflito e Crítica Social

Karl Marx e Friedrich Engels colocam a tónica nos elementos antagónicos e conflituais presentes no interior das cidades e das sociedades industriais.

A história da Humanidade – como sustentam os dois autores alemães no *Manifesto do Partido Comunista* (1848) – constituiu sempre um estendal de “lutas e confrontações entre classes de opressores e classes de oprimidos”. Nas sociedades modernas – industriais e capitalistas – o contraste de classe simplificou-se, reduzindo-se no fundamental entre burgueses (detentores dos meios de produção) e proletários (os modernos operários, possuidores unicamente da sua força de trabalho).

Na cidade, os contrastes de classe concentram-se e tornam-se mais evidentes e agudos, pois o proletariado “multiplica-se e adensa-se em massas cada vez maiores”. O ponto de vista dialéctico com que Marx e Engels interpretam a realidade social condu-los a supor uma superação do modo de produção capitalista através de uma sublevação revolucionária do proletariado (depois de este tomar consciência da sua força), que deveria conduzir à construção de novas formas sociais inspiradas em princípios do socialismo.

Fonte: Alfredo Mela. 1999. *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 27.

Nos princípios do século XX, outros autores de orientação marxista tais como Benjamin, Horkheimer, Adorno e Fromm viriam a centrar a sua atenção sobre as questões da cidade. Contudo, ao contrário de Marx e Engels, a reflexão crítica destes cientistas sociais sobre a cidade moderna e industrial não se esgotaria nas suas dimensões sócio-económicas, mas tenderia a explorar os seus aspectos estéticos, modos de vida, novas tecnologias e lógicas de consumo. Paralelamente a estas abordagens surgem, na sociologia europeia da época, novos debates sobre os processos de modernização e de transição da sociedade rural para a sociedade urbana. Neste debate, a problematização de modelos sociais tipo sobre as sociedades pré-industriais e as sociedades industriais, tenderia a conceber a cidade e o campo, o urbano e o rural como categorias opostas. O trabalho do sociólogo alemão, Ferdinand Tönnies, é um exemplo paradigmático desta tensão teórica entre o urbano e o rural, a cidade e o campo, que viria a ter uma longa influência no desenvolvimento da sociologia urbana.

3.1.2 *Ferdinand Tönnies: Entre a Comunidade (Gemeinschaft) e a Sociedade (Gesellschaft)*

Ferdinand Tönnies (1855-1936), na sua célebre obra *Gemeinschaft e Gesellschaft* [1963 (1887)], descreve dois **tipos ideais de vida social: Gemeinschaft** ou **comunidade** e **Gesellschaft** ou **sociedade**.

- **Gemeinschaft** ou **Comunidade**

Este conceito pretende caracterizar espacialmente a aldeia rural e, socialmente, a comunidade rural, baseada em relações de parentesco, de amizade e de vizinhança existentes num determinado território. Este modo de vida social implica que os seus membros, unidos por uma mesma língua e tradições, possuam fortes laços de pertença a uma comunidade coesa e cimentada pela comunhão de ideais de unidade e de solidariedade. Em oposição a este modelo comunitário surge a noção de *Gesellschaft*.

- **Gesellschaft** ou **Sociedade**

Ao analisar a cidade industrial, Tönnies descreve-a como uma organização social completamente oposta à comunidade rural. Enquanto a *Gemeinschaft* expressa uma identidade e um sentimento de pertença a uma colectividade bem definida, *Gesellschaft* ou sociedade baseia-se em atitudes e valores

individualistas, calculistas e racionais. Este modo de vida é típico das metrópoles como um “agregado mecânico”, caracterizado pelo individualismo, egoísmo e hostilidade. Para Tönnies, a evolução das sociedades europeias é marcada por um processo gradual de substituição de modelos comunitários (*Gemeinschaft*) por modelos societários (*Gesellschaft*). A valorização do comunitarismo rural, e dos valores do bem comum em oposição ao individualismo e ao utilitarismo da sociedade capitalista permeia o pensamento de Tönnies, para quem a *Gesellschaft* caracteriza uma forma de organização social irreversível. Contudo, as emergentes cooperativas de trabalhadores e de outras organizações sociais eram percebidas como instrumentos capazes de minorar o carácter individualista e competitivo do capitalismo.

Uma das virtualidades fundamentais da teorização de modelos comunitários proposta por Tönnies prende-se com a possibilidade de analisar a evolução de diferentes tipos de sociedade e de problematizar diferentes formas de organização social, não só num mesmo quadro temporal mas, também, em diferentes espaços. Com base numa perspectiva evolucionista característica do século XIX, os contributos deste autor para o desenvolvimento de teorias sobre o urbanismo tiveram importantes repercussões em futuras análises sociológicas sobre o fenómeno urbano. Contudo, a perspectiva de Tönnies viria a ser alvo de críticas, as quais se centram na impossibilidade de identificar os efeitos do capitalismo e da concentração urbana nas formas de organização social (Saunders, 1981). Como veremos, a dificuldade em destrinçar o impacto destas duas realidades nos modelos de interacção social modernos iria acompanhar o desenvolvimento da sociologia urbana até à última metade do século XX.

3.1.3 *Émile Durkheim: Solidariedade Mecânica e Orgânica*

Tal como Ferdinand Tönnies, Emile Durkheim (1858-1917), um dos teóricos fundadores da sociologia, desenvolve categorias dualistas para explicar as rápidas mudanças sociais ocorridas nos finais do século XIX. Seguindo a perspectiva de Tönnies, Durkheim [1964 (1893)] elabora um quadro conceptual que tem como eixos fundamentais as noções dicotómicas de **solidariedade mecânica** e de **solidariedade orgânica**. O primeiro conceito refere-se aos laços sociais que unem as pessoas com base numa comunhão de crenças, costumes, rituais e símbolos. Este modelo social é caracterizado pelo predomínio de uma consciência colectiva, pela homogeneidade e indistinção entre os seus membros. Oposto a esta noção, o conceito de solidariedade orgânica pretende explicar a sociedade moderna como o resultado de um processo de evolução e de diferenciação social. Deste modo, a cidade é concebida em termos de um

modelo fundado na interdependência funcional, decorrente de uma complexa divisão social do trabalho. Tal como um organismo, a sociedade moderna é entendida a partir das relações de dependência que os seus membros estabelecem entre si para poderem sobreviver.

Para Durkheim esta forma específica de organização social é central na compreensão das profundas mutações sociais e económicas provocadas pelo rápido crescimento do capitalismo. Face à nova realidade social, Durkheim valoriza as formas modernas de solidariedade orgânica em detrimento do modelo mecânico.⁴

⁴ Para uma discussão crítica do modelo taxonómico durkheimiano, ver José Carlos Gomes da Silva. 1994. *A Identidade Roumada. Ensaios de Antropologia Social*. Lisboa: Gradiva.

Ao compararmos as perspectivas de Durkheim e Tönnies, é importante salientar os seguintes aspectos:

1. No estudo dos processos de mudança de sociedades pré-modernas para sociedades modernas, tanto Tönnies como Durkheim introduzem uma tipologia dicotómica com base em categorias dualistas: *Gemeinschaft/Gessellschaft*; Solidariedade mecânica/Solidariedade orgânica respectivamente.
2. A função classificatória inerente a estas análises implicou a hierarquização representacional da realidade, em termos de valores e de ideias. A constituição de modelos de classificação e de hierarquias propostas por Durkheim marcou, em grande medida, o pensamento sociológico ao longo dos tempos.
3. Para Tönnies, a modernidade e a vida urbana implicavam a destruição de formas tradicionais de integração social, provocando rupturas sociais, conflitos e alienação.
4. Ao contrário de Tönnies, Durkheim valoriza a modernidade como um modelo superior de organização social, que permite novas formas de coesão, de desenvolvimento e de liberdade, resultantes de acordos estabelecidos entre os membros da sociedade. Contudo, Durkheim adverte que, para além de acordos sociais, as sociedades necessitam de uma regulação moral que as sustente. (Ver CAIXA 3.2. *Modernidade e Urbanismo*).

CAIXA 3.2

Modernidade e Urbanismo

Entre fins do século XIX e início do século XX, gera-se na sociologia europeia um debate sobre os percursos de modernização em acção nas sociedades ocidentais, que aborda em particular a questão da transição da civilização rural para as sociedades urbanizadas. Ferdinand Tönnies (1887) interpreta esta passagem, na sua opinião, cheia de armadilhas, como o advento de um modelo societário (*Gesellschaft*), que adquire progressivamente vantagem sobre um modelo comunitário (*Gemeinschaft*). O primeiro é típico das metrópoles modernas, lugares de racionalidade, cálculo económico, domínio do mercado em todas as relações sociais, anonimato dos indivíduos. Ao invés, o tipo comunitário é característico do campo, das aldeias rurais, em que «uma pessoa se encontra com os seus desde o nascimento, ligada a eles para o bem e para o mal, (num) estado originário e individual» – a tradição, a pertença à estirpe, falar a sua língua materna são os pilares em que assenta o sentido de identidade típico da *Gemeinschaft*.

Esta perspectiva é completamente rebatida por Emile Durkheim (1893), que acolhe favoravelmente o advento da modernidade, nos termos de uma transição do domínio de uma *solidariedade* do tipo *mecânico* (em que prevalece a homogeneidade dos indivíduos, a que não corresponde um desenvolvimento real da personalidade) para outra do tipo *orgânico*, baseada numa forte divisão social do trabalho – as sociedades industriais modernas, fundamentadas na solidariedade orgânica, configuram-se aos olhos de Durkheim como dominadas tendencialmente por um «acordo perfeito entre as partes da sociedade», ou mesmo por uma «maior autonomia» de todos os seus membros.

Segundo Max Weber, a cidade é um «aglomerado de mercado estável» – na sua obra *Economia e Sociedade* (1922), o sociólogo alemão mostra que a dimensão que caracteriza o contexto urbano é a económico-comercial. Com efeito, no comportamento dos cidadãos prevalecem acções de tipo *racional em relação a um objectivo* (aquelas em que o indivíduo compara racionalmente meios e fins) que têm predomínio sobre formas de agir tradicionais ou afectivas, características das sociedades pré-modernas. As cidades modernas urbanizadas parecem a Weber conotadas com uma organização racional, uma economia fundada no mercado e na produção industrial e na secularização e burocratização das funções públicas.

Fonte: Alfredo Mela. 1999. *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 31-32.

3.1.4 Max Weber: Perspectiva Histórica e Comparativa das Cidades

Max Weber (1858-1917), tal como outros teóricos da sua época, vivenciou os ritmos de mudança acelerada provocados pelos processos de industrialização e de modernização característicos da Europa Ocidental do século XIX e princípios do século XX. Ao contrário de Tönnies e Durkheim, Weber pretende fornecer uma visão mais alargada dos processos da modernidade e do fenómeno urbano. A partir da análise histórica e comparada das cidades na Europa, no Médio Oriente, na Índia e na China, Weber propõe uma tipologia das cidades.

Ao estudar o desenvolvimento das cidades europeias, o autor defende que estas se foram especializando em certas funções, que passaram a dominar as suas actividades. Um constituiram-se como verdadeiras *cidades do Príncipe* como é o caso de Celle, sede dos príncipes da dinastia de Hanover ou a cidade de Potsdam morada dos príncipes e reis de Hohensollren ou, ainda, Weimar, residência do Príncipe Carl August. Ao longo dos tempos estes núcleos urbanos passaram a ser denominados por *cidades sede de governo*. Weber identifica, ainda, a existência das *cidades-fortalezas*, construídas para abrigar tropas e regimentos inteiros. Outras urbes tornaram-se grandes centros de comercialização de mercadorias – *cidades comerciais*, como é o caso de Frankfurt. Outras, ainda, devido à existência de boas infraestruturas portuárias passaram a especializar-se no intercâmbio comercial. Estas *cidades portuárias*, tais como Amesterdão, Roterdão, e Génova, Nápoles e Marselha no Mediterrâneo constituíram-se como importantes centros de comercialização de mercadorias com o Oriente.

Com a Revolução Industrial, algumas cidades como é o caso de Manchester, Londres, e Colónia tornaram-se verdadeiros centros industriais ou manufactureiros. No decorrer do século XIX, certos centros urbanos foram-se desenvolvendo e transformando em grandes metrópoles, acumulando todo um conjunto de funções, que caracterizavam as cidades sede de governo, cidades comerciais e industriais, ao mesmo tempo que se transformavam em grandes centros de cultura.

Com base nos seus estudos sobre história urbana no contexto europeu, Weber no célebre ensaio “Die Stadt” (A Cidade, 1921) propõe um modelo ideal de comunidade urbana na qual figurariam os seguintes elementos: um mercado; uma fortificação; um tribunal e uma certa autonomia jurídica e legislativa; associações e autonomia política, ainda que parcial. Mais especificamente, o tipo ideal de uma verdadeira comunidade urbana englobaria um conjunto de dimensões fundamentais:

-
1. Na concepção Weberiana de comunidade urbana predominam as relações económicas e comerciais. Na mesma linha de pensamento de Durkheim e de Tönnies, Weber salienta a interdependência económica que caracteriza as relações entre pessoas no contexto urbano. Esta dimensão é de tal forma importante que o mercado, como um instrumento facilitador das relações de comércio, assume uma posição de centralidade na cidade moderna.
 2. A comunidade urbana é, igualmente, caracterizada por uma certa autonomia política, militar e administrativa. Para Weber, esta autonomia era essencial para que os seus habitantes pudessem criar vínculos de pertença e de lealdade à cidade e, neste sentido, gerar um processo de identificação com o espaço urbano.
 3. Segundo Weber, a comunidade urbana implicava necessariamente a existência de associações e de organizações através das quais os seus habitantes participariam directamente nas dinâmicas sociais, culturais e políticas da cidade.

Com o surgimento do Estado-nação nos séculos XVII, XVIII e XIX, e o subsequente declínio das cidades como espaços político e militarmente autónomos, Weber sustenta que os laços de pertença tendem a enfraquecer a favor de outras formas de lealdade, nomeadamente à nação, ao país, aos negócios ou ao próprio indivíduo (Macionis e Parrillo, 2000). Ao contrário de Durkheim, a cidade moderna para Weber não constituía um exemplo de uma “vida boa”. De facto, a concepção ideal-tipo de cidade, defendida por Weber, dificilmente se identificava com a cidade industrial dos finais do século XIX, princípios do século XX. A cidade medieval representaria, assim, o modelo de uma verdadeira comunidade urbana caracterizada por relações comerciais, autonomia política e administrativa e pela participação social dos seus habitantes.

Se para Weber, o estudo da cidade se inseria numa análise histórico-comparativa mais abrangente e, neste sentido, revelava uma especial preocupação com a relação entre os processos históricos e estilos de vida urbanos, para o sociólogo alemão Georg Simmel a dimensão sócio-psicológica da urbanidade assume uma importância central na análise das cidades modernas.

3.1.5 *Georg Simmel: A Metrópole e a Experiência da Modernidade*

Com Georg Simmel (1858-1918) consolida-se um novo objecto de análise da sociedade urbana, na viragem do século XIX. A abordagem sociológica da cidade proposta por Simmel irá incidir, fundamentalmente, sobre as vivências dos seus habitantes, as suas representações mentais, códigos morais e modos

de percepção que se desenvolvem no contexto urbano e que estão subjacentes à cultura da modernidade.

No seu notável estudo *A Metrópole e a Vida do Espírito* (1964, 2001), Simmel pretende analisar o modo como os sujeitos respondem e se acomodam aos estímulos da grande cidade. Comparando com núcleos urbanos de pequenas dimensões, as respostas e as formas de acomodação demonstradas pelos habitantes de grandes cidades são múltiplas e de diferente natureza. As reacções dos indivíduos às dinâmicas urbanas são, segundo Simmel, geradoras de um modo de vida e de uma cultura urbana específicos cujos traços mais importantes passamos a enunciar.

Em primeiro lugar, a vida urbana é caracterizada por processos de **intelectualização** e **racionalização**. Tal como Simmel sugere “Na medida em que a metrópole promove[...] condições psicológicas contrastantes – em cada atravessar de rua, no ritmo e na variedade da vida social, económica e ocupacional –, surge, na base sensorial da vida mental, assim como no grau de consciência requerido pela nossa organização social, como criaturas expostas às diferenças, um contraste marcante face ao fluir sensorial mais lento, mais familiar e mais tranquilo, característico das pequenas localidades e da vida rural. Assim, o carácter essencialmente racional da vida mental da metrópole torna-se compreensível por oposição ao da pequena localidade, que se baseia mais em sentimentos e emoções..... Em vez de reagir emocionalmente, o sujeito metropolitano reage principalmente de modo racional, pelo aprofundamento da sua consciência e a criação de uma reserva mental...” (Simmel, *A Metrópole e a Vida do Espírito*, 2001, p. 32). A “qualidade intelectualista” do modo de vida urbano afigura-se como uma estratégia de “protecção da vida interior” desenvolvida pelos habitantes dos grandes centros urbanos face às mudanças bruscas e aos estímulos constantes a que são continuamente expostos. Esta atitude de reserva, de que nos fala Simmel, traduz-se em comportamentos de distanciamento social, de indiferença e de insensibilidade. Ao dissociarem-se dos complexos ritmos da vida urbana, os habitantes das grandes cidades privilegiam o anonimato como estratégia para a preservação de um espaço pessoal e de fuga à hiper-estimulação das interacções sociais com que se confrontam no contexto urbano.

Em segundo lugar, os efeitos da industrialização e da monetarização da economia são, para Simmel, elementos fundamentais na estruturação das relações sociais na cidade. Estas assumiram um carácter “calculista” em resposta a uma **economia de dinheiro** que “trouxe ao quotidiano de inúmeras pessoas as dimensões da avaliação, do cálculo, da enumeração e da tradução em termos quantitativos dos valores qualitativos”. A este “espírito calculista” que permeia as interacções sociais dos habitantes da metrópole associa-se a pontualidade, a exactidão e a interdependência. A sujeição da vida “à exactidão e precisão

do minuto, fizeram-na convergir numa estrutura da mais acentuada impessoalidade, ao mesmo tempo que a fizeram inflectir numa direcção marcadamente pessoal”. A racionalidade da sociedade urbana leva à imposição de novas lógicas espaço-temporais, impondo novas mobilidades e ritmos de vida regidos pelo cumprimento rigoroso de horários, os quais tendem a configurar a personalidade de cada indivíduo assim como a natureza dos seus comportamentos.

O constante movimento de pessoas, a aceleração da sua mobilidade e a densidade e concentração populacional levaram à reconfiguração de noções de tempo e de espaço. Embora a relação tempo-espaço não fosse uma questão central no trabalho de Simmel, a sua análise sobre as conseqüências culturais de uma economia de dinheiro é um importante contributo para a abordagem da espacialização de formas culturais como elementos constitutivos das relações sociais.⁵

Em terceiro lugar e, directamente, associado ao espírito calculista e às novas formas económicas emergentes no contexto urbano, Simmel refere o objectivismo que a economia monetária imprime nas dinâmicas pessoais e nas condutas sociais que caracterizam a vida nas metrópoles. A cultura moderna tem promovido “aquilo que podemos considerar ser a preponderância do espírito objectivo sobre o espírito subjectivo”. A divisão social do trabalho e a progressiva especialização a que estão sujeitos os indivíduos das novas grandes urbes são, na perspectiva simmeliana, responsáveis por uma perda de “espiritualidade e de subjectividade” próprias da condição humana. Assim, assiste-se a um processo gradual de despersonalização e de impessoalização no qual o indivíduo “vê-se reduzido à condição de desprezível expressão numérica”. Neste sentido, o contexto urbano potencia uma “cultura impessoal” onde persistem racionalidades individualistas, economicistas e objectivas, que se traduz numa “regressão da cultura dos indivíduos, por referência à espiritualidade, à delicadeza e ao idealismo”.

Por último, em resposta aos estímulos, tensões, contradições e às rápidas mudanças que caracterizam a vida nas metrópoles, os indivíduos desenvolvem aquilo a que Simmel denominou de uma atitude *blasé*. Este traço psíquico constitui uma estratégia de adaptação aos estímulos constantes do mundo urbano, implicando uma atitude de indiferença, e de distanciamento face à realidade do dia-a-dia nas grandes cidades. Segundo Simmel, “esta disposição psíquica é o puro reflexo subjectivo da completa monetarização da economia, na justa medida em que o dinheiro toma o lugar de toda a diversidade das coisas e sujeita todas as diferenças qualitativas ao critério do “quanto custa”. A subordinação de formas culturais subjectivas, de individualidades e de singularidades a uma lógica monetária é para este autor um reflexo da racionalidade economicista como um instrumento “nivelador” de todos os valores

⁵ Ver Allen, John. 2000. “On Georg Simmel: Proximity, Distance and Movement” in Mike Crang e Nigel Thrift (eds.) *Thinking Space*. London: Routledge.



Figura 3.1 – Berlin, 1927. Indiferença e distanciamento social na grande cidade.

e especificidades. A atitude *blasé* emerge, assim, como expressão do anonimato, da solidão, da fugacidade dos encontros e desencontros e da instrumentalização das relações sociais que caracterizam a cultura moderna. (Ver CAIXA 3.3 – extracto do texto de Georg Simmel, *A Metrópole e a Vida do Espírito*).

CAIXA 3.3

Georg Simmel, *A Metrópole e a Vida do Espírito*

[...] Quando nos interrogamos acerca do significado mais profundo dos aspectos especificamente modernos da vida contemporânea – quando, por assim dizer, examinamos culturalmente o corpo por referência à alma, como pretendo fazer aqui a propósito da metrópole de hoje –, a resposta impõe uma análise da relação que esta estrutura social induz entre os aspectos individuais da vida e aqueles que transcendem a existência de sujeitos individuais. Requer a análise dos ajustamentos da personalidade aos factores que lhe são externos.

A base psicológica sobre a qual se constrói a individualidade metropolitana é a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos. O

homem é uma criatura cuja existência depende das diferenças, isto é, a sua mente é estimulada pelas diferenças existentes entre as sensações do momento e as precedentes. As sensações duradouras, a subtilidade das suas diferenças, a regularidade habitual do seu decurso e os contrastes entre si consomem, por assim dizer, menos energia mental do que as imagens em movimento alucinante, as diferenças pronunciadas contidas em tudo o que é visto de relance e o carácter inesperado dos estímulos intensos. Na medida em que a metrópole promove estas condições psicológicas contrastantes - em cada atravessar de rua, no ritmo e na variedade da vida social, económica e ocupacional -, surge, na base sensorial da vida mental, assim como no grau de consciência requerido pela nossa organização social, como criaturas expostas às diferenças, um contraste marcante face ao fluir sensorial e mental mais lento, mais familiar e mais tranquilo, característico das pequenas localidades e da vida rural. Assim, o carácter essencialmente racional da vida mental da metrópole torna-se compreensível por oposição ao da pequena localidade, que se baseia mais em sentimentos e emoções. Estes últimos estão inscritos nos níveis inconscientes da mente e desenvolvem-se mais facilmente no equilíbrio estável de costumes inviolados. O intelecto, situado nas camadas transparentes e conscientes mais elevadas do espírito, é a mais adaptável de todas as nossas capacidades interiores. De forma a adaptar-se às alterações e contradições dos acontecimentos, o intelecto escapa às perturbações e aos choques interiores, que são os únicos meios através dos quais as personalidades mais conservadoras conseguem adaptar-se ao mesmo ritmo de acontecimentos. Por conseguinte, o homem metropolitano, de que existem inúmeros géneros individuais, desenvolve uma capacidade protectora contra a profunda perturbação com que o ameaçam as flutuações e descontinuidades do ambiente externo. Em vez de reagir emocionalmente, o sujeito metropolitano reage principalmente de modo racional, pelo aprofundamento da sua consciência e a criação de uma reserva mental que é, por sua vez, resultado da primeira. Assim, a reacção da pessoa metropolitana a tais acontecimentos é direccionada para um domínio da actividade mental menos sensível e mais afastado das zonas mais profundas da personalidade.

Esta qualidade intelectualista, reconhecida como protecção da vida interior face à influência da metrópole, reparte-se por uma série de fenómenos específicos. A metrópole foi sempre a sede da economia monetária, desde que a multiplicidade e a concentração da actividade comercial investiram os meios de troca de uma dimensão impossível de assegurar no quadro do mercado agrícola. Ora a economia monetária e o domínio do intelecto encontram-se em estreita relação entre si. Ambos requerem uma atitude pragmática no modo de lidar com as pessoas e com as coisas, na qual se combinam uma justiça

formal e uma indiferença implacável. A pessoa puramente racional mostra-se indiferente a todos os aspectos pessoais, já que deles decorrem das relações e reacções que não poderão ser devidamente compreendidas com recurso a métodos exclusivamente intelectuais, da mesma maneira que o princípio do dinheiro não contempla a singularidade das várias situações. O dinheiro põe em destaque aquilo que é comum, ou seja, o valor de troca, e reduz a um nível puramente quantitativo tudo quanto é qualitativo e individual. Todas as relações emocionais entre as pessoas assentam na sua individualidade, enquanto as relações de tipo racional as convertem em números, isto é, tratam-nas como se fossem elementos que, embora indiferentes em si, no entanto, se revelam de interesse quando vistas em termos objectivos. [...]

Entre algumas características ou traços, aparentemente insignificantes, dos aspectos exteriores da vida encontramos um conjunto de tendências mentais típicas. O espírito moderno tomou-se crescentemente um espírito calculista. O rigor do cálculo da vida corrente, resultante da economia monetária, corresponde ao ideal das ciências naturais, nomeadamente à ideia de transformar o mundo numa questão aritmética e de fixar cada uma das suas componentes numa fórmula matemática. Foi a economia monetária que, assim, trouxe ao quotidiano de inúmeras pessoas as dimensões da avaliação, do cálculo, da enumeração e da tradução em termos quantitativos dos valores qualitativos. Devido à característica de calculabilidade do dinheiro, instalou-se, nas relações entre os diferentes aspectos da vida, um grau de precisão e de certeza, a propósito das igualdades e das desigualdades, e uma ausência de ambiguidade nos acordos e negócios, em tudo semelhante ao efeito da difusão generalizada dos relógios de bolso sobre as relações em público. Contudo, são as condições oferecidas pela metrópole que são simultaneamente as causas e os efeitos desta característica essencial. As relações e preocupações do habitante da metrópole típico são tão variadas e complexas que, especialmente como resultado da aglomeração de tantas pessoas com interesses tão diferenciados, as suas relações e actividades se interlaçam umas com as outras num único organismo multifacetado. Consequentemente, a não observação pontual dos compromissos e desempenhos conduziria inevitavelmente ao caos. Se todos os relógios de Berlim avariassem de repente, de diferentes modos, mesmo que só por uma hora, toda a sua vida económica e comercial seria perturbada de forma duradoura. Por mais superficial que o significado deste facto possa parecer, tal situação revela que a magnitude das distâncias obriga as pessoas a esperarem ou a interromperem os seus compromissos, o que representa uma lamentável perda de tempo. Por esta razão, em geral, a técnica da vida metropolitana não se pode conceber sem que todas as suas actividades e relações recíprocas estejam organizadas e coordenadas

da forma mais pontual num calendário determinado que transcende todos os elementos subjectivos. Mas também aqui emergem as conclusões que constituem, de um modo geral, o objectivo global desta reflexão, nomeadamente a questão de que cada acontecimento, por mais superficial que pareça, estabelece de imediato uma relação com as profundezas do espírito e a questão de que a mais vulgar das manifestações se encontra, em última análise, ligada a juízos decisivos acerca do sentido e da natureza da vida.

A pontualidade, a calculabilidade e a exactidão impostas pela complexidade e pela extensividade da vida metropolitana, além de estarem muito intimamente associadas ao carácter racional e capitalista, dão cor ao conteúdo da vida e conduzem à exclusão dos traços e impulsos humanos, instintivos e irracionais, que, deixados a si próprios, determinam a forma de vida de modo soberano. Mesmo que não seja impossível encontrar na cidade estes tipos autónomos de vida, pautados por impulsos naturais, eles opõem-se-lhe, todavia, *in abstracto*. É a esta luz que se compreende a rejeição da metrópole por parte de individualidades, como Ruskin e Nietzsche, para as quais o valor da vida se deve unicamente à livre expressão pessoal, que escapa à medição, e da qual, por isso, se alimenta a rejeição da economia monetária e do racionalismo da existência. Estes mesmos factores, que sujeitaram a forma de vida à exactidão e precisão do minuto, fizeram-na convergir numa estrutura da mais acentuada impessoalidade, ao mesmo tempo que a fizeram inflectir numa direcção marcadamente pessoal.

Não existe porventura nenhum fenómeno psíquico tão incondicionalmente reservado à metrópole como a atitude *blasé*. Ela é, em primeiro lugar, a consequência dos estímulos nervosos que, em acelerada mudança, emergem com todos os seus contrastes e dos quais a intensificação da racionalidade metropolitana parece resultar. Nessa medida, não é impossível que pessoas estúpidas, que têm estado intelectualmente mortas até agora, se tomem *blasé*. Tal como uma vida sensorial imoderada toma uma pessoa *blasé* porque estimula os nervos até à sua máxima reactividade - até ao ponto de deixarem de ter qualquer reacção -, assim também os estímulos menos perturbadores, dada a rapidez e a incongruência das suas mudanças, forçam o sistema nervoso a respostas violentas, provocando-o tão brutalmente que esgota as suas energias e, permanecendo sob as mesmas condições, deixa de poder renovar as suas capacidades. Esta incapacidade de reagir a novos estímulos, com as energias adequadas, constitui, na verdade, a atitude *blasé* que todas as crianças da grande cidade evidenciam quando comparadas às dos ambientes mais estáveis e mais pacíficos.

Combinada com esta fonte fisiológica da atitude *blasé* da metrópole, existe uma outra que provém da economia monetária. A essência da

atitude blasé encontra-se na indiferença perante as distinções entre as coisas. Não no sentido de que as coisas não são percebidas, como no caso do débil mental, mas antes no sentido de que não são percebidas como significantes. Elas surgem à pessoa blasé num colorido homogéneo, monótono e cinzento, sem que alguma delas possa ser preferida a outra. Esta disposição psíquica é o puro reflexo subjectivo da completa monetarização da economia, na justa medida em que o dinheiro toma o lugar de toda a diversidade das coisas e sujeita todas as diferenças qualitativas ao critério do “quanto custa”. Na medida em que o dinheiro, incolor e insensível à qualidade, se torna o denominador comum a todos os valores, ele transforma-se num terrível nivelador: esvazia, de uma forma incontornável, a essência das coisas, as suas peculiaridades, o seu valor específico e as suas singularidades. Todas estas qualidades flutuam, com igual peso específico, no imparável fluxo monetário. Permanecem todas ao mesmo nível e apenas a sua quantidade as distingue. [...]

O desenvolvimento da cultura moderna caracteriza-se por aquilo que podemos considerar ser a preponderância do espírito objectivo sobre o espírito subjectivo. Tanto a linguagem corrente como o direito, tanto as técnicas de produção como a arte, a ciência ou o ambiente doméstico, têm incorporado uma espécie de espírito cujo desenvolvimento regular só muito remotamente, e sempre de forma indirecta, se pode comparar com o desenvolvimento intelectual dos indivíduos. Se, por exemplo, passássemos em revista a ampla dimensão cultural que, no decurso do século passado, foi incorporada pelos objectos e pelo conhecimento, pelas instituições e pelo bem-estar material, e a comparássemos, durante o mesmo período, com o progresso cultural dos indivíduos, pelo menos os das classes superiores, dar-nos-íamos conta da diferença assustadora dos níveis de crescimento cultural, o que traduz, a muitos títulos, uma regressão da cultura dos indivíduos, por referência à espiri-tualidade, à delicadeza e ao idealismo. Tal discrepância é essencialmente o resultado do sucesso da intensificação da divisão do trabalho. Na verdade, esta exige do indivíduo um desempenho cada vez mais especializado, o qual, atingido o seu máximo, provoca a degeneração da sua personalidade, como sucede tão frequentemente. Este exagerado crescimento da cultura objectiva tem-se revelado cada vez menos benéfico para o indivíduo. Talvez por estar menos consciente do que activo, enredado pelo obscuro complexo dos seus sentimentos, o indivíduo vê-se reduzido à condição de desprezível expressão numérica. Torna-se um mero elemento da engrenagem dominado pela implacável organização material e por forças que, gradualmente, o privam de tudo o que tenha a ver com progresso, espiritualidade e virtude. Estes elementos, de natureza subjectiva, são transformados em pura existência objectiva pelo funcionamento daquelas forças.

Basta assinalar que a metrópole é a sede desta cultura, que eliminou todas as características da pessoa. Nos edifícios e nas instituições educativas, nas maravilhas e nas benesses das técnicas de conquista de espaço, na constituição da vida social e nas instituições estatais concretas, por todo o lado, deparamos com impressionantes formas de cristalização e despersonalização dos empreendimentos culturais, perante as quais a personalidade dos homens, por assim dizer, só muito dificilmente pode ser conservada. De um certo ponto de vista, a vida fica infinitamente mais facilitada no sentido de que os estímulos, os interesses e a afectação do tempo e da atenção surgem de todos os lados e conduzem-na por um fluir que pouco ou nada exige dos indivíduos. De um outro ponto de vista, porém, a vida é cada vez mais composta por elementos da cultura impessoal, objectos e recursos que suprimem idiossincrasias e interesses pessoais específicos. Em resultado, para que sejam conservados estes interesses pessoais têm de surgir novas ligações, particularidades e formas de individualização, cujo excesso é a condição fundamental para o seu reconhecimento, até mesmo por parte dos próprios indivíduos. A atrofia da cultura subjectiva, resultante da hipertrofia da cultura objectiva, é uma das razões da repulsa amarga que os defensores do individualismo extremo, na senda de Nietzsche, dirigem contra a metrópole. É, ao mesmo tempo, a explicação para que sejam tão intensamente admirados na metrópole e surjam mesmo, aos olhos dos habitantes, como arautos dos seus mais profundos desejos. [...]

Fonte: Simmel, Georg (2001, 1903). “A Metrópole e a Vida do Espírito”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

Como atrás examinámos, as contribuições dos autores clássicos da sociologia foram de grande relevância para a problematização da sociedade urbana, tendo exercido uma influência duradoura no pensamento e nos trabalhos posteriormente desenvolvidos sobre esta temática. Passaríamos, agora, ainda que de forma muito esquemática, a salientar os contributos mais importantes destes teóricos, sem deixar de referir algumas das suas limitações.

1. Um traço comum às abordagens dos seis autores citados, sobre as questões urbanas, é de que a cidade não constitui um objecto de análise *per se*, mas sim, apresenta-se como a manifestação visível de processos sociais mais abrangentes que se prendem com o contexto histórico das sociedades industriais.

-
2. Tönnies, Simmel e Weber analisam os contrastes entre o mundo rural e o urbano, salientando a estrutura social da cidade. Nesta linha, Simmel vai mais longe, oferecendo-nos uma abordagem sócio-psicológica da cidade, ou seja, evidencia os processos de adaptação dos habitantes das grandes metrópoles às novas lógicas da modernidade. A experiência urbana é marcada por uma sociedade industrial, caracterizada por uma complexa divisão de trabalho e assente em racionalidades económicas, individualistas e calculistas.
 3. Como tivemos oportunidade de constatar, as representações dos diferentes teóricos sobre a vida urbana são múltiplas e contrastantes. Para Tönnies a comunidade (*Gemeinschaft*) era caracterizada pela sua humanidade e a (*Gesellschaft*) a sociedade pelo individualismo e brutalidade. Durkheim viria a inverter esta ordem ao categorizar a vida rural e tribal como sendo arcaica e “primitiva” em oposição à vida urbana, a qual é concebida como uma forma organizacional mais evoluída e potencialmente libertadora. Durkheim, contudo, não deixa de chamar a atenção para a cidade moderna como um espaço de conflito e de alienação. Para outros autores como Marx, Engels e Simmel, a vida urbana é avaliada de forma contraditória. Se, por um lado, existe um determinado grau de valorização da estrutura social urbana que potencia o desenvolvimento pessoal e espiritual proporcionando um maior grau de liberdade, por outro lado, o modo de vida na cidade tende a promover o anonimato e a indiferença.
 4. As causas subjacentes à experiência urbana são, igualmente, objecto de diferentes interpretações pelos teóricos clássicos. Se para Marx, Engels e Weber, o modo de produção capitalista é responsável pela natureza das relações sociais específicas à cidade industrial, para Simmel as grandes metrópoles tendem a produzir uma cultura urbana que lhes é específica.
 5. Como referimos no ponto 1, para alguns autores, o fenómeno urbano por si só não constituiu um objecto de análise privilegiado nos estudos dos teóricos clássicos da sociologia, os quais demonstraram especial interesse, sobretudo, na investigação das novas sociedades industriais do século XIX. Nos seus primórdios, as análises sociológicas sobre o fenómeno urbano centraram-se fundamentalmente nos “problemas urbanos” – pobreza, desemprego, conflitos sociais, desenraizamento, integração, etc. Como veremos seguidamente, estas temáticas viriam a dominar os campos teórico e empírico da sociologia urbana clássica nos Estados Unidos da América.

3.2 A Tradição Americana: 1915-1938

3.2.1 *Robert Park e a Escola de Chicago de Sociologia Urbana*

Nas primeiras décadas de 1900, a preocupação com a vida nas grandes metrópoles e o interesse em analisar as novas dinâmicas sociais emergentes nas cidades pautaram o desenvolvimento da sociologia e, mais especificamente, da sociologia urbana nos Estados Unidos da América. A industrialização, o rápido crescimento urbano e os constantes fluxos migratórios para as cidades ocorridos na primeira década do século XX transformaram este país numa sociedade predominantemente urbana.

Chicago surgia como um exemplo paradigmático da nova sociedade moderna, industrializada e urbana. Com uma população que rondava os dois milhões de habitantes em 1900, nos finais da Primeira Guerra Mundial, Chicago atingia os três milhões de habitantes. A grande concentração de imigrantes europeus e de migrantes internos oriundos de zonas rurais associada a uma forte heterogeneidade cultural e social constituía um enorme desafio a formas tradicionais de integração e de coesão social. Chicago apresentava-se, assim, para os cientistas sociais, como um denso laboratório onde se tornava possível a exploração dos processos de adaptação e de integração das diferentes comunidades no espaço urbano.

A Universidade de Chicago e, mais especificamente, o Departamento de Sociologia, criado em 1892, tornou-se rapidamente num pólo de atracção de teóricos e de cientistas sociais, os quais viriam a fundar a **Escola de Chicago de Sociologia Urbana**. Esta Escola ficaria associada às origens da sociologia urbana nos Estados Unidos da América.

Robert Ezra Park (1864-1944), o fundador da escola e os seus colaboradores Roderick McKenzie e Ernest W. Burgess foram responsáveis por programas exaustivos de investigação sobre a cidade, avançando com abordagens conceptuais e empíricas inovadoras sobre o fenómeno urbano. Contrariamente aos teóricos europeus, os cientistas da Escola de Chicago demonstraram especial interesse não na análise do capitalismo *per se* mas sim no estudo da sociedade e da vida urbana a partir de uma **perspectiva ecológica**.

Para Park, a organização social da cidade era entendida com base nos pressupostos da biologia evolucionista. Fortemente influenciado pelo trabalho de Darwin, Park defende que as forças que estruturam as comunidades no reino animal e vegetal desempenham, igualmente, um papel importante no desenvolvimento das comunidades humanas. A luta pela sobrevivência entre espécies funcionava como um factor de regulação das várias populações, distribuindo-as por diferentes habitats. Por outro lado, a competição por recursos básicos resultaria na adaptação das espécies entre si e ao meio ambiente



Figura. 3.2 – A cidade de Chicago (State & Madison Streets), 1926.

e, como tal, ao desenvolvimento de um sistema ecológico equilibrado e assente em processos de competição e de colaboração entre organismos diferenciados. Para Park, processos idênticos caracterizavam a sociedade humana.

Segundo este autor, a sociedade compreendia dois diferentes níveis de organização: o **biótico** e o **cultural**. O biótico diz respeito às formas de organização resultantes da competição entre as espécies na luta pela sobrevivência. O cultural refere-se aos processos simbólicos e psicológicos de adaptação do indivíduo à vida urbana, os quais se prendem com a existência de laços de pertença e de partilha de sentimentos em comum.

A nível biótico, Park salienta a importância dos factores biológicos na estruturação da organização social e no impacto urbano da competição económica. As relações de competição e de colaboração entre comunidades resultariam numa diferenciação funcional (divisão de trabalho) e numa distribuição espacial equilibrada de diferentes grupos económicos por diferentes nichos do habitat urbano, as designadas *áreas naturais*. Tal como Darwin, Park sustenta que a relação entre distribuição espacial e diferenciação económica se deve a processos de dominação.

No caso da sociedade humana, a indústria e o comércio são dois sectores dominantes, o que leva à apropriação de espaços estratégicos na cidade e,

como tal, tende a afastar outros concorrentes desses lugares centrais. A pressão exercida pelos sectores dominantes da sociedade estabelece os padrões de uso do solo e o seu valor, determinando, deste modo, o valor e os padrões de utilização do solo em todas as restantes áreas da cidade.

Por outro lado, a componente cultural da vida urbana está directamente associada à comunidade e à forma como a vida nos bairros se funda na partilha de laços de pertença, assim como num conjunto de símbolos, valores e práticas culturais. Como tal, a comunidade local está organizada em torno de uma “ordem moral” constituída por laços simbólicos e relações de colaboração enquanto que a cidade, em geral, é caracterizada por relações de competição e de pela diferenciação económica.

A preocupação com os processos de adaptação e de integração de comunidades migrantes recém-chegadas a Chicago levou à realização de um conjunto de trabalhos etnográficos sobre as interações entre os diferentes grupos sociais e étnicos na cidade. As questões da pobreza, do crime, do vício, da delinquência e da segregação espacial e social foram objecto de análise, sendo a cidade percebida como um espaço privilegiado de observação e de estudo. Contrariamente às análises essencialmente teorizantes e abstractas de Durkheim ou Tönnies, os investigadores da Escola de Chicago propõem formas inovadoras de investigação e novas metodologias baseadas no trabalho de terreno e no contacto directo com a cidade e com os diferentes grupos que a constituem. Os processos de integração cultural e social e a desagregação social estão na base de um conjunto de trabalhos empíricos célebres.

No artigo clássico de Park sobre a cidade “The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment” (1967, original publicado em 1916) é estabelecido um programa abrangente de investigação empírica sobre as diferentes dimensões da vida urbana em Chicago, centrando-se nas populações mais desprotegidas e marginalizadas. Para além deste estudo é de notar trabalhos de grande riqueza etnográfica tais como: N. Anderson, *The Hobo* (1923) sobre migrantes e vagabundos; F. M. Trasher, *The Gang* (1922) sobre delinquência; Louis Wirth, *The Ghetto* (1928) sobre a marginalização de grupos étnicos; H. W. Zorbaugh, *The Gold Coast and the Slum* (1929) sobre as relações sociais e a degradação urbana em Chicago e ainda o estudo monumental de W. Thomas e F. Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America* (1920) sobre os processos de mudança e de integração social de camponeses polacos na América.



Figura 3.3 – Condições de habitação no gueto. Chicago, 1900.



Figura 3.4 – Chicago, 1919. Guardas interrogando um Afro-Americano durante as revoltas raciais que tiveram lugar em Chicago nos finais de Julho de 1919.

Os conflitos e tensões sociais entre grupos étnicos e raciais na sociedade americana são explicados em função das desigualdades sociais entre estas populações. Com base numa perspectiva ecológica, Park e os seus colaboradores defendiam um modelo social, denominado por *race relations cycle* (o **ciclo de relações raciais**), o qual pretendia explicar a natureza das relações raciais em termos de quatro principais fases: competição, conflito, acomodação e assimilação. O modelo sustentava que, numa primeira fase, as relações sociais entre comunidades imigrantes e a sociedade americana eram caracterizadas por situações de competição por um conjunto de recursos necessários à

sobrevivência do grupo (por exemplo, habitação, espaço, emprego, educação). O contacto directo entre os grupos com estatutos bem diferenciados conduziria a situações de conflito social. Na fase posterior, estas relações de conflito dariam lugar a um processo contínuo de acomodação e de relações consensuais entre grupos. Este processo culminaria na assimilação das comunidades étnicas e raciais aos valores, crenças, atitudes e práticas da sociedade dominante.⁶

Para outros membros da Escola de Chicago, nomeadamente Roderick McKenzie e Ernest Burgess, a perspectiva Darwinista defendida por Park serviu de base a análises sobre a estrutura espacial da cidade. Para McKenzie, esta é entendida como um **sistema ecológico**, no qual a **posição** ou **localização** (location) assumia uma dimensão central na luta pela sobrevivência tanto ao nível do indivíduo, como do grupo, da empresa ou da instituição no espaço urbano. Os grupos ou indivíduos dominantes tenderiam a apropriar-se das melhores zonas da cidade, relegando os outros concorrentes para áreas periféricas. A competição económica entre as populações resultaria, assim, na sua distribuição pelo espaço urbano. Para McKenzie os padrões de utilização do solo são o produto da competição económica e da divisão de trabalho. Por outras palavras, se uma firma necessita de determinada localização para exercer as suas funções, competiria com outras firmas, grupos ou indivíduos para assegurar esse determinado espaço (Gottdiener, 1994).

Ernest Burgess, influenciado, directamente, pelas abordagens ecológicas de Park e de Mackenzie, viria a desenvolver uma teoria de crescimento e de diferenciação urbana, o chamado modelo de zonas concêntricas, o qual se tornou num exemplo paradigmático do trabalho levado a cabo pelos sociólogos da Escola de Chicago. Seguidamente passaremos a salientar os seus aspectos mais importantes, sem deixar de referir algumas das principais críticas dirigidas ao modelo proposto.

3.2.2 Ernest Burgess: O Modelo de Zonas Concêntricas

Para Burgess, dadas as pressões populacionais, a cidade está em constante crescimento. Este desenvolvimento compreende um processo dual de concentração no centro e de descentralização comercial, ou seja, se por um lado a competição espacial atraía novas actividades para o centro da cidade, por outro lado, repelia outras actividades. Estas seriam “empurradas” para as margens, nas quais o mesmo processo de competição seria responsável pela deslocação de actividades para zonas periféricas mais longínquas. Neste sentido, a expansão da cidade orienta-se do centro para as margens. Acresce que esta estruturação espacial estava associada a uma especialização funcional resultante das diferentes vantagens competitivas dos indivíduos, grupos ou empresas.

⁶ Para uma discussão aprofundada do ciclo de relações raciais propostas por Park ver Susan Olzak e Joane Nagel (eds.). *Competitive Ethnic Relations*. New York, Academic Press, 1986. Ver Maria Beatriz Rocha-Trindade, *Manual de Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.

Os processos típicos de expansão da cidade compreendem um conjunto de círculos concêntricos, os quais designam as sucessivas zonas de desenvolvimento urbano, assim como as áreas diferenciadas funcionalmente, resultantes destes processos. Este modelo de zonas concêntricas (Ver Figura 3.5), como arquétipo da cidade moderna, foi desenvolvido a partir da análise da cidade de Chicago e dos seus processos de invasão, sucessão, centralização e descentralização.

O modelo de Burgess foi de grande importância para a teorização da cidade e para o desenvolvimento da **ecologia humana** como uma nova perspectiva de análise do fenómeno urbano. Podemos agora realçar, esquematicamente, os principais contributos do modelo de zonas concêntricas para o estudo da estrutura espacial da cidade e dos padrões de desenvolvimento.

1. Com base nos fundamentos da ecologia humana, em particular na teoria de competição pelo espaço, Burgess explica a distribuição espacial de residências, bairros, indústria e comércio. A competição é geradora de determinados espaços e de determinada organização social nesses espaços, os quais são representados pelas diferentes zonas concêntricas. O centro da cidade, caracterizado pela abundância de actividades sociais, culturais e económicas é dominado por aqueles que dispõem de recursos suficientes para poderem lá viver. Os outros indivíduos, com menos recursos, fixam-se em áreas circulares perto do centro da cidade.
2. O modelo de Burgess propõe explicar os movimentos populacionais e as mudanças económicas observadas na cidade, em termos de dois processos distintos mas complementares, designadamente a centralização e a descentralização. O processo de centralização diz respeito à concentração de uma grande variedade de serviços e de actividades económicas no centro da cidade (Zona I – Anel). Por outro lado, a expansão da cidade para áreas mais periféricas vai provocar aquilo que Burgess denomina por “satellite loops” (anéis satélites) análogos aos existentes no centro da cidade, mas de menor dimensão. Estes novos padrões de urbanização emergentes na cidade de Chicago nos inícios do século XX constituem, segundo este autor, um processo de reorganização urbana caracterizado por uma “descentralização centralizada”.
3. Por último, Burgess mostra como as características da organização social da população urbana estão espacialmente inscritas. Crime, delinquência, patologias mentais, violência e conflitos entre gangs, tensões raciais e outros problemas sociais foram identificados em áreas urbanas degradadas, por exemplo na área de transição (Zona II).

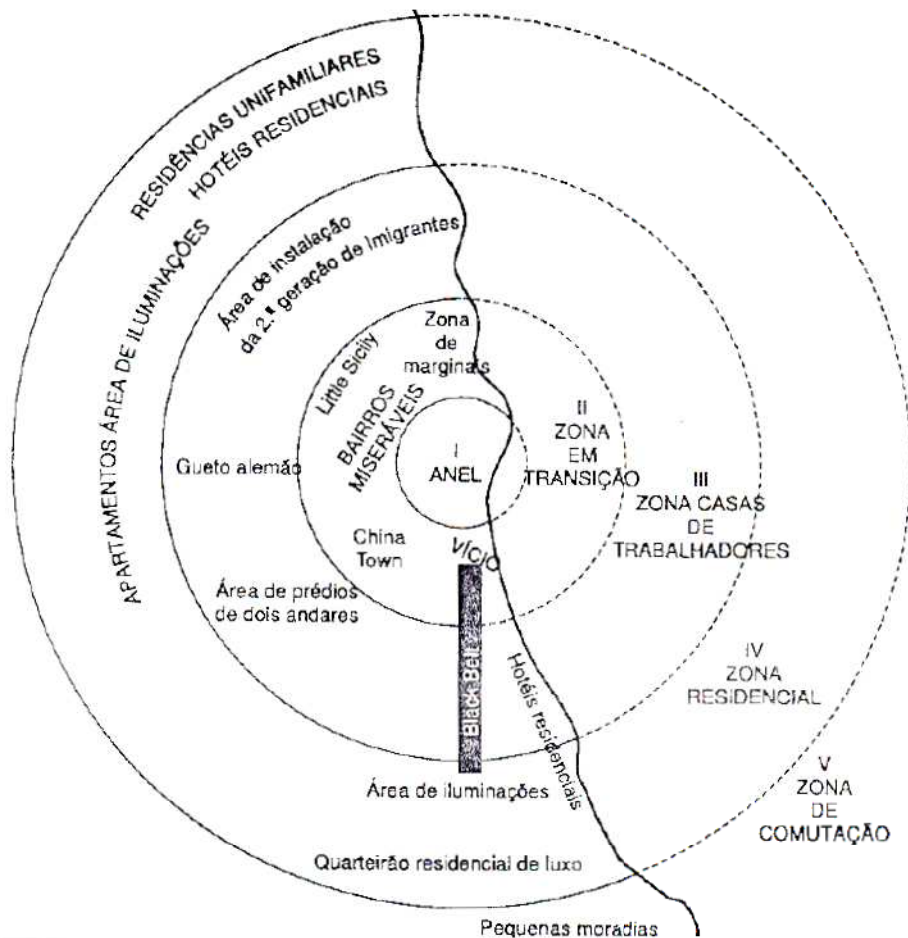


Figura 3.5 – Modelo de Zonas Concêntricas. O modelo de zonas concêntricas é constituído por cinco diferentes áreas: Zona I. Distrito de negócios, situado no centro da cidade, o Anel (The Loop). Zona II. Área de transição “invadida” por negócios e indústria; zona degradada, ocupada por migrantes e outros grupos vivendo em situação precária. Zona III. Zona habitacional dos trabalhadores, na sua maioria descendentes dos primeiros fluxos de migrantes que se fixaram em Chicago. Zona IV. Área residencial, predominantemente habitada pela classe média. Esta zona é, igualmente, caracterizada pela existência de áreas residenciais fechadas a determinadas comunidades étnicas e raciais.

Apesar do carácter inovador do modelo de zonas concêntricas, este não deixou ser alvo de críticas, as quais giram em torno de três dimensões principais:

- O modelo de zonas concêntricas constituía uma representação tipo da cidade moderna. Contudo, estudos desenvolvidos nesta área viriam a questionar a sua dimensão universal, assim como a sua aplicabilidade a qualquer cidade nos Estados Unidos da América. Exceptuando Chicago e, em grande medida, Cleveland, Minneapolis, St. Louis e Milwaukee, as restantes cidades americanas exibiam processos de

urbanização muito diferentes daqueles propostos no modelo. Por outro lado, os trabalhos de Homer Hoyt (1933) e de Harris e Ullman (1945) sobre a estrutura interna das cidades propõem dois novos modelos teóricos, os quais defendem que a cidade industrial, ao contrário do pressuposto por Burgess, é constituída por múltiplos centros. Para Hoyt, a cidade é entendida em termos de uma teoria sectorial. Segundo esta perspectiva, a organização espacial, social e económica da cidade desenvolver-se-ia por aglomerados irregulares de zonas sectoriais e não em círculos concêntricos, radiando do centro para a periferia. Segundo Harris e Ullman, a existência de múltiplos núcleos, nos quais se concentrariam diversas actividades, estariam na origem de uma expansão urbana assimétrica formada em torno dos múltiplos centros.

- Um outro aspecto alvo de crítica liga-se com os conceitos de competição acentuada entre indivíduos e grupos e com movimentos populacionais de grande dimensão. O argumento central é de que a natureza e a amplitude desta competição não são aspectos intrínsecos à cidade industrial, mas sim têm de ser entendidos histórica e espacialmente.
- Alguns críticos referem, ainda, o aspecto biológico como um factor determinante na teoria ecológica da cidade, a qual tende a relegar para segundo plano as questões culturais. Por outro lado, a representação dos processos de urbanização como uma realidade equilibrada tende a ofuscar as desigualdades, conflitos e tensões que estruturam a organização social e espacial da cidade.

3.2.3 *O Debate sobre a Ecologia Humana*

A teorização da cidade a partir de uma perspectiva ecológica, denominada por **ecologia humana** constituiu a primeira tentativa de estabelecer uma teoria social urbana. A relevância teórica da ecologia humana foi da maior importância para o desenvolvimento de um “filão ecológico” de investigação sobre o urbano.⁷ O legado da Escola de Chicago, fundado na relação entre os processos sociais e a estruturação do espaço urbano, marcou indubitavelmente a evolução da sociologia urbana até aos nossos dias.

⁷ Ver Mela (1999) para uma análise esquemática do desenvolvimento da abordagem ecológica.

Contudo, como a seguir veremos, para Warde e Savage (2002) os contributos dos sociólogos da Escola de Chicago não se esgotaram numa abordagem ecológica da cidade. Pelo contrário, penetraram nas diferentes áreas do social, do cultural, do económico e do político. A análise dos padrões de interacção social e códigos morais; a pesquisa sobre o desenvolvimento da modernidade e o seu impacto na organização espacial da cidade moderna; a integração

social e a adopção de políticas com vista à constituição de formas sociais de cooperação, apresentavam-se como as principais áreas de investigação e de intervenção da Escola de Chicago (Ver CAIXA 3.4 *O Legado da Escola de Chicago*).

CAIXA 3.4

O Legado da Escola de Chicago

[...] A posição teórica da Escola de Chicago é normalmente vista como correspondendo à sua faceta de “ecologia humana” e à sua tentativa de adaptar ideias biológicas para o estudo das cidades. Saunders, por exemplo, defende que a Escola de Chicago desenvolve uma forma de “ecologia humana” na qual os padrões da vida urbana são vistos como guiados por princípios semelhantes àqueles evidenciados pela ecologia das plantas, em que diferentes espécies de plantas competem para ganhar o domínio de um habitat particular. Peter Dickens, um partidário recente da Escola de Chicago, tem defendido a importância do contributo dos membros desta Escola precisamente por este motivo. No entanto, uma vez que as modalidades de reducionismo biológico são geralmente consideradas como insustentáveis em absoluto, a maior parte dos sociólogos urbanos tem-se servido destas interpretações como argumento para expor a falta de relevância de Chicago para os tempos actuais.

Park utilizou a ecologia humana para salientar a importância dos processos de conflito e competição por recursos escassos no interior das cidades. A estrutura social das cidades demonstrou que diferentes comunidades – de grupos étnicos ou classes sociais – tendem a concentrar-se em áreas diferenciadas. No entanto, tal não constituía um padrão estático ou imutável, e, do mesmo modo que diferentes tipos de *plantas que se movem* de área para área, o mesmo sucede com diferentes comunidades urbanas. Park referiu-se a este processo como tratando-se de uma “sucessão”, o qual passava por um ciclo de competição (entre grupos, por exemplo – diferentes grupos étnicos numa determinada área), dominação (quando um grupo étnico ganha vantagem e um outro começa a sair da área em causa) e invasão (quando passa a expandir-se para outra área, retomando uma outra vez o ciclo). Ao utilizar esta perspectiva ecológica, parecia que a Escola de Chicago desvalorizava a importância de processos de racismo e de conflito de classe, considerando antes os padrões de instalação em áreas urbanas como o produto de um processo evolutivo de “sobrevivência dos mais aptos”.

Ainda que não se ponha em causa a evidência destes temas “ecológicos” no trabalho de Park e de outros autores da Escola da Chicago, eles não constituíam o único tipo de preocupação teórica da Escola, tal como não se deve avaliar o conjunto da Escola a partir desta única ideia. O próprio Park tinha, também ele, outras ideias, as quais tendiam a enfatizar factores culturais presentes na vida social, sendo perfeitamente explícito quando fez notar que tais factores podiam modificar o processo ecológico (Lal, 1990, pp. 28-9). Smith (1988, cap. 7) defende que Park apenas tentou sistematizar os seus argumentos ecológicos depois de se ter retirado, tendo redigido as suas declarações mais categóricas dos princípios ecológicos na década de 30 (por ex. Park, 1938), muito tempo depois da maior parte das etnografias de Chicago terem sido escritas e quando já não era tão influente no seio da Escola. Em “The city: suggestions for the investigation of human behaviour in the urban environment”, o seu primeiro e mais importante artigo, escrito em 1915, o qual estabelecia o programa de investigações para os etnógrafos, Park apenas refere de passagem a abordagem ecológica, fazendo-o no início, e mesmo aí apenas a considera como uma entre quatro abordagens possíveis à cidade, sendo as outras “a geográfica”, a económica e a cultural. A maior parte do seu artigo centra-se no aspecto económico das transformações urbanas e, em especial (e fazendo eco de Durkheim), na importância sociológica da divisão do trabalho.

Não se deve considerar a ecologia humana como sendo necessariamente uma forma de determinismo biológico. Muitos comentadores têm apontado a fragilidade do paralelismo entre a ecologia natural e humana. De entre estes destaca-se a demonstração de Alihan (1938) sobre as inconsistências e absurdos da utilização pela Escola de Chicago de conceitos como ambiente, subsistência, competição e sucessão. No entanto, os escritos de Park necessitam ser tratados com cuidado. Este autor refere-se frequentemente ao modo como os sociólogos estudam a “natureza humana”. Hoje em dia o termo “natureza humana” é utilizado para significar uma essência biológica determinada e é encarado com suspeita pelos cientistas sociais. Para Park, o termo não tem estas conotações: “natureza humana, tal como a começamos a conceber nos últimos anos, é em grande parte um produto da inter-relação social; é por isso, tanto quanto a sociedade ela própria, um tema de investigação sociológica”(Park, 1921, p. 172).

[...] Se tomarmos em atenção o núcleo fundamental de investigação da Escola de Chicago – as etnografias sobre a vida de Chicago levadas a cabo durante a década de 20 – toma-se claro que muitas delas criticam explicitamente argumentos reducionistas. Em um dos mais célebres destes estudos, *The Gang*, de Thrasher, o autor dedica

um espaço considerável com a crítica da ideia segundo a qual existe um “instinto de *gang*”, sublinhando o modo como os *gangs* emergem a partir de razões sociais, prestando particular atenção à forma como estes podem emergir de grupos juvenis formados em torno de actividades lúdicas. Esta ideia parece ter sido influenciada pela ênfase dada por Cooley (1909) à importância do processo de socialização sobre a vida social – uma vez mais, uma ideia que não tem ligações com argumentos biológicos.

Por vezes é apresentada a ideia segundo a qual os argumentos ecológicos foram desenvolvidos a partir da formulação dos princípios ecológicos presentes no modelo das zonas concêntricas de Burgess. No entanto, qualquer que tenha sido o seu papel, teve apenas uma importância marginal para as etnografias de Chicago. Virtualmente todos os autores fazem referência a este modelo como ponto de referência, mas fazem-no quase sempre também para demonstrar que o assunto que os interessa dificilmente poderia ser enquadrado nos seus parâmetros. Thrasher defende que os *gangs* de Chicago estavam localizados em lugares “intersticiais” entre as principais zonas tratadas por Burgess, enquanto que as dançarinas de aluguer de Cressey não se localizavam em nenhum local particular no interior da cidade. As etnografias estavam essencialmente interessadas pelos mundos dos migrantes desenraizados e solitários, da população de passagem, os quais, quase por definição, resistem a ser cartografados numa localização particular no interior da cidade.

O modelo ecológico das zonas concêntricas, desenvolvido por Park e Burgess foi amplamente utilizado em sentido metafórico pelos autores de Chicago. Em vez da ideia de que os padrões de vida urbana eram os mesmos dos vegetais (bastando que pensemos um pouco para ver como se trata de um argumento ridículo), os argumentos biológicos eram utilizados como analogias, de forma a mostrar de que modo o estabelecimento de comparações com a biologia pode ajudar a esclarecer aspectos da vida urbana. A ecologia humana, tal como escreve Smith (1988, pp. 136-137), constituía “no máximo um conjunto solto de ideias orientadas tanto para a medida como para a avaliação de significados, apoiadas no prestígio cedido pelas ciências naturais”. O desenvolvimento de uma aproximação ecológica mais explícita na década de 30 foi provocado pela necessidade de tentar sistematizar o que antes tinha constituído um conjunto de noções soltas numa terminologia aparentemente científica e capaz de satisfazer o ambiente crescentemente positivista desse tempo.

O mais importante legado da Escola de Chicago foi a sua concepção da sociologia enquanto preocupada com as formas de interacção na cidade contemporânea e a sua visão do sociólogo como um

promotor de relações de cooperação. Foram analistas daquilo a que os sociólogos recentes chamaram “modernidade”. [...]

Fonte: Mike Savage e Alan Warde. 2002. *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*. Celta Editora, pp. 14-17.

3.2.4 *Louis Wirth e a Problemática do Urbanismo*

Park e os destacados membros da Escola de Chicago produziram um importante conjunto de trabalhos empíricos e teóricos sobre a cidade. Para Park, McKenzie e Burgess a tónica recaía, sobretudo, na identificação dos factores determinantes na estruturação social e espacial da cidade, em particular o efeito da competição e do processo selectivo na luta pela sobrevivência.

Louis Wirth (1897-1952), sociólogo da Escola de Chicago, propõe uma abordagem diferente sobre as questões urbanas. Para este sociólogo, a questão fundamental é de saber o que é que existe de específico à cidade que produz o que se poderia chamar de um **estilo de vida urbano**. Influenciado pelo trabalho de Simmel, Wirth viria, no entanto, a distanciar-se da perspectiva Simmeliana sobre a cidade. Enquanto que Simmel pretende entender a vida urbana à luz das forças sistémicas do capitalismo e em particular da economia do dinheiro, Wirth centra-se no estudo das características das pessoas que vivem na cidade e no modo como as vivências na cidade produzem uma cultura distinta – a cultura urbana.

O urbanismo ou o estilo de vida urbano é concebido como um “[...] complexo de traços que configuram o modo de vida típico das cidades”. Ao interpretar a vida social urbana, Wirth desenvolve, de forma pioneira, uma teorização sistemática da cidade. A hipótese central no trabalho de Wirth é de que as mudanças nos modos de vida urbana deviam-se a três factores principais: **dimensão do agregado populacional, densidade e heterogeneidade**. Para além do carácter universal deste conjunto de factores, os seus efeitos poderiam ser analisados estatisticamente, conferindo à sua teoria a capacidade de previsão de determinados resultados. Por exemplo, numa amostra de cidades, quanto mais altos fossem os valores obtidos nos três factores acima mencionados, maior seria a possibilidade de estarmos perante uma verdadeira cultura urbana. (Gottdiener, 1994).

Para Wirth, quanto maior fossem a dimensão do agregado populacional, a densidade e a heterogeneidade, maior seria a possibilidade de se verificar as seguintes condições de vida urbana.

Dimensão do Agregado Populacional

- Diversificação e individualização.
- Competição e mecanismos formais de controlo social, os quais tendem a substituir a organização social baseada em relações primárias e de parentesco.
- Grande especialização e segmentação dos papéis sociais
- Anonimato, superficialidade e utilitarismo nas relações interpessoais

Densidade

- A densidade intensifica os efeitos da dimensão do agregado populacional.
- Intensificação da atitude *blasé*.
- Maior capacidade para viver com desconhecidos e maior stress.
- A fuga de espaços com grande densidade provoca o desenvolvimento de espaços periféricos e o aumento do custo do solo nos subúrbios.
- A densidade intensifica competição.

Heterogeneidade

- Quanto maior a heterogeneidade maior a tolerância entre grupos.
- Heterogeneidade permite diluir as fronteiras entre classes e grupos étnicos.
- Compartimentalização dos papéis individuais e sociais de acordo com diferentes círculos de contacto. Intensificação do anonimato e despersonalização na vida pública.

Estes três indicadores – dimensão do agregado populacional, densidade e heterogeneidade – estão estreitamente relacionados entre si e contribuem para o modo de vida urbano. Tal como Simmel, Wirth não se apresentava optimista relativamente à vida na cidade: esta era caracterizada pela erosão das relações primárias, as quais tendiam a ser substituídas por relações secundárias, utilitárias e impessoais. (Ver CAIXA 3.5, extracto do texto de Louis Wirth, *O Urbanismo como Modo de Vida*)

CAIXA 3.5

Louis Wirth e a Teoria do Urbanismo

É em vão que procuramos na volumosa bibliografia sobre a cidade uma teoria do urbanismo que sistematize o conhecimento disponível sobre a cidade enquanto entidade social. Existem, de facto, excelentes formulações teóricas sobre problemas específicos, tais como, o crescimento da cidade entendido como tendência histórica e processo recorrente. Dispomos também de uma valiosa bibliografia, com brilhantes incursões teóricas de inestimável importância sociológica, e de estudos empíricos que oferecem informações pormenorizadas sobre uma diversidade de aspectos particulares da vida urbana. Mas, apesar da multiplicação das pesquisas e das monografias sobre a cidade, não dispomos ainda de um quadro amplo de hipóteses compendiáveis, deduzidas de um conjunto de postulados implicitamente contidos numa definição sociológica da cidade e do conhecimento sociológico geral susceptível de ser fundamentado através de investigação empírica. [...]

O problema nuclear do sociólogo que estuda a cidade consiste em identificar as formas de acção e organização social que caracteristicamente emergem em agregados, relativamente permanentes e compactos, formados por um grande número de indivíduos heterogéneos. Devemos também inferir que o urbanismo assumirá a sua forma mais manifesta e extrema na medida em que se verifiquem as condições que lhe são propícias. Assim, quanto maior, mais densamente habitada e mais heterogénea for uma comunidade, mais acentuadas são as características urbanas que apresenta. Deve reconhecer-se, contudo, que em sociedade as instituições e as práticas podem ser aceites e mantidas por razões diferentes das que inicialmente lhes deram origem e que, conseqüentemente, o modo de vida urbano pode ser perpetuado sob condições bastante diferentes das que presidiram ao seu aparecimento. [...]

Existe um número de proposições sociológicas respeitantes à relação entre (i) número de habitantes, (ii) densidade de população e (iii) heterogeneidade de habitantes e vida grupal que podem ser formuladas com base na observação e na investigação.

Dimensão do agregado populacional

Desde a *Política* de Aristóteles que se sabe que, acima de determinado limite, o aumento do número de habitantes de uma comunidade afecta as relações entre si e a própria natureza da cidade. Grandes números implicam, como já foi afirmado, um maior leque

de diferenciações individuais. Além disso, quanto maior for o número de indivíduos em interação, maior será a sua diferenciação *potencial*. Os traços pessoais, as profissões, a vida cultural e as ideias dos membros de uma comunidade urbana podem, portanto, registar uma amplitude de variação superior à dos membros de uma comunidade rural.

O que pode facilmente inferir-se daqui é que tais diferenças dão origem à segregação espacial dos indivíduos com base na cor, na origem étnica, no estatuto económico e social, nos gostos e preferências. As relações de parentesco, de vizinhança e os sentimentos que decorrem de gerações de vida em conjunto, sob uma mesma tradição popular, tendem a desaparecer ou, no melhor dos casos, a enfraquecer num agregado de membros com origens e formações tão diversas. Nestas circunstâncias, a competição e os mecanismos formais de controlo substituem-se aos laços de solidariedade que conferiam unidade à sociedade tradicional.

O aumento do número de habitantes de uma comunidade para além de algumas centenas impõe limites à possibilidade individual de os seus membros conhecerem pessoalmente todos os outros. Max Weber, ao reconhecer o significado social deste facto, salientou que, de um ponto de vista sociológico, o grande número de habitantes e a alta densidade populacional arrastam consigo a ausência de interconhecimento, geralmente inerente a qualquer relação de proximidade. O aumento do número de habitantes implica então uma mudança na natureza das relações sociais. Como Simmel assinala:

Se aos incessantes contactos públicos das pessoas nas cidades correspondessem as mesmas reacções interiores dos contactos que têm lugar na pequena localidade, onde cada um conhece e tem uma relação activa com quase todas as pessoas que encontra, estaríamos completamente atomizados interiormente e cairíamos numa condição mental deplorável.

A multiplicação de pessoas em estado de interação, sob condições que tornem impossível o seu contacto enquanto verdadeiras personalidades, produz a segmentação das relações humanas, o que tem sido aproveitado pelos estudiosos da vida mental das cidades para explicar o carácter “esquizóide” da personalidade urbana. Tal não quer dizer que os habitantes da cidade conheçam menos pessoas que os habitantes do meio rural, pois o inverso pode até ser verdade. O que isto significa é que é menor o número de pessoas que conhecem de entre o conjunto daquelas que vêem e com quem se cruzam no decurso da vida quotidiana, mantendo com elas uma relação menos profunda.

Caracteristicamente, os habitantes da cidade conhecem-se uns aos outros em papéis altamente segmentados. Sem dúvida, eles dependem

de mais pessoas, para a satisfação das suas necessidades vitais do que as pessoas do campo e, portanto, associam-se a um número maior de grupos organizados, ainda que dependam menos de pessoas particulares, restringindo-se a sua dependência, face a outros a um aspecto altamente fraccionado da sua esfera de actividade. É isto o que essencialmente significa dizer que a cidade se caracteriza mais por contactos secundários do que por contactos primários. Na cidade, os contactos podem ser face a face, mas, na verdade, continuam a ser impessoais, superficiais, transitórios e segmentares. A reserva, a indiferença e a postura fastidiosa que os habitantes urbanos manifestam nas suas relações podem considerar-se artifícios que os imunizam contra as exigências e as expectativas pessoais dos outros.

A superficialidade, o anonimato e o carácter transitório das relações urbano-sociais explicam também a sofisticação e a racionalidade geralmente atribuídas aos habitantes da cidade. A relação com os nossos conhecidos tende a ser uma relação utilitária, no sentido em que o papel que cada um desempenha na nossa vida é basicamente encarado como um meio de atingir os nossos próprios objectivos. Se, portanto, o indivíduo ganha, por um lado, um certo grau de autonomia e de liberdade relativamente ao controlo pessoal e emocional exercido por grupos próximos, por outro lado, perde a expressão espontânea da sua personalidade, a postura moral e a sensação de participação, inerentes à vida em sociedade. Isto constitui essencialmente o estado de *anomia*, ou o vazio social a que Durkheim alude ao tentar explicar as várias formas de desorganização social da sociedade industrial.

Ao carácter segmentado e à feição utilitária das relações interpessoais da cidade corresponde, no plano institucional, a proliferação de tarefas especializadas, cuja expressão mais acabada se verifica ao nível das profissões. As transacções do foro pecuniário conduzem a relações destrutivas que tendem a obstruir o funcionamento eficiente da ordem social se não forem sujeitas a códigos e princípios de ética profissional. A valorização da relação utilitária e da eficácia estimula a adopção do espírito corporativo na organização de empresas, às quais os indivíduos se obrigam apenas em grupo.

A vantagem da empresa urbano-industrial sobre os empresários individuais e a pequena empresa tradicional não releva da possibilidade que oferece de centralização das capacidades de milhares de indivíduos ou do privilégio jurídico da responsabilidade limitada e da sucessão, mas resulta, fundamentalmente, do facto de não ser pessoalizada.

A especialização dos indivíduos, particularmente ao nível das profissões, só pode manter-se, como afirmou Adam Smith, no contexto de um mercado alargado, que, por sua vez, acentua a divisão do trabalho.

As regiões afastadas do interior só em parte participam neste mercado que, na maior parte dos casos, é constituído pelo número elevado de habitantes da cidade em si. A divisão do trabalho, que a vida urbana propicia e promove, explica o ascendente deste mercado sobre as regiões do interior. O elevado grau de interdependência e o equilíbrio instável da vida urbana estão intimamente ligados à divisão do trabalho e à especialização profissional. Esta interdependência e instabilidade são reforçadas pela tendência para as cidades se especializarem nas funções que lhe são mais vantajosas.

Numa comunidade com um número de indivíduos tão elevado que impossibilita o interconhecimento e inviabiliza a partilha do mesmo espaço, toma-se indispensável a comunicação por meios indirectos e a articulação dos interesses individuais por processos de delegação. Na verdade, é comum que, na cidade, os interesses individuais sejam assegurados por intermédio da representação. O indivíduo pouco conta, mas a voz do seu representante é ouvida com uma deferência praticamente proporcional ao número daqueles em nome de quem fala.

Embora esta caracterização do urbanismo, baseada no número de habitantes, não esgote de maneira alguma as inferências sociológicas deduzíveis do nosso conhecimento sobre a relação entre a dimensão de um grupo e o comportamento dos seus membros, para não nos alongarmos mais, diremos que as afirmações precedentes podem ser vistas como o tipo de proposições passíveis de elaboração.

Densidade

Tal como acontece com o número de habitantes, também o factor da concentração em espaço limitado tem implicações relevantes para a análise sociológica da cidade. Destas, abordaremos apenas algumas.

Como Darwin apontou para a flora e a fauna e Durkheim observou nas sociedades humanas, o aumento do número de elementos numa determinada área (quer dizer, o aumento da densidade) tende a produzir diferenciação e especialização, pois só desta forma pode a área comportar qualquer aumento. A densidade reforça, assim, o efeito que os números exercem sobre a diferenciação dos homens e das suas actividades, bem como sobre o grau de complexidade da estrutura social.

Do ponto de vista da subjectividade, como Simmel sugeriu, o contado físico estreito de numerosos indivíduos entre si produz inevitavelmente uma alteração na sua relação com o meio urbano, especialmente com os seus semelhantes. Na verdade, sendo próximos os nossos contados físicos, os nossos contactos sociais são distantes. O mundo urbano valoriza o reconhecimento visual. Vemos o uniforme que denuncia o papel dos funcionários e desprezamos as

singularidades pessoais que se escondem por detrás dele. Tendemos a adquirir e a desenvolver uma sensibilidade ao mundo dos artefactos e cada vez nos distanciamos mais do mundo da natureza.

Somos confrontados com profundos contrastes entre esplendor e sordidez, riqueza e pobreza, inteligência e ignorância, ordem e caos. A luta pelo espaço é intensa e, por isso, cada área tende a ser reservada à actividade que garante as melhores contra partidas económicas. O local de trabalho tende a dissociar-se do local de residência, pois a proximidade de estabelecimentos industriais e comerciais toma a mesma área indesejável para fins habitacionais tanto do ponto de vista económico como do ponto de vista social.

A densidade, o valor dos terrenos, as rendas, a acessibilidade, a salubridade, o prestígio, as considerações estéticas, a ausência de factores de perturbação, como o ruído, o fumo e a sujidade, determinam a capacidade de atracção de várias áreas da cidade para a fixação dos diferentes sectores da população. O lugar e a natureza do trabalho, o rendimento, as características sociais e étnicas, o estatuto social, os costumes, hábitos, gostos, preferências e preconceitos contam-se entre os factores mais significativos, de acordo com os quais se processa a selecção e a distribuição da população urbana pelas diferentes zonas da cidade. Os diferentes elementos da população que habitam uma mesma localidade compacta tendem, deste modo, a afastar-se na medida em que as suas necessidades e modos de vida se revelam incompatíveis ou antagónicos entre si. Do mesmo modo, pessoas de estatuto e necessidades homogéneas dirigem-se, consciente ou inconscientemente, ou forçadas pelas circunstâncias, para a mesma área. As diferentes zonas da cidade adquirem, assim, funções especializadas. Consequentemente, a cidade tende a parecer um mosaico de mundos sociais, em que é abrupta a transição de um para outro destes mundos. A justaposição de personalidades e modos de vida divergentes tende a produzir uma perspectiva relativista e um sentido de tolerância face à diferença, que podem ser vistos como pré-requisitos racionais, conducentes à secularização da vida. O facto de os indivíduos viverem e trabalharem em contacto estreito, sem que existam laços sentimentais e emocionais entre si, promove o espírito de competição, sobrançeria e exploração mútua. Para contrariar a irresponsabilidade e a desordem potencial tende-se a recorrer a mecanismos formais de controlo. Uma sociedade numerosa e compacta dificilmente poderá preservar-se sem uma forte adesão a rotinas previsíveis. O relógio e os sinais de trânsito simbolizam a ordem social no mundo urbano. O frequente contacto físico, associado a um grande distanciamento social, acentua o carácter reservado de indivíduos desprovidos de qualquer ligação entre si e, a não ser que disponham de mecanismos de resposta alternativos, a

solidão instala-se. A frequente e inevitável movimentação de um grande número de indivíduos num *habitat* congestionado dá origem ao conflito e à irritação. O ritmo acelerado e a complicada tecnologia sob os quais se desenrola a vida em áreas de grande densidade fazem acentuar as tensões nervosas resultantes daquelas frustrações pessoais.

Heterogeneidade

No meio urbano, a interação social entre vários tipos de personalidade tende a flexibilizar as fronteiras dos grupos mais fechados, como as castas, e a complexificar a estrutura de classe, o que conduz a um quadro de estratificação social mais ramificado e diferenciado do que o das sociedades mais homogêneas. A acrescida mobilidade do indivíduo – que o expõe aos estímulos provocados pelo elevado número de indivíduos e o remete para uma condição de flutuação por entre os diferentes grupos sociais da estrutura social da cidade leva-o a aceitar a instabilidade e a insegurança como regra incontornável. Este facto explica também a sofisticação e o cosmopolitismo que caracterizam o habitante da cidade. Nenhum grupo assegura, em exclusivo, a fidelidade do indivíduo. Nem é possível sujeitar os grupos em que este se integra a uma qualquer hierarquização. Devido aos seus diferentes interesses, decorrentes das diferentes facetas da vida social, o indivíduo torna-se membro de grupos bastante diversificados, funcionando cada um deles relativamente a um único segmento da sua personalidade. Estes grupos não permitem estabelecer uma configuração concêntrica, na qual grupos mais pequenos se situam na órbita dos mais amplos, como é certamente o caso das comunidades rurais ou das sociedades primitivas. Ao contrário, os grupos em que o indivíduo comumente se integra são tangenciais ou intersectam-se das mais variadas formas.

Em regra, a substituição dos membros de um grupo processa-se de forma acelerada, o que fica a dever-se, quer à liberdade de circulação da população, quer à sua mobilidade social. O local de residência, o local e o perfil do emprego, o rendimento e os interesses variam, o que torna difícil preservar organizações e conservar ou promover relações duradouras de proximidade entre os seus membros. Isto verifica-se de uma maneira flagrante, nas áreas da cidade para onde as pessoas foram remetidas mais por efeito das diferenças raciais, linguísticas, de rendimento e estatuto social do que por opção ou atracção positiva entre semelhantes. Na esmagadora maioria dos casos, o habitante da cidade não é proprietário da sua casa e, uma vez que uma estada transitória não forja tradições nem sentimentos de união, só muito raramente ele pode considerar-se um verdadeiro vizinho.

São poucas as oportunidades que se oferecem ao indivíduo para conceber a cidade como um todo ou para apreender o seu lugar no conjunto do sistema. Consequentemente, é-lhe difícil determinar aquilo que é do seu “melhor interesse” e decidir sobre as questões e as soluções que lhe são sugeridas pela comunicação de massas. Os indivíduos desligados das organizações sociais constituem massas fluidas que tornam o comportamento colectivo urbano imprevisível e problemático.

Apesar de a cidade albergar uma população altamente diferenciada – em função do recrutamento de vários tipos de pessoas para a execução de diversas tarefas e da acentuação da sua singularidade, mas também pelo facto de recompensar a excentricidade, a novidade, a eficácia e o espírito inventivo, ela exerce também uma acção de nivelamento social. Onde quer que se congregue um elevado número de indivíduos de diferente formação, ocorre também um processo de despersonalização. Esta tendência niveladora é, em parte, inerente aos fundamentos económicos da cidade. O desenvolvimento das grandes cidades, pelo menos na época moderna, dependeu bastante do poder de atracção da máquina a vapor. O surgimento da fábrica possibilitou a produção em massa para um mercado impessoal. Porém, a máxima exploração das possibilidades da divisão do trabalho e da produção em massa requer a padronização tanto de processos como de produtos. A economia monetária e este sistema de produção são, pois, indissociáveis. À medida que as cidades se desenvolvem com base neste sistema de produção, a relação monetária contida na aquisição de bens e serviços substitui as relações pessoais de natureza associativa. Nestas condições, os indivíduos vêem-se substituídos por categorias sociais. Quando um grande número de pessoas tem de fazer uso de equipamentos e instituições comuns, torna-se necessário adaptá-los às necessidades do utilizador-padrão, e não às do indivíduo particular. Os serviços públicos e os prestados por instituições recreativas, educacionais e culturais devem ajustar-se às necessidades das massas. Do mesmo modo, as instituições culturais, como as escolas, o cinema, a rádio ou os jornais, em virtude de a sua clientela ser oriunda do colectivo das massas, têm inevitavelmente de adoptar uma estratégia niveladora. O processo político, na sua feição urbana, não poderia entender-se sem se tornar em consideração o apelo às massas feito pelas modernas técnicas de propaganda. Para participar na vida social, política e económica da cidade, o indivíduo tem de subordinar parte da sua individualidade às exigências da comunidade mais vasta e, nessa medida, mergulhar, ele próprio, nos movimentos de massas.

Fonte: Louis Wirth. 2001 “O Urbanismo como Modo de Vida” in Fortuna, Carlos (org.). *Cidade Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora, pp. 45-65.

Os contributos de Wirth foram objecto de múltiplas análises e de críticas contundentes, algumas das quais viriam a questionar duramente os fundamentos da teoria do urbanismo. Uma das principais críticas dirigidas a esta formulação teórica prende-se com a dificuldade em se poder estabelecer uma relação causal entre os factores propostos por Wirth e os efeitos por eles produzidos. Dando como exemplo as taxas de criminalidade, Gottdiener (1994) argumenta que a sua incidência tanto se faz sentir na cidade como em zonas rurais, o mesmo se poderá constatar em relação a doenças mentais, cuja incidência não se limita às áreas urbanas (Fischer, 1975).

Assim, se por um lado as diferentes dimensões da organização social estão estreitamente relacionadas com o espaço, por outro lado, é necessário questionarmo-nos se, de facto, elas são o resultado das dinâmicas específicas à cidade, ou, se pelo contrário, a “grande cidade apenas *concentra* os efeitos de forças sociais que produzem a cultura urbana” (Gottdiener, 1994: 112).

Por último, importa realçar que as formulações de Wirth constituíram um dos pilares da sociologia urbana ao elaborar novas formas de estudar a cidade tanto a nível teórico como empírico. Relativamente a este último aspecto, Wirth introduz um novo “estilo” de investigação urbana, onde a tónica recai não tanto na pesquisa etnográfica mas, sobretudo, na investigação extensiva sustentada na análise sistemática de censos e de informação estatística, a qual veio a influenciar os estudos urbanos até ao presente.

3.2.5 *A Escola de Chicago – Breves Considerações Finais*

Em jeito de conclusão, é importante realçar alguns dos contributos fundamentais da Escola de Chicago. Em primeiro lugar, os trabalhos desenvolvidos pelos sociólogos da Escola de Chicago articularam, pela primeira vez, de forma explícita, os padrões da organização social com a dimensão espacial. Segundo, as pesquisas fundavam-se na observação directa de interações sociais, a partir das quais se pretendia identificar as novas formas de organização social. Terceiro, a preocupação com o modo como a vida urbana conduz à desorganização social e a novas patologias individuais foi responsável pela investigação exaustiva de comunidades marginalizadas, assim como dos padrões de adaptação exibidos por indivíduos, grupos e comunidades ao espaço urbano.

Central à sua agenda de investigação era a análise dos processos de integração social e cultural. Por último, uma das características importantes da Escola de

Chicago diz respeito ao envolvimento directo dos seus membros no planeamento e nas políticas urbanas. Embora a sociedade capitalista não fosse objecto de questionamento para os sociólogos da Escola de Chicago, estes acreditavam nos ideais democráticos e liberais e na necessidade de reformas sociais que tornassem possível a melhoria das condições de vida urbana, evitando a desagregação social característica da cidade de Chicago, em particular, e das grandes metrópoles, em geral.

A influência da Escola de Chicago e da ecologia humana far-se-ia sentir durante as próximas décadas, dando origem a programas de investigação de grande amplitude. Contudo, a partir dos anos 60, os temas centrais à sociologia urbana teriam pouco em comum com os do princípio do século XX. O conflito e as tensões geradas pela sociedade industrial e urbana, a luta pelo controlo dos mecanismos de regulação social e económicos, a emergência de movimentos sociais e a luta por novos modelos de vida passaram a estruturar o debate sobre a cidade e as vivências sociais. No seio de grandes mudanças sociais e de múltiplos interesses e experiências ocorridas nas décadas de sessenta e setenta, as questões de integração que dominaram a agenda científica da Escola de Chicago tornar-se-iam, segundo Castells (2002), obsoletas.

Como veremos nos próximos capítulos, se nos anos setenta e oitenta de 1900 uma “nova sociologia urbana” vem a dominar o campo de pesquisa dos fenómenos urbanos, mais recentemente evidencia-se um ressurgimento dos temas centrais da Escola de Chicago: “individualismo versus comunidade; identidades étnicas locais e a sua relação com a sociedade em geral; urbanização descontrolada associada ao crescimento e deteriorização das cidades e dos seus elementos constitutivos específicos” (Castells, 2002). A negociação entre o legado da Escola de Chicago, a teoria dos movimentos sociais e a teoria da sociedade e da informação é, segundo Castells, a base para o desenvolvimento da sociologia urbana como “uma nova porta de entrada para compreender a nossa civilização”.

Perspectivas e Conceitos-Chave

- A tradição europeia clássica
- A cidade industrial e as teorias do conflito
- Tipos ideais de vida social Gemeinschaft/comunidade e Gesellschaft/sociedade (Ferdinand Tönnies)
- Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica (Émile Durkheim)
- Modelo ideal de comunidade urbana (Max Weber)
- A metrópole e a vida moderna (Georg Simmel)
- Atitude blasé
- A tradição americana clássica
- A Escola de Chicago de Sociologia Urbana
- Perspectiva ecológica
- O ciclo de relações raciais
- Conflito, acomodação e assimilação como processos sociais
- A teoria da estrutura urbana de Ernest Burgess
- O modelo de zonas concêntricas
- Modelos alternativos de organização espacial
- Ecologia humana
- A teoria do urbanismo (Louis Wirth)
- A Cidade como Laboratório Social: Estudos Empíricos
- Os principais contributos da Escola de Chicago e as novas problemáticas da sociologia urbana.

Actividades Propostas

Actividade 1

Relacione os conceitos de *Gemeinschaft* e de *Gesellschaft* propostos por Tönnies com os conceitos durkheimianos de solidariedade mecânica e de solidariedade orgânica.

Actividade 2

Leia atentamente o extracto do texto de Georg Simmel “*A Metrópole e a Vida do Espírito*” e identifique as diferentes dimensões da cultura urbana, referidas pelo autor.

Actividade 3

Compare as abordagens propostas por Simmel e por Wirth sobre a cidade, o modo de vida urbano e a modernidade.

Actividade 4

Caracterize o modelo de zonas concêntricas de Burgess, enquadrando-o no quadro interpretativo da Escola Ecológica de Chicago.

Actividade 5

Identifique as temáticas centrais que nortearam os trabalhos empíricos da Escola de Chicago, associando-as ao comprometimento político dos membros da Escola com políticas de reforma social-democráticas.

Actividade 6

Do conhecimento que tem sobre a vida na cidade moderna, avalie a pertinência dos estudos realizados pelos sociólogos da Escola de Chicago para explicar os processos de desorganização social urbana contemporânea.

Actividade 7

Compare a perspectiva marxista clássica sobre a cidade com os pressupostos evolucionistas da Escola de Chicago.

Leituras complementares

ALLEN, J.

- 2000 On Georg Simmel: proximity, distance and movement. In: Crang, M.; Thrift, N. (orgs). *Thinking Space*. London: Routledge.

CORDEIRO, G. Í. [et al.] (orgs.)

- 2003 *Etnografias Urbanas*. (Capítulo I. A Antropologia Urbana. Entre a Tradição e a Prática). Oeiras: Celta.

DU BOIS, W. E. B.

- 2000, 1899 The Negro Problems of Philadelphia; The Question of Earning a Living and Color Prejudice. The Philadelphia Negro. In: Legates R. T.; Stout, F. (eds). *The City Reader*, (2nd ed.) London: Routledge.

ENGELS, F.

- 1958 *The Condition of the Working Class in England*. W. O. Henderson; W. H. Chaloner (trad.). New York: Macmillan.

HANNERZ, U.

- 1986 *Exploración de la Ciudad. Hacia una Antropología Urbana*. (Capítulo II. *Os Etnógrafos de Chicago*). México: Fondo de Cultura Económica.

LEWIS, M.

- 2000, 1937 What is a City? In: Legates R. T.; Stout, F. *The City Reader*, (2nd ed.). London: Routledge.

SIMMEL, G.

- 2001,1903 A Metrópole e a Vida do Espírito. In: Fortuna, C. (org), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta.

TRASHER, F. M.

- 1963, 1922 *The Gang*. Chicago: University of Chicago Press.

WIRTH, L.

- 1956, 1928 *The Ghetto*. Chicago: University of Chicago Press.
2001,1938 O Urbanismo como Modo de Vida. In: Fortuna, C. (org), *Cidade, Cultural e Globalização*. Oeiras: Celta.

Ligações à Internet

Encyclopedia of Chicago

www.encyclopedia.chicagohistory.org

Sociology Index

www.sociologyindex.com/urban_sociology.html

SocioSite: Urban Sociology

www2.fmg.uva.nl/sociosite/topics/city.html

Open University – Urban Sociology – ROUTES

<http://routes.open.ac.uk>

<http://routes.open.ac.uk/routes/subject-listing/DDC/307.76/html>

4. Sociologia Urbana Contemporânea

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

4. Sociologia Urbana Contemporânea

Resumo

Objectivos do Capítulo

4.1 A Sociologia Urbana no Período Pós-Guerra

4.2 A “Nova Sociologia Urbana”

4.3 A Economia Política Urbana

4.3.1 Henry Lefebvre: Marxismo e a Produção Social do Espaço

4.3.1.1 Os Circuitos do Capital

4.3.1.2 A Produção Social do Espaço

4.3.1.3 O Papel do Estado na Regulação Espacial

4.3.2 A Acumulação de Capital e Urbanização: David Harvey e Allen Scott

4.3.3 As Cidades como “Máquinas para o Desenvolvimento”

4.3.4 Manuel Castells: Consumo Colectivo e Gestão Urbana

4.4 A Economia Global

4.5 Globalização e Espaços Urbanos

4.5.1 A Cidade Mundial

4.5.2 A Cidade Global

4.5.3 A Cidade Informacional

Perspectivas e Conceitos-Chave

Actividades Propostas

Leituras Complementares

Ligações à Internet

Página intencionalmente em branco

Resumo

Este capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, examinamos os principais contributos da “nova sociologia urbana” das décadas de 60 e 70 de 1900, para a renovação teórica e empírica dos estudos sociológicos sobre o fenómeno urbano. Realçar-se-á as abordagens não marxistas sobre o desenvolvimento urbano, assim como as perspectivas neo-marxistas da economia política urbana. De especial enfoque é a reconceptualização da cidade como um espaço de contradições entre os sistemas de acumulação de capital e de redistribuição social e entre a gestão do Estado e os interesses das populações. Numa segunda parte, apresentamos e discutimos os diferentes quadros teóricos e correntes sociológicas associados ao paradigma da globalização e do fenómeno urbano, sublinhando o papel fundamental desempenhado pela cidade na nova lógica da economia mundial. De especial relevância é a exploração conceptual da cidade através de três principais narrativas: a cidade mundial, a cidade global e a cidade informacional.

Objectivos do Capítulo:

No final deste capítulo o/a estudante deverá estar apto/a a:

- Identificar as principais temáticas abordadas pela sociologia urbana no período do pós-Guerra.
- Conhecer os principais contributos da “nova sociologia urbana” para a revitalização teórica e empírica da disciplina.
- Compreender o argumento central da crítica formulada por Manuel Castells às diferentes abordagens teóricas desenvolvidas no âmbito da sociologia urbana.
- Comparar e contrastar a abordagem teórica da economia política urbana com as perspectivas evolutivas do desenvolvimento urbano.
- Identificar e caracterizar as principais linhas de força da matriz teórica de Henri Lefebvre sobre o fenómeno urbano.
- Perspectivar a abordagem crítica da economia política sobre a cidade, procurando identificar as diferentes interpretações e os seus contributos para o conhecimento das novas realidades urbanas.
- Relacionar os processos de acumulação de capital e os padrões de desenvolvimento desigual.

-
- Problematizar a importância dos movimentos sociais urbanos na redefinição da cidade como espaço de contradições e de novas potencialidades.
 - Enquadrar o fenómeno urbano na nova economia global, identificando os principais efeitos da globalização nos padrões de desenvolvimento urbano.

4.1 A Sociologia Urbana no Período Pós-Guerra

Para os membros da Escola de Chicago, a cidade moderna era concebida como um lugar de desorganização social, de conflito e de constante luta pela sobrevivência. Como referimos no capítulo anterior, esta concepção da cidade viria a influenciar, de forma determinante, as investigações desenvolvidas no âmbito disciplinar da sociologia urbana.

A evolução do filão ecológico dos sociólogos de Chicago nos anos quarenta de 1900 vai caracterizar-se por diversas orientações. Alguns autores defendem uma posição crítica face aos trabalhos pioneiros da ecologia humana. Outros autores, com especial relevo Firey (1946, 1947), centram a sua atenção em factores de ordem simbólica e afectiva como elementos explicativos dos comportamentos de grupos sociais e, conseqüentemente, da sua distribuição geográfica em contextos urbanos.

Na década de 50 do século XX, verifica-se o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de técnicas de pesquisa quantitativa e a utilização de métodos estatísticos no estudo dos fenómenos urbanos. Nesta linha, a análise ecológica de Hawley (1950) sobre a segregação nas cidades americanas forneceu um conjunto de informações estatísticas de grande importância. Tendo como principal objectivo a descrição das desigualdades sócio-residenciais, são desenvolvidos novos métodos de análise quantitativa, designadamente: *social area analysis* (Shevky, Williams, 1949; Shevky e Bell, 1955), análise de *cluster* (Tyron, 1955) e a utilização de análises factoriais que deu origem a uma abordagem frequentemente denominada por *ecologia factorial*. Acrescenta-se ainda, que o surgimento de novos instrumentos informáticos e o aperfeiçoamento de análises estatísticas permitiram a realização de um crescente número de estudos quantitativos em detrimento da pesquisa etnográfica urbana, característica dos trabalhos pioneiros da Escola de Chicago. Em geral, nas décadas de 40 e 50 de 1900, a pesquisa sobre o fenómeno urbano orientou-se para novos estudos, que tinham como principal eixo de análise as propriedades gerais ou quadros gerais da acção social.

Na Grã-Bretanha, tal como nos Estados Unidos da América, a investigação urbana, no período do pós-guerra, tendeu a subvalorizar a análise contextual dos processos de adaptação das pessoas ao ambiente urbano, passando a estratificação ocupacional a dominar os programas de pesquisa. As novas preocupações centravam-se num interesse crescente pelo modo como as relações sociais se articulavam com classe, nação, Estado e as dinâmicas do sistema de produção capitalista. Mais tarde, na década de 70, como veremos adiante, as questões do género, raça e etnicidade passam, igualmente, a ter especial relevo nos estudos sociológicos urbanos.

Em traços largos, poderíamos assinalar duas principais tendências na evolução da sociologia urbana na Grã-Bretanha.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, constata-se a proliferação dos estudos sobre as comunidades locais e as suas dinâmicas sociais no contexto de pequenas áreas geográficas. Um conjunto de trabalhos etnográficos de grande importância foi desenvolvido nas décadas de 40 e 50 do século XX. Fortemente influenciadas pela tradição antropológica britânica¹, as investigações centravam-se no estudo empírico de comunidades rurais e de comunidades locais específicas. Entre estes estudos é de referir o trabalho de Dennis et. al. (1956) *Coal is our Life*, sobre uma povoação mineira de Yorkshire, e o modo como a cultura dos mineiros estava intimamente ligada ao seu trabalho e à comunidade. Esta crescente orientação teórica sobre as dinâmicas da classe social viria a reflectir-se nas abordagens posteriormente realizadas.

Uma segunda tendência do trabalho dos sociólogos britânicos nos meados do século XX diz respeito à produção de estudos que visavam a análise de grupos sociais, organizações e instituições. Estes novos trabalhos sobre as dimensões da classe social tendiam a não considerar o espaço como um factor importante de análise. Por exemplo, estudos sobre a mobilidade social (Glass, 1954) dirigiam-se, fundamentalmente, para análises macro de mobilidade entre classes a nível nacional. Ao privilegiar a utilização de técnicas estatísticas e de amostragem aleatória, a dimensão empírica e contextual de classe foi, assim, relegada para segundo plano. Na problematização de classe social a tónica tendeu a recair sobre a sua dimensão puramente económica, a natureza do trabalho e as relações laborais, em vez de uma análise mais ampla e articulada com o contexto social, as práticas da vida quotidiana e os padrões residenciais (Savage e Warde, 2002: 24-25).

Numa fase posterior, e profundamente influenciados pelo surgimento na teoria social de análises estruturalistas inspiradas no trabalho de Althusser, a investigação urbana reflectia, sobretudo, uma preocupação em examinar as forças e dinâmicas estruturais que afectam as “posições de classe”. Um exemplo emblemático desta perspectiva é o estudo diacrónico de John Goldthorpe (1980) sobre a mobilidade social, assente numa amostragem aleatória nacional realizada durante a década de setenta. Tal como noutros trabalhos realizados neste período, as dimensões regionais e espaciais permanecem ausentes, não existindo qualquer tentativa em articular as relações sociais com o espaço onde estas se inscrevem.

Para os sociólogos do pós-guerra, as pesquisas realizadas à escala nacional eram consideradas como tendo um carácter representativo e mais abrangente do que a investigação etnográfica e, como tal, constituíam uma forma eficaz de pressão política junto ao poder central. Por outro lado, se para os teóricos da Escola de Chicago o comprometimento político e a reforma social implicavam

¹ Para uma reflexão sobre o desenvolvimento da antropologia urbana ver Cordeiro (2003) “A Antropologia urbana entre a Tradição e a Prática” in Cordeiro, Graça I. et. al. 2002. *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta Editora.

uma estreita relação com os políticos e as instituições locais, no período do pós-guerra, a investigação realizada a nível nacional era vista como sendo da maior relevância para as instituições governamentais centrais e para o planeamento urbano em geral.

Em suma, apesar da realização de alguns estudos de carácter etnográfico de grande importância, a sociologia urbana no período do pós-guerra foi dominada, em grande medida, pela produção de análises estatísticas à escala nacional, em que a natureza contextual e sócio-espacial da investigação urbana foi perdendo o seu vigor. No decurso da década de sessenta do século passado, começa-se a assistir ao aparecimento de uma nova orientação das agendas de investigação resultante de um conjunto de transformações económicas, sociais e políticas. O exacerbar dos problemas sociais, as questões da justiça social e a preocupação com abordagens sistémicas re-direccionam a investigação urbana para “problemas de gestão do sistema, considerado no seu conjunto: organização das interdependências espaciais num meio tecnológico complexo, acção do sector público com vista à organização do consumo colectivo, tentativas de controlo das tensões sociais produzidas pela materialização no espaço dos processos de segregação étnica e social” (Castells, 1975:56). Como veremos seguidamente, nas décadas de 70 e 80 de 1900 a sociologia urbana ganha um novo dinamismo teórico e empírico no quadro mais alargado das ciências sociais.

4.2 A “Nova Sociologia Urbana”

Durante a década de setenta, a sociologia urbana viria a ser alvo de forte contestação a nível epistemológico e de uma revitalização teórica e empírica sem precedentes. O ressurgimento de análises marxistas no estudo da sociedade contemporânea, a renovação intelectual em França nos anos 60 e os movimentos sociais de 1968 contribuíram para a emergência de novas perspectivas, debates e abordagens no âmbito da sociologia urbana. De particular relevância é a chamada “Escola Francesa”, que integrava quatro principais correntes que passamos a enunciar:²

1. A primeira corrente representada por Henri Lefebvre assenta em três principais dimensões: a defesa do conceito de civilização urbana como forma distinta de organização social; a importância do espaço como elemento constitutivo das relações sociais; o direito à cidade contra a exclusão social.
2. O Marxismo Ortodoxo (Jena Lojkin, Christian Topalov, Edmond Preteceille). Tendo por base a teoria do capitalismo monopolista do

² Ver Castells, M.. 2002. La sociologia urbana en al sociedad de redes: de regreso al futuro.

Estado, as análises centram-se no domínio do capital e dos interesses capitalistas sobre o Estado e, através do Estado, na dominação dos interesses capitalistas sobre os processos urbanos. De especial relevo é o trabalho de David Harvey sobre as manifestações do “espaço e da sociedade” a partir da lógica interna do capital, justapondo-lhes as lutas sociais.

3. A Escola de Foucault foi organizada em torno de um centro de investigação, o CERFI e de jovens investigadores tais como Fourquet e Anne Querrien. Focaram a análise da microfísica do poder nas instituições sociais e alargaram esta noção de dominação à vida quotidiana, moldada pelas instituições urbanas. Para Castells, esta foi, provavelmente, a corrente de investigação mais inovadora deste período. A única que realmente se propôs abordar os novos temas sociais de um ponto de vista crítico.
4. O marxismo estruturalista representado por Manuel Castells, o qual foi fortemente influenciado por Althusser e, sobretudo, por Nicos Poulantzas. Esta corrente propõe uma nova ordem epistemológica para a sociologia urbana, ao integrá-la na análise das contradições do sistema capitalista.

Para Castells (2002), a “Escola Francesa” constituiu um importante marco para o desenvolvimento da nova sociologia urbana e, conseqüentemente, para a renovação da reflexão sobre a cidade. O seu dinamismo teórico e empírico trouxe para o centro do debate um conjunto de questões que, até então, tinham permanecido ausentes do quadro interpretativo do fenómeno urbano.

Neste âmbito, podemos referir três principais contributos da “Escola Francesa”:

- Primeiro, o estudo das relações de poder, o conflito social, os valores e os interesses são colocados no âmago das dinâmicas urbanas. Esta nova perspetivação abre uma frente crítica às abordagens evolutivas da Escola de Chicago e às noções de comunidade e de integração social por estas propostas. A comunidade passa a ser entendida como um espaço de conflito e de tensões sociais, que se inscrevem numa lógica de luta de classes e de projectos políticos produzidos a um nível social mais alargado.
- Segundo, a procura de um objecto teórico específico à sociologia urbana possibilitou novas interpretações da realidade social, ao mesmo tempo que levou a teoria marxista a reconhecer que a lógica de produção e reprodução não constituía a única fonte de mudança social. Nas palavras de Castells, este reconhecimento “ [f]oi o princípio do fim do monopólio da classe trabalhadora como único agente de mudança” (2000:4).

-
- Terceiro, a conceptualização do espaço como força estruturante da organização social é relançada na linha da tradição da ecologia humana mas, agora, despojada dos pressupostos funcionalistas. Por último, os inúmeros trabalhos realizados no âmbito da “Escola Francesa” pretenderam fornecer uma forte articulação entre a teoria e a investigação empírica, sendo a única excepção os contributos, essencialmente teóricos de Henri Lefebvre.

Entre os destacados membros da “Escola Francesa”, Manuel Castells, em *Os Problemas de Investigação em Sociologia Urbana* (1975) e em *La Question Urbaine* (1972), formula um conjunto de críticas contundentes às tradições teóricas da sociologia urbana. O argumento principal centrava-se na ideia de que a sociologia urbana enquanto disciplina científica não possuía um “objecto teórico” específico. A seu ver, o que distinguia os trabalhos científicos dos ideológicos era, precisamente, a existência de um “objecto teórico” e não de noções do senso comum que, no caso da sociologia urbana, se traduziam nas ideias de cidade, comunidade, cultura urbana, espaço, problemas urbanos, etc. Ao argumentar que a sociologia urbana não tinha um objecto teórico próprio, Castells dirige a suas críticas para a falta de fundamentação teórica que, a seu ver, caracteriza as perspectivas culturalistas de Wirth assim como as abordagens evolutivas do desenvolvimento urbano de Park e as teorias sobre o espaço de Lefebvre. A dificuldade em distinguir os processos que são especificamente urbanos daqueles que ocorrem em áreas rurais; a insistência em conceber o espaço como reflexo de outras formas de organização social e não como parte integrante das estruturas técnicas e sociais que caracterizam a sociedade moderna, espelham, segundo o autor, a ausência de explicações científicas sobre a cultura urbana e o espaço. (Ver CAIXA 4.1, *Castells e o Objecto de Investigação da Sociologia Urbana*).

CAIXA 4.1

Manuel Castells e o Objecto de Investigação da Sociologia Urbana

[...] O que caracteriza a *sociologia urbana* é exactamente a ausência de delimitação precisa do seu objectivo real. [itálico no original] Efectivamente, quando se fala de indústria designa-se um certo tipo de actividade produtiva, quando se fala de educação quer-se fazer referência a um conjunto de processos de aprendizagem, socialização e selecção institucionalmente estabelecidas, etc. Mas, o que é o urbano? [...]

Com efeito, se se estudam, sob a mesma etiqueta as “classes sociais urbanas”, a burocracia “urbana”, a política “urbana”, os ‘tempos livres, as relações de amizade, os transportes e os seus problemas, etc., é porque se considera que todos estes fragmentos da vida social são próprios de um novo tipo de sociedade. de uma espécie de “nova forma de vida” (urbana...), cujos contornos ideológicos procurámos apresentar atrás.

Nesse caso, a sociologia urbana seria, nem mais nem menos, a *sociologia* [itálico no original] da sociedade “moderna”, da sociedade de massas. Apesar da aparente simplicidade da afirmação, o certo é que a opção que está implícita nela equivale a uma deslocação ideológica do problema, que se dá nos próprios fundamentos da actividade do investigador, na medida em que o seu ponto de partida se inscreve num campo teórico desorganizado, ou melhor, organizado em função de uma racionalidade puramente ideológica. Devemos, por conseguinte, acabar por identificar a sociologia urbana com a sociologia sem adjectivos e limitarmo-nos a denunciar o carácter ideológico do termo “urbano”? Sim e não. O termo “urbano”, tal como tem sido utilizado, é sem dúvida ideológico, embora nos vejamos obrigados a continuar a servir-nos da linguagem corrente. Mas a especificação institucional da sociologia urbana corresponde a uma certa especialização dos diferentes âmbitos do real, embora se trate de *diversos* âmbitos distintos e apesar de eles ficarem mais obscuros do que esclarecidos a partir da perspectiva unificadora da sociologia urbana.

De facto, e à falta da especificação desse âmbito da realidade a que convém propriamente o nome de “urbano”, a sociologia urbana tem vindo a tratar principalmente dois tipos de problemas: 1) *A relação com o espaço*[itálico no original]; 2) Aquilo que poderíamos designar como o *processo colectivo de consumo*.

Vimos como a relação espacial, isto é, a articulação concreta do elemento material “espaço” no conjunto da estrutura social, pode e deve ser objecto de análise sociológica. O estudo dos diferentes processos de urbanização, assim como o da adaptação e das transformações dos diversos elementos e processos sociais relativos a uma determinada unidade espacial delimitam um campo de trabalho que tanto a ecologia humana como a história social têm vindo a desbravar, embora nem uma nem outra tenham conseguido elaborar uma sistematização teórica verdadeiramente capaz de orientar a grande porção de investigações concretas até agora realizadas.

Por outro lado, a sociologia urbana abordou uma grande quantidade de problemas cujo conteúdo comum, no fim de contas, está no facto de pertencerem todos eles mais ou menos à esfera do consumo

colectivo, isto é, tratam de processos de consumo cuja organização e gestão só podem ser colectivas, em virtude da natureza e da dimensão das questões postas: habitação, equipamentos, tempos livres, etc. De resto esta problemática concreta contribuiu decisivamente para fundamentar a óptica ideológica assumida pela sociologia urbana. Ela desempenha no campo do consumo, um papel semelhante ao desempenhado pela sociologia industrial no que toca à produção. Ora, como o ritmo de desenvolvimento teórico desta última foi, pelo menos, parcialmente respeitado e inclusivé estimulado como consequência do seu reconhecimento enquanto sistema excelente para detectar os pontos de conflito que, irremediavelmente aparecem em todo o processo de crescimento, as coisas são bastante diferentes no caso da sociologia urbana, pelo menos se tivermos em conta que, a partir dos seus primeiros passos ela é encarada como um meio para encontrar os mecanismos de adaptação mais idóneos e operativos de que possa dispor-se, visando a utilizá-los para a conservação de uma ordem, de um tipo e de um nível de consumo predeterminados. Esta diferença de estatuto vem confirmar e explicitar o predomínio da produção sobre o consumo colectivo e a ausência de correspondência entre os interesses em jogo, em cada um destes processos.

A tradição estudada mistura, pois, os mais diversos temas ideológicos e objectos concretos, mescla de que se desprendem uma *sociologia do espaço e uma sociologia do consumo colectivo* [itálico no original]. A sociologia urbana como tal não tem objecto real específico. A sua unidade institucional é dada pela função ideológica que desempenha e não como consequência de uma finalidade teórica própria.

Fonte: Castells, Manuel. 1975. *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 60-71.

Para Castells, as teorias desenvolvidas no âmbito da sociologia urbana tenderam a equacionar o conceito de cultura urbana com a teorização do sistema capitalista e o modo como este se constituía como parte integrante do fenómeno urbano. Contudo, para o autor a cultura urbana não é um conceito. “É, para falar com propriedade, um mito, dado que conta – ideologicamente – a história da espécie humana. A sociologia urbana, que assenta na cultura urbana, é uma ideologia da modernidade, assimilada – com grande dose de etnocentrismo –

à cristalização das formas sociais que caracterizam o capitalismo liberal” (Castells, 1975:65).

Ao pretender reconfigurar a questão urbana, Castells introduz um novo paradigma teórico centrado na noção de **consumo colectivo**, sobre o qual nos iremos debruçar mais adiante. De momento, convém salientar que a “nova sociologia urbana” permitiu impulsionar as análises e os estudos sobre a cidade e o fenómeno urbano nos anos 70 e 80. A perspectivação da cidade como lugar de contradições entre os processos de acumulação de capital e de redistribuição social, entre sistemas de regulação institucionais e as reivindicações de novos actores sociais trouxe para o centro dos projectos de investigação as dinâmicas dos novos movimentos sociais urbanos, o papel de regulação do Estado e o planeamento urbano. Este novo enfoque, a partir de uma abordagem de economia política (*political economy*) permitiu um aprofundamento dos conhecimentos sobre a estrutura económica, as desigualdades sociais, os processos espaciais, conflitos sociais e o crescimento urbano.

4.3 A Economia Política Urbana

A abordagem crítica da economia política urbana pretendeu explicar, com base em teorias marxistas, as novas realidades urbanas e o desenvolvimento desigual que têm vindo a caracterizar a evolução das cidades no mundo contemporâneo. Antes de analisarmos mais em pormenor a perspectiva da economia política, torna-se importante referir, aqui, o modelo evolutivo sobre o desenvolvimento da cidade industrial.

A relação entre sistemas económicos e o desenvolvimento das cidades tem sido analisada a partir de várias perspectivas, as quais tendem a sublinhar as **dimensões temporais ou espaciais da diferenciação urbana**. À luz de uma perspectiva temporal, as **teorias evolutivas** sustentam que o desenvolvimento urbano obedece a um padrão de evolução histórica comum a todas as cidades. O trabalho de Hall (1988) é um exemplo emblemático desta abordagem, assente num modelo evolutivo do crescimento e declínio das cidades nos períodos de industrialização e desindustrialização verificado ao longo do século XX.

Segundo Hall (1988), o período de industrialização é caracterizado por um crescimento rápido da população urbana, seguido de uma fase de crescimento da população tanto na cidade como nos subúrbios. Este período de expansão industrial dá lugar a uma fase de declínio urbano, característica dos processos de desindustrialização. Com base nas investigações realizadas nos Estados

Unidos da América, Hall pretendeu aplicar o modelo proposto à Europa Ocidental. Contudo, os padrões de desenvolvimento urbano, verificados nos anos 70 do século passado, nos diferentes países europeus, são muito diferenciados. Se no caso da Grã-Bretanha e da Alemanha se registaram decréscimos significativos de populações urbanas, o mesmo não se verificou em países como a França, a Itália e os países do Benelux.

Ao tentar generalizar o ciclo de evolução das cidades, as perspectivas evolutivas mostraram-se incapazes de reconhecer a especificidade das cidades no que respeita às suas lógicas de desenvolvimento, assim como, ao modo como os centros urbanos se inserem, de forma diferenciada, no contexto da economia mundial (Savage e Warde, 2002).

Ao invés das teorias evolutivas, um conjunto de perspectivas teóricas, muitas das quais de inspiração marxista, viriam a centrar a sua atenção na **dimensão espacial do desenvolvimento desigual**. O interesse em explicar as dinâmicas do sistema económico e o seu impacto nas formas urbanas traduziu-se numa preocupação em teorizar as transformações urbanas e a cidade como um lugar específico no quadro do sistema capitalista mundial. De forma esquemática, estas novas abordagens da **economia política** urbana assentavam nos seguintes pressupostos:

- Primeiro, o desenvolvimento das cidades insere-se num quadro mais amplo de crescimento económico e de dinâmicas políticas que extravazam o local, e que se prendem com sistemas económicos e políticos mais vastos.
- Segundo, as economias locais não funcionam como entidades autónomas, mas inserem-se em redes nacionais e internacionais, as quais afectam directamente as estruturas urbanas. Neste âmbito, é importante salientar as novas interpretações defendidas por cientistas sociais que apontam para a centralidade das instituições políticas e económicas (bancos, investidores, governos, instituições internacionais) na configuração da vida urbana.
- Terceiro, e central a esta abordagem, é o enfoque no papel dos investidores na estruturação da cidade. Quem investe? Onde? E como? A rápida mobilidade do capital e a capacidade de transferência e de construção de unidades produtivas a nível mundial, assim como os processos acelerados de deindustrialização e de reestruturação industrial têm sido responsáveis por transformações cruciais no interior das cidades. Além destes aspectos, estas novas abordagens teóricas têm sublinhado o impacto dos conflitos raciais, étnicos e de classe na estruturação social e espacial das cidades.

Sumariamente, ao invés dos contributos da Escola de Chicago centrados numa abordagem evolutiva e naturalista da cidade, a reconceptualização da cidade e da vida urbana proposta por estas perspectivas permitiu novas interpretações sobre o fenómeno urbano, sublinhando a dimensão espacial, histórica, económica e política do desenvolvimento das cidades e das grandes metrópoles. Como veremos a seguir, as análises sobre os mecanismos da economia do mundo capitalista quando aplicadas aos estudos urbanos ajudaram a explicar as transformações “intra-urbanas” assim como aquelas ocorridas no interior das cidades. Autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Allen Scott e Manuel Castells viriam a fornecer novas interpretações da cidade assim como do desenvolvimento espacial capitalista.

4.3.1 *Henri Lefebvre – Marxismo e a Produção Social do Espaço*

A obra de Henri Lefebvre (1902-1991), filósofo marxista e humanista francês, constituiu um ponto de viragem da maior importância na teorização do fenómeno urbano. Ao introduzir uma nova perspectiva sobre as políticas e ideologias do espaço urbano, do “direito à cidade” e da “produção do espaço”, Lefebvre transforma, de forma radical, o objecto de estudo da sociologia urbana e dos estudos urbanos.

A partir de uma abordagem crítica e marxista, Lefebvre desenvolve uma matriz teórica assente em três principais linhas de força, designadamente: os **circuítos do capital**, a **produção social do espaço** e o **papel do Estado na regulação espacial**.

4.3.1.1 Os Circuitos do Capital

Tendo como referência a obra de Marx e de Engels, Lefebvre propõe uma nova abordagem sobre a cidade num quadro da economia política. Para este autor, categorias económicas tais como capital, força de trabalho, lucro, rendas, salários, exploração e desenvolvimento desigual constituem noções que se aplicam ao estudo das cidades. Neste sentido, o desenvolvimento urbano é visto como um produto do sistema capitalista, tal como qualquer outra mercadoria da produção capitalista.

Na sequência deste argumento, Lefebvre introduz a noção de **circuítos de capital**. O primeiro, denominado por **circuítos de capital primário**, refere-se à actividade económica característica da sociedade capitalista, que se prende com o investimento de capital na aquisição dos meios de produção necessários

para a produção de bens, os quais são, por sua vez, vendidos no mercado, e o lucro re-investido em actividades industriais com fins lucrativos. Contudo, ao constatar o desenvolvimento desigual nas cidades, Lefebvre identifica um **segundo circuito de capital** que está directamente associado à actividade económica do sector imobiliário. Investimentos realizados neste sector são vistos como uma forma importante de aquisição de riqueza, a qual tende a ser re-investida na aquisição de novas propriedades e na obtenção de novos lucros.

Ao analisar os padrões de desenvolvimento da cidade, Lefebvre sustenta que a actividade imobiliária desempenha um papel fundamental no declínio, rejuvenescimento ou na reabilitação de determinadas áreas da cidade, ou seja, os padrões de crescimento da cidade não podem ser entendidos sem tomar em consideração as dinâmicas deste segundo circuito de capital. Tal como Lefebvre, Gottdiener (1994) sustenta que apesar do impacto das corporações globais no desenvolvimento ou declínio de cidades, a indústria do imobiliário continua a ser, presentemente, um factor de grande importância na estruturação dos centros urbanos.

Igualmente central ao argumento de Lefebvre é a noção de que o espaço é o produto de um modo específico de produção — a produção capitalista, e como tal está subordinado necessariamente à lógica do capitalismo. O que se torna importante é entender e explicar o modo como o espaço é produzido nas sociedades capitalistas, revelando as contradições e as lutas intrínsecas a esse processo.

4.3.1.2 A Produção Social do Espaço

Na sua obra *La Production de l'espace*, publicada em 1974, Lefebvre pretende desenvolver uma “teoria unitária do espaço”, uma “espaciologia” na qual diferentes espaços são identificados e articulados entre si: o **espaço físico** (natureza), o **espaço mental** (abstracões sobre o espaço) e o **espaço social** (prática social). Ao tentar interligar estas diferentes concepções de espaço numa única matriz conceptual, Lefebvre procura desmistificar a noção de espaço fragmentado, proporcionando, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma maior consciencialização na luta contra o mundo capitalista urbanizado.

Lefebvre sustenta que as teorias urbanas e as políticas de planeamento urbano devem ser entendidas como formas ideológicas que devem ser desconstruídas e combatidas através de perspectivas capazes de explicar o **espaço como uma construção da lógica capitalista**. Neste sentido, o espaço não constitui um simples receptáculo social. Pelo contrário, o espaço emerge a partir de uma “tríade espacial” – as **representações do espaço, os espaços de**

representação e as **práticas espaciais** – assente numa dinâmica dialéctica e fenomenológica.

- **As Representações do Espaço**

Referem-se ao regime discursivo de teorias e de conhecimentos produzidos sobre o espaço por profissionais, técnicos, tecnocratas, urbanistas, arquitectos, engenheiros, etc.. Para Lefebvre, este é o **espaço concebido**, ideológico, o “espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção)”³. Estas representações inscrevem-se em relações dominantes de poder e de conhecimento, cuja expressão se materializa nos monumentos, nas fábricas e nos edifícios de escritórios, assim como no autoritarismo burocrático e político característico de espaços repressivos.

³ Henri Lefebvre. 1991. *The Production of Space*. Trans. Donald Nicholson-Smith. London: Blackwell Publishers.

- **Os Espaços de Representação**

Dizem respeito ao **espaço vivido** na experiência do dia-a-dia. É o espaço que se constitui a partir de um conjunto de imagens e símbolos que se articulam com a experiência do espaço físico e geográfico. Nas palavras de Lefebvre (1991:38) os espaços de representação são concebidos como:

... the space of ‘inhabitants’ and ‘users’, but also of some artists and perhaps of those, such a few writers and philosophers, who describe and aspire to do no more than describe. This is the dominated – and hence passively experienced – space which the imagination seeks to change and appropriate. It overlays physical space, making symbolic use of its objects. Thus representational spaces may be said, though again with certain exceptions, to tend towards more or less coherent systems of non-verbal symbols and signs.

O espaço vivido, sendo simultaneamente um espaço real e imaginado, é, sobretudo, o local onde as experiências individuais e colectivas são estruturadas e reconfiguradas ao longo do tempo.

- **As Práticas Espaciais**

Diz respeito às práticas espaciais que estruturam a realidade do dia-a-dia e que estão relacionadas com formas de **percepção do mundo**, do espaço vivido e concebido. Estas práticas manifestam-se nas redes, nas trajectórias e nos padrões de interacção social existentes entre lugares de trabalho e de diversão, englobando práticas de produção, de reprodução, e de concepção. Esta concepção do espaço cria uma terceira dimensão, a qual incorpora tanto o material como o simbólico, tanto o real como o imaginado, tanto a fluidez como a ruptura.

Para Lefebvre, o espaço constitui-se como uma componente da organização social. Por outras palavras, as interações sociais não existem no vácuo, mas sim implicam, necessariamente, uma espacialização que é estruturada e que, por sua vez, estrutura os comportamentos e práticas sociais e simbólicas. Para este autor, a relação entre estas três componentes (representações do espaço, espaço de representações e práticas espaciais) é de particular importância para compreender o modo como o espaço é socialmente construído.

4.3.1.3 O Papel do Estado na Regulação Espacial

Por último, um dos importantes contributos de Lefebvre diz respeito à relação entre o Estado e o espaço, mais especificamente, à forma como o Estado regula o espaço urbano e influencia os modos de vida na cidade. A distribuição de recursos a regiões e municipalidades, a definição de estratégias de desenvolvimento local, e a implementação de políticas de planeamento e de reabilitação urbanas são áreas de intervenção directa do Estado, que ditam, em grande medida, os padrões de crescimento das cidades e metrópoles.

Para Lefebvre, tanto o Estado como os investidores e empresários pensam o espaço de forma abstracta, ou seja, em termos das suas dimensões, localização e potenciais lucros. A este **espaço abstracto** opõe-se o **espaço social**. Este último diz respeito à forma como as pessoas que vivem o seu dia-a-dia e concebem o espaço. As relações entre os dois espaços são marcadas por antagonismos e conflito de interesses. Neste aspecto, Lefebvre distancia-se da perspectiva marxista de conflito de classes como a força motriz do capitalismo, argumentando que o marxismo e o materialismo dialético deveriam ser aplicados no conhecimento de todos os aspectos da vida social e não apenas na sua dimensão económica. Por outro lado, Lefebvre é particularmente sensível às condições alienantes da vida urbana. O argumento central é de que as formas de alienação produzidas pela sociedade capitalista permeiam todas as esferas das relações sociais, transformando a vida do dia-a-dia num espaço vazio de significados e sentidos.

Para este autor, no mundo urbano capitalista, o conflito fundamental é a luta por uma experiência do dia-a-dia livre da opressão do capitalismo, e a reivindicação por uma intervenção directa das populações na gestão do espaço.

No seu trabalho *The Right to the City* (1968), Lefebvre sustenta que a expulsão das massas do centro da cidade para a periferia constituiu a expressão indelével da subordinação das necessidades das populações à lógica do capital e do lucro. Contudo, a cidade é potencialmente um espaço de libertação, a qual só

poderá ser alcançada através da luta contra a dominação capitalista do espaço, e contra as ideologias tecnocráticas do espaço defendidas pela burguesia e a ideologia economicista e limitada dos partidos marxistas. (Saunders, 1981).

A obra de Lefebvre influenciou profundamente posteriores teorias sobre o desenvolvimento urbano, assim como o trabalho de outros autores realizado no âmbito da corrente da economia política urbana e de abordagens sócio-espaciais. Seguidamente, debruçar-nos-emos sobre as principais contribuições de David Harvey e de Manuel Castells para a teorização do fenómeno urbano.

4.3.2 *A Acumulação de Capital e Urbanização: David Harvey e Allen Scott*

Tal como Lefebvre, David Harvey, proeminente geógrafo inglês, desenvolveu a teoria económica marxista, aplicando-a à análise do fenómeno urbano. Estando particularmente interessado em explorar a lógica da acumulação de capital e as suas implicações na estrutura urbana, Harvey centra a sua atenção nas dinâmicas do investimento do capital no sector imobiliário e no papel desempenhado por este tipo de investimento nos processos de acumulação do capital.

Partindo do conceito de circuitos do capital proposto por Lefebvre, Harvey identifica **três principais circuitos de capital**. O primeiro diz respeito à produção de bens manufacturados. No que respeita a este circuito industrial, o argumento central é de que o processo de acumulação capitalista é atravessado por importantes contradições que se manifestam na sobreprodução de bens e na dificuldade da economia em manter níveis de procura adequados à oferta. Na sequência da queda dos lucros, o capital tende a ser transferido para o **circuito secundário** onde é investido no meio edificado. O **terceiro circuito** está directamente associado com a reprodução da força de trabalho e no investimento em áreas científicas e profissionais de forma a potenciar novas formas de acumulação de capital.

Segundo Harvey, as prioridades dos capitalistas envolvidos no segundo circuito do capital são substancialmente diferentes daquelas existentes no primeiro circuito do capital industrial. Se no caso do investimento na construção de fábricas, os investidores tendem a optar por áreas onde os custos do imobiliário e da propriedade são baixos, o mesmo não se verifica nos investimentos efectuados no âmbito do segundo circuito do capital. Neste caso, a classe capitalista tende a investir em zonas da cidade onde o custo do imobiliário é

elevado e, como tal, os lucros tendem a ser, igualmente, elevados. Como resultado disto, determinadas zonas da cidade degradam-se ou são abandonadas devido, em grande medida, às opções e estratégias dos investidores no sector imobiliário e às políticas governamentais.

No seu célebre estudo *Social Justice and the City* (1973) sobre a cidade de Baltimore, EUA, Harvey mostra como as condições de vida em diferentes áreas da cidade estão estreitamente associadas às prioridades estabelecidas pelos investidores no sector imobiliário e pelos programas institucionais do Estado. Harvey divide a cidade em oito sub-mercados da habitação: a “inner city”, áreas residenciais de etnias brancas, áreas de baixo e médio rendimento de populações Afro-Americanas na parte oeste da cidade, áreas de grande mobilidade populacional, áreas da classe média na parte nordeste e sudoeste de Baltimore e outras áreas da classe alta.

Cada uma destas áreas exhibe padrões muito diferenciados de compra e venda de casas, os quais reflectem um conjunto de factores tais como: natureza das transacções, dinheiro ou empréstimos privados, financiamento bancário e subsídios do Estado. Por exemplo, a probabilidade das populações mais pobres obterem um empréstimo bancário era basicamente nula. Como tal, as pessoas tendem a efectuar a compra da habitação a dinheiro ou através de empréstimos contraídos a privados e/ou através de subsídios do Estado. Por seu lado, as comunidades étnicas brancas exibiam, igualmente, dificuldades na obtenção de financiamento bancário. Associações comunitárias de empréstimos e poupanças constituíam a principal fonte de financiamento das habitações compradas por este grupo. Nas outras categorias, especialmente aquelas populações com rendimentos mais elevados utilizavam com sucesso o sistema financeiro e, dada a sua influência tanto a nível económico como político, conseguiram impedir práticas de especulação imobiliária nos seus bairros residenciais.

A análise de Harvey mostrou como as prioridades do segundo circuito do capital e a intervenção do Estado estruturam os espaços urbanos. Para além de explicar os processos de articulação entre o primeiro e segundo circuitos do capital e o modo como este é transferido de um circuito para o outro, potenciando a sua acumulação, Harvey chama, igualmente, a atenção para o papel desempenhado pelo Estado na reprodução do sistema capitalista. Dadas as diferentes prioridades e interesses, frequentemente contraditórios, dos múltiplos actores sociais (capitalistas industriais, investidores, comerciantes, trabalhadores, profissionais) no desenvolvimento urbano, conflitos e tensões tendem a ser mediadas pelo Estado. A intervenção do Estado traduz-se, geralmente, na reabilitação de áreas urbanas, de forma a torná-las mais atraentes ao investimento. Segundo Harvey, a sociedade capitalista constrói meios edificados num determinado momento, de acordo com um conjunto de prioridades, vindo a destruí-los mais tarde, num padrão cíclico de crescimento e declínio.

Uma outra dimensão no trabalho de Harvey que merece especial destaque diz respeito à análise das forças sociais e políticas e à sua actuação no sistema de acumulação capitalista. Como foi atrás referido, Harvey mostrou-se particularmente atento aos confrontos entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, no espaço urbano. Contrariamente às noções geralmente defendidas pelos sociólogos, este autor sustenta que os conflitos evidenciados na cidade assumem diversas formas, reflectindo os múltiplos interesses das diferentes facções existentes tanto no seio da classe capitalista como da classe operária. Relativamente à classe capitalista, esta subdivide-se em três principais categorias: os investidores financeiros (capital financeiro), comerciantes (capital comercial), proprietários de fábricas (capital industrial). A classe operária, por sua vez, está dividida entre operários industriais, vendedores, funcionários e analistas financeiros. Cada grupo tem interesses específicos e percepções próprias sobre a vida urbana e o meio edificado. Contudo, a luta por melhores condições de vida continua a ser travada entre a classe capitalista e os trabalhadores.

O trabalho apresentado por Harvey foi de grande importância para a investigação da diversidade de processos urbanos, os quais dificilmente se poderão entender a partir de uma lógica evolutiva do crescimento da cidade. Por outro lado, a preocupação em articular as dinâmicas da acumulação de capital com os conflitos de classe e as lutas políticas, permite uma análise do desenvolvimento desigual que reflecte tanto as especificidades históricas como a acção concreta dos actores sociais.

Apesar dos importantes contributos de Harvey para a análise do fenómeno urbano, o seu trabalho tem sido objecto de críticas, sendo de salientar as objecções apresentadas por Savage e Warde (2002), que se centram em torno de quatro principais dimensões:

- Escassez de investigação empírica que sustente a teorização dos circuitos de capital. O trabalho de Harvey tem sido pouco desenvolvido a nível empírico, o que, segundo Savage e Warde (2002), se prende com algumas fragilidades teóricas que caracterizam a teoria de Harvey, sendo de destacar:
- A concepção teórica do meio edificado tende a ser estática e circular. A principal objecção tem a ver com a ideia de que o meio edificado pode constituir um constrangimento à acumulação de capital. De facto, o meio edificado pode revelar grande flexibilidade quanto à sua utilização, e como tal, pode não vir a constituir um condicionalismo para a acumulação de capital.
- Perspectiva reducionista do conflito e das tensões sociais, as quais são traduzidas na luta de classes. Embora Harvey saliente a dimensão

multifacetada e fragmentada que caracteriza tanto a classe capitalista como a operária e os conflitos intra e inter-classes, a existência de outros grupos sociais e o seu impacto na estrutura urbana não é problematizada, mantendo-se sistematicamente ausente da sua análise.

- O estudo das lutas políticas e sociais e o seu impacto no desenvolvimento da cidade “revela-se determinista do ponto de vista económico” (Savage e Warde, 2002:51). Os conflitos sociais são concebidos como resultado de lutas de classe e dos interesses contraditórios que caracterizam as relações entre classes, negligenciando, assim, as lutas sociais que se organizam em torno de questões de género, etnicidade, religião, etc.

Ao contrário de Savage e Warde (2002), Soja (2000) defende que um dos principais contributos do trabalho de Harvey é, precisamente, o reconhecimento das dimensões culturais na teorização da cidade, desenvolvidas a partir de uma perspectiva neo-marxista da economia política urbana. Segundo Soja, a atenção dada à cultura, comunidade, raça e etnicidade, assim como aos conflitos gerados em torno de problemas de consumo colectivo, redistribuição social e o meio edificado demonstra uma particular sensibilidade às políticas de identidade e de cultura e à luta contra as dinâmicas de exploração de classe no espaço urbano. Um outro aspecto que merece especial relevo é o modo como os processos de suburbanização e de declínio da cidade estão estreitamente associados às dinâmicas do segundo circuito do capital e do desenvolvimento desigual capitalista.

Tal como Harvey, Allen Scott, geógrafo inglês, centra a sua análise nos processos de produção e os seus efeitos no desenvolvimento urbano. Na mesma linha dos geógrafos da Escola da Califórnia, o trabalho de Scott está ligado à exploração do sector industrial e à sua localização. Contudo, no seu trabalho *Metropolis: From the Division of Labour to Urban Form* (1988), Scott vai mais longe ao explorar a articulação entre o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento urbano. Esta matriz conceptual possibilita um conjunto de importantes interpretações sobre os processos de reestruturação económica e urbana a nível regional e global, que têm caracterizado o crescimento das metrópoles contemporâneas. Na análise de Scott sobre “a anatomia geográfica do capitalismo industrial”, convém salientar as duas principais dimensões conceptuais exploradas: **integração horizontal** e **desintegração vertical**.

Integração Horizontal

Após a Grande Depressão dos anos 30 de 1900, o sector da indústria nos Estados Unidos da América sofreu transformações significativas. Se, num período anterior, as grandes companhias tendiam a centralizar as suas actividades numa única localidade, a partir da década de 30 até aos anos 70, a estrutura de funcionamento das empresas sofreu importantes mudanças. A reorganização das empresas conduziu a novos padrões de integração horizontal. Ou seja, as empresas mantiveram as sedes nas grandes metrópoles mas os centros de produção, de distribuição e de comercialização foram localizados em áreas economicamente mais vantajosas para as empresas. Neste sentido, a tendência mais marcante durante este período é a existência de grandes empresas que controlam um conjunto de actividades industriais e económicas necessárias ao processo produtivo. Embora as diferentes unidades de produção não se situassem no centro das grandes metrópoles, a tendência era para a formação de aglomerados industriais integrando as grandes linhas de montagem e unidades de produção complementares. Por exemplo, no caso da indústria automóvel nos Estados Unidos da América, os maiores centros de produção automóvel localizavam-se num raio de 150 Km da cidade de Detroit (o centro da indústria automóvel no EUA). A proximidade entre as várias empresas permitia uma redução nos custos de produção e de distribuição dos produtos manufacturados, contribuindo assim para a criação de regiões metropolitanas economicamente inter-dependentes.

Desintegração Vertical

A partir da década de 70, a reestruturação económica e a emergência de novos padrões de desenvolvimento industrial são entendidas através das dinâmicas de desintegração vertical. Para Scott, o conceito de desintegração vertical é concebido como o processo generalizado de fragmentação e de especialização dos diferentes segmentos do processo produtivo, os quais se mantêm funcionalmente associados entre si (Scott,1986).

Ao estudar os processos de formação e expansão industrial, Scott sustenta que a adopção de novas estratégias de subcontratação e a criação de múltiplas unidades de produção em áreas com custos de produção baixos favorece a localização de pólos industriais a nível global. A procura de mão-de-obra barata, assim como de menos restrições ambientais e baixos níveis de concorrência têm sido responsáveis pela criação de pólos industriais nos países do chamado “Terceiro Mundo”.



Figura 4.1 – Fábrica abandonada na década de oitenta de 1900, na sequência do processo de desindustrialização, Sheffield, Reino Unido.



Figura 4.2 – Maquiladoras em el Salvador.



⁴ Funcionam presentemente mais de 11.500 maquiladoras (fábricas de montagem) americanas localizadas ao longo da fronteira do México com os Estados Unidos da América. Precárias condições de trabalho e baixos salários e o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores têm estado na origem de fortes movimentos de contestação e de reivindicação nestas fábricas multinacionais. Ver www.uwec.edu.

Figura 4.3 – Maquiladoras na fronteira do México com os Estados Unidos da América.⁴

Os novos processos económicos tem tido efeitos importantes no desenvolvimento das cidades e nos padrões de desigualdades regionais. Para muitas cidades industriais, o encerramento de importantes pólos de manufactura implicou a perda de milhares de empregos e a recessão económica. Ao mesmo tempo, novas áreas de produção muito especializada tendem a surgir com a implantação de indústrias de alta tecnologia e de serviços (por exemplo, o Silicon Valley nos EUA). Como veremos mais adiante, cidades como Nova Iorque, Tóquio, Londres ou São Paulo assumem um papel fundamental no novo contexto de uma economia globalizada.

4.3.3 *As Cidades como “Máquinas para o Desenvolvimento”*

Para John Logan e Harvey Molotch (1987) o desenvolvimento urbano tem como principal motor as actividades de uma classe específica, a dos promotores imobiliários. Segundo os autores, esta classe desempenha um papel fundamental no planeamento e evolução das cidades, as quais se apresentam como **máquinas para o desenvolvimento** (growth machines). Coligações constituídas pelos promotores imobiliários com outras elites urbanas (políticos,

empresários, investidores e proprietários fundiários) têm como principais objectivos o crescimento da população urbana, a valorização da propriedade e o desenvolvimento económico da cidade através do investimento. Para tal, estas coligações tendem a pressionar o governo local de forma a criar-se um “clima favorável para os negócios”. Por sua vez, o poder local, ao tentar aumentar as receitas próprias e a colmatar deficiências financeiras, tende a responder favoravelmente aos interesses destas coligações, para as quais o desenvolvimento urbano está directamente relacionado com crescentes margens de lucro. Neste sentido, os governos municipais, ao serem confrontados por interesses frequentemente contraditórios que se manifestam, por um lado, nas acções das coligações centradas no lucro e, por outro, nas reivindicações da comunidade por melhores condições de vida, optam pelo desenvolvimento urbano como objectivo central do quadro local de intervenção.

Contrariamente à teorização proposta por Allen Scott, a qual enfatizava o processo de produção como factor determinante do crescimento urbano, para Logan e Molotch as dinâmicas da produção industrial desempenham um papel secundário nas transformações urbanas. Mais recentemente, estes autores introduzem, na sua abordagem, uma perspectiva menos reducionista do desenvolvimento urbano ao tomar em consideração a dimensão global da economia e o seu impacto na estruturação da cidade. Tomando como exemplo as cidades Norte Americanas, Logan e Molotch defendem que os processos de desindustrialização e de globalização da economia tendem a enfraquecer o poder dos governos locais, dada a crescente mobilidade do capital industrial, ao mesmo tempo que o poder das grandes corporações tende a aumentar. Por outro lado, com a progressiva perda de empregos no sector industrial, as populações locais tendem a perder influência e capacidade de reivindicação face à lógica global do capitalismo.

As tensões emergentes na cidade como “máquina para o desenvolvimento” são múltiplas e de diversa ordem. Segundos os autores, a oposição ao desenvolvimento manifesta-se, frequentemente, em acções de contestação por parte das comunidades locais à implementação de actividades económicas que ameaçam a qualidade de vida das populações. A degradação do meio ambiente, a habitação precária, o aumento da violência urbana, a insuficiência de infra-estruturas e o emburguesamento, **nobilitação** (*gentrification*) de bairros centrais, obrigando à deslocação da população local e à sua substituição por classes de estatuto social mais elevado, têm sido algumas das áreas mais fortemente contestadas.

Nas décadas de 60 e 70 do século passado, as questões da gestão e do planeamento urbano ocuparam um lugar central nos estudos sobre a cidade. O desenvolvimento do Estado-providência e a intervenção directa e sistemática de instituições locais, regionais e nacionais na gestão da cidade, conduziram a

intensos debates e a uma reflexão sociológica sobre a cidade como um produto da intervenção estatal. Por outro lado, a constatação de novas formas de mobilização colectiva e de contestação trouxe para o centro da análise social urbana o conflito de interesses e a sua negociação. É, precisamente, neste contexto que a “nova sociologia urbana” pretendeu dar resposta aos desafios da nova realidade urbana. A partir de uma abordagem da economia política urbana, a cidade é reconceptualizada como um espaço de contradições entre os sistemas de acumulação de capital e de redistribuição social, entre a gestão do Estado e os interesses das populações.

4.3.4 *Manuel Castells: Consumo Colectivo e Gestão Urbana*

Tal como foi referido no ponto 4.2, a obra de Manuel Castells, *La Question Urbaine* (1972) constitui uma das obras mais emblemáticas da “nova sociologia urbana”. Se por um lado, este trabalho constitui uma das críticas mais devastadoras às teorias urbanas desenvolvidas até à década de setenta, por outro, ele oferece novas perspectivas de análise e de reflexão sociológica sobre a cidade capitalista contemporânea.

Ao tentar reformular o campo teórico e empírico da sociologia urbana, Castells propõe um novo objecto teórico, o processo **colectivo de consumo**. No quadro analítico proposto, a cidade é concebida como um sistema que providencia, em articulação com o Estado, um conjunto de serviços necessários à economia e à vida do dia-a-dia. Isto é, o consumo de serviços de educação, habitação, saúde e equipamentos sociais só é possível dada a intervenção do Estado-providência. Assim, o consumo colectivo definido como “os processos de consumo mediados pelo o Estado” constituía a função principal da cidade capitalista no último quartel do século XX, a qual se assumia, progressivamente, mais como um local de consumo do que de produção.

Ao perspectivar as dinâmicas sociais urbanas a partir da noção do consumo colectivo, Castells sublinha, de forma inovadora, o papel fundamental do Estado na gestão urbana. Nesta linha de interpretação, as políticas de intervenção social centradas, especialmente, nas cidades e tendo com objectivo principal fornecer às populações as infra-estruturas e serviços básicos, eram entendidas dentro de uma lógica capitalista de reprodução da força de trabalho. Segundo Savage e Warde (2002:158)

O argumento de Castells era o de a reprodução de força de trabalho depender da intervenção estatal, uma vez que, em muitas áreas, não se torna rentável os capitalistas providenciarem os serviços de apoio social necessários à reprodução da força de trabalho. Assim, o Estado organiza

e subsidia a habitação e o transporte, gera o serviço de saúde e providencia a existência de um conjunto complexo de instalações educativas, de treino profissional e de investigação. Em termos gerais, estes serviços desempenham um papel vital na manutenção da força de trabalho existente e na criação de uma geração seguinte de trabalhadores saudáveis, preparados e socializados. Deste modo, o Estado garante certas funções essenciais para a continuação da efectiva acumulação de capital.

Ao explorar o papel do Estado na estruturação da cidade capitalista contemporânea, Castells chama a atenção para os interesses contraditórios entre os diferentes actores sociais (capitalistas, Estado e as populações urbanas) e para o modo como estas tensões potenciam a criação de “movimentos sociais urbanos”. Uma das principais contradições que suscitou especial interesse foi a crise fiscal. Castells sustenta que o Estado, ao pagar por serviços que o sector privado não financia, vê-se obrigado a aumentar as receitas através do sistema tributário. Por sua vez, o aumento de impostos tende a criar oposição por parte das populações, as quais se mobilizam em torno de uma diversidade de estruturas organizativas para defesa dos seus interesses.

Durante as décadas de 60 e de 70 do século passado, Castells estudou os movimentos sociais urbanos em várias cidades europeias. Para este autor, as acções colectivas eram concebidas como agentes de produção do espaço; do consumo colectivo e como agentes de mudança social na cidade e na sociedade em geral. Posteriormente, no seu trabalho *The City and the Grassroots* (1983), Castells examina em profundidade as dinâmicas dos movimentos sociais urbanos, distanciando-se decididamente da perspectiva marxista estruturalista que tinha orientado os seus trabalhos anteriores. Face à exploração económica, dominação cultural e repressão política num mundo cada vez mais globalizado, os movimentos sociais tendem a produzir significados e identidades defensivas em torno das pertenças reais ou imaginadas a um território e a uma comunidade específica. Nas suas palavras:

Os movimentos urbanos certamente abordam as verdadeiras questões do nosso tempo, embora não o façam na escala nem nos termos adequados a esse objectivo. Entretanto, não há outra saída, pois tais movimentos representam a última reacção à dominação e à exploração renovadas nas quais o nosso mundo se encontra submerso. São mais que um último baluarte simbólico e um grito desesperado: são sintomas das nossas próprias contradições, sendo, portanto, potencialmente capazes de superá-las... Produzem novos significados históricos – a ponto de fingir que constroem, sob a protecção das “murallas” da comunidade local, uma nova sociedade que eles próprios reconhecem ser inatingível. E conseguem fazê-lo alimentando os embriões dos futuros movimentos sociais no universo das utopias locais de nunca se renderem à barbárie (1983:331).

Na última década do século XX, as novas tecnologias da informação, a re-estruturação económica e a globalização estiveram no centro de profundas transformações sociais e urbanas. Como veremos seguidamente, o trabalho de Castells sobre a globalização, a economia informacional e o seu impacto na estruturação espacial e social da cidade constituem uma referência conceptual da maior importância na vastíssima literatura sobre globalização.

4.4 A Economia Global

Durante a fase de desenvolvimento económico fordista, que compreendeu o período dos anos 30 até aos finais dos anos 60, a cidade industrial capitalista sofreu profundas mudanças. A expansão do sector industrial, o crescimento acelerado da produção em massa assim como do consumo e a suburbanização contribuíram para a dispersão dos pólos industriais e da mão-de-obra, tradicionalmente localizados no centro das cidades. A estrutura monocêntrica e centralizante característica dos centros urbanos do primeiro quartel do século XX viria progressivamente a desintegrar-se, dando origem à emergência da denominada metrópole regional fordista (Soja, 1989). Segundo Soja, os processos de descentralização das actividades económicas e a subsequente expansão das áreas metropolitanas foram acompanhados pela produção em massa, o aparecimento de municipalidades suburbanas, a fragmentação política e os conflitos sociais.

A partir dos finais dos anos 60 de 1900, a crise do modelo fordista e as rápidas transformações macro-económicas e urbanas ocorridas, com particular intensidade, a partir da década de 80, têm sido objecto de análise e de investigação, traduzindo-se na existência de uma vastíssima e sempre crescente bibliografia sobre estas problemáticas. Numa tentativa de descrever e conceptualizar a emergência das novas dinâmicas urbanas e realidades económicas, os cientistas sociais têm-se socorrido de uma terminologia que evidencia a problematização de uma ruptura com o modelo fordista e com a cidade industrial, sobre a qual existe pouco consenso. As noções de sociedade pós-industrial, pós-fordista, pós-moderna e sociedade da informação reflectem diferentes formas de interpretar as novas dinâmicas económicas, sociais, culturais e políticas que caracterizam o mundo contemporâneo.

A nova terminologia produzida sobre o fenómeno urbano revela, igualmente, as múltiplas perspectivas conceptuais, representações, metáforas e imagens que pretendem captar as diferentes e complexas dinâmicas das cidades contemporâneas. A multiplicidade de discursos produzidos sobre os processos de globalização e a cidade do novo milénio tem merecido, como iremos examinar ao longo deste manual, um estudo aprofundado e sistemático. No

âmbito deste capítulo, centrar-nos-emos em torno de três narrativas que se afiguram centrais na teorização do urbano: a **cidade mundial** (Friedmann, 1986), a **cidade global** (Sassen, 1998) e a **cidade informacional** (Castells, 1996, 2000).

4.5 Globalização e Espaços Urbanos

Nas últimas décadas, a globalização e a revolução das tecnologias de informação têm sido determinantes na reestruturação espacial, no desenvolvimento desigual urbano e nos modos de vida nas grandes metrópoles. O trabalho pioneiro de John Friedmann (1986) sobre o impacto da nova divisão internacional do trabalho na organização espacial articula, de forma inovadora, a teoria dos sistemas mundo com os estudos urbanos. Antes de nos debruçarmos sobre a perspectiva defendida por este autor, torna-se importante salientar os fundamentos principais da tese dos sistemas mundiais.

Na perspectiva da teoria do sistema mundo, o modelo económico capitalista é concebido como um processo que tende a englobar progressivamente diferentes áreas do globo num único sistema económico e político (Wallerstein, 1979). Segundo este autor, o mundo está hierarquicamente organizado e dividido por zonas desiguais de especialização e de desenvolvimento. Assim, a Europa encontrar-se-ia no centro, os países menos desenvolvidos em África, Ásia e na América Latina na periferia. Entre estes dois pólos existiria uma zona intermédia – a semiperiferia constituída por países com estádios intermédios de desenvolvimento. Estes funcionariam como mediadores na gestão dos conflitos existentes entre o centro e a periferia provocados pelas desigualdades resultantes da apropriação dos excedentes produzidos à escala mundial.⁵

Nos inícios da década de 80, Fröbel, Heinrichs e Kreye (1980) chamam a atenção para a emergência de uma nova divisão internacional de trabalho decorrente da globalização da produção levada a cabo pelas multinacionais, que transferiam progressivamente a produção industrial para países periféricos onde a mão-de-obra era barata, abundante e flexível. A internacionalização da economia e a nova divisão internacional do trabalho tiveram profundas implicações nos sistemas urbanos. Nas palavras de Savage e Warde (2002:44):

[A] tese sobre a nova divisão internacional do trabalho pode ser utilizada para explicar a diferenciação de cidades em diferentes partes do mundo. Em vez de se tomar o declínio inevitável das cidades como um aspecto da sua evolução concomitante à desindustrialização a tese da nova divisão internacional do trabalho é capaz de explicar o destino diferenciado das cidades em diferentes partes do mundo. Por um lado, a posição liderante das cidades capitalistas do Ocidente pode ser explicada

⁵ Ver o trabalho de Boaventura Sousa Santos (1985) sobre o conceito de semiperiferia e a posição de Portugal no sistema mundo. “Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o caso português” in *Análise Social*, Vol XXI (87-88-89)-3.º- 4.º -5.º. 889-901.

em função do seu papel de coordenação na nova divisão internacional do trabalho. A outro nível, o crescimento de grandes cidades na periferia, tais como a cidade do México, pode também ser explicado pelo papel que desempenham como localizações para a nova produção descentralizada.”

4.5.1 *A Cidade Mundial*

Centrando-se no impacto urbano da nova divisão internacional do trabalho e da mundialização da economia, Friedmann em *The World City Hypothesis* (1986) defende estarmos perante uma nova realidade urbana – a cidade mundial. Os traços principais desta nova formulação da cidade no novo contexto da economia global são os seguintes: o modo de integração das cidades no sistema mundo e na nova divisão internacional do trabalho é determinante para compreender as mudanças estruturais verificadas na organização sócio-espacial dos centros urbanos; importantes cidades espalhadas pelo mundo são utilizadas pelo capital global como bases estratégicas na articulação na gestão mundial da produção e dos mercados; as funções de controlo global desempenhadas por determinadas cidades estruturam as dinâmicas dos seus sectores de produção e de emprego; as cidades mundiais são espaços de grande importância para a concentração e acumulação de capital internacional; cidades mundiais são lugares de destino de fluxos migratórios internos e internacionais; as cidades mundiais são espaços de contradição do sistema capitalista industrial. Tal como as desigualdades espaciais e de classe, as cidades mundiais tendem a ter custos sociais superiores à capacidade fiscal do Estado.

Ao desenvolver alguns dos pressupostos de Friedmann sobre a cidade mundial, especialmente aqueles que dizem respeito à concepção das cidades como nós estratégicos no sistema económico mundial e às suas funções de controlo da economia global, Sassen oferece uma exploração sistemática da nova geografia da globalização e do papel das cidades na economia mundial emergente.

4.5.2 *A Cidade Global*

No seu livro *The Global City: New York, London, Tokyo* (1991), Sassen explora as dinâmicas das denominadas cidades globais caracterizadas pela concentração de empresas multinacionais e de serviços, com especial destaque para as empresas financeiras, comerciais, de marketing e outras. Em *As Cidades na Economia Mundial* (1998), Sassen retoma as temáticas exploradas no trabalho anterior abarcando outras cidades, tais como Frankfurt, Zurique,

Amsterdão, Sydney, Hong Kong, São Paulo e a Cidade do México. As cidades globais emergem como pólos estratégicos na actual economia mundial:

Os mercados nacionais e globais, bem como as operações integradas, requerem lugares centrais, onde se exerça o trabalho de globalização. Além disso, as indústrias da informação necessitam de uma vasta infra-estrutura física que contenha nós estratégicos, com uma hiper-concentração de determinados meios. Finalmente até as mais avançadas indústrias de informação possuem um processo produtivo Assim, quando as telecomunicações foram introduzidas em larga escala em todas as indústrias adiantadas, na década de 1980, vimos as regiões centrais, onde se concentram os negócios nas grandes metrópoles e centros empresariais internacionais do mundo – Nova York, Los Angeles, Londres, Tóquio, Frankfurt, São Paulo, Hong Kong e Sydney entre outros – atingirem uma densidade como jamais existiu.” (Sassen, 1998:13).

As cidades globais desempenham assim um papel fundamental no desenvolvimento da economia global funcionando como:

1. pontos de comando na organização da economia mundial;
2. lugares e mercados fundamentais para as indústrias de destaque do período actual, isto é, finanças e os serviços especializados destinados às empresas;
3. lugares de produção fundamentais para essas indústrias, incluindo a produção de inovações. Várias cidades também preenchem funções equivalentes em escalas geográficas menores no que refere a regiões transnacionais e subnacionais” (Sassen, 1998:16-17).

Relativamente ao impacto da globalização da economia nos sistemas urbanos, Sassen argumenta que na última década tem-se assistido à expansão da rede de cidades globais, que inclui presentemente 40 cidades. Embora Nova Iorque, Londres, e Tóquio continuem a ser cidades cruciais, outras transformaram-se em grandes centros de negócios, com capacidade para gerir operações financeiras e serviços a nível internacional e global (por exemplo, Paris, Frankfurt, Sidney). Estas cidades situam-se no topo da hierarquia urbana, encontrando-se num escalão abaixo os principais centros urbanos europeus (Zurique, Amsterdão, Madrid, Milão, Barcelona) assim como as cidades de São Paulo, Buenos Aires e a Cidade do México.

Nesta cartografia complexa de centros e de periferias, Sassen sustenta que, no contexto europeu, um número considerável de cidades assume presentemente uma posição central na economia global. Por outro lado, existem outras cidades que não constituem locais estratégicos na economia global, mas que integram importantes redes europeias de capitais financeiros, culturais e de serviços. Por fim, na “geografia das margens”, cidades na Europa de Leste (por exemplo, na Romênia, Albânia e na ex-Jugoslávia) e no Sul da Europa (Nápoles e



Figura 4.4 – Vista da cidade de Tóquio.



Figura 4.5 – Vista da cidade de Nova Iorque. Repare nas semelhantes arquitectónicas com a cidade de Tóquio (acima).

Marselha) têm sido remetidas para posições periféricas na hierarquia urbana europeia, funcionando, frequentemente, como “correntes de transmissão” de fluxos migratórios para as cidades globais. Esta situação tem acentuado a polarização entre cidades, criando assim novas desigualdades e novas periferias no sistema urbano europeu. A crescente polaridade entre cidades, a fragmentação social no seio das cidades e o processo de expansão da economia global remete-nos para o trabalho emblemático de Manuel Castells sobre a emergência de uma nova estrutura espacial e social – a Cidade Informacional.

4.5.3 A Cidade Informacional

A revolução tecnológica centrada nas tecnologias da informação, a economia global e os movimentos sociais e culturais são, segundo Castells, as características dominantes de uma nova sociedade, a que denomina por Era da Informação. A dimensão espacial destas transformações macro-económicas, políticas e culturais reveste-se de uma extraordinária amplitude e complexidade. Castells (2002) sistematiza a multiplicidade dos efeitos da globalização na estrutura urbana em torno de treze dimensões fundamentais:

1. O processo de urbanização acelerada a nível planetário;
2. O aparecimento de novas metrópoles dispersas por vastos territórios, organizadas em torno de uma estrutura policêntrica, sendo caracterizadas por uma interdependência funcional e por diferenciação social;
3. Tecnologias de informação, a internet e sistemas de transportes informatizados permitem simultaneamente a concentração espacial e descentralização assim como a existência de uma nova geografia de redes e de nós urbanos a nível mundial, nacional, intermetropolitano e intrametropolitano;
4. A emergência de redes empresariais como uma nova forma de actividade económica, coordenada, mas descentralizada, tende a diluir as fronteiras funcionais entre espaços de trabalho e espaços de residência, na medida em que existe uma crescente tendência para transformar estes últimos em espaços de produção informacional;
5. As relações sociais caracterizam-se por processos antagónicos de individualização e comunalismo. Comunidades virtuais e comunidades físicas coexistem e interagem entre si;
6. A crise da família patriarcal provoca profundas mudanças nos padrões de sociabilidade que passam a centrar-se em redes individualizadas, com importantes consequências no modo de vida urbano (habitação, bairros, espaços públicos e sistemas de transporte);
7. As cidades, principalmente no mundo desenvolvido, são caracterizadas por uma crescente componente multicultural e multiétnica;
8. A economia global do crime funda-se no tecido urbano, dando lugar a uma cultura do crime, a conflitos sociais e a violência e, consequentemente, a novos padrões residenciais que reflectem a insegurança urbana;

-
9. A insegurança vivida e/ou percebida na cidade conduz à segregação residencial e à construção de comunidades fortificadas para as populações mais abastadas;
 10. A emergência de espaços públicos como expressão da vida local os quais, dada a pressão comercial, são frequentemente transformados em realidades urbanas virtuais;
 11. O novo mundo urbano tende a ser dominado por um movimento dual de inclusão em redes transterritoriais, ao mesmo tempo que se evidencia um processo de exclusão espacial. A nova geografia das redes tende, assim, a criar espaços que são sistematicamente excluídos da sociedade informacional, em particular as áreas rurais em declínio, os guetos e os bairros degradados espalhados pelo mundo;
 12. A emergência de uma nova forma de governação estatal, integrada em instituições supranacionais, constituídas por Estados nacionais, governos regionais e locais e por organizações não governamentais. O poder local assume-se como um novo actor político social e económico, funcionando como um nó no espaço institucional de representação e de gestão urbana;
 13. As novas dinâmicas dos movimentos sociais estruturam-se em torno de duas dimensões principais: a defesa das comunidades locais e o ambiente.

Do conjunto de transformações aqui rapidamente ilustradas, convém salientar o carácter fragmentado, polarizado da cidade da era da informação, a qual se revela, igualmente, como um espaço nodal numa complexa teia de redes globais. Por outro lado, importa, também, assinalar o **carácter dual da cidade na sociedade em rede**.

Castells, na sua reflexão sobre a economia global, defende que o dualismo da estrutura urbana se prende com o novo modelo de desenvolvimento tecnológico e económico, que tende a sustentar-se em dois sectores bem diferenciados. O primeiro, o sector económico formal alicerçado nas tecnologias da informação, na microelectrónica e no processamento e transmissão de dados a longa distância. Este sector tende a recrutar trabalhadores qualificados e com alta produtividade, contribuindo, deste modo, para a formação de uma elite urbana e enriquecida e com privilégios exclusivos. O segundo sector é caracterizado pelas actividades informais que empregam uma mão-de-obra mal paga, desqualificada, flexível, característica de estruturas urbanas e sociais dos países menos desenvolvidos. Esta tendência para a informalização, precarização e flexibilização do trabalho tornou-se, igualmente, visível nos

países desenvolvidos, sobretudo a partir da década de 80. No seu estudo sobre o impacto da reestruturação económica em Nova Iorque, Castells e Mollenkopf (1991) apontam para o carácter marcadamente dual da cidade, polarizada entre um aumento significativo de mão-de-obra especializada e uma crescente informalização da força de trabalho não qualificada. Entre 1977 e 1987 foram extintos 140.000 empregos no sector industrial; no mesmo período, 342.000 novos postos de trabalho foram criados no sector dos serviços de ponta. Este processo de reestruturação económica, reconfigura a estrutura do espaço metropolitano numa geografia de exclusões que ganha expressão, por um lado, na nobilitação (*gentrification*) de zonas centrais e importantes da cidade (Manhattan) e por outro, no crescimento de zonas periféricas pobres e degradadas (por exemplo, South Bronx).

Em suma, os impactos do dualismo social e urbano são de vária natureza e assumem múltiplas configurações. Torna-se importante sublinhar a acentuação das desigualdades sociais nas grandes cidades, Nova Iorque, Londres, Madrid, São Paulo, a Cidade do México ou Lima, assim como a crescente marginalização social de grandes segmentos das populações metropolitanas. Segundo Castells (1989:228), a cidade dual é, sobretudo, “o processo de reestruturação espacial através do qual diferentes segmentos da força de trabalho são incluídos e excluídos da construção de uma nova história.”

Para Castells, a cidade informacional é atravessada por este dualismo estrutural que cria uma diferenciação clara entre as camadas mais altas da sociedade da informação e o resto da população local. Estes dois mundos têm um acesso muito diferenciado aos fluxos de informação e às redes globais de comunicação.

- **Espaço de Fluxos, Espaço de Lugares**

A Era da Informação está a introduzir uma nova forma urbana, a cidade informacional. Contudo, tal como a cidade industrial não foi uma réplica planetária de Manchester, a cidade informacional emergente não será uma cópia do Silicon Valley, muito menos de Los Angeles. Por outro lado, como na era industrial, apesar da extraordinária diversidade de contextos físicos e culturais, existem algumas características comuns, fundamentais ao desenvolvimento transnacional da cidade informacional. Defenderei que, devido à natureza da nova sociedade baseada no conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada por fluxos, a cidade informacional não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos (Castells, 1996, 2002:520).

Com esta reflexão, Castells apresenta-nos a matriz conceptual da cidade informacional. A era da informação desenvolve-se em torno de fluxos, sejam

eles fluxos de capital, de informação, de tecnologia, de imagens ou símbolos. Segundo este autor, o espaço como “expressão da sociedade”, é construído pela “dinâmica de toda a estrutura social”, possibilitando a articulação e realização das novas formas de organização social. O espaço de fluxos é assim concebido como a base material que possibilita a efectivação dos fluxos, sendo descrito em termos de três principais vertentes: 1. O circuito de impulsos electrónicos microelectrónica, telecomunicações, processamento de computadores, sistema de telecomunicações e transporte em alta velocidade, com base em tecnologias de informação. 2. Centros de importantes funções estratégicas e centros de comunicação; 3. Organização espacial das elites administrativas (Ver CAIXA 4.2 *A Teoria dos Espaços de Fluxos*).

CAIXA 4.2

A Teoria do Espaço de Fluxos

A abstracção do conceito de espaço de fluxos pode ser melhor entendida com a especificação do seu conteúdo. O espaço de fluxos, como forma material de suporte dos processos e funções dominantes na sociedade informacional, pode ser descrito (em vez de definido) pela combinação de, pelo menos, três camadas de suportes materiais que, juntas, constituem o espaço de fluxos. *A primeira camada, o primeiro suporte material do espaço de fluxos, é realmente constituída por um circuito de impulsos electrónicos* (microelectrónica, telecomunicações, processamento de computadores, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade – também com base em tecnologias de informação), formando, em conjunto, a base material dos processos que verificamos serem estrategicamente cruciais na rede da sociedade. Trata-se de um suporte material de práticas simultâneas. Portanto, é uma forma espacial do mesmo modo que poderia ser “a cidade” ou a “região” na organização da sociedade mercantil ou da sociedade industrial. A articulação espacial das funções dominantes ocorre nas nossas sociedades na rede de interações, possibilitadas pelos equipamentos de tecnologia de informação. Nessa rede, nenhum lugar existe por si mesmo, já que as posições são definidas por fluxos. Consequentemente, a rede de comunicação é a forma espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas a sua lógica e o seu significado são absorvidos na rede. A infra-estrutura tecnológica que constrói a rede define o novo espaço como as vias férreas definiam as “regiões económicas” e os “mercados nacionais” na economia industrial; ou as regras institucionais de cidadania específicas das fronteiras (e os seus exércitos tecnologicamente avançados) definiam as “cidades” nas origens

mercantis do capitalismo e da democracia. Essa infra-estrutura tecnológica é a expressão da rede de fluxos, cuja arquitectura e conteúdo são determinados pelas diferentes formas de poder existentes no nosso mundo

A segunda camada do espaço de fluxos é constituída pelos seus nós (centros de importantes funções estratégicas) e centros de comunicação. O espaço de fluxos não é desprovido de lugar, embora a sua estrutura lógica o seja. Está localizado numa rede electrónica, mas essa rede liga lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas. Alguns locais são intercambiantes, centros de comunicação que desempenham um papel coordenador para a perfeita interacção de todos os elementos integrados na rede. Outros locais são os nós ou centros da rede, isto é, a localização de funções estrategicamente importantes que constróem uma série de actividades e organizações locais em torno de uma função-chave na rede. A localização no nó liga a localidade a toda a rede. Os nós e os centros de comunicação seguem uma hierarquia organizacional de acordo com o seu peso relativo na rede. Mas essa hierarquia pode mudar conforme a evolução das actividades processadas através da rede. Em alguns casos, certos locais podem ser desligados da rede o que resulta num declínio imediato e, portanto, em deterioração económica, social e física. As características dos nós dependem do tipo de funções desempenhadas por uma determinada rede. Alguns exemplos de redes e respectivos nós ajudarão a comunicar o conceito. O tipo de rede de visualização mais fácil, para representar o espaço de fluxos, é a rede constituída pelos sistemas de processos decisórios da economia global, especialmente os do sistema financeiro... A análise da “cidade global”, como o lugar de produção da economia informacional global, salientou o papel decisivo dessas cidades *globais* nas nossas sociedades e a dependência que as sociedades e economias locais têm das funções de direcção localizadas nessas cidades ... Cada rede define os seus locais de acordo com funções e hierarquia e, ainda, segundo as características do produto ou serviço a ser processado na rede. Assim, uma das redes mais poderosas da nossa sociedade, a produção e distribuição de narcóticos (inclusive a sua componente de lavagem de dinheiro), construiu uma geografia específica que redefiniu o sentido, a estrutura e a cultura das sociedades, regiões e cidades ligadas a essa rede. Dessa forma, na produção e tráfico de cocaína, os locais de produção de coca em Chapare ou Alto Beni, na Bolívia, ou Alto Huallanga, no Peru, estão ligados às refinarias e aos centros de gestão da Colômbia que, até 1995, eram subsidiários das sedes de Medellin ou Cali. E estas últimas, por sua vez, estavam ligadas a centros financeiros como Miami, Panamá, Ilhas Caimão e Luxemburgo, a centros de transporte como as redes mexicanas de tráfico de droga de Tamaulipas ou Tijuana

e, finalmente, ligavam-se com os pontos de distribuição das principais áreas metropolitanas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Nenhum desses locais consegue existir por si só nessa rede. Os cartéis de Medellín e Cali e os seus grandes aliados norte-americanos e italianos ficariam fora dos negócios sem as matérias-primas produzidas na Bolívia ou Peru, sem os produtos químicos (primários) fornecidos pelos laboratórios suíços e alemães, sem as redes financeiras semilegais dos paraísos fiscais e sem as redes de distribuição que se iniciam em Miami, Los Angeles, Nova Iorque, Amsterdão ou na Corunha.

A terceira camada importante do espaço de fluxos refere-se à organização espacial das elites administrativas (e não das classes) que exercem funções directivas em torno das quais esse espaço é articulado. A teoria do espaço de fluxos parte da suposição implícita de que as sociedades são organizadas de maneira assimétrica em torno de interesses dominantes específicos a cada estrutura social. O espaço de fluxos não é a única lógica espacial das nossas sociedades. É, contudo, a lógica espacial dominante porque é a dos interesses/funções dominantes na sociedade. Essa dominação não é apenas estrutural. É estabelecida, concebida, decidida e implementada por actores sociais. Portanto, a elite empresarial tecnocrata e financeira que ocupa posições de liderança nas nossas sociedades, também terá exigências espaciais específicas, relativas ao suporte material/espacial dos seus interesses e práticas. A manifestação espacial da elite informacional constitui outra dimensão do espaço de fluxos. O que é essa manifestação espacial? A forma fundamental de dominação da nossa sociedade baseia-se na capacidade organizacional da elite dominante, que segue de mãos dadas com a sua capacidade de desorganizar os grupos da sociedade que, embora constituam uma maioria numérica, vêem os seus interesses parcialmente (senão totalmente) representados apenas dentro da estrutura de satisfação dos interesses dominantes. ... O espaço desempenha um papel fundamental nesse mecanismo. Resumidamente: as elites são cosmopolitas, os indivíduos são locais. O espaço de poder e riqueza é projectado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência dos sujeitos ficam enraizadas em lugares, na sua cultura, na sua história. Portanto, quanto mais uma organização social se baseia em fluxos a-históricos, substituindo a lógica de qualquer lugar específico, mais a lógica do poder global escapa ao controlo sociopolítico das sociedades locais/nacionais historicamente específicas.

Fonte: Castells, Manuel. 2002, 1996. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I. A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 535-541.

Uma outra dimensão não menos importante que estrutura a cidade informacional é o espaço de lugares. Estes dizem respeito a lugares historicamente determinados, lugares onde as pessoas vivem, e interagem activamente com o seu ambiente – o espaço vivido – imaginado e real, o local de realização da experiência individual e colectiva. Para Castells, é a partir dos espaços de lugares que se torna possível a mobilização social e a criação de formas alternativas de governação e de cidadania. Neste sentido, o espaço de lugares surge como um local de resistência, de autonomia cultural e contra-hegemónico, em oposição ao espaço de fluxos. Contudo, na cidade informacional o poder hegemónico do espaço de fluxos tende a neutralizar as lutas pelos direitos de cidadania, acentuando, ao mesmo tempo, os processos de marginalização das camadas da população mais vulneráveis. Nas suas palavras:

... [Os] indivíduos ainda vivem em lugares, mas, como a função e o poder nas nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, o domínio estrutural da sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares. A experiência, por estar relacionada com lugares, fica abstraída do poder, e o significado é cada vez mais separado do conhecimento. Segue-se uma esquizofrenia estrutural entre duas lógicas espaciais que ameaça romper os canais de comunicação da sociedade. A tendência predominante é para um horizonte de espaço de fluxos a-histórico em rede, visando impor a sua lógica nos lugares segmentados e espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de partilhar códigos culturais. A menos que, deliberadamente, se construam pontes culturais e físicas entre essas duas formas de espaço, poderemos estar a caminhar em direcção a uma vida em universos paralelos, cujos tempos não conseguem encontrar-se porque são trabalhados em diferentes dimensões de um hiperespaço social. (Castells, 2002:555).

Nesta breve análise das diferentes perspectivas desenvolvidas no seio da economia política urbana, é importante sublinhar, ainda que de forma muito sumária, os principais pressupostos orientadores dos estudos realizados sobre as cidades e a vida urbana.

Primeiro, a estrutura e o desenvolvimento da cidade são vistos não como processos naturais que obedecem a uma lógica evolucionista, mas sim como o produto de forças económicas e de modelos tecnológicos mais vastos. Neste sentido, os processos urbanos foram integrados em contextos sociais mais amplos.

Segundo, as formas urbanas e sociais reflectem os conflitos e as tensões geradas em torno da redistribuição e alocação de recursos. O estudo dos espaços urbanos deixou de se centrar em torno das questões da integração como era

característico da sociologia urbana clássica. Os conflitos sociais entre classes, entre grupos e comunidades passaram a ser questões fundamentais nas novas abordagens.

Terceiro, o Estado continua a desempenhar um papel de grande importância no desenvolvimento urbano. É especialmente importante realçar o papel do governo local e das suas instituições na gestão da cidade. Além disso, as políticas urbanas e o planeamento urbano passam a ser problematizadas num contexto mais vasto de governação e de regulação social.

Quarto, os padrões de desenvolvimento urbano são resultantes dos processos de reestruturação e mundialização da economia. O modelo tecnológico e económico é determinante na configuração de novas formações sócio-espaciais. A cidade emerge como um espaço polarizado, segmentado, marcado pela acentuação das desigualdades sociais e por novas formas e experiências urbanas.

Os processos de globalização e de reestruturação económica constituem o pano de fundo para a análise de novos processos de urbanização e de novas culturas urbanas, temáticas estas que irão ser abordadas nos capítulos seguintes.

Perspectivas e Conceitos-Chave

- “A nova sociologia urbana”
- A Economia Política Urbana
- Dimensão espacial do desenvolvimento desigual
- Abordagem teórica de Henri Lefebvre)
- Circuitos do capital
- Produção social do espaço
- Representações do espaço
- Espaços de representação
- Práticas espaciais
- Papel do Estado na regulação espacial
- Teoria económica marxista e o fenómeno urbano (David Harvey)
- Os circuitos do capital
- A produção industrial e o desenvolvimento urbano (Allen Scott)
- Integração horizontal
- Desintegração vertical
- Cidades como máquinas de desenvolvimento (John Logan e Harvey Molotch)
- Consumo Colectivo e Gestão Urbana (Manuel Castells)
- Globalização e espaços urbanos
- Cidade mundial
- Cidade global
- Cidade informacional
- Cidade dual
- Espaço de fluxos
- Espaço de lugares

Atividades Propostas

Atividade 1

Identifique as principais tendências da sociologia urbana no período do pós-Guerra, traçando as linhas de continuidade e descontinuidade dos novos estudos com a tradição clássica da Escola de Chicago.

Atividade 2

Caracterize as principais correntes da denominada “Escola Francesa” e especifique os seus contributos para a revitalização teórica e empírica da sociologia no último quartel do século XX.

Atividade 3

Leia com atenção o texto de Manuel Castells (Ver CAIXA 4.1) e identifique os principais argumentos da crítica formulada por este autor às diferentes perspectivas teóricas da sociologia urbana.

Atividade 4

A economia política urbana permitiu uma nova abordagem sobre o desenvolvimento desigual e a evolução dos fenómenos urbanos. Indique os principais fundamentos teóricos da perspectiva defendida por Henri Lefebvre, centrando-se nos seguintes temas: os circuitos do capital, a produção social do espaço e o papel do Estado na regulação espacial.

Atividade 5

Compare e contraste o trabalho de David Harvey sobre a lógica da acumulação de capital e as suas implicações na estrutura urbana, com os estudos de Allen Scott sobre os processos de produção e desenvolvimento urbano.

Atividade 6

Caracterize as noções de cidade mundial, cidade global e cidade informacional à luz da perspectiva crítica da economia política urbana.

Actividade 7

Elabore uma análise crítica da entrevista dada por Saskia Sassen a Jorge Nascimento Rodrigues (14.08.03).

“Saskia Sassen: Não há cidades globais “solteiras”
www.muieresdeempresa.com/portugues

Actividade 8

No local onde vive identifique os potenciais efeitos do processo de globalização na estrutura urbana. Que tipo de mudanças, ao nível do tecido urbano, consegue detectar? Até que ponto as transformações observadas se prendem com potenciais novos modelos de desenvolvimento? Em que medida é que as diferentes interpretações apresentadas sobre as cidades contemporâneas e a economia global ajudam a explicar as novas formas urbanas por si observadas?

Leituras Complementares

CASTELLS, M.

2002 Urban Sociology in the Twenty-First Century. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE: Centro de Estudos Territoriais, n.º 5. Dezembro, pp. 9-19.

2002,1996 *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COX, K. (ed.)

1997 *Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local*. New York/London: Guilford Press.

FERREIRA, V. MATIAS

2002 Globalização do Ambiente e Localização do Ambiente Urbano. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais, n.º 4, pp. 45-60.

SASSEN, S.

1991 *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

SOJA, E.

2000 *Cosmopolis: The Globalization of Cityspace*. In: Soja, E. *Post-metropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. London: Blackwell.

Ligações à Internet

Social Sciences Information Gateway

www.sosig.ac.uk

The Community Web – Community and Urban Sociology

Section of the American Sociological Association

www.commurb.org

Globalization and World Cities – Study Group and Network

www.lboro.ac.uk/gawc

Jorge Macaísta Malheiros

5. Metr6poles, Dinâmicas Econ6micas e Reconfiguraç3o Espacial

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

5. **Metrópoles, Dinâmicas Económicas e Reconfiguração Espacial**

Resumo

Objectivos do Capítulo

5.1 **Contornos da Transformação da Economia Urbana e do seu Quadro de Regulação: do Regime de Acumulação Fordista ao Regime de Acumulação Flexível**

5.2 **O Urbanismo e as Dinâmicas Urbanas**

5.2.1 *O Período Fordista: Cidades, Planeamento e Subúrbios*

5.2.2 *Planeamento Urbano e Cidades no Contexto Pós-Fordista*

5.3 **As Novas Formas Urbanas e o seu Significado**

5.3.1 *Fragmentação Espacial e Totalização: Processos e Características*

5.3.2 *Novas Formações Espaciais: Centros Históricos Reabilitados, Condomínios, Velhos Enclaves e Novos Subúrbios*

Perspectivas e Conceitos-Chave

Actividades

Leituras Complementares

Ligações à Internet

Página intencionalmente em branco

Resumo

Num primeiro ponto apresentam-se as principais transformações nos princípios de organização do sistema económico e de regulação que marcaram a transição do regime de acumulação fordista apoiado no keynesianismo, dominante nos países e metrópoles ocidentais entre o pós-2.^a Guerra Mundial e os anos 70, para o regime de acumulação flexível, que se inscreve num quadro económico largamente marcado pelo neo-liberalismo.

Na primeira parte do segundo ponto, procura-se mostrar como as políticas do território e os princípios do planeamento urbano modernista, marcadas por elementos como a racionalidade e o zonamento funcional, desempenharam um papel importante no processo de funcionamento da economia fordista e, conseqüentemente, na expansão económica verificada neste período. Na segunda parte, aborda-se o modo como as modificações económicas e sociais associadas à emergência do pós-fordismo levaram ao desenvolvimento de:

- novas políticas de intervenção no território (mais marcadas por valores como a competitividade, a revalorização dos espaços e a dimensão estratégica e caracterizadas pelo maior protagonismo dos actores privados);
- novas formas de planeamento urbano (intervensões integradas que conjugam as componentes física, económica e social, valorização da reabilitação de áreas consolidadas, maior envolvimento de actores como as populações e os seus representantes...).

Todo este processo deu origem à emergência de novas formações espaciais que conferem às metrópoles contemporâneas características distintas. A última parte do capítulo discute, precisamente, as características destas novas formações, enquadrando-as no âmbito de processos mais abrangentes, designadamente a *fragmentação* das metrópoles e a tendência para a *totalização*. Tudo isto é ilustrado com o recurso a exemplos da Área Metropolitana de Lisboa, sempre que tal for pertinente.

Objectivos do Capítulo

No final deste capítulo, o/a estudante deverá estar apto/a a:

- Dominar um conjunto de termos relacionados, de modo directo e indirecto, com as dinâmicas espaciais urbanas, designadamente regime de acumulação (fordista e produção flexível), modo de regulação, reabilitação, regeneração e zonamento;

-
- Compreender as características dos regimes de acumulação fordista e pós-fordista, percebendo o quadro que caracteriza a transição de um para o outro;
 - Compreender o modo como as políticas do território e o planeamento urbano se ajustam às características económicas e sociais do fordismo e do pós-fordismo, produzindo metrópoles distintas;
 - Efectuar a leitura da metrópole produzida pelo modernismo e da metrópole produzida pelos processos pós-fordistas contemporâneos e perceber as suas diferenças;
 - Perceber o conteúdo de processos espaciais contemporâneos como a fragmentação e a totalização e identificá-los no território;
 - Distinguir e identificar as novas formações espaciais associadas ao pós-fordismo.

5.1 Contornos da Transformação da Economia Urbana e do seu Quadro de Regulação: do Regime de Acumulação Fordista ao Regime de Acumulação Flexível

As modificações nos modos de produção e de apropriação da cidade estão sempre associadas às dinâmicas globais da economia, funcionando, em simultâneo, como uma forma de expressão espacial destas (talvez a mais importante e visível) e, também, como um dos meios que possibilitam a sua sustentação.

A leitura das transformações económicas mais relevantes ocorridas nos últimos 50 anos, designadamente o processo de transição que se operou nos anos 70 e inícios de 80 do século XX na sequência da crise estrutural que, conjugada com as crises energéticas de 1973 e 1979, colocou um ponto final em mais de 20 anos de crescimento económico na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, pode ser efectuada a partir da grelha interpretativa oferecida pela análise dos regimes de acumulação, sobretudo se complementada pelos contributos provenientes da denominada Escola da Regulação (Harvey, 1990).

Por *regime de acumulação* pode entender-se o conjunto de princípios de organização da economia, que asseguram determinadas condições de produção (forma de organização do trabalho, tecnologia empregue, base energética, opções de localização, estratégias de armazenagem, etc.) e de ligação desta ao consumo (circuitos e formas de distribuição, formas de marketing e publicidade, etc...). Como refere Harvey (1990), o sucesso de um regime de acumulação depende fortemente do modo como a sociedade funciona, isto é, do modo como as instituições e os consumidores se comportam. Se não existir sintonia entre as características do regime de acumulação e o conjunto de regras (leis que regulamentam as actividades económicas e o funcionamento do mercado de trabalho, normas de comportamento, etc.), valores (competição, consumo, relação capital-trabalho, etc...) e processos sociais (princípios transmitidos na escola, garantia de determinados apoios que facilitam o funcionamento das actividades económicas – dos subsídios aos equipamentos...) que consubstanciam o *modo de regulação*, as possibilidades de êxito do ciclo económico em causa diminuem fortemente.

Durante os 20 anos compreendidos entre 1950 e 1970, a América do Norte e a Europa Ocidental viveram um contexto de forte expansão económica associada a uma melhoria substancial da qualidade de vida das suas populações. Este período de sucesso fica marcado por um conjunto de elementos que permitiram o funcionamento bem sucedido do regime de acumulação fordista no quadro de um modo de regulação específico, associado à emergência do denominado Estado-providência, que alargou muito o seu leque de funções (na educação,

na saúde, nas infra-estruturas...), incorporando os princípios preconizados por Keynes.

Em síntese, o período do fordismo-keynesianismo ficou marcado por um conjunto de características, das quais gostaríamos de realçar as seguintes:

- A incorporação clara do princípio da racionalização na organização do processo de trabalho, designadamente através do estabelecimento de horários de trabalho precisos e rígidos (o princípio das 8 horas) e da implementação do taylorismo (aplicados com êxito nas indústrias de Ford já nos anos 10 e 20 do século passado), que correspondem à segmentação do processo produtivo industrial num conjunto de tarefas elementares encadeadas no quadro da cadeia de montagem, o que permite a utilização de muita mão-de-obra não especializada (que, essencialmente, repete tarefas simples);
- A incorporação de princípios de racionalização relativamente aos próprios bens produzidos, o que implicava muito poucas variações (produtos únicos ou quase) e a possibilidade de uma grande expansão das quantidades produzidas (a ideia da produção em massa, que tira partido do princípio das **economias de escala**);
- Uma concepção diferente do quadro de relações sociais, que conferiam às empresas (industriais) uma forte centralidade, traduzindo-se isto num novo quadro de relações entre capital e trabalho; isto é, à sociedade da produção normalizada e em massa deveria corresponder um consumo massificado e crescente, o que implicava garantir aos trabalhadores capacidade, em hábitos, tempo e dinheiro, para adquirirem bens mais diversificados e em maior número (Mela, 1999);
- Um novo papel para o Estado, que devia estimular a procura através de actividades como a reconstrução e posterior expansão das cidades europeias (destruídas durante a 2.^a Guerra) ou a criação de infra-estruturas (barragens, estradas e auto-estradas, redes de electricidade, água, etc...) e equipamentos (escolas, hospitais, universidades e outros). Ao Estado competia igualmente criar condições para o sucesso das empresas, através da formação dos seus trabalhadores (a disciplina e as qualificações podiam e deviam ser adquiridas na escola pública), da garantia das necessidades sociais básicas (transportes, saúde, habitação) e do estabelecimento de regras que assegurassem a paz social e o quadro de relacionamento entre os actores sociais (direitos dos trabalhadores e regras de contratação, regime de fiscalidade, definição de taxas de juro, etc.).

Todo este conjunto de princípios beneficiou da possibilidade de expansão de um conjunto de indústrias de base (metalúrgicas, cimentos, petroquímicas, etc.)

Economias de escala – Princípio económico que se refere à redução dos custos médios de produção de uma unidade de determinado produto obtida através dos benefícios da optimização que resulta do aumento da escala de produção. Por outras palavras, e em termos genéricos, a produção de maiores quantidades possibilita a redução dos custos médios de cada produto criado.

e de bens de equipamento (automóveis e outro equipamento de transporte, construção naval, electrodomésticos e outros) que se tornaram nos motores da economia e, de algum modo, da própria organização da sociedade (Harvey, 1990). Em larga medida, estes sectores localizavam-se em cidades, com destaque para algumas grandes áreas metropolitanas ou conurbações, como o Reno – Ruhr na Alemanha, o Randstat holandês, a região de Tóquio-Yokoama no Japão e, a uma escala bem mais modesta e tardia no tempo, a Península de Setúbal¹ que, desde a criação formal da Área Metropolitana de Lisboa em 1991, está nela integrada.

Este carácter territorialmente concentrado das actividades económicas-chave associadas às grandes empresas evidencia a importância das metrópoles para este modelo de crescimento, uma vez que estas garantiam mão-de-obra, especialmente qualificada, mercados de escoamento acessíveis para os produtos e os necessários equipamentos e infra-estruturas necessários ao bom funcionamento das actividades económicas (Mela, 1999). Adicionalmente, se nos lembrarmos que a construção civil e as obras públicas correspondiam a outras actividades fundamentais da dinâmica económica deste período, torna-se ainda mais evidente a importância que as cidades e as intervenções nelas em curso (construção de novas vias e áreas para a instalação de empresas, expansão suburbana) detinham neste ciclo económico. De resto, mais do que enunciar os motivos que evidenciam a importância da cidade como espaço privilegiado dos processos inerentes ao fordismo-keynesianismo, importa perceber as estratégias de planeamento e intervenção urbana que tornaram a dinâmica destes espaços um dos factores de sucesso do ciclo de expansão económica do período 1950-1970.

Contudo, antes de abordarmos esta questão, convém discutir as modificações económicas que ocorreram entre 1970 e 1980 e marcaram a transição para um novo regime de acumulação, que poderemos designar como *produção flexível* (Harvey, 1990). Embora alguns autores utilizem designações como regime de acumulação pós-fordista ou mesmo regime de acumulação pós-industrial, a primeira designação parece-nos mais apropriada uma vez que, como veremos, a questão da flexibilidade (em vários domínios) é central para perceber o novo quadro de organização da economia. Já o termo pós-fordista, embora dotado de razoável pertinência, pressupõe uma lógica de transição quase linear em que a um regime de acumulação sucederia outro, sem coexistências ou justaposição. Ora sabemos que as lógicas fordistas não desapareceram numa manhã para dar lugar, no período da tarde, às pós-fordistas. Diferentes territórios e diferentes sectores de actividade conheceram momentos e lógicas de transição distintas, o que significa que elementos do regime de acumulação fordista coexistiram, necessariamente, como elementos novos, sobretudo numa fase inicial. Se actualmente o recuo do quadro fordista é muito mais evidente, alguns elementos deste ainda subsistem em determinados sectores e determinadas

¹ Pode-se considerar que o Polo Portuário-industrial de Sines e a cidade Planeada de Santo André, criados nos anos 70, constituem um Prolongamento territorialmente descontínuo da Península de Setúbal.

Ciclo do produto – Esta terminologia está associada à Teoria do Ciclo de Vida do Produto desenvolvida por Vernon nos anos 60. De acordo com esta teoria, devem considerar-se três momentos no ciclo de vida de um produto, correspondendo o primeiro à fase de inovação (criação do produto, experimentação, desenvolvimento inicial), o segundo à fase de maturidade (reprodução do produto através do início da estandardização) e o terceiro à fase de estandardização plena (fabrico contínuo do mesmo produto). No quadro desta teoria, assume-se que as unidades especializadas em cada fase do ciclo apresentam padrões de localização tendencialmente diferentes: enquanto os centros de investigação e desenvolvimento de produtos novos (laboratórios, unidades de componentes originais altamente inovadoras e especializadas), que exigem maior incorporação de know-how, preferem localizações nas cidades e regiões mais desenvolvidas, as fábricas centradas no fabrico em série de produtos já desenvolvidos tiram maior partido de localizações em países e regiões periféricas, uma vez que necessitam de mão-de-obra abundante e barata, mas não tão qualificada. Note-se que esta teoria toma como referência o processo de desenvolvimento das multinacionais norte-americanas nos anos 60, sendo de frisar que o actual contexto de globalização e de desigualdades regionais internas nalguns países menos avançados introduz limitações à aplicabilidade desta teoria (veja-se, por exemplo, o desenvolvimento da produção de *software* em certas cidades da Índia, como Bangalore).

regiões, se bem que falar de regime de acumulação pós-fordista seja, actualmente, bem mais justificado. Já relativamente à designação pós-industrial, as dúvidas são maiores – é certo que o consumo ocupa hoje uma posição muito mais central no quadro da organização da sociedade e que os serviços são a actividade económica dominante ao nível do produto e do emprego em todos os países desenvolvidos. Contudo, a importância dos sectores industriais (indústria alimentar, químicas finas, electrónica e outros) e as suas ligações à construção civil+obras públicas e aos serviços, mostra que não se pode falar de uma sociedade estritamente pós-industrial. Mesmo que uma parte substancial das fases efectivamente produtivas do ciclo da produção tenha sido deslocada para países em vias de desenvolvimento, com destaque para a China e para outros estados asiáticos, a verdade é que a actividade de muitas unidades do sector dos serviços localizadas nas grandes metrópoles dos países ocidentais dependem daquelas. Sejam as sedes das empresas que tomam as decisões relativamente às fábricas localizadas no Extremo Oriente, sejam as empresas de design e concepção que elaboram os protótipos que vão ser produzidos no exterior, sejam as empresas de consultoria que ajudam a definir as estratégias para os mercados regionais ou globais, tudo evidencia uma ligação forte entre os serviços, que ganharam uma clara preponderância, e a indústria transformadora. Embora esta já não funcione como o motor exclusivo da economia e tenha sofrido importantes reestruturações (relocalização em países periféricos, incorporação de estratégias mercadas pela flexibilidade), continua a ser um sector de actividade extremamente importante.

Uma vez assente a terminologia que optámos por utilizar, importa identificar quais as modificações que estão associadas ao regime de acumulação flexível que se vem a afirmar a partir de finais dos anos 70 do século XX.

Em primeiro lugar, ocorreu, a partir de finais dos anos 60, um progressivo esgotamento da capacidade de procura das famílias dos países avançados por novos produtos duráveis (automóveis, electrodomésticos, etc...), tornando-se necessária, quer a procura de novos mercados de exportação, quer um esforço de redução da durabilidade dos produtos como objectivo de assegurar a sua substituição e rotatividade.

Em segundo lugar, alguns países da América Latina e, sobretudo da Ásia, conseguiram, através de políticas de substituição de importações, diminuir as suas necessidades de aquisição de produtos. A dinâmica industrial destes países, associada à existência de uma mão-de-obra numerosa com custos salariais baixos proporcionados por sistemas de protecção social frágeis ou inexistentes, começaram a justificar importantes processos de relocalização industrial, sobretudo dos segmentos ligados às últimas fases do **ciclo do produto**, que exigem produção repetitiva e uniformizada. As grandes empresas localizadas nas metrópoles ocidentais começaram, assim, a relocalizar, cada vez com mais

frequência, as suas fábricas em países não europeus, exportando a partir daí os seus produtos (Mela, 1999).

Um terceiro problema que se tornou evidente nesta fase relacionava-se com a rigidez associada a várias dimensões do funcionamento da economia (Harvey, 1990). O mercado de trabalho, marcado por aspectos como a contratação colectiva e os contratos a longo termo, tornava difícil o desenvolvimento de processos de segmentação das empresas e o ajuste às oscilações sazonais ou conjunturais da procura. A produção assente nas **economias de escala e de aglomeração**, muito associada à concentração de todas as fases do processo produtivo numa única unidade ou em unidades espacialmente próximas, trazia problemas de gestão, uma vez que qualquer dificuldade se repercutia facilmente sobre todo o conjunto. Adicionalmente, se um dos segmentos experimentava dificuldades, toda a cadeia era imediatamente prejudicada. Finalmente, a pouca diversificação dos produtos e o funcionamento com base em *stocks* relativamente grandes tornava difícil concretizar uma das novas estratégias para a manutenção de níveis de procura elevados: a necessidade de uma forte rotação por via da incorporação de inovações – maiores ou menores – que encurtem o ciclo de vida dos produtos, levando os consumidores a desejarem a adquirir um bem novo mais rapidamente e, também, a diversificação das linhas de produtos de modo a ajustar as ofertas a mais tipos de consumidores.

Para fazer face a estas modificações, as empresas passaram a incorporar um conjunto de novas estratégias que incluíram a externalização e a subcontratação de determinadas fases do processo produtivo ou dos serviços de apoio e manutenção (limpeza, reparação de equipamentos, contabilidade), reduzindo a dimensão das unidades produtivas e segmentando espacialmente a produção. O sistema *just-in-time* foi substituindo progressivamente a lógica das economias de escala, o que implicou o desenvolvimento de estratégias de detecção e correcção imediata de erros e o final da opção por grandes *stocks* do mesmo tipo de produtos. Uma das implicações espaciais destes processos consistiu no incremento da circulação das componentes de um dado produto, uma vez que o seu fabrico pode ser efectuado em locais muito distantes uns dos outros, mas que oferecem vantagens comparativas específicas, procedendo-se ao seu transporte e posterior montagem num outro local.

No domínio do mercado de trabalho, a introdução de novas tecnologias permitiu a redução do pessoal nos ramos da indústria. Adicionalmente, a rigidez da lógica das funções específicas no quadro da linha de montagem foi sendo substituída pela ideia de polivalência e de flexibilidade, podendo os trabalhadores desempenhar várias funções, pelas quais devem assumir co-responsabilidade (Swyngedouw, 1986). Com a realocação das unidades industriais em países em vias de desenvolvimento e, também, em espaços industriais suburbanos ou mesmo peri-urbanos, as cidades-centro e as próprias

Economias de aglomeração – corresponde à redução dos custos médios de produção que resulta de incrementos na eficiência das unidades produtivas associados à proximidade espacial das suas localizações (co-localização). De acordo com este princípio, existem benefícios decorrentes da localização geográfica próxima das empresas (facilidade nas trocas de informação, acesso a fornecedores especializados, partilha de serviços comuns, benefícios de partilha de infra-estruturas e equipamentos produtivos e mercado de maior dimensão, etc). Diversos autores consideram a existência de três tipos de economias de aglomeração:

- i) Internas a uma determinada firma – resultam da concentração geográfica de todas as unidades produtivas pertencentes a uma mesma firma;
- ii) Economias de localização – tiram partido da concentração geográfica de empresas independentes, mas pertencentes ao mesmo sector;
- iii) Economias de urbanização – estão associadas às vantagens decorrentes da proximidade geográfica entre empresas de sectores distintos.

Just-in-time (JIT) – sistema de produção que visa criar e colocar os inputs requeridos pelas unidades de produção apenas no momento em que estes são solicitados. O recurso a este tipo de sistema tem como objectivo a redução dos custos operacionais, designadamente por via da diminuição dos stocks e do tempo de armazenagem dos produtos. O sistema JIT foi desenvolvido pela indústria automóvel japonesa (especialmente pela Toyota que introduziu na linha de produção o *kanban*, i.e., o princípio de gestão do sistema JIT) e difundiu-se a diversos sectores industriais nos anos 1990.

² Sobre esta tese, ver Capítulo VIII desta obra.

periferias conheceram um declínio do emprego industrial e, paralelamente, um acréscimo do sector dos serviços. Efectivamente, uma das características mais marcantes das transformações das economias urbanas nos anos 80 e inícios de 90 do século passado consistiu na clara afirmação do sector dos serviços, incluindo-se aqui a gestão empresarial dos grupos económicos, os serviços financeiros, as actividades de investigação e desenvolvimento, mas, também, os serviços de limpeza, a restauração e o próprio comércio. Este crescimento dos ramos mais e menos qualificados dos serviços contribuiu para acentuar as dicotomias sócio-profissionais e dos salários nas grandes cidades, como sustenta a tese da polarização². Concomitantemente, facilitou o processo de precarização das relações laborais, uma vez que acentuou as lógicas de externalização e contratação temporária (para a realização de limpezas, por exemplo) ou sazonal (na restauração, nas tarefas de *baby-sitting* durante as férias escolares, etc.).

Contudo, o novo regime de acumulação flexível ou pós-fordista aparece, evidentemente, associado a um novo quadro regulatório, em que o Estado, pressionado simultaneamente pelas grandes empresas, por algumas organizações internacionais de carácter político-económico como a União Europeia e pelas próprias autarquias regionais e locais (segundo o princípio da subsidiariedade), assume um papel diferente, marcado pela partilha de poderes e por uma redução no intervencionismo directo. Ao Estado produtivista e bastante interventivo, embora com variantes consoante os países, sucedeu um Estado que procurou transferir muitos serviços para a esfera privada (transportes, habitação, redes de distribuição de comunicações e de electricidade...), acentuando a ideia, quantas vezes aparente, de efectuar uma regulação mais eficaz das actividades económicas (através de legislação, de fiscalização, da instalação de comissões reguladoras do mercado bolsista, das telecomunicações, etc.). Este mesmo Estado, que nos anos 80 e 90 foi marcado pelo quadro de referências neo-liberal que ainda hoje tem um peso significativo, aprofundou também estratégias de transferência de actividades sociais para o 3.º sector (as Instituições não lucrativas de Solidariedade Social ou as Organizações Não Governamentais) e de reforço das lógicas competitivas de carácter territorial.

À crise das grandes cidades que marcou o final do ciclo económico do pós-guerra, bem simbolizada pela declaração de *quasi*-bancarota da administração de Nova Iorque em 1975, sucedeu uma nova política urbana, muito mais orientada para o mercado e, portanto, marcada pelas lógicas da promoção do consumo, da competitividade entre metrópoles, do protagonismo dos actores privados no processo de planeamento e de produção da cidade (Salgueiro, 1998).

5.2 O Urbanismo e as Dinâmicas Urbanas

Como evidenciaram capítulos anteriores, a urbanização, entendida sinteticamente enquanto processo de alargamento da rede urbana e de expansão das cidades e metrópoles, devido ao aumento do número de residentes, e, sobretudo, o urbanismo, que corresponde ao modo de conceber e materializar os centros urbanos, assumem expressões distintas nas várias fases de organização e evolução da sociedade. Como evidencia Harvey (1987/1994, 1990), o sucesso do regime de acumulação fordista no período 1950-1970 e, também, o relativo êxito do regime de acumulação flexível que de algum modo lhe sucedeu devem bastante às modificações registadas nos processos urbanos e aos próprios princípios do urbanismo e do planeamento urbano que os suportaram.

Nos próximos pontos, centrados no período posterior à 2.^a Guerra Mundial, efectua-se uma leitura dos processos urbanos dominantes nos períodos fordista e pós-fordista, discutindo, por um lado os princípios que estiveram na base das intervenções efectuadas à luz do quadro filosófico mais geral que os enquadra e, por outro, a expressão efectiva que assumiram no território e na sua organização.

5.2.1 O Período Fordista: Cidades, Planeamento e Subúrbios

Uma observação dos princípios que sustentam o urbanismo modernista (CAIXA 5.1), cujo ponto de partida são as ideias de Le Corbusier discutidas no Congresso Internacional da Arquitectura Moderna de 1941, evidenciam algumas das bases que viriam a sustentar a lógica de intervenção nas cidades ocidentais no período posterior à 2.^a Guerra Mundial.

Embora o ponto de partida seja uma crítica ao sistema político-económico existente e a afirmação do planeamento urbano como estratégia de melhoria da qualidade de vida de todos os grupos sociais, muitos dos seus pressupostos ajustam-se bem aos objectivos do regime de acumulação fordista apoiado no keynesianismo que serviu de orientação às sociedades ocidentais nos anos 50-70 do século XX.

Ao assumir que as intervenções no espaço urbano deviam ter um carácter racional, privilegiar o bom exercício das funções essenciais (habitação, trabalho, lazer e tráfego), se necessário através do sacrifício do tecido antigo (e da própria história das cidades), o modernismo criou um novo estilo de planeamento urbano que estava em sintonia com a lógica da racionalização do trabalho e da produção. Como refere Gaspar (1998), os princípios de renovação urbana

CAIXA 5.1

Pilares do Planeamento Modernista (carácter funcional e racionalista)

Princípios da Carta de Atenas (1941), segundo Holston

1. Base igualitária (e *anti-capitalismo*)
2. Racionalismo e metáfora “da máquina”
3. Redefinição das funções sociais da organização urbana
4. Tipologias de edifícios e de regras de planeamento como instrumentos de mudança social
5. Descontextualização e determinismo ambiental
6. Confiança nas entidades públicas em matéria de planeamento
7. Técnicas de “choque”
8. Confluência de artes, política e vida quotidiana

Fonte: Sandercock (1998), p. 23.

implementados em muitas cidades da Europa do Centro e do Norte caracterizaram-se pelo zonamento funcional e pelas intervenções de grande escala, com características mais ou menos violentas. Ao privilegiar este tipo de intervenções, sobretudo nas periferias, fossem estas cidades novas ou bairros ordenados e equipados para as classes médias e, também, ao fazer do Plano Director (municipal ou urbano) o principal instrumento de ordenamento do território, atribuindo a cada parcela um uso específico (o zonamento), o planeamento modernista contribuiu para construir um território marcado pela pendulação diária (que ajudou à expansão do automóvel) e por áreas de expansão residencial nova, que alimentaram a construção civil e exigiram a produção de mais bens de consumo durável para as famílias residentes (electrodomésticos de tipo diverso, mobiliário...).

Por último, ao colocar a administração pública como o principal agente de intervenção nos processos de planeamento e ordenamento do território, o urbanismo modernista deu o seu contributo para a lógica intervencionista e reguladora do keynesianismo, determinando o acesso das diferentes actividades ao espaço e, de alguma forma, das próprias classes sociais.

Efectivamente, não obstante as preocupações funcionais e igualitárias do urbanismo modernista que fez escola, nos países desenvolvidos, ao longo deste período, a promoção de grandes conjuntos de habitação social destinada aos mais desfavorecidos, a imposição de normas urbanísticas (dimensão dos lotes, regras sobre a densidade de edificação) que se traduzem em determinados tipos de habitação destinados ao grupo social A ou B, o próprio zonamento funcional ou a idealização do modelo de crescimento suburbano planeado destinado às classes médias, como aconteceu nos EUA, na Austrália ou em certos países da Europa do Norte, acabaram por não contrariar as tendências de segregação residencial do espaço urbano. Convém notar que esta segregação social, assumiu, também, uma dimensão étnica devido ao processo imigratório que atingiu, em momentos diferentes, todos os países da UE-15.

Mas convém uma abordagem um pouco mais profunda da importância do fenómeno da suburbanização para a dinâmica de sucesso do fordismo-keynesianismo. A definição de subúrbio não é única e absoluta, podendo assumir-se três critérios principais:

Critério funcional – “Áreas exteriores aos limites administrativos da cidade, fortemente dependentes desta, quer em termos de emprego, quer em termos de acesso a bens e serviços de nível superior” (Fonseca e Reis).

Critério baseado nas mobilidades – O subúrbio corresponde à área de pendulação originada por um grande centro urbano.

Critério morfológico – O subúrbio corresponde ao continuum construído que se prolonga para lá dos limites da cidade “administrativa”.

As hipóteses de alargamento dos limites da cidade devido ao crescimento contínuo das construções por via de justaposição progressiva ampliaram-se substancialmente ainda no século XIX devido aos progressos nos transportes que possibilitaram um aumento do espaço de deslocação entre casa e trabalho (tornou-se possível percorrer maiores distâncias no mesmo tempo). Contudo, o interesse pelo processo de suburbanização ocorrido nas metrópoles dos países avançados prende-se menos com a questão dos progressos nos transportes do que com o seu significado para a dinâmica económica e social fordista. Efectivamente, nas grandes cidades dos EUA, da Austrália e mesmo de países como a Grã-Bretanha ou a Holanda, uma parte substancial dos novos subúrbios dos anos 50 e 60 correspondeu à materialização dos ideais de qualidade de vida e bem-estar associados ao Estado-providência. Ao contrário do centro antigo das metrópoles e da sua envolvente imediata, onde os transportes experimentavam limitações, as habitações tinham dimensões reduzidas e eram antigas e pouco qualificadas, os novos subúrbios apareciam como áreas bem

equipadas, com vastos espaços verdes e habitações amplas e frequente unifamiliare que satisfaziam o ideário da família mononuclear moderna (pai-mãe e dois filhos), característica do paradigma fordista-keynesiano. Todos estes motivos contribuíram para um processo de saída das famílias da terciarizada cidade-centro para os subúrbios, acelerando a dinâmica do mercado imobiliário nas periferias (construção, arrendamento, compra...), reforçando os movimentos pendulares e acentuando a ideia de felicidade associada à “classe média”, grupo social-chave da dinâmica deste período.

Tendo em consideração o quadro de planeamento explicitado e o tipo de expansão das metrópoles dos países desenvolvidos no período entre o pós-2.^a Guerra Mundial e os anos 70, pode-se afirmar que no final deste período estas metrópoles se encontrariam na transição da fase 3 para a fase 4 das etapas das políticas de renovação urbana (CAIXA 5.2 – substituição das estruturas antigas por estruturas urbanas novas, associadas a eventual mudança de funções), em que o predomínio corresponde já à renovação gradual e não extensiva. Este processo muitas vezes antecede uma lógica de intervenções mais específicas, dirigidas às denominadas áreas críticas, normalmente situadas no tecido urbano consolidado e caracterizadas pela degradação do edificado e, frequentemente, do próprio tecido social.

CAIXA 5.2

Etapas das Políticas de Renovação Urbana (Gibson e Landstaff, 1982)

1. Eliminação dos bairros de barracas e expansão;
2. Melhoria das condições habitacionais e ambientais;
3. Renovação gradual, combinando eliminação selectiva de determinados elementos e a sua substituição;
4. Erradicação de áreas degradadas baseada em iniciativas dirigidas e experimentais;
5. Intervenção integrada, incorporando renovação económica e social.

Fonte: Khakee, Somma e Thomas (1999: 2)

A partir de finais dos anos 70, não só a lógica de planeamento urbano se alterou, acompanhando o novo regime de acumulação, como todo o quadro de políticas de intervenção no território sofreu modificações importantes. Efectivamente, estas passaram a incorporar não só a lógica integrada mencionada na fase 5, mas também princípios como as parcerias público-privado ou a diversificação dos tipos de intervenção, conferindo maior relevância à recuperação e revalorização dos tecidos urbanos consolidados situados no centro das cidades ou na sua envolvente imediata. *Regeneração*, entendida como uma perspectiva mais abrangente e integrada que envolve várias dimensões (físico-ambiental, social, económica...) e pretende dar nova vitalidade à cidade e *reabilitação*, no sentido da recuperação física das estruturas antigas, conferindo-lhe maior qualidade, passaram a ser termos-chave das intervenções urbanas características do pós-fordismo.

CAIXA 5.3

O Exemplo de Roterdão – Notas Breves

A evolução urbanística da cidade de Roterdão no pós-2.^a Guerra Mundial ilustra bem esta associação entre princípios de planeamento urbano e contexto económico e social.

Como uma vasta área do centro da cidade (2,5 km² e 25.000 habitações) foi destruída em 1940 por um bombardeamento da aviação alemã, a que se seguiram outros bombardeamentos menos intensos em anos posteriores, foi possível reconstruir integralmente o centro de acordo com os princípios do modernismo,

Efectivamente, logo em 1941, o urbanista Witteveen, director do Departamento de Desenvolvimento da Cidade, apresentou um primeiro plano de reconstrução. Este nunca foi aplicado, mas funcionou como uma base de trabalho para uma equipa de planeadores urbanos e arquitectos, liderada por Van Traa, que concebeu o denominado *Plano Básico de Reconstrução*, aprovado em 1946. Neste plano foram abandonadas as ideias de restaurar os edifícios antigos e de manter a estrutura urbana do passado, optando-se por um modelo de tipo funcional, marcado pela uniformidade das novas construções, pela secundarização da função residencial no centro da cidade (promoveu-se o crescimento sub-urbano) e pelo zonamento desta área, promovendo a separação espacial das diferentes actividades: comércio, equipamentos culturais e serviços, nomeadamente financeiros.

Nos anos 60, as principais intervenções urbanísticas continuaram a ser marcadas pela lógica da expansão e do funcionalismo, tendo sido construídas áreas residenciais periféricas como Ommoord e novos espaços ligados à indústria e às actividades logísticas como Botlek e Europoort, sustentando e modernizando o enorme Porto da cidade (o maior da Europa e um dos maiores do mundo).

A partir de finais dos anos 70, Roterdão iniciou uma política de intervenção urbanística distinta, direccionada para a recuperação dos bairros antigos e para a sua população, que viria a estender-se às diversas cidades holandesas no decurso dos anos 80 (De Jong e Verkuyten, 1996). Estas intervenções caracterizavam-se pelo respeito pela estética do bairro, pela recuperação e qualificação dos edifícios situados nas áreas centrais, evitando as demolições, e por algum esforço de envolvimento dos residentes no processo de transformação dos bairros. De resto, este processo é também o resultado da pressão dos residentes que exigiam uma política urbanística diferente, que qualificasse os bairros do centro das cidades e da sua envolvente, respeitando as populações residentes. É significativo que muitas organizações de moradores (*bewoners organisaties*) tenham sido criadas ainda durante os anos 70.

No decurso deste processo entrou-se, posteriormente, numa nova fase que afirmou o conceito de reabilitação urbana. Note-se que a política de reabilitação não se manteve inalterada ao longo do tempo. De uma fase inicial orientada quase exclusivamente segundo os desejos e os interesses da população autóctone, passou-se, por volta de 1983/1984, a uma política distinta que passou a tomar em consideração os interesses de todos os residentes, não só holandeses, como também imigrantes. Isto significou, por exemplo, alterações ao nível das tipologias habitacionais que passaram a ser colocadas no mercado – fogos com mais divisões e melhor adaptados às famílias mais numerosas – e, também, que o realojamento dos residentes nos diversos bairros deixasse de estar dependente de um determinado número de anos de residência nesse bairro.

A este processo de intervenção nos bairros residenciais antigos juntaram-se, na segunda metade dos anos 80, intervenções de regeneração urbana pesadas que envolvem a demolição de algumas estruturas antigas e a reabilitação de outras, com o objectivo de instalar novos equipamentos e edifícios de escritórios e, também, de requalificar o espaço público, oferecendo novas áreas de circulação, estar e lazer. Isto verificou-se quer no centro da cidade, quer em áreas situadas próximo deste, com destaque para o Kop van Zuid, concebida como um grande projecto (250 hectares) de expansão do centro urbano na margem sul do Rio Maas, que promove a reconversão funcional e a reabilitação parcial de alguns antigos armazéns ligados aos transportes marítimos e, também, diversas

construções novas. Este projecto, elaborado pelo gabinete do arquitecto Koolhaas – que concebeu o Casa da Música do Porto – e facilitado pela construção de novas acessibilidades (ponte Erasmus e novas ligações de metro e eléctrico), inclui um *business centre* instalado em edifícios altos, espaços de lazer, restauração e hotelaria, bem como edifícios residenciais destinados às classes média-alta e alta. Os pressupostos do mix funcional e da criação de condições para o funcionamento da nova economia urbana assente nos serviços estão aqui bem patentes, privilegiando-se a implementação de projectos arquitectónicos inovadores, quer em termos de reabilitação, quer no domínio das construções novas.

Fonte: Malheiros (2001)

5.2.2 Planeamento Urbano e Cidades no Contexto Pós-Fordista

No ponto 5.1 tivemos oportunidade de sintetizar as modificações que marcaram a transição de um regime de acumulação para outro. Contudo, todo o quadro de transição da sociedade em que se inscrevia o regime de acumulação fordista para a sociedade de características pós-fordistas envolve dimensões mais profundas.

Na análise proposta por Leonie Sandercock (1998), são sintetizadas as mudanças principais que, na opinião da autora, tornam a perspectiva de planeamento modernista menos pertinente e justificam a transição para uma nova fase.

Aos processos de reestruturação económica atrás enunciados (flexibilização dos sistemas produtivos, dos produtos e das relações laborais, que sofreram uma forte precarização; realocização das fases de produção e de armazenagem e logística em áreas suburbanas e em países menos desenvolvidos; crescimento do significado do sector dos serviços nas cidades, para relembrar apenas os mais relevantes), Sandercock associa agora o efeito da globalização³, que tem implicações muito fortes ao nível da economia urbana. Efectivamente, a localização de novas empresas, os custos dos salários ou mesmo as decisões relativas às intervenções urbanísticas nas cidades são efectuadas num quadro marcado pelas influências que resultam da hipermobilidade do capital, das decisões das empresas globais e das estruturas económico-políticas supranacionais, com destaque para União Europeia.

³ De um modo simplificado, pode considerar-se a globalização o processo de crescimento das (inter)dependências à escala global, não só no domínio das trocas comerciais e financeiras, mas também noutros domínios, como a cultura, os processos sociais e mesmo políticos. A este crescimento das interdependências, que comporta uma forte dimensão de desigualdade porque os países e as regiões não estão nas mesmas condições para poderem competir e comandar os processos de troca globais, deve juntar-se a emergência de uma consciência global progressiva que leva cada vez mais cidadãos, num progressivo número de países, a terem consciência de que muitos processos relacionados com as suas vidas dependem de decisões e actividades que ocorrem a muitos milhares de quilómetros de distância (pode-se perder o emprego numa fábrica em Portugal devido a uma decisão tomada numa sede de empresa no Japão que está relacionada com os aumentos dos preços dos combustíveis devido a um conflito no Médio Oriente; os jovens do Sri Lanka e da Islândia apreciam os mesmos ícones do futebol e da música que são difundidos pelas grandes cadeias de televisão globais, ao ponto de entoarem as suas canções e de vestirem roupa alusiva...).

Neste contexto, a resposta económica mais generalizada dos governos dos diversos países consistiu, como vimos, na adopção de modelos de natureza neo-liberal, mitigados nos últimos anos com algum retorno das intervenções de carácter social, induzidas pelo Estado e enquadradas pela onda do *Socialismo New Wave* que emergiu a partir da segunda metade dos anos 90. De qualquer forma, o recuo do intervencionismo estatal é evidente, quando comparado com a fase keynesiana, sendo nítida uma maior dependência face ao capital industrial, comercial e financeiro (Sandercock, 1998), que justifica políticas de benefício fiscal destas empresas e o desenvolvimento de políticas urbanas vocacionadas para o incremento da competitividade dos territórios, destinadas a atrair o investimento e as classes mais favorecidas (e.g. grandes projectos de renovação e regeneração como as Docklands londrinas, o Kop van Zuid de Roterdão ou o Parque das Nações em Lisboa; a procura pela festivalização de grandes eventos associados às intervenções urbanísticas, como a realização de exposições universais ou de grandes eventos desportivos; o esforço pela instalação de elementos arquitectónicos marcantes – o Museu Guggenheim em Bilbao ou o Arco de La Defense, em Paris –, quase sempre criados pelos arquitectos “globais de renome”).



Figura 5.1 a) – Parque das Nações, em Lisboa (exemplo de um grande projecto de renovação urbana associado a um evento internacional).



Figura 5.1 b) – Museu Guggenheim, Bilbao.

Todos estes processos, que significam um afastamento do planeamento urbanístico contemporâneo relativamente aos princípios do racionalismo, da funcionalidade e da promoção da igualdade associados ao movimento modernista, implicam, por outro lado, uma maior valorização da memória das cidades (por vezes evocada de modo algo descontextualizado e inovador) e uma maior presença de intervenções de escala mais reduzida, frequentemente com um forte carácter simbólico (a reabilitação de um palácio degradado e a sua abertura como Museu, o re-arranjo de um jardim ou de uma praça...).

É neste contexto da cidade neo-liberal da nova economia dos serviços e dos espaços reabilitados junto às frentes de rio que, frequentemente, ocuparam antigas áreas industriais tornadas obsoletas e sem uso devido à falência ou à transferência das antigas unidades fabris para fora da cidade, que se vêem emergir novas desigualdades que resultam da precarização das relações laborais, das tendências para a polarização dos salários no quadro da nova economia dos serviços e da crescente competição entre empresas e territórios urbanos. E esta dimensão social cruza-se com a dimensão étnica e cultural, uma vez que o crescimento do movimentos migratórios em direcção aos países desenvolvidos e às suas principais cidades ocorrido nas últimas duas décadas, não só acentuou a presença dos cidadãos estrangeiros entre os grupos mais desfavorecidos num processo conhecido como “etnicização da pobreza”, como contribuiu para um enorme enriquecimento das metrópoles que se tornaram muitíssimo mais

diversas do ponto de vista social e cultural. Face a esta diversificação, planear para a “família média” ou para a “família-tipo”, como preconizava o projecto modernista, tornou-se, basicamente, impossível, até porque os cidadãos das metrópoles contemporâneas – ou pelo menos parte destes... –, estão hoje mais bem informados e são, frequentemente, mais exigentes e críticos face aos processos de intervenção na cidade.

Perante este quadro, as respostas das políticas territoriais e das estratégias de planeamento urbano preconizadas pelo modernismo começaram a revelar um desajustamento cada vez maior. Como evidencia o quadro 5.1, os objectivos da política territorial mitigam ou perdem mesmo, sobretudo numa fase inicial em que a questão da coesão são se colocava, as componentes referentes ao equilíbrio e à equidade. Em contrapartida, as lógicas da revalorização e da competitividade dos lugares passam a ocupar uma posição de destaque nas justificações para as políticas territoriais e para a intervenção urbanística. Neste quadro, marcado pelas influências neo-liberais, a actuação do sector privado é crescente e manifesta-se, quer ao nível dos processos (negociação, planeamento estratégico), quer ao nível dos actores, como evidencia a relevância crescente das parcerias público-privado para intervenção na cidade (veja-se, por exemplo, o caso do Parque das Nações).

Quadro 5.1 – As Políticas do Território e a Intervenção Planeada na Cidade

	Tradicional (Fordismo)	Nova (Pós-fordismo)
Objectivos	Equilíbrio do Território – compensações Tendência universalista, mais ou menos mitigada	Revalorização e Regeneração Competitividade
Organização	Centralizada Centrada na administração pública Modelos normativos. Rigidez.	Descentralização Parcerias e contratualização (crescente papel do sector privado) Planeamento negocial e adaptativo
Intervenção Urbana	Planeamento físico. Regulação da expansão (subúrbios). Funcionalidade. Zonamento. Privilégio de intervenções de grande dimensão (grandes conjuntos de habitação social, grandes vias, cidades novas...)	Planos integrados com vertente económica e, sobretudo nas áreas críticas, social. Dimensão estratégica. Reabilitação e valorização dos tecidos consolidados (menor dimensão/pontualidade) Produção de espaços de qualidade

Fonte: Adaptado de Barata Salgueiro, T. (1998).

Relativamente aos contornos específicos das intervenções urbanísticas, o planeamento físico e a racionalidade das intervenções, caracterizadas pelo zonamento e pela grande dimensão, dão progressivamente lugar a um quadro mais diversificado, em que as estratégias integradas que articulam as componentes física, económica e social (correspondem à 5.^a fase da sequência enunciada por Gibson e Landstaff e explicitada na Caixa 5.2) assumem cada vez maior protagonismo. Adicionalmente, à produção de tecido urbano novo, sobretudo nas periferias das cidades e caracterizado por uma tendência para o *mix funcional* que conjuga conjuntos habitacionais, parques de escritórios e parques tecnológicos e ainda grandes centros comerciais que tiram partido de melhores acessibilidades e espaços mais vastos e baratos, vieram juntar-se múltiplas intervenções de reabilitação de áreas consolidadas nos centros históricos e noutros bairros antigos. À intervenção extensiva e pretensamente funcional que se sobrepunha aos tecidos antigos e à sua memória contrapõem-se agora intervenções mais finas e dirigidas, que reabilitam edifícios ou partes de quarteirão, contribuindo, em muitos casos, para uma transição social da população (substituição das classes populares por indivíduos e famílias pertencentes às classes média-alta e alta).

Tendo em consideração o conjunto de dinâmicas de transformação em curso e a incapacidade de resposta do planeamento modernista e dos seus pressupostos ao novo contexto, Leonie Sanderecock (1998, 30) sintetiza os princípios do que deve ser o planeamento pós-moderno, por ela designado como *praxis pós-moderna*, da seguinte forma:

1. Embora a relação racional meios-fins ainda seja um conceito útil – sobretudo para a construção pontes e barragens – é necessária uma maior e mais explícita incorporação dos elementos da *sabedoria prática*;
2. O planeamento assume, cada vez menos, uma lógica abrangente e integrada (multi-sectorial e multifuncional) e, cada vez mais, uma lógica dirigida, política e “de negociação”. Deve ser menos *document-oriented* e mais *people-centred*;
3. Existem diferentes tipos de conhecimento que devem ser aplicados no planeamento, dependendo o tipo a mobilizar da situação concreta que se coloca. As comunidades locais possuem conhecimentos intuitivos, que emanam dos contextos em que se inserem e estão apoiados na experiência e que se expressam através do discurso, de canções, histórias e várias outras formas (cartoons, grafitti, vídeos...). Os planeadores devem, portanto, incorporar, não só elementos provenientes das fontes clássicas (dados estatísticos, mapas, etc.), mas também informação qualitativa (proveniente de entrevistas, de sessões de discussão colectiva do tipo *focus group*...) e alternativa (elementos visuais associados aos

grafitti, aos vídeos, às práticas das populações, etc...) que expresse “o saber das comunidades locais”;

4. O planeamento deve ser menos centrado na administração e nos processos *top-down*, baseando-se, na medida do possível, nas exigências e nas práticas das comunidades, fomentando processos de governância e de *empowerment* das comunidades;
5. O planeamento deve incorporar as noções de diversidade e diferença, o que implica o reconhecimento da existência de múltiplos públicos situados numa nova arena de intervenção diversificada e multicultural, o que requer práticas diferenciadas, em termos geracionais, étnicos, de género...

Até aqui assumimos a existência de uma transição da prática de planeamento modernista associada ao período fordista para uma prática de planeamento nova que conotamos com o período pós-fordista. Contudo, é importante referir que alguns autores consideram que as práticas de planeamento urbano pós-fordistas sofreram uma evolução importante, detectando-se, de algum modo, modificações a partir de finais dos anos 90 que estão associadas à chegada ao poder de governos de centro-esquerda (Blair no Reino Unido, Schroeder na Alemanha e mesmo Guterres em Portugal).

Esta 2.^a fase seria marcada por uma maior preocupação com a inscrição territorial das problemáticas sociais, incorporando-se os princípios do combate à exclusão e do fomento da coesão social e territorial nas políticas de regeneração urbana. Decorre daqui uma maior preocupação com as intervenções urbanas nas áreas em declínio urbanístico ou social (centros históricos das cidades que se foram degradando por via do envelhecimento da população, uma certa obsolescência das actividades comerciais associada a falta de investimento; periferias degradadas, de que são exemplo alguns “*grands ensembles*” de habitação social da periferia das cidades francesas...), que, mantendo uma lógica de intervenção integrada física, económica e social, acentuaram a atenção dada a esta última componente (formação profissional, fomento do emprego, promoção das relações inter-culturais, apoio à infância, combate à toxicodependência...) e reforçaram o princípio de incorporação das vontades das comunidades locais através de processos de intervenção negociada. Este pressupostos – intervenções integradas e estímulo à participação das próprias comunidades nos processos de regeneração dos seus Bairros, sobretudo quando se trata de áreas críticas do ponto de vista social e urbanístico – também estão plasmados nos documentos de orientação das políticas urbanas da União Europeia e nos próprios instrumentos desenvolvidos por esta, sendo um exemplo pertinente o Programa de Iniciativa Comunitária URBAN, com intervenções em áreas de 50 cidades europeias na sua 2.^a fase (URBAN II – 2000-2006), cujo lema para a intervenção sócio-territorial era “Fazer com as populações”.

Não obstante os aspectos positivos ligados aos pressupostos inerentes a esta última fase dos processos de intervenção urbana, alguns autores criticam o modo como os princípios da contextualização específica (olhar “apenas” para a área de intervenção), da participação da população e da responsabilização das instituições locais pelos processos de intervenção podem servir para justificar a ausência de outras dimensões fundamentais das operações de regeneração, tanto ao nível dos actores, como dos princípios. Amin (2003), por exemplo, enfatiza o facto da regeneração urbana não poder ser considerada um processo exclusivamente “de bairro”, centrado nas acções e na responsabilidade das instituições locais, devendo ser integrado no âmbito de estratégias mais abrangentes de intervenção na cidade, de desconcentração de poderes e de justiça redistributiva. Efectivamente, centrar as operações de regeneração de áreas críticas no princípio da “participação das populações” e da construção de “uma nova comunidade com relações reestruturadas” pode justificar, por um lado a redução do investimento em domínios cruciais como a formação profissional e a criação de emprego ou a promoção da mobilidade geográfica e social e, por outro, a responsabilização exclusiva das instituições locais e dos residentes pelo eventual insucesso das intervenções (porque não conseguiram funcionar como comunidade ou não atingiram esse estado de evolução). Adicionalmente, os princípios de intervenção nas áreas críticas do ponto de vista social e urbanístico parecem afastar-se dos princípios de regeneração associados às intervenções nas áreas destinadas à instalação das classes médias, às empresas da nova economia e aos estabelecimentos dedicados ao lazer. Nestes últimos casos, o investimento público mantém-se, normalmente em associação com privados que irão beneficiar com as operações imobiliárias, não se exigindo (nem promovendo) os requisitos de participação e envolvimento das populações e dos seus representantes. Se quisermos exemplificar com o caso de Lisboa, trata-se de considerar que intervenções de regeneração em espaços como o Parque das Nações ou Alcântara estão integradas na estratégia global da cidade e têm como actores a autarquia e as empresas privadas, enquanto as intervenções nos bairros de habitação social são específicas, localmente centradas e exigem uma clara responsabilização dos residentes e das organizações locais.

5.3 As Novas Formas Urbanas e o seu significado

Não obstante as críticas pertinentes de Ash Amin, é evidente que nos encontramos numa fase diferente da produção da cidade e do processo de intervenção nesta. Voltando a Sandercock (1998), é interessante verificar que esta autora destaca as migrações, o pós-colonialismo (e a emergência dos povos indígenas) e o feminismo como os processos sociais fundamentais que marcarão

a cidade (*cosmopolis*) do futuro. Trata-se, afinal, da passagem do velho quadro de interpretação baseado na estrutura de classes, para um quadro mais complexo, que assume a cidade como diversa e intercultural, marcada por processos sociais diversos, todos igualmente importantes, que se interpenetram. As cidades funcionalmente organizadas e segregadas em grandes manchas relativamente homogêneas do ponto de vista social e étnico vão dando lugar a uma cidade mais complexa e fragmentada, para a qual contribuem processos como a regeneração de antigas áreas portuário-industriais, a nobilitação das áreas centrais e da sua envolvente, a criação de condomínios fechados ou de complexos edificadas multifuncionais (habitação, comércio, serviços...) localizados em espaços diversos, tanto da cidade-centro como da periferia.

Mas afinal, neste novo contexto, quais são os processos sócio-urbanísticos “novos” com visibilidade no território de cidade que estão associados à emergência da sociedade pós-fordista? E que formas urbanas novas estão a emergir?

5.3.1 *Fragmentação Espacial e Totalização: Processos e Características*

Relativamente aos processos urbanos que estão associados à geração de novos padrões urbanos nas cidades gostaríamos de destacar a questão da *fragmentação das metrópoles*, desenvolvida por autores como Teresa Barata Salgueiro (2001) e a questão da *totalização*, referida por Kempen e Marcuse (2000).

A fragmentação social, interpretada como uma consequência do incremento das desigualdades no mundo urbano e das ameaças à coesão social, embora não seja um conceito coincidente com o de *fragmentação das metrópoles*, fornece-lhe alguma sustentação. O conceito de metrópole fragmentada foi muito trabalhado por Salgueiro (2001), que sintetiza as características destas metrópoles do seguinte modo: i) estrutura policêntrica; ii) desenvolvimento de complexos de grandes dimensões, com frequência de uso misto; iii) presença de “enclaves” socialmente diferenciados e dissonantes do tecido sócio-urbanístico envolvente, que reflectem situações de contiguidade sem continuidade; iv) dessolidarização relativamente ao entorno, afirmando-se as relações sociais à distância (a lógica da sociedade de arquipélago de Viard) e quebrando-se as relações de vizinhança, o que evidencia o desenvolvimento de comunidades sem propinquidade. As componentes referentes à justaposição de espaços geográficos, frequentemente de pequenas dimensões (no mesmo bairro ou na mesma freguesia) marcados por grandes diferenças sociais, e, também, às fracturas sociais e aos processos de dessolidarização, remetem para a problemática da fragmentação social e estabelecem a ponte entre os

factores que colocam em risco a coesão social e a sua expressão em termos de desequilíbrios territoriais no interior das metrópoles.



Figura 5.2 – Novos empreendimentos nas áreas limite da cidade de Lisboa – Olivais (habitação, serviços e centro comercial).

A questão da fragmentação das metrópoles remete para uma discussão em torno da transição ou complementaridade entre o padrão de cidade segregada e as tendências para o desenvolvimento e consolidação de uma metrópole mais marcada por discontinuidades ao nível micro. Por outras palavras, no contexto actual, as metrópoles seriam cada vez mais marcadas pela coexistência, ao nível micro, de elementos contrastantes (o condomínio fechado que se ergue no meio dos edifícios do centro histórico ou na vizinhança do bairro social; os edifícios de habitação social que se misturam com os prédios de promoção privada; os novos empreendimentos *mix* que conjugam habitação com lazer, comércio e escritórios), o que se traduziria numa atenuação das grandes manchas relativamente homogêneas, em termos funcionais e sociais, características da cidade segregada do modernismo e do período que o antecede. Embora este processo pareça marcar a evolução de vastas áreas das metrópoles actuais, ainda não são completamente evidentes os seus contornos (continuam a ser construídos alguns grandes conjuntos de habitação social como Chelas ou os Terraços da Ponte na Área Metropolitana de Lisboa, os grandes bairros de habitação social da periferia de Paris ainda mantêm, largamente, as suas características e a Lapa ou o *16ème Quartier* continuam a ser reservados às classes média-alta e alta), nem é certo que se estenda à totalidade dos conjuntos urbanos. De qualquer forma, a questão da segregação social e étnica nas

metrópoles pós-fordistas talvez deva ser colocada de um modo diferente: de um padrão em manchas extensas que correspondiam a bairros relativamente extensos ou a conjuntos de bairros dotados de uma razoável homogeneidade social, tende-se a passar a uma segregação ao nível micro, onde as diferenças sociais se identificarão mais ao nível do conjunto de prédios (ou do próprio prédio) do que ao nível do conjunto do bairro ou da freguesia.

Para este novo padrão concorre o processo de *nobilitação*, que corresponde à instalação de grupos sociais abastados em habitação nova ou reabilitada situada em áreas antigas onde reside, predominantemente, população de grupos sociais menos favorecidos (Barata Salgueiro, 2001). A já mencionada *regeneração*, que descreve grandes intervenções urbanas de carácter multi-funcional, com um horizonte de projecto de médio prazo e marcadas por uma visão estratégica que pretende reforçar a dinâmica e alterar a imagem e as funções de um dado espaço (Silva, 2000), corresponde a outro processo que contribui para o desenvolvimento do padrão emergente.

A ideia de “*totalização*”, desenvolvida por autores como Marcuse e Kempen (2000), remete para a implementação de projectos urbanísticos caracterizados por um *mix* funcional, que conjugam actividades económicas e residenciais e tendem a localizar-se em vários locais das áreas metropolitanas. O aparecimento destes complexos associado a processos como a localização periférica de hipermercados, centros de vendas *outlet* e parques tecnológicos e de serviços, contribui quer para a emergência de novas centralidades, quer para aproximar a oferta de comércio e serviços de certos bairros periféricos, favorecendo a imagem da totalização (proximidade entre espaços residenciais, espaços comerciais e de serviços e, nalguns casos, pólos de emprego). De resto, as actividades que muitas vezes se misturam nos denominados parques tecnológicos ou empresariais situam-se nas fronteiras do que eram os sectores de actividade tradicionais, aparecendo conjugadas a indústria de ponta, os serviços às empresas, a investigação (que se liga às indústrias – tradicionalmente sector secundário – e à universidade – situada no âmbito do terciário) e o comércio (Salgueiro, 2001). A melhoria do quadro de acessibilidades metropolitanas associado à disponibilização de espaços livres a preços favoráveis contribui para estes processos que acabam por estar associados à geração de novos centros de actividades económicas e de emprego, o que vai ao encontro da ideia de metrópole policêntrica. De resto, os poderes públicos, ao melhorarem as acessibilidades e os equipamentos e ao oferecerem terrenos a baixo custo para a implementação das actividades da logística (transportes, armazenagem, distribuição) e da nova economia (investigação e desenvolvimento, electrónica, comunicações...), incentivam estes processos de (re)localização das actividades económicas modernas. Progressivamente, a imagem da periferia dominada pela função residencial, típica dos anos 50 e 60, vai dando lugar à imagem de periferias diversas, que conjugam várias funções.



Figura 5.3 – Tagus Park (Porto Salvo, Oeiras).

5.3.2 Novas Formações Espaciais: Centros Históricos Reabilitados, Condomínios, Velhos Enclaves e Novos Subúrbios

Os processos que acabámos de apresentar vão dar origem a um conjunto de novas formações espaciais que se podem identificar na cidade contemporânea. Muitas destas formações são visíveis na Área Metropolitana de Lisboa, pelo que a maioria dos exemplos são provenientes deste espaço.

a) Áreas gentrificadas (nobilitadas), no contexto dos processos reabilitação de áreas antigas

Resultam dos processos de intervenção nas áreas antigas do centro da cidade e, também, noutros espaços urbanos que têm boa qualidade ambiental potencial e, frequentemente, uma certa memória e um significado histórico. Podem resultar exclusivamente da acção da iniciativa privada que procede à reabilitação de edifícios numa determinada área, mas, com frequência, decorrem também de intervenções públicas que reabilitam o espaço público e disponibilizam financiamentos para que os privados procedam à recuperação de fachadas ou à melhoria das coberturas. Do ponto de vista social, levam, frequentemente, a processos de transição populacional, pois os antigos residentes, muitas vezes

de camadas sociais menos favorecidas, vão sendo progressivamente substituídos por população das classes média-alta e alta que podem pagar as habitações reabilitadas.



Figura 5.4 – Junqueira, Lisboa – Reabilitação de edifícios antigos.

Refira-se que existem situações de nobilitação sem reabilitação ou com reabilitação mitigada, pelo menos numa fase inicial. É o caso de áreas que, pelas suas características (espaços ligados ao lazer e à boémia urbana, antigos bairros ou vilas operárias desocupadas que possuem uma estética original e atractiva), começam a atrair grupos de população mais jovem e qualificada, mas com pouco capital para fazer grandes investimentos em imobiliário. No Bairro Alto é possível encontrar várias situações deste tipo, ligadas à instalação de novos residentes, como jovens artistas e profissionais em início de carreira.



Figura 5.5 – Bairro Alto, Lisboa – Novos residentes e novas apropriações no contexto de um “lugar criativo”.

b) Enclaves de ricos/“condomínios fechados”

Presentes nos Estados Unidos da América, em toda a América Latina, nos países Ibéricos, em muitos países asiáticos e na Europa de Leste, os condomínios fechados correspondem a espaços residenciais de tipo diverso (blocos de apartamentos, vivendas ou formas mistas), normalmente destinados às classes média-alta e alta que possuem três características (Raposo, 2002):

- Um conjunto de equipamentos para uso colectivo (piscina, café, salas comuns, etc.), ...;
- Uma separação física relativamente à envolvente associada a controlo de acessos;

- Uma privatização dos espaços exteriores (o que tradicionalmente é espaço público – arruamentos, espaços ajardinados, etc., – torna-se, nestes casos, espaço privado).

Estes condomínios funcionam como um produto imobiliário que tira partido dos receios da classe média-alta e alta face à envoltura (imagem de protecção face à criminalidade e à “violência” urbana) e, também, dos anseios deste grupo, em termos paisagísticos, estéticos e sociais (viver entre pares). A isto junta-se o simbolismo associado à imagem de um espaço de prestígio e tradição, bem patente no facto de diversos condomínios adoptarem nomes que remetem para a aristocracia ou a realeza.



Figuras 5.6 a) e b) – Lumiar, Lisboa – Condomínios fechados na antiga área do Paço do Lumiar.

c) *Enclaves étnicos e guetos de exclusão ou guetos de pobres*

Os dois primeiros processos descritos remetem para lógicas de nobilitação e de ocupação da cidade por grupos sociais mais qualificados e com maiores rendimentos. Trata-se de processos de qualificação e valorização que contribuem para a fragmentação descrita no ponto anterior. Não obstante esta situação, as metrópoles continuam a comportar “manchas territoriais” relativamente extensas que correspondem a enclaves étnicos ou, mais frequentemente, a guetos dos pobres. No caso português, apesar da existência de novos princípios associados ao realojamento público e à construção de bairros sociais (ver análise da formação espacial seguinte), a maioria destes ainda foi implementada segundo os princípios da grande dimensão (casos de Chelas, em Lisboa ou da Quinta da Fonte e da Quinta do Mocho em Loures) e da concentração espacial de populações com muitos problemas sociais, no âmbito de processos de transição dos residentes (dos bairros degradados ou de barracas para os novos bairros) com um acompanhamento deficiente. Por outro lado, tanto na Área Metropolitana de Lisboa como em diversas outras cidades europeias prevalecem antigos conjuntos residenciais resultantes de processos de realojamento do passado ou de evoluções do tipo *filtering down* (abandono progressivo das populações de maiores recursos e manutenção/crescimento dos indivíduos e famílias provenientes de classes sociais mais desfavorecidas), que tendem a funcionar como guetos dos pobres (áreas estigmatizadas no contexto da cidade, com relações coarctadas com esta e que concentram um conjunto de problemas sociais – desemprego, insucesso e abandono escolar, população com baixas qualificações, associação à criminalidade). Em muitos casos, geram-se nestas áreas “espirais de pobreza e exclusão”, em que as situações de desfavorecimento tendem a reproduzir-se, frequentemente num quadro de manutenção de dependências de tipo diversos (do álcool e das drogas até aos subsídios públicos).

Nas últimas décadas, as questões da segregação espacial e da exclusão tendem a cruzar-se com as questões da imigração e das minorias étnicas (em particular os descendentes dos imigrantes), uma vez que em muitas metrópoles dos países desenvolvidos se verifica uma sobre-representação destes nas profissões menos qualificadas e nos bairros mais estigmatizados e degradados. Ocorre, como já tivemos oportunidade de referir, um processo de “eticização da pobreza”, que acrescenta às desvantagens atrás mencionadas a problemática da discriminação racial (no domínio do emprego, das actividades quotidianas, etc...) sentida por muitos imigrantes e pelos seus descendentes. Adicionalmente, desajustes entre as perspectivas das instituições e dos serviços ainda muito centradas nas necessidades da população maioritária, considerada o único referencial válido (a transição para os princípios da sociedade multicultural de Sandcock ainda estão, largamente, por fazer), e os anseios dos imigrantes e, especialmente, dos seus descendentes, aumentam as tensões e o potencial de conflito.



Figura 5.7 – Chelas, Lisboa – Edifícios de Habitação Social.

Note-se que, no caso português, não obstante a implementação, a partir de 1993, do Programa Especial de Realojamento (PER) nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, que visava a erradicação de todas as barracas, algumas destas áreas degradadas ainda se mantêm nesta tipologia ou no quadro da ocupação de prédios semi-acabados, com ausência ou défice das infra-estruturas necessárias à boa qualidade de vida das famílias.

d) Tendências para processos de realojamento marcados pela dispersão espacial

No sentido de contrariar os problemas sentidos nas áreas que se acabam de mencionar, muitas metrópoles de diversas cidades da Europa têm vindo a implementar, desde os anos 80, políticas que visam promover o *mix* social nos bairros. Este tipo de políticas conheceu uma intensificação maior ao longo dos últimos dez anos e uma das medidas que inclui corresponde à disseminação de alguns blocos de habitação social pelo meio do tecido urbano. Este processo pode ser identificado na Área Metropolitana de Lisboa, sendo exemplos, a pequena escala, o bloco de habitação social inserido no meio do espaço residencial das classes médias e médias-altas no bairro de Telheiras, em Lisboa, e, a grande escala, a operação da Alta de Lisboa (no Lumiar) que mistura promoção privada (edifícios e condomínios) com edifícios de realojamento PER.



Figura 5.8 – Telheiras, Lisboa – Habitação social inserida no tecido urbano de edifícios com alojamentos para venda no mercado livre.

e) Novos subúrbios caracterizados pela mistura de usos e “Edge cities”

Como já mencionámos, muitas periferias urbanas estão em profunda transformação devido à expressão que nelas assumem os processos de fragmentação espacial das metrópoles. Por um lado, em áreas da periferia com espaço disponível e bons recursos paisagísticos emergem novos condomínios de luxo que quase coexistem com bairros sociais localizados em áreas distantes, onde os terrenos são mais baratos. Por outro lado, diversos centros comerciais regionais (CascaíShopping, Fórum Almada, Oeiras Park) e unidades do tipo Outlet (Freeport de Alcochete, Campera no Cartaxo) aparecem agora nas áreas suburbanas e mesmo peri-urbanas, funcionando como alternativa aos estabelecimentos localizados na cidade-centro (Salgueiro, 2001). Em diversas periferias vão também emergindo projectos imobiliários destinados à instalação de empresas de serviços, sob a forma de parques de escritórios ou de parques de serviços. No caso da Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Oeiras funciona como o melhor exemplo deste processo, uma vez que no seu território, ao longo da auto-estrada A5, se sucedem o Arquiparque de Algés, a Quinta da Fonte (saída de Oeiras) e o Lagoas Parque.

Todas estas estruturas beneficiam da proximidade de boas vias de transporte, factor muito relevante para a sua localização. Foi precisamente a constatação

da emergência de novas formações espaciais localizadas nas periferias, especialmente próximo das saídas de auto-estrada ou de aeroportos, e caracterizadas pela oferta conjugada de serviços, comércio e lazer, que levou Joel Garreau, em 1991, a criar e a difundir um termo específico para estes novos espaços típicos das áreas metropolitanas da América do Norte: *Edge cities*. Garreau define *Edge city*, a cidade que fica nos limites do espaço metropolitano, a partir de um conjunto de factores que incluem: i) a existência de uma superfície destinada a escritórios substancial; ii) a existência de uma superfície destinada ao comércio de dimensão média; iii) um maior número de empregos do que assolhadas em alojamentos; iv) possuir a imagem de um espaço único e v) não ter quaisquer características de cidade no início dos anos 60. Este conceito, embora ainda em discussão na academia e cuja aplicabilidade fora do Canadá e dos EUA tem sido contestada, tem um potencial bastante interessante, uma vez que contribui para facilitar a leitura dos novos espaços suburbanos que emergem, ao longo das vias de comunicação e das suas saídas, em muitas metrópoles dos países desenvolvidos.

Perspectivas e Conceitos-Chave

- Regime de acumulação fordista
- Regime de acumulação flexível
- Modo de regulação Keynesiano
- Modo de regulação pós-fordista
- Planeamento Urbano Modernista
- Zonamento funcional
- Planeamento Urbano pós-fordista
- Intervenções integradas – dimensões física, social e económica
- Reabilitação
- Renovação
- Regeneração
- Fragmentação das metrópoles
- Totalização dos espaços das metrópoles
- Gentrificação (nobilitação)
- Condomínios fechados
- Novos subúrbios caracterizados por misturas nos usos e nos grupos sociais
- *Edge cities*

Actividades Propostas

Actividade 1

Identifique os motivos que justificaram a transição do fordismo para o pós-fordismo. Quais são as características do regime de acumulação flexível e a que tipo de modo de regulação está associado?

Actividade 2

Discuta o modo como o Planeamento Urbano Modernista e a sua concretização nas metrópoles dos países desenvolvidos contribuiu para sustentar o período de expansão económica compreendido entre o pós-2.^a Guerra Mundial e o início dos anos 70 do século XX.

Actividade 3

Tendo em consideração as características das políticas territoriais e do planeamento urbano contemporâneo, reflecta sobre o modo como estas se articulam como a fase contemporânea de organização económica, social e política.

Actividade 4

Tendo em consideração as características das políticas territoriais e do planeamento urbano contemporâneo, parece-lhe que estas contribuem mais para provocar desequilíbrios sociais no território ou para corrigir as desigualdades? Discuta a questão, tendo em consideração a existência de, pelo menos, duas fases nos processos de planeamento urbano pós-fordista, como refere Ash Amin (2003).

Actividade 5

Efectue uma visita de estudo numa das duas maiores Áreas Metropolitanas Portuguesas (Lisboa ou o Porto) e tente identificar evidências dos processos de fragmentação e totalização.

(Nota: a visita pode ser organizada por um grupo de estudantes ou pensada individualmente, tendo em consideração as características e as formações espaciais que se pretendem encontrar e identificar).

Actividade 6

Recolha informação difundida pelos órgãos de informação – incluindo anúncios – relativa a condomínios fechados, operações de reabilitação e problemas/intervenções em áreas degradadas do ponto de vista sócio-urbanístico. Proceda a uma análise simplificada do conteúdo destas notícias e anúncios, avaliando, entre outros aspectos, as dimensões mais associadas ao espaço (paisagem, características sociais, etc.), o sentido da qualificação atribuída pelos objectivos utilizados (positiva, negativa, neutra...), a localização e o tipo de funções presentes.

Leituras Complementares

MARCUSE, P. e KEMPEN, R. V.

2000 *Globalizing Cities: a New Spatial Order*. Oxford: Blackwell.

HARVEY, D.

1990 *The Condition of PostModernity*. Oxford: Blackwell.

SALGUEIRO, T. B.

2001 *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Lisboa: Celta.

SANDERCOCK, L.

1998 *Towards Cosmopolis*. Chichester: Wiley.

Ligações à Internet

Centro de Estudos Geográficos

<http://www.ceg.ul.pt>

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais

<http://www.univ-ab.pt/investigacao/CEMRI/index.html>

Centro de Estudos Sociais (CES). Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas

<http://www.ces.fe.uc.pt/nucleos/cidades>

Centro de Estudos Territoriais (CET) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresas (ISCTE)

<http://cet.iscte.pt/>

Página intencionalmente em branco

Paulo Veixas

6. A Urbanização nas Regiões Desenvolvidas e nas Regiões em Desenvolvimento

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

6. A Urbanização nas Regiões Desenvolvidas e nas Regiões em Desenvolvimento

Resumo

Objectivos do Capítulo

6.1 O Planeta Urbano

6.2 Urbanismo Local, Urbanismo Global, Urbanismo Transnacional

6.3 Mapeando por Questões e Regiões

6.3.1 Cidades e Desenvolvimento: As Principais Questões

6.3.2 Cidades e Desenvolvimento: As Principais Regiões

6.3.2.1 O Norte/Regiões Mais Desenvolvidas e o Sul/Regiões Menos Desenvolvidas

6.4 Da Modernização à Globalização: A Transição Urbana no Norte e no Sul

6.4.1 Paradigmas Sócio-Culturais e Eixos Espaço-Temporais

6.4.2 Paradigmas Sócio-Espaciais, Regimes Representacionais e Estruturas Antropológicas Urbanas

Perspectivas e Conceitos-Chave

Actividades

Leituras Complementares

Ligações à Internet

Página intencionalmente em branco

Resumo

Num primeiro ponto apresenta-se o Planeta Urbano como a segunda maior revolução antropológica depois do sedentarismo planetário. Num segundo ponto percorre-se, de forma breve, o caminho dos estudos urbanos que vai da perspectiva local da ecologia urbana à perspectiva global/regional do sistema-mundo e à perspectiva de fluxos translocais/transnacionais do urbanismo transnacional, propondo-se os dois paradigmas (translocal/transnacional e global/regional) como balizas para a compreensão, no presente, do Planeta Urbano. Num terceiro ponto, seguindo de perto os relatórios da UNCHS de 1996 e de 2001, mapeia-se a situação urbana do planeta segundo uma perspectiva regional e segundo uma perspectiva global. Num quarto ponto focaliza-se a atenção sobre processos e estruturas urbanos específicos que nos possibilitam compreender melhor os contrastes e as aproximações deste mesmo Planeta Urbano.

Objectivos do Capítulo

No final deste capítulo o/a estudante deverá estar apto(a) a:

- Tomar consciência da urbanização planetária como a grande revolução antropológica após o sedentarismo;
- Compreender os desafios interpretativos colocados pelo Planeta Urbano às diversas tradições teóricas de estudos urbanos (Ecológica, do Sistema Mundo e Urbanismo Transnacional);
- Compreender a situação actual do Planeta Urbano em função das balizas de dois paradigmas, um paradigma translocal/transnacional e um paradigma global/regional;
- Analisar, em função desses dois paradigmas, as principais questões que se colocam na relação entre Cidades e Desenvolvimento;
- Comparar, em função desses dois paradigmas, o urbanismo nas diferentes regiões planetárias;
- Identificar padrões de Transição Urbana global e regional no Planeta Urbano no século XXI, discutindo posições urbanas e fluxos face a esses mesmos padrões.

Página intencionalmente em branco

6.1 O Planeta Urbano

O início do século XXI evidencia a continuação da transformação da população mundial em população urbana, a qual passou de menos de 30% da população mundial em 1950 a 47% no ano 2000 e prevendo-se já para 2015 que atinja os 53,4%, a maior parte vivendo no mundo em desenvolvimento. Uma crescente percentagem da população mundial vive, assim, em cidades e, especificamente, em cidades de mais de 1 milhão de habitantes tendo o número destas, nos últimos 50 anos, aumentado de 80 para 380. (UNCHS, 2001; Warah, 2001).

A Europa, América do Norte, América Latina e Caraíbas são regiões já largamente urbanizadas, com 75% da sua população vivendo em cidades. A Ásia é uma região em urbanização crescente a um rápido ritmo, prevendo-se que, em 2015, encontremos aí 220 das 438 cidades com mais de 1 milhão de habitantes e 16 das 23 “mega-cidades” ou cidades com mais de 10 milhões de habitantes. Assim, ainda que a Ásia e a África permaneçam largamente rurais (apenas com 37,9% e 36,7% de população urbana no ano 2000) prevê-se que a transição demográfica nos próximos 20 anos as torne mais urbanizadas, projectando-se a predominância de população urbana para 2030, especificamente com 54,5% para África e 53,4% para a Ásia. (UNCHS, 2001).

Podemos, assim, estar na presença da segunda maior revolução antropológica de todos os tempos depois do sedentarismo planetário de há 10.000 anos atrás: a do urbanismo planetário. Parece, de facto, ser possível projectar que neste século viveremos num planeta urbano e que a noção de população rural se tornará residual em termos de sentido e em termos estatísticos, reduzindo-se a não mais de 10% uma vez que já em 2030 a população rural nas regiões mais desenvolvidas será de apenas 16,5%. Este Planeta Urbano, enquanto meta comum, pode ser enganador ao tentar sustentar-se em elementos comuns em regiões com grandes desigualdades no ponto de partida, no ritmo e na situação actual do processo de urbanização. O planeta urbano não é uniforme e as diferenças estatísticas reflectem e reproduzem diferenças sociais e culturais profundas pois enquanto que, num país como os Estados Unidos, a grande distinção é entre populações metropolitanas e não metropolitanas, nos países europeus a distinção entre urbano e rural mantém alguma pertinência e em países africanos e asiáticos, muitas vezes, a diferença é antes entre a cidade e o *mato* ou a cidade e a *montanha*.

No entanto, e apesar das diferenças estatísticas entre as diversas regiões, a elite urbana em muitos países em desenvolvimento tem mais em comum com a elite dos países desenvolvidos do que com os seus próprios concidadãos, havendo assim semelhança ao nível das condições de residência, trabalho e consumo entre estes estratos urbanos. Ou seja, apesar da região e das próprias cidades em que vivem serem muito diferentes, as cidades dentro das cidades

parecem possibilitar algum nível de identificação, sendo permeadas por “paisagens” modernas comuns (mediascapes, infoscapes, financescapes, ideoscapes). Por vezes, mesmo, tais grupos sociais acabam inseridos numa mesma ethnoscape (Appadurai, 2004) partilhando “conexões transnacionais” em cidades globais pela sua função de “global cultural brokerage”, por exemplo, enquanto turistas, homens de negócios, profissionais simbólicos, ... (Hannerz, 1996: 127-139). Também ao nível do sistema urbano mais vasto parece poder encontrar-se algumas similitudes, quer no que se refere às funções das cidades de diferentes regiões do mundo na economia global, quer em relação à estruturação do sistema urbano em si mesmo, parecendo poder-se estabelecer comparações, por exemplo, entre a “área metropolitana consolidada” dos Estados Unidos, a “região urbana funcional” europeia e a “área metropolitana extensa” asiática.

Um texto sobre o Urbanismo no mundo Desenvolvido e no Mundo em Desenvolvimento deve, antes de mais, explicitar a pertinência de tal divisão, ou seja, se tal divisão é meramente didáctica e operacional ou se, pelo contrário, é fundacional e tem potencialidades explicativas. Ora, os dados apresentados nesta introdução e aprofundados ao longo do presente capítulo levam-nos a propor que estamos envolvidos irremediavelmente na construção de um Planeta Urbano e que essa construção é desigual num Urbanismo Regional diferenciado e mesmo num Urbanismo Global de Arquipélagos Urbanos funcionando como complexo de cidades centrais de comando e controlo que se apresentam como modelos de projecto e até de utopia, por oposição a um Urbanismo Local feito de cidades periféricas, de grandes aldeias e de quase-cidades, votadas, as mais das vezes, ao esquecimento. É claro que a diferença entre um urbanismo global e um urbanismo local não é simples pois a globalização é um campo de contestação e as cidades são a expressão e o palco dessa mesma contestação que um emergente Urbanismo Transnacional procura evidenciar. O que propomos neste capítulo é que para ler adequadamente a construção do Planeta Urbano em que estamos envolvidos se torna necessário termos em conta três escalas, uma escala urbana, uma escala regional e uma escala global, uma vez que o Planeta Urbano em construção se produz em função essencialmente do “espaço de fluxos” translocal/transnacional – global/regional que se compreende de-baixo-para-cima e de-cima-para-baixo.

Num primeiro ponto percorre-se, de forma breve, o caminho dos estudos urbanos que vai da perspectiva local da ecologia urbana à perspectiva global/regional do sistema-mundo e à perspectiva de fluxos translocais/transnacionais do urbanismo transnacional, propondo-se as três escalas como balizas para a compreensão, no presente, do Planeta Urbano. Num segundo ponto, seguindo de perto os relatórios da UNCHS de 1996 e de 2001, mapeia-se a situação urbana do planeta segundo uma perspectiva regional e segundo uma perspectiva global. Num terceiro ponto focaliza-se a atenção sobre processos e

estruturas urbanas específicas que nos possibilitam compreender melhor os contrastes e as aproximações deste mesmo Planeta Urbano.

6.2 Urbanismo Local, Urbanismo Global e Urbanismo Transnacional

Um certo evolucionismo societal, identificador de estruturas e processos que actuam por detrás e independentemente das pessoas dominando os destinos das suas vidas, ainda é o principal aspecto que caracteriza os quadros de compreensão do nosso mundo. É preciso compreendê-los para compreender também os espaços intersticiais de livre arbítrio individual, de liberdade e de construtivismo societal no sentido dos cidadãos tomarem consciência do seu papel enquanto actores e não apenas meros agentes do desenvolvimento no sentido de a globalização única poder ser substituída por alter-globalizações e de a consciência das escolhas poder activar a necessidade de actuação.

A tradição dicotómica em Ciências Sociais é longa. No que concerne aos estudos urbanos pode-se dizer que o percurso da Tradição Ecológica – da Escola Clássica dos anos 20 à Neo-Ortodoxa dos anos 40 e 50 e à Sócio-Cultural dos anos 60 – (Cf. para uma revisão Poplin, 1979: 121 a 153) foi a de ir complexificando e esbatendo dicotomias mais ou menos simplistas (Barbárie versus Civilização; Rural versus Urbano; Comunidade versus Sociedade; Nível Biótico ou Comunal versus Nível Racional ou Cultural, entre outras tipologias dicotómicas principalmente no quadro da tradição de influência germânica de Marx, Tonnies, Simmele, etc.) como determinantes da estrutura e dos processos urbanos. De certo modo, pode-se dizer que a Tradição do Sistema-Mundo (a partir da década de 70) se inicia também com tipologias dicotómicas mais ou menos simplistas (Primeiro versus Terceiro Mundo; Norte versus Sul; Centro versus Periferia; Global versus Local) e só nos últimos anos começa a complexificar-se e a esbater-se tais oposições abstractas e primárias. É nesta complexificação que se compreende uma nova agenda, a do Urbanismo Transnacional que procura, ultrapassando as tipologias, analisar o espaço global como um espaço de “conexões transnacionais”, um “espaço de fluxos”, uma “arena discursiva” e um “terreno de contestação”, sendo as cidades – ou partes delas – palcos privilegiados destes jogos de actos e textos de política económica e cultural em que se entrecruza o local e o global em processos concretos e analisáveis translocais e transnacionais.

Começando pelas formas dualistas de entendermos o mundo, de facto, uma das formas mais simples que continuamos a usar para compreender as diferenças a um nível planetário é, muitas vezes, a relação dicotómica entre hemisférios, entre Norte e Sul ou entre Primeiro e Terceiro Mundo (Fig. 6.1).

Tal compreensão deriva da situação pós Segunda Grande Guerra e da consciência do “Terceiro Mundo” como região internacional que teve a sua origem na Conferência de Bandung (Indonésia, 1955) e que se apresentava para além do “Primeiro Mundo” ou Bloco Ocidental e do “Segundo Mundo” ou Bloco de Leste. O conceito generalizou-se com o livro de Peter Worsley com o mesmo nome em 1964, identificando no “Terceiro Mundo” duas pesadas heranças, a do colonialismo e a da pobreza, as quais, de facto, opunham muitos dos países do Sul aos países do Norte, tendo sido este quadro que possibilitou a compreensão das diferenças entre as cidades dessas regiões internacionais.

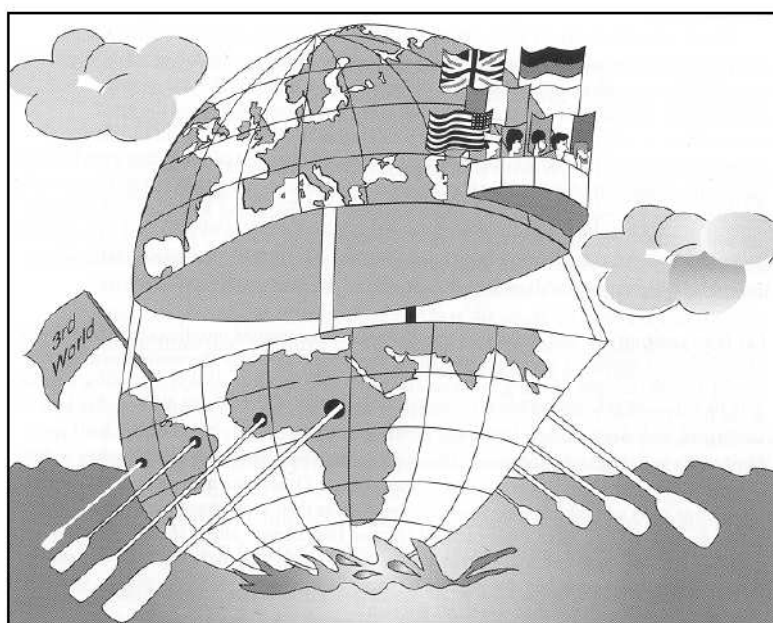


Figura 6.1 – “Todos no mesmo barco?”

Outra relação dicotómica de compreensão das diferenças planetárias que deriva da situação pós Guerra-fria é a que se começou a estabelecer entre Centro e Periferia e entre Global e Local. Tal análise tem como base uma elaboração histórico-geográfica de base económica mais aprofundada (sustentada por referências como Braudel e Wallerstein) em que se identificam três regiões, a central, a semi-periférica e a periférica (Fig. 6.2). Foi esta última perspectiva que acabou por sustentar uma **teoria das Cidades-Mundo** que Braudel e Wallerstein inauguraram (Veneza no séc. XIV e XV; Lisboa e Sevilha no séc. XVI; Amesterdão no séc. XVII; Londres nos sécs. XVIII e XIX e Nova York no séc. XX). Peter Hall em *World Cities* afirma que Patrick Gueddes terá sido o primeiro a propor a ideia de cidades-mundo em 1915 como “aquelas nas quais uma parte desproporcionada dos mais importantes negócios do mundo é

conduzida” (King,1990: 12), no entanto Braudel foi o primeiro a utilizar o termo “cidade-mundo” para designar o centro de “economias-mundo” específicas, enquanto “centros de gravidade urbanos” ou como o “coração logístico da actividade” (idem, 1990:12), ou seja, Braudel terá sido o primeiro a usar o termo cidade-mundo no mesmo sentido que ele vai ter a partir da década de 80 na literatura sobre cidades-mundo ou cidades globais.

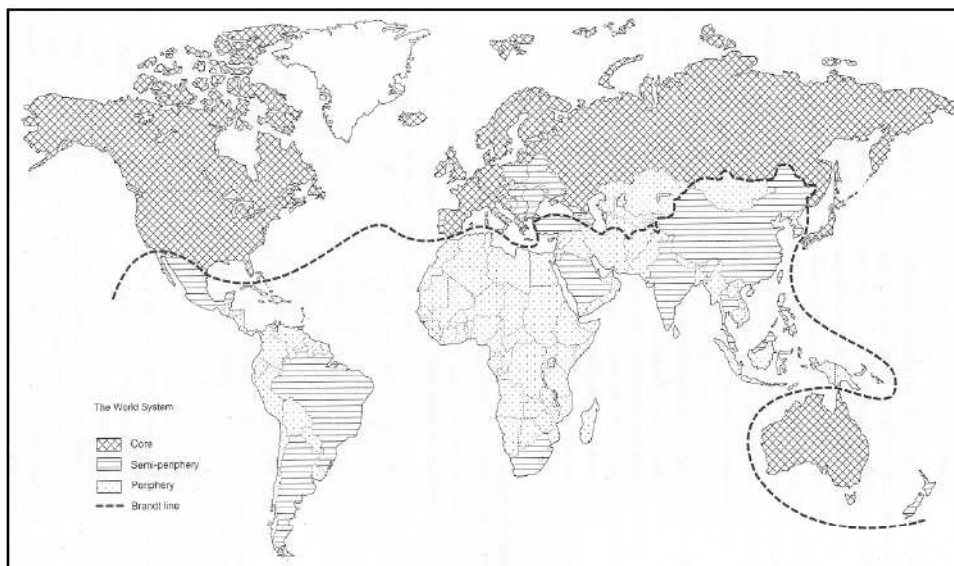


Figura. 6.2 – “Norte e Sul”.

É ao longo das décadas de 80 e de 90 que estas regionalizações urbanas do planeta se começam a complexificar na procura de se identificar as estruturas e os processos dessa regionalização, tendo a ideia das cidades-mundo num sistema-mundo como ponto de partida. Friedmann e Wolf (1982) ao aceitarem as multinacionais como “centros de comando” da “nova divisão internacional do trabalho” introduziram o conceito de “**Rede Global de Cidades**”. Na década de 90, para além da divisão tradicional do planeta em Estados-Nações e para além da divisão entre **Regiões Mais Desenvolvidas e Regiões Menos Desenvolvidas** (terminologia adoptada pela ONU para substituir a relação, entretanto, obsoleta, entre Primeiro e Terceiro Mundos), começa, então, a delinear-se a perspectiva de uma Rede Global de Cidades ou “Arquipélagos Urbanos” planetários (Warah, 2001).

Identificadas como cidades-mundo centrais e primárias (Friedmann, 1986) ou como os “verdadeiros centros internacionais” (Thrift, 1986) ou, simplesmente, como “cidades globais” (Sassen, 1991), as cidades-mundo que estão no topo da hierarquia na década de 80 eram todas do hemisfério norte, todas de países

desenvolvidos e, com a excepção de Tóquio, na tipologia de Friedmann e de Sassen, eram todas dos Estados Unidos e da Europa. Em função deste mapeamento podemos conceber que o urbano é um factor de produção de globalizações e de desglobalização, tendo na sua forma de cidade-mundo o seu agente.

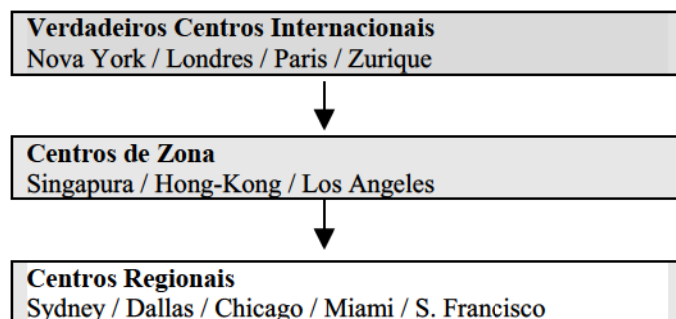
Para Smith (2001:49), as análises relativas à cidade-mundo ou à cidade global, resultando em tipologias como as de Friedman e as de Sassen, caracterizam-se por uma série de assumpções económicas interligadas que se podem resumir da seguinte forma:

1. A globalização da economia internacional, acompanhada pelo crescimento da transposição económica das fronteiras nacionais;
2. Uma elevada mobilidade do capital cuja decisão de aplicação está concentrada num grupo de cidades globais;
3. A mudança da indústria para os serviços comerciais e financeiros em grandes cidades de “países centrais”;
4. A concentração dentro das cidades globais do “comando e controlo” das funções que são coordenadas numa escala global pelos sectores produtores de serviços destas cidades;
5. A organização hierárquica destas cidades num sistema global de cidades cujo objectivo é a acumulação, controlo e aplicação de capital internacional.

Quadro 6.1 – A Hierarquia das Cidades-Mundo segundo Friedmann, 1986

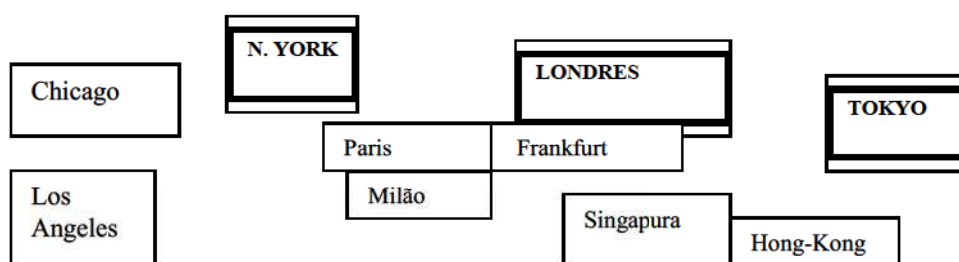
Países Centrais		Países Semi-Periféricos	
Primárias	Secundárias	Primárias	Secundárias
Londres Paris Roterdão Frankfurt Zurique Nova York Chicago Los Angeles Tokyo	Bruxelas Milão Viena Madrid Toronto Miami Houston S. Francisco Sydney	São Paulo Singapura	Joanesburgo Buenos Aires Rio de Janeiro Caracas Cidade do México Hong-Kong Taipe Manila Bangkok Seul

Quadro 6.2 – Categorias de Cidades-Mundo



Fonte: Thrift, 1986.

Quadro 6.3 – O Arquipélago Urbano



“Cidades Globais” (Maiúsculas – carregado) Fonte: Saskia Sassen, 1991.

“Cidades Alpha”. Fonte: Smith e Taylor, 1999

Smith considera que estas análises são positivas no sentido de evidenciarem as cidades como subprodutos fabricados pelas transformações estruturais do capitalismo global do final do século XX (Smith, 2001: 50). No entanto, considera que estas análises tipológicas são como que criadoras de uma meta-narrativa que reifica, nas cidades, as propriedades do capitalismo avançado, através de análises de cariz estruturalista e economicista que não têm em conta aspectos culturais e de agência na análise das cidades.

De facto, apesar destas diversas tentativas tipológicas, no final da década de 90, e após a análise do comportamento da economia-mundo capitalista avançada nas últimas três décadas, concebe-se que a expansão dos serviços nos mercados internacionais introduziu um maior grau de flexibilidade e competição no sistema urbano global implicando, assim, uma definição já não tipológica, mas antes como um sistema flexível de fluxos e redes (Borja e Castells, 1999; Taylor, 2001):

A cidade global não é Nova York, Londres ou Tóquio, ainda que sejam os centros direccionais mais importantes do sistema. A cidade global é uma rede de nós urbanos de diferente nível e com funções distintas que se estende por todo o planeta e que funciona como centro nervoso da nova economia, num sistema interactivo de geometria variável, à qual devem constantemente adaptar-se de forma flexível empresas e cidades (Borja e Castells, 1999:43).

Esta perspectiva de um “**espaço de fluxos**” ultrapassa já o reducionismo estruturalista de hierarquizar, como que para todo o sempre em função de um “arquipélago urbano” de cidades-mundo, o capitalismo avançado em si mesmo. No entanto, tal crítica não é suficiente, pois considera-se ainda que é tão só pela penetração do capital global que se estrutura o planeta urbano sendo necessário a crítica a este reducionismo economicista “reconfigurando ‘a cidade’ para que de um epifenómeno global passe a ser entendida como um contexto fluído de relações sociais de sentido e poder em contestação” (Smith, 2001: 67) pois “longe de ser a exclusiva reserva do capital global, o espaço global é uma arena discursiva e um terreno de constante contestação” (idem: 66).

As perspectivas Antropológicas e Sociológicas de Hannerz (1992, 1996), Appadurai (c1996, 2004), Harvey (1991) e Castells (c1996, 2005; c1997, 2003; c1998, 2003), entre outros, foram possibilitando uma ultrapassagem da perspectiva do sistema-mundo e das cidades globais. Os trabalhos de David Harvey e de Manuel Castells vieram enfatizar a relação Global-Local, retirando parte do peso ao papel das Cidades Globais nos processos sócio-culturais e colocando antes a acentuação nos fluxos, ainda que a predominância da tecno-economia continuasse a ser a variável relevante que leva a um capitalismo global na desorganização contínua das demais escalas ou, quando muito, na sobrevivência-resistência apenas de identidades locais. Os trabalhos de Hannerz e de Appadurai, acentuaram os fluxos culturais no seu sentido lato, relativizando o peso da tecno-economia e das Cidades Globais, ainda que tais fluxos sejam crivados pelo Estado-Nação, pelo mercado, pelas subjectividades... na produção, respectivamente, da *creolização* e da *indigenação*, ou seja, da transnacionalização da localização.

É na tradição destes últimos autores, pela recusa, quer do reducionismo classificativo de base explicativa economicista das cidades globais, quer de um mero espaço de fluxos global na contínua desestruturação/sobrevivência/resistência do local, que se pode compreender a proposta do Urbanismo Transnacional, o qual parte de uma perspectiva mais construtivista e de base explicativa sistémico-contingencial e que procura estabelecer a ponte entre várias escalas (local – cidade – Estado-Nação – Região transnacional, etc.) através de análises etnográficas contextualizadas translocais e transnacionais.

Smith apresenta uma proposta bastante sistematizada da agenda investigativa do Urbanismo Transnacional. Recusando, por um lado, uma análise sociológica que parta de uma perspectiva global (capitalismo global, compressão espaço-tempo, etc.) e que daí deduza completamente os contextos urbanos para reificar as grandes teorias que o pós-modernismo tem desconstruído e recusado, por outro, uma análise que parta do local e que o reifique por uma etnografia tradicional, Smith afirma:

A análise frutuosa para a pesquisa sobre urbanismo transnacional deve começar com uma análise das redes, socio-culturais, políticas e económicas, situadas num espaço social da cidade, com uma consciência de que o espaço social analisado deve ser compreendido como uma translocalidade, um espaço-fronteira fluído no qual os actores sociais interactuam com processos sociais e instituições locais e extra-locais na formação do poder, do sentido e das identidades” (Smith, 2001: 174).

O desafio é o de desenvolver uma perspectiva e uma linguagem capaz de representar a complexidade das conexões transnacionais, as dinâmicas das redes transfronteiriças e as mudanças de escalas sociais nas quais a agência funciona (idem: 174).

Para levar a cabo este desafio e seguindo a ideia de James Clifford que afirmava a necessidade de pesquisadores viajantes para analisar culturas em viagem, Smith afirma que, mais do que mera viagem, hoje se torna necessário “etnógrafos nómadas transnacionais”, capazes de se moverem para trás e para a frente entre texto e contexto, observação e participação, em diferentes localidades e nacionalidades e transnacionalidades (idem: 175). Definindo o Urbanismo Transnacional pelo jogo alternante das relações de poder e sentido entre o local, o nacional e o transnacional, o objectivo do investigador urbano deverá centrar-se nas especificidades locais e translocais de várias práticas socioespaciais transnacionais, sendo os modos comparativos, essencialmente, três: a) comparar diferentes redes transnacionais na mesma cidade, b) comparar diferentes redes de práticas entre diferentes nações e cidades e c) comparar as diferentes assimilações locais do projecto hegemónico neo-liberal.

No ponto seguinte apresentam-se os determinantes contextuais planetários por questões e regiões face à relação entre Cidades e Desenvolvimento. Qualquer programa de análise translocal, transnacional ou glocal deve ter em conta tais determinantes contextuais e os sentidos produzidos sobre eles.

6.3 Mapeando por Questões e Regiões

6.3.1 Cidades e Desenvolvimento: as Principais Questões

Ao analisarmos os últimos grandes relatórios da UNCHS (HABITAT), o de 1996 e o de 2001 assim como o *The State of the World's Cities* de 2004/2005 (2004), é evidente a sua ligação às transições teóricas referidas no ponto anterior. De facto, o relatório de 1996 pode ser enquadrado pelas preocupações de uma Tradição do Sistema Mundo, apresentando-se os dados em função da relação Norte/MDR e Sul/LDR¹, a partir das 5 grandes regiões (América do Norte, Europa, América Latina e Caraíbas, Ásia e Pacífico e África). Evidencia-se, no entanto, já, por um lado, uma atenção à reorganização dos sistemas urbanos regionais em função das “novas formas urbanas” como as “Consolidated Metropolitan Areas” americanas ou as “Extended Metropolitan Áreas” asiáticas, e, por outro lado, uma crítica a uma análise estritamente economicista ao colocar forte ênfase na variável política. O relatório de 2001, com o título elucidativo *Cities in a Globalizing World*, inscreve-se completamente na transição de uma Tradição do Sistema Mundo para uma Tradição de Urbanismo Transnacional ao colocar a ênfase nos contrastes e mesmo polarizações produzidas pela globalização não só em termos regionais, mas também já segundo a lógica da “Rede de Cidades Globais” ou “Arquipélago Urbano” ao apresentar estudos de caso de uma “cidade-Mundo” como Londres, de uma “Capital Regional” como Sydney e de uma “Cidade-Estado” como Singapura. Mas o Relatório de 2001 dá também uma grande importância aos fluxos, centrando-se na importância e na duplicidade de fragmentação e de ponte das tecnologias de informação e comunicação. Finalmente, o relatório *The State of the World's Cities* de 2004/2005, com o título *Globalization and Urban Culture* centra-se, especificamente, no impacto da globalização nas cidades; nas estratégias culturais para o desenvolvimento urbano; na metropolização; migração internacional; pobreza urbana; governação urbana e globalização e nova cultura de planeamento urbano.

Ao seguirmos estes últimos grandes relatórios da HABITAT (1996 e 2001) podemos mapear por questões e regiões a situação urbana do planeta. O relatório de 1996 identifica 6 grandes questões para compreender a situação urbana actual, a saber: 1) o papel das cidades no desenvolvimento; 2) as tendências urbanas; 3) a limitação das conquistas sociais; 4) as tendências nas condições de habitação; 5) a governação e 6) para um desenvolvimento sustentável. O relatório de 2001 centra-se especificamente na questão da globalização e no seu efeito sobre as cidades e os sistemas urbanos destacando 7 questões relativas a esta problemática: 1) a desigual distribuição dos benefícios e custos da globalização; 2) a natureza desequilibrante da globalização; 3) a ligação que as aglomerações humanas estabelecem entre a globalização económica e o desenvolvimento humano; 4) a descentralização e o papel

¹ MDR, significando «More Developed Regions» e LDR «Less Developed Regions».

crescente dos governos locais; 5) a necessidade de novas redes de cooperação; 6) o fortalecimento do processo de desenvolvimento político e 7) novas formas de governância e estratégias políticas para a vivência urbana. Analisaremos, de seguida, as questões levantadas pelos dois relatórios que são, ao mesmo tempo, um mapa interpretativo e uma agenda para uma actuação mais positiva, possibilitando-nos, por isso, uma visão mais em pormenor da questão central deste capítulo, ou seja a relação entre cidades e desenvolvimento.

O relatório de 96 considera que o papel das cidades no desenvolvimento é inquestionável quer pela correlação entre urbanização e desenvolvimento nos países mais desenvolvidos, quer pela correlação entre intensidade do crescimento económico e urbanização nos países do Sul e ainda pela correlação entre grandes economias nacionais e grandes cidades. As cidades, caracterizando-se como centros artísticos, científicos e tecnológicos com uma grande importância na transformação social são, assim, agentes centrais do desenvolvimento. Assim, o facto de uma predominante população urbana ser não só uma inevitabilidade mas também uma vantagem para o desenvolvimento, coloca o desafio na gestão e governação desse potencial de forma competente implicando uma interacção positiva entre desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural que possa promover a sustentabilidade mútua. Já em 2001 o desafio da governação é o de substituir como motor do desenvolvimento o crescimento económico por uma diminuição da desigualdade na distribuição dos benefícios e custos da globalização económico-tecnológica (a qual tem crescido continuamente desde 1980), considerando-se que uma melhor distribuição poderá ter tanto ou mais alcance que o crescimento económico no aumento das conquistas sociais e redução da pobreza. É aquela desigualdade na distribuição dos benefícios e custos de um mundo em globalização a uma *velocidade, escala, âmbito e complexidade* nunca vista que tem criado um planeta de contrastes com 1) contrastes nos padrões de urbanização; 2) contrastes na riqueza das cidades; 3) contrastes na competitividade; 4) contrastes nas oportunidades; 5) contrastes nas prioridades locais e globais; 6) contrastes dentro dos países e regiões e 7) contrastes dentro das áreas urbanas.

Analisando o relatório de 96, a sustentabilidade do desenvolvimento tem sido ensombrada pelo crescimento exponencial de algumas cidades mas torna-se já evidente que as tendências urbanas revelam a ultrapassagem em relação a esse esperado gigantismo populacional urbano. De facto, afirma-se que, ao contrário da maior parte das previsões, as taxas de crescimento populacional atenuaram-se para muitas cidades do Sul nos anos 80 em relação às das décadas de 60 e 70 e em muitas grandes cidades mundiais, tanto do Norte quanto do Sul, houve mais população a sair do que a entrar. O planeta tornou-se menos dominado pelas mega-cidades do que se esperava, sendo que em 1990 apenas 3% da população mundial vivia nestas mega-cidades de mais de 10 milhões de habitantes. Na verdade, parece evidenciar-se o “desenvolvimento de novas

formas de sistemas urbanos” em que se nota não só uma rede de cidades mais pequenas à volta das mega-cidades mas mesmo uma maior dinâmica daquelas em relação a estas cidades centrais. Por outro lado, afirma-se a correlação entre mudança urbana e mudança económica social e política, rejeitando-se o crescimento populacional urbano como um problema em si e enfatizando-se a capacidade ou não de resposta em termos de desenvolvimento económico e social (infra-estruturas, serviços, etc.) a esse crescimento populacional em função de uma capacitação política. E, com efeito, no relatório de 2001 o problema do desequilíbrio e da sustentabilidade do desenvolvimento não é tanto o demográfico quanto o do acesso às ICTs (Information and Communication Technologies). As ICTs correlacionam-se com a urbanização criando a natureza desequilibrante da globalização. As ICTs correlacionam-se com a concentração em grandes cidades globais do capital, dos especialistas e do controlo das empresas e mercados, criando grandes espaços para a expansão das ICTs. De facto as ICTs têm transformado o planeta num arquipélago de tecnopolis, aumentando a desigualdade a um nível mesmo de polarização da mesma. A colocação das ICTs ao serviço da sustentabilidade e da justiça social é um desafio para a governação que deve equilibrar os objectivos da globalização num esforço cooperativo entre governo, sector privado e sociedade civil para superar o crescimento da pobreza e da desigualdade e mesmo da polarização que a globalização tecno-económica tem promovido. De facto, já no relatório de 96 se constatava uma limitação das conquistas sociais que se revelava no aumento dos níveis de pobreza, vivendo em absoluta pobreza entre 1/5 e 1/4 da humanidade e mais 90% destes no Sul. Apesar da pobreza absoluta afectar para já mais as populações rurais, estudos recentes destacam não só que a pobreza urbana foi subestimada como cresceu na década de 80, quer no Norte quer no Sul, devido à deterioração das condições macro-económicas e aos ajustamentos estruturais. No entanto, as tendências sociais de longo prazo apontavam em 96, na maior parte das nações, para um aumento da esperança de vida, um recuo da mortalidade infantil e um aumento da literacia, evidenciando-se ainda uma crescente importância do movimento social contra a discriminação das mulheres nos diversos sectores, assim como do movimento pelos direitos de habitação, desenvolvimentos estes com directa implicação no futuro das cidades.

O relatório de 2001 destaca a ligação entre as aglomerações humanas, a globalização económica e o desenvolvimento humano. A lógica tecno-económica pela concentração, em certas regiões, cidades e bairros, dos recursos tecno-económicos leva ao crescimento dos económicos e culturalmente poderosos e a uma polarização urbana entre info-ricos e info-pobres, criando “bairros ciber-gentrificados” como o “Multimédia Gulch” em S. Francisco. As ICTs estão, em suma, na base da reestruturação das aglomerações urbanas criando fragmentações intra-urbanas, conexões globais e desconexões locais que ligam as tecnopolis ocidentais aos enclaves nas regiões em desenvolvimento

como Bangalore na Índia, o “Intelligent Corridor” na Tailândia ou o “Multimédia Super Corridor” na Malásia, criando verdadeiros arquipélagos urbanos globais num mar de pobreza local. Assim, o desafio para responder a esta polarização local e global é o de potenciar estratégias que suportem o exercício da cidadania e a defesa dos “direitos à cidade” através de acções locais e globais.

Quanto às tendências das condições de habitação em particular, o relatório de 96 afirma a existência de uma diferença dramática entre o Norte e o Sul, uma vez que para além de 90% daqueles que vivem em absoluta pobreza viverem no Sul, acresce ainda que as suas condições de habitação quer rural quer urbana são muito mais deficientes do que os que vivem em absoluta pobreza no Norte. Pelo menos 600 milhões de habitantes urbanos em África, Ásia e América Latina vivem em habitações sobrelotadas, de tão pobre qualidade e tão inadequadas condições em termos de água, instalações sanitárias, saneamento e recolha de lixos que a sua saúde está constantemente em risco. Tais condições de insuficiência são também as de mais de um bilião de habitantes rurais dessas regiões do mundo. No Norte, apesar de vários milhões viverem em habitações de baixa qualidade, a verdade é que as mais das vezes têm acesso a água, possuem instalações sanitárias, saneamento e recolha de lixos, reduzindo assim nesta região do planeta o risco de saúde enquanto associado à pobreza. De facto é enorme o risco de saúde devido às habitações de má qualidade, sendo muitas das doenças do Sul (parasitoses, infecções diarreicas, infecções respiratórias, tuberculose, etc.) assim como acidentes vários (incêndios, desmoronamentos, etc.) devidos à sobrelotação das casas. A pobreza leva a consequências habitacionais específicas como a insegurança na posse de habitação (pela construção ilegal em zonas de todo desadequadas para construção, o que leva a grande probabilidade de despejos) e mesmo a possibilidade de fazer parte do número crescente dos sem-abrigo, os quais estavam estimados, em 1996, em 100 milhões com um crescente número de mulheres e jovens, assim como crianças. Para ultrapassar tal situação, os governos não devem ser tanto doadores quanto capacitadores, regulando a competição pela terra, possibilitando terrenos urbanizáveis a custos reduzidos e com serviços básicos, financiando a aquisição de materiais de construção e a construção da habitação e desburocratizando a legalização do processo construtivo. Tal actuação deve sempre ter em conta as parcerias das organizações comunitárias, das ONGs e do sector privado.

No relatório de 2001, para além do crescimento da pobreza de forma contínua desde 1980 e de um crescimento das assimetrias regionais, evidencia-se que a fragmentação urbana produzida pelo processo de globalização nas cidades centrais e nas suas extensões no planeta gera, em última análise, a “cidade dual” caracterizada por Castells (ver por exemplo 1995: 289) e por Marcuse

que diferencia entre “a cidadela e o Gueto”. Esta polarização tem, de um lado, “privatopias” das cidades móveis da riqueza e do comércio, a *Cidade de Luxo* residencial associada à *Cidade Controlada* do trabalho e, no outro extremo, a *Cidade Abandonada* ao nível residencial e a *Cidade Residual* ao nível do trabalho. Tais polarizações podem-se constatar em cidades centrais como Nova York ou Londres mas também em cidades que competem no processo de globalização em situação menos favorável como São Paulo ou Shangai.

Por tudo o que foi referido, a governação é, tanto para o relatório de 96 quanto para o de 2001, a pedra chave de todo o desenvolvimento e esta é a mensagem mais forte, afirmando-se no relatório de 96 a necessidade de uma nova estrutura institucional para as autoridades urbanas, no sentido de uma maior capacitação para responder ao desafio do crescimento populacional e à necessidade de infra-estruturas. Tal reestruturação passa, necessariamente, por uma democratização e descentralização não só em função de tarefas e responsabilidades delegadas mas também pela autonomia crítica e pela capacidade de procurar apoio técnico e angariar fundos, ou seja, por todo um trabalho de capacitação do papel dos grupos de cidadãos, das organizações comunitárias e das ONGs. Como afirma o relatório de 96:

Em muitas cidades em África, Ásia e América Latina, os esforços individuais, do grupo doméstico e da comunidade que ajudaram a construir cidades e desenvolver serviços têm sido há muito tempo ignorados pelos governos, bancos e agências de ajuda e muitas vezes ainda têm sido dificultados por constrangimentos governamentais. Se os governos e as agências doadoras puderem encontrar formas de apoiar estes processos que constroem e desenvolvem cidades – que é exactamente a definição do que é uma estratégia capacitadora – os problemas que parecem insolúveis começam a parecer mais geríveis (1996).

Neste seguimento, o relatório de 2001 afirma a necessidade de descentralização e a crescente importância do papel dos governos locais, entendidos como urbano-metropolitanos. A relação entre governo central (nacional) e governo local (urbano-metropolitano) deve ter em conta que as áreas metropolitanas são, de facto, arenas centrais nos processos de competitividade global e que, por isso, tais governos locais devem ver reforçados em termos de legitimidade política, responsabilidades e recursos. Refere-se ainda que tais governos locais têm competências limitadas para responder aos urgentes desafios de abrigo, infra-estruturas e serviços pelo que se tornam necessárias novas redes cooperativas potenciando quer as parcerias com o sector privado e com a sociedade civil, quer a integração em redes horizontais internacionais de cooperação.

Assim, o caminho para um desenvolvimento sustentável, segundo o relatório de 96, passa pelo assegurar de uma adequada gestão ambiental, dos recursos e

dos desperdícios que, por um lado, minimize os impactos negativos da produção e consumo urbanos na população e, por outro lado, implemente estratégias de gestão e desenvolvimento urbanos em função da natureza finita dos recursos e das capacidades dos ecossistemas dos contextos regional, nacional e internacional de absorverem ou/e minimizarem os desperdícios. Torna-se também fulcral ter em atenção, para além das conhecidas dimensões económicas, as dimensões sociais do desenvolvimento, especificamente, equidade, justiça, integração e estabilidade sociais, sem as quais qualquer sistema urbano está em risco. A redução da pobreza e exclusão social e o apoio da governação são elementos chave de uma estratégia de capacitação para tal desenvolvimento, sendo também fulcral uma nova visão do planeamento não só para responder ao desafio do crescimento populacional urbano em função de uma adequada gestão do uso da terra, mas também para mobilizar os recursos técnicos, humanos e financeiros de forma a responder às necessidades dessas mesmas populações. Deste modo, o relatório de 2001 afirma a necessidade de reforçar as políticas do processo de desenvolvimento através de uma monitorização e avaliação adequadas pela utilização das tecnologias de informação e comunicação para facilitar a difusão da informação relativa às de boas práticas pelos observatórios urbanos e bases de dados. Torna-se necessário, assim, a análise e avaliação de boas práticas segundo critérios derivados de objectivos pré-estabelecidos e segundo metas mensuráveis. Esta informação deve ser localmente recolhida e contextualizada e deve ser analisada, por um lado, segundo as suas características técnicas para a descrição de protótipos difundíveis e replicáveis e, por outro, para uma avaliação que possibilite uma análise prospectiva dessa mesma actuação em diferentes contextos. Finalmente, refere-se a necessidade de novas formas de governância e estratégias políticas para a vivência urbana que recuse os meros mecanismos de mercado e se sustente antes numa relação de complementaridade entre governos e sociedade civil. Como se afirma no relatório:

“A vivência urbana depende da capacidade do Estado de actuar como instituição pública e distribuir os bens e serviços colectivos que as cidades e as comunidades precisam mas depende de igual forma da capacidade dos grupos da sociedade civil e das comunidades de construir ligações com as pessoas e as agências do Estado que partilham a mesma agenda.” (1996)

CAIXA 6.1

Consequências da Globalização sobre a Cultura, a Economia, a Sociedade, as Instituições, o Espaço e a Demografia das Cidades

O relatório de 2004 indica 3 principais impactos gerais da globalização sobre a cultura urbana: 1) diversidade e enriquecimento; 2) medo e polarização e 3) estandardização, tendo a “era da migração transnacional” iniciada nos anos 80 levado à criação de “espaços étnicos urbanos”, constituindo um desafio gerir cidades multiculturais. (2004, pp. 11-12).

Em termos económicos, o mesmo relatório afirma que “durante o século XXI, independentemente da ideologia, as cidades são o lugar e o motor da mudança económica e social”, havendo evidência que os países que se urbanizaram mais cedo têm rendimentos per capita mais elevados, economias mais estáveis, instituições mais fortes e resistem mais à volatilidade da economia global, sendo, assim, importante proteger e sustentar as economias urbanas e, assim, as economias nacionais nas políticas de desenvolvimento (idem: 14 a 16). A influência da globalização sobre as cidades foi amplificada em meados dos anos 90 por processos de liberalização financeira e abertura de mercados como forma de fazer crescer as economias. Tais processos tornaram mais evidentes diferentes atractividades dos investimentos, aumentando a desigualdade no planeta com países evidenciando grande atractividade de investimentos (China, México, Tailândia, Indonésia...) e outros quase nenhuma (muitos dos mais pobres de África). O processo de desindustrialização e de deslocalização das empresas de trabalho intensivo continuou criando desemprego, ao mesmo tempo que se vão criando empresas de conhecimento intensivo. A “race to the bottom” pela qual ficou conhecida a fuga de capitais para Oriente em busca dos mais baixos custos de produção, acabou por acelerar a economia informal, assim como processo de exclusão social e clivagens raciais e étnicas em muitas cidades em desindustrialização (idem, p. 17).

Quanto às consequências sociais, estas evidenciam-se numa crescente diferenciação social através de duas consequências: o aumento da pobreza e da desigualdade urbanas. As consequências sócio-económicas da globalização reforçam os problemas dos que têm dificuldades de acesso às infra-estruturas básicas e criam mesmo novos pobres nas camadas médias (idem, p. 20).

Quanto às consequências institucionais e políticas, centram-se no enfraquecimento do sector público, quer em função das poderosas

companhias privadas externas, quer pelo próprio processo de privatização ao longo da década de 90. A flexibilidade do capital torna as cidades negociadores fracos face a tais companhias, ficando na dependência das suas condições para conseguir que os postos de trabalho e os rendimentos se possam fixar aí. A privatização diminui a capacidade dos governos em termos financeiros e, portanto, em termos de poder do próprio Estado; no caso da privatização dos serviços urbanos, são os próprios instrumentos, necessários para guiar o desenvolvimento urbano, que são alienados colocando o planeamento urbano em perigo. Assim, se as instituições públicas ficam enfraquecidas pelo efeito da globalização, é a própria cidadania que fica em risco.

Em relação às consequências espaciais, um aspecto que se torna extremamente relevante é o conceito de “infraestrutura global”, evidenciando pelo menos três objectivos: servir necessidades locais, servir necessidades globais e servir de conexão entre o local e o global (idem, p. 22). A atenção a estradas, aeroportos, portos, caminhos de ferro e outras infra-estruturas tornou-se, assim, fundamental. No entanto, para além deste efeito, o relatório evidencia 4 outros efeitos espaciais da globalização sobre as cidades e a cultura urbana:

- 1) As cidades mudaram a atenção para actividades e localidades exteriores ao seu seio no sentido de captarem as oportunidades de investimento e emprego e tomarem decisões adequadas numa competitividade de economia global.
- 2) As dinâmicas da economia global de produção implicam a mudança de uma integração vertical da produção (produtores, fornecedores, financiadores e distribuidores) para uma integração horizontal com as funções distribuídas por diversas localizações geográficas.
- 3) As localizações das indústrias e serviços não são mais determinadas pelos mercados ou padrões de consumo mas por lógicas que conectam actores e funções altamente dispersos.
- 4) A antiga estrutura urbana fragmenta-se e criam-se novos padrões que corporizam novas definições de eficiência, uso da terra e formas de acesso nas quais a proximidade física não é mais a variável decisiva. Esta fragmentação tem sido referida como “geometria variável” ou como “novas geografias de centros e margens”. Ou seja, as periferias das grandes cidades, cidades secundárias e mesmo locais que não podem ser considerados cidades tornaram-se urbanos ou mesmo cosmopolitas pela saída das grandes cidades por parte das pessoas e das próprias empresas (idem: 22-23).

Quanto às consequências demográficas, a projecção de 2003 das Nações Unidas é que a população urbana cresce de 2,86 biliões no ano 2000 para 4.98 biliões em 2030, sendo que os países mais desenvolvidos aumentarão apenas 28 milhões, enquanto os menos desenvolvidos verão a sua população urbana aumentar 2,12 biliões (especificamente, África). Assim, a população urbana atingirá os 60% da população mundial em 2030, sendo que o crescimento da população urbana nos países menos desenvolvidos será em média de 1 milhão de pessoas por semana. Estas consequências demográficas terão grandes impactos em termos de saúde, pela incapacidade de resposta da infra-estrutura. Por outro lado, a diferença nas estruturas demográficas dos países mais desenvolvidos em relação aos menos desenvolvidos, relacionada com a contínua migração transnacional, implicará políticas bimodais, dirigidas, respectivamente, para uma população mais idosa, e para uma mais nova (idem: 24-25).

Face a estas consequências da globalização sobre as cidades, a agenda que se apresenta para as políticas e a gestão urbanas é a seguinte (idem: 25-29):

- 1) Criar cidades multiculturais e inclusivas
- 2) Manter a estabilidade e o equilíbrio face à mudança externa
- 3) Construir e reforçar capacidades
- 4) Estabelecer uma estratégia de decisão de longo prazo
- 5) Manter a infra-estrutura física do mundo
- 6) Financiar investimentos e operações urbanas
- 7) Mobilizar para a sustentabilidade

Fonte: Adaptado do Relatório da HABITAT – The State of the World's Cities 2004/2005 Globalization and Urban Culture, 2004

6.3.2 Cidades e Desenvolvimento: As Principais Regiões

6.3.2.1 O Norte/Regiões mais Desenvolvidas e o Sul/Regiões menos Desenvolvidas

Partindo do relatório da UNCHS de 2001, cujos dados foram recolhidos em 1999, podemos afirmar que a relação entre Norte, entendido como MDR (*More Developed Regions* – América do Norte, Europa, Japão, Nova Zelândia e Austrália), e o Sul, ou LDR (*Less Developed Regions* – América Latina, África, Ásia -sem o Japão- e Oceânia -sem a Austrália e a Nova Zelândia-), é de 1/5 para 4/5 em termos populacionais e projecta-se que em 2030 essa relação venha a ser de quase 1/8 para 7/8. Assim, enquanto no Norte o crescimento anual tende para zero já entre 2015 e 2030, no Sul o crescimento anual está entre 1% e 2% até 2030, o que associado a um crescimento da esperança de vida à nascença de cerca de 7/8 anos entre 2000 e 2030 possibilita um grande crescimento absoluto e, principalmente, um maior diferencial populacional entre o Norte e o Sul (cf. Quadro 6.1). Também o crescimento em termos absolutos da população urbana no Sul é evidente. Tendo, em números absolutos, o dobro da população urbana do Norte no ano 2000, o crescimento do Sul é da ordem de 1 bilião em cada 15 anos para um crescimento na ordem dos 50 milhões em cada 15 anos para o Norte, projectando-se que em 2030 o Norte terá apenas 1/4 contra 4/5 do Sul do total da população urbana do planeta (cf. Quadro 6.2). A importância da população urbana no Sul é ainda constatável pelo número de cidades com mais de 1 milhão de habitantes e com mais de 10 milhões de habitantes. As cidades com 1 milhão ou mais de habitantes no Sul passarão de 265 no ano 2000 para 311 em 2015, ficando então o Sul a possuir cerca de 70% do total das cidades do planeta com 1 milhão ou mais de habitantes. No entanto, o crescimento do número de mega-cidades é ainda mais evidente ao passar de 4 em 1985 tanto no Norte como no Sul para 15 no ano 2000 e 19 em 2015 no Sul, enquanto no Norte se mantêm as mesmas 4 (Cf. Quadro 6.3). Este mapeamento introdutório do planeta urbano torna-se mais elucidativo se acompanharmos esta leitura de síntese com a análise das diversas regiões específicas, seguindo agora o relatório de 1996, ou seja no Norte a América do Norte (Caixa 6.2) e a Europa (Caixa 6.3) e no Sul a América Latina e Caraíbas (Caixa 6.4), Ásia e Pacífico (Caixa 6.5) e África (Caixa 6.6).

Contrastes e Aproximações do Planeta Urbano: Estimativas e Projecções

Quadro 6.4 – Dimensão, Crescimento e Esperança de Vida da População Total por Regiões

Indicadores	Regiões	1985	2000	2015	2030
População Total (Milhares)	M.D.R.	114217	1187980	1214394	1209507
	L.D.R.	3723141	4867069	5939972	6902473

Indicadores	Regiões	1985-2000	2000-2015	2015-2030
Taxa de crescimento anual	M.D.R.	0,4	0,1	0,0
	L.D.R.	1,8	1,3	1,0

Indicadores	Regiões	1985	2000	2000-2015		2015-2030	
		M	F	M	F	M	F
Esperança de vida (Anos)	M.D.R.	71,1	78,7	74,0	80,6	76,1	82,3
	L.D.R.	61,8	65,0	65,7	69,6	69,8	74,1

Quadro 6.5 – Dimensão e crescimento da população urbana

Indicadores	Regiões	2000	2015	2030
Nível de urbanização (%)	M.D.R.	76,0	79,7	83,5
	L.D.R.	39,9	48,0	56,2

Indicadores	Regiões	2000	2015	2030
População urbana (Milhares)	M.D.R.	902993	968223	1009808
	L.D.R.	1942056	2849069	3879585

Indicadores	Regiões	2000-2015	2015-2030
Crescimento anual (%)	M.D.R.	0,5	0,3
	L.D.R.	2,6	2,1

Quadro 6.6 – Número de Grandes cidades e Mega-Cidades

Indicadores	Regiões	1985	2000	2015
Cidades de 1 milhão ou + (excluindo as Mega-cidades)	M.D.R.	98	115	127
	L.D.R.	162	265	311
Indicadores	Regiões	1985	2000	2015
Mega-cidades (10 milhões ou +)	M.D.R.	4	4	4
	L.D.R.	4	15	19

As diferenças ao nível do desenvolvimento entre Norte e Sul tornam-se mais específicas em função da agregação em MDR *versus* LDR ou Regiões Mais Desenvolvidas e Regiões Menos Desenvolvidas. No entanto, e apesar desta terminologia ser já usada na altura, o relatório de 1996 faz uma análise da situação urbana por regiões (América do Norte, Europa, América Latina e Caraíbas, África e Ásia e Pacífico), dificultando, assim, uma análise mais apurada segundo aquela tipologia de desenvolvimento. Por outro lado, uma análise por regiões, ao ser uma análise a uma escala maior não possibilita facilmente um reducionismo polar de Norte e Sul ou de MDR *versus* LDR, revelando muito mais a diversidade da situação urbana planetária, ainda que esta seja ainda maior e só se possa compreender através do necessário complemento de análises concretas de cidades e de sistemas urbanos. O que se procura, então, destacar de seguida são alguns traços comuns relativos à urbanização no Norte e no Sul, sem deixar de referir os aspectos relativos a cada uma das regiões mais específicas.

Em relação à Europa e à América do Norte, ainda que possa haver alguma margem de erro na periodização, e óbvias diferenças de tempo e características consoante os países e o seu carácter central ou periférico na região em causa, pode-se dizer que há algumas similaridades em termos de processos urbanos, tal qual o quadro seguinte os caracteriza.

Quadro 6.7 – Processos Urbanos nos Estados Unidos e na Europa

Periodização	Processos Urbanos nos Estados Unidos e na Europa
1950-1960	Crescimento e concentração metropolitana Suburbanização
1970-1980	Desconcentração populacional e revitalização não-metropolitana Desurbanização – Contra-urbanização
1980-1990	Concentração e revitalização metropolitana Gentrificação - Re-urbanização

Esta periodização possibilita mesmo a hipótese da evolução da urbanização na Europa e Estados Unidos implicar um ciclo ou uma espiral de 4 fases aplicável a toda a região internacional, a um sistema nacional, a uma cidade, a um centro urbano ou a todos ao mesmo tempo a ritmos diferenciados e em que à Urbanização sucede a Suburbanização e por sua vez a Desurbanização para voltar a uma Reurbanização de um nível, porventura, mais elevado.

Quanto aos sistemas urbanos nacionais e regionais como um todo, o que parece notar-se como padrão é a existência de assimetrias entre uma malha urbana regional densa e concentrada bastante desenvolvida enquanto a restante região ou Estado Nação se encontram bastante menos desenvolvidos. Assim, pode-se dizer que nestas duas regiões temos um padrão de crescimento urbano com forte polarização mas em que o padrão tradicional centro versus periferia tem vindo a ser questionado e a analisar-se a possibilidade de outros padrões. O Canadá desde 1950 mantém uma polarização entre o centro (heartland) – Toronto – e a periferia; nos EUA propôs-se que o centro, que foi sempre na costa leste (Cintura Fria -Frost-belt- ou cintura da ferrugem – Rust-belt), transitava nos anos 60 para a costa oeste (Cintura do Sol -Sun-belt- ou cintura do sol e armas -Sun-and-Gun-belt) em função da mudança de uma economia industrial para uma economia de serviços; na Europa a concentração da sua actividade económica parece dar-se de forma mais forte numa mancha central que vai desde o Sudeste de Inglaterra, passando pelo Benelux, Sudoeste da Alemanha e Suíça até à Lombardia e Noroeste de Itália remetendo toda a restante mancha regional para uma periferação. No entanto, o relatório de 96 põe a hipótese de que o padrão centro-periferia possa, no caso dos Estados Unidos, ser antes concebido como um padrão de “desenvolvimento bi-costal” e, no caso europeu, como um sistema com uma estrutura menos concentrada e centralizada e mais competitiva e cooperativa, tirando partido das oportunidades geradas.

Ainda em relação aos sistemas urbanos parece haver alguma tendência para o desenvolvimento de novas formas urbanas, principalmente a partir dos anos 80, que transcendem quer a noção de cidade quer a noção de área metropolitana, concebendo-se como CMSAS (Consolidated Metropolitan Statistical Areas) nos Estados Unidos. As CMSAS definem no censo de 1991 os novos sistemas urbanos meta-metropolitanos pela junção de várias MSAS (Metropolitan Statistical Areas) anteriores, ou seja as CMSAS são conjuntos de áreas metropolitanas interligadas entre si em função de uma ou mais centralidades. Apesar de mais estudados nos Estados Unidos, tais sistemas meta-metropolitanos têm também uma importância cada vez maior na Europa.

Algumas destas meta-metrópoles têm um importante papel na economia não só nacional mas também de toda a região e mesmo trans-regional, tendo alguns autores denominado “cidades-mundo” como se viu anteriormente. Segundo esta lógica de arquipélagos urbanos globais, as MDR (regiões mais desenvolvidas) têm todas as cidades-mundo centrais, quer primárias, quer secundárias, mas a Europa e os Estados Unidos têm oito das nove cidades-mundo centrais primárias e oito das nove cidades-mundo centrais secundárias segundo a tipologia de Friedman (ver Quadro 6.1.) ou segundo a tipologia de Thrift (ver Quadro 6.2.) todos os quatro verdadeiros centros internacionais são exactamente na Europa e Estados Unidos ou ainda duas das três “cidades Globais” que Sassen considera são nestas duas regiões internacionais. A Europa e os Estados Unidos são, assim, o centro da globalização económica e se aceitarmos como diversos autores que a cidade em si mesma é não só um reflexo mas um agente dessa globalização, tendendo as cidades-mundo para uma estrutura espacial e social similar, é então nestas cidades que mais se pode analisar o paradigma urbano do século XXI. Analisaremos este aspecto no último ponto deste texto.

CAIXA 6.2

América do Norte

Nas últimas décadas, EUA e Canadá experimentaram uma muito mais rápida e fundamental reordenação dos seus sistemas urbanos que a Europa e tiveram das cidades e áreas metropolitanas de maior crescimento do mundo. Entre as economias industriais avançadas, os EUA e Canadá têm sistemas urbanos fluidos e maleáveis sendo a mobilidade de pessoas, empregos e empresas bastante alta.

Entre 1950 e 1990 a população nos EUA aumentou 65% e no Canadá 95% tendo a população urbana aumentado de 64 para mais

de 82% nos EUA e de 61 para 77% no Canadá. Ambos os sistemas urbanos estão ainda em construção tendo respondido às mudanças económicas, tecnológicas e sociais:

- expansão da produção
- mudanças tecnológicas na produção, transportes e comunicações
- alterações dramáticas das estruturas ocupacionais e da divisão espacial do trabalho

As alterações nas estruturas urbanas em interação com tais mudanças foram:

- criação de densos complexos metropolitanos, muitas vezes em regiões antes consideradas periféricas
- criação e evolução de novas formas de estruturas urbanas mais dispersas
- desenvolvimento de padrões estruturais de dominação e interdependências entre cidades e entre cidades e subúrbios

A base demográfica de transformação urbana nos EUA e Canadá é função da imigração, de transições demográficas e da migração interna. A seguir à 2.^a Guerra Mundial (1948-1963) houve um boom de natalidade que implicou um rápido crescimento da economia de consumo, da procura de habitação e à sua construção dando origem ao surgimento de novas formas urbanas (Levittown) através da suburbanização. No entanto, na geração seguinte deu-se uma queda abrupta da natalidade tendo a média do grupo doméstico decaído de 4 para 2,7 pessoas e até menos nas áreas metropolitanas, sendo em 1990 20% dos grupos domésticos de uma única pessoa. Com a quebra do crescimento natural é à imigração e à migração que se devem as grandes alterações de estrutura urbana. Quanto à migração, 18% dos americanos mudam de casa anualmente sendo que 50% da população total muda em cada cinco anos. Quanto à imigração EUA e Canadá juntos admitem no início dos anos 90 mais de um milhão de imigrantes/ano representando 20 a 30% do total do crescimento populacional nas décadas de 70 e 80 e no Canadá na década de 90 cerca de 50% do total do crescimento populacional. A origem da imigração mudou drasticamente; enquanto que em 1950 a maioria dos imigrantes eram da Europa, em 1991 80% da imigração nos EUA e mais de 65% no Canadá provém do Sul (Ásia, Caraíbas e América Latina).

Entre 1950 e 1990 foi evidente, em termos urbanos, o movimento histórico dominante Este-Oeste, pois em 1950 quatro dos cinco mais populosos estados eram no Nordeste enquanto que em 1990 três

dos quatro mais populosos eram no Sudoeste. Quanto à distinção entre população metropolitana e não-metropolitana (não é comum a distinção rural/urbana nos EUA, no entanto o Canadá tornou-se predominantemente urbano em 1920) os EUA tornaram-se predominantemente metropolitanos [um conjunto de espaços urbanos com uma cidade central de pelo menos 50.000 pessoas e um conjunto de áreas suburbanas adjacentes (counties) somando no total pelos menos 100.000 pessoas] em meados dos anos 50 (o Canadá em meados dos anos 60) e predominantemente meta-metropolitanos (CMSAS) [as CMSAS (Consolidated Metropolitan Statistical Areas) definem no censo de 1991 os novos sistemas urbanos meta-metropolitanos pela junção de várias MSAS (Metro-politan Statistical Areas) anteriores] em 1990.

Apesar de normalmente se referirem as megalópoles do Sul como as que evidenciam um rápido crescimento, algumas das metametrópoles dos EUA nem sequer existiam há 150 anos atrás sendo das cidades do mundo com maior crescimento. O crescimento destas metrópoles correlaciona-se com a migração líquida (combinando migração interna e imigração): cidades com um alto nível de migração líquida tendem a ter alto crescimento, uma população mais nova, redução no custo dos transportes, alto nível de criação de empregos e melhores salários, aumentando o nível de consumo enquanto que nas cidades com taxas líquidas de migração baixas ou negativas se dá o inverso. A migração e a imigração têm geografias específicas sendo que no Canadá $\frac{3}{4}$ do total de imigrantes converge para as três maiores áreas metropolitanas: Toronto (30%), Montreal e Vancouver, enquanto que nos EUA Nova Iorque, Miami, Los Angeles, S.Francisco e as cidades da fronteira do Texas são as portas de entrada destes fluxos.

Pode-se analisar a evolução urbana nos Estados Unidos em função da seguinte periodização:

1950-1960 – crescimento e concentração metropolitana

1970-1980 – desconcentração populacional e revitalização não-metropolitana

1980-1990 – concentração e revitalização metropolitana

O padrão de crescimento urbano desde 1950 pode ser analisado em termos de pólos extremados regionalmente: no Canadá com uma polarização entre o centro (heartland) – Toronto – e a periferia e nos EUA entre a Cintura do Sol (Sun-belt) – Costa Oeste e Cintura Fria (Frost-belt) – Costa Leste ou também entre Sun-and-Gun-belt e o Rust-belt. O relatório de 1996 caracteriza antes um “desenvolvimento bi-costal” com um mais rápido crescimento das áreas urbanas nos anos 80 e 90 dando-se na seguinte ordem:

1. Cidades com economias baseadas e vocacionadas para aposentados e para o lazer;
2. Cidades que servem como centros de controlo e gestão da economia nacional;
3. Cidades envolvidas na administração pública, muitas vezes capitais nacionais, estatais ou provinciais ou centros militares;
4. Cidades com outras funções (centros de serviços regionais, localidades regionais, tecnopolis, centros de serviços especializados em I&D, saúde, educação, etc.).

Fonte: Adaptado do Relatório Habitat 1996

CAIXA 6.3

Europa Ocidental

A Europa Ocidental é fortemente urbanizada, com mais de $\frac{3}{4}$ da sua população a viver em áreas urbanas. É a região do mundo com o mais baixo crescimento populacional entre 1980-1995 e entre os mais baixos crescimentos em termos de nível de urbanização. No entanto, tal como na América do Norte, houve importantes mudanças ao nível de dimensão, composição e estrutura etária dos agregados, com evidentes consequências em termos de padrões de assentamento.

Um crescimento rápido do sector financeiro associado ao declínio de indústrias tradicionais; as mudanças económicas derivadas da maior integração e alargamento da UE e as mudanças políticas da Europa de Leste e da antiga União Soviética provocaram também alterações profundas na distribuição da população.

As quatro mudanças demográficas mais relevantes são o facto de se ter tornado a região do mundo com as menores taxas de crescimento populacional; a diminuição das diferenças entre países dessas mesmas taxas de crescimento; o aumento dos contrastes entre a Europa Mediterrânea e o resto e a redução do número de países com taxa líquida de emigração. Para além disso, houve importantes mudanças no tamanho e composição dos agregados com uma média por agregado abaixo das 3 pessoas e $\frac{1}{4}$ dos agregados com uma única pessoa, função de 1 em cada 3 casamentos acabar em divórcio e 1 em cada 10 famílias ser monoparental, tendo tais aspectos

consequências no mercado habitacional, no número e tamanho das casas e sua localização.

As mudanças demográficas têm também consequências nas cidades e sistemas urbanos, destacando-se dois períodos: 1) o “baby boom” entre 1950-60 que levou a uma crescente suburbanização; 2) a retracção na fertilidade a partir dos anos 70 levando a um retorno aos centros nos anos 80 dos jovens adultos enquanto os mais velhos em idade de reforma se afastam desses mesmos grandes centros para as cidades termais ou litorais nos anos 50, para o campo nos anos 60 ou para a cintura do Sul mediterrânico nos anos 80.

Quanto à migração, o mapa da Europa tem-se caracterizado por um contínuo cruzamento de migrações internas, no entanto, nas décadas de 60 e 70, estas eram mais intensas e mais evidentes nos seus fluxos (da periferia para o centro do país e da região) do que nas décadas seguintes. As áreas que evidenciam uma migração de saída líquida são: 1) as áreas fortemente urbanizadas do Noroeste da Europa, incluindo muitas das cidades-capitais (Londres, Paris, Bruxelas, Copenhaga); 2) as áreas rurais menos desenvolvidas e de baixos rendimentos, especialmente no interior rural do Sul da Europa, mas também nas zonas menos povoadas da Escandinávia e Irlanda. As áreas que evidenciam uma migração de entrada líquida são: 1) as zonas de influência das grandes cidades do Norte e Centro da Europa (Londres, Copenhaga); 2) muitas das zonas da Cintura do Sul, muitas vezes áreas urbanas de tamanho médio e pequenas cidades do Reino Unido, Alemanha, França e Portugal; 3) alguns dos grandes centros ou as suas imediatas periferias, particularmente na Escandinávia, Europa Mediterrânica e Irlanda.

Pode-se dizer que, como na América do Norte, a migração é inter-urbana (urban to urban) e que a distinção entre “rural” e “urbano” perdeu praticamente todo o significado. Quanto à emigração, estimava-se, em 1990, que existiam 15 a 20 milhões de pessoas na Europa Ocidental consideradas “estrangeiras” considerando-se cinco tipos de migração internacional na Europa que cresceu em importância desde os anos 80:

1. Migração Leste-Oeste dentro da Europa (dos países da Europa de Leste);
2. Trabalhadores migrantes do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia);
3. Refugiados da Ásia, da Europa e de África (respectivamente 50%, 31% e 16% dos pedidos de asilo entre 1983-1991);
4. Migração internacional especializada (para cidades mundiais como Londres e Paris);

5. Migração por aposentação (ex. para a Cintura do Sol mediterrânica).

Na Europa tem-se procurado construir uma definição de “região urbana funcional” que possibilite comparar em termos populacionais a diversidade urbana, no entanto, se Londres e Paris são as maiores cidades, já a hierarquia subsequente é de difícil análise.

Quanto à evolução das cidades e sistemas urbanos na Europa, considera-se a possibilidade de um ciclo de 4 fases aplicável a um centro urbano, a uma cidade ou a um sistema nacional ou regional internacional:

Urbanização;

Suburbanização;

Desurbanização;

Reurbanização

Há duas hipóteses que se desenham para o padrão de desenvolvimento dos sistemas económicos e urbanos europeus:

1. A Europa como região parece tender a concentrar a sua actividade económica mais forte numa mancha central que vai desde o Sudeste de Inglaterra, passando pelo Benelux, Sudoeste da Alemanha e Suíça até à Lombardia e Noroeste de Itália.
2. Uma segunda hipótese propõe um sistema menos evidente na sua estruturação, mais competitivo e cooperativo segundo as oportunidades geradas.

Fonte: Adaptado do Relatório Habitat 1996

CAIXA 6.4

América Latina e Caraíbas

A América Latina foi a região de mais rápido crescimento populacional entre 1920-1970 e nos anos 70 só foi ultrapassada por África. Até 1980 a América Latina foi a região que teve as cidades de mais rápido crescimento no mundo. Em meados da década de 90 tinha uma população idêntica à da Europa quando 70 anos antes ela era 1/3 da da Europa. A região como um todo teve entre 1950-1980 um

período de expansão económica, rápida urbanização e crescimento da esperança de vida em contraste com a recessão económica dos anos 80 da maior parte dos países associada a um abrandamento do crescimento urbano.

Em 1990 a população da região perfazia 440 milhões e tinha duplicado desde os anos 60, vivendo 71,4% em áreas urbanas, um nível de urbanização idêntico ao da Europa. As duas mais importantes mudanças demográficas foram o aumento da esperança de vida (de 56 para 68 anos) entre 1960 e 92 e o declínio das taxas de crescimento natural, tendo muitos países passado pelo que se chama transição demográfica (de altas para baixas taxas de mortalidade e natalidade). Há, no entanto, uma grande diversidade: em geral as taxas de crescimento populacional (excepção para as Honduras, Paraguai e Guatemala) e da população quer urbana quer rural têm vindo a abrandar a partir dos anos 80.

No final do século XIX e início do século XX, a imigração foi atraída pelas economias em expansão da Argentina, Uruguai e Sul do Brasil, mas tal imigração passou a ser menos importante que a migração rural-urbana em 1940. Em relação a tendências migratórias, a migração entre cidades (urban to urban) passou a ter mais importância em termos das tendências populacionais em muitas cidades, e na reestruturação dos sistemas urbanos em muitos países do que a migração rural-urbana (Cuba é uma excepção com 75% de migração predominante rural-urbana e rural-rural). O fluxo migratório evidencia uma diferenciação por género sendo que os homens se deslocam mais para cidades mineiras e industriais e as mulheres dominam a migração para as grandes cidades devido às oportunidades de emprego (serviços domésticos e de limpeza, emprego no comércio, venda de rua e prostituição).

Quanto às mudanças económicas e espaciais, o contraste é grande entre a expansão económica do período 1945-80 e a quebra da década de 80. Como exemplo, na década de 70 só dois países tiveram uma quebra no rendimento per capita (Jamaica e Nicarágua) enquanto que na década de 80 só três países escaparam a essa quebra (Jamaica, Colômbia e Chile). A economia baseada em indústrias de importação-substituição desde os anos 30 implicou a perda da integração na expansão do comércio internacional a partir dos anos 60 e o declínio dessas indústrias e mesmo o seu fecho nos anos 80, implicando reestruturações espaciais pela quebra de empregos em cidades de base industrial e pelo crescimento de cidades com economias baseadas na floresta, agricultura ou pesca, na exportação ou no turismo. Outras mudanças foram de particular importância nas economias urbanas como o aumento do desemprego efectivo, o aumento da força de trabalho no sector informal, o aumento da

proporção de pessoas que trabalham menos horas do que as que desejariam, ou seja, de visível subemprego, o número de pessoas plenamente empregadas que ganham abaixo da linha de pobreza, a diminuição da segurança e continuidade do emprego e a diminuição da proporção de pessoas com segurança social.

Quanto à mudança urbana, a região deixou de ser predominantemente rural para passar a ser predominantemente urbana entre 1950 e 1990 e com uma relativamente alta concentração da população nacional e urbana em cidades com mais de um milhão de habitantes. Em 1990 havia já mais pessoas a viver em cidades com mais de um milhão de habitantes do que em áreas rurais. Em relação aos níveis de urbanização, a região pode ser dividida em três grupos de países:

- Os mais urbanizados, com mais de 80% de população urbana: Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela;
- Os que têm entre 50 e 80% de população urbana: República Dominicana, México, Brasil, Equador, Colômbia, Cuba, Bolívia, Peru, Nicarágua, Jamaica, Trinidad e Tobago;
- Os que têm menos de 50% de população urbana: Paraguai, Haiti, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras.

Os três países do “cone do Sul” (Argentina, Chile e Uruguai) têm das mais altas proporções de população urbana de todas as regiões e como região tem uma proporção mais elevada de habitantes em cidades com mais de 100.000 e com mais de um milhão do que a Europa de Leste ou Ocidental ou a América do Norte.

As grandes mudanças na América Latina relacionam-se com grandes continuidades: em 90 anos esta região passou de 15 milhões de habitantes urbanos e nenhuma cidade com mais de um milhão de habitantes (em 1900) para 300 milhões de habitantes urbanos e 36 cidades de um milhão e mais de habitantes (em 1990). Apesar deste crescimento de 20 vezes, a maior parte dos maiores centros urbanos foram fundados no século XVI por Portugueses ou Espanhóis e alguns são mesmo pré-colombianos como a Cidade do México, Cusco ou Quito. Ao mesmo tempo, algumas grandes cidades, principalmente no Brasil (Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte) surgiram do nada ou quase e, neste sentido, este país é mais comparável aos EUA do que qualquer outra região do mundo.

Um último aspecto importante é que as cidades de um milhão e mais de habitantes abrandaram o crescimento na década de 80, sendo este inferior à média do período 1950-1990. Tal decréscimo associa-se a uma deslocação das populações das áreas metropolitanas para as grandes regiões envolventes, também designadas por regiões centrais.

São três as principais regiões centrais da América Latina: 1) São Paulo enquanto área metropolitana associada ao Rio de Janeiro e Belo Horizonte ao Norte e a Porto Alegre e Curitiba ao Sul (no Brasil); 2) La Plata-Buenos Aires-Campana-Zarate-San Nicholas-Rosario-San Lorenzo na Argentina; 3) Cidade do México-Toluca-Cuernavaca-Puebla-Queretano no México.

Fonte: Adaptado do Relatório Habitat 1996

CAIXA 6.5

Ásia e Pacífico

A Ásia contém 3/5 da população mundial e uma grande e crescente percentagem das actividades económicas mundiais e da população urbana. Contém também muitas e grandes cidades de crescimento rápido, reflectindo o facto de incluir as nações com os mais altos crescimentos económicos desde 1980. No entanto, é uma região ingrata para generalizações uma vez que inclui os mais ricos e mais pobres países do mundo e, sendo maioritariamente rural, inclui uma alta proporção das maiores cidades do mundo.

Em termos demográficos em 1990, a população da região totalizava 3.186 milhões (no ano 2000, 3.682 milhões) com 32% a viver em áreas urbanas (36,7% no ano 2000). A população total da região duplicou entre 1955 e 1990, enquanto a população urbana mais do que triplicou. A demografia da região é muito influenciada pela China e pela Índia, tendo em 1990 estes 2 países 3/5 da população da região e cerca de metade da sua população urbana.

As taxas de crescimento populacional na região têm vindo a abrandar desde 1960 tendo, no entanto, na década de 80 1,9% de crescimento, a 2.ª região com maior crescimento a seguir a África. Como na América Latina, há países com muito baixo crescimento (Japão, Hong-Kong, Coreia) e países com altas taxas de crescimento (Yemen, Paquistão, Irão e muitos dos países ricos em petróleo da Ásia Ocidental). Há também uma grande variedade na estrutura etária, uns países com estruturas etárias jovens (40% abaixo dos 15 anos) como o Nepal, Laos, Camboja, enquanto outros com estruturas já envelhecidas (Japão, Hong-Kong). A Ásia foi a região do mundo com maior crescimento da esperança de vida, tendo passado de 45 anos em 1960 para 62,5 em 1980.

Quanto à mudança económica e espacial, vários países asiáticos tiveram altas taxas de crescimento económico entre 1980-92 em contraste com a maior parte dos países da América Latina a África. Os países de mais rápido crescimento económico incluem os chamados “novos países industrializados” como Hong-Kong, Singapura, Taiwan (província da China) e República da Coreia.

Com 2/3 da sua população a viver em áreas rurais, a Ásia é um país predominantemente rural, apesar do seu carácter rural comparado com outras regiões ser em parte explicado pela definição, por parte dos governos, de populações urbanas. Bastava a China e a Índia passarem a usar as definições de população urbana mais comumente aceites na Europa e América Latina para que a Ásia passasse a ter 50 a 60% de população urbana. Os países da Ásia podem ser classificados em 3 grupos diferenciados consoante o nível de urbanização partilhando também algumas características económicas:

- Os mais urbanizados, desempenhando a agricultura um papel menor: Austrália, Nova Zelândia, Japão, Hong-Kong, Singapura e República da Coreia;
- O grupo ASEAN 4 (Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas), Fidji e Paquistão onde a agricultura contribui em menos de 1/3 para o PIB e em que (à excepção da Tailândia) têm entre 30 e 50% de população urbana;
- A China e todos os países do Sul da Ásia, à excepção do Paquistão. Estes permanecem predominantemente rurais com um grande peso da agricultura.

A Ásia/Pacífico é a região com o maior número de mega-cidades. Das 30 maiores cidades do mundo em 1990, 15 estavam situadas nesta região. Para além disso, inclui das cidades economicamente mais dinâmicas do mundo como Singapura e Hong-Kong, assim como importantes centros de economias asiáticas em transição como Seoul, Kuala Lumpur, Taipe, Bangkok e Shangai.

Comum a toda a Ásia é o facto das maiores cidades terem visto o seu crescimento abrandar nas décadas de 70 e 80 apesar de isso, em parte, se dever ao facto de que à medida que as cidades são maiores ser necessário um crescimento em números absolutos maiores para a taxa de crescimento se manter.

Há poucos estudos detalhados para se poder saber ao certo se as populações urbanas na Ásia estão em processo de concentração ou antes de desconcentração no seio dos sistemas urbanos. No entanto, seria surpreendente se, em países tão diferentes, se estivesse a verificar a mesma tendência. No Japão dá-se uma concentração em três grandes metrópoles desde 1945 sem a experiência da contra-urbanização de 1970 da Europa. Em vários dos grandes países da Ásia a concentração

em áreas metropolitanas ou áreas metropolitanas extensas denota um pequeno crescimento da cidade central [senão mesmo um declínio] e um crescimento bastante maior nas zonas periféricas. Nas economias mais bem sucedidas, o centro é reestruturado (com edifícios de escritórios, hotéis, centros de convenções, etc.). Na Índia, na Indonésia, na Tailândia há uma desconcentração à volta das maiores das áreas metropolitanas dispersando-se mesmo para lá das suas fronteiras, constituindo as “Áreas Metropolitanas Extensas” que incluem os próprios corredores entre aquelas como Tianpin e Beijing, Hong-Kong e Guangzhon ou Jakarta e Bandung. Algumas destas centralidades ultrapassam mesmo fronteiras nacionais como acontece com Hong-Kong que antes de estar integrado na China já tinha uma área de influência que a abrangia, acontecendo o mesmo na relação entre Singapura, a Malásia e a Indonésia. Há similaridades entre estas “Áreas Metropolitanas Extensas” e as CMSA nos EUA e as “Regiões Urbanas Funcionais” da Europa. Em relação a estas “Áreas Metropolitanas Extensas” são necessários mais estudos para perceber a sua possível diversidade interna em termos da distribuição espacial da população e do seu crescimento, assim como dos próprios limites dessas áreas.

A mudança urbana na Ásia tem que ser compreendida em termos económicos, sociais e políticos, sendo pertinente estabelecer uma distinção entre: 1) Dinâmicas urbanas fortemente ligadas à globalização da economia mundial, como Singapura e Hong-Kong; 2) Dinâmicas urbanas mais ligadas a funções económicas e políticas do Estado-Nação, como Delhi. Várias outras cidades estão entre estes dois tipos como Tokyo, ao mesmo tempo capital e cidade-mundo.

Fonte: Adaptado do Relatório Habitat 1996

CAIXA 6.6

África

Descrever a situação de África nos últimos 20-25 anos é problemático devido a fortes falhas de dados demográficos. Provavelmente está entre as regiões do mundo com maior crescimento populacional e mudança urbana, no entanto cerca de metade dos países não têm Censos desde o início da década de 80. O facto de haver guerras civis em diversos países também torna menos credíveis quaisquer estimativas regionais e urbanas que se façam.

Quanto ao crescimento urbano, podem identificar-se 6 fases para a maioria das cidades africanas:

1. um crescimento acelerado nos anos 20;
2. uma diminuição do crescimento nos anos 30;
3. crescimento mais acelerado de novo durante e após a 2.^a Grande Guerra;
4. abrandamento do crescimento por incertezas políticas nos anos 50;
5. aceleração do crescimento nos anos 60 e 70;
6. ligeiro abrandamento nos anos 80 e 90.

De facto, a maior parte dos países com o mais rápido crescimento populacional está em África mas tal tendência é recente, pois só desde a primeira metade da década de 70 é que a população desta região começou a crescer mais do que a América Latina e Caraíbas. Vários países africanos triplicaram a sua população entre 1950 e 1990.

A década de 80, tal como para a América Latina, foi considerada uma “década perdida”, havendo um grande número de países com quebras no produto interno bruto per capita. Alguns países – como Moçambique, Gana, Madagáscar, Somália, Zâmbia, Mali e outros pequenos Estados como a República Centro-Africana e a Libéria – tinham mesmo, em 1992, um PIB per capita inferior ao de 1960.

Desde o início da década de 60, quando a maior parte dos países adquiriram a independência formal, até meados de 90, as cidades africanas mudaram em pelo menos 4 aspectos principais:

1. O tamanho é o aspecto mais óbvio, havendo cidades que cresceram 10 vezes nesse período. As taxas mais espectaculares deram-se na década de 60-70, dando-se um declínio desse crescimento nas décadas de 80 e 90;
2. Em muitos países muitas ou mesmo a maior parte das cidades médias cresceram mais depressa que as grandes cidades;
3. A deteriorização dos serviços e infra-estruturas urbanas, resultado, até certo ponto, da estagnação das economias;
4. Dramáticas alterações no mercado de trabalho com uma grande expansão do sistema educativo na década a seguir à independência e uma forte absorção por parte do mercado de emprego, essencialmente estatal, e uma quebra deste nas décadas de 80-90, o que levou à consolidação e domínio da “cidade informal” que nos anos 70 não era senão uma “cidade de auto-ajuda” que funcionava paralelamente.

Todos estes aspectos tiveram consequências na morfologia urbana levando a uma expansão horizontal da cidade africana e à destituição/destruição do centro urbano e da cidade em si em favor da periferia onde a terra é mais acessível, a auto-construção é mais barata e

onde o controlo policial e estatal é menor. A contracção dos serviços urbanos associada a esta expansão horizontal é um desafio para o planeamento e a gestão urbana em África no século XXI.

A análise da mudança urbana nas últimas décadas implica ter em consideração a colonização não só porque África só tem três décadas pós-coloniais mas também porque foi a estrutura institucional colonial que foi usada para gerir as cidades – cuja estrutura física era também colonial – no pós-independência. Há, pelo menos, três grandes efeitos do colonialismo no urbanismo africano:

1. O facto de muitas cidades terem sido criadas com a própria colonização, não tendo existência prévia, como Nairobi, Harare, Abidjan, Joanesburgo, Cotonou, Libreville, Bangui e muitas outras.
2. O facto de se terem estabelecido fortes correntes migratórias rural-urbanas devido à introdução da economia monetária e à possibilidade de aquisição de produtos em função de salários. Ainda que a maior migração fosse rural-rural, cerca de ¼ era rural-urbana.
3. A base europeia da estrutura física das cidades que foi herdada pelos governos africanos que foram subindo ao poder quer final dos anos 50 (Gana, Egipto, Tunísia e Marrocos), quer nos anos 60 (a maior parte dos países anglófonos e francófonos) e nos anos 70 (os de língua portuguesa) e 80. O aspecto talvez mais marcante dessa estrutura é a existência, em alguns casos, de uma cidade europeia versus uma cidade indígena.

No período após a independência, muitos países africanos promoveram o planeamento de grande escala e os governos patrocinaram a construção de grandes urbanizações habitacionais. Este tipo de planeamento, no entanto, não só ainda tinha a marca colonial – pois até meados da década de 60 todos os directores de planeamento em África foram europeus – como tinha precedentes coloniais nos anos 50 e apesar da sua importância não respondeu nem ao desafio do crescimento urbano nem previu a periferização da cidade africana. Esta incapacidade de resposta levou a um aumento exponencial da habitação informal a) construída ilegalmente em terrenos desadequados e b) sem acesso a quaisquer serviços (água, electricidade, telefone, esgotos, recolha de lixos, escolas ou clínicas).

As décadas de 80 e 90 são, assim, décadas de crise urbana em 3 aspectos fulcrais:

1. emprego,
2. deteriorização dos serviços e
3. degradação do ambiente e do edificado.

Fonte: Adaptado do Relatório Habitat 1996

Para além de um crescimento populacional em geral e de um crescimento da população urbana em valores e ritmo que contrastam com a quase estagnação do Norte e para além da discrepância em termos de desenvolvimento económico e social em relação ao Norte, as três grandes regiões do Sul, Ásia, América Latina e Caraíbas e África parece terem mais diferenças entre si que semelhanças quer como regiões, quer ao nível urbano em particular. Drakakis-Smith ao tentar analisar a questão da existência de uma cidade do Terceiro Mundo ou simplesmente cidades no Terceiro Mundo, afirma que, independentemente da diversidade em função de particularidades históricas e culturais de cada cidade em si, da diversidade de relações da cidade com o sistema urbano nacional e com o sistema urbano internacional, há similitudes que decorrem da mudança demográfica comparável, da herança colonial comum e da inserção na economia global (2000: 7).

De facto, a questão demográfica é a que mais se evidencia. Como já se referiu a intensidade e ritmo de crescimento das regiões do Sul é bastante espectacular, mas a partir da década de 80 nota-se já um abrandamento que indicia que tais regiões se encontram já no que se denomina como “transição demográfica”, ou seja, a passagem de altas para baixas taxas de natalidade e mortalidade. No entanto, a África é a região mais atrasada nesse processo, a única região do mundo com uma taxa de crescimento anual projectada acima dos 2% entre o ano 2000 e 2015. Quanto à população urbana, enquanto a América Latina e Caraíbas têm um nível de urbanização de 75,3% no ano 2000, a Ásia fica-se pelos 36,7% e a África pelos 37,9%. É claro que se tivermos em conta o conceito de população rural e urbana, uma mudança na definição, tornando-a mais próxima da que se usa nas demais regiões, levar-nos-ia a que a Ásia passasse facilmente para uma população urbana da ordem dos 50 ou até 60% (ver caixa 6.4), aproximando-se assim, da América Latina e Caraíbas em termos de urbanização.

Um dos aspectos mais evidentes do crescimento urbano do Sul é, no entanto, o das grandes cidades, chegando-se mesmo a referir que estamos perante um fenómeno inédito na história urbana da humanidade quer em termos de ritmo de crescimento, quer em termos de dimensão possível de uma aglomeração urbana. De facto estas 3 regiões têm 166 das 260 cidades com 1 milhão ou mais de habitantes em 1985 (63,8%), 271 das 380 no ano 2000 (71,3%) e 317 das 438 em 2015 (72,4%) (Quadro 6.9). Também em relação às mega-cidades, estas três regiões têm dezassete das dezanove mega-cidades existentes no mundo no ano 2000 e terão 21 das 23 mega-cidades em 2015. (Quadro 6.10). É claro que entre estas regiões se destaca, sobremaneira, a Ásia, como, aliás, se pode constatar pela leitura dos quadros em causa.

Em relação à estruturação dos sistemas urbanos a decorrer nas regiões do Sul, pode-se propor uma periodização para muitas cidades africanas e que se

relaciona directamente com o processo de colonização e que coloca a África no processo de saída ainda do paradigma colonizador e, por isso, com um atraso face ao desafio da globalização.

Quadro 6.8 – Processos Urbanos em África

Periodização	Processos Urbanos em África
1950-1960	Rejeição da cidade
1960-1970	Invasão da cidade – A “cidade auto-ajuda”
1980-1990	Consolidação da “cidade informal”

Já no caso da Ásia e da América Latina e Caraíbas a reestruturação dos sistemas urbanos está relacionada directamente com a globalização. De facto, podem-se estabelecer similitudes entre as “áreas metropolitanas extensas” da Ásia (ver caixa 6.5) e a descentralização das populações das áreas metropolitanas para as três grandes “regiões centrais” na América Latina (ver caixa 6.4) e, por sua vez, há comparações a estabelecerem-se destes sistemas urbanos regionais na Ásia e na América Latina com as CMSAS (“Áreas Metropolitanas Consolidadas”) da América do Norte e as “Regiões Urbanas Funcionais” na Europa. Tais “Arquipélagos Urbanos” em formação são âncoras regionais das diversas globalizações possíveis, quer hegemónicas, quer contra-hegemónicas (Santos, 2001). Só no continente africano não se vislumbra fenómenos similares, podendo-se apenas referir uma “horizontalização” da cidade africana, ou seja a sua expansão e periferização, as mais das vezes anárquica, e de forma alguma comparável com a estruturação dos sistemas urbanos pelo menos em algumas zonas das demais regiões do mundo. Sendo tal morfologia urbana reflexo de uma reorientação da função urbana para a economia mundial, a sua ausência em África não deixa de ser mais um sinal urbano da desglobalização desta região do planeta.

Exactamente em relação à inserção destas regiões na economia global e na sua rede urbana, é de referir que na hierarquia das cidades-mundo caracterizada por Friedman em 1986 (Quadro 6.1) a Ásia e a América Latina são representadas através de uma cidade-mundo primária (Tóquio) dos países centrais e das duas cidades primárias dos países semi-periféricos, São Paulo e Singapura, contando-se como cidades-mundo secundárias dos países semi-periféricos quatro da América Latina, cinco da Ásia e um apenas africana, Joanesburgo.

Na hierarquia das cidades-mundo de Thrift (Quadro 6.2), do Sul, apenas a Ásia está representada no segundo nível hierárquico, correspondente a “Centros de Zona”, com as cidades de Singapura e Hong-Kong. Tais hierarquias revelam bem a situação completamente diferenciada entre a América Latina e Caraíbas e a Ásia por um lado e a África por outro.

**Quadro 6.9 – Cidades de 1 Milhão ou + de Habitantes
(excluindo as mega-cidades)**

Regiões	Número de cidades		
	1985	2000	2015
África	21	40	43
Ásia	117	186	220
Europa	58	64	69
América Latina	28	45	54
América do Norte	32	39	46
Oceânia	4	6	6
Total	260	380	438

**Quadro 6.10 – Dimensão das Mega-cidades
(10 milhões ou + de habitantes) por Regiões (milhares de habitantes)**

Regiões	Cidades	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	Crescimento médio anual
África	Cairo (Egipto)	7691	8572	9533	10552	11605	12664	13751	2,62%
	Lagos (Nigéria)	5827	7742	10287	13427	16864	20192	23173	9,92%

Ásia	Dhaka (Bangladesh)	4652	6619	9416	12317	15366	18387	21119	11,80%
	Beijing (China)	9797	10819	10829	10839	11035	11529	12299	0,85%
	Shanghai (China)	12396	13342	13112	12887	13106	13678	14575	0,58%
	Tianjin (China)	8133	8785	8969	9156	9471	9995	10713	1,06%
	Mumbai (Índia)	9907	12246	15138	18066	20940	23593	26138	5,46%
	Calcutta (Índia)	9946	10890	11923	12918	14142	15601	17252	2,45%
	Delhi (Índia)	6770	8207	9948	11695	13451	15137	16808	4,94%
	Hiderabad (Índia)	3210	4193	5477	6842	8173	9359	10457	7,52%
	Jakarta (Indonésia)	6788	7650	9161	11018	13153	15336	17256	5,1%
	Osaka (Japão)	10351	11035	11043	11013	11013	11013	11013	0,21%
	Tokyo (Japão)	23322	25081	25785	26444	26444	26444	26444	0,44%
	Karachi (Paquistão)	6336	7945	9731	11794	14067	16595	19211	6,77%
	Metro Manila (Filipinas)	6888	7968	9303	10870	12475	13857	14825	3,84%
	Seoul (Rep. Da Coreia)	9549	10544	10256	9888	9888	9888	9923	0,13%
	Bangkok (Tailândia)	5279	5901	6567	7281	8081	9030	10143	3,07%
	Istambul (Turquia)	5408	6544	7911	9451	10807	11837	12492	4,36%

América Latina	Buenos Aires (Argentina)	10539	11182	11864	12560	13208	13727	14076	1,12%
	Rio de Janeiro (Brasil)	9208	9682	10181	10582	11017	11496	11905	0,97%
	São Paulo (Brasil)	13758	15082	16533	17755	18823	19738	20397	1,61%
	Mexico City (México)	14474	15130	16562	18131	18452	18682	19180	1,08%

América do Norte	Los Angeles (USA)	10445	11456	12409	13140	13591	13859	14080	1,16%
	Nova York (USA)	15827	16056	16331	16640	16929	17186	17432	0,34%

² Uma primeira versão do texto que aqui se apresenta neste ponto foi publicada na revista *ANTROPOlógicas* (Seixas, 2005).

6.4 Da Modernização à Globalização: A Transição Urbana no Norte e no Sul ¹

6.4.1 *Paradigmas Sócio-Culturais e Eixos Espaço-Temporais*

Em termos de Planeta podemos conceber como que dois paradigmas culturais (em todas as suas dimensões) que afectam, sobremaneira, os processos e estruturas dos diversos sistemas urbanos, a Modernização e a Globalização. Pode-se dizer que enquanto uma região do mundo, África, se debate ainda com o processo de descolonização, duas outras regiões, a América do Norte e a Europa, encabeçam o novo paradigma, o da globalização. Quanto às duas restantes regiões planetárias, a América Latina e Caraíbas e a Ásia debatem-se entre a influência de processos de descolonização em alguns países e extensões evidentes de dependência face ao processo de globalização noutros países.

Tendo em conta as três escalas fundamentais (transnacional, nacional, urbana), numa perspectiva de urbanismo transnacional que consideramos pertinente adoptar, a análise da transição urbana no Norte e no Sul deve implicar a) a compreensão da relação entre a estruturação do mundo moderno em transição na vigência simultânea de eixos espaço-temporais derivados de um espaço de redes de fluxos translocais e transnacionais e de um espaço de hierarquias de nós ou centralidades; b) a compreensão das redes de fluxos e do arquipélago urbano em relação com os paradigmas sócio-culturais (Modernização e Globalização); c) a compreensão da relação entre paradigmas sócio-culturais (Modernização e Globalização) e paradigmas sócio-espaciais (Urbanização e Metropolização); d) a compreensão da relação entre os paradigmas sócio-espaciais (Urbanização e Metropolização) e os regimes representacionais (memória-esquecimento/projecto-utopia) no âmbito do mundo moderno em transição e, finalmente, e) a compreensão da relação entre todos estes processos e a Estrutura Antropológica Urbana ou a Estrutura da Diferença em cada cidade em particular.

O arquipélago urbano de cidades centrais está situado em nexos espaço-temporais específicos face a determinados paradigmas sócio-culturais influenciando, assim, a sua centralidade, ao mesmo tempo que os fluxos têm probabilidades diferenciadas de influenciar e a sua influência é distinta consoante os nexos espaço-temporais e os nexos sócio-culturais em que se encontram as diversas cidades. Podem-se considerar dois eixos espaço-temporais, um mais típico do sistema-mundo moderno, que distingue entre Centro, Semi-Periferia e Periferia e um segundo mais emergente, que alguns referem como sistema moderno em transição e que se distingue entre Global e Local (Santos, 2001) e que preferimos aqui apresentar como conjunto de fluxos glocais, transnacionais e translocais, tendo em conta o que já foi referido no ponto 6.2. O primeiro é caracterizado por um sistema com uma única região central (Centro), ainda que policêntrica,

que difunde a sua influência através de trocas desiguais numa lógica de áreas culturais em círculos concêntricos (semi-periferia e periferia), correspondente, grosso modo, à relação Norte-Sul ou, segundo a classificação da ONU, MDR e LDR². A lógica deste sistema (em círculos concêntricos de gradual periferização) é idêntica à que se identificou em sistemas tribais e em áreas rurais, tendo influenciado e influenciando ainda o mundo urbano e, especificamente, os rurbanos. O segundo eixo espaço-temporal é tipicamente emergente, tem um carácter descontínuo e o seu funcionamento relaciona-se mais com as oportunidades dos fluxos na constituição de redes sobrepostas mais do que com uma categorização rígida Centro-Periferia, ou seja, tira partido dos fluxos para criar translocalidades, transnacionalidades ou, mesmo, glocalidades, ainda que com carácter contingencial. A lógica deste sistema (redes sobrepostas, redes de redes e múltiplas pertenças) é idêntica à que se identificou como dominante nas cidades, e sobretudo em grandes cidades, correspondendo à “urbanização como modo de vida” (Wirth, c1938, 1997) ou, num grau superior, ao cosmopolitismo ou às “categorias transnacionais” (Hannerz, 1996). Numa perspectiva teórica, poderíamos dizer que o primeiro eixo é tipicamente compreensível através de uma grelha estruturo-difusionista-funcionalista, incluindo nesta definição o funcionalismo economicista marxista, enquanto o segundo eixo é mais compreensível segundo as novas metáforas de interpretação antropológica e sociológica, através de uma grelha dos jogos, da dramaturgia e da semiótica.

² More Developed Regions e Less Developed Regions.

Quadro 6.11 – Paradigmas, Regimes Representacionais e Antropologia Urbana – Conceitos

Paradigmas Sócio-Culturais (Modernização e Globalização): A Modernização caracteriza o padrão sócio-cultural dos últimos séculos, enquanto a Globalização caracteriza um padrão emergente. A Modernização caracteriza-se pela dominância dos Estados-Nação a Norte e pela Colonização do Sul; a Globalização caracteriza-se pela dominância dos processos de Regionalização internacional e pela Estatização frágil das zonas periféricas. Enquanto padrão emergente, relaciona-se de forma complexa com as noções de Sistema Mundo Moderno segundo Braudel e Wallerstein (Centro, Semi-Periferia e Periferia) e de Sistema Mundo em Transição (Global, Trans-nacional e Translocal), segundo Boaventura Sousa Santos (2001).

Paradigmas Sócio-Espaciais (Urbanização e Metropolização): Urbanização e Metropolização são “duas formações sócio-espaciais diferenciadas evidenciando processos ecológicos, económicos e sociais característicos, enfim urbanismos específicos...” (Seixas, 1999). Enquanto a Urbanização se evidenciou de uma forma exponencial ao longo do século XIX e XX a Metropolização é um fenómeno do final do século XX e do século XXI.

Regimes Representacionais (Memória-Esquecimento e Projecto-Utopia):

Os Regimes Representacionais referem-se aos tempos adstritos a determinadas localizações. As localizações espaciais evocam tempos específicos, ou seja, os paradigmas sócio- espaciais remetem para determinados Regimes Representacionais. No entanto, a transição de paradigma sócio-cultural potencia a múltipla filiação temporal das localizações. Tal situação leva a uma atenção específica aos Cronotopos e às Heterotopias (ver abaixo).

Estrutura Antropológica Urbana/ Estrutura Urbana da Diferença: Cada cidade compreende e dá-se a compreender em função de uma heterogeneidade de vida numa grande dimensão e densidade (Wirth, 1997, 1938). Assim, uma cidade compreende-se por relações entre alteridades, constituindo-se por essa via uma ou mais Estruturas Urbanas da Diferença ou Estruturas Antropológicas Urbanas (Seixas, 1999).

Convivência da Diferença: As cidades implicam sistemas de vida em que se relacionam diferentes culturas e, por conseguinte, uma mais ou menos conseguida Convivência da Diferença (Fernández Martorell, 1997) ou Urbanismo Antropológico (Seixas, 1999)

Pontos de Acesso: São as ligações que se estabelecem entre os indivíduos e os sistemas abstractos, seguindo Giddens (1995). Aqui usa-se este conceito no sentido de identificar narrativas (histórias, temas, lugares, etc.) que permitem aceder à Estrutura da Diferença de uma cidade mas também no sentido de identificar cidades que permitam aceder, pela sua análise, às relações entre Paradigmas Sócio-Espaciais e, mesmo, às relações entre Paradigmas Sócio-Culturais.

Cronotopos: O termo parece ter surgido com Bakhtin no sentido de evidenciar as múltiplas filiações temporais e espaciais relativas a figuras da estética e literatura. Raymond Ledrut (Silvano, 2001) avança com tais perspectivas na análise do espaço urbano e a obra de Canevacci (1993) sobre S. Paulo é um óptimo exemplo de tal aplicação. Basicamente, pode-se dizer que um nexó espaço-temporal filia-se e, por isso, é evocador, de vários tempos e espaços.

Heterotopia: A heterotopia é a evidência dos cronotopos. Foucault (1986) identifica dois tipos espaços que se definem como “relações entre localizações”, as utopias por um lado e as heterotopias por outro. As heterotopias são “lugares reais (...) os quais são como contra-lugares, uma espécie de utopia efectivamente actuante na qual os lugares reais, todos os lugares reais que podem ser encontrados numa cultura, estão simultaneamente representados, contestados e invertidos”. Foucault cataloga, ainda, as heterotopias num contínuo entre a Ilusão (um lugar de representação de todos os lugares reais ou/e imaginários) e a Compensação (um lugar ordenado por oposição à desordem da nossa realidade. Ver também Seixas (2003).

Terceiras Culturas: A desvinculação crescente entre cultura e território leva a novas formas culturais. Featherstone (c1990, 1999) identifica as “terceiras culturas” como aquelas que ultrapassam o binarismo da relação entre Estados-Nação. Esta noção pode relacionar-se com aquela outra de Hannerz (1992), “creolização”, e que caracteriza a criação de novas culturas em função dos fluxos periferia-centro-periferia. A um nível não tanto transnacional mas mais translocal, pode-se referir o conceito de “espaço-ponte”, utilizado por Tereza Del Valle (1997) e que caracteriza a desvinculação da cultura das mulheres do território privado da casa. O conceito de “terceiro espaço” usado por Soja (c1989, 1993), a partir do pensamento de Henri Lefebvre e outros conceitos como o de “interculturalismo”, “transculturalização”, “hibridismo”, “sincretismo”, etc., podem ser úteis nesta análise.

Estes eixos espaço-temporais cruzam-se com determinados paradigmas sócio-culturais, como o paradigma da Modernização e o da Globalização. O primeiro caracteriza-se pela construção dos Estados-Nação no Centro e pela Colonização da Periferia, estando a Semi-Periferia em situação bivalente de autonomia e dependência; no segundo a Estatização atinge todo o Planeta, sendo um processo sócio-político que se vai relativizando face às entidades supranacionais ou Regionalizações que se vão criando e às regiões e localidades infra-nacionais.

Este enquadramento leva-nos à análise da importância das cidades, por um lado na sua relação dúplice com o Arquipélago Urbano Planetário e os seus Fluxos e, por outro lado, com os eixos espaço-temporais e os paradigmas sócio-culturais. As cidades são, assim, actores fundamentais – ainda que tenham também a qualidade de agentes – em arenas de escalas diferenciadas (global, regional, estatal e local). Quer se trate de uma arena entre Comunidade Internacional e Estado Colonizador (Timor) ou entre Nação/Região e Estado (Cataluña, País Basco ou Transilvânia) ou entre Estados e Entidades Supranacionais ou Regionalizações (A disputa entre França, Inglaterra e Alemanha na construção da União Europeia), as cidades não só são actores fundamentais nessa arena, quer pelas vantagens já adquiridas no contexto do Arquipélago Urbano e seus Fluxos – assim como face ao eixo Global-Local e ao paradigma sócio-cultural emergente –, quer pelas dinâmicas urbanas adoptadas – de urbanização ou metropolização – e que abordaremos de seguida.

Tal análise não significa que as demais entidades sociais, como as etnias, as nações, os estados ou as organizações e regiões supranacionais sejam menos relevantes, mas antes que todas essas entidades sociais e os fluxos entre elas

adoptam as cidades como palcos para os seus processos performativos monumentais, dramáticos, discursivos e textuais, tornando-se assim as cidades ou partes delas como corpus de análise e de inferência para a compreensão de uma significação que as transcende mas da qual elas são não só, muitas vezes, a parte visível, como, por isso mesmo, são actores não menosprezáveis.

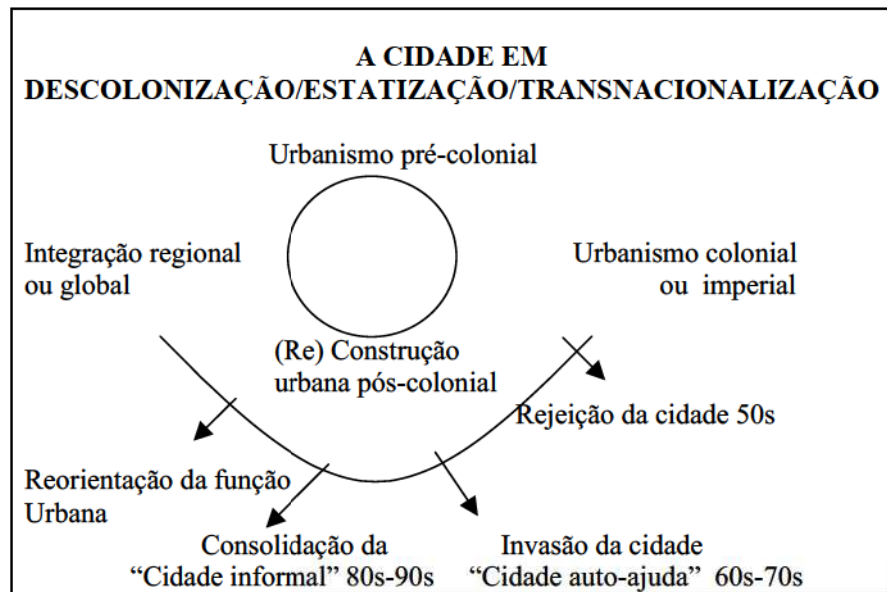


Figura 6.3 – A cidade em Descolonização/Estatização/Regionalização (África)

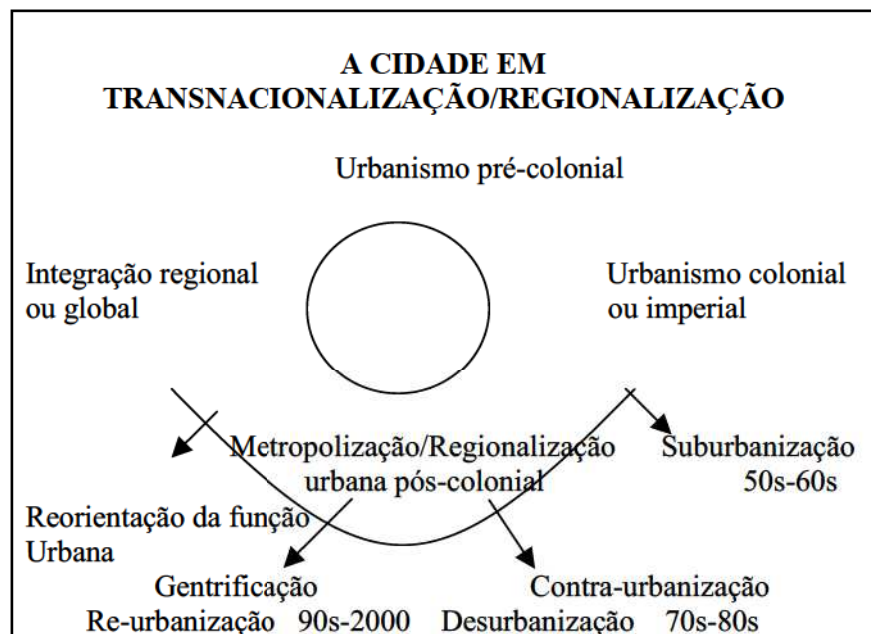


Figura 6.4 – A cidade em globalização (Estados Unidos e Europa)

As Figuras 6.3 e 6.4 procuram caracterizar, de uma forma sumária, as consequências destes dois paradigmas na transição urbana das regiões em que eles se apresentam de forma dominante, como seja no caso da África para a descolonização-estatização-regionalização e, no caso da Europa e dos Estados Unidos, no caso da regionalização-globalização. A transição urbana da cidade em descolonização-Estatização é um processo de (Re)-Construção que vai da destruição ou destituição identitária da cidade colonial herdada à (re)construção da cidade numa nova integração regional ou/e global, enquanto a transição urbana da cidade em globalização é um processo de Metropolização que vai da expansão da cidade à sua re-orientação no quadro regional ou mesmo global do processo de Globalização.

De forma propositada, não se indicam no modelo a Ásia e a América Central e do Sul porque se considera que tais regiões do planeta urbano se encontram entre um e outro dos modelos. Por exemplo, existem várias cidades na Ásia que fazem parte da construção do próprio processo de globalização, como Hong-Kong, Singapura, Tóquio e, cada vez mais, cidades da China, como Xangai e outras e os processos de regionalização transnacional são já bastante fortes, sendo a ASEAN uma evidência disso ao mesmo tempo que há processos ainda decorrentes da descolonização, de contestação colonial e de procura de auto-determinação. (Taiwan face à China, Aceh face à Indonésia, os Tamil do Sri Lanka, etc.). Também em relação à América Central e do Sul, encontramos perante uma situação similar em que, ao mesmo tempo que processos decorrentes da colonização são ainda muito evidentes – com as populações indígenas a reivindicarem direitos e a emergência mesmo de novas etnicidades (por exemplo as comunidades Quilombolas no Brasil) e a consagração ou discussão em torno da multi-étnica constitucional – estamos perante a região do planeta mais urbanizada a seguir aos Estados Unidos e Europa (acima de 75% da população é urbana) com uma “cidade primária”, S. Paulo, segundo a classificação de Friedmann de 1986, sendo os processos de regionalização (por exemplo o Mercosul) muito evidentes.

Mesmo em relação às divisões entre a Europa e os Estados Unidos por um lado, e a África por outro, há áreas em cada um desses espaços que não se enquadram completamente na análise dual proposta. Por um lado, alguns países do Norte de África (pela sua relação já com a União Europeia) e a África do Sul escapam em parte ao quadro apresentado para a África. Por outro lado, e talvez de uma forma menos conhecida, há áreas da Europa que se debatem com a questão da descolonização-estatização, como foi, e ainda é, o caso na antiga Jugoslávia ou como no caso do País Basco em Espanha ou no da Transilvânia na Roménia, entre outros.

6.4.2 Paradigmas Sócio-Espaciais, Regimes Representacionais e Estruturas Antropológicas Urbanas

A “re-orientação da função urbana” que a transição de paradigma sócio-político implica pode caracterizar-se como a inscrição da cidade numa rede que articule translocalidades em contextos cada vez mais transnacionais. Assim, urbanização e metropolização parecem poder compreender-se como dois paradigmas espaço-sócio-culturais diferenciados que evidenciam a reflexividade urbana face às mudanças nos diversos sistemas, espacial, económico, social, representacional e de regulação. O Quadro 6.12 apresenta alguns dos aspectos de confrontação entre o espaço urbano e o espaço metropolitano, ainda que tais elementos sejam apenas indicativos face a variabilidade de situações entre a representação metropolitana e a construção da metropolização, como, aliás, veremos adiante.

Quadro 6.12 – Urbanização e Metropolização

Espaço Urbano	Espaço Metropolitano
Nó comprimido e contínuo	Região desconcentrada e descontínua
Urbanismo compacto	Urbanismo portátil
Cidade pedestre e de localidades (“walking city”)	Des-localização auto-mobilizada (“car-city”)
Cidade habitacional e de trabalhadores	Entrepasto de consumidores
Zonamento económico e social	Zonamento narrativo e temático

Estes paradigmas e as mudanças a eles associadas apresentam-se, então, com matizes distintos consoante os regimes narrativos derivados dos nexos espaço-temporais em que se inscrevem. Ou seja, cada paradigma inscreve o seu âmbito de influência num jogo de centrifugalidade/centripetidade contínuo entre um centro e uma periferia, entre a globalização e a localização, e num jogo de retrospectiva/prospectiva contínuos entre uma memória-esquecimento e um projecto-utopia. Para além disso, os dois paradigmas, urbanização e metropolização, coexistem actualmente no nosso sistema-mundo das mais diversas formas: sobreposição, montagem, secâncias, etc.

O sistema-mundo constrói-se, assim, numa contínua reestruturação flexível em torno de velhos e novos centros, novas e velhas periferias, num processo complexo em que lugares, economias, sociabilidades, representações e regulações derivadas de uma memória-esquecimento podem tornar-se elementos activadores de projectos-utopias e vice-versa. Esta reestruturação apesar de flexível não é anárquica, estando antes vinculada a estruturas que são sempre contingenciais em função dos pontos de referência (nexos espaço-temporais) que se tomam em cada momento. A urbanização e a metropolização podem apresentar-se como modelos em que se evidenciam esses nexos espaço-temporais, ainda que a relação entre esses paradigmas em cada escala de análise seja bastante contingencial.

No paradigma da metropolização podemos conceber que o regime temporal projecto-utopia se faz sentir, essencialmente, na região central e, especificamente, nos Estados Unidos. Los Angeles tem sido apontada como a cidade paradigmática da metropolização (Soja,1993), enquanto Las Vegas pode ser referida como a cidade da utopia realizada, o culminar do projecto heterotópico (Seixas, 2003) americano e sua influência na cidade contemporânea. Um regime temporal entre projecto-utopia e memória-esquecimento parece ser o adequado para compreendermos regiões como a Europa, o Japão e, cada vez mais, alguns outros países da Ásia, como a Coreia do Sul ou a China. Nestas regiões, que alguns autores consideram centrais (por exemplo, a Europa e o Japão para Boaventura Sousa Santos, 2001), podemos encontrar cidades mundiais e, ao mesmo tempo, Estados semi-periféricos, convivendo, por isso, o uma perspectiva de 'corrector cultural' central naquelas (Hannerz,1996) e uma perspectiva de colonização cultural nestes que gera consequências contingenciais das mais diversas. Finalmente, memória-esquecimento parece ser o regime temporal adstrito a África e ainda a grandes extensões da Ásia, ainda que, seguindo o paradigma da urbanização, é em África e na Ásia que se evidencia um regime de projecto-utopia.

Numa escala mais restrita, os nexos espaço-temporais fazem-se também sentir, podendo-se analisar hierarquias de cidades regionais (de regiões transnacionais) e cidades de âmbito nacional e local, notando-se também aqui relações entre centro e periferia e regimes representacionais adstritos ao projecto-utopia e à memória-esquecimento. Finalmente, mesmo ao nível de uma única cidade ou área metropolitana, podemos conceber a relação entre lugares-centrais e não centrais com um regime temporal específico.

Quadro 6.13 – Narrativas Possíveis e Cronotopos Identificáveis

Metropolização		Utopia	Projecto	Memória	Esquecimento
Glocais Transnacionais Translocais	Centro	Las Vegas Celebration	Los Angeles Cidades Mundiais	Nova York (Manhatan) Cidades europeias	Cidades industriais
	Semi- periferia	“Cidade Capital” Parques temáticos	Condominiação Macdonaldização	Patrimonialização	Cidades médias
	Periferia	Parques naturais Reservas indigenas	Aldeias-museu	Vida urbana	Várias Américas ou Europas
Urbanização		Esquecimento	Memória	Projecto	Utopia

O modelo relaciona os dois paradigmas (urbanização e metropolização) em função de um conjunto de cruzamentos de variáveis espaço-temporais (Centro-Periferia) e representacionais (memória-esquecimento e projecto-utopia), possibilitando um conjunto de narrativas que o Antropólogo ou Sociólogo podem seguir (por exemplo, a utopia; a semi-periferia, etc.), assim como um conjunto de cronotopos ou nexos espaço-temporais que serão tanto mais gerais ou específicos consoante o âmbito de observação previamente estabelecido.

Este modelo caracteriza-se por conjugar elementos materialistas e estruturais num todo que se assume basicamente como estruturo-constructivista. Partindo-se da distribuição de recursos – com predominância para o capital, o poder e a competência técnica ou “inteligentsia” – entre Centro e Periferia, estes encontram na divisão social do trabalho existente (especificamente na maior ou menor capacidade e diversidade da burguesia profissional existente, assim como na sua relação com os demais trabalhadores simbólicos) o lugar da sua transformação em eficácia simbólica em função da produção de textos e contextos adstritos a perspectivas temporais de memória-esquecimento ou de projecto-utopia. É claro que, a partir da aceitação desta hipótese compreensiva (de forma mais genérica e intuitiva ou mais específica e analítica), pode-se projectar translocalidades ou transnacionalidades estratégicas ou mesmo uma glocalidade para uma qualquer cidade (veja-se o exemplo de Bilbao), ou seja, o modelo possibilita uma consciência constructivista que tem potencialidades, ao mesmo tempo instrumentais e finalistas para o planeamento urbano. Os

modelos verticais (sustentados na memória) e horizontais (sustentados no cosmopolitismo) de planeamento urbano identificados por Peter Marcuse (2004) inserem-se perfeitamente nesta reflexão ainda que aqui se tenha tentado ir mais longe pois a memória urbana pode ser instrumento de um projecto cosmopolita metropolitano.

Finalmente, a análise do Planeta Urbano implica, para além de todas as narrativas a diversas escalas, a compreensão da Estrutura Antropológica Urbana ou Estrutura da Diferença da cidade que nos interessa analisar. É claro que a análise dos grupos estruturados, das representações sociais, dos lugares, das práticas significantes, pelas velhas (orgânico-estruturais) e novas (dramatúrgico-semióticas) metáforas interpretativas da Antropologia e Sociologia, deverá ter em conta todo o enquadramento narrativo que se apresentou nos pontos anteriores. É em função de tal hipótese compreensiva que se pode também levar a cabo uma análise sociológica e antropológica do Urbanismo Transnacional que possibilite quer a escolha de determinadas cidades ou partes delas para análise das suas estruturas antropológicas como “pontos de acesso” face a narrativas que a transcendem, quer a comparação entre diferentes estruturas antropológicas urbanas pois as comparações têm que ser efectuadas em cada caso a partir de escalas próprias, sem o que não fazem qualquer sentido. Para além disso, só a partir de uma hipótese como a que se apresentou se pode isolar actores, práticas ou representações em diferentes *loci* urbanos e estes poderem ser comparados sem ser através de um empirismo válido por si próprio mas sim porque há narrativas que os tornam comparáveis.

A proposta de uma estrutura antropológica urbana decorre da noção básica da Psicologia e da Sociologia e Antropologia de que a identidade (quer pessoal, quer colectiva) não tem significado sem a noção da alteridade. As cidades, e de forma mais visível as cidades que tinham lugar central face a estruturas sócio-políticas relevantes (no caso Moderno, os Estados), constituíam-se como metonímicas das principais Diferenças dessas mesmas estruturas, dando-lhe corpo (quer dizer, traduzindo-as em monumentos e arquitecturas, em práticas, textos e discursos), influenciando, por isso, a própria construção social daquelas Diferenças, ou seja, tendo um papel fundamental na construção das identidades e alteridades e sua dinâmica ou inércia. Ou seja, as cidades constroem-se culturalmente em função de Diferenças várias, históricas e contemporâneas, e, muitas vezes, há mesmo uma Diferença fundamental, um Nós – Outros que não só caracteriza o funcionamento cultural da cidade como possibilita inferências face à Diferença em âmbitos sócio-culturais mais vastos. As cidades são, assim, centros de convergência e de fluxos de grupos, cidades, regiões, etnias, nações, raças e civilizações e, em função de um jogo complexo de reflexividade, o espaço urbano torna-se hologramático, sendo contido por Diferenças que transforma por efeito de ser, ao mesmo tempo, o continente que lhes dá sentido. É neste sentido que a estrutura antropológica de uma

cidade é, ao mesmo tempo, muito específica dessa cidade em particular e representativa de Diferenças em âmbitos mais vastos.

Compreender a estrutura antropológica de uma cidade implica uma estratégia metodológica aberta às representações da Diferença (discursivas, espaço-monumentais, textuais e dramáticas), as quais são, às vezes, metonímicas e outras metafóricas de Diferenças orgânico-estruturais internas e externas à cidade. No entanto, para além desta *démarche*, e tendo em conta a hipótese que se colocou ao longo deste texto de uma certa estruturação do espaço urbano enquanto narrativas em escala de conjugação de elementos limitados, há histórias, temas, lugares e figuras que funcionam como “pontos de acesso” (Giddens, 1998), ou seja, elementos típicos ou símbolos, quer para acedermos à compreensão da estrutura antropológica da cidade em causa – numa estrutura translocal – quer mesmo para estabelecermos a translação entre a cidade e as outras escalas do Planeta Urbano que formos referindo numa perspectiva transnacional.

É esta perspectiva que neste texto se apresentou – ainda que sempre em construção – que me levou a uma antropologia de cidades como o Porto (Seixas, 1999), Dili (Seixas, 2001), Manaus (Seixas, c2002, 2004) ou Cluj-Napoca (Seixas, 2006) que, escassez de análise urbana, e, ao mesmo tempo, pela sua riqueza, se poderiam apelidar “Outras cidades”³. Trata-se de cidades em que a leitura etnográfica das diferenças – seguindo uma sócio-semiótica – tornava evidente uma relação fragmentada entre representação e espaço, criando uma heterogeneidade de representações de espaço e de morfologias sócio-espaciais, e em que tal heterogeneidade relaciona diferentes espaços de memória urbana com a abertura da cidade a novos fluxos externos, criando uma heterogeneidade de espacializações e temporalizações específicas ou cronotopos⁴. Cada cidade, face a esse duplo vínculo, vertical e horizontal diria Marcuse (2003), constitui-se como agente, actor e palco nos processos transnacionais ou de globalização, podendo ser, então, um objecto *típico*⁵ para a análise do sociólogo ou antropólogo interessado nos processos transnacionais, ou seja, sendo possível ler na cidade as mudanças num contexto transnacional mais vasto. Tendo em conta a mudança de paradigma sócio-cultural da Modernização (Estatização/Colonização) para a Globalização (Transnacionalização/Regionalização), todos os casos que me têm interessado pode-se dizer que evidenciam formas de adaptação tardia e marginal. Todos estes casos caracterizam formas menos rígidas, mais fragmentadas e plurais porque periféricas e tardias e, por isso, provavelmente com mais validade prospectiva. O Porto possibilitou uma análise da transição entre Urbanização/Metropolização, enquanto Dili possibilitou uma análise da Destruição/Reurbanização, a primeira relativa a uma entrada no novo paradigma, a segunda relativa à saída do paradigma anterior e ambas tardias devido ao carácter respectivamente semi-periférico e periférico dos casos. Já no caso de Manaus e de Cluj-Napoca

³ Faço aqui uma referência evidente ao marcante texto de Foucault “Des Autres Espaces” de 1967.

⁴ Utilizei aqui vários conceitos da Antropologia do Espaço, de Durkheim e da questão da representação social e espaço; da diversidade das representações espaciais, função de diferentes grupos sociais seguindo Levi-Strauss e Ledrut; do espaço como suporte de memórias, segundo Halbwach ... (cf. Silvano, 2001)

⁵ Utilizo aqui a noção de típico no sentido da amostragem por tipicidade (selecção, não aleatória ou por julgamento, de pessoas, situações, locais, etc., que representem um contexto mais vasto) característica da Antropologia.

trata-se antes de processos de Destituição/Re-identificação no âmbito daquela transição de paradigma. Ou seja, é evidente que cada uma das cidades é uma arena de cronotopos, na qual a emergência de fluxos da globalização desempenham um papel fundamental de resignificação urbana.

Em conclusão, o paradigma da globalização coloca o desafio da construção de culturas translocais, transnacionais e mesmo glocais sustentáveis, sendo as cidades os mais evidentes “espaços-ponte”, “correctores culturais”, espaços das contingências “disjunções” de fluxos transnacionais na construção de possíveis “terceiras culturas”, “creolizações”, “interculturalismos” ou “indigenações” (por exemplo, Valle, 1997; Hannerz, 1992, 1996; Featherstone, c1990,1999; Appadurai, c1996, 2004). A construção de novas estruturas antropológicas urbanas evidencia a arena de tais processos translocais/transnacionais e glocais resultando, por vezes, em novos apartheids e balcanizações urbanas, entre as novas *Citadel Fortress City* e as novas *Slum Abandoned City*, os quais podem ser indícios de regiões/países divididos e, porventura, até da decadência de uma civilização (por exemplo, Marcuse, 1995; Seixas, 1999; Huntington, c1996,2001). As regiões-fronteira, periferias e semi-periféricas, e as suas cidades, atravessadas por diversas, “dimensões da globalização”, evidenciadas num “translocalismo” e “transnacionalismo” urbano (Appadurai, c1996,2004 e Smith, 2001), são, não só laboratórios de estudo da relação entre novos fluxos e antigas e novas diferenças sociais e culturais, como também laboratórios para a testagem e avaliação de eventuais novos modelos ideológicos relativos à construção de culturas regionais translocais e transnacionais que possibilitem vencer o desafio da sobrevivência da convivência da diferença (Fernández Martorel, 1997) para além do período de expectativa e de transição de paradigmas.

Perspectivas e Conceitos-Chave

- Urbanização Planetária
- Urbanismo Global de Arquipélagos Urbanos
- Urbanismo Transnacional
- Urbanismo Regional
- Urbanismo Local
- Tradições teóricas: Ecológica, do Sistema Mundo e Urbanismo Transnacional
- Paradigmas de Urbanização: Regional e Global
- Cidades-Mundo
- Rede Global de Cidades
- Relação entre Cidades e Desenvolvimento
- Transição Urbana da Cidade em Descolonização
- Transição Urbana da Cidade em Globalização
- Paradigmas sócio-culturais
- Eixos espaço-temporais: fluxos e arquipélago urbano
- Paradigmas sócio-espaciais
- Regimes representacionais
- Estruturas antropológicas urbanas

Atividades Propostas

Atividade 1

Identifique os argumentos que nos possibilitam evidenciar a emergência da planetarização do urbanismo ou de um Planeta Urbano no século XXI e especifique alguns dos elementos de possível identificação global, assim como algumas das diferenças nessa planetarização do urbanismo.

Actividade 2

Estabeleça uma relação reflexiva entre a evolução das Tradições Teóricas relativas ao espaço urbano e a evolução da situação económica e política e sua conceptualização.

Actividade 3

Face às grandes questões que se colocam na relação entre Cidade e Desenvolvimento, o Relatório HABITAT de 1996 tem uma focalização distinta do Relatório HABITAT de 2001. Identifique essas diferentes focalizações.

Actividade 4

Analise o contraste entre o Norte/Regiões Mais Desenvolvidas e o Sul/Regiões Menos Desenvolvidas no período entre 1985 e 2030 no que respeita a população total, taxa de crescimento anual, esperança de vida, nível de urbanização, população urbana e seu crescimento anual, n.º de cidade de 1 milhão de habitantes e de megacidades. A partir de tal análise desenvolva cenários possíveis para o Planeta Urbano do século XXI.

Actividade 5

Compare os processos urbanos nos Estados Unidos e na Europa na segunda metade do século XX, face aos processos urbanos na África e na Ásia.

Actividade 6

Tendo em conta o carácter pioneiro e paradigmático das transições urbanas, especificamente no que concerne aos sistemas urbanos e à sua padronização no âmbito de um sistema nacional, nos Estados Unidos; caracterize cenários possíveis para o desenvolvimento dos sistemas urbanos e sua padronização no âmbito do quadro urbano-regional Europeu.

Actividade 7

Analise os dados urbanos relativos à Ásia e reflecta sobre a sua importância na construção do Planeta Urbano nas suas similitudes e diferenças.

Actividade 8

Analise a Modernização e a Globalização como paradigmas sócio-culturais que possibilitam a compreensão das realizações e desafios na transição urbana no Norte e no Sul.

Actividade 9

Reflicta sobre o lugar de Portugal e das suas cidades no quadro de realizações e desafios evidenciados nos paradigmas sócio-espaciais e regimes representacionais apresentados.

Actividade 10

Elabore um pré-projecto de pesquisa que tenha como referência a perspectiva do Urbanismo Transnacional.

Leituras Complementares

APPADURAI, A.

2004,1996 *Dimensões Culturais da Globalização. A Modernidade sem Peias*. Lisboa: Teorema.

BORJA, J. Y.; CASTELLS, M.

1999; 1997 *Local y Global. La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información*. Madrid: Taurus.

BROCKERHOFF, M.; BRENAN, E.

1998 The Poverty of Cities in Developing Regions. *Population and Development Review*. London: Blackwell. Vol. 24, n.º 1, pp. 75-114.

CANEVACCI, M.

1993 *A Cidade Polifônica. Ensaio Sobre a Antropologia da Comunicação Urbana*, S. Paulo: Studio Nobel.

CASTELLS, M.

- 2005,1996 *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. I: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- 2003,1997 *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. II: O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FEATHERSTONE, M.

- 1999; 1990 *Cultura global: Introdução*. In: Featherstone, M., *Cultura Global. Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis: Ed. Vozes.

FERNÁNDEZ, M.

- 1997 *Antropologia de la Convivência. Manifiesto de Antropologia Urbana*. Madrid: Ed. Catedra.

GIDDENS, A.

- 1999 *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta Ed.

HANNERZ, U.

- 1992 *Cultural Complexity. Studies in the Social Organization of Meaning*. New York: Columbia University Press.
- 1996 *Transnational Connections. Culture, People, Places*. London/New York: Routledge.

HARVEY, D.

- 1991 *The Condition of Postmodernity. An Inquiry into the Origins of Cultural Change*. Cambridge & Oxford: Blackwell.

HUNTINGTON, S. P.

- 2001, 1996 *O Choque de Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.

MARCUSE, P.

- 2003 “The Identity of Towns in Age of Globalization. Vertical and Horizontal Issues”, Seixas, P. C.; Mota Santos, P. e Gomes de Araújo, H. *Pluralidades Portuenses. Símbolos Locais, Relações Globais*, Porto, Ed. Civilização.

-
- 1995 “Not Chaos but Walls: Postmodernism and the Partitioned City”,
Watson, S. e Gibson, K. (eds.) *Postmodern Cities and Spaces*,
Oxford, Basil Blackwell.

SANTOS, BOAVENTURA de SOUSA

- 2001 Globalização: Fatalidade ou Utopia? In: Santos, Boaventura de
Sousa (org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia*: Porto: Afron-
tamento.

SASSEN, S.

- 1991 *The Global City. New York, London, Tokyo*, Princeton: Princeton
University Press.

SEIXAS, P. CASTRO

- 2006 Cluj-Napoca, Transilvânia. O desafio da Cultura Europeia nas
fronteiras da Europa (em publicação).
- 2005 O Planeta Urbano: Diferenciações Regionais, Paradigmas Globais.
In: Aliseda, J. M.; Condesso, F. R. (coords.) – *Políticas Urbanas y
Territoriales en la Península Ibérica, Tomo I*. Mérida: Junta de
Extremadura. Gabinete de Iniciativas Transfronteirizas. Conse-
jería de Cultura, pp. 243-258.
- 2004, 2002 Selva tropical ou tropicalização da selva?: Ensaio sobre a cidade
de Manaus. In: *Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana*.
Edição Aguaforte Assessoria Web. ano 1, vol. 1. Julho de 2004.
Disponível na Internet no URL: www.osurbanitas.org.
- 2004 O Planeta Urbano: Manual de Instruções e Alguns Esquemas
de Montagem. *Antropológicas*. Porto: Universidade Fernando
Pessoa, n.º 8.
- 2003 Da Máquina Panóptica ao Teatro Heterotópico. A Arquitectura, o
Urbanismo e a Convivencialidade. *Trabalhos de Antropologia e
Etnologia*, Vol. 43, n.º 1-2, pp. 61-64.
- 2001 Dili: O Limiar Pós-Colonial. *Trabalhos de Antropologia e
Etnologia*, Vol. 42, n.º 1-2, pp. 85-97.
- 1999 *Paradigmas Sócioespaciais e Políticas da Diferença. Ilhas e
Novos Condomínios: Uma Interpretação Dialógica da Cidade
do Porto*. Porto: s.n. Tese de doutoramento apresentada na
Faculdade de Filosofia da Universidade de Santiago de Compos-
tela. Biblioteca da Univ. Fernando Pessoa.

SILVANO, F.

- 2001 *Antropologia do Espaço. Uma Introdução*, Oeiras: Celta.

SMITH, M. P.

- 2001 *Transnational Urbanism. Locating Globalization*. Malden-Massachusetts/Oxford: Blackwell.

SOJA, E.

- 1993, 1989 *Geografias Pós-Modernas. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- 2001 'Specification of the World City Network', *Geographical Analysis*, Ohio: State University Press. Vol. 33. Issue: 2.

UNCHS

- 1996 United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT) – *An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements, 1996*. Oxford: University Press.
- 2001 United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT) – *Cities in a Globalizing World: Global Report on Human Settlements, 2001*, London: Earthscan.

WARAH, R.

- 2001 The Emerging 'Urban Archipelago'. *UN Chronicle*. Washington: United Nations Department of Public Information, Vol. 38. Issue 1.

WIRTH, L.

- 1997, 1938 O Urbanismo como Modo de Vida. In: Fortuna, C. (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras: Celta.

Ligações à Internet

Globalization and World Cities – Study Group and Network

<http://www.iboro.ac.uk/gawc/>

International Forum on Globalization

www.ifg.org

Social Science Information Gateway

<http://www.sosig.ac.uk>

Página intencionalmente em branco

Vitor Matias Ferreira

7. Portugal. Território e Urbanidade

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

7. Portugal. Território e Urbanidade

Resumo

Objectivos do Capítulo

7.1 Apresentação e Enquadramento

7.2 Urbanização Litoralizada e Desertificação Interiorizada

7.2.1 Migrações e Polarizações

7.2.2 Bipolarização Territorial e Recomposição Sócio-Produtiva

7.2.3 Assimetrias e Desigualdades da Mobilidade Espacial

7.3 Assimetrias Espaciais, Mudanças Sociais e Projectos Políticos

7.3.1 Experimentalismo Político e Urbano

7.3.2 Vilas Urbanas, Cidades Médias e Cidades Metropolitanas

7.3.3 As Metrópoles de Lisboa e do Porto

Perspectivas e Conceitos-Chave

Actividades Propostas

Leituras Complementares

Ligações à Internet

Página intencionalmente em branco

Resumo

À semelhança de muitos países da Europa, também em Portugal o incremento dos processos de urbanização foi particularmente acentuado a partir da década de sessenta do século passado. Diversos efeitos convergiram para uma tal intensificação, contrariando, de algum modo, o “cinzentismo” urbano e político das décadas anteriores. Deste modo, a partir daqueles anos sessenta o país irá confrontar-se, de modo irreversível e em diversas frentes, com significativas exigências do “exterior”, sendo que a sua pressão “interna”, ainda que tímida e censurada, não deixava de progressivamente se afirmar. Aquela década dos anos '60 correspondeu, assim, a uma viragem significativa para o país, sendo que a macrocefalia da sua capital, por um lado, e a urbanização litoralizada, por outro, acabariam por polarizar muitos dos factores determinantes daquela mesma mudança. O enfoque central deste texto desenvolve-se, portanto, em torno do Portugal Urbano, procurando ilustrar as suas alterações mais significativas, mas também os respectivos sinais de mudança em termos sociais e territoriais, num arco temporal dos últimos quarenta anos, mas em que parece possível demarcar dois momentos conjunturais relativamente distintos entre si. Antes de mais, um primeiro momento que vem desde aquela década de '60 até meados dos anos '80, a partir dos quais se inicia, então, uma mudança significativa, sobretudo ao nível das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços e, ao fim e ao cabo, da própria organização territorial do país. Em todo o caso e independentemente da emergência e da relativa consolidação de diversas situações urbanas, o território, mas sobretudo a sua urbanidade, enferma ainda de profundos desequilíbrios espaciais e de acentuadas desigualdades sociais.

Objectivos do Capítulo

No final deste capítulo o/a estudante deverá estar apto(a) a:

- Caracterizar as assimetrias e os desequilíbrios dos processos de urbanização em Portugal, nos últimos quarenta anos.
- Distinguir os dois momentos conjunturais, ao longo daquele período, de mudança económica, social e política de reordenamento territorial do país.
- Analisar a ruptura política a 25 de Abril de 1974, permitindo alguma “continuidade” na mudança económica, mas introduzindo um novo quadro político e institucional em Portugal.

-
- Confrontar os processos de litoralização urbana do país, com os tímidos e ainda pouco consequentes movimentos de ocupação sustentável do interior de Portugal.
 - Detectar algumas das “experimentações urbanas”, no contexto subsequente à Revolução de 25 de Abril de 1974, nas suas características inovadoras, mas também em novos quadros de intervenção urbana e de planeamento territorial em Portugal.
 - Diferenciar as lógicas políticas e territoriais entre um posicionamento de “rede urbana”, hierárquica e tendencialmente autoritária, com uma postura mais adequada ao presente contexto nacional e internacional, de “redes de cidades”, de articulação transversal e complementar e, ao fim e ao cabo, mais democrática, no quadro de um renovado ordenamento territorial do país.

7.1 Apresentação e Enquadramento

O período que vai desde a década de sessenta até aos anos oitenta do século passado parece configurar, em certa medida, uma conjuntura muito particular, no quadro da qual a ruptura política em 1974-75 – independentemente da *exemplaridade* de muitos projectos políticos e ideológicos postos em confronto naquele período – acabará por se inserir, um tanto paradoxalmente, numa ambígua “continuidade” económica e social, ainda que reconvertendo literalmente o respectivo quadro político e institucional. Talvez seja um tanto abusivo falar de conjuntura naquele arco temporal inicial, uma vez que no contexto “interno” do país ela não foi propriamente homogénea, desde logo em relação àquela mudança do regime político e constitucional. Contudo, num contexto mais amplo, nomeadamente europeu, ela parece configurar um determinado ciclo económico, social e cultural, mas também político, salvaguardando, como é óbvio, as especificidades e os desfasamentos do caso português. Especificidades e desfasamentos que os anos mais recentes não deixaram de acentuar, mau grado uma maior padronização, à escala global, dos respectivos modelos económicos, socioculturais e políticos.

Em todo o caso, o retrato de ocupação territorial do país, continental e insular, é ainda bastante assimétrico, com um processo de litoralização atlântica muito acentuado. É certo que nos últimos quinze anos, correspondentes ao referido segundo momento conjuntural de mudança urbana e territorial, a partir da integração plena na União Europeia, Portugal procurou diminuir tais assimetrias. Contudo, a inércia do seu (re)povoamento, ainda muito marcada pelos processos de ocupação do território das duas décadas anteriores, inscreve-se numa lógica demasiado “pesada”, de tal modo que o voluntarismo da desconcentração, quase permanentemente presente no discurso político, tem sido manifestamente insuficiente para alterar, de modo sustentável, aquele significativo desequilíbrio social e territorial.

Partimos, portanto, das assimetrias, polarizações e ordenamentos em torno dos quais se foi processando a urbanização do país. Num primeiro momento, articulam-se os processos migratórios com as respectivas formas de povoamento, havendo lugar, no entanto, para constatar um acentuado contraste entre os processos de **interioridade** e de **litoralização** do país. A este nível, portanto, vai ser necessário confrontar os movimentos emigratórios com as próprias migrações internas, num duplo direccionamento que acabou por se potenciar reciprocamente e que veio a determinar uma profunda assimetria na ocupação territorial do país. Como remate desta primeira abordagem, procuraremos dar conta do papel das (infra)estruturas num eventual (re)ordenamento daquela ocupação, abrindo-se, assim, para algumas alterações da lógica assimétrica de partida.

Num segundo momento, estará em causa discutir, então, algumas condições daquela mudança, que parece oscilar entre uma inércia pesada de **polarização** e uma **nova “geometria” territorial**. Num tal quadro, começaremos por recensear algumas situações urbanas, a partir da Revolução de Abril de 1974, desdobrando-se entre projectos de inovação urbana e propostas de reorganização territorial. Estaremos, assim, em condições de dar conta de alguns sinais de mudança daquela lógica de ocupação do território, ainda que, muitos deles, se situem ainda a um nível de simples formulação propositiva.

Nessa medida, numa última referência questionamos a passagem de um posicionamento apoiado, fundamentalmente, numa estrutura hierárquica e autoritária de “rede urbana”, para uma abordagem horizontal, transversal e mais democrática, centrada em torno da problemática de redes de cidades, mais adequada, portanto, ao actual contexto globalizado e transnacional. E se, nesse mesmo contexto, Lisboa e Porto se confrontam com a necessidade de uma profunda reestruturação territorial, projectando-se, assim, como cidades metropolitanas – ou melhor, como potenciais metrópoles – o Portugal Urbano, no seu conjunto, deverá atravessar igualmente uma alargada reorganização sócio-espacial, questionando, nomeadamente, o peso insustentável do que tem vindo a ser designado de “urbanização” do território¹.

¹ Uma primeira abordagem dos processos de urbanização aqui em análise foi publicada em 1998. Posteriormente, esse texto foi relativamente reformulado (com a colaboração de Alexandra Castro) e editado no ano 2000. A presente versão, revista e aumentada, recupera um dos capítulos de um livro do autor publicado em 2004.

7.2 Urbanização Litoralizada e Desertificação Interiorizada

Portugal sempre foi um país de migrantes, tomando este “sempre” num ciclo significativamente amplo, nomeadamente, desde o início da época Moderna. Realmente, desde Quinhentos que temos relatos circunstanciados dessa diáspora lusitana, como se o país fosse sempre demasiado “pequeno” face à imaginária dimensão de “outros mundos”. E sem dúvida que essa permanente “disponibilidade” para partir – mas, muitas vezes, com a esperança do regresso... – haveria de determinar a condição migrante dos portugueses. Uma tal condição haveria de se manter, em moldes não menos dramáticos, sobretudo na segunda metade do século passado. Mas agora com um duplo direccionamento. Com efeito, se é possível constatar a tendência ancestral para a efectiva e literal emigração de populações, um outro movimento, não necessariamente independente do anterior, irá atingir proporções determinantes no respectivo povoamento do território nacional: reportamo-nos ao movimento das migrações internas, na generalidade direccionado do interior para o litoral do país, com duas grandes áreas de polarização demográfica, Lisboa e Porto. Na época contemporânea, aquele duplo direccionamento migratório parece estar relativamente estabilizado, registando-se, contudo, uma significativa inversão

daquela condição ancestral, em que agora será o próprio país a acolher (?) um progressivo e diversificado movimento imigratório, primeiro africano e, mais recentemente, do leste da Europa, mas também do Brasil, entre outros.

7.2.1 Migrações e Polarizações

O duplo direccionamento migratório, que referimos atrás, irá ser fortemente empolado, como dissemos, a partir dos anos 1960. Era um período de progressivo crescimento económico, sobretudo na Europa, contemporâneo de um renovado optimismo capitalista. Nessa medida, também em Portugal o “condicionamento industrial” não conseguia impedir alguma intensificação económica, nomeadamente através de uma sucessiva implantação de sectores de capital intensivo, mas também à custa de baixos custos comparativos da força de trabalho, como foi o caso da instalação, em várias áreas estratégicas, de diversas empresas multinacionais. Esta intensificação sócio-produtiva, territorialmente orientada, acabaria por reforçar a litoralização do continente português, mas também, indirectamente, aqueles mesmos processos migratórios.

Esta migração continental irá orientar-se, fundamentalmente, para a Europa, em especial para França e mais tarde também para Alemanha, enquanto que, em relação às regiões autónomas, aqueles fluxos emigratórios irão projectar-se, no caso dos Açores, sobretudo para os Estados Unidos da América e para o Canadá e, no caso da Madeira, fundamentalmente para a África do Sul. Se tivermos presente anteriores movimentos da população portuguesa com outros destinos, nomeadamente para o Brasil, para além da longa “colonização” africana, constatamos que efectivamente a emigração portuguesa parece não ter tido propriamente limites, nem históricos, nem muito menos geográficos! Por outro lado, os fluxos migratórios, isto é, das migrações internas, particularmente no continente, irão determinar uma ocupação sucessiva do litoral, mas num processo que alegoricamente poderíamos titular de algum “cinismo urbano”, na medida em que as populações são efectivamente “atraídas” pelas cidades, mas inexoravelmente “empurradas” para as diversas periferias daqueles aglomerados urbanos. Realmente, as orientações dos movimentos de população, independentemente dos momentos e dos espaços de emigração, parecem estar estreitamente associados aos próprios *destinos* dos portugueses!...

Mas em relação àquele processo migratório “além-fronteiras”, sabemos que teve um forte impulso até à crise económica, à escala mundial, dos anos 1970, a partir da qual sofre alterações significativas. Em Portugal, a “coincidência” da Revolução de 1974 acabou por potenciar, também nesse campo, uma importante inversão dos movimentos migratórios anteriores: com efeito, a partir

² *Conurbação* – a expressão foi proposta por Patrick Geddes em 1915, “aplicando-se às regiões urbanizadas que a revolução industrial multiplicou em Inglaterra e na Escócia”. (...) “A Co-nurbação é constituída por uma proliferação de espaços edificados muito pouco hierarquizados e sem nenhum plano de conjunto” (in P. Merlin e F. Choay, 1988, *Dictionnaire de l’Urbanisme et de l’Aménagement*, Paris, PUF).

daquela crise internacional, regista-se um progressivo regresso de emigrantes, sobretudo da Europa, a que se irá juntar, no quadro do processo de descolonização africana, um forte contingente de populações retornadas daqueles territórios (cerca de meio milhão de pessoas). Os anos sucessivos àquela crise irão registar, portanto, alguma recomposição social e territorial, sendo certo porém que aquela tendência para a litoralização nos processos de ocupação do território se irá acentuar ao longo dos anos ’80 do século passado. E se, no final dessa década, os dois territórios metropolitanos (Lisboa e Porto) tenderam a estabilizar os respectivos fluxos migratórios e demográficos (o que não será o caso, propriamente, no dealbar do novo Milénio, como veremos melhor adiante), serão sobretudo as diversas “conurbações urbanas”², em especial no continente português, que irão polarizar a concentração maioritária da população portuguesa.

Portanto, a partir de 1974, o referido refluxo migratório, acabou por determinar uma situação demográfica um tanto inédita no país, induzindo um relativo “excedente” populacional, oriundo quer daquele progressivo regresso de emigrantes, quer do retorno das antigas colónias portuguesas, quer mais recentemente de sucessivas vagas de novos migrantes (oriundos sobretudo da Europa de Leste e do Brasil). De registar, desde já, que daquele retorno populacional, sobretudo de África (cerca de meio milhão de pessoas, como atrás destacámos), quase metade acabou por se fixar na região de Lisboa, o que permitiu contrariar, de algum modo, uma tendência para uma relativa regressão demográfica daquele espaço metropolitano, de resto à semelhança do que estava acontecendo noutras cidades europeias.

E se, aparentemente, foi possível constatar uma relativa integração social daquelas populações, sobretudo as regressadas de África, aquele retorno parece apontar também para um conjunto de efeitos sócio-produtivos e territoriais, a longo termo, em especial no continente. Deste modo, se a região de Lisboa, como dissemos, foi o grande pólo de chegada daqueles *retornados*, uma posterior difusão daquele movimento populacional terá participado, de algum modo, num certo reequilíbrio demográfico das zonas centro e norte do país continental. Aquela recomposição sócio-produtiva não deixará de estar articulada, assim, com um significativo incremento de pequenas e médias empresas, num processo que se desencadeará ao longo daqueles anos ’80, mas que acabará por ter um impacto significativo na década seguinte.

O quadro territorial que sucintamente acabámos de assinalar, releva de uma constatação relativamente consensual entre os vários autores que têm vindo a analisar o processo de urbanização em Portugal e que poderíamos sintetizar retratando um país **litoralmente ocupado**, com uma correspondente **condição territorial assimétrica**, mas, em grande medida, territorialmente “invertida”. Constata-se, pois, que Portugal é ainda um país litoralmente (e literalmente) “encostado” ao Atlântico. Com pouco mais de dez milhões de habitantes,

grande parte da população do continente distribui-se ao longo da costa atlântica (ocidente e sul do país), na qual as duas únicas regiões metropolitanas (Lisboa e Porto) concentram mais de metade daqueles residentes. Por outro lado, a ocupação territorial dos Açores e da Madeira segue, igualmente, aquela lógica de litoralização atlântica, em que as principais cidades e “vilas urbanas” (neologismo que pretende acentuar que o que está em causa não é do foro administrativo), quase todas de implantação oceânica, concentram, praticamente, a totalidade da população insular.

7.2.2 Bipolarização Territorial e Recomposição Sócio-Produtiva

Sabemos, no entanto, que aquela distribuição assimétrica da população não se distribui de uma forma homogénea ao longo daquela litoralização, apresentando alguma dispersão a par de zonas com densidade demográfica elevada. Assim, ao longo dos anos '90 do século passado, foi possível constatar a configuração, no continente português, de uma extensa **conurbação urbana** ligando a Península de Setúbal (zona sul do território metropolitano de Lisboa) até à região de Braga (a norte do espaço metropolitano do Porto). Por outro lado, no quadro regional – e excluindo o caso do Algarve, que apresentou, naquele período, um crescimento realmente empolado por uma induzida “procura” turística – a região do Alentejo, de modo dramático, e a do Centro, em moldes menos acentuados, são as regiões que perderam para as restantes, particularmente a do Norte e a de Lisboa e Vale do Tejo – significativamente, as regiões em que se situam as ditas áreas metropolitanas do país.

Os dados estatísticos mais recentes (2001), não vieram alterar significativamente aquela lógica de ocupação do território, ainda que introduzindo pequenos reequilíbrios demográficos em determinadas zonas do país continental. Com efeito, se ao longo da última década a quase totalidade das regiões (estatísticas) do continente registou alterações positivas na respectiva ocupação populacional – com excepção do Alentejo – tais alterações tiveram uma distribuição regional bastante assimétrica. Assim, se no caso do Alentejo aquela diminuição foi praticamente residual (inferior a um por cento), no Algarve, em grande medida pelas razões já anteriormente referidas, a respectiva alteração demográfica (de cerca de dezasseis por cento) terá sido, de longe, a mais elevada no contexto regional do país. E se a região Centro vê crescer (de quatro por cento) a respectiva população, tanto a região Norte, como a de Lisboa, acabaram por intensificar (em cerca de seis por cento) a sua já anterior macrocefalia demográfica (ainda que relativamente “bicéfala”) no contexto da ocupação territorial do continente.

Constata-se, portanto, uma **bipolarização** na ocupação territorial do país, em que a par daquela litoralização, simultaneamente concentrada e difusa, mas ao fim e ao cabo atlântica, vai-se instalando uma progressiva desertificação do interior, tanto continental (ainda que apresentando algumas “bolsas urbanas”), como insular. Uma tal situação resultou, fundamentalmente, como então dissemos, de um profundo processo de êxodo rural e de atracção urbana, que desde os anos 1960 se acentuou fortemente, não só para os principais aglomerados urbanos do país, mas também para o estrangeiro. Tratou-se, pois, de um círculo territorialmente pouco virtuoso, de emigração-desertificação-emigração! E muito embora nos últimos anos se tenha vindo a registar, como sublinhámos, alguma sedimentação demográfica e urbana em alguns daqueles territórios – inclusive no próprio interior do país, como veremos melhor adiante – aqueles movimentos de atracção e de repulsão atingiram uma inércia muito forte, acentuando assim a referida bipolarização territorial e demográfica.

Já vimos que aquela dita “conurbação” ao longo do litoral do continente, não correspondeu a uma ocupação homogénea, em termos de níveis de densificação demográfica do respectivo território. Aparecem assim “cachos” de áreas consideradas urbanas, ao longo de uma faixa costeira cuja largura não supera os 40 km (A. Mendes Baptista, 1995, 23). Mas uma constatação importante a reter daquela não homogeneidade territorial tem a ver com os índices de crescimento de ocupação espacial dessas áreas que apresentam valores mais acelerados do que o respectivo crescimento demográfico (MPAT, 1993). Isto é, o ritmo de ocupação territorial é *superior* às respectivas necessidades demográficas! Por outro lado, a concretizarem-se as múltiplas áreas a “urbanizar”, previstas na maior parte dos planos directores municipais, aquela “oferta” poderia chegar, nos finais do respectivo milénio, ao triplo da actual população do país! Estamos, pois, perante um processo de intensa ocupação dita “urbana” de solo *não-urbano* – e, significativamente, assim longamente restará, em muitos casos, aguardando uma necessária infraestruturação espacial e uma correspondente integração territorial – configurando generalizadas situações exteriores a espaços, já de si periféricos aos respectivos aglomerados. Por outro lado, é naqueles aglomerados em “cacho”, assinalados ao longo da orla costeira do continente, que se localiza boa parte da actividade produtiva – e desta, a que mais significativamente atravessou processos de modernização tecnológica – a par de uma especialização dos serviços (que grosseiramente poderíamos designar de terciário “avançado”), com particular destaque para os dois territórios metropolitanos do país, em especial para a região de Lisboa.

É bom ter presente que aquela configuração territorial decorreu, em grande medida, de um importante processo de **recomposição sócio-produtiva**, nos últimos vinte anos. Um tal processo implicou uma relativa desindustrialização (a uma escala muito menor do que a atingida nos restantes países da união europeia), um significativo crescimento do sector de serviços, sobretudo dos

que se encontram polarizados no trabalho independente, a par de uma intensificação dos grupos sociais técnicos, científicos e empresariais. Efectivamente, num arco temporal de mais de trinta anos, o perfil sócio-profissional da população activa portuguesa mudou profundamente (cfr. J. F. Almeida, A. F. Costa e F. L. Machado, 1994). Concretamente, naquela última década, o referido perfil aparece determinado por um importante crescimento de “empresários e dirigentes” (recuperando, desse modo, um peso relativo “perdido” nas duas décadas anteriores), ao mesmo tempo que se verifica um significativo crescimento, quer dos “profissionais técnicos e de enquadramento” (que duplica a respectiva importância relativa, entre 81 e 92), quer dos “trabalhadores independentes”. O único grupo sócio-profissional que, para além dos anteriores, vê aumentar (mas muito ligeiramente) o seu peso relativo, naquela última década, é o correspondente aos “empregados executantes”. Todos os restantes grupos têm quebras significativas e, nalguns casos, aparentemente de modo irreversível (como é a situação dos produtivos do sector agrícola).

Um tal perfil sócio-profissional acentuou o surgimento de uma *nova classe média*, cuja composição social aparece muito determinada por aqueles profissionais técnicos e de enquadramento, para além do peso, não despreciando, dos ditos empresários e dirigentes – efectivamente, boa parte dos quais ligada ao incremento, sobretudo nas últimas décadas, de pequenas e médias empresas, como atrás assinalámos. Em todo o caso, aquele perfil “contribui decisivamente para que o peso global das classes médias, de inserção predominantemente *urbana*, seja hoje um dos traços mais marcantes da estrutura de classes em Portugal” (F. L. Machado e A. F. da Costa, 1998, 36). Isto é, a sociedade portuguesa não só reforçou a sua implantação territorial em determinadas zonas da sua orla costeira, como se transformou, maioritariamente (cerca de dois terços da população activa) em população de serviços, de “colarinhos brancos”, sendo que um quarto destes activos tinha funções de direcção e de enquadramento! Curiosamente, a um perfil de uma população activa *precozmente* terciarizada, parece corresponder um outro perfil de um território *supostamente* urbanizado!

Mas não discutindo, por agora, a qualidade urbana daquela ocupação territorial, torna-se necessário aprofundar a sua diferenciação regional, nomeadamente a partir de um estudo governamental (cfr. MPAT, 1993), que embora relativamente antigo, não deixa de ilustrar a imagem assimétrica e polarizada do continente português, que atrás referimos e cujas tendências pesadas terão contribuído certamente para o actual perfil territorial. A partir de um conjunto de indicadores, tanto de “desempenho económico” (rendimento per capita, emprego, produtividade industrial e consumo privado), como ao nível dos “factores estruturais” (stock de infra-estruturas, recursos humanos, estrutura produtiva e condições de vida), para os anos 1981, 86 e 91, aquele estudo construiu um

³ Um indicador mais recente, agora de natureza predominantemente qualitativa, decorrente da avaliação da “qualidade de vida nos municípios do Continente” (cf. João Ferrão, Coord., 2004), permite uma leitura territorial mais desagregada e mais específica, mas que não parece contrariar as observações anteriores. Uma tal avaliação, tipificada entre as posições extremas de “maioritariamente favorável” e “maioritariamente desfavorável”, mostra como, também a este nível, a maior parte dos municípios situados no litoral do Continente se posiciona naquele tipo de melhor “qualidade de vida”. Com uma posição análoga, são referenciados, igualmente, conjuntos de municípios dispersos pelo interior do país, na generalidade em espaços polarizados pelos centros urbanos que, nas duas últimas décadas, têm vindo a ter um protagonismo social e cultural significativo (como é a situação de Évora e, em parte, o caso de Viseu). No extremo oposto, “maioritariamente desfavorável”, situa-se a generalidade dos municípios raianos e do interior mais “profundo”, mas também de modo muito acentuado em largas manchas no centro e no sul do território continental. Em todo o caso, o estudo que estamos seguindo sublinha que “perfis de qualidade de vida idênticos podem associar-se a contextos sócio-económicos e territoriais distintos” e que, sob muitos aspectos, aqueles perfis “reflectem, sobretudo, processos de natureza estrutural e de escala supra-local (dinâmicas demográficas, perfis de especialização económica, etc.)” (*op. cit.*, pp. 56).

índice sintético, a partir do qual foi “possível retirar conclusões sobre o desenvolvimento das disparidades regionais” (*op. cit.*, 165-172). Aquele “índice sintético” condensa uma avaliação inter-regional, que nos permite quantificar assim algumas das observações que temos vindo a sublinhar. Desde logo, o destaque dos espaços metropolitanos, particularmente o de Lisboa, que apresenta, comparativamente com a média nacional, os valores mais elevados nos três momentos de aferição – significativamente, ao nível regional, aquele território é mesmo o único que apresenta um índice “positivo” (na medida em que todos os restantes estão abaixo da média). É certo que o espaço metropolitano do Porto apresenta o segundo valor mais elevado. No entanto, em termos comparativos, mas no quadro dos espaços inter-regionais, é a região do Algarve – e não, curiosamente, a região do Norte – que se situa naquela segunda posição.

E se a conclusão do estudo que vimos seguindo é relativamente optimista na avaliação final, afirmando que “se verificou uma indubitável diminuição das disparidades regionais”, é o próprio estudo que sublinha que aquelas melhorias ocorreram em “situações de grande carência”, isto é, em “algumas das áreas mais deprimidas do país”. Ou seja, as disparidades regionais diminuíram (ainda que ligeiramente), mas num confronto com as situações mais dramaticamente carenciadas! E não deixaria de ser significativo reorganizar o anterior “índice sintético” em função de outras componentes – e, nesse caso, talvez fosse possível concluir, por exemplo, até que ponto o referido “stock de infraestruturas”, nomeadamente das estruturas viárias (ver adiante) não acabou por constituir, ao fim e ao cabo, o indicador discriminante daquela diminuição das disparidades regionais! Como então dissemos, em ensaio anteriormente citado, parece inegável que Portugal atravessou, nos últimos quinze anos, um importante processo de mudança, sendo contudo muito desiguais os sectores, as dimensões e o alcance desse mesmo processo. Em todo o caso, uma tal mudança tendeu a acentuar-se, precisamente, nos lugares onde uma importante dinâmica de desenvolvimento económico, social e cultural já se encontrava em curso – e daí que a litoralização do país se tenha vindo a acentuar, mau grado alguns (bons) exemplos em certas zonas do interior, como não deixaremos de sublinhar no final desta abordagem³.

7.2.3 Assimetrias e Desigualdades da Mobilidade Espacial

É consensual admitir uma estreita articulação entre o sistema de mobilidade espacial e o processo de organização do território, não só em termos de localização, forma e ordenamento, mas também nas articulações que se estabelecem entre os diversos aglomerados urbanos. Mas se até há pouco tempo a implantação das infraestruturas de transporte jogava, sobretudo, com as

distâncias geográficas e as relações de proximidade, hoje colocam-se como factores fundamentais, que determinam as condições de acessibilidade e a própria mobilidade entre territórios, novas dimensões, como tempo, fiabilidade, conforto, custo e impactes ambientais e territoriais. Entre nós, os transportes terrestres têm tido o maior destaque nas relações de mobilidade, já que o transporte aéreo tem um carácter essencialmente internacional e o transporte marítimo não tem desempenhado um papel preponderante na ligação territorial, mau grado a intensificação da litoralização que atrás referimos.

Em todo o caso, nos últimos anos verificou-se uma intensificação dos investimentos em determinados tipos de infra-estrutura, nomeadamente na ampliação e melhoria das condições de serviços dos aeroportos, bem como em relação aos principais portos do país. Contudo, é ao nível da rede ferroviária que surgem as maiores perplexidades, entre um discurso político que enfatiza o papel estratégico desse modo de transporte no ordenamento territorial e na mobilidade social e uma prática política muito contraditória, ao fim e ao cabo de progressiva desactivação da rede existente, sempre em nome da famigerada “rentabilidade” financeira de um meio de deslocação que, por princípio, deveria ser de *serviço público*. E se em determinados casos se registou alguma modernização, a generalidade da rede ferroviária não se tem posicionado, realmente, no quadro daquela condição estratégica de desenvolvimento, em particular no sentido de ligar alguns dos territórios mais desprovidos de acessibilidade, precisamente os que se localizam no interior do país!

Ao fim e ao cabo, foi na rede rodoviária que se investiu de modo mais intenso, em detrimento de outros meios de deslocação. E se hoje as assimetrias territoriais, ao nível da mobilidade espacial, são menos acentuadas do que há uns anos atrás, as intervenções mais recentes não permitem concluir que se está perante um modelo territorial claramente mais equilibrado. Uma tal constatação, que em grande medida decorre da ausência de um planeamento prospectivo eficaz ao nível espacial e do sistema de transportes, tem ainda origem no processo *expansivo* de ocupação do território que referimos atrás. Realmente, a cada novo eixo de acessibilidades, constata-se, invariavelmente, o efeito perverso de um alastramento em “mancha de óleo” da dita urbanização de áreas circundantes, desencadeando problemas de saturação da mobilidade, para além de exigências acrescidas de infraestruturação do respectivo território. Um dos grandes factores que determinaram e continuam ainda a determinar este ciclo infernal, diz respeito ao incremento da mobilidade individual diária, sobretudo através do transporte privado.

De facto, a mobilidade individual é um processo em crescimento contínuo, em espiral galopante. Embora se registem diferenças de mobilidade entre os vários grupos sociais, um dado de uma grande regularidade diz respeito às deslocações individuais nas áreas urbanas e suburbanas, entre a residência e as áreas de

concentração laboral, de estudo e de lazer. Alimentando um *círculo vicioso*, o sistema de transportes públicos, porque insuficientemente coordenado (em termos de percursos, horários e tarifas) e, muitas vezes, de baixo conforto, sem uma prioridade política abertamente assumida, acaba por “convidar”, cinicamente, a utilização do transporte individual, com a consequente paralisia dos aglomerados urbanos. Por isso, o parque automóvel individual tem crescido e sido renovado constantemente e as previsões não apontam para qualquer abrandamento a curto prazo: em 1987, havia no continente um veículo automóvel para cada 3,8 habitantes; passados dez anos a proporção passou para 2,4. E se é um facto que, hoje em dia, muitas famílias têm mais do que um veículo, aquele indicador é só por si significativo do que a realidade empírica, permanentemente, nos dá a ver (e a sentir!). Ou seja, aquilo que correspondeu, efectivamente, a uma transformação profunda nos graus de liberdade individual em termos de mobilidade espacial, está em vias de se tornar, paradoxalmente, no maior óbice a essa mesma mobilidade.

Os **movimentos pendulares** surgem, então, como indicadores de deslocação e de relacionamento, mas também de saturação e de dependência, ao mesmo tempo que revelam especificidades quanto às modalidades do seu funcionamento. Uma breve análise destes movimentos nas duas regiões metropolitanas do país, ou seja, naquelas em que se concentra a maior intensidade de movimentos pendulares, permite revelar que a modernização das infraestruturas viárias e de comunicação de apoio às actividades económicas, não tem sido acompanhada de infraestruturas de suporte à vida social e urbana. Estes movimentos pendulares apresentam, no entanto, para as duas regiões metropolitanas, características bastante diversas.

No caso do território metropolitano de Lisboa, a cidade central desempenha uma atracção muito forte sobre os concelhos vizinhos, fazendo aumentar a intensidade dos movimentos diários e consequentemente o congestionamento de tráfego durante a maior parte do dia – efectivamente, hoje já não parece haver “horas de ponta”! Esta situação ocorre em virtude da inércia muito forte do modelo radioconcêntrico que marcou a formação da cidade e da metrópole, pelo menos desde os anos ’30-’40, com o aumento da população residente nos espaços envolventes da capital e com a concentração do emprego na cidade de Lisboa. Em todo o caso, alguns daqueles concelhos metropolitanos têm vindo a fixar uma parte (ainda que pequena) da respectiva força de trabalho, ao mesmo tempo que se regista alguma polinucleação daquela região metropolitana, o que não significa, propriamente, que se esteja perante uma “metrópole policêntrica” (no dizer de T. Barata Salgueiro, 2001, 53).

No espaço metropolitano do Porto, pelo contrário, muito embora o volume de deslocações diárias seja de menor intensidade, elas afectam uma área mais vasta. De registar que este território teve um processo de expansão urbana

com características bem distintas das de Lisboa. Realmente, a sua configuração revela diversas especificidades que se traduzem, nomeadamente, por uma capacidade de atracção elevada, em termos de fixação de emprego, por parte dos concelhos metropolitanos envolventes da cidade do Porto. Ao fim e ao cabo, se a região de Lisboa cresceu em “mancha de óleo”, como então se dizia, o crescimento dos concelhos metropolitanos da região do Porto foi mais autónomo em relação à cidade central, numa autonomia relativa é certo, mas que foi permitindo uma maior fixação de actividades e portanto de emprego, naqueles mesmos concelhos.

Importa concluir, portanto, que se os recentes investimentos não permitiram consolidar um modelo territorial mais equilibrado, sem dúvida que os progressos registados ao nível dos transportes e das comunicações tendem a implicar alterações profundas nas formas de entendimento do espaço e do tempo. Com as novas tecnologias de transportes e de comunicações, a distância passa a ser mais facilmente vencida, ao mesmo tempo que os territórios podem ganhar maiores dimensões em termos económicos e sociais, independentemente da contiguidade física. Hoje, os espaços ganham dimensão “quando se é capaz de estabelecer relações com vista a gerir complementaridades e parcerias entre agentes, independentemente da distância” (Brandão Alves, 1999, 169). É de resto uma tal postura que poderá vir a estabelecer uma nova “geometria territorial” do país, potenciando sinergias e articulando complementaridades entre espaços de distinta “massa crítica” ou, numa outra linguagem, conjugando “espaços de fluxos” com “espaços de lugares” (M. Castells, 1996: 376-428), na aposta de um diferente ordenamento económico e social do respectivo território. Mas, como constataremos a seguir, o Portugal Urbano do novo milénio está ainda muito longe de uma tal cultura política e urbanística! ...

7.3 Assimetrias Espaciais, Mudanças Sociais e Projectos Políticos

Ainda que de modo irregular e sem dúvida discriminatório, é possível constatar significativas mudanças no quadro territorial português, sobretudo desde meados de 1980, tal como sublinhámos anteriormente. Dessas mudanças, uma boa parte é “visível” a uma escala local da organização territorial, para além do impacto representativo de intervenções ditas mais estruturantes ao nível sócio-espacial. Tais alterações decorreram, em grande medida, de investimentos no sistema viário, em infraestruturas de transporte e de comunicações e num conjunto de equipamentos e de intervenções territoriais, de natureza regional ou nacional, como referimos atrás. Simultaneamente, constata-se ainda alguma inércia em lógicas anteriores de intensa sedimentação territorial, que tendem a

minimizar, se não mesmo a contrariar, aquele voluntarismo político de mudança no ordenamento territorial do país.

Poderíamos, assim, sintetizar a actual situação do território português, entre uma inércia muito forte de polarização assimétrica nas formas de ocupação territorial e, ainda que timidamente, alguns “sinais” de mudança daquele quadro sócio-espacial. Por outro lado, vimos que uma das mudanças mais significativas desse quadro tem a ver com a forma como o país se tem vindo a “urbanizar” – expressão altamente *dúplice*, uma vez que ela não tem sido sinónimo de incremento da urbanidade, entendida como efectiva *qualidade do urbano*, mas como mero processo extensivo de ocupação do território. Nessa medida, um maior reequilíbrio no ordenamento territorial não poderá ignorar o peso determinante daqueles mesmos processos ditos de urbanização.

7.3.1 *Experimentalismo Político e Urbano*

No contexto do Portugal Urbano, é certamente importante invocar diversas acções territoriais, a que correspondeu uma significativa **inovação urbana**, no seguimento da Revolução de Abril de 74, sendo certo, contudo, que não terá sido tanto a esse nível que se registaram as mudanças mais significativas no seguimento daquela ruptura política. Certamente que outras áreas críticas, ainda que directa ou indirectamente articuladas com a questão territorial, estiveram no centro dos debates políticos da época, aliás num contexto de profundas perturbações económicas e de não menores exigências sociais.

Uma das áreas em que se poderá falar de projectos com alguma inovação social e territorial, enquanto “experimentalismo urbano” em contexto revolucionário, reporta-se ao secular **problema da habitação**, em torno do qual se centrou uma aposta política muito forte, lançada ainda naquele ano de 1974: tratou-se do Programa SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local (directamente dependente do governo, através da então criada Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo) e claramente direccionado para os bairros social e urbanisticamente degradados de várias cidades do país, com particular destaque para os casos de Lisboa (“barracas”) e do Porto (“ilhas”). Este programa tinha como ambição reconverter e qualificar aqueles bairros, através de processos de envolvimento das respectivas populações, reorganizando, assim, nesses mesmos locais e com esses mesmos residentes, novas formas sociais e urbanas. A intensa mobilização social da época, associada a uma confrontação política permanente, extremaram os objectivos daquele programa “habitacional”. Com a mudança radical daquela conjuntura política (a partir de 25 de Novembro de 75), a erradicação concretizou-se, efectivamente, não

tanto das “barracas” e das “ilhas”, mas precisamente daquele programa político e urbanístico!⁴

Ainda no quadro habitacional, é de registar uma outra situação, de evidentes impactos territoriais, que se generaliza desde o início de 1970 e que significativamente se irá intensificar no seguimento da Revolução de Abril 74: tratou-se da *construção ilegal*, associada a um processo sistemático de “loteamento” de amplas zonas rurais, que, deste modo, se iam “urbanizando”! Um tal incremento de “habitação clandestina”, muito acentuado em diversas zonas periféricas das cidades, teve uma expressão muito significativa em zonas envolventes de muitos núcleos urbanos – mas com um impacto brutal nas zonas norte e sul do espaço metropolitano de Lisboa – que estiveram na origem de uma generalizada ocupação *difusa* dos respectivos territórios. Com a institucionalização (legal, mas sobretudo financeira) das autarquias locais (em 1979, com a primeira Lei das Finanças Locais) inicia-se então um lento (ainda que, por vezes, desequilibrado) processo de reordenamento territorial daquelas áreas (sobretudo em termos de saneamento básico, estruturas viárias, etc.), a par da edificação de diversos equipamentos de natureza colectiva⁵.

Esboçam-se, então, no quadro democrático entretanto institucionalizado, os primeiros instrumentos de intervenção territorial, como foi o caso do que mais tarde veio a ser consagrado através dos respectivos **planos directores municipais**. E não deixa de ser significativo assinalar que os primeiros enquadramentos institucionais desses planos, desde os inícios dos anos ‘80, tivessem consignado, aos respectivos municípios, competências na esfera económica e social, para além naturalmente das decorrentes directamente da respectiva administração local do respectivo território. A presunção de uma suposta “exorbitância” de funções municipais, aliada a uma eventual conflitualidade de atribuições nos diversos escalões de planeamento – em relação aos quais, desde a década de ‘70, se reabriam, periodicamente, o debate e as propostas – implicou que a posterior figura daqueles planos (de 1990), acabasse por ser bastante mais específica e restritiva.

Em todo o caso, até meados daqueles anos ‘80, o traço territorial mais significativo decorre, sobretudo, da progressiva institucionalização e da correspondente intervenção do que então se designava de **poder local**, isto é, a capacidade institucional e o exercício político da administração do território, confinante com as respectivas autarquias locais. Uma tal “experiência” territorial – em muitos casos, com impacto notavelmente positivo, quer ao nível da estruturação e do equipamento do respectivo território, quer enquanto redescoberta de processos patrimoniais e identitários de natureza local – contribuiu, decisivamente, para a inclusão da dimensão territorial nos projectos políticos de desenvolvimento económico e social do país. Contudo, um dos aspectos mais perversos daquela autonomia municipal está ainda relacionado

⁴ A importância política e urbanística daquele Programa estava, efectivamente, para além da simples, ainda que determinante, reconversão social e urbana daqueles bairros degradados. Mas, exactamente por isso, o contexto revolucionário da época, ao mesmo tempo que extremava aquele “problema da habitação” para além de si próprio – questionando, inclusivamente, as condições e a qualidade de vida da própria cidade, se não mesmo as do território em geral – acabou por estar na origem, também, das permanentes fragilidades políticas daquele mesmo Programa. Como em tantos outros domínios naquele período revolucionário, o referido SAAL acabou por ser uma espécie de Caixa de Pandora, na qual a habitação se “abria”, realmente, para a sua efectiva e determinante dimensão política!

⁵ A literatura técnica e científica sobre a referida “habitação clandestina” foi relativamente abundante naquela época. A título de exemplo (que não esgota, naturalmente, aquela vasta bibliografia), é de destacar a revista *Sociedade e Território*, em diversos números, nomeadamente o primeiro (Março 1984), que de modo significativo e alegórico, enuncia a temática em causa através de “clandestinos e outros destinos”! Um dos estudos pioneiros sobre essa temática foi, sem dúvida, o estudo de A. Ferreira *et al*, 1985.

° É importante recordar que a *apetência* fundiária e imobiliária do país (isto é, dos agentes com capacidade económica para esses “apetites”), porque fortemente interiorizada no capitalismo português, encontra nesta generalizada urbanização o seu suporte fundamental e, ao fim e ao cabo, a sua *razão de ser* (português)!

com o respectivo licenciamento de construção e de urbanização, fonte de financiamento acrescido das autarquias, mas fonte, também, de uma mais intensa e difusa ocupação do respectivo território, sempre em nome da dita urbanização do país!⁶

A partir de 1985, com a integração de Portugal na então Comunidade Europeia, a referida dimensão *territorial* passa a ser progressivamente assumida, tanto no discurso técnico e científico, como na prática política e, a este nível, em termos da gestão local mas também ao nível do estado central. Deste modo, aquela dimensão passa a integrar, pelo menos enquanto intenção política, os projectos, os programas e as propostas, independentemente dos respectivos domínios sectoriais ou temáticos. A par desta progressiva assunção territorial, uma outra componente irá determinar a referida conjuntura “comunitária”, de modo indelével – reportamo-nos ao domínio disciplinar e técnico-político do *ambiente*. Realmente, de modo progressivo e através de um processo moroso, muitas vezes conflitual, mas apontando para uma necessária compatibilidade entre aquelas duas componentes, desde finais daqueles anos ’80, mas sobretudo ao longo da última década, o ordenamento do território tem vindo também a confrontar-se com a necessidade de um correspondente (re)equilíbrio ambiental. A sucessiva integração, no quadro institucional português, de directivas comunitárias consagrando aquela inelutável compatibilidade, acabou por ter, mau grado as presumidas contradições económicas e as manifestas resistências culturais, um claro efeito “pedagógico” e, nessa medida, tem vindo a exigir posturas políticas tendencialmente menos “insustentáveis”.

No quadro estrito do ordenamento do território, o referido período correspondeu a uma conjuntura de “regresso” às diversas figuras de planeamento territorial, de acordo com a escala de referência, mas também em função de objectivos mais específicos. De resto, a experiência dos planos directores municipais, ainda que na sua modalidade mais restrita de sistematização de “funções” e de regulamentação de “usos” dos respectivos espaços concelhios, aconselhava, se não mesmo exigia, outras escalas de ordenamento territorial. Tal foi o caso dos **planos regionais de ordenamento do território** (cuja figura legal inicial é de 1983), que suportaram várias vicissitudes, quase sempre no quadro das necessárias compatibilidades de níveis de planeamento territorial, para além do permanente debate sobre atribuições e competências em relação a cada uma das respectivas escalas de intervenção territorial. A este nível, é de referir ainda outras figuras de planeamento, nomeadamente, os **planos de ordenamento da orla costeira**, para além da progressiva institucionalização e regulamentação – ainda que num contexto de frequentes focos de tensão e de conflitualidade – das reservas agrícola e ecológica à escala nacional, de resto em paralelo com a progressiva consolidação dos **parques e reservas naturais**. Constata-se assim um progressivo, ainda que contraditório, processo de planear, a diversas escalas, a organização territorial e o ordenamento

urbano do país⁷, ao mesmo tempo que, nem sempre de modo compatível, se vão sedimentando determinadas lógicas de ocupação desse mesmo território.

Ou seja, se a anterior conjuntura beneficiou, amplamente, dos famigerados “fundos estruturais” da comunidade europeia (nomeadamente, na estruturação viária, no saneamento, etc., sobre os quais regressaremos adiante), as dinâmicas territoriais decorrentes desses volumosos investimentos não terão alterado, significativamente, algumas das lógicas mais “pesadas” dos processos de ocupação territorial do país. Deste modo, parece persistir a lógica da litoralização, a que se vem associar uma incessante **urbanização difusa**, mas mantendo, em grandes manchas territoriais, uma acentuada desertificação económica e social. Deste modo, nos inícios de uma nova década, associada ao começo de um novo milénio, o país aguarda, ainda, formas mais equilibradas de ocupação do respectivo território – ao mesmo tempo que, de modo indelével, se orienta para um necessário, ainda que não exclusivo, “regresso” territorial à Europa. Procuremos dilucidar, então, alguns “sinais” de mudança social e territorial nos inícios deste século, através dos quais parece emergir o que designamos de “cidades metropolitanas” – o que é ainda uma forma de sublinhar a exigência de projectos de institucionalização das metrópoles de Lisboa e do Porto – em estreita articulação com uma correlativa consolidação de “vilas urbanas” e de “cidades médias”, num quadro espacial mais amplo que, conjuntamente, poderão vir a consolidar, no Portugal Urbano, um ordenamento territorial económica e socialmente mais equilibrado.

⁷ A título documental, registe-se que o enquadramento legal, então existente, das políticas de ordenamento do território (Lei de Bases 49/98), tipificava um quadro de instrumentos de gestão territorial devidamente sistematizado (instrumentos de desenvolvimento territorial; de planeamento territorial; de natureza especial e de política sectorial). Posteriormente, avançou-se com outros instrumentos de ordenamento territorial, cuja implementação se encontra ainda em curso, como é o caso do Programa Nacional de Política de Ordenamento Territorial.

7.3.2 *Vilas Urbanas, Cidades Médias e Cidades Metropolitanas*

Entre os diversos autores que comungam o diagnóstico anterior, independentemente da avaliação crítica daqueles processos de urbanização, registemos as observações de um estudo de J. Felix Ribeiro (1998), que efectivamente sistematiza aquele quadro dilemático da condição assimétrica do território português. Depois de dar conta da caracterização básica do sistema urbano nacional, o autor enumera um certo número de factores (op. cit., 38), dos quais nos permitimos destacar alguns dos que apontam para tendências “pesadas”, mas também para “sinais” de mudança, daquele mesmo sistema urbano. Registando, à semelhança da maior parte dos autores, um abrandamento do ritmo de crescimento da população nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto – mas atenção que, particularmente no caso de Lisboa, aquele relativo abrandamento tem vindo a ser um tanto contrariado com a progressiva chegada de migrantes vindos sobretudo do leste europeu, como assinalámos atrás –

⁸ Num relatório sobre “dinâmicas regionais” do país, do Departamento de Prospecção e Planeamento do Ministério das Finanças e da autoria de Joana Chorincas (de que não foi possível ter acesso directo, mas que apareceu noticiado no jornal *Público* de 9.4.2003), constata-se “não ser possível extrair, com clareza e rigidez, a dicotomia litoral-interior”, registando-se, pelo contrário, um “crescente protagonismo de uma rede de pequenas e médias cidades”, que deste modo actuaria como “motor de uma nova filosofia de desenvolvimento territorial”. Na origem de uma tal razão, a autora destaca, sobretudo, “o papel polarizador dos estabelecimentos de ensino superior, enquanto fixador de população jovem e pelo efeito multiplicador num amplo leque de actividades económicas”. É de presumir, no entanto, que nem sempre esta polarização de estabelecimentos de ensino superior se traduza, directamente, num aumento significativo de quadros técnicos e científicos que se instalem, com efectividade, nos respectivos locais de formação universitária.

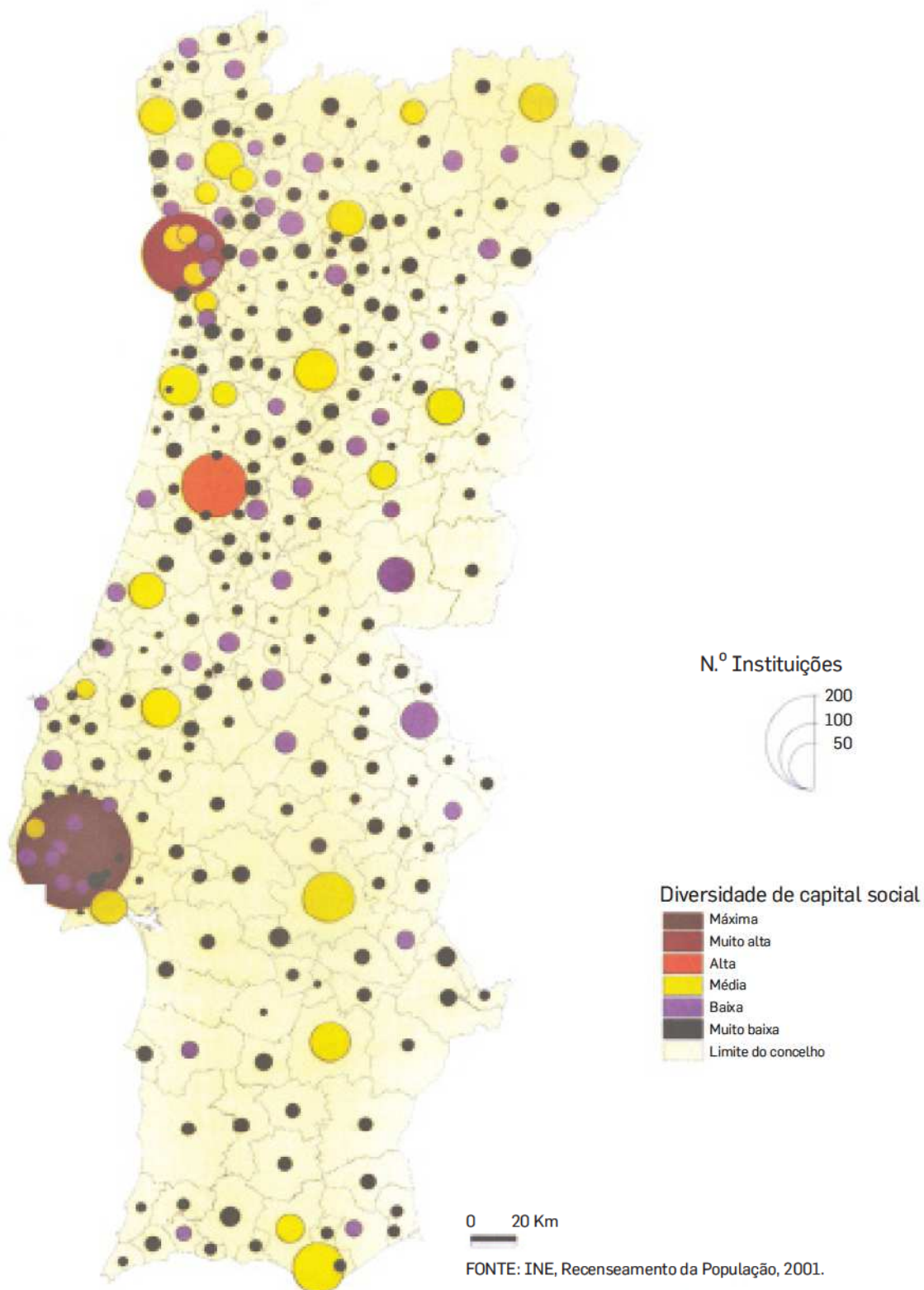
⁹ Esta postura de *rede de cidades* deve ser considerada em contraponto com a designação de “rede urbana”, que vigorou, sobretudo entre nós, nos anos '70 do século passado. Realmente, a uma visão hierárquica e funcional de “rede urbana”, a noção de cidades *em rede* permite potenciar sinergias e complementaridades horizontais entre os diversos aglomerados urbanos.

aquele autor sublinha, no entanto, que aquele abrandamento é acompanhado “por intensos movimentos de reorganização interna”. Deste modo, em relação àquelas áreas metropolitanas e para além da sua relativa estabilização territorial, no início da última década colocava-se a contradição (*op. cit.*, 37) entre um **índice de primazia** (relação entre a população das duas principais cidades), considerado “o mais baixo de entre os quinze países europeus” e o **índice de macrocefalia** (diferença populacional daquelas duas cidades em relação às restantes do país), que, naquela altura, “era dos mais elevados entre aqueles mesmos países”.

Dos restantes factores e face à situação, já anteriormente referida, de litoralização territorial, o autor destaca “o aprofundamento das assimetrias na estrutura de povoamento entre o litoral e o interior, com as situações de declínio demográfico a atingirem, principalmente, algumas áreas urbanas do interior”. Sublinhando que o crescimento de alguns aglomerados urbanos tem implicado, por sua vez, “o esvaziamento das zonas rurais envolventes”, o autor alerta para a possibilidade de se estar perante “um importante factor de estrangulamento, a prazo, dos processos de crescimento” daqueles centros urbanos. Um outro factor que merece destaque tem a ver com a “forte associação entre crescimento urbano e processos de extensificação produtiva”. Uma tal tendência “pesada”, em determinadas regiões do país – que nos levou a sublinhar, no início deste texto, o paradoxo de uma ocupação territorial muito superior às respectivas necessidades demográficas – para o autor que vimos citando, “corresponde menos a uma reestruturação efectiva do território, do que a um lento processo de concentração dos impactes da industrialização e urbanização difusas, com base em iniciativas empresariais endógenas”.

Eis o quadro territorial, bastante contraditório, em que por vezes os próprios “sinais” de mudança apresentam, paradoxalmente, uma inércia pesada, procurando contrariar aquelas tendências, que apesar de tudo vão redesenhando novas configurações urbanas⁸. As razões de fundo apontadas, mas também alguns (bons) exemplos, implicam que se olhe aquele quadro territorial, como diversos autores defendem, numa perspectiva diferente, potenciando sinergias entre *redes de cidades*⁹, no sentido do desenvolvimento de uma nova dinâmica e de um distinto enquadramento territorial, nomeadamente, no contexto ibérico. Uma tal mudança deverá implicar, certamente, a necessidade de intervenções estratégicas em determinadas áreas, procurando criar “massa crítica” territorial para um novo ordenamento sócio-espacial.

Mapa 7.1 – Visão de síntese



Fonte: Sistema Urbano Nacional – Síntese. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2002, p. 14.

Realmente, é reconhecida a importância decisiva que as cidades têm vindo a assumir no actual contexto de acentuada globalização do capitalismo. Entre outras razões (que os restantes capítulos deste livro não deixaram de sublinhar), parece importante destacar que aquela mesma globalização, exactamente porque se projecta num contexto transnacional – questionando, profundamente, os limites “nacionais” da economia e da sociedade – acaba por colocar os **espaços regionais**, com forte componente urbana e metropolitana, como os **lugares estratégicos** de afirmação, de competitividade, mas também de cooperação, no referido contexto global.

Uma tal constatação foi por nós explorada e debatida em estudo entretanto publicado (cfr. V. Matias Ferreira *et al.*, 1997), o que nos permite avançar, assim, para outras conclusões. Dito isto, parece importante destacar desde já o papel que poderá vir a representar os dois espaços urbano-metropolitanos do país, nomeadamente porque eles se situam também como *centros* privilegiados de duas regiões estratégicas do continente: referimo-nos, como é óbvio, às ditas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. E para ilustrar esse papel, poderíamos regressar ao estudo anterior de J. Felix Ribeiro (1998), cujas observações prospectivas sobre os “grandes desafios de médio/longo prazo” do sistema urbano nacional, aparecem retomadas, quase literalmente, no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006. Centremo-nos, pois, nesta última publicação (MEPAT, 1999, 54).

Em termos propositivos, destaquemos então duas propostas importantes: antes de mais, a necessidade do “reforço das áreas (ou futuras regiões) metropolitanas de Lisboa e Porto”, uma vez que constituem “as aglomerações melhor colocadas para protagonizar papeis de intermediação do país com o exterior e assegurar a sua inserção nas dinâmicas da economia europeia e mundial”. Com efeito, ainda segundo aquele Plano, “são estes os centros nacionais com maior capacidade de atracção e de fixação de fluxos, de iniciativas e de recursos indispensáveis ao desenvolvimento”. Em complemento com a proposição anterior, reconhece-se a urgência em reorganizar aqueles espaços metropolitanos, de forma a “reduzir a expressão dos fenómenos de suburbanização, com particular destaque na área metropolitana de Lisboa, procurando caminhar para a consolidação de estruturas multipolares”. Curiosamente, no texto de origem de Felix Ribeiro (*op. cit.*, 41), este autor acrescenta um comentário à proposta anterior, que nos parece de extrema importância. Admite assim que, em relação à reorganização daqueles espaços metropolitanos, seria de “ponderar a vantagem de operacionalizar as entidades ‘Grande Lisboa’ e ‘Grande Porto’, reconfigurando-as de forma a envolver concelhos das duas margens dos rios Tejo e Douro, permitindo com essa ‘recentragem’ sobre os rios, deixar espaço de afirmação a cidades médias mais distantes, mas localizadas nas respectivas áreas metropolitanas”. Esta última proposta, determinante como dissemos do ponto de vista territorial, poderia abrir assim a

possibilidade de constituição *efectiva* de duas Metrópoles, Lisboa e Porto, procurando superar essa “invenção” política, territorialmente híbrida, que dá pela designação de “áreas metropolitanas”.

Com efeito, a assunção plena daquelas **idades metropolitanas**, necessariamente também ao nível institucional, permitiria que as respectivas Metrópoles pudessem assumir-se com “massa crítica” territorial capaz de se projectarem como interlocutoras de um necessário reordenamento do país, mas também face ao exterior. Esta mesma proposição, que foi por nós defendida no estudo anteriormente citado – em que procurámos fundamentar algumas das características comparativas da Metrópole de Lisboa, nomeadamente no contexto de afirmação estratégica das suas frentes de água – constitui, sem dúvida, uma das hipóteses centrais para contrariar as actuais assimetrias espaciais do país. Deste modo, um diferente modelo territorial para os espaços metropolitanos de Lisboa e do Porto, não deixaria de colocar, frontalmente, a necessidade de um novo reordenamento do território do país, considerando assim as cidades e as “vilas urbanas” – neologismo, já anteriormente referido, que pretende sublinhar que o que está em causa não são meras designações administrativas, mas ainda a questão da “massa crítica”, neste caso avaliada em função da respectiva **condição urbana** – como componentes fundamentais de projecção e de reorganização do respectivo território nacional.

Ao nível global, portanto, parece incontornável admitir hoje o papel decisivo da dimensão *territorial* nos projectos e nas políticas de desenvolvimento económico e social do país, tal como fomos sublinhando em páginas anteriores. É essa mesma inclusão territorial na economia e na sociedade que pode vir a comportar um permanente reordenamento sócio-espacial, nomeadamente no quadro de uma progressiva adequação e integração do país no *mapa urbano e metropolitano* da Europa¹⁰. E se já vimos a necessidade de um novo estatuto metropolitano para as duas principais cidades do país, aquele reordenamento obrigaria a questionar, como dissemos, a organização do restante território. Desde logo e voltando a citar o Plano Nacional anterior (*op. cit.*, 41), a necessidade de “qualificação e estruturação dos contínuos urbanos (ou ‘conurbações urbanas’) existentes nas faixas litorais ocidental e meridional, de forma a controlar e resolver os problemas associados ao seu crescimento rápido e desordenado e a conter efeitos de polarização excessiva das aglomerações metropolitanas de Lisboa e Porto”. Complementarmente, de acordo ainda com o referido Plano, aquele reordenamento implicará “a dinamização dos centros urbanos localizados em áreas de perda, enquanto última oportunidade para manter, social e economicamente activas, as regiões mais desfavorecidas do país e a criação e consolidação de ‘eixos de cidades’ no interior, explorando a maior conectividade tornada possível pela melhoria da rede de transportes”. Ainda numa mesma abordagem de potenciação transversal de **redes de cidades** – e já não, como recordámos atrás, enquanto “rede urbana” hierarquizada e

¹⁰ Realmente, é de uma nova dinâmica territorial que se trata, polarizada em torno das cidades e dos centros urbanos, muito embora se constata, ainda, “um Portugal continental interior funcionalmente organizado em torno de um número reduzido de centros urbanos e um litoral funcionalmente mais complexo e organizado em torno de vários centros urbanos” (INE, 2004, pp. 2). Mas para além dessa assimetria, bastante persistente com temos vindo a registar, “o final do século XX parece confirmar que, justapondo-se às dicotomias norte/sul do Portugal tradicional e litoral/interior do Portugal moderno, se afirma crescentemente um Portugal urbano organizado em rede, um *arquipélago urbano* constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, de pequena dimensão, tanto no litoral como no interior” (J. Ferrão, s/d, pp. 7-8). Esta mesma constatação leva o autor a concluir que se o país se encontra, no final da década de '90, “espacialmente mais desequilibrado”, a geografia das dinâmicas territoriais observadas registam, igualmente, um país “socialmente menos heterogéneo” (idem, ibidem).

autoritária ao nível nacional – e numa postura contrariando as profundas assimetrias territoriais do país, aquele Plano propõe “o avanço de redes de concertação e de cooperação transfronteiriça, aproveitando as novas condições de acessibilidade do território continental com o exterior”.

É de resto esta nova dinâmica territorial, potenciando simultaneamente sinergias e complementaridades (cfr. J. Ferrão, 1997) entre redes de cidades e de “vilas urbanas”, não só no interior do país, mas também nos espaços aparentemente descontínuos do litoral e num quadro de assumida projecção para a sua envolvente europeia, que se poderá vir a configurar um novo ordenamento do território nacional. E não só, portanto, no continente, mas igualmente nos espaços insulares, particularmente no caso dos Açores, em que a efectiva descontinuidade territorial pode vir a ser parcialmente contrariada com propostas consistentes de articulação urbana, agora no quadro dos diversos aglomerados daquele arquipélago. Como parece evidente, a presente proposta de *redes de cidades* não constitui, só por si, uma panaceia para resolver as assimetrias e os desequilíbrios territoriais. Com efeito, o que aquela proposta pressupõe é uma *lógica* diferente de ordenar o território, procurando contrariar algumas das inércias “pesadas” nas formas de ocupação desse mesmo território.

Em última instância, as questões em debate jogam, sobretudo, com a criação ou reconversão de diversas polaridades urbanas e metropolitanas num *sistema em rede*, de modo que, em simultâneo, possam vir a assumir uma centralidade territorial e uma condição urbana, isto é, um estatuto pleno de *cidade* e uma qualidade efectiva de *urbanidade*. Curiosamente, num estudo coordenado por Nuno Portas, partindo embora de uma formulação e de um enquadramento diferentes dos que temos vindo a seguir, é invocada a necessidade de articulação do que os autores consideram como as “duas” cidades, a cidade “herdada” e a “emergente”, numa postura de articulação que, em termos prospectivos, procura “um desígnio desejável, mas de longa duração” (N. Portas *et al.*, 2002, 9)¹¹.

Em termos alegóricos, aquelas “duas” cidades, a “herdada” e a “emergente” – numa distinção que, ao fim e ao cabo, é de todos os tempos, na medida em que a cidade “emergente” de hoje, será a “herdada” de amanhã! – encontram, no entanto, uma correspondência significativa no eixo problemático que temos vindo a desenvolver e que, em última instância, remetem para uma discussão mais ampla sobre **memória e projecto da urbanidade**¹². Mas com uma ressalva fundamental, política e sociologicamente decisiva: nem aquela “memória” se cristaliza, inexoravelmente, num passado, eventualmente próximo; nem, por outro, aquele “projecto” se reporta, exclusivamente, a um futuro, sempre incerto como sabemos. Por isso, aquela dicotomia urbana das “duas” cidades, sendo descritivamente aliciente, em termos analíticos comporta

¹¹ Citação do “documento de trabalho” apresentado em Colóquio promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian (Junho 2002). Posteriormente (já com este texto finalizado), foi editada uma versão definitiva daquele documento com o mesmo título, que não terá alterado, certamente, a referida distinção entre as referidas “cidades”.

¹² Subtítulo da obra do autor publicada em 2004, tal como referimos no início deste texto.

elevados riscos interpretativos e, portanto, também propositivos, fazendo-nos recordar o “dualismo” social e urbano dos anos ’60 do século passado. Em termos um tanto esquemáticos, poderíamos considerar, então, que o desafio de um diferente ordenamento urbano do país não teria que se centrar, propriamente, na referida articulação daquelas “duas” cidades, mas na respectiva *integração urbana*, que entre outros desígnios, deveria tender, assim, para “criar cidade”¹³ onde ela (ainda) não existe.

7.3.3 As Metrópoles de Lisboa e do Porto

Invocámos atrás a necessidade de ter em conta a questão da “massa crítica” territorial, como forma de ir contrariando assimetrias espaciais e desequilíbrios sociais. A título ilustrativo, centremo-nos nos casos emblemáticos das mencionadas “cidades metropolitanas” de Lisboa e do Porto, que sem dúvida apelam à urgência de um projecto que possa vir a instituir as respectivas *Metrópoles*. Com uma tal enunciação, estamos formulando uma hipótese central sobre dois territórios histórica e culturalmente específicos, com uma significativa endogeneidade económica e social que os coloca como protagonistas privilegiados face ao exterior, com características de potenciação das suas próprias identidades urbanas e metropolitanas, mas que politicamente não alcançaram, ainda, a *visibilidade* necessária para que lhes seja outorgado um estatuto institucional correspondente.

Digamos que, de forma breve, a **metrópole é o novo nome do urbano**, um urbano a que durante muito tempo associámos a conotação social e espacial de cada uma daquelas cidades. Efectivamente, tanto Lisboa como Porto, enquanto tais, têm um *nome* com vários conteúdos e distintas configurações, cujos limites (não exclusivamente de ordem física) são totalmente artificiais, deixando-as, assim, numa espécie de “anomia constitucional”: por um lado, *como* “cidade”, estão condicionadas pelos respectivos limites administrativos, concelhios, que desde os anos ’60 do século passado foram sendo sucessivamente superados; por outro, *como* “metrópole”, estão transfiguradas em entidades politicamente híbridas, “intermédias” (mas não intermediárias¹⁴) no quadro regional, sem suporte sociológico nem urbanístico, mas que, de tempos a tempos, são invocadas, um tanto enfatuadamente, como as “áreas metropolitanas” de Lisboa e do Porto.

Eis um curioso “equivoco” institucional, cúmplicemente partilhado ao nível político e partidário e através do qual se tem procurado elidir, se não mesmo iludir, a actual condição urbana e metropolitana daquelas duas cidades. E contudo, o debate aprofundado sobre essa mesma condição será certamente

¹³ Esta concepção de “criar cidade” (“na cidade existente”) remete-nos, inexoravelmente, para a própria discussão sobre essas entidades de historicidade urbana e cultural e que designamos de *cidade*. Mas uma historicidade em permanente processo de mudança, numa dialéctica que, como acima dissemos, em cada momento se desdobra nas suas memórias e nos seus projectos, verso e reverso de uma realidade urbana em incessante devir, tal como noutro momento procurámos problematizar (cfr. V. M. Ferreira, 2000).

¹⁴ Efectivamente, uma das hipóteses de conceptualização do espaço avançadas por Henri Lefebvre, considera o espaço como *intermediário*, no entendimento que “o espaço não seria nem um ponto de partida (simultaneamente mental e social, no posicionamento filosófico), nem um ponto de chegada (um produto social ou o lugar dos produtos)”. Numa tal hipótese, o espaço seria, então, “um intermediário em todos os sentidos, isto é, um meio (*moyen*) e um instrumento, um meio-ambiente (*milieu*) e uma mediação” – H. Lefebvre, [2000 (1972)], 35.

crucial, para se discutir, também, um *outro* ordenamento do território nacional, tal com já fomos avançando em páginas anteriores. É desde já necessário enfatizar, porém, que um tal debate está longe de poder ficar confinado a uma mera questão dita “académica” – e, no entanto, esse será o primeiro (e definitivo?) comentário da generalidade dos “poderes instituídos” (desde logo, de determinados poderes autárquicos, no seu diverso escalonamento institucional)! Mas bastará ter em conta que o posicionamento proposto, entre outros desenlaces possíveis, joga directamente com a **desconcentração territorial** e com a **descentralização política** do país, para que se permita entender o alcance sociológico e urbanístico desse mesmo debate.

Relembremos, por isso, a discussão anteriormente apresentada sobre as “cidades metropolitanas” do país, quando sublinhámos a necessidade das respectivas Metrópoles poderem vir a agregar uma “massa crítica” territorial necessária para se projectarem como interlocutoras de um diferente ordenamento urbano, quer ao nível interno, quer face ao exterior. Realmente, uma tal agregação metropolitana não deixaria de colocar, frontalmente, a exigência de uma distinta organização do território nacional, num **processo de recíproca consolidação espacial e de renovada sustentação económica e social**. O que nos permite concluir que o sistema de relações sociais e espaciais que no quadro metropolitano se estabelece e que tendencialmente se reforça, não é, como parece evidente, de natureza administrativa, mas, fundamentalmente, entre a formação urbana central de cada uma das cidades e o conjunto territorial, ele próprio agregador de diversos núcleos urbanos, mas em estreita interacção económica, social e cultural com aquela mesma centralidade urbana. Como é evidente, não está em causa recuperar uma suposta relação de dominação e de dependência entre o “centro” e as “periferias”, mas a de resgatar, fundamentalmente, uma **condição interactiva e estruturante** de cada um daqueles territórios metropolitanos, ainda que sem dúvida polarizados pelo peso sociológico e político das respectivas cidades.

É importante sublinhar que esta hipótese de criação de uma entidade especificamente metropolitana não se fundamenta, de modo exclusivo, nos estudos que temos vindo a desenvolver nos últimos anos. Outros autores têm vindo a contribuir para esse debate. É o caso, por exemplo, de João Ferrão (*op. cit.*, 2002), cujo posicionamento, situando-se embora numa perspectiva macro das regiões metropolitanas (no quadro nacional e ibérico), não deixaria de permitir alargar a discussão, a uma escala diferente, sobre algumas das dimensões (sobretudo geográficas e económicas) estruturantes das referidas metrópoles. Ou, numa postura mais próxima da que aqui está em causa, a proposta de J. Felix Ribeiro (*op. cit.*, 1998), quando admite que, tal como vimos atrás, em relação à reorganização dos espaços metropolitanos do país, seria de “ponderar a vantagem de operacionalizar as entidades ‘Grande Lisboa’ e ‘Grande Porto’, reconfigurando-as de forma a envolver concelhos das duas margens dos rios

Tejo e Douro, permitindo com essa ‘recentragem’ sobre os rios, deixar espaço de afirmação a cidades médias mais distantes, mas localizadas nas respectivas áreas metropolitanas” (*op. cit.*, 41). E sendo discutível, como dissemos, a mencionada referência das “áreas metropolitanas”, interessa-nos sublinhar, antes, aquela “recentragem” territorial que, tanto no caso de Lisboa como do Porto, enfatiza, para cada um dos casos, a emergência de metrópoles de *duas margens* – parafraseando, de algum modo, F. Nunes da Silva (1990), ainda que, neste caso, o respectivo quadro de referência se reporte à dita Área Metropolitana de Lisboa.

E, contudo, o quadro político actual é ainda de uma evidente inércia institucional, acentuando, assim, o que atrás considerámos como “anomia constitucional” de Lisboa e do Porto, em que o “nome” e a “coisa” (parafraseando M. Villaverde Cabral, 1983) apresentam, também aqui, uma evidente descoincidência política. Mas não foi essa a situação que, em termos de ordenamento do território, se pensou instituir (nas situações que jogam directamente com a presente abordagem) as “grandes áreas metropolitanas”? “Grandes”? – mas que ideia mais *pequena*! É talvez “a grande confusão territorial” (no dizer de Vital Moreira, jornal *Público*, 20 Maio 2003)¹⁵. Ao fim e ao cabo, no referido figurino territorial, as ditas “áreas metropolitanas” passariam a ser, de algum modo, formas *alargadas* de associações (ou de “comunidades”) de municípios – o que, em si mesmo, pode ser um princípio mitigado de resposta ao fantasma da “regionalização” – mas, no caso de Lisboa e do Porto, que, como sabemos, têm uma *história* diferente, continua por resolver a constituição das respectivas Metrópoles!

Sabemos que a hipótese, “quase tese”, que temos vindo a defender, encontra muitas resistências, em boa medida decorrentes da longa tradição municipal existente no país e portanto, também, por parte das unidades administrativas eventualmente integrantes daqueles espaços metropolitanos. Como parece evidente, aquela hipótese não tem de colidir com esta tradição, pelo menos no curto e médio prazo, admitindo, por isso, que num primeiro momento as respectivas configurações territoriais seguiriam a delimitação administrativa (até por não existirem alternativas!). Certamente que essas novas entidades metropolitanas apelariam a atribuições e competências adequadas ao novo papel de *protagonistas*, face às restantes entidades territoriais – mas aqui entraríamos num domínio técnico-político cuja discussão ultrapassa os objectivos deste texto¹⁶. De resto, o próprio confronto sobre a eventual delimitação física dessas entidades metropolitanas, não será, certamente, uma das questões prioritárias do debate a desenvolver sobre a institucionalização daquelas metrópoles.

Realmente, uma das questões prioritárias desse debate implica directamente o regresso à discussão sobre a *cidade*, no sentido de não perdermos de vista o

¹⁵ A este nível, foi certamente muito instrutivo observar (por exemplo, através da imprensa escrita) as sucessivas reivindicações de diversos municípios em se constituírem como “áreas metropolitanas”. Ou seja, continuou a não ser colocada a questão decisiva de institucionalização das duas metrópoles do país, mas correu-se o risco de virmos a ter diversas “áreas metropolitanas” (algumas das quais “grandes”!), ignorando-se, desde logo ao nível etimológico, que essa mesma designação pressupõe, como é evidente, um espaço *originário* de características propriamente *metropolitanas*!

¹⁶ A partir desta constatação, abre-se, efectivamente, um novo conjunto de interrogações, em particular sobre as questões do governo da cidade ou da “governância urbana” destes novos espaços metropolitanos – a título ilustrativo, mas emblemático sobre o caso de Lisboa, cf. João Seixas, 2002.

¹⁷ Ter em conta que todo este texto está orientado para a discussão sobre *Portugal Urbano*, partindo assim do pressuposto do papel estratégico que a generalidade dos aglomerados urbanos poderá vir a ter num diferente ordenamento do território do país. O que não significa ignorar que toda uma discussão mais aprofundada sobre esse mesmo território, haveria de colocar como componentes igualmente determinantes daquele ordenamento os espaços “não urbanos”, a exigirem, por isso, uma abordagem distinta e eventualmente complementar com a que aqui se apresentou.

que aqui está em causa¹⁷. E, nessa medida, acabaríamos por regressar, também, à formulação de um *projecto de cidade*, como noutro momento (2001) defendemos. Numa tal postura, constatámos, então, que a “ideia” e o “desenho” de uma cidade não constituíam, em si mesmos, temas de partida, nem de chegada, mas um conjunto agregado de processos em permanente *devir*. Deste modo, se a metrópole é o novo nome do urbano, tal como atrás enunciámos, percebe-se que um projecto de cidade, tanto para a metrópole de Lisboa, como do Porto, não seja nem uma incongruência, nem um simples jogo de palavras – será, talvez, a proposta também emblemática que, em última análise, pretende dar sentido ao presente debate urbano. Debate que, como dissemos no início, deve ter em conta a necessidade de organizar **o território do Portugal Urbano em rede**, rede de cidades naturalmente, o que põe em causa a necessidade de conferir *urbanidade* plena, consolidada e sustentável – isto é, uma urbanidade qualitativamente avaliada ao nível histórico, económico, social e cultural – do sistema em rede do conjunto daqueles territórios urbanos.

Perspectivas e Conceitos-Chave

- Urbanização litoralizada
- Interioridade e litoralização
- Migrações e assimetrias no quadro territorial
- Bipolarização territorial
- Conurbação urbana
- Recomposição sócio-produtiva e novas configurações territoriais
- Diferenciação regional
- Mobilidade e urbanização
- Novos quadros de intervenção urbana após 1974
- Planeamento territorial a partir de 1985
- Litoralização e urbanização difusa
- Desenvolvimento metropolitano em Lisboa e no Porto
- Cidades metropolitanas
- Índice de primazia
- Índice de macrocefalia
- Rede urbana
- Redes de cidades
- Urbanidade

Actividades Propostas

Actividade 1

Enuncie e caracterize os dois momentos conjunturais de mudanças sociais, económicas e políticas de reordenamento territorial.

Actividade 2

Identifique os principais factores que estão na base do modelo de urbanização português, caracterizado por fortes assimetrias e uma acentuada litoralização.

Actividade 3

Defina o conceito de conurbação urbana, aplicando-o ao contexto português.

Actividade 4

Caracterize os padrões de urbanização do país, referindo o processo de bipolarização territorial dominante.

Actividade 5

Relacione a lógica de urbanização existente em Portugal com o processo de recomposição sócio-productiva ocorrido no país nos últimos vinte anos.

Actividade 6

Compare e contraste os processos de expansão metropolitana das cidades de Lisboa e do Porto.

Actividade 7

A partir de 1974 foram desenvolvidos alguns projectos inovadores tanto a nível social como territorial. Caracterize-os.

Actividade 8

Explicite as principais medidas adoptadas, ao longo das últimas duas décadas, no quadro do ordenamento territorial.

Actividade 9

Nos últimos vinte anos, à persistência de uma lógica de litoralização tem vindo a associar-se uma acentuada urbanização difusa. Justifique esta afirmação.

Actividade 10

Compare as lógicas de ordenamento territorial de “redes de cidades” e “rede urbana”.

Actividade 11

Discuta as propostas apresentadas sobre a reconfiguração dos dois espaços urbano-metropolitanos (Lisboa e Porto) como lugares estratégicos de desenvolvimento e de intervenção social, económica, política e urbana.

Actividade 12

Explique a noção de cidades metropolitanas, indicando as virtualidades deste novo modelo de organização territorial.

Actividade 13

Explicite os termos do debate sobre as cidades metropolitanas assente numa nova lógica de cidades em rede e de urbanidade.

Leituras Complementares

ALMEIDA, J. F.; COSTA, A. F.; MACHADO F. L.

- 1994 Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos. In: Reis, A. (coord.) – *Portugal – 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

ALVES, A. B.

- 1999 Com as redes, o que ganham e perdem, hoje, os territórios. *Janus 1999-2000. Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/ Universidade Autónoma de Lisboa.

BAPTISTA, A. M.

- 1995 Rede urbana nacional: problemas, dinâmicas, perspectivas. In: MPAT, *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Lisboa, MPAT-SEALOT.

CABRAL, M. VILLAVERDE

- 1983 *Proletariado. O Nome e a Coisa*. Lisboa: A Regra do Jogo.

CASTELLS, M.

- 1996 *The Informational Age: Economy, Society and Culture: Vol. I: The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO. DGOTDU

- 1997 *Sistema Urbano Nacional. Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, Lisboa: DGOTDU.

FERRÃO, J.

- 1997 Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento? In: Conselho Económico e Social. *A Política das Cidades*. Lisboa.

FERRÃO, J. (coord.)

- 2002 *As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico*, Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

FERRÃO, J. (Coord.)

2004 *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida*, ICS, Instituto do Ambiente (Documento obtido através da Internet).

(s/d) *Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal, 1991-2001*, ICS (Documento obtido através da Internet)

FERRÃO, J.; MARQUES, T. S.

2002 *Sistema Urbano Nacional – Síntese*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

FERREIRA, V. MATIAS

2004 *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*. Lisboa: Ler Devagar.

2001 *Protagonismo Urbano e Projecto de Cidade. A Condição Pública e Patrimonial das Cidades. Cidades. Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais. N.º 2, pp. 33-45.

2000 *Cidade e Democracia. Ambiente, Património e Espaço Público. Cidades. Comunidades e Territórios*, Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais. N.º 1, pp. 9-35.

1998 *Portugal XXI – da Urbanização ao Reencontro da Urbanidade?* In: Rosas, F. (coord.). *Portugal na Transição do Milénio*. Lisboa: Fim de Século.

FERREIRA, V. MATIAS [et al.]

1997 *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

FERREIRA, V. MATIAS; CASTRO, A.

2000 *O Território* In: Reis, António (coord.). *Portugal Anos 2000*. Lisboa: Círculo de Leitores.

FERREIRA, A. F.; GUERRA, I. P.; MATIAS, N.; STUSSI, R.

1985 *Perfil Social e Estratégias do 'Clandestino'*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos de Sociologia

I.N.E.

2004 *Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional*, Instituto Nacional de Estatística (Documento obtido através da Internet).

LEFEBVRE, H.

2000, 1972 *Espace et Politique*. Paris: Anthropos.

MACHADO, F. L.; COSTA, A. F.

1998 Processos de uma modernidade inacabada. In: *Portugal. Que Modernidade?* Oeiras: Celta.

M.E.P.A.T. MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

1998 *O Território para o Século XXI. Seminário Internacional*, Lisboa.

1999 *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

1993 *Preparar Portugal para o século XXI*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

PORTAS, N. [et al.]

2002 *Políticas Urbanas*. Documento de Apoio ao Colóquio sobre Políticas Urbanas. Lisboa: Universidade do Porto. Faculdade de Arquitectura. Centro de Estudos/Fundação Calouste Gulbenkian. Junho. Uma versão mais desenvolvida foi posteriormente (2003) editada, com o mesmo título.

RIBEIRO, J. F.

1998 O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. PNDES. Implicações para o Ordenamento do Território – uma Leitura. In: MEPAT, *O Território para o Século XXI. Seminário Internacional*. Lisboa.

SALGUEIRO, T. B.

2001 *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta.

SEIXAS, J.

2002 *The Gaps of Urban Governance. Diffuse Motivations in Lisbon Urban Management*: Memória de Investigação. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. (Um resumo desta tese foi publicado, com o mesmo título. *Cidades. Comunidades e Territórios*, Lisboa: ISCTE/Centro de Estudos Territoriais, 5, pp. 99-115).

SILVA, F. N.

1990 Lisboa: Ville de Deux Rives et Métropole. Les Défis à Relever.
Sociedade e Território Porto: Afrontamento. Número especial,
pp. 87-92.

Ligações à Internet

Centro de Estudos Regionais e Urbanos

<http://www.uc.pt/ieru>

Centro de Estudos Territoriais

<http://cet.iscte.pt>

Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura

<http://urban.iscte.pt>

Civitas – Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis

<http://civitas.dcea.fct.unl.pt>

Metropolis – World Association of Major Metropolis

www.metropolis.org

NESO – Núcleo de Ecologia Social. LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

<http://www-ext.Inec.pt/LNEC/DED/NESO>

UK Digital Cities

<http://www.digitalcities.org.uk>

Página intencionalmente em branco

8. Cidades, Sociedade e Cultura

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

8. Cidades, Sociedade e Cultura

Resumo

Objectivos do Capítulo

8.1 **Organização Social e Espacial Urbana – Novas Configurações**

8.2 **A Cidade Dividida**

8.2.1 *Segregação Étnica e Organização Espacial*

8.2.1.1 Modelo de Estatuto Social

8.2.1.2 Modelo do Estatuto Étnico

8.2.1.3 Medir a segregação

8.3 **A Cidade Fortaleza**

8.3.1 *A Ecologia do Medo e a Cidade Carceral*

8.3.2 *Segregação Espacial e a Erosão da Democracia*

8.4 **A Cidade e o Género**

8.4.1 *As Mulheres e o Direito à Cidade*

8.4.2 *Gestão Urbana e Género*

8.5 **Culturas Urbanas e Modernidade**

8.5.1 *Walter Benjamin – A Experiência e a Interpretação da Cidade Moderna*

8.5.2 *Cidades, Cultura e Património*

8.6 **Cidades e a Condição Pós-Moderna**

8.6.1 *Novos Imaginários Urbanos e Arquitectura*

8.6.2 *A Re-significação do Tempo e do Espaço*

8.7 **Espaços Públicos e Urbanidade**

8.7.1 *A Condição Pública da Cidade*

8.7.2 *O Espaço Público da Cidade e Estética*

Perspectivas e Conceitos-Chave

Actividades Propostas

Leituras Complementares

Ligações à Internet

Página intencionalmente em branco

Resumo

Neste capítulo começamos por examinar as novas configurações sócio-espaciais características das cidades contemporâneas, realçando três principais narrativas – a cidade dividida, a cidade fortaleza e a cidade e o género. Nesta primeira parte, procura-se identificar novos padrões de organização sócio-espacial ocorridos nas últimas décadas. Como veremos, as mudanças assinaladas na organização social do espaço são configuradas por um conjunto complexo de factores que se prendem com as novas desigualdades de classe, diferenças culturais e de género. Numa segunda parte, a discussão centra-se no significado da cultura urbana na modernidade e na “pós-modernidade”. Neste âmbito, consideramos alguns aspectos fundamentais do debate sobre a “condição pós-moderna”, salientando as dimensões cultural, simbólica e patrimonial da cidade contemporânea. Por último, abordaremos um tema fundamental para as cidades do nosso tempo, os espaços públicos e a produção de novas formas de urbanidade. Terminaremos este capítulo colocando a tónica nas dimensões estéticas da cidade e a sua relação com o espaço público, sublinhando o seu carácter social, cultural, político e estético na produção da cidade.

Objectivos do Capítulo

No final deste capítulo o/a estudante deverá estar apto(a) a:

- Aprofundar os conhecimentos sobre as configurações sócio-espaciais no contexto pós-fordista.
- Compreender a relação dialéctica entre as novas lógicas sociais e a organização do espaço urbano na sociedade contemporânea.
- Reconhecer a complexa articulação entre raça, etnia, diferenciação residencial e desigualdades espaço-sociais.
- Entender as dinâmicas da organização social do espaço e as diferenças de género.
- Relacionar a emergência de novos padrões de segregação espacial com novas formas de controlo social, privatização do espaço, governação e policiamento.
- Perspectivar as interpretações modernas e pós-modernas da experiência urbana.

-
- Analisar os debates contemporâneos sobre a condição pós-moderna da cidade e os novos significados e interpretações do espaço e da cultura urbana.
 - Discutir os processos de construção social do patrimônio simbólico urbano.
 - Problematizar as reconfigurações dos espaços públicos e as expressões estéticas na cidade contemporânea.

8.1 Organização Social e Espacial Urbana – Novas Configurações

Como vimos no capítulo anterior, os processos de globalização e de reestruturação económica registados nos últimos trinta anos têm sido responsáveis por mudanças muito significativas na organização do espaço urbano, o qual se apresenta cada vez mais difuso, fragmentado e polarizado. Fortemente associada a estas novas “espacialidades” está a emergência de complexos padrões sociais urbanos, que têm desafiado modelos convencionais de estratificação social. Embora a lógica de polarização de classes que caracterizava a sociedade fordista continue a ter um papel importante na estruturação social e espacial contemporânea, a cidade pós-fordista apresenta uma cartografia densa de novas polaridades e desigualdades.

Um crescente número de perspectivas tem pretendido descrever e identificar os novos processos de urbanização e a intensificação de desigualdades sócio-económicas. Desde os seus primórdios, a perspectiva ecológica urbana da Escola de Chicago estudou estas questões em termos de segregação de diferentes grupos de pessoas no espaço urbano. Como referimos no Capítulo III, no centro dos inúmeros estudos realizados pelos teóricos da Escola de Chicago residia, sobretudo, a preocupação em identificar as diferenças culturais entre grupos, mais do que investigar as causas materiais das desigualdades sócio-económicas existentes. Contudo, nas últimas décadas, a teorização desenvolvida no seio da sociologia urbana tem mostrado um especial interesse em explicar tanto as dimensões económicas das desigualdades sociais quanto as suas manifestações espaciais.

Segundo Soja (2000), a **pós-metrópole** (*postmetropolis*) é estruturada por uma complexa matriz de desigualdades de poder e de estatuto, resultante das novas lógicas económicas e de classe, assim como das crescentes assimetrias na distribuição da riqueza, e das diferenças raciais, étnicas e de género. Ao examinar os debates produzidos em torno das crescentes desigualdades sociais emergentes nos Estados Unidos da América, Soja identifica três principais modelos explicativos, os quais tendem a estabelecer uma estreita relação entre a organização do espaço, as desigualdades sociais e os processos de reestruturação económica, designadamente, a globalização, a emergência das novas tecnologias da informação e as dinâmicas do processo de transição para uma sociedade pós-industrial ou pós-fordista.

De acordo com o primeiro modelo, o agravamento das desigualdades sociais entre ricos e pobres é explicado a partir de dois argumentos principais.

O primeiro defende que os ricos estão cada vez mais ricos devido à adopção de novas estratégias associadas à inovação tecnológica, reorganização empresarial, enfraquecimento da regulação estatal e à localização geográfica.

Muito sucintamente, a ideia central é a de que o enriquecimento vertiginoso de uma certa camada da população americana deve-se à capacidade de capitalização de determinados sectores empresariais no âmbito dos processos de reestruturação económica a nível global, nacional, regional e local. A sua concentração nas cidades mais ricas, que funcionam como motores económicos da sociedade global permite às elites ter acesso privilegiado às redes financeiras e de informação globais, ao mesmo tempo que, lhes proporciona novas condições de habitação em enclaves residenciais fortificados, protegidos do crime, da violência e da pobreza urbana.

O segundo argumento parte do pressuposto que os crescentes fluxos de imigrantes originários de países pobres, ao aceitarem salários muito baixos e condições de trabalho precárias, têm sido responsáveis por um decréscimo do rendimento das camadas pobres nacionais e um aumento das despesas da segurança social. Assim, se por um lado, o sucesso do sector empresarial é visto como gerador de riqueza, por outro, a intensificação da imigração de regiões pobres é concebida como um factor que acentua o empobrecimento das camadas mais desfavorecidas. Esta perspectiva tem encontrado eco na opinião pública e nos *mass media*, que tendem a responsabilizar os imigrantes pela progressiva precariedade das condições de vida das classes médias e baixas (Soja, 2000).

O segundo modelo identificado por Soja (2000) centra-se, igualmente, na relação entre o sector empresarial e os processos de globalização. À luz de uma perspectiva da economia política, David Harvey (1973), tal como referimos no capítulo IV, sublinha o papel do capitalismo na produção de desigualdades sociais e espaciais. Segundo Harvey, a lógica da acumulação de capital assim como a gestão pública e o planeamento são determinantes na estruturação dos processos urbanos. Na sociedade capitalista, a redistribuição da riqueza tende a favorecer as camadas mais privilegiadas e as áreas mais ricas da cidade. Face às oportunidades de investimento em áreas mais rentáveis, os promotores imobiliários tendem a investir nestes territórios em detrimento de outros menos lucrativos. Por outro lado, o desinvestimento nos bairros mais pobres, a discriminação e o racismo contribuem para o declínio destas áreas e, conseqüentemente, para a marginalização das populações aí residentes.

Para Harvey, a intervenção do Estado poderá atenuar as desigualdades sociais e a segregação residencial através da implementação de políticas eficazes de planeamento urbano e da redistribuição de recursos às populações mais vulneráveis. Contudo, na sua opinião, o processo de crescimento e de declínio das áreas urbanas e o agravamento das desigualdades sociais a ele associadas está estreitamente relacionado com a lógica de funcionamento da sociedade capitalista e com as dinâmicas da desindustrialização e da globalização da economia.

O terceiro modelo encontra a sua expressão mais emblemática no trabalho do sociólogo William Julius Wilson (1987) sobre as causas da “nova pobreza” nos Estados Unidos da América. Durante as décadas de 70 e 80, o aumento substancial de pessoas, em particular os Afro-americanos, a viverem na pobreza absoluta em áreas degradadas e nos guetos das cidades norte-americanas suscitou um interesse renovado em explicar as causas e a persistência deste fenómeno na sociedade americana.

Ao estudar as transformações ocorridas nas comunidades marginalizadas de Chicago, Wilson defende que os negros e outras minorias pobres tendem a concentrar-se mais e mais em zonas degradadas e marginalizadas da cidade. O aparecimento destas comunidades urbanas pobres, permanentemente desempregadas, isoladas dos recursos sócio-económicos da sociedade, em geral, e espacialmente segregadas, não se pode dissociar dos processos de desindustrialização. Segundo Wilson, estas comunidades que designa por **underclass** (traduzindo literalmente, **infraclasse** ou **subclasse**), são resultantes de dois principais factores. O primeiro liga-se com a reestruturação económica registada nos E.U.A. a partir da década de 70, a qual provocou um aumento vertiginoso de desempregados entre a população negra. O segundo prende-se com o aumento daquilo a que designa “social dislocations”, as quais aludem à incidência de crimes, dependência permanente nos subsídios da segurança social, e à crescente ocorrência de nascimentos fora do casamento que caracterizam a subclasse do gueto.

Para Wilson, estas situações estão associadas à saída de negros da classe média, dos guetos para outras áreas da cidade. Com níveis educacionais e profissionais mais elevados do que os trabalhadores mais pobres e não especializados, as classes médias negras foram capazes de tirar vantagem das novas oportunidades de trabalho surgidas no sector dos serviços e em áreas especializadas do mercado de trabalho, assim como das reformas levadas a cabo pelo movimento dos direitos cívicos, das leis de anti-discriminação e de programas de acção positiva. O aumento de rendimentos possibilitou-lhes a mobilidade económica necessária para sair do gueto.

A relação entre estes dois factores, desemprego de longa duração e a migração da classe média Afro-americana para os subúrbios extremou, segundo Wilson, o isolamento social e a marginalização económica destas comunidades. Nesta perspectiva, as comunidades negras do gueto são vistas como estando socialmente isoladas não apenas dos recursos e dos valores da sociedade maioritária mas também da classe média negra, que abandonou os espaços segregados do gueto.

Da análise proposta por Wilson, podemos identificar três principais contributos, que dada a sua pertinência merecem especial relevo¹:

¹ Para uma análise crítica do trabalho de Wilson ver por exemplo, Gregory (1999); Massey e Denton (1993) e Oliver e Shapiro (1995).

-
1. As transformações verificadas nos guetos são entendidas no quadro mais lato das mudanças sócio-económicas resultantes do processo de desindustrialização da economia americana.
 2. Ao chamar a atenção para os factores de ordem estrutural e o seu impacto nas comunidades negras do gueto, Wilson desafia as abordagens políticas conservadoras que tendem a explicar as condições de vida destas populações, em particular, situações de desemprego de longa duração, à luz de uma “cultura de pobreza”, ciclicamente dependente dos benefícios da segurança social.
 3. O trabalho desenvolvido por Wilson é de particular pertinência para identificar as mudanças verificadas na estrutura de classe e na organização social das comunidades negras num quadro mais amplo do movimento dos direitos cívicos nos Estados Unidos da América.

A noção de *underclass* proposta por Wilson tem sido amplamente utilizada nos debates sobre polarização social e económica ocorrida nas grandes metrópoles contemporâneas. Por exemplo, Sassen-Koob (1987) assinala o surgimento de dicotomias acentuadas no mercado de trabalho, resultantes, em grande medida, da afirmação do sector dos serviços nas cidades em detrimento dos sectores industriais em declínio e relocalização, tanto em países menos avançados como nas franjas das áreas metropolitanas. Efectivamente, a nova economia dos serviços instalada, nas cidades requer, por um lado, a existência de um grupo de gestores, profissionais e trabalhadores especializados, auferindo elevados salários e desempenhando posições, na sua maioria, nas administrações e nos serviços financeiros e de apoio às actividades económicas. Por outro lado, verifica-se também uma ampla oferta de trabalho por parte de trabalhadores, na sua maioria não especializados e, em muitos casos, imigrantes, que prestam serviços de consumo às empresas e às novas “elites” a preços muito baixos (limpeza industrial e doméstica, restauração, etc.). Em resumo, esta tese ajuda a perceber o incremento das desigualdades sociais e profissionais no contexto das economias urbanas contemporâneas, cada vez mais assentes no sector dos serviços e marcada por polarização entre profissionais muito qualificados e trabalhadores indiferenciados. Note-se que um significativo segmento deste último grupo vive em condições de grande precariedade e em espaços urbanos marginalizados.

Para Kasarda (1988), o debate sobre a *underclass* deve-se, sobretudo, aos processos de desindustrialização e à quebra considerável de emprego nas áreas centrais urbanas, tendo como resultado um aumento elevado de desemprego entre as camadas trabalhadoras que viviam no centro da cidade. As minorias étnicas e raciais têm sido especialmente atingidas por estas mudanças estruturais associadas às dinâmicas globais e pós-industriais da economia americana, as quais tendem a acentuar as disparidades entre uma classe abastada e influente,

residindo nos subúrbios restritos a brancos e uma classe pobre, desempregada e marginalizada a viver nos guetos no centro das cidades.

Os três modelos que esquematizamos fornecem um enquadramento conceptual importante para melhor compreendermos as mudanças ocorridas no “mosaico social urbano” (Soja, 2000) nos últimos trinta anos. Embora os estudos referidos visem, sobretudo, a sociedade americana, isto não implica que se pretenda reduzir os processos identificados como um padrão único de desenvolvimento social e urbano na sociedade pós-industrial. Importa, sim, realçar a importância dos seus contributos para a análise das rápidas transformações sociais que têm reconfigurado o espaço e os imaginários urbanos. Seguidamente iremos examinar três principais narrativas sobre a cidade contemporânea, as quais pretendem caracterizar as novas configurações sociais urbanas – a **cidade dividida**, a **cidade fortaleza** e a **cidade e o género**.

8.2 A Cidade Dividida

Presentemente, a imagem da **cidade dividida**, proposta por vários autores, pretende captar as “fronteiras” simbólicas e materiais, visíveis e invisíveis produzidas pela diferenciação de classe, raça e etnia. Os trabalhos que têm incidido sobre a análise do surgimento da cidade dividida nos Estados Unidos da América têm focado, sobretudo o impacto do racismo e da segregação residencial na organização sócio-espacial das cidades contemporâneas. Para além do trabalho de Wilson, atrás referido, outros autores têm concentrado as suas investigações na marginalização de populações negras devido a processos de nobilitação (Williams, 1992) ou, ainda, na exploração dos padrões de segregação residencial verificados entre populações afro-americanas. Práticas racistas e discriminatórias por parte de promotores de imobiliário e instituições financeiras têm, segundo Massey e Denton (1993) contribuído para a produção e reprodução da segregação social e espacial entre negros e brancos. Um outro aspecto que tem merecido especial atenção prende-se com a crescente diversidade étnica e racial como um elemento estruturante das cidades contemporâneas.

As metrópoles do mundo desenvolvido constituem, presentemente, os locais de chegada de constantes fluxos migratórios oriundos, especialmente, dos países mais pobres. No novo contexto, um aspecto que merece especial realce é a trajectória das novas correntes migratórias que se dirigem tanto para países tradicionalmente de imigração como para países, que, até há pouco tempo, eram essencialmente países de emigração.

A cidade de Nova Iorque, que ao longo da história dos Estados Unidos tem sido um símbolo de diversidade étnica e racial, continua a ser o principal pólo

de atracção dos fluxos imigratórios para os E.U.A.. Entre 1980 e 1990, duplicaram as populações oriundas da Ásia, Índia, Coreia e Vietname. Em 1996 mais de 133.000 imigrantes fixaram-se em Nova York. Em Manhattan, o bairro chinês (*chinatown*), com uma população superior a 100.000 habitantes, é presentemente cinco vezes maior, tanto em termos espaciais como populacionais, do que era em 1965 (Macionis e Parillo, 2000). Noutras cidades dos E.U.A. têm-se verificado, igualmente, transformações demográficas significativas. Em Los Angeles, por exemplo, a proporção de brancos não hispânicos decresceu de 80.8% em 1960 para 40.8% em 1990, enquanto a população hispânica aumentou de 577.000 (9.6%) para 3.350.000 (37.8%), (Soja, 2000).

Na Europa, nos países tradicionais de imigração verificou-se, igualmente, um crescimento acelerado de populações imigrantes nos grandes centros urbanos. Nas últimas décadas, os países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) têm constituído, igualmente, importantes pólos de atracção das migrações internacionais.

Na década de 90, Portugal, tal como a Espanha, tem vindo a consolidar a sua posição como país receptor das migrações internacionais. Durante este período, assiste-se a um intenso crescimento dos fluxos imigratórios, verificando-se mudanças assinaláveis na composição da população migrante. Ao mesmo tempo que se consolidam as migrações provenientes dos Palop (Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) e do Brasil, novas correntes migratórias oriundas de uma multiplicidade de países da Europa de Leste, com destaque para a Ucrânia e, em menor grau, a Roménia, a Moldávia e a Rússia ganham grande relevância no quadro imigratório português. À crescente intensidade de fluxos migratórios tem estado, igualmente, associada uma maior diversidade de nacionalidades de origem, nomeadamente da Europa Central e de Leste, e de correntes de mão-de-obra com perfis sócio-demográficos muito diversificados.

² Estes valores incluem quer os imigrantes com autorizações de residência quer aqueles com autorizações de permanência.

Segundo as fontes do SEF², em 2004, a população imigrante residente no país totalizava 449.182, aproximadamente mais de um quarto dos números registados em 2001 (350.503). Embora a realidade imigratória portuguesa continue a ser marcadamente vincada pelos fluxos africanos (34.1%) é importante sublinhar, como já atrás referimos, o peso da imigração da Europa de Leste 23.9% (107.265) assim como do Brasil 14.9% (66.721) e, com menor amplitude, mas com um crescimento acelerado, as migrações da Ásia, com especial destaque para a chinesa (9.198). Tal como noutras cidades europeias e americanas, estas populações imigrantes, especialmente a africana, tendem a concentra-se em zonas urbanas degradadas e marginalizadas, partilhando, em certos casos, as suas vivências com os segmentos mais pobres da população autóctone.

8.2.1 *Segregação Étnica e Organização Espacial*

A problemática da segregação residencial tem ocupado um lugar central nos programas de investigação realizados no âmbito da sociologia urbana. Neste capítulo iremos incidir sobre dois tipos de segregação – a **segregação étnica e racial** e a **segregação económica**, os quais como veremos seguidamente, estão estreitamente relacionados. Por **segregação étnica e racial** designamos os processos de separação espacial dos grupos que têm por base as diferenças (percepcionadas) associadas às tradições, atitudes, valores, costumes e estilos de vida de populações de diferentes origens culturais, étnicas e geográficas. A **segregação sócio-económica** diz respeito às diferenças de estatuto social e de rendimento e ao modo como estas se reflectem na organização do território, com destaque para o território urbano. (Mela, 1999).

Uma crescente bibliografia sobre o fenómeno da segregação étnica e racial tem pretendido explicar a complexa articulação entre raça e etnia, diferenciação residencial e desigualdades sociais. Estes estudos têm-se centrado em torno de duas abordagens interpretativas concorrentes.

8.2.1.1 Modelo de Estatuto Social

O **modelo de estatuto social** inscreve-se na perspectiva dos teóricos clássicos da Escola de Chicago (ver Capítulo III). Segundo esta abordagem, a **segregação de um grupo étnico está directamente relacionada com o estatuto social do grupo**. O pressuposto é de que os novos imigrantes tendem a situar-se nos escalões mais baixos da hierarquia social, vendo-se obrigados a concentrarem-se nos bairros degradados e marginalizados, que no caso das cidades americanas, se situam nas suas áreas centrais (*inner city*). Estes bairros tornam-se, assim, locais de segregação étnica. À medida que estas populações vão aumentando os seus rendimentos, a tendência é para abandonarem estes bairros, deslocando-se para outras áreas que proporcionam melhores condições de vida. Este processo de dispersão e de integração culminaria com a assimilação (*melting-pot*) destas populações na sociedade americana.

Refira-se que no contexto da cidade europeia, a concentração espacial dos imigrantes e das minorias étnicas tende a apresentar níveis mais reduzidos do que nas cidades americanas, detectando-se, igualmente, uma maior diversificação das localizações no contexto do espaço urbano, acentuando-se a periferização destes grupos nas metrópoles de países como Portugal, a Espanha ou a França (Malheiros, 2001).

8.2.1.2 Modelo do Estatuto Étnico

A segunda abordagem, designada pelo **modelo do estatuto étnico**, sustenta que a segregação de comunidades étnicas não é necessariamente uma função do estatuto económico destas populações (Nowak, 1971; Kantrowitz, 1973). Para estes autores, um grupo étnico pode optar por manter situações de segregação em relação a outros grupos étnicos e à sociedade maioritária, independentemente do seu estatuto económico. Esta estratégia poderá prender-se com o desejo destas comunidades em preservar a sua cultura e identidade, minimizando, o contacto com outras populações. Dada a dimensão de certas populações étnicas e raciais, estas tendem a criar uma teia de formas organizativas e instituições autónomas (igrejas ou outros lugares de culto, escolas, comércio e serviços) que reforçam a coesão dos grupos ou mesmo tempo que as protegem de processos de assimilação à sociedade e cultura dominantes. Por outro lado, e de grande importância na formação de comunidades étnicas com um grau de fechamento significativo é o quadro ideológico, político e institucional da sociedade maioritária, na qual estes grupos se inserem. A rejeição de traços culturais das comunidades minoritárias pelo grupo dominante tenderá, em muitos casos, a criar ou a reforçar situações de segregação que surgem como resposta a ambientes que se apresentam particularmente hostis.

É importante realçar que, ao contrário dos pressupostos defendidos pelos sociólogos da Escola de Chicago, a dispersão residencial não conduz necessariamente à integração das comunidades étnicas na sociedade maioritária. Assim, segundo Mela (1999), se o primeiro modelo fundado num esquema evolutivo de integração se aplicava, em grande medida, às trajetórias de grupos étnicos europeus e cristãos na América do Norte, o segundo esquema oferece uma melhor interpretação dos percursos de comunidades étnicas não cristãs oriundas de outras regiões geográficas.

O estudo das relações étnicas e raciais tem sido uma problemática intensamente abordada nas ciências sociais. O leque de perspectivas teóricas e de trabalhos empíricos é vastíssimo, não sendo possível, no âmbito deste trabalho, desenvolver uma análise exaustiva e aprofundada desta temática. Torna-se, no entanto, importante referir, ainda que sucintamente, algumas abordagens interpretativas que, dado o seu valor explicativo, nos possibilita um melhor conhecimento da realidade. De forma esquemática poderíamos identificar quatro principais correntes teóricas que têm influenciado o debate e a investigação sobre relações étnicas e raciais nas últimas três décadas:

1. A perspectiva neo-marxista, protagonizada por autores como Stuart Hall, John Solomos, Gideon Ben-Tovim, Robert Miles e muitos outros, tende a desafiar o determinismo económico característico das abordagens clássicas marxistas, segundo as quais os fenómenos étnicos

e raciais não são mais do que as manifestações externas de conflitos de classe e de uma falsa consciência. Segundo a linha neo-marxista, as questões raciais devem ser historicamente analisadas, sendo necessário explorar, concretamente, as condições sociais, económicas e políticas específicas. Contudo, para alguns autores (Hall, 1980), o racismo é concebido como sendo relativamente autónomo de outras relações económicas, sociais, políticas e ideológicas. Para outros autores (Ben-Tovim *et al.*, 1986) o racismo deve ser entendido num quadro ideológico e político que funciona de forma autónoma na produção de discursos racistas, não estando assim dependente da esfera económica. Ainda para outros teóricos (Miles e Phizacklea, 1984), o modelo de interpretação dos fenómenos racistas assenta em três principais pressupostos. Primeiro, a raça é uma construção social que necessita ser explicada; segundo, o objecto de análise do estudo das relações étnicas e raciais deve centrar-se no processo de categorização e de racialização, o qual é concebido como um processo ideológico; terceiro, as relações de produção desempenham um papel fundamental na estruturação das relações raciais.

2. À luz de uma perspectiva weberiana, John Rex (1986) analisa em profundidade a natureza das relações raciais em sociedades coloniais, chamando a atenção para a existência de grupos culturalmente fechados cuja posição não é directamente definida pelas relações sociais de produção. Por outro lado, Rex argumenta que a formação de classes poderá ser facilitada pela existência de identidades étnicas.
3. Na antropologia, a abordagem de Sandra Wallman (1986) sobre etnicidade e a formação de fronteiras étnicas, explora de forma inovadora os contextos em que a etnicidade se torna saliente nas relações sociais. A etnicidade é, pois, concebida como uma construção social que surge na fronteira entre “nós” e “eles”. Neste sentido, a etnicidade é problematizada como um processo situacional e em constante mutação. Central no seu trabalho é a análise dos processos de marcação e manutenção de fronteiras étnicas, dos graus da sua opacidade ou maleabilidade, assim como das dinâmicas relacionadas com a instrumentalização da identidade étnica pelos membros do grupo para a obtenção de novos e mais recursos, sejam eles económicos, sociais ou políticos.
4. A teoria de *rational choice* (escolha racional) das relações raciais e étnicas defendida por Hechter (1986) sustenta que os indivíduos agem de forma racional, tendem a maximizar as suas vantagens em relação às suas preferências. Deste modo, uma vez que as preferências individuais são conhecidas, é possível prever o comportamento dos indivíduos dado um conjunto de condicionantes estruturais. Esta

perspectiva tem sido alvo de múltiplas críticas, as quais têm incidido sobre os seguintes aspectos. Primeiro, esta abordagem não é capaz de explicar as situações em que os indivíduos actuam de forma irracional a nível económico mas racional a nível afectivo. Deste modo, ao conceber o comportamento humano de forma abstracta e universal, este modelo dificilmente consegue captar a natureza complexa e, por vezes, paradoxal das relações humanas. Em segundo lugar, o reducionismo individualista implicado nesta abordagem não possibilita uma análise clara das limitações das escolhas individuais e das mudanças de preferências que caracterizam o comportamento individual e colectivo.

A sistematização teórica acima enunciada pretende, sobretudo, apresentar algumas das principais abordagens sobre o complexo paradigma das relações étnicas e raciais. Como veremos a seguir, algumas destas perspectivas têm sido fundamentais para o estudo da relação entre segregação residencial e comunidades étnicas.

No seu trabalho sobre segregação residencial e as políticas da racialização, Susan Smith (1993) examina o modo como a concentração residencial de imigrantes na Grã-Bretanha foi construída ideologicamente como um problema de **segregação racial**. A suposta guetização foi construída em torno de três dimensões principais. Ou seja, em primeiro lugar, a segregação residencial das populações migrantes foi apresentada como o resultado de estratégias de vida específicas destas comunidades que tendiam a fixar-se nas áreas mais degradadas das cidades britânicas. Em segundo lugar, os discursos político e público sobre segregação tenderam a representar o fenómeno como uma ameaça à moralidade pública e à ordem social. Por último, o problema da segregação racial foi apresentado como uma ameaça à “integridade da paisagem cultural Britânica”. Especial ênfase foi dada ao impacto da guetização em determinadas áreas urbanas, contribuindo, segundo os discursos oficiais, para a degradação do espaço e das relações sociais e culturais. Para Smith, o processo de diferenciação residencial e, sobretudo, a construção do problema da “segregação racial” desempenharam um papel fundamental na reprodução social da categoria “raça” como factor de legitimação da persistência de desigualdades sociais e económicas entre “negros” e “brancos”.

No âmbito da sociologia política, o célebre projecto de investigação levado a cabo por John Rex e os seus associados nas décadas de sessenta e setenta centrou-se na análise da posição de minorias negras nos mercados da habitação e de trabalho na cidade de Birmingham. Por exemplo, o trabalho de Rex e Moore (1967) sobre a relação entre “raça” e habitação nas áreas centrais de Birmingham pretendeu explicar os processos que levaram à concentração de populações migrantes do continente asiático e das Caraíbas nestas zonas degradadas. Especial atenção foi dada às políticas públicas implementadas no

sector da habitação e ao seu impacto na incorporação das comunidades migrantes no mercado habitacional.

Rex e Moore salientaram o modo como a administração urbana (gestores, burocratas, políticos, investidores, agentes de imobiliário, etc.) influencia e estrutura em grande medida, o desenvolvimento urbano, em particular a alocação de recursos a diferentes comunidades e grupos concentrados nas áreas centrais da cidade. Por outro lado, os promotores de imobiliário ao valorizarem zonas específicas da cidade em detrimento de outras contribuem para um desenvolvimento desigual da cidade, marcado por grandes assimetrias entre áreas desenvolvidas e áreas marginalizadas.

Uma das imagens mais contundentes da cidade dividida é-nos proposta por Wacquant (1994) no seu estudo antropológico das áreas centrais (*inner city*) em Chicago e Paris. Wacquant argumenta que o conceito de **hipergueto** constitui uma importante ferramenta analítica para descrever a segregação sócio-económica e racial, verificada nas áreas centrais e degradadas das cidades. Estas são caracterizadas por uma crescente violência que afecta o dia-a-dia das populações, pelo abandono das instituições oficiais e organizações daqueles espaços, pela informalização da economia e, por último, por um menor grau de diferenciação social. Segundo o autor, as transformações do gueto negro nos E.U.A. devem-se fundamentalmente a três principais factores: 1. as profundas transformações económicas na economia americana pós-fordista; 2. a persistência da segregação racial; 3. a retracção do Estado Providência.



Figura 8.1 – South Bronx na década de oitenta de 1900. Violência, crime, abandono assim como a ausência de políticas sociais e de renovação urbana contribuíram para a total degradação desta área³.

³ A partir dos meados da década de noventa de 1900, esta área viria a ser objecto de intervenção urbana .

Segundo a mesma linha, Auyero (2000) ao analisar os bairros degradados na Argentina nas últimas duas décadas, demonstra que as condições de vida das populações residentes nestes enclaves são directamente afectadas pela violência que tende a caracterizar as relações sociais, pela violência repressiva das instituições estatais e, por último, pela “violência estrutural do desemprego”. Estes três tipos de violência fundam-se nas profundas mudanças sócio-económicas e institucionais ocorridas na Argentina no último quartel do século XX.

Em Portugal, o rápido crescimento da população imigrante observado nas últimas décadas tem tido profundas implicações na organização social e espacial das grandes cidades. Os migrantes africanos têm-se concentrado, sobretudo, na zona norte da periferia de Lisboa, nas municipalidades da Amadora, Loures, Sintra, Cascais e Oeiras, vivendo, na sua maioria, em bairros degradados e marginalizados.

Em 1991, um importante estudo sobre as condições de vida das comunidades migrantes desfavorecidas, estimou que aproximadamente 50.000 imigrantes viviam em 130 bairros degradados e de barracas, espalhados pela área metropolitana de Lisboa. Deste total, entre 73% e 92% encontravam-se em situações de total exclusão social, vivendo abaixo da linha de pobreza, sem o mínimo de condições de habitação, e concentrando-se nas franjas mais precárias do mercado de trabalho e sectores informais da economia portuguesa (Bruto da Costa & Pimenta, orgs. 1991). Por outro lado, a inexistência de políticas sociais dirigidas a estas comunidades tendia, segundo os autores, a perpetuar situações de marginalização e de exclusão social.

Presentemente, embora a implementação de várias medidas de integração social que visam as comunidades migrantes, a sua concentração em “territórios marginalizados” tem agravado situações de exclusão social e de pobreza. Por outro lado, tem-se assistido, na última década, à emergência de novas práticas discursivas e não discursivas, que têm estado na origem de novas formas de segregação espacial, étnica e simbólica. (Ver CAIXA 8.1, *Poder e Ideologias sobre o Espaço: Da ilegalidade à guetização do Bairro do Alto da Cova da Moura*).

CAIXA 8.1

Poder e Ideologias sobre o Espaço: Da ilegalidade à Guetização do Bairro do Alto da Cova da Moura

O Bairro do Alto da Cova da Moura, situado na municipalidade da Amadora, é um dos maiores e mais antigos enclaves de população migrante existentes na área metropolitana de Lisboa. Oficialmente classificado como um bairro degradado de génese ilegal, o Alto da Cova da Moura, surge da ocupação espontânea de terrenos privados e do Estado, que se inicia nos finais dos anos quarenta com a construção das primeiras barracas por pequenos grupos de migrantes rurais.

A partir do início da década de setenta de 1900, populações oriundas de Cabo Verde foram-se fixando progressivamente no bairro. A proximidade ao centro da cidade de Lisboa e o fácil acesso a rodovias principais e à rede de transportes públicos permitia a estas populações, na sua maioria com baixos recursos económicos, uma grande acessibilidade ao emprego e a outros serviços (educação, saúde, equipamentos sociais, recreativos e desportivos).

Após o 25 de Abril, a liberalização política, as novas correntes migratórias das ex-colónias, tensões sociais e a existência de um mercado de habitação deficiente contribuíram para a proliferação e consolidação de bairros ilegais em todo o país, em particular, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O bairro do Alto da Cova da Moura não foi exceção. Entre o final da década de 70 e os anos 90 assiste-se a um verdadeiro *boom* populacional acompanhado da construção desenfreada de habitações, muitas das quais sem as condições mínimas de habitabilidade.

Ocupando uma área de cerca de 16.3 ha, estima-se, presentemente, que a população total do bairro ronde as 5.000 pessoas, com origens culturais e étnicas muito diversificadas. A maioria da população é originária de Cabo Verde, sendo, igualmente, de assinalar a presença significativa de imigrantes oriundos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, assim como de migrantes internos do Centro e Norte de Portugal, e de nacionais regressados das ex-colónias. Nos últimos cinco anos, a fixação de populações migrantes da Europa de Leste e do Brasil tem vindo a acentuar a heterogeneidade populacional do bairro.

A falta de oportunidades económicas, baixos recursos, práticas discriminatórias e a ausência de políticas sociais de integração contribuíram para a segregação residencial destas populações, as quais têm sido sistematicamente empurradas para zonas marginais e periféricas da grande cidade. Tal como noutros bairros de natureza similar (existem presentemente na Amadora 32 núcleos urbanos de

¹ Ver o excelente trabalho de Gomes da Silva (2003) sobre a produção do discurso antropológico.

construção “espontânea”), a formação e o desenvolvimento do bairro do Alto da Cova da Moura apresenta-se como uma narrativa social e urbana complexa, estruturada por uma multiplicidade de trajetórias individuais e colectivas assim como de práticas institucionais que ali convergem e se insinuam.

Ao longo do trabalho de terreno realizado no bairro do Alto da Cova da Moura, as narrativas que fui produzindo surgiam como descrições parciais, notas interpretativas e reflexões incompletas e, por vezes, ambíguas que dificilmente captavam a complexidade de um lugar onde o real e o imaginário, o visível e o invisível se cruzam e criam «realidades». O que passo a contar é uma dessas «realidades» em que decidi acreditar¹.



Afinal o que é este lugar? Um lugar policêntrico, fragmentado, difuso, com uma matriz espacial que impossibilita qualquer tentativa de descrição totalizante. É um lugar sem um ponto de partida, sem um centro, a partir dos quais possamos ler e mapear esta cartografia ziguezagueante de múltiplos espaços e relações sociais contraditórios e irredutíveis. A sul, o traçado tortuoso de ruas estreitas e poeirentas, de casas, barracas e anexos encavalitados, formando uma malha labiríntica apertada, que se vai construindo ao ritmo estonteante dos martelos e das batedeiras. Telhados e vidas sobrepostos, onde se amontoa a mão-de-obra barata africana, facilmente manipulável, cujos destinos são decididos nos lugares do poder, situados no centro da cidade. A norte, a geografia apresenta uma lógica mais reticulada, de ruas pavimentadas e de casas cercadas por pequenos jardins, onde habitam os nacionais retornados de África, migrantes internos e uma pequena burguesia africana. Chamam-lhe o “bairro europeu” em oposição ao “bairro africano”, a sul. Na Rua dos Reis, um moinho apodrecido, há muito abandonado, é para muitos a fronteira simbólica que divide (e que une) estes dois

mundos que compreendem muitos outros. A oeste, os muros e as grades cada vez mais altos, marcam uma outra fronteira, aquela que encarcera o bairro e o isola dos núcleos habitacionais da classe média. A este e a norte, as vias rápidas policiadas, que reforçam o confinamento do bairro e o impendem de se expandir.

Desde as suas origens, a produção do espaço no Alto da Cova da Moura dificilmente se poderá dissociar dos contextos económicos, sociais, políticos e institucionais mais abrangentes, os quais têm desempenhado, ao longo das décadas, um papel decisivo na estruturação social e espacial do bairro. Por outro lado, as dinâmicas sociais e as assimetrias de poder geradas ao nível da comunidade local têm constituído, igualmente, importantes elementos estruturadores deste núcleo urbano, atravessado por divisões de classe, raça, etnia e estatuto.

Nesta matriz social e espacial complexa, o Alto da Cova da Moura surge como uma constelação daquilo a que Foucault chamou de *heterotopias* capazes de “superpor num único lugar real diversos espaços, diversos locais que em si são incompatíveis” mas que “têm uma função em relação a todo o espaço restante” (1986, 25, 27). Estas observações apontam para uma concepção de espaço que implica uma visão dialéctica entre as estruturas sociais e as estruturas espaciais. Neste sentido, a estruturação do espaço é entendida como uma construção social em que o espaço e a sociedade se entrecruzam num processo relacional em constante mutação. Trata-se, pois, segundo Soja (1993: 26) de uma noção de espaço enquanto “espacialidade efectivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstracta, a contextura das práticas sociais”.

Nesta mesma linha, Rob Shields (1991) propõe o conceito de “espacialização social” para captar o modo como os processos espaciais emergem em estreita relação com o desenvolvimento social e humano. Para este autor, a espacialização social compreende tanto uma apreciação do imaginário social como das acções de intervenção no meio edificado. Assim, a construção social do espaço é entendida como “uma formação resultante de elementos discursivos e não discursivos, práticas e processos” (1991:31). Esta conceptualização do espaço é de particular importância para explorarmos a relação entre práticas discursivas (discursos e ideologias) e não discursivas, a organização do espaço e a construção de subjectividades.

Os discursos sobre o espaço e as ideologias nos quais estes se fundam são importantes factores na produção social de um lugar, ou seja, a forma como o espaço é concebido ou percebido influencia, em grande medida, o modo como as pessoas se identificam, pensam, imaginam, actuam e organizam o espaço. Neste quadro, os discursos e as práticas institucionais assumem um papel fundamental

na estruturação social do espaço. Tal como Foucault (1984) defende “o espaço é fundamental em qualquer exercício do poder.” A forma como o poder institucional representa, delimita, demarca, classifica e inter- vem num território, por outras palavras, a espacialização do poder tem profundas consequências na organização social e espacial do habitat.

Ao longo das diferentes fases de desenvolvimento do bairro do Alto da Cova da Moura, podemos identificar a emergência de dois principais discursos institucionais assentes em duas matrizes ideológicas diferentes, mas complementares. A primeira, que designo por *ideologia da ilegalidade*, consiste na transposição de um mapa de significação espacial fundado num estatuto jurídico de ilegalidade do bairro para formas de identificação dos seus residentes. Este discurso tem funcionado como uma forma insidiosa de categorização e de regulação social. Mais recentemente, a *ideologia da guetização* surge ancorada numa construção política que produz novas representações territoriais com base na articulação entre ilegalidade, criminalidade e segregação espacial.

O Outro Ilegal – Africanos e Europeus

O primeiro relatório oficial da administração local sobre o bairro do Alto da Cova da Moura foi produzido em 1983. Neste documento o bairro é descrito como um exemplo *sui generis* de ocupação ilegal de terrenos na área metropolitana de Lisboa. Oficialmente classificado como um bairro degradado de génese ilegal, o discurso institucional reforça uma dupla “ilegalidade” ou “clandestinidade”, uma vez que o seu surgimento resulta da “invasão” ilegal de terrenos privados e públicos, sendo o meio edificado, igualmente, ilegal (Relatório da Municipalidade da Amadora, 1983).

É neste quadro de “ilegalidade” que este núcleo tem sido representado pelas autoridades municipais e pelos urbanistas como um problema jurídico e administrativo. Juridicamente, o carácter “duplamente ilegal” do bairro constituía um problema para o processo de legalização, dado que a legislação em vigor não se aplicava a situações desta natureza. Em termos administrativos, para as autoridades locais, o bairro era concebido, sobretudo como um problema de habitação caracterizado pela falta de planeamento urbano, habitações precárias e a ausência de infra-estruturas básicas (água, electricidade, saneamento, recolha de lixo, etc.).

Durante a década de 80 de 1900, os vários relatórios produzidos no âmbito da autarquia reforçavam representações do bairro assentes em noções de segregação espacial e pobreza, alertando para a necessidade de planos de intervenção e da reabilitação urbana da área. Um destes relatórios, realizado em 1988, viria a focalizar a sua atenção nas atitudes dos residentes em relação à sua “situação de

ilegalidade”. O documento revelava que a maioria da população entrevistada “estava consciente” da sua ilegalidade e mostravam-se interessados em “cooperar” com as autoridades para a resolução do problema. Contudo, para aqueles que não tinham a percepção da sua situação de ilegalidade, o relatório recomendava que a municipalidade deveria torná-los conscientes do seu *estatuto de ilegalidade*.

A inscrição de uma consciência de ilegalidade nas mentes dos residentes do bairro é reveladora da construção ideológica destes habitantes como “sujeitos ilegais”. Assim, as práticas discursivas desenvolvidas pelo poder local quanto à interiorização de um sentimento de ilegalidade por parte dos residentes levavam-nos a “assimilar a transgressão das leis” (Foucault, 1995), reduzindo deste modo as suas subjectividades a um problema jurídico. Sobretudo, deparamo-nos com um processo de subjectivação com base nas características específicas de determinada área residencial.

Estes discursos influenciaram, de forma determinante, as estratégias de vida, assim como as identidades individuais e colectivas dos habitantes. Para muitos migrantes africanos, a ideologia dominante da ilegalidade moldou a percepção de si próprios, do bairro e da sociedade maioritária. Nas palavras de um residente:

Eles dizem que somos todos ilegais. Eu sei que este terreno não é nosso. É de outros, mas como toda gente, nós também precisamos de um lugar para viver. Além disso, eles deixaram-nos construir as casas. Lutamos muito por estas casas que podem ser demolidas a qualquer momento. Todo o nosso dinheiro está aqui... o que podemos fazer? Eles fazem como lhes apetecer...

Estes comentários são reveladores do modo como os discursos da ilegalidade têm configurado as identidades destas populações, reforçando sentimentos de vulnerabilidade, insegurança e de subordinação face ao poder instituído. Contudo, para muitos residentes africanos as narrativas da ilegalidade não têm sido inscritas da mesma forma em todos os habitantes do bairro. Os residentes “europeus”, dado o seu capital económico, social e político, têm conseguido funcionar individual e colectivamente como um grupo de pressão junto ao poder local. Estas acções reivindicativas traduziram-se num maior investimento público no “quarteirão europeu”, o qual tem, ao longo dos anos, beneficiado da construção de infraestruturas básicas e de outros recursos sociais e simbólicos, dificilmente acessíveis aos grupos migrantes mais desfavorecidos que vivem no “quarteirão africano”.

Nesta geografia de poderes, marcada por fortes clivagens, o quadro de interacção do bairro é atravessado por relações de dominação e de subordinação, de alianças e clientelismos, redes de sociabilidade efémeras, lealdades, deslealdades e solidariedades num processo contínuo de construção de fronteiras de inclusão e de exclusão. Em suma, a ideologia da ilegalidade como construção política não existe

no vácuo, de facto ela surge em estreita associação a um determinado lugar, cuja representação espacial tem implicado a produção simbólica de mapas identitários assentes na hierarquização cultural e étnica e na marginalização sistemática de populações migrantes residentes no bairro. Na década de 90 de 1900, os novos discursos oficiais e dos *mass media* viriam a reconfigurar as representações espaciais do bairro, contribuindo para um maior isolamento e estigmatização dos seus residentes.

Criminalização e o Gueto Imaginado

Durante a década de 90 de 1900, as representações produzidas pelos *mass media* sobre os bairros migrantes existentes na periferia de Lisboa ancoraram-se num campo semântico assente em torno de três eixos principais: imigração, comportamentos desviantes e exclusão. Em 1995, um longo artigo publicado pelo semanário *O Expresso*, intitulado “Dias Negros em Áreas Brancas” é ilustrativo deste novo regime de representação, assumindo aqui duas dimensões principais. A primeira reporta várias confrontações entre a polícia e jovens negros, denunciando situações de violência policial, humilhação pública de grupos de jovens e de atitudes racistas. Na segunda, a reportagem incide sobre o tráfico de droga, violência e delinquência nas camadas migrantes mais jovens. Se por um lado, estas populações são representadas como vítimas de exclusão social, por outro, eles são, igualmente, descritos como “gangs” que “querem destruir o que não conseguem ter, ao seu grito eles juntam destruição, roubo e violência” (18.02.1995, p. 11). Estas reportagens são acompanhadas de imagens que tendem a estereotipar e a racializar os jovens migrantes como negros sem esperança, vagueando, armados e atordoados pelas ruas de Lisboa. Dois anos mais tarde, o mesmo semanário volta a publicar várias reportagens sobre a situação das comunidades migrantes na periferia de Lisboa. Os bairros degradados da Amadora são representados como guetos e ilhas de violência e crime (*Expresso* 09.09.1997; 20.09.1997). Mais recentemente, o jornal *Público*, na sua reportagem “Viagem ao interior dos “gangs” da Grande Lisboa” (02.07.2000) relata as experiências de vida de “gangs” negros, os quais “Deitam se à hora que os pais saem de casa. Usam facas e pistolas. São vaidosos. Açam os brancos racistas. E recusam-se a continuar a viver em barracas” (*Público*, 02.07.2000, p. 6).

As representações dos bairros migrantes como guetos e de jovens negros como “gangs” têm tido importantes implicações para a construção de uma imagem pública que tende a associar imigração com criminalidade e espaços marginais. No caso específico do bairro do Alto da Cova da Moura as imagens produzidas pelos meios de comunicação social estabelecem diferenças e reforçam formas de classificação dominantes em que o

“gueto negro” surge em oposição à cidade “branca”. Em 1991 o bairro era descrito como um “gueto que não se relaciona com o resto da Buraca” (*Público*, 19.05.1991), ou, numa nota mais positiva, como “um dos guetos melhor organizados da Amadora” (*Público*, 18.05.1992). Mais recentemente, em 2001, a morte de um jovem na Cova da Moura, após ter sido alvejado pelas costas por um polícia provocou uma onda de violência entre as forças policiais e alguns grupos de jovens residentes no bairro. Os confrontos foram transmitidos em directo pelos principais canais de televisão e acompanhados de perto por inúmeros jornalistas, políticos e activistas sociais. As imagens veiculavam uma relação entre a polícia e o bairro que se prendia não tanto com o exercício da cidadania e respeito pelos direitos de todos os cidadãos, mas sim como uma narrativa de ocupação, a “colónia revisitada” por esquadrões policiais que ocupam e isolam o bairro. Comum às diferentes reportagens realizadas é a construção ideológica do Alto da Cova da Moura como um gueto negro, um lugar perigoso e traiçoeiro habitado por jovens criminosos, desempregados e ambiciosos. Contudo, este idioma que articula raça, violência e espaço tem sido, igualmente, reproduzido pelo discurso oficial que tende a reduzir os problemas vividos no bairro a questões de “insegurança” e a processos de auto-exclusão resultantes de estratégias de vida específicas às comunidades africanas, em particular, à comunidade cabo-verdiana [...]

Face a esta ideologia de criminalização e de guetização, as comunidades migrantes africanas, tais como os restantes grupos residentes no bairro, têm criado formas alternativas de representação. Para eles, a Cova da Moura é um espaço “vivido” e “imaginado” numa matriz de múltiplos significados, sociabilidades, de padrões de interacção e de redes sociais que tendem a desafiar as fronteiras impostas da ilegalidade, da marginalização e da criminalidade.

Nas palavras de um residente, “Eles dizem que a Cova da Moura é um gueto. Eu digo que a Cova da Moura é um lugar de gente trabalhadora, onde as pessoas se apaixonam, casam, têm filhos e choram os mortos. Porque é que eles não põem isso nas notícias?” A construção de um discurso contra-hegemónico é, igualmente, bem ilustrado nos comentários de um dos residentes pioneiros quando afirma que “Eles dizem que somos marginais. A marginalidade está na cabeça deles. Aqui eu vivo melhor que muitos daqueles que vivem aí fora. Há muita gente infeliz nesses apartamentos”.

A recusa em aceitar as categorizações dominantes tem implicado a re-significação do bairro não só ao nível da produção de discursos em termos do espaço concebido e percebido, mas igualmente do espaço vivenciado. A grande mobilidade geográfica e ocupacional que caracteriza a experiência de vida de muitos residentes do bairro, a participação activa em associações, sindicatos e partidos políticos de sociedade maioritária são algumas das dimensões referidas, que

refutam os discursos instituídos da guetização. De facto, as estratégias de vida dos residentes do bairro revelam um conjunto de práticas sociais que não se esgotam no local, mas que se imbricam em processos económicos, sociais e culturais mais vastos. Importantes redes sociais e de parentesco espalhadas pelo mundo moldam a experiência de vida da maioria da população do bairro. Experiências migratórias anteriores, contactos e visitas regulares a familiares e amigos que vivem no país de origem e espalhados pelo mundo, e, nalguns casos, a permanência, ainda que temporária, noutros países europeus e da América do Norte contribuem para a formação de uma cartografia social complexa, feita de múltiplos espaços de pertença e de identificação, assim como de novas noções espaço-temporais.

A tentativa em produzir um *outro* mapeamento cognitivo tem desafiado os discursos instituídos de subalternização veiculados por ideologias de ilegalidade e de guetização. Neste sentido, a história do bairro do Alto da Cova da Moura é, ela também, a história da espacialização dos *poderes* e da sua contestação [...]

Fonte: Horta, Ana Paula Beja. 2006. “*Poder e Ideologias sobre o Espaço: Da ilegalidade à guetização do Bairro do Alto da Cova da Moura*” (no prelo).

8.2.1.3 Medir a segregação

O grau de separação espacial dos vários grupos sociais e étnicos que residem na cidade pode ser medido a partir do cálculo de índices estatísticos, com destaque para os índices de segregação e de dissimilaridade. Em 1955, Duncan e Duncan enunciaram e difundiram os índices de segregação mais popularizados e que, ainda hoje, são utilizados, de forma directa ou modificada, em muitos estudos sobre a diferenciação nas distribuições espaciais de grupos sociais e étnicos nas cidades (Ver CAIXA 8.2 – *Índice de Segregação*).

CAIXA 8.2

ÍNDICE DE SEGREGAÇÃO

Calcula-se segundo a seguinte fórmula:

$$SI = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |x_i - y_i| * 100$$

x – corresponde à relação entre um grupo de população residente numa determinada unidade de análise i e a população total do mesmo grupo residente em toda a área incluída no estudo.

y – corresponde à relação entre a população de todos os grupos na unidade de análise i (excluído o grupo x) e a população dos mesmos grupos residentes (excluído o grupo x) em toda a área em estudo.

n – Número de unidades de análise geográficas que integram a área em estudo.

Este índice de segregação varia entre 0 (distribuição perfeita – distribuição equitativa dos grupos étnicos e/ou sociais pelo território) e 100 (segregação máxima).

ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE

O índice de dissimilaridade mede o grau de similaridade/semelhança entre as distribuições espaciais de dois grupos (sociais, étnicos...). Varia entre 0 (semelhança total) e 100 (completa oposição). Calcula-se segundo a fórmula indicada abaixo:

$$SI = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |x_i - z_i| * 100$$

x - corresponde à relação entre a população de um grupo de imigrantes na região i e a população global desse grupo em toda a área em estudo.

z - corresponde à relação entre a população de outro grupo de imigrantes na região i e a população global desse grupo em toda a área em estudo.

n - corresponde ao número de unidades de análise geográficas consideradas.

Estes índices, que variam entre 0 (distribuições equitativas) e 100 (completa separação – os grupos não coexistem nos mesmos espaços), permitem verificar as diferenças no modo de distribuição dos diversos grupos na cidade (comparações entre pares de grupos, com base no cálculo dos índices de dissimilaridade, que podem ser sistematizadas numa matriz) e, também, quais os grupos mais e menos segregados (cuja distribuição geográfica se distancia ou se aproxima mais do padrão da maioria da população residente na cidade ou Área Metropolitana em análise). Note-se que estes índices, sobretudo quando formulados na sua forma mais simples como está expresso na Caixa 8.2, apresentam algumas limitações. Por exemplo, os valores são influenciados pela dimensão das unidades de análise (quanto maiores, menores tendem a ser os valores dos índices, uma vez que a diversidade interna de cada unidade se acentua) e, também, pela dimensão dos próprios grupos (quanto mais numerosos, menores tendem a ser os índices de segregação, na medida em que a probabilidade de diversificação da distribuição espacial dos indivíduos se acentua. Não obstante estas e algumas outras limitações, que podem ser minoradas através da utilização de índices de segregação e dissimilaridade mais complexos, mas mais difíceis de calcular, os resultados que fornecem

**Exemplo 1 – População residente e índice de segregação
(calculado por freguesia) na AML, em 2001**

Grupos	População residente		IS
	Número	‰	
China, Índia e Paquistão	3 225	1,2	42,4
China	1 122	0,4	41,2
Índia	1 350	0,5	54,0
Paquistão	753	0,3	63,8
UE - 15	12 335	4,6	39,0
América do Norte	1 242	0,5	37,3
PALP	80 427	30,0	35,7
Angola	27 706	10,3	35,5
Cabo Verde	28 702	10,7	37,4
Guiné-Bissau	13 476	5,0	45,7
Moçambique	2 758	1,0	27,2
São Tomé e Príncipe	7 785	2,9	49,9
Europa de Leste	7 348	2,7	28,8
Brasil	16 817	6,3	27,7
Portugal	2516 812	938,2	21,5

Fonte dos dados de partida: INE, *Censos* 2001.

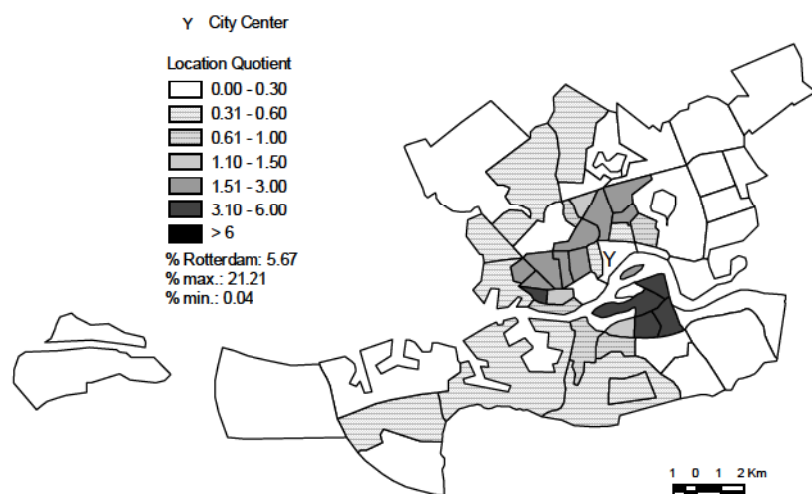
dão indicações importantes sobre os padrões de segregação de uma determinada unidade geográfica de análise (área metropolitana, cidade), permitindo também efectuar análises evolutivas (modificação dos índices de segregação e dissimilaridade ao longo de um período) ou comparativas (entre as situações observadas em várias unidades de análise, desde que se controlem algumas variáveis, como a dimensão dos grupos e das unidades de análise).

O cálculo dos índices de segregação é frequentemente acompanhado da elaboração de mapas temáticos relativos à distribuição espacial dos diferentes grupos étnicos ou sociais pelas várias parcelas da cidade ou da área metropolitana. Neste contexto, é frequente utilizarem-se os quocientes de localização como medida, uma vez que estes expressam a relação entre o peso relativo de um grupo particular da população (e.g. jovens ou ucranianos) em cada unidade geográfica e o peso relativo do mesmo grupo no conjunto da área em estudo.

Os valores de referência para os quocientes de localização são:

- QL > 1 – Sobre-representação relativa do grupo na unidade geográfica (superior ao registado no conjunto da cidade ou Área Metropolitana).
- QL = 1 – O peso relativo do grupo naquela unidade geográfica reproduz o seu significado no conjunto da área em estudo.
- QL < 1 – O grupo está sub-representado na unidade geográfica (inferior ao registado no conjunto da cidade ou Área Metropolitana).

Exemplo 2 – Distribuição dos turcos na cidade de Roterdão em 1999 (Quocientes de localização)



Para concluir, deve referir-se que, no caso específico dos imigrantes e das minorias étnicas, a questão das vantagens ou desvantagens associadas à concentração espacial tem sido objecto de discussão por parte de diversos autores (Kempen e Ozuekren, 1998). Em termos sintéticos, estas vantagens e desvantagens podem ser sintetizadas do seguinte modo:

Vantagens

- A existência, desenvolvimento e fortalecimento de redes sociais de proximidade através das quais se desenvolvem laços de entre-ajuda (circulação de informação; apoio: financeiro, “familiar” ...) e se mantém a identidade cultural;
- A concentração numa área facilita o desenvolvimento de organizações de defesa dos seus membros (discriminação, racismo...) e fortalece a capacidade de reivindicação do grupo;
- As iniciativas empresariais de base étnica, tornam-se mais competitivas, do ponto de vista da procura (comércio direccionado para o grupo étnico), do mercado de trabalho (lealdade dos empregados recrutados na mesma comunidade; criação de emprego) e da experiência (nomeadamente imigrantes recém-chegados que pretendem avançar com um negócio próprio).

Desvantagens

- Exclusão social relativamente à sociedade de acolhimento e a falta deste contacto implica limitações no acesso à informação, nomeadamente, sobre emprego, direitos de saúde, segurança, protecção social em geral.
- Segregação no sistema de educação: as crianças estrangeiras (ou de famílias originalmente estrangeiras) têm menores hipóteses de receber uma boa educação se residirem em áreas de concentração e, por isso, de ascensão social; menores probabilidades de falar fluentemente a língua da sociedade de acolhimento;
- Facilita a construção de uma má imagem e representações negativas relativamente aos residentes dessas áreas, por parte da sociedade de acolhimento, cuja compreensão do grupo étnico é limitada e superficial (sustentada por elementos parcelares nos meios de comunicação); e ignorância sugere quase sempre intolerância e medo.

8.3 A Cidade Fortaleza

8.3.1 A Ecologia do Medo e a Cidade Carceral

Nas últimas décadas, novos padrões de segregação espacial têm surgido em estreita associação com novas formas de controlo social, privatização do espaço, governação e policiamento. O crime, o medo da violência e os sentimentos de insegurança têm gerado um conjunto de estratégias de protecção, cujas expressões mais emblemáticas são a construção de enclaves fortificados, monitorizados por sistemas sofisticados de segurança, onde alguns grupos sociais das classes médias e altas se isolam e se protegem dos perigos reais ou imaginados da vida urbana. Estes novos modelos de segregação espacial e social, a que Mike Davis (1990) designou por a **ecologia do medo** alimentam-se de um “urbanismo obcecado com segurança” que naturaliza a criminalização de certos grupos, recriando simbolicamente a cidade como um arquipélago de fortalezas, indispensável num mundo dividido entre bons e maus. Estaríamos, pois, perante aquilo que Soja (2000) designa por **cidade carceral**, configurada pela intensificação do controlo social e espacial assim como pelo crescente policiamento do espaço e pela regulação repressiva da vida urbana.

Retomando o trabalho de Mike Davis, *City of Quartz* (1990), importa salientar a crítica notável e pungente que esta obra oferece sobre as novas formas de segregação espacial e desigualdades sociais em Los Angeles. Nas suas palavras:

Bem-vindos à Los Angeles pós-liberal, onde a defesa de estilos de vida de luxo traduz-se em uma proliferação de novas repressões ao espaço e ao movimento, fortalecidas pelos ubíquos sinais de ‘resposta armada’. Esta obsessão pelos sistemas de segurança físicos e, colateralmente, pelo policiamento arquitetónico das fronteiras sociais tornou-se um *zeitgeist* da reestruturação urbana, uma narrativa dominante no espaço construído emergente dos anos 90 (...) Vivemos em ‘cidades-fortaleza’ brutalmente divididas entre as ‘celas fortificadas’ da sociedade rica e os ‘lugares de terror’ onde a polícia combate os pobres criminalizados.⁴

Para Davis, a formação das cidades fortaleza dos anos 90 de 1900 insere-se num período de transição de reestruturação urbana, com início na década de sessenta. A expansão “faroónica” de espaços fortificados é entendida como expressão de uma mudança política que tem acompanhado o desenvolvimento urbano e capitalista nos últimos trinta anos. Segundo Davis, o modelo de regulação social característico do paradigma neo-liberal apresenta diferenças significativas em relação ao antigo paradigma liberal. Este último é concebido como um modelo em que formas de repressão se combinavam com reformas sociais e espaços de contestação social. Este quadro de regulação social fordista tem vindo a ser substituído por um modelo neo-liberal e por uma retórica de “guerra social” em vez de “providência social”. Neste novo contexto, os pobres

⁴ Citado em Caldeira, Maria Teresa. 2000. *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em S. Paulo*. S. Paulo: Editora 34.

são cada vez mais criminalizados, excluídos e iludidos pelas promessas de uma sociedade que os pune. As revoltas de 1992 (1992 – *Justice Riots*) decorrentes do espancamento brutal do afro-americano Rodney King por agentes policiais de Los Angeles, os quais foram posteriormente absolvidos pelo tribunal são, segundo Davis, a expressão de uma “nova guerra de classes ao nível do espaço construído”. Central à sua análise crítica da segregação social e espacial em Los Angeles é a articulação entre as novas configurações urbanas e as opções políticas neo-liberais.

Ao analisar a “arquitetura-fortaleza” Davis associa a destruição do espaço público a políticas levadas a cabo por governantes, promotores de imobiliário, urbanistas e arquitectos preocupados em responderem às necessidades das classes médias e médias altas, obcecadas com a segurança, enclausuramento, e sistemas de protecção. Neste urbanismo carceral, o espaço público democrático é minado pela crescente privatização, vigilância, e policiamento do espaço. Enclaves fortificados, muros, cancelas, arames farpados, sistemas de segurança, barricadas, ruas privadas, patrulhas armadas e grupos de vigilantes são alguns dos sinais mais visíveis de uma cidade moldada por uma “arquitetura de policiamento”, que pretende manter os pobres e os sem-abrigo afastados das comunidades afluentes dos subúrbios, atirando-os para os guetos e bairros repressivos. Nas suas palavras:

Presentemente, os *afluentes, pseudo-espacos* – centros comerciais sumptuosos, edifícios de escritórios, acrópoles culturais – estão repletos de sinais invisíveis que *mantêm afastado o “outro” da underclass*. Embora os críticos de arquitectura sejam, geralmente, indiferentes à forma como o meio edificado contribui para a segregação, grupos marginalizados – famílias latino pobres, jovens negros ou mulheres brancas idosas e sem abrigo – lêem o seu significado imediatamente. (Davis, 1990:229)

É neste contexto de constante vigilância e encarceramento que se trava a “guerra fria urbana”, entre grupos afluentes, barricados em condomínios de luxo e grupos marginalizados a quem é negado o acesso ao espaço e aos equipamentos públicos. É, pois, numa geografia disciplinarizante que novas identidades se formam e se confrontam, como a seguinte afirmação bem ilustra:

Somos parte de um mundo só. Estamos todos juntos, mas não estamos no mesmo mundo. Você, se entrar no meu mundo, é estranha; eu, se entrar no seu, sou estranho. Você não ia aceitar-me se soubesse que tenho passagens na polícia, e eu não ia acertar-te sabendo que você nunca roubou. Você tem um mundo e eu tenho outro mundo. Os nossos dois mundos estão em guerra. É isso!⁵

⁵ Citado em Arantes, António. 2001. “A Guerra dos Lugares. Fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano de São Paulo”, in Carlos Fortuna (org.) *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

Tal como no famoso filme de ficção científica, *Blade Runner* de Ridley Scott, que apresenta uma visão apocalíptica de Los Angeles em 2019, a cidade fortaleza que Davis critica, de forma tão contundente, é-nos, igualmente, apresentada através de um cenário esquizofrénico onde o caos, a decadência, a destruição, a exploração e a pobreza coexistem com um mundo corporativo de alta tecnologia, rico e paranóico.

Em suma, este binarismo que atravessa tanto o filme como o livro de Davis “*Cities of Quartz*” ilustra uma nova organização urbana caracterizada pela destruição do espaço público; um crescente sentimento de insegurança e de medo que tende a alimentar um urbanismo obcecado com a segurança; uma arquitetura confusa, eclética e desconcertante; a forte presença de forças policiais locais que *marcam* o espaço através de uma multiplicidade de técnicas e táticas sofisticadas de controlo; um “exército” de mão-de-obra barata oriunda do Terceiro Mundo que vive em condições sub-humanas nos guetos no centro da cidade e, por fim, o crescente número de elites encarceradas em comunidades fortificadas, protegendo-se da pobreza e da violência urbanas.

8.3.2 *Segregação Espacial e a Erosão da Democracia*

No seu trabalho sobre segregação social e espacial em São Paulo, Caldeira (2000) demonstra como a “fala do crime” e da violência e a violação dos direitos de cidadania se têm associado a transformações urbanas na produção de novos padrões de segregação espacial. O enfoque do seu trabalho recai sobre o modo como os enclaves fortificados e os condomínios fechados constituem uma nova forma de organização do espaço com profundas implicações na apropriação do espaço público e na qualidade da vida pública na “cidade de muros” de São Paulo. Um dos argumentos centrais é de que os novos padrões de segregação espacial tendem a destruir os valores democráticos da igualdade, acessibilidade e liberdade de circulação no espaço público, substituindo-os por novas desigualdades, policiamento de fronteiras, distanciamento e exclusão. Ao analisar a organização espacial e social em São Paulo e em Los Angeles, Caldeira defende que, apesar das diferenças entre as duas cidades, existe um traço comum que as une: o modo como as mudanças resultantes da globalização, migrações e processos de reestruturação económica em L.A., e a crise e reestruturação económica e a democratização em São Paulo assumem, sobretudo, um carácter anti-democrático, intolerante e exclusionário. (Ver CAIXA 8.3, *Cidades de Muros*).

CAIXA 8.3

Cidades de Muros

[...] O intenso medo do crime do paulistano, as altas taxas de violência da cidade e seus altos muros podem nos falar sobre tendências semelhantes em Los Angeles, mesmo que sob formas mais brandas. Em São Paulo as tensões são mais altas do que em LA. porque o gueto não está tão enclausurado, as desigualdades são maiores, a violência é mais ampla e o antigo urbanismo ainda mantém as massas nas ruas.

As diferenças entre as duas cidades, no entanto, indicam as histórias específicas e as escolhas de cada sociedade. Enquanto Los Angeles é uma região metropolitana que parece ter sempre favorecido a dispersão, a suburbanização e a privatização, São Paulo desenvolveu-se de acordo com um modelo europeu que valoriza o centro, onde as principais atividades econômicas e as residências das elites estavam concentradas. Quando a cidade se expandiu, os pobres foram mandados para longe, mas a elite permaneceu no centro. Apesar da importância de o centro ter sido um princípio organizador da cidade desde suas origens como uma vila colonial, o espaço urbano de São Paulo é composto de várias camadas de experimentos. Ele expandiu-se rapidamente e sem muita preocupação com a preservação histórica, como prova exemplarmente a Avenida Paulista e suas duas encarnações: uma de mansões para os barões do café e outra para as sedes modernistas de empresas. O espaço da cidade carrega vários tipos de inscrições: um centro velho com plano e edifícios de inspiração neoclássica; o projeto de estilo cidade-jardim para bairros da classe alta; algumas avenidas inspiradas em bulevares haussmannianos; inúmeros prédios modernistas; a arquitetura vernacular das casas auto-construídas; a improvisação das favelas; e o desenho de inspiração pós-moderna dos enclaves fortificados contemporâneos. Alguns desses elementos deixaram uma forte marca no espaço urbano, pois foram capazes de ditar sua reestruturação. O impacto mais importante dos enclaves fortificados parece ser exatamente este: eles alteram o princípio de centralidade que sempre organizou o espaço da cidade. Depois da abertura rumo à periferia nos anos 40 (inspirada por Haussmann), o investimento atual nas *outer cities* e nos enclaves é provavelmente a mudança mais radical no espaço construído, mudança que inaugura um novo padrão de segregação. A justaposição com Los Angeles indica que os instrumentos gerando esse novo padrão em São Paulo não são exclusivamente locais, mas parte de um repertório mais amplo. Ela também sugere que estamos lidando não com uma mudança de estilo dos projetos, mas com uma mudança no caráter do espaço público. A nova forma urbana desafia o espaço público moderno e democrático.

Apesar de projetos políticos nem sempre poderem ser lidos diretamente no meio urbano, especialmente devido a seu multifacetamento, os instrumentos disponíveis no meio urbano estão relacionados a diferentes projetos políticos. Usá-los, no entanto, pode não significar necessariamente atingir o objetivo pretendido. De fato, o autoritário Haussmann criou espaços democráticos em Paris (Clark 1984) e os modernistas socialistas criaram espaços vazios não-democráticos em Brasília e em muitos outros lugares do mundo (Holston 1989). De que modo forma urbana e processos políticos coincidem em cidades com São Paulo e Los Angeles, e de que modo eles divergem? Que processos democráticos podem estar se contrapondo às transformações urbanas e vice-versa? Se as desigualdades sociais parecem organizar o meio urbano em vez de serem postas de lado pela tolerância às diferenças e por fronteiras indeterminadas, que tipo de modelo podemos adotar para o público? A democracia ainda é possível nessa nova cidade de muros? Que tipo de comunidade política corresponderá à nova esfera pública fragmentada em que os interesses são expressos privadamente – por associações de proprietários, por exemplo – e na qual se torna difícil defender o bem comum?

[...] Apesar de suas especificidades, São Paulo e Los Angeles são hoje mais socialmente desiguais e mais dispersas do que costumavam ser, e muitas das mudanças nos seus espaços urbanos estão causando separação entre grupos sociais, que estão cada vez mais confinados a enclaves homogêneos. Privatização e fronteiras rígidas (tanto materiais como simbólicas) fragmentam continuamente o que costumavam ser espaços mais abertos, e servem para manter os grupos separados.

No entanto, a experiência do espaço urbano não é a única experiência dos moradores dessas cidades, e certamente não é sua única experiência seja de diferença social seja de democracia. Uma das características de Los Angeles repetidamente enfatizada por seus analistas é seu multiculturalismo, a presença de um número expressivo de diferentes grupos étnicos mudando a feição de uma cidade outrora predominantemente branca (anglo). Essas são as características destacadas por aqueles que, como Soja e Dear, vêem o urbanismo pós-moderno de uma perspectiva positiva, em vez de enfatizar seus aspectos mais negativos, como Davis tende a fazer. Soja (1996a), por exemplo, fala sobre um novo sincretismo cultural (latino, asiático), fusão cultural e a construção de coalizões. Há também a fala sobre o hibridismo e as culturas de fronteira. Alguns mencionam a importância dos meios de comunicação de massa e das novas formas de comunicação eletrônica e seu papel em borrar fronteiras e encurtar distâncias, não apenas em L. A., mas em todo lugar. Em São Paulo, a oposição aos impulsos segregacionistas e antidemocráticos do espaço urbano vem em parte também da mídia, mas principalmente de outras fontes: do processo de democratização, da proliferação de movimentos sociais e da

expansão dos direitos de cidadania das classes trabalhadoras e de várias minorias.

Tanto em São Paulo como em Los Angeles, portanto, podemos detectar processos sociais opostos: alguns promovendo tolerância à diferença e à flexibilização de fronteiras e alguns promovendo segregação, desigualdade e policiamento de fronteiras. Na verdade, temos nessas cidades uma democracia política com muros urbanos; procedimentos democráticos usados para promover segregação, como nos movimentos NIMBY; e multiculturalismo e formações sincréticas com zonas de *apartheid* promovidas por enclaves segregados. Esses processos opostos não estão desconectados mas sim tensamente ligados. Eles expressam as tendências contraditórias que caracterizam as duas sociedades. Ambas estão passando por transformações significativas. Ambas foram modificadas pela abertura e flexibilização de fronteiras (migração e reestruturação econômica em Los Angeles, e democratização, crise econômica e reestruturação em São Paulo). Se olharmos por um momento para outras cidades ao redor do mundo onde os enclaves estão aumentando, vemos que algumas estão passando por processos parecidos de transformação e democratização profundos (Johannesburgo e Buenos Aires, por exemplo). A desestabilização de fronteiras é perturbadora, especialmente para a elite. O seu movimento de construir muros é, portanto, compreensível. O problema é que as consequências da fragmentação, da privatização e dos muros são severas. Uma vez que os muros são construídos, eles alteram a vida pública. As mudanças que estamos vendo no espaço urbano são fundamentalmente não-democráticas. O que está sendo reproduzido no espaço urbano é segregação e intolerância. O espaço dessas cidades é a principal arena na qual essas tendências anti-democráticas são articuladas.

Entre as condições necessárias para a democracia está a de que as pessoas reconheçam aqueles grupos sociais diferentes como concidadãos, com direitos equivalentes apesar de suas diferenças. No entanto, cidades segregadas por muros e enclaves alimentam o sentimento de que grupos diferentes pertencem a universos separados e têm reivindicações irreconciliáveis. Cidades de muros não fortalecem a cidadania, mas contribuem para sua corrosão. Além disso, esse efeito não depende diretamente nem no tipo de regime político nem das intenções daqueles no poder, já que o desenho dos enclaves e muros traz em si mesmo uma certa lógica social. As novas morfologias urbanas do medo dão formas novas à desigualdade, mantêm os grupos separados e inscrevem uma nova sociabilidade que contradiz os ideais do público moderno e suas liberdades democráticas. Quando o acesso a certas áreas é negado a algumas pessoas e quando grupos diferentes não interagem no espaço público, as referências a ideais de abertura, igualdade e liberdade como princípios organizadores da vida social

não são mais possíveis, mesmo como ficção. As consequências da nova separação e restrição na vida pública são sérias: ao contrário do que pensa Jencks (1993), a arquitetura e o planejamento defensivos promovem o conflito em vez de evitá-lo, ao tornarem explícitas as desigualdades sociais e a falta de referências comuns. Na verdade, podemos argumentar que a rebelião de Los Angeles foi causada pela segregação social, não pela falta de separação e de defesas.

Se as experiências de separação expressas no meio urbano se tornarem hegemônicas em suas sociedades, elas se distanciarão da democracia. No entanto, dada a disjunção entre os diferentes tipos de experiências em cidades como Los Angeles e São Paulo, há também a esperança de que o contrário possa acontecer: que as experiências de borrar fronteiras e de democratização acabem se estendendo ao espaço urbano.

Nota:

46. Soja, por exemplo, interpreta os distúrbios de 1992 como o primeiro movimento de resistência ao pós-modernismo e ao pós-fordismo conservadores (1996a: 459).

Fonte: Caldeira, Maria Teresa do Rio. 2002. *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. S. Paulo: Editora 34, pp. 338-340.

A teorização da “cidade fortaleza” aqui apresentada tem assentado numa lógica binária entre espaços que se opõem e que dificilmente se cruzam. Mundos “em guerra”, de fronteiras contraditórias, vigiadas ostensivamente, em que o espaço público se contraí e se privatiza. Para Arantes (2001) a cidade contemporânea e, em particular São Paulo, é, contudo, atravessada por múltiplos lugares e territórios liminares, intersticiais e efêmeros. Praças e ruas constituem-se como lugares transitórios “polissêmicos” habitados por vendedores, ladrões, drogados, mendigos, “meninos de rua”, forasteiros, padres, polícias, magistrados, comerciantes, capitalistas, jovens e activistas que se cruzam, criam e recriam novas fronteiras e onde “inúmeras categorias sociais ganham expressão espacial, dando assim visibilidade pública às suas identidades contrastadas” (2001:260).

É, pois, numa geografia de contornos fugidios e ambíguos que novas configurações sociais e identidades se enunciam. Lugares híbridos onde as fronteiras sociais, os conflitos e as tensões se revelam numa organização espaço-temporal, que transcende as polaridades entre os bairros “civilizados” e os “guetos bárbaros”.

Aos cenários da cidade fortaleza e carceral, Soja (2000) contrapõe uma interpretação que toma em consideração novos espaços de contestação e de resistência que se vão formando ao nível micro das vivências do dia-a-dia. A mobilização de comunidades locais, o seu envolvimento nas políticas locais e a constituição de associações de moradores são alguns exemplos de um novo activismo social, que tem procurado defender o local contra os processos insidiosos da globalização e da reestruturação urbana. Apesar da fragilidade destes movimentos e das alianças locais, o seu campo de intervenção social tem-se alargado a áreas cruciais da organização urbana. Reivindicações ao nível de uma maior participação política, representação nos organismos de planeamento urbano, construção de habitação social, protecção contra o crime, a violência e a especulação imobiliária são alguns das principais acções protagonizadas por novos actores sociais. Neste sentido, Soja argumenta que, apesar do *apartheid social e espacial* vivido em Los Angeles e noutras grandes metrópoles, ainda restam bolsas de resistência, de culturas de fronteira, que emergem das margens, das populações oprimidas que reclamam novos espaços de cidadania.

8.4 A Cidade e o Género

8.4.1 *As Mulheres e o Direito à Cidade*

A organização social do espaço reflecte não apenas as dinâmicas de classe, raça e etnia mas também as de género. Mais recentemente, as abordagens feministas sobre o fenómeno urbano têm-se centrado no modo como o espaço é marcado e estruturado por diferenças de género (*the gendered space*). Elisabeth Wilson, no seu livro, *The Sphinx in the City: Urban Life, the Control of Disorder, and Women* (1991) sustenta que as mulheres “tal como as minorias, crianças e os pobres, ainda não são cidadãos de pleno direito no sentido em que nunca lhes foi concedido o total e livre acesso às ruas ... têm sobrevivido e desenvolvido nas áreas intersticiais da cidade, negociando as contradições da cidade à sua maneira” (1991:8).

A crescente bibliografia feminista sobre a cidade e as diferenças de género tem revelado um particular interesse na análise crítica da concepção binária entre espaço público e privado e no modo como esta ideologia tem excluído sistematicamente as mulheres do espaço público e, conseqüentemente, do exercício dos seus plenos direitos como cidadãs. Desde o século XIX que o espaço público tem sido equacionado com o domínio dos homens e o espaço privado, ou doméstico, com o das mulheres. Segundo Wilson (1995), no contexto da nova sociedade urbana do século XIX, esta ideologia estava associada a práticas de controlo social e espacial das mulheres. A cidade era

concebida como um lugar de libertinagem, sujo e promíscuo e, como tal, impróprio para as mulheres. O espaço doméstico, pelo contrário, era representado como o lugar próprio das mulheres, conferindo-lhes respeitabilidade e boa reputação. Neste sentido, a apropriação do espaço público pelas mulheres era percebido como uma ameaça ao poder repressivo patriarcal. Contudo, o desenvolvimento da sociedade capitalista, ao oferecer novas oportunidades de trabalho e de consumo, tendeu a minar o controlo patriarcal exercido até então, sobre as mulheres. A crescente feminização do mercado de trabalho e os novos padrões de consumo criavam novos espaços de intervenção para as mulheres das classes baixas e médias altas, desafiando as fronteiras do público e do privado. Para Wilson (1995: 150), a “ideologia anti-urbana” característica do século XIX “assentava no medo de perda do controlo patriarcal sobre as mulheres, constituindo uma tentativa em confina-las à casa e ao controlo dos homens”. Segundo a autora, não obstante, estes esforços tenham sido infrutíferos, esta ideologia moldou, em grande medida, as percepções ocidentais da vida urbana e do lugar das mulheres na cidade.

É certo que a emergência de movimentos de mulheres por melhores condições de vida, igualdade e justiça social tem contribuído, de forma significativa, para a produção de novas representações sobre as mulheres e os espaços urbanos. Contudo, as mulheres continuam a ser vítimas do poder patriarcal e de práticas discriminatórias que se manifestam em vários domínios. Além da reprodução biológica, as mulheres têm a seu cargo a organização e execução de um conjunto de tarefas que asseguram a reprodução da unidade familiar. A preparação dos alimentos, as compras para o consumo doméstico, o cuidar da casa, dos filhos e dos idosos, em suma, o trabalho na esfera doméstica é visto, por Wallerstein (1983) e por outros autores como uma forma de exploração do trabalho feminino que desempenha um papel de grande importância na determinação dos custos do trabalho produtivo e na exploração do trabalho masculino, e, como tal, na maximização do lucro.

Esta linha interpretativa destaca a articulação entre as dinâmicas de discriminação no espaço doméstico e outras formas de exploração produzidas no espaço da produção e na organização espaço-temporal da cidade. Os processos de globalização e de intensificação do investimento transnacional têm tido um importante impacto na esfera doméstica. Presentemente, e a nível mundial, entre 80% a 90% dos trabalhadores de linhas de montagem não pesadas são mulheres. (UN-Habitat, Gender Policy Report, 2003). Por exemplo, a indústria electrónica na Ásia tem sido desde os anos sessenta um forte empregador de mão-de-obra feminina não qualificada. O mesmo tem acontecido com unidades de produção multinacionais, por exemplo, as *maquiladoras* dos Estados Unidos da América implantadas no México, as quais empregam, na sua maioria, mulheres operárias. Acresce-se, ainda, o papel desempenhado pelo trabalho feminino no desenvolvimento das novas sociedades industrializadas. Por outro

lado, tem-se vindo, igualmente, a assistir à intensificação do trabalho doméstico no sector informal da economia.

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho (formal e informal) deve-se a um conjunto complexo de factores económicos e sociais. A discriminação salarial de que as mulheres têm sido as principais vítimas tem-se traduzido na redução dos custos do trabalho produtivo e, portanto, na rentabilidade do capital. Embora na maioria dos países ocidentais seja consagrado na legislação o princípio de salário igual para trabalho igual, as mulheres continuam a auferir salários inferiores aos dos homens. De igual importância, e dada a falta de oportunidades no mercado de trabalho, é a aceitação social por parte das mulheres de trabalhos árduos e precários em *sweat shops* em indústrias de calçado ou têxtil, ou em linhas de montagem de produtos electrónicos na Ásia.

O trabalho de antropólogos realizado na indústria electrónica demonstra que a participação das mulheres neste sector está estreitamente associada a formas de dominação patriarcal através das quais o emprego de muitas mulheres resulta de acordos pré-estabelecidos entre empresas e famílias patriarcais (Salaff, 1981).

A crescente incorporação das mulheres no mercado de trabalho tem tido importantes consequências nas relações familiares. Em primeiro lugar, a contribuição financeira das mulheres torna-se indispensável para assegurar determinados níveis de vida e, em muitos casos, fundamental para a sobrevivência do agregado familiar. Como resultado, o poder de negociação das mulheres no espaço doméstico tem aumentado significativamente. Em segundo lugar, e directamente relacionado com a progressiva emancipação económica, os movimentos feministas têm, em grande medida, conseguido desafiar ideologias patriarcais, na luta pela igualdade e pela emancipação das mulheres.

Contudo, as mulheres continuam a ser confrontadas com situações de grande desigualdade económica, social e espacial. O planeamento urbano nas cidades contemporâneas reflecte, ainda, um modelo de família nuclear, no qual as mulheres estão destinadas à vida doméstica e os homens ao trabalho assalariado fora de casa. Este tipo de modelo tem reforçado estereótipos sociais, projectando representações que não traduzem a realidade da maioria das famílias a viverem nas cidades. De facto, as mulheres assumem diariamente duplas jornadas de trabalho combinando actividades laborais com tarefas domésticas. A falta de serviços sociais de apoio às crianças e aos idosos e o deficiente planeamento urbano, nomeadamente a desarticulação entre o lugar de residência, trabalho, serviços sociais, instituições escolares e de saúde, e a deteriorização dos serviços sociais, em geral, estruturam a qualidade de vida dos habitantes da cidade e, em particular, das mulheres. A sua maior dependência nos serviços urbanos torna-as especialmente vulneráveis às múltiplas disfunções urbanas. Por outro lado, a fraca participação das mulheres nos projectos de planeamento urbano

e nos processos de decisão política tende a perpetuar situações de exclusão social e espacial nas quais as mulheres são as principais vítimas.

Um outro aspecto que merece especial atenção diz respeito à insegurança e à violência a que as mulheres na cidade estão continuamente expostas. O medo associado à criminalidade e à agressão influencia o modo de apropriação do espaço público pelas mulheres, ou seja, condiciona, em grande medida, o acesso à cidade e à mobilidade em certas áreas, especialmente, nas horas nocturnas (Valentine, 1992).

8.4.2 *Gestão Urbana e Género*

Mais recentemente, os debates políticos sobre a cidade e cidadania têm pretendido criar novas formas de construir e de viver as cidades, tomando em consideração as questões ligadas ao género. As iniciativas desenvolvidas neste âmbito têm sido inúmeras e multifacetadas e, embora não seja possível proceder aqui a uma análise exaustiva, é de destacar, dada a sua importância, os principais programas e as políticas implementadas pela Organização das Nações Unidas, UNHabitat, assim como as acções levadas a cabo por várias organizações internacionais a funcionar nesta área.

Desde de 1981, e após a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres, Desenvolvimento e Paz, realizada em Nairobi, o papel das mulheres no desenvolvimento de comunidades ganhou um lugar central na agenda política desta organização. Durante a década de noventa de 1900, uma maior sensibilidade em relação às questões do género e a promoção da participação das mulheres nas comunidades pautaram a criação do Programa Mulheres no Desenvolvimento de Comunidades, implementado no âmbito da UNHabitat.

Em 2000, e na sequência deste programa, foram definidos, pela primeira vez, uma política e um plano de acção integrados. O programa “Gendered Habitat: Working with Women and Men in Human Settlements Development” pretendeu fornecer um quadro conceptual e operacional de modo a viabilizar o mandato da UNHabitat para estabelecer uma política de género. Dado o rápido processo de urbanização a nível mundial, as crescentes pressões nos espaços urbanos e os complexos processos de gestão urbana, a incorporação da dimensão do género na organização dos espaços urbanos é considerada da maior importância para um desenvolvimento equilibrado e justo das cidades. Para a UNHabitat, a elaboração de uma política de género e de gestão urbana assentou nos seguintes pressupostos:

As mulheres e os homens vivem a cidade de maneiras diferentes, de acordo com os seus papéis e com as suas responsabilidades resultantes da divisão sexual do trabalho. Esta exprime-se, não somente a partir da diferenciação das tarefas atribuídas às mulheres e aos homens, mas igualmente através do acesso e controle de recursos, assim com na valorização das actividades de uns e de outros. As relações sócio-culturais entre os sexos revelam-se em particular na organização espacial da cidade e tem muitas implicações nas políticas de estruturação urbana e na maneira pela qual as cidades são planeadas e geridas” (UNCHS-HABITAT II).

A nova política é norteada por um conjunto de programas cujos principais objectivos são:

1. Continuar e criar novos programas de formação de mulheres e homens e implementar estratégias organizacionais de desenvolvimento no âmbito da UNHabitat.
2. Promover a participação das mulheres na governação e gestão das cidades.
3. Reconhecer o papel das mulheres na gestão da habitação e no planeamento urbano.
4. Desenvolver actividades de investigação e estratégias para a constituição de redes sociais.
5. Promover uma maior consciencialização por parte dos governos, organizações não governamentais e organizações locais para as questões do género, reforçando a sua capacidade para integrar uma perspectiva de género da criação, implementação e avaliação de programas, projectos e outras actividades.

Os múltiplos programas pretendem, acima de tudo, um desenvolvimento mais igualitário das cidades, assegurando, assim, o acesso das mulheres aos recursos e às oportunidades que aquelas podem oferecer.

⁶ Esta Carta foi elaborada no âmbito de um projecto europeu de Pesquisa/Ação tendo sido subvencionada pela Unidade pela Igualdade de Oportunidades da Comissão da União Europeia. A difusão da Carta junto às instituições internacionais é assegurada pelas seguintes associações: Eurocultures, City and Shelter, o Grupo Cadre de Vie, o Lobby Europeu de Mulheres e a rede europeia de cidades, “Quartiers en Crise”.

A crescente preocupação com as dimensões do género na organização dos espaços urbanos tem implicado a criação de inúmeros organismos governamentais e não governamentais, movimentos sociais e associações que têm promovido novas perspectivas sobre a cidade e sobre os direitos das mulheres. A título de exemplo, e dada a sua relevância, é importante mencionar a elaboração, em 1994, da “Carta das Mulheres na Cidade”⁶ que visou a criação de uma nova “filosofia do planeamento urbano” favorecendo uma cidadania activa e paritária.

Os fundamentos da Carta centram-se em torno de duas principais dimensões. A primeira diz respeito à necessidade de promover a participação efectiva das

mulheres nos processos de decisão relativos ao planeamento urbano, habitação, ambiente e qualidade de vida. A segunda incide sobre a importância em desenvolver uma cultura de cidadania implicada na promoção da igualdade de oportunidades e sensível à dimensão do género no desenvolvimento da cidade. Especial relevo é dado às iniquidades existentes na cidade e ao seu impacto na vida quotidiana das mulheres. A tomada de consciência das desigualdades e assimetrias que enformam as vivências das mulheres nos espaços urbanos é vista como uma condição fundamental para a criação de estratégias de mudança social, que possibilitam a intervenção directa das mulheres na resolução dos problemas que mais as afectam.

O trabalho de Teresa del Valle (1997) sobre o modo como o espaço urbano estrutura as vivências das mulheres realça, precisamente, a necessidade de reconhecer as mulheres como um actor colectivo, protagonistas sociais que reclamam novas formas de construção e de apropriação do espaço. Neste sentido, a cidade como sendo “principalmente el lugar de lo cotidiano donde se vive el día a día en relación al trabajo, el ocio, la violencia, el sexo, las relaciones, el amor” é o lugar da experiência individual e colectiva, configurada por múltiplas e diferentes necessidades e aspirações, as quais são marcadas pela dimensão de género. (1997:245) Segundo a autora, a construção de representações e de práticas inovadoras de vivenciar a cidade por parte das mulheres implica, necessariamente, a produção de novas visibilidades em espaços socialmente relevantes, dos quais estas têm sido parcial ou totalmente excluídas.

Nesta primeira parte do capítulo examinámos as diferentes manifestações urbanas das desigualdades sociais inerentes ao processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, e o modo como estas configuram a organização espacial e social das cidades. Seguidamente, iremos centrar a nossa atenção nos estilos de vida urbana, ou seja, as culturas da cidade enquanto dinâmicas sócio-culturais, identitárias e simbólicas.

8.5 Culturas Urbanas e Modernidade

A interpretação da cidade como um lugar de construção cultural e simbólica tem atravessado a história da sociologia urbana desde os seus primórdios. Como foi sublinhado nos Capítulos III e IV, autores como Simmel, Wirth e Lefebvre, a partir de diferentes perspectivas, forneceram chaves de leitura importantes e inovadoras sobre a complexa construção do significado do urbano. Nesta parte, debruçar-nos-emos sobre diferentes leituras da cultura urbana, colocando a

tónica nas interpretações “pós-modernas” da experiência urbana. Começamos por tratar, ainda que muito brevemente, a abordagem proposta por Walter Benjamin sobre a cultura urbana moderna. Este pensador e crítico literário de tradição marxista capta, de forma singular, a experiência da modernidade e o modo de vida urbano. Num segundo momento exploramos alguns aspectos fundamentais do debate sobre a “condição pós-moderna”, salientando as dimensões cultural, simbólica e estética dos “novos espaços urbanos”.

8.5.1 *Walter Benjamin – A Experiência e a Interpretação da Cidade Moderna*

Não conhecer bem os percursos de uma cidade não tem muito que se lhe diga [.....] Perder-se, no entanto, numa cidade, tal como é possível acontecer num bosque, requer instrução ... é uma arte que aprendi tarde; ela concretizou o sonho cujos primeiros vestígios foram labirintos nos mata-borrões dos meus cadernos.⁷

⁷ Ver Prefácio de Susan Sontag, p. 10, em Walter Benjamin. 1992 (1928, 1932-1938). *Rua de Sentido Único e Infância em Berlin por volta de 1900*. Traduções de Isabel de Almeida e Sousa e Cláudia de Miranda Rodrigues. Lisboa: Relógio de Água.

Esta passagem autobiográfica do texto de Walter Benjamin (1892-1940) “Berlin Chronicle” constitui um ponto de partida para examinarmos o modo como o autor apreende e conceptualiza a cidade. Para Benjamin, as formas urbanas, são interpretadas a partir de um conjunto de experiências individuais, de fantasias, de sonhos e de vontades que estruturam a nossa percepção da cidade. Assim a interpretação da cidade emerge da negociação constante entre a experiência individual e o simbolismo cultural específico a cada cidade.

No célebre ensaio sobre a cidade de Nápoles, Benjamin e Asja Lacis exploram os conceitos de *transição temporal* e *porosidade espacial* para explicar a experiência urbana. A primeira noção refere-se à ambiguidade temporal que caracteriza os seus edifícios, tornando-se muito difícil distinguir os processos de construção dos de ruína. No caso de Nápoles, a linha divisória entre o passado, o presente e o futuro afigura-se ténue e imprevisível. A ideia de porosidade espacial refere-se ao modo como as formas arquitectónicas se entrelaçam com as práticas do dia-a-dia, num processo feito de descontinuidades e de mudança. Tal como Benjamin sugere “Tão porosa como a pedra é a arquitectura. O edificado e a acção interpenetram-se nos átrios, arcadas, e escadarias. Em tudo eles preservam a capacidade de se tornarem um teatro de novas, imprevisíveis constelações. A marca do definitivo é evitada”.⁸ Esta relação complexa entre estilos arquitectónicos, práticas sociais, formas culturais e experiências individuais constituiu um eixo central nas abordagens da cidade propostas por Walter Benjamin.

⁸ Citado em Howard Caygill. 1998. Walter Benjamin. *The Colour of Experience*. London: Routledge, p. 122.

Dada a grande complexidade de que se revestem as análises deste autor, cujo aprofundamento está fora do âmbito deste manual, gostaríamos, no entanto, de explicitar um conjunto de ideias chave que atravessa os seus trabalhos e que constitui um valioso contributo para um melhor onhecimento da experiência urbana moderna.

Seguindo as linhas gerais propostas por Savage e Warde (2002) traçamos, em seguida, e de forma esquemática, algumas das reflexões mais importantes:

1. Um dos conceitos centrais apresentados por Benjamin é o de **aura**. Esta noção diz respeito “ao carácter único de uma obra de arte (o qual) é inseparável do facto de estar associada à edificação da tradição” (citado em Savage and Warde, 2002:138). Em relação à cidade, a existência de aura está ligada à identidade específica de cada cidade. A sua identidade particular, os seus edifícios, ruas, escadarias, arcadas, becos, e miradouros conferem-lhes um carácter único, o qual não é reproduzível. Por exemplo, a aura da cidade de Lisboa pode evocar outras cidades do sul da Europa, contudo, Lisboa não se assemelha a nenhuma outra cidade. O mesmo se poderia dizer de outras cidades tais como Paris, Veneza ou Londres (para mencionar apenas alguns exemplos) cuja aura é inimitável.

Contudo, tal como Benjamin assinala, a aura na obra de arte está associada à tradição, a determinado período histórico, a uma época. No caso das cidades, esta aura seria ténue, na medida em que, as cidades estão em constante mutação. Ao longo dos séculos, as cidades são construídas, destruídas e reconstruídas. Deste modo, a sua tradição não existe fora da sua historicidade, de facto “as cidades são a sua própria tradição” (Savage and Warde, 2002:141).

Esta tradição é frequentemente feita de rupturas e de profundas transformações simbólicas tal como Benjamin argumenta no seu ensaio sobre o projecto de reconstrução de Paris levado a cabo por Haussmann nos últimos decénios do século XIX. As formas urbanas edificadas são concebidas como expressões culturais, reveladoras da natureza específica da modernidade (Ver CAIXA 8.4, *Haussmann ou as Barricadas*).

CAIXA 8.4

Hausmann ou as Barricadas

O ideal urbano de Hausmann consistia no traçado de longas e alinhadas fileiras de ruas. Este ideal corresponde à tendência, constantemente visível ao longo do século XIX, para enobrecer as necessidades técnicas com pseudo-finalidades artísticas. Os templos do poder espiritual e temporal da burguesia haveriam de alcançar a apoteose enquadrados por fileiras de ruas que, tal como os monumentos, eram tapadas com uma tela e descerradas no dia da inauguração. A actividade de Hausmann integra-se no imperialismo napoleónico que favorece o capital financeiro. Paris experimenta um período propício à especulação. A especulação que se faz na bolsa substitui os jogos de azar, herdados da sociedade feudal. As fantasmagorias do espaço, às quais se abandona o *flâneur*, correspondem as fantasmagorias do tempo, às quais se entrega o jogador. O jogador transforma o tempo numa droga. Lafargue vê o jogo como uma reprodução em miniatura dos mistérios da conjuntura económica. As expropriações feitas por Hausmann suscitam uma especulação fraudulenta [...]

Hausmann tenta fortalecer a sua ditadura e colocar Paris sob um estado de emergência. Em 1864, num discurso parlamentar, dá livre curso ao ódio pela população desenraizada das grandes cidades. A medida do seu ódio é proporcional à das suas obras. O encarecimento das rendas empurra o proletariado para os subúrbios. Os *quartiers* de Paris perdem, assim, a sua fisionomia própria. Aparece a “cintura vermelha” 27. Hausmann designou-se a si próprio como “artista da demolição”. Ele sentiu em si mesmo uma verdadeira vocação e salienta isso nas suas *Memórias*. Entretanto, transforma os parisienses em estranhos na sua própria cidade. Estes perdem o sentimento de pertença. Começam a tomar consciência do carácter inumano da grande cidade. [...]

Notas

27. Cintura de muralhas, mandada edificar durante o ministério de Thiers, em 1841. (*N. Da T*).

Fonte: Benjamin, Walter.(2001). “Paris, Capital do Século XIX”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

-
2. A cidade moderna é concebida como um espaço de commodificação das relações sociais, que contribui para a “degradação da aura”. Segundo Benjamin (1992:52),

A liberdade do diálogo vai-se perdendo. Antigamente entre pessoas que dialogavam era natural a compreensão pelo interlocutor. Actualmente, porém, ela é substituída pela pergunta acerca do preço dos seus sapatos ou do seu chapéu. O tema das condições de vida, do dinheiro, infiltra-se fatalmente por toda a conversa amigável.

Este processo é acompanhado pela ambiguidade, “ocupando o lugar do autêntico”, a insegurança e a resistência – dimensões novas da experiência urbana, com as quais os cidadãos se confrontam. Para Benjamin, estes desafios implicariam duas respostas possíveis: a luta contra as novas valências da vida urbana moderna e, como tal, a defesa de determinadas identidades ou, então, a produção de formas sociais inovadoras. Se na primeira, a defesa de identidades fixas torna-se uma opção inviável, a segunda constitui uma força que questiona a identidade ao pretender transformá-la.

3. Para Benjamin, a figura cultural do **flâneur** é o reflexo das ambiguidades e das perplexidades da modernidade. Se para Simmel a atitude *blasé* é a manifestação da despersonalização e objectificação da economia monetária, para Benjamin o flâneur é a “personificação da ambiguidade típica da cidade moderna” (Fortuna, 2001:14). O intérprete da modernidade proposto por Baudelaire surge assim na imagem do flâneur e na sua atitude “distraída” e descomprometida, vagueando ociosamente pelas ruas da cidade, fazendo cruzar as recordações do passado com a experiência do presente, devolvendo leituras fugazes e liminares da experiência urbana. (Ver CAIXA 8.5, *Baudelaire ou as Ruas de Paris*).

CAIXA 8.5

Baudelaire ou as Ruas de Paris

Tout pour moi devient allégorie.

(Baudelaire, *Le Cygne*) 22

O génio de Baudelaire, que se alimenta da melancolia, é um génio alegórico. Com Baudelaire, Paris torna-se, pela primeira vez, um objecto da poesia lírica. Não é, porém, uma poesia regionalista; ao contrário, o olhar que o alegorista faz mergulhar sobre a cidade é

olhar de um homem alienado. É o olhar do *flâneur*, cujo modo de existência disfarça, num halo de serenidade, a iminente angústia do habitante das grandes cidades. O *flâneur* encontra-se ainda no limiar; no limiar da cidade e da classe burguesa. Nem numa nem noutra ele se sente à vontade. Procura refúgio na multidão. As primeiras contribuições para uma fisionomia da multidão encontram-se em Engels e Poe. A multidão é o disfarce através do qual a cidade familiar atrai o *flâneur* como uma fantasmagoria. Esta fantasmagoria, que ora a faz parecer uma paisagem ora um quarto, inspirou a ornamentação dos grandes armazéns que tornam a própria *flânerie* um negócio lucrativo. O grande armazém de comércio é o cenário da última deambulação do *flâneur*.

Na pessoa do *flâneur*, a camada intelectual da população rende-se ao mercado, indo aparentemente para dar uma vista de olhos, mas, na verdade, para encontrar um comprador. Neste sentido intermediário, em que ainda tem mecenas, mas que já começa a familiarizar-se com as leis do mercado²³, este estrato constitui a boémia. À indeterminação da sua posição económica corresponde a ambiguidade da sua função política. Esta última encontra a sua expressão menos ambígua nos conspiradores profissionais que, de uma maneira geral, são recrutados na boémia. O seu primeiro campo de acção é o exército, em seguida, viram-se para a pequena burguesia e, ocasionalmente, para o proletariado. E, contudo, esta camada social reconhece os seus adversários nos autênticos líderes do proletariado. O *Manifesto do Partido Comunista* põe fim à sua existência política. A poesia de Baudelaire retira a sua força do sentimento de rebeldia próprio deste grupo. Baudelaire coloca-se do lado dos a-sociais.

Facilis descensus Averni
(Virgílio, *Eneida*) 24

O que é único na poesia de Baudelaire é que as imagens da mulher e as imagens da morte se compenetraram numa terceira que é a imagem de Paris. A Paris dos seus poemas é uma cidade submersa, mais submarina do que subterrânea. Os elementos tectónicos da cidade – a sua formação topográfica, o velho e abandonado leito do Sena – deixaram, sem dúvida, os seus traços na sua poesia. Mas a questão decisiva em Baudelaire é o substrato social, moderno, do “idílio mortal” da cidade. A modernidade é a tónica essencial na sua poesia. É a modernidade que, com o *spleen*, estilhaça o ideal (*Spleen et Ideal*). Mas é precisamente a modernidade que constantemente convoca a proto-história, devendo-se isso à ambiguidade que caracteriza as produções e as relações sociais desta época. A ambiguidade é a manifestação figurada da dialéctica imobilizada. Esta imobilidade é a utopia e a imagem dialéctica é, portanto, uma imagem de sonho. A mercadoria considerada em absoluto, que dizer,

como fetiche, dá uma imagem deste género, tal como as galerias que são a um tempo exterior e interior, e tal como a prostituta que é a um tempo vendedora e mercadoria.

Notas

22. “Tudo para mim se torna alegoria”.

23. “Através do romance-folhetim”, como W. Benjamin esclarece em *Paris, capitale du XIX ème siècle. Exposé* (Das Passagen-Werk, Frankfurt am Main, Edition Suhrkamp, 1982, p. 70). (N. da T.)

24. “É fácil a descida ao Averno” Sendo Averno o lago infernal, o sentido seria o de que é fácil trilhar o caminho do mal. (N. da T.).

Fonte: Benjamin, Walter. (2001). “Paris, Capital do Século XIX”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

As “leituras” que Walter Benjamin faz da experiência urbana moderna fornecem-nos pistas de interpretação importantes para a análise do papel do simbólico nas vivências da cidade numa sociedade de consumo massificado. Como veremos adiante, as ambiguidades, as perplexidades, a pluralidade simbólica e as relações fragmentadas e multi-estratificadas que, segundo Benjamin, caracterizam a experiência da cidade moderna vão encontrar eco nas abordagens pós-modernas do urbano.

8.5.2 Cidades, Cultura e Património

A interação entre os indivíduos e a cidade contribui não só para a construção identitária dos indivíduos, mas também das próprias cidades. Neste sentido, a cidade tal como Fortuna (2001:4) sugere “não é uma coisa. Ela reconhece-se simultaneamente como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re)construídos”.

É, pois, na intersecção desta pluralidade de interações e de representações, que cada cidade ganha a sua identidade específica e a sua singularidade. Segundo Mela (1999), os sociólogos urbanos têm sido especialmente sensíveis à relação entre a simbologia urbana e as práticas sociais. Esta problemática que o autor denomina como a **construção social do património simbólico urbano** tem sido desenvolvida a partir de diferentes perspectivas.

Começaremos pelo trabalho de Suttles (1984), o qual se debruça sobre as “imagens da cidade” e o modo como estas foram produzidas ao longo do tempo. Ao analisar o caso americano, o autor identifica três fontes principais de produção da imagem urbana. A primeira fonte faz referência aos “pais fundadores” dos núcleos urbanos, como é o caso de Henry Hudson no caso da cidade de Nova Iorque. A segunda fonte é o legado deixado por líderes e grandes empresários, cujos nomes e percursos de vida se associam com determinadas cidades, tornando-se símbolos de toda a comunidade urbana. Por último, a terceira fonte de um imaginário urbano está associada ao património arquitectónico e cultural que é identificado com a cidade e que é preservado em museus ou através de políticas patrimoniais.

Uma perspectiva diferente é fornecida por autores que evidenciam a dimensão conflitual em que a construção social simbólica urbana se inscreve. O estudo de Harvey sobre a basílica parisiense de Sacré-Coeur é um exemplo emblemático deste tipo de abordagem. Para este autor a construção da basílica após o movimento da Comuna de Paris, foi vista pela Igreja Católica como um símbolo da derrota dos “comunardos” e da vitória da ordem eclesiástica. Posteriormente, a basílica tendeu a ser representada de forma negativa por grupos políticos e culturais com orientações ideológicas diferentes. Por outro lado, a basílica é um lugar de grande atracção turística. Estas diferentes representações ilustram bem como os processos simbólicos inscritos da cidade longe de serem lineares, revelam-se historicamente contingentes e resultantes de conflitos ideológicos, políticos, sociais e culturais.

Numa linha de argumentação mais teorizante, Shields (1991) propõe o conceito de **espacialização social**⁹ que designa a construção social do espaço ao nível do imaginário social (“mitologias colectivas”) e do ambiente edificado. Nos estudos de Shields, as práticas da vida quotidiana têm sido, de certo modo, ignoradas a favor de apreciações elaboradas sobre as imagens dos lugares, construídas pelos mass media, sobretudo o papel dos jornais, do cinema e da televisão na criação e recriação de símbolos urbanos.

A partir de uma linha de argumentação diferente, Fortuna (2001) concentra a atenção na interpretação teórica da construção de imagens e de identidades das cidades. Dada a crescente competitividade entre cidades, resultante dos processos de globalização e de uma economia que se funda na acumulação flexível do capital (Harvey, 2003), Fortuna desenvolve a noção de **destraditionalização** para designar um “processo social pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam, ao sujeitar anteriores valores, significados e acções a uma nova lógica interpretativa e de intervenção” (2001:234). Para Fortuna, a necessidade sentida pelas cidades em criarem vantagens comparativas num contexto de concorrência intercidades promove a reconversão de recursos locais, nomeadamente o património histórico e monumental, o qual tende a ser

⁹ Ver a utilização deste conceito no estudo de caso apresentado neste capítulo. Horta, APB. 2006. “Poder e Ideologias sobre o Espaço: Da ilegalidade à guetização do Bairro do Alto da Cova da Moura”.

articulado com a criação de novas formas simbólicas inovadoras. O estudo de caso da cidade de Évora é emblemático destes processos de renovação, e de re-simbolização num contexto global em que a cidade simboliza “uma cultura que se universaliza a partir de fragmentos patrimoniais específicos” (2001:251).

A “reinvenção da tradição” implicou uma transfiguração na imagem de Évora, de uma “cidade de província, culturalmente fechada e tradicionalista, numa outra, de cidade simbolicamente global, aberta e em processo de modernização” (2001:22). Por outro lado, o seu reconhecimento pela UNESCO como património da humanidade, potenciou o desenvolvimento da cidade, tornando-se um importante centro cultural e turístico de projecção internacional.

Os processos de patrimonialização e a crescente procura do estatuto de cidade património mundial ou da humanidade surgem, assim, associados a um cenário de crescente concorrência entre cidades, que forjam novas identidades simbólicas através da obtenção de um novo estatuto e da criação de novos imaginários urbanos culturais, patrimoniais e lúdicos. (Peixoto, 2001)

Ao analisar o modo como as cidades contemporâneas pretendem criar imagens positivas e singulares de si próprias, Harvey (2003) sublinha a construção de novos espaços urbanos, muitos deles caracterizados por projectos arquitectónicos espectaculares e por uma atmosfera onde a tradição e as especificidades do lugar constituem factores de atracção do capital e de grupos sociais privilegiados. Contudo, muitos destes novos espaços tendem a reproduzir-se, exibindo “uma repetição em série de modelos bem sucedidos” (por exemplo, Harbour Place em Baltimore ou Fisherman’s Wharf em São Francisco ou Docklands em Londres), análogos na sua teatralidade e no seu carácter ilusório de autenticidade.

Acrescente-se, ainda, que a construção social do património simbólico urbano confere à cidade uma identidade particular e inimitável. Tal como Walter Benjamin sustenta, a existência de aura numa cidade torna-a única e não reproduzível. Contudo, adverte para o modo como a aura se torna irrelevante em sistemas de reprodução e de simulação, nas suas palavras “o que desaparece na era da simulação é a experiência vivida e a sua aura”. Na cidade pós-moderna, o simulacro e a simulação traduzem-se na construção de mundos hiper-reais muito diversificados. Para Soja (2000) a procura de um lugar para viver mais e mais se assemelha a uma visita a parques temáticos (Disney World), urbanizações e comunidades que simulam culturas e propõem novos estilos de vida. Réplicas de ilhas gregas, aldeias espanholas e tailandesas ou comunidades fechadas para segmentos específicos da população (idosos, jovens, famílias, grupos homossexuais, étnicos, etc.) caracterizam a emergência de um “urbanismo hiper-real”, vivências “faz de conta” que são vendidas no mercado nacional e internacional.

Para Sharon Zukin (1991), a ideia da cidade «pós-moderna» está associada ao aparecimento de dois padrões distintos de urbanização: a nobilitação do espaço e os novos parques-fantasia tipo Disneyland. Estas tendências constituem uma ruptura com estruturas urbanas tradicionais e apontam para a crescente mercantilização da cidade.

Como foi atrás assinalado, as estratégias económicas desenvolvidas ao nível local, que procuram a construção de uma imagem de marca para as cidades estão directamente relacionadas com a reinvenção da memória e do imaginário, ou seja, de símbolos culturais e de especificidades identitárias. Neste sentido, a cidade contemporânea insere-se numa complexa economia de símbolos (Zukin, 1995), onde interesses económicos, políticos e sociais se intersectam na construção de novas imagens, culturas e espaços urbanos.

Antes de aprofundarmos alguns dos principais aspectos da cidade dita «pós-moderna» importa introduzir uma breve nota explicativa sobre o debate da «pós-modernidade» e o seu impacto na perspetivação do mundo de hoje.



Figura 8.2 – Time Square, Nova Iorque, 2005. Exemplo paradigmático da complexidade simbólica e imagética que configura a cidade moderna.

8.6 As Cidades e a Condição Pós-Moderna

No último quartel do século XX, os termos pós-modernismo, pós-moderno, condição pós-moderna têm assumido uma posição central nos debates sobre o mundo contemporâneo. Estes debates tiveram e têm repercussões importantes em muitos domínios, na filosofia, na teoria social crítica, na literatura, nos estudos culturais e políticos, nos média, na arquitectura e no planeamento dos espaços urbanos. Para vários autores, a expressão pós-modernismo é utilizada para assinalar o fim da modernidade, a ruptura radical com sistemas epistemológicos característicos do pensamento iluminista (Lyotard, 1979; Baudrillard, 1993). Para outros teóricos, os discursos sobre o pós-moderno fundam-se na partilha de experiências sociais e políticas por um grupo de intelectuais activistas na década de sessenta de 1900.

Segundo Best e Kellner (1997), os principais teóricos pós-modernos, Foucault, Lyotard, Baudrillard, Deleuze, Guattari, Jameson, Harvey, Laclau, Mouffe e outros foram fortemente influenciados pelos acontecimentos sociais e políticos dos anos sessenta. A desilusão com as políticas dos partidos comunistas e com a ideologia marxista, assim como o surgimento de novos movimentos sociais (feministas, gay, religiosos, étnicos, raciais, ambientais e locais) permitiram o desenvolvimento de discursos onde se privilegiam rupturas, descontinuidades e mudanças. A condenação de todas as meta-narrativas e meta-teorias da razão iluminista, do marxismo e do freudismo como interpretação totalizantes da realidade têm conduzido, por sua vez, à celebração do fragmentário, do fugaz, do descontínuo, das diferenças, das mudanças, e, para alguns, do caos.

Embora a argumentação pós-moderna tenha tido um impacto sem precedentes no debate académico e científico sobre a realidade contemporânea, continua a haver poucas certezas quanto à lógica ou aos significados da mudança que todos acreditam ter ocorrido nas últimas três décadas. Será que estamos perante uma mudança radical em relação ao modernismo ou se, pelo contrário, o pós-modernismo é apenas um conceito periodizador? Terá o pós-modernismo uma dimensão revolucionária e crítica do período moderno ou constitui-se, apenas, como uma forma domesticada do modernismo? Será que a sua emergência se enquadra num novo paradigma, associado à sociedade pós-industrial ou será sobretudo a “lógica cultural do capitalismo avançado”? (Jameson, 1984).

Os debates e as polémicas geradas em torno das epistemologias pós-modernas são inúmeros e revestem-se de diferentes significados, dependendo do campo em que se inserem. Assim, no domínio das ciências sociais, as posições pós-modernas têm atacado a sociologia positivista e o carácter “objectivo” e essencialista do conhecimento científico em geral, privilegiando, por sua vez, a pluralidade de saberes contingentes e historicamente situados.

No âmbito político, as grandes ideologias são questionadas e rejeitadas a favor de análises que visam a exploração das micro-políticas das relações de poder. A ênfase nos novos movimentos sociais tem permitido uma abertura a novas formas de compreensão da alteridade e da pluralidade de mundos que coexistem e que se justapõem. Na arquitectura, a perspectiva pós-moderna implica a renúncia a concepções modernistas de pureza estilística, racionalismo e padronização, propondo, como alternativa, abordagens ecléticas, sublinhando a introdução de diferentes tradições estéticas e de estilos que se sobrepõem de forma complexa, ambígua e, por vezes, contraditória. No campo das artes, os autores pós-modernos ao combinarem a “alta” cultura com a cultural popular têm promovido novas formas artísticas e novas sensibilidades que cruzam incessantemente as fronteiras entre o real e a fantasia, a ficção e os factos. Não menos importante, é o papel central que as tecnologias de comunicação e de informação têm desempenhado na produção de novas culturas e de novas formas de arte e de consumo.

O debate sobre o que Harvey (2003) designou por *condição pós-moderna* teve múltiplas repercussões no seio da sociologia e nos diferentes âmbitos disciplinares directamente associados ao estudo das cidades e do território. De particular importância nestes debates são as questões levantadas em torno da relação entre cultura e cidade. Segundo este autor, a evolução cultural ocorrida a partir dos anos 60 não deve ser entendida num vazio. Pelo contrário, as mudanças verificadas ao nível da produção, dos padrões de consumo e nos estilos de vida estão enraizadas nas dinâmicas da sociedade capitalista e tornaram-se parte integrante da vida quotidiana dos cidadãos. Passaremos agora a traçar algumas das manifestações da condição pós-moderna na configuração das cidades contemporâneas.

8.6.1 *Novos Imaginários Urbanos e Arquitectura*

Uma primeira dimensão da nova realidade «pós-moderna» diz respeito à arquitectura e ao projecto urbano. No centro da concepção modernista de planeamento e desenvolvimento urbano reside a ideia de que os problemas urbanos se podem resolver com a implementação de modelos e de planos de larga escala, alicerçados em racionalidades tecnológicas, eficientes e funcionais. Para os pós-modernistas, a ruptura com esta lógica pressupõe diferentes concepções do urbano e do espaço. Em relação à primeira noção, os pós-modernistas concebem o tecido urbano como uma “colagem” de fragmentos, de histórias locais, de necessidades particulares, de fantasias e de desejos que se revelam em estilos arquitectónicos que privilegiam o eclecticismo, a discontinuidade, a leveza das formas e a libertação do espaço. Tal como Rajchman (1998:50) sugere “No modernismo, a leveza foi utilizada para operar uma ruptura brutal com os materiais pesados da construção civil e do contexto

tradicionais, por meio de vidros e transparências. No pós-modernismo, a leveza prefigurou, ao invés, uma ruptura com a ancoragem do lugar, da região ou da proximidade, na nova cidade-mundial tecnológica do capitalismo pós-industrial”.

Para os modernistas o espaço é concebido como algo que é estruturado e moldado por projectos sociais, obedecendo a lógicas de uniformidade e estandardização. O trabalho de Jane Jacobs (1961) é particularmente crítico da arquitectura modernista que se caracterizava pela sua rigidez, funcionalidade e conformidade bem patente nos projectos de renovação e de planeamento urbanos nos Estados Unidos da América e nas cidades europeias no período do pós-guerra. Por outro lado, para os pós-modernistas o espaço é visto como uma entidade que não compreende necessariamente uma relação com questões sociais, sendo acima de tudo construída a partir de princípios estéticos. O fascínio pelas superfícies (Harvey, 2003) e o repúdio pela profundidade e pela gravitação manifestam-se nas obras arquitectónicas pós-modernas. A este respeito, Jameson (1984), por exemplo, sustenta que as superfícies de vidro reflector do Hotel Bonaventure em Los Angeles servem para “repelir a cidade lá fora”, ver e não ser visto e, como tal, criar dissociações do tecido urbano envolvente. Nesta linha, Harvey sublinha a emergência de “novos espaços urbanos” divorciados do contexto local, que ganham expressão na crescente construção de hipermercados na periferia das cidades, de centros comerciais e de redes de vias rápidas. Estas novas construções tendem a obedecer a lógicas arquitectónicas e económicas muito semelhantes, independentemente do lugar onde se situam, seja nos Estados Unidos da América, no Canadá ou na Europa. Em última análise, a constituição destes “não lugares” tende a alienar os cidadãos das dinâmicas específicas às cidades e às pertenças locais e territoriais.

8.6.2 *A Re-Significação do Tempo e do Espaço*

Uma outra dimensão que merece realçar no debate sobre a condição pós-moderna e a cidade refere-se às novas relações entre o tempo e o espaço. Segundo Harvey (2003) na sociedade pós-fordista, caracterizada pela **acumulação flexível do capital**, o tempo de circulação de capital é substancialmente reduzido. Isto deve-se a um conjunto de inovações nas áreas da produção (mudanças organizacionais, novas tecnologias de controlo electrónico, produção em pequenos lotes, etc.), da circulação (racionalização das técnicas de distribuição) e da informação (novas tecnologias da informação e de transmissão), que permitem uma aceleração da produção e do consumo. Concomitantemente, a possibilidade de comercializar mercadorias e produtos financeiros basicamente 24 horas por dia, a capacidade das empresas para utilizar diferentes espaços para a produção e comercialização dos produtos e a crescente mobilidade de pessoas e bens tem, segundo o autor, contribuído para uma

“**compressão tempo-espaço**”. Ao problematizar esta noção, Harvey chama a atenção para o modo como a condição pós-moderna está associada a novos significados e interpretações do espaço, que se revestem de uma natureza paradoxal.

Por um lado, assiste-se à “queda de barreiras espaciais” através de novas formas organizacionais e de comunicação que permitem a existência de corporações multinacionais, operando simultaneamente em múltiplas localidades espalhadas pelo mundo ou a visualização quase em simultâneo de imagens vindas de diferentes espaços, desafiando distâncias e noções tradicionais de espaço. Por outro lado, Harvey argumenta que esta “aniquilação do espaço por meio do tempo” não implica necessariamente a desvalorização do espaço. De facto, verifica-se a situação oposta. Nas suas palavras: “Quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital” (2003:267). Dado o aumento da competição, a especificidade de determinados lugares, e as mais-valias a estes associadas torna a classe capitalista muito mais sensível às qualidades diferenciadas do espaço. Em resposta a estas novas dinâmicas, Harvey sustenta que os lugares tendem a produzir qualidades especiais de diferenciação de forma a atrair o capital. A implementação de políticas locais, favorecendo o investimento, a construção de infraestruturas específicas e a adopção de regimes fiscais atractivos são estratégias, frequentemente, utilizadas para aumentar a competitividade das cidades, regiões e nações. É neste contexto que as cidades têm forjado novos significados e novas imagens onde a tradição e a inovação se cruzam na produção de novas identidades urbanas.

8.7 Espaços Públicos e Urbanidade

8.7.1 *A Condição Pública da Cidade*

A problemática dos espaços públicos, embora sendo um tema recorrente nas análises e reflexões sobre o fenómeno urbano, não constituiu um objecto de estudo central na sociologia urbana clássica. Só mais recentemente é que o conceito ganhou particular relevância no debate contemporâneo sobre a cidade e a urbanidade. São vários os autores que se têm debruçado sobre esta temática salientando as suas dimensões jurídicas assim como sócio-culturais e simbólicas. O espaço público como noção jurídica remete-nos para a noção de espaço enquanto propriedade da administração pública, a qual fixa as condições da sua utilização e acessibilidade. Neste sentido, o espaço público moderno surge em oposição aos espaços privados, ou melhor, à propriedade privada urbana.

Enquanto neste último caso, o espaço privado confere o direito de edificação pelos proprietários do solo, no caso do espaço público a sua utilização prende-se com actividades directamente ligadas à vida urbana (actos colectivos, participação social, cultural e cívica, equipamentos colectivos, serviços públicos e património).



Figura 8.3 – Um Domingo na Plaza Monasteraki, Atenas. 2004.



Figura 8.4 – Dois velhos amigos celebrando o trigésimo aniversário do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, Lisboa, 2004.

Além da sua natureza jurídica, o espaço público é, igualmente, configurado pelas dimensões sócio-culturais e simbólicas. De facto, como Indovina (2002:119) sugere o “espaço público é a cidade” no sentido em que não só proporciona as condições necessárias e indispensáveis para a vida urbana como também constitui um factor de identificação, socialização, de encontro e de realização de manifestações cívicas, culturais, sociais e artísticas. Como tal, o que caracteriza, fundamentalmente, o espaço público não é tanto o seu estatuto jurídico, mas, sobretudo, o seu uso e função social integradora.

Na mesma linha de pensamento, Matias Ferreira (2001) estabelece uma distinção crucial entre espaços públicos como noção jurídica e **espaço público da cidade** “enquanto condição social e culturalmente pública da cidade” (2001:39). Ao sublinhar a condição pública da cidade, o autor refere as dimensões políticas, identitárias e culturais da cidade, as quais estão estreitamente associadas aos processos de “apropriação pública dos espaços urbanos” e, como tal, ao exercício de uma “reivindicação política e cultural em relação à vida urbana, entendida, sobretudo, ao nível dos processos de sociabilidade urbana e de fruição plena da cidade” (2000:15).

Uma posição similar é defendida por Borja (2003) ao apelar a uma estreita articulação entre as configurações do espaço público e o exercício da cidadania. Um dos aspectos centrais do seu argumento é que se torna necessário repensar os espaços públicos de forma a que estes sejam instrumentos facilitadores da coesão social e de integração da diversidade num projecto de cidadania activa. Embora esta temática seja retomada no Capítulo IX, importa, aqui, evidenciar as principais transformações no uso e significação dos espaços públicos.

Ao longo do século XX a concepção de espaços públicos, a sua apropriação e gestão têm sido objecto de múltiplas mudanças. Após a Segunda Guerra Mundial, o funcionalismo predominante no urbanismo moderno tendeu a desqualificar os espaços públicos. A forma urbana produzida privilegiou um funcionalismo eficiente, criando zonas especializadas e em rede.

O novo urbanismo associado a políticas públicas sectoriais dificilmente conseguiu articular visões alargadas e integradoras de desenvolvimento urbano. Como resultado tem-se assistido a mudanças significativas na organização social do espaço e, em particular, do espaço público, que passamos a nomear:

- o declínio de áreas centrais da cidade com função integradora em prol do desenvolvimento de áreas administrativas especializadas;
- a existência de territórios metropolitanos interligados pelo automóvel e transportes públicos, cuja lógica de funcionamento tende a transformar praças e outros espaços públicos em canais de comunicação;

-
- a privatização do espaço público por organizações e empresas privadas, oferecendo serviços públicos de melhor qualidade, o que conduz à degradação física e funcional dos espaços públicos;
 - a difusão de sentimentos de insegurança em relação a espaços públicos que, à medida que as populações se foram deslocando do centro da cidade para os subúrbios, foram perdendo o seu significado como lugares de sociabilidade e de convivialidade;
 - o declínio dos espaços públicos como lugares simbólicos e de comunicação e a emergência de novos modelos de comunicação (telefones, faxes, correio electrónico, televisão por cabo) que criam novos “espaços públicos” onde a localização concreta dos interlocutores se torna irrelevante.

Concomitantemente com o declínio e a degradação dos espaços públicos, tem emergido aquilo a que Auge (1994) designa de “não-lugares” caracterizados pelo anonimato e pela transitoriedade das relações sociais, como é o caso dos grandes centros comerciais, parques de estacionamento, aeroportos, etc. Estes “não lugares” tendem a assumir um carácter desintegrador e exclusionário, contrariando as dimensões colectivas e multifuncionais do espaço público tradicional. Nas suas palavras:

Na realidade concreta do mundo actual, lugares e espaços, lugares e não-lugares interligam-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente de qualquer sítio. O lugar torna-se um refúgio para o habitué dos não lugares (que podem sonhar, por exemplo, de possuir uma segunda casa situada nas profundezas do campo). Lugares e não-lugares opõem-se (ou atraem-se) como as palavras e noções que nos permitem descrevê-los. Mas as palavras em voga – aquelas que não existiam há trinta anos – são associadas aos não-lugares. Desta forma podemos contrastar as realidades do trânsito (veículos de trânsito ou passageiros em trânsito) com os termos de residência ou habitação; o intercâmbio (onde ninguém se cruza com o percurso dos outros); com as encruzilhadas (onde as pessoas se encontram); o passageiro (definido pelo destino) com o viajante (que se desloca segundo a sua rota – não por acaso os caminhos-de-ferro franceses ainda se referem aos seus clientes como viajantes; ao tomar o TGV tornam-se passageiros); o complexo imobiliário (“grupo de novas habitações” afirma o Larousse) onde as pessoas não vivem juntas e que nunca se encontra situado nos centros de alguma coisa (os grandes complexos caracterizam as chamadas zonas periféricas ou arredores) com o monumento onde as pessoas partilham e comemoram; comunicação (com os seus códigos, imagens e estratégias) com a linguagem (que é falada)”.

Qual então o papel do espaço público na cidade contemporânea como realidade sócio-espacial, económica e política cada vez mais marcada pelos “não-lugares”? De forma genérica e, embora, a partir de quadros analíticos distintos, vários autores assinalam uma ruptura significativa na forma e nos estilos de vida urbana mais especificamente no que diz respeito à função, uso e formas de apropriação dos espaços públicos (Della Pergola ;1994; Sennet, 1979; Levy, 1997).

Como atrás referimos, o declínio e a crise do espaço público nas cidades contemporâneas têm levado à fragmentação da vida pública e à proliferação de comunidades “muradas”, sobretudo nos Estados Unidos da América e na América do Sul. Tal como Indovina (2002) sugere, o discurso da insegurança e do perigo tem sido responsável pela degradação e pelo esvaziamento do espaço público, enquanto espaço de socialização da cidade. Este vazio tende, por sua vez, a reforçar a “construção social da insegurança urbana”, criando assim um ciclo vicioso, que a seu ver, se constituiu como uma “perversão” da cidade.

Dada a necessidade de romper com estas formas de urbanização, vários autores têm chamado a atenção para o carácter fundamental dos espaços públicos na promoção de uma nova cultura da cidade (para citar alguns exemplos, Almendola, 1995; Alexandra Castro, 2002; Indovina, 2002; Matias Ferreira 2004). A articulação entre espaços públicos, a condição da vida urbana e o exercício da cidadania constituem eixos paradigmáticos de um renovado debate sobre uma nova urbanidade. Como Matias Ferreira (2000:15) afirma, esta noção implica uma práxis cultural do urbano, ou seja, o direito à cidade enquanto “reivindicação política e cultural em relação à vida urbana, entendida, sobretudo, ao nível dos processos de sociabilidade urbana e de fruição plena da cidade, o que, num quadro analítico diferente, remete para os processos de apropriação pública do espaço urbano, independentemente da natureza jurídica, pública ou privada, desse mesmo espaço cidadão”. Esta dimensão cultural da urbanidade está, igualmente, associada a outras vertentes sociais, patrimoniais e políticas, que assumem um papel fundamental na criação de um novo projecto de cidade. (Indovina 2002; Matias Ferreira ,2004). Ao perspectivar uma nova cultura urbana, os espaços públicos assumem uma importância central, pois como Indovina (2000) defende a cidade é o “lugar da palavra”, por outras palavras o lugar das manifestações culturais, da socialização, do político, e da construção do sujeito como cidadão. Neste sentido, os espaços públicos constituem um elemento fundamental para a construção de um novo projecto de urbanidade democrático e inclusivo (Ver. CAIXA 8.6, *O Espaço Público é a Cidade*).

CAIXA 8.6

“O Espaço Público é a Cidade”

O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade. Isto pelo menos de três pontos de vista:

- representa a condição para que se possa realizar a vida urbana, trata-se de uma espécie de “condição geral” para a existência própria da cidade. Se a referência mais banal, mas substancial, fosse aquela das infra-estruturas de mobilidade (estradas, passeios, pórticos, praças, largos, etc.), não se poderiam esquecer os outros espaços ligados a funções e usos específicos (parques, jardins, campos de jogos, etc.) também esses indispensáveis à vida urbana:
- constitui um factor importante de identificação (e também de identidades), isto é, conota os lugares, dá-lhes forma representativa, assumindo muitas vezes a conotação de um “símbolo” (as praças famosas de muitas cidades). Esta afirmação não exclui que também elementos “privados” (por exemplo edifícios) possam ter um papel de identificação e ascender a símbolos (basta recordar, no que diz respeito a acontecimentos recentes, o papel simbólico desempenhado, antes e depois do atentado de 11 de Setembro, pelas torres gémeas de Nova Iorque). Prevalece, pois, um interesse público pelo símbolo, quando “elementos privados” assumem tal papel, e tornam-se, num certo sentido, públicos através, por exemplo, de vínculos à sua demolição ou mesmo à sua transformação (com tais medidas protege-se forma, tipologia arquitectónica e edificado, “conservando-se”, ao mesmo tempo, um símbolo que conota um lugar).
- a “cidade é o lugar da palavra”, o que impõe a organização de espaços nos quais a palavra possa ser expressa. Nesta dimensão, o espaço público é lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime. Este papel desempenhado pelo espaço público é seguramente o mais evidente (e que hoje se encontra em crise). É nesta dimensão que melhor se apresenta uma das características da cidade: a imprevisibilidade e casualidade dos encontros (contra uma situação de previsibilidade e regularidade de encontros no pequeno centro).

[...]

O *espaço público*, dentro da nova cultura da cidade, não pode senão continuar a garantir as funções típicas, considerando, ao mesmo tempo,

o novo contexto. No entanto, apenas pode ser a intervenção ao nível zero da cidade que deve reconduzi-lo à sua funcionalidade constitutiva, libertando-o daquilo que é considerado inconveniente, e activando um processo de manutenção adequada e contínua. A função da infra-estrutura, por exemplo, deve ser enriquecida pela redes tecnológicas mais inovadoras que, embora façam parte dos chamados “serviços secundários”, constituem um elemento indispensável da nova infra-estruturação, imprescindível, por exemplo, à criação de “praças tecnológicas” na dupla versão de praça virtual e praça real, as quais podem ser revitalizadas oferecendo novas funções através das novas tecnologias.

As novas formas de urbanização devem ser dotadas de adequados *espaços públicos*, sem o alibi que os habitantes de tais contextos privilegiam, os chamados não lugares; trata-se, de facto, de outra coisa: no processo de identificação os habitantes marcam o território, transformado espaços improváveis em espaços públicos de socialização.

A reconstrução dos percursos pedonais urbanos e os passeios (livres dos elementos inoportunos), reduzem a atracção dos centros comerciais restituindo à via urbana a sua função também do “mercado de rua”. Isto, todavia, não esquecendo a afirmação actual dos centros comerciais e a sua presença na paisagem; a questão é como estes se relacionam com o tecido da cidade, constituindo um factor de vivacidade e não de desertificação da cena urbana.

Deve-se ter em conta que a “questão” do espaço público e do uso público é hoje mais rica e articulada; não se trata de uma questão de mero “espaço”, mas de um espaço com funções segundo fins definidos e variáveis no tempo. Isto reporta à graduação dos espaços públicos e do uso público: se, por um lado, devem ser garantidos espaços públicos de tipo tradicional, que podem ser qualificados pelo uso que a população legitimamente lhes dará, por outro lado, devem ser considerados todos os graus intermédios dos espaços de uso público para um efectivo envolvimento público na determinação de um quadro geral que defina, mesmo que numa malha larga, as condições de fruição para atingir eficiência, eficácia e redução de qualquer forma de discriminação eventualmente activada.

Fonte: Excerto do ensaio de Francesco Indovina. 2002. “Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 5.

8.7.2 O Espaço Público da Cidade e Estética

Um dos aspectos que merece relevo na relação entre o espaço público da cidade e cultura é o da estética. Como refere Harvey, a condição pós-moderna tem criado novos contextos, nos quais “... a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas...”. A explosão imagética e as novas expressões estéticas têm-se revestido de múltiplos significados, criando novos campos de representação e de intervenção.

Ao problematizar a estética da cidade pós-moderna, Mela (1999) sugere três principais dimensões exemplificativas da condição pós-moderna e dos novos imaginários urbanos. A primeira refere-se às “tribos urbanas”, ou seja, à emergência de uma grande diversidade de grupos com estilos de vida, rituais e códigos que acentuam diferenças e pluralidades¹⁰. No campo da música, os diferentes estilos de música (por exemplo, pop, rock, disco music, rap, heavy metal e grunge) estão associados a formas de expressividade de subculturas juvenis que disputam o espaço público da cidade. No caso específico do movimento hip-hop, a figura do rapper com toda a sua carga simbólica (música, linguagem, gestos e roupa) insere-se num processo complexo de identidade que se constrói no cruzamento de múltiplos quadros ideológicos e culturais onde as questões da “raça”, da marginalização, da urbanidade e da emancipação adquirem novos significados. É, sobretudo, importante, realçar o modo como estes novos actores sociais se apropriam da cidade e nela criam espaços públicos de reivindicação da cidadania.

¹⁰ Sobre esta temática, ver a estimulante análise desenvolvida por Machado Pais e Leila Blass (orgs), 2004, sobre tribos urbanas juvenis, produção artística e formação de identidades na “Baixa” de Lisboa e no contexto das escolas de samba em S.Paulo.



Figura 8.5 – Grafitti no Bronx, E.U.A., após o 11 de Setembro.

Uma segunda dimensão estética diz respeito à noção de **“poética da cidade caótica”**. Para Mela, a condição pós-moderna é, igualmente, caracterizada por uma “extrema fragmentação simbólica”. No cinema, na literatura, nas artes visuais e artísticas e na arquitectura os novos processos de representação reflectem novas concepções do tempo e do espaço que sublinham a fragmentação, a descontinuidade, a ruptura e a “conflituosa e confusa experiência do espaço e do tempo” (Harvey, 2003). Um exemplo emblemático desta nova “poética” é o filme de ficção científica *Blade Runner*, situado na Los Angeles do ano de 2019. A história gira em torno de um grupo de seres geneticamente produzidos, os “replicantes” que pretendem enfrentar os seus criadores. A imagem da cidade evoca o caos e a decadência pós-industrial, onde abunda o lixo, a degradação e os destroços. Por outro lado e coexistindo com esta realidade existem outros mundos, o do poder corporativo hegemónico e o da multiculturalidade. Ao nível da rua, gentes de muitas origens se misturam num caldeirão cultural de práticas e de símbolos híbridos (por exemplo, a emergência de uma nova língua que resulta da fusão de japonês, alemão, espanhol, inglês, etc.). A existência de uma forte economia informal e de relações de subcontratação entre grandes empresas e os sectores mais marginalizados da economia está bem patente ao longo de todo o filme. A fragmentação, o caos, a esquizofrenia e o pluralismo são os principais eixos desta representação cinematográfica que nos mostra muitas das características que têm vindo a ser associados à condição da pós-modernidade.

Uma última vertente estética da condição pós-moderna surge da tensão entre **“o lixo e monumentos”**. Segundo Mela, a partir da década de sessenta tem-se assistido à utilização de refugo, de lixo e de outros produtos descartáveis que fazem parte do dia-a-dia, como símbolos de novas expressões estéticas carregadas de novos significados. A pop art dos 60 e os trabalhos de alguns graffitistas evocam uma cultura artística que pretende captar uma poética do insignificante e do liminar. Por outro lado, verifica-se, igualmente, a realização de obras de carácter monumental (edifícios, estádios, centros de exposições, etc.) que pretendem criar novos modelos simbólicos directamente ligados ao poder corporativo e ao Estado.

Para além destas dimensões estéticas acima assinaladas, acrescentaríamos uma outra que denominaria por **“estética subversiva”**. Esta surge como expressão de revolta com uma forte carga imagética e simbólica que ganha expressão nos espaços públicos da cidade contemporânea. Manifestações artísticas tais como o rap, graffiti ou o hip hop têm sido responsáveis pela criação de contraculturas que se conjugam com objectivos e práticas emancipadoras. A apropriação crescente do espaço público como lócus das *performances* destes novos actores sociais aponta para o modo como a “cidade pública” se constitui como espaço de expressão e de afirmação daqueles que são sistematicamente marginalizados e excluídos.



Figura 8.6 – “Estrangeiros para a Rua”. Encenação de C.Schlingensief, em Viena, 2000.

As formas estéticas de contracultura e de subversão são inúmeras e muitas delas já assumiram um carácter emblemático. Uma delas é a *performance* realizada pelo encenador Christoph Schlingensief que em 2000 colocou em Viena, na praça perto da Ópera um contentor de aço com uma inscrição onde se lia: “Estrangeiros para a Rua”. Subjacente a esta acção residia a preocupação do encenador em abordar a agudização de reacções xenófobas em Viena e na Áustria. Dentro do contentor foram colocados deportados (não sendo claro se eram, de facto, deportados ou actores) e às pessoas que passavam era-lhes pedido que votassem a expulsão dos deportados. Caso atacassem os contentores estariam a destruir uma forma artística, caso se inscrevem-se estariam a comprovar o clima de xenofobia crescente na Áustria. É, pois, nesta dupla armadilha de *performance pública* que este acontecimento ganha a sua expressão mais subversiva. Em suma, a produção estética na cidade contemporânea revela-se multifacetada e simbolicamente complexa – banalizando, transgredindo, simulando, reivindicando memórias, identidades e projectos futuros da cidade a construir.

Perspectivas e Conceitos-Chave

- Pós-metrópole
- Perspectivas sobre desigualdades sociais e organização espacial
- Underclass
- Polarização do emprego e dos salários
- Cidade dividida
- Perspectivas sobre segregação étnica e organização espacial
- Segregação racial
- Segregação étnica
- Hipergueto
- Discursos sobre o Espaço
- Cidade Fortaleza
- Ecologia do medo
- Cidade Carceral
- Género e espaço
- Culturas Urbanas
- Não lugar (Marc Auge)
- A Experiência da Cidade Moderna
- Aura (Walter Benjamin)
- Flâneur (Walter Benjamin)
- Narrativas sobre a cidade pós-moderna
- Construção social do património simbólico
- Espacialização social
- Destradicionalização
- Espaços Públicos
- Urbanidade
- Espaços Públicos e Estética
- Tribos urbanas
- Poética da cidade caótica
- O lixo e os monumentos
- Estética subversiva

Actividades Propostas

Actividade 1

Identifique as três principais perspectivas sobre a organização do espaço, desigualdades sociais e os processos de reestruturação económica.

Actividade 2

Comente o quadro abaixo, enquadrando a sua análise na tese da polarização social e dos salários.

**Evolução dos empregos por categoria de salários e por sector em
Roterdão, 1980-1992**

	Baixos	Médios	Elevados	TOTAL
Indústria e construção	-2600	-14200	2400	-14400
Comércio e Hotelaria	3100	-7400	-900	-5200
Transportes	-1200	-9600	3300	-7500
Serviços à produção	3600	4300	3700	11600
Serviços Públicos	6200	6300	-4200	8300
TOTAL	9100	-20600	4300	-7200

Fonte: Kloosterman, R. (1997)

Actividade 3

Relacione os processos de construção social do espaço urbano com os discursos contemporâneos sobre a cidade dividida, a cidade fortaleza e a cidade e diferenças de género.

Actividade 4

Discuta a abordagem proposta por Walter Benjamin sobre o significado cultural do urbano.

Actividade 5

Identifique os principais discursos sobre o pós-modernismo e a cultura urbana contemporânea.

Actividade 6

Caracterize o conceito de construção social do património simbólico urbano no âmbito da cidade pós-industrial.

Actividade 7

Analise de forma crítica as noções de espaços públicos e espaço público da cidade. Refira as diferentes dimensões do espaço público, sublinhando as vertentes estéticas da cidade pós-moderna. Relacione esta análise com a sua experiência vivida dos espaços públicos da cidade.

Actividade 8

Na cidade ou local onde habita conduza uma pesquisa visual de manifestações estéticas tais como os graffiti, analisando o seu conteúdo multidimensional e o seu potencial como “textos” de contracultura.

Leituras Complementares

ASCHER, F.

1998 *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta.

AS CIDADES DAS PESSOAS *TABACARIA*

2003 Lisboa: Casa Fernando Pessoa, n.º 12.

CASTRO, A.

2002 Espaços Públicos, Coexistência Social e Cividade. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais n.º 5. Dezembro, pp. 53-68.

CIDADES, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS

- 2002 Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais. N.º 5. Dezembro. Ver Referências Bibliográficas sobre Espaços Públicos Urbanos, pp. 145-150.
- 2003 Centro de Estudos Territoriais n.º 7. Dezembro 2003. Ver Referências Bibliográficas sobre violência e insegurança urbana; risco e delinquência juvenis, pp. 123-126.

CORDEIRO, G. Í.

- 1997 *Um lugar na cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote.

COSTA, A. F.

- 1999 *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta.

FERREIRA, V. MATIAS

- 2002 Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na metrópole de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*. N.º 5, Dezembro, pp. 81-97.
- 2000 Cidade e Democracia. Ambiente, Património e Espaço Público. *Cidades Comunidades e Territórios*. N.º 1, pp. 9-36.

FORTUNA, C.

- 1999 *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta.

FORTUNA, CARLOS e SANTOS SILVA, A (orgs.)

- 2002 *Projecto e Circunstância. Culturas Urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

HIGHMORE, B.

- 2005 *Cultural Readings in the Material and Symbolic City*. London: Palgrave Macmillan.

LEGATES, R. e STOUT, F.

- 1996 *The City Reader. (Part II. Urban Culture and Society)*. London: Routledge.

LOPES, J. TEIXEIRA

2000 *A Cidade e a Cultura. Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*. Porto: Afrontamento.

KEMPEN, R. VAN; ÖZUEKREN, A. S.

1998 “Ethnic Segregation in Cities: New forms and Explanations in a Dynamic World”, *Urban Studies*, n.º 35(10), pp. 1631-1656.

MALHEIROS, J. M.

1998 “Minorias étnicas e segregação nas cidades - uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa Mediterrânica” in *Finisterra*, XXXIII (66), CEG, pp. 91-118.

PAIS, J. M.; BLASS, LEILA M. (orgs)

2004 *Tribos Urbanas: Produção artística e identidades*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

PINHEIRO, M.; BAPTISTA, L.; VAZ, M. J. (orgs.)

2001 *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta. (Ver especialmente Parte III. Identidades Culturais).

PROTOTIPO # 007

2002 Seminário de Arquitectura Prototipo'01. Cidade em Performance.

REVISTA CRÍTICA DAS CIÊNCIAS DE SOCIAIS

2003 Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. Centro de Estudos Sociais. N.º 67 (Ver especialmente, Dossier. Simmel: A Estética da Cidade).

Ligações à Internet

Centro de Estudos Sociais (CES). Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas

<http://www.ces.fe.uc.pt/nucleos/cidades>

Centro de Estudos Sociais (CES). Observatório dos Poderes Locais

<http://www4.fe.uc.pt/opl>

Culture of Cities

http://www.yorku.ca/culture_of_cities

Metropolis Canada

<http://canada.metropolis.net>

UK Digital Cities

<http://www.digitalcities.org.uk>

Taub Urban Research Center

<http://urban.nyu.edu>

Página intencionalmente em branco

9. Espaços Urbanos, Cidadania e Políticas Urbanas

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

9. Espaços Urbanos, Cidadania e Políticas Urbanas

Resumo

Objectivos

9.1 Cidades e Cidadania

9.1.1 A Evolução dos Direitos de Cidadania

9.2 Globalização, Território e Cidadania

9.2.1 Globalização e os Novos Direitos dos Cidadãos

9.2.2 Globalização e o Desafio Político para as Cidades

9.2.3 A Cidade Multicultural – De quem é a Cidade?

9.3 Movimentos Sociais Urbanos

9.3.1 Os Novos Movimentos Sociais e Redes Organizativas Locais/Globais

9.3.2 Os Movimentos Sociais Urbanos – Evolução e mudanças

9.4 Políticas Urbanas e Planeamento Urbano

9.4.1 O Estado-Providência e as Políticas Urbanas na era Fordista

9.4.2 Governo da Cidade na Era Pós-Fordista

9.4.3 Planeamento e Políticas Urbanas

9.5 A Cidade por Vir e as Novas Perspectivas da Sociologia Urbana

Perspectivas e Conceitos-Chave

Actividades Propostas

Leituras Complementares

Ligações à Internet

Página intencionalmente em branco

Resumo

Este capítulo final subordinado ao tema *Cidade, Cidadania e Políticas Urbanas* divide-se em três principais momentos. No primeiro, procura-se identificar e caracterizar as novas dinâmicas da globalização e o seu impacto na configuração dos direitos de cidadania e o modo como estes redimensionam a relação entre os cidadãos e a cidade. Num segundo momento, traça-se a evolução dos movimentos sociais urbanos e das políticas urbanas, evidenciando por um lado, os novos actores sociais e as suas novas modalidades de actuação e, por outro lado, os desafios que se colocam, presentemente, ao governo e ao planeamento das cidades em tempos de globalização. Ao analisar estas temáticas, sublinha-se a crescente complexidade dos processos urbanos, as novas realidades territoriais assim como a diversidade de actores e de interesses implicados na gestão e no desenvolvimento urbano. A discussão em torno destas problemáticas aponta para a uma redefinição de cidade como espaço de democracia, de inovação política e de gestão participada. Por último, identificamos diferentes linhas de interpretação e de pesquisa que configuram o debate contemporâneo sobre as perspectivas futuras da sociologia urbana.

Objectivos do Capítulo:

No final deste capítulo o/a estudante deverá estar apto a:

- Compreender a relação entre cidade e cidadania e a sua evolução ao longo dos tempos.
- Perspectivar a cidade como espaço estratégico de cidadania, à luz dos novos processos de globalização.
- Reflectir de forma crítica sobre as novas articulações entre cidade, direitos de cidadania e multiculturalidade.
- Traçar a evolução dos movimentos sociais urbanos e caracterizar as suas novas problemáticas e modelos de actuação na era da globalização e da sociedade em rede.
- Caracterizar as principais perspectivas e debates que têm configurado as abordagens sociológicas sobre as políticas urbanas, na era fordista e pós-fordista.

-
- Comparar os diferentes modelos de planeamento territorial e urbano, relacionando-os com as dinâmicas urbanas no período fordista e pós-fordista.
 - Identificar os novos focos de interesse e de investigação da sociologia urbana no século XXI.

9.1 Cidades e Cidadania

Falar da cidade é falarmos da urbe como concentração de pessoas e de um ambiente edificado, assim como da pólis como o espaço do exercício do poder e da política. Ao longo dos tempos, a cidadania tem estado directamente associada às cidades, sendo estas caracterizadas pela sua densidade populacional, redes de sociabilidade, actividades económicas, diversidade cultural, estética, memória colectiva, pelo exercício da política e por formas de governação próprias.

De facto, os termos cidade, cidadão e cidadania têm uma raiz etimológica comum, *civitas*, ou seja, o lugar do civismo, onde os habitantes da cidade – os cidadãos – detêm um conjunto de direitos e de deveres. Neste sentido, os conceitos de cidadania e de cidadão estão intimamente ligados à formação e ao desenvolvimento da cidade.

Em Atenas, o exercício da cidadania inscrevia-se numa relação complexa entre política e cidade/comunidade. O cidadão era caracterizado por um estatuto pessoal, hereditário ou semi-hereditário e a sua cidadania implicava a participação numa rede de afiliações comunitárias que se constituíam como parte integrante da cidade. A condição de cidadão assentava, assim, no direito de participação na administração da justiça e no governo da cidade e era concedida apenas a homens livres e com posses, cujos antepassados eram originários da cidade. Esta noção de cidadania defendida por Aristóteles funda-se, por um lado, na ideia de que os cidadãos constituem um grupo de indivíduos unidos na formulação de leis para o bem comum de todos e por outro, o direito à cidadania está estreitamente associado a laços de sanguinidade com outros indivíduos que detinham, também estes, direitos de cidadania.

Neste sentido, desde os seus primórdios, a cidadania assenta num duplo processo de inclusão e de exclusão. Nem todos os habitantes da cidade usufruíam dos mesmos direitos. Embora os estrangeiros e os residentes da cidade tivessem direitos especiais, o facto é que o modelo ateniense de cidadania estabelecia uma divisão clara entre aqueles a quem lhes era concedido o privilégio de participar na pólis, ou seja no espaço público de organização política dos cidadãos e aqueles que eram excluídos desta esfera.

Na Roma antiga, a noção de cidadania ganha novos sentidos. Ou seja, os direitos de cidadania deixam de estar associados à pertença a uma pólis específica e muito menos a uma comunidade ancestral. Com a expansão do império romano, esta noção de cidadania permitiu a atribuição progressiva do direito romano a um crescente número de povos conquistados. Acresce-se ainda, que os direitos de cidadania foram igualmente alargados a nível social como foi o caso, em determinadas circunstâncias, da atribuição de cidadania a

prisioneiros de guerra ou a escravos tornados livres. Uma das principais consequências desta concepção de cidadania é a libertação do indivíduo da comunidade ancestral (a partir da qual dependia a atribuição do estatuto de cidadão) como condição *sine qua non* para aceder à cidadania. Deste modo, o modelo romano de cidadania implicou, sobretudo, a pertença a uma comunidade política fundada num conjunto de direitos e de deveres.

Contudo, o significado da cidadania no contexto romano tem sido objecto de diferentes interpretações. Para Demandt (1995) a cidadania poderia ser atribuída a qualquer pessoa, independentemente da sua cultura e origem. Balibar (1999), por sua vez, defende que o modelo romano de cidadania está associado a uma cultura comum. No entanto, esta cultura estendia-se a todos aqueles que tinham adquirido e mantido direitos de cidadania por hereditariedade. O que não implicava que todos os cidadãos tivessem a possibilidade de pertencer à classe governante do império. De facto, Roma era governada por uma oligarquia económica e militar. Independentemente das divergências interpretativas sobre a cidadania na Roma antiga, o que importa realçar é o aparecimento, pela primeira vez, da ideia de cidadão como um sujeito legal com direitos cívicos e pessoais, constituindo a base para o princípio do universalismo de direitos de cidadania.

O advento do Cristianismo marca uma profunda ruptura com as noções de cidadania dominantes nas cidades antigas de Roma e Atenas. Isto não significa que o cidadão tivesse sido eliminado da cultura política durante a Idade Média. Nos séculos XVI e XVII, começam a surgir novas filosofias políticas assim como a promoção de acções políticas nas cidades medievais. Na Idade Média as cidades europeias através das suas associações profissionais (guildas, corporações, ligas) criam um poder alternativo que desafia o poder hegemónico feudal, baseado na linhagem de sangue e na propriedade rural. Por outro lado, a reivindicação de uma cidadania individual, ainda que centrada na defesa dos interesses dos burgueses, estaria na génese do Republicanismo e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão promulgada em 1789 e incorporada pela primeira vez na Constituição Francesa em 1791. Posteriormente, os cidadãos da cidade pré-industrial vão ser os preconizadores de um novo modelo de cidadania fundada na instituição do Estado-nação.

Após a Revolução Francesa e a Revolução Americana, a emergência do Estado-nação tem uma importância decisiva numa nova concepção de cidadania como identidade, à qual ficam subordinadas todas as restantes identidades – religião, família, género, etnicidade e região – num mesmo quadro jurídico. No século XVIII, a Revolução Americana como uma exigência de cidadania e a Revolução Francesa ao proclamar os direitos do Homem representaram uma cisão política radical com o poder da monarquia, em nome da democracia representativa e dos cidadãos.

A nação assume-se como uma comunidade política e cultural, constituída por cidadãos livres e iguais, unidos por laços históricos, étnicos, linguísticos e culturais comuns que se identificam com um determinado território. Substituindo-se, assim, a anteriores formas de pertença, a cidadania moderna minou hierarquias locais e estatutos e privilégios específicos a favor de uma comunidade político-legal e de um contrato social assente no princípio de igualdade de direitos de todos os cidadãos. Neste novo contexto e até aos dias de hoje, a cidadania passa a estar vinculada à nacionalidade, ou seja, os direitos de cidadania são atribuídos a todos aqueles que detêm uma ligação a um determinado Estado-nação por terem nascido no seu território ou por serem descendentes de nacionais desse Estado-nação. É esta entidade cívica, política e cultural que determina o estatuto político-jurídico do cidadão assim como a criação de instituições e de políticas públicas como instrumentos de integração e de regulação social.

Ao longo dos tempos, a instituição da cidadania tem sido objecto de profundas transformações. Como veremos a seguir, os direitos de cidadania têm-se historicamente desenvolvido num espaço de negociação e de conflito, que tende a espelhar uma relação dialéctica entre deveres e direitos e entre interesses corporativos ou particulares e o bem público. Assim, a atribuição e o alargamento dos direitos de cidadania têm assumido diferentes dimensões dependendo de contextos históricos, sociais e políticos específicos. Neste sentido, a cidadania compreende um processo evolutivo de reivindicação de direitos formais e de políticas públicas que efectivam a sua implementação.

9.1.1 *A Evolução dos Direitos de Cidadania*

Na teoria política e, mais especificamente, a partir do famoso ensaio de T. H. Marshall, *Citizenship and Social Class* (1950) o processo histórico da cidadania é visto como uma sucessão temporal de direitos cívicos, políticos e sociais. No século XVII assiste-se à emergência de direitos civis ou legais que correspondiam essencialmente ao direito à propriedade privada, à justiça e à liberdade pessoal. Estes direitos com uma forte base universalista constituem um primeiro momento do processo de desenvolvimento da cidadania. Seguidamente, nos séculos XVIII e XIX, os direitos políticos acompanham o desenvolvimento da democracia parlamentar e incluíam o direito de voto, direito de associação e o direito de participação nos órgãos de decisão política. Finalmente, no século XX, e especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, os direitos sociais expandem-se de modo a abranger as áreas do trabalho, habitação, educação, saúde, segurança social e outros serviços sociais. Estas formas de cidadania social foram progressivamente institucionalizadas pelo

Estado-providência (*welfare state*) e tiveram como referência as classes trabalhadoras.

Ao longo do século XX, os direitos de cidadania têm sido objecto de expansão ou de contracção dependendo da natureza dos processos de transformação das sociedades modernas. Por exemplo, no que se refere aos direitos civis, o seu alargamento implicou a inclusão de novos direitos tais como a liberdade religiosa, a igualdade perante a lei e a proibição de práticas discriminatórias com base no género, raça, nacionalidade, cultura, religião, etc.. Apesar da concessão deste novo conjunto de direitos, a igualdade civil das mulheres é um direito adquirido muito recente. Para além disso, são bem conhecidas as desigualdades de representação das mulheres nas instituições públicas e em órgãos de soberania assim como a violação frequente dos direitos cívicos de minorias étnicas (por exemplo afro-americanos nos Estados Unidos da América, imigrantes na Europa e ciganos). Práticas discriminatórias e actos racistas por parte de instituições oficiais como a polícia e tribunais têm sido responsáveis pela exclusão de *facto* destas populações. A título ilustrativo, os conflitos urbanos ocorridos na Inglaterra nos anos oitenta foram despoletados por acções discriminatórias levadas a cabo pela polícia inglesa. De igual modo, nos Estados Unidos da América, o espancamento brutal de Rodney King pela polícia esteve na origem das revoltas urbanas em Los Angeles em 1992. Na França, a violação dos direitos cívicos dos magrebinos e de negros e a violência racista da polícia são sistematicamente denunciadas por organizações não governamentais como o SOS Racismo.

Quanto aos direitos políticos, o sufrágio universal, a legalização de todos os partidos políticos, autonomias territoriais e o desenvolvimento, embora incompleto, da democracia participativa são alguns dos principais progressos verificados no século XX. Ainda assim, a legitimação destes direitos por parte dos diferentes Estados-nação contemporâneos assume um carácter muito diferenciado, resultante das múltiplas e diferentes formulações do princípio de cidadania.

Por último, os direitos sociais associados ao Estado-providência, que tiveram por base as reivindicações de direitos económicos e sociais pelo movimento operário e socialista têm vindo, em alguns casos, a sofrer um considerável retrocesso.

A partir da década de setenta, a crise do “regime fordista” e conseqüentemente a crise do Estado-providência e das suas instituições sociais e políticas traduziu-se na redução das despesas públicas, na privatização de serviços públicos e no conseqüente enfraquecimento do papel social do Estado.¹ Este processo tem sido acompanhado de profundas transformações das relações entre o Estado e os cidadãos, sustentadas por uma ideologia neo-liberal que tendeu a valorizar o activismo económico desenfreado e o individualismo em detrimento do

¹ Sobre a crise da cidadania social e do Estado-Providência, ver Boaventura Sousa Santos (1994:203-241).

interesse público. Nas palavras pungentes de Bourdieu (1998:138) o neoliberalismo legitimou uma “exploração sem limites”, minando ao mesmo tempo as solidariedades sociais e os princípios democráticos do mundo de hoje.

... [o] mundo aí está, e nele, imediatamente visíveis, aí estão os efeitos da aplicação da grande utopia neoliberal: não só a miséria e o sofrimento de uma fracção cada vez maior das sociedades economicamente mais avançadas, o aumento extraordinário das diferenças entre os rendimentos, o desaparecimento progressivo dos universos autónomos de produção cultural, cinema, edição, etc., ..., e portanto, a prazo, dos próprios produtos culturais, através da intrusão crescente de considerações de ordem comercial, mas também e sobretudo a destruição de todas as instâncias colectivas capazes de se oporem aos efeitos da máquina infernal, na primeira linha das quais se encontra o Estado, depositário de todos os valores universais associados à ideia de público, e a imposição, por toda a parte, nas altas esferas da economia e do Estado, ou dentro das empresas, de uma espécie de darwinismo moral que, juntamente com o culto do *winner*, com a sua formação em matemáticas superiores e em «desportos radicais», instaura a luta de todos contra todos e o *cinismo* como normas de todas as práticas.

Nesta nova era, os direitos sociais vão ser re-interpretados à luz de uma nova ideologia que aponta para a “necessidade” de reduzir o papel intervencionista do Estado nas áreas da segurança social e do bem-estar, ao mesmo tempo defende a hegemonia do mercado de trabalho, maior “competitividade” e “flexibilidade” da mão-de-obra, mesmo que os custos sociais se traduzam no progressivo empobrecimento e marginalização das classes sociais mais desprotegidas e com menores rendimentos.

Em suma, a evolução dos direitos de cidadania é um processo dinâmico e contraditório, que segundo Borja (2002) é configurado por três principais factores: 1. sócio-político, ou seja, a mobilização de determinados sectores da sociedade em torno de acções reivindicativas; 2. cultural, respeitante à legitimação das reivindicações e dos valores em que estas se fundam; 3. político-jurídico ou institucional, que se refere à legalização e efectivação das novas políticas públicas. A cidadania desenvolve-se pois, a partir da dialéctica entre conflitos sócio-culturais e mudanças legais e políticas. Como veremos a seguir, os novos processos de globalização trouxeram importantes mudanças no modelo de regulação do Estado-nação e nas concepções tradicionais de cidadania e de pertença territorial.

9.2 Globalização, Território e Cidadania

9.2.1 Globalização e os Novos Direitos dos Cidadãos

Nas últimas duas décadas, os processos de globalização, a retracção do Estado-nação, a crescente intensificação das migrações internacionais e a afirmação de identidades étnicas, religiosas e territoriais têm desafiado noções convencionais de cidadania. Para alguns autores, as novas dinâmicas globais estão associadas a défices democráticos e a uma considerável redução da soberania e do poder dos Estados-nação na regulação das sociedades nacionais. Para outros, os Estados nacionais continuam a ser uma entidade política central tanto a nível nacional como global. No âmbito nacional e apesar da emergência de um conjunto de entidades supranacionais com poder de regulação social e económica, o Estado-nação continua a deter o poder soberano na atribuição de direitos de cidadania.

No que diz respeito à evolução dos direitos de cidadania no contexto europeu, Soysal (1994) defende a existência de um novo modelo de cidadania, que denomina de *cidadania pós-nacional*. Segundo esta autora “Um conceito novo e mais universal de cidadania desenvolveu-se na era do pós-guerra, conceito este cujos princípios orientadores e legítimos são baseados na noção de pessoa universal em vez da pertença nacional” (1994:1). A partir da análise dos padrões de incorporação das comunidades imigrantes nas sociedades europeias ocidentais, Soysal (1996) identifica quatro principais tendências que têm contribuído para importantes transformações no modelo moderno de cidadania.

Primeiro, a internacionalização do mercado de trabalho no período do pós-guerra tem-se traduzido na crescente intensificação e complexificação dos movimentos migratórios internacionais. Estas novas populações tendem a fixar-se de forma permanente nos países de acolhimento e a reivindicar um conjunto de direitos de cidadania que acentuam a separação entre nacionalidade, ou seja, a pertença a uma comunidade nacional e os direitos político-jurídicos atribuídos pelo Estado-nação. A concessão progressiva de direitos cívicos, sociais e políticos a não-nacionais aponta para a valorização dos aspectos políticos da cidadania em detrimento da dimensão nacional e cultural.

Segundo, a partir dos meados da década de quarenta, os processos de descolonização e a subsequente articulação dos direitos dos novos países independentes a nível universal, assim como a emergência de novos movimentos sociais, tais como os movimentos feminista, ambientalista, homossexual, migrante, anti-racista, anti-globalização, pacifista, etc., têm resultado na produção de discursos sobre direitos que contestam noções particularistas de cidadania específicas ao Estado-nação.

Terceiro, nas últimas décadas tem-se assistido ao desenvolvimento de novas formas de cidadania e à crescente criação de estruturas políticas transnacionais (por exemplo, UE) as quais oferecerem novas oportunidades de reivindicação e de atribuição de direitos num espaço político alargado.

Por último, a reconfiguração dos direitos de cidadania em direitos humanos ou pessoais tem legitimado a atribuição de direitos universais ao indivíduo independentemente da sua pertença nacional. Segundo Soysal, este último processo de transformação de direitos de cidadania em direitos humanos universais é revelador da perda progressiva de soberania dos Estados-nação na regulação social e cultural da pertença e na atribuição de direitos político-jurídicos.

Uma posição contrária é defendida por Layton-Henry (1992) e Brubaker (1995) para quem o Estado-nação continua a ter um poder decisivo na regulação jurídica de direitos e de critérios de pertença. Embora reconhecendo o impacto dos processos de transnacionalização do Estado-nação e da universalização dos direitos humanos, para estes autores o modelo de cidadania pós-nacional defendido por Soysal sobrevaloriza o impacto dos benefícios dos novos direitos nos regimes de incorporação dos imigrantes nos países europeus. O argumento central é que a atribuição de direitos a estrangeiros é muito diferenciada, o que na prática tem implicado, em alguns casos, a concessão de direitos em determinadas esferas, nomeadamente na esfera do emprego, sendo-lhes, no entanto, negados direitos sociais, culturais e cívicos.

Mais recentemente, Castles e Davidson (2000) no seu estudo sobre cidadania, globalização e migrações advogam um modelo de cidadania dissociado da noção de nacionalidade. A ideia de cidadania numa sociedade global implica repensar os modelos contemporâneos de direitos, de pertença e de territorialidade. Para tal a cidadania “deve ser concebida como uma comunidade política sem qualquer reivindicação a uma identidade colectiva” (2000:24). Contudo, para estes autores, a cidadania não pode ser “cega às pertenças culturais”, mas deve sim criar mecanismos políticos que possam reconciliar os direitos do indivíduo, as suas aspirações, valores e práticas como membro de comunidades sociais e culturais específicas com os direitos. Neste sentido, a criação de um novo projecto de cidadania forjado na interdependência de um conjunto de direitos cívicos, políticos, sociais, culturais e de género constitui, hoje em dia, uma condição fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária e aberta à diversidade.

CAIXA 9.1

Liberdade Cultural num Mundo Diversificado

[...]Os indivíduos podem ter e têm múltiplas identidades que são complementares – etnicidade, língua, religião e raça, bem como cidadania. E a identidade não é um jogo de soma zero. Não há uma necessidade inevitável de escolher entre unidade do Estado e reconhecimento de diferenças culturais.

É importante para as pessoas terem um sentido de identidade e de pertença a um grupo com valores partilhados e outros laços culturais. Mas cada pessoa pode identificar-se com muitos grupos diferentes. As pessoas têm uma identidade de cidadania (por exemplo, ser francês), de género (ser mulher), de raça (ser de origem oeste-africana), de língua (ser fluente em tailandês, chinês e inglês), de política (ter ideias de esquerda) e de religião (ser budista).

A identidade também tem um elemento de escolha dentro dessas filiações, os indivíduos podem escolher a prioridade a dar a uma filiação em relação a outra, em diferentes contextos. Os americanos mexicanos podem torcer pela selecção mexicana de futebol, mas servir no exército norte-americano. Muitos brancos sul-africanos optaram por combater o *apartheid* (itálico no original) como sul-africanos. Os sociólogos dizem-nos que as pessoas têm fronteiras de identidade que separam “nós” de “eles”, mas essas fronteiras mudam e esbatem-se para incorporar grupos mais amplos de pessoas.

A “construção nacional” foi um objectivo dominante do século XX e a maioria dos países visou a construção de Estados culturalmente homogéneos com identidades singulares. Por vezes conseguiram, mas à custa de repressão e perseguição. Se houver alguma coisa que a história do século XX mostrou, foi que a tentativa de exterminar grupos culturais, ou de os afastar, despertou uma teimosa resiliência. Em contrapartida, o reconhecimento de identidades culturais resolveu tensões infindáveis. Portanto, quer por razões práticas, quer morais, é de longe melhor aceitar os grupos culturais do que fingir que eles não existem.

Os países não têm de escolher entre unidade nacional e diversidade cultural. Há inquéritos que mostram que as duas podem coexistir e muitas vezes coexistem. Na Bélgica, os cidadãos, quando interrogados, responderam por maioria esmagadora que se sentiam tanto belgas como flamengos ou valões e, em Espanha, que se sentiam tanto espanhóis como catalães ou bascos.

Estes e outros países trabalharam muito para harmonizar culturas diversas. Também trabalharam muito para construir a unidade,

alimentando o respeito pelas identidades e a confiança nas instituições do Estado. Os Estados mantiveram-se firmes. Os imigrantes não precisam de negar a sua dedicação à família nos seus países de origem quando desenvolvem lealdades aos seus novos países. O receio de que os imigrantes fragmentam o país, se não forem “assimilados”, não tem fundamento. A assimilação sem opção já não é um modelo viável – ou necessário – de integração.

Não há *trade-off* (itálico no original) entre diversidade e unidade do Estado. As políticas multiculturais são um modo de construir estados diversos e unidos”.

Fonte: *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Tal como Castles e Davidson, Borja (2002) defende que numa era de globalização torna-se, igualmente, necessário separar a cidadania da nacionalidade. Segundo os autores, esta necessidade de ampliar e de reconfigurar os direitos de cidadania não tem encontrado eco na construção da cidadania europeia.

Ao analisar esta problemática, Borja chama a atenção para o modo como o novo paradigma de cidadania europeia continua a reproduzir claramente a articulação tradicional entre cidadania e nacionalidade, uma vez que de acordo com o artigo 8.º do Tratado da União Europeia “Possui a cidadania da União todo o nacional de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional, não a substituindo”. Neste contexto, o projecto de cidadania europeia proposto no Tratado que estabelece a Constituição Europeia é contraditório e paradoxal. Por um lado, o desenvolvimento da cidadania europeia constitui uma das principais prioridades da União e assenta nos princípios da liberdade, da justiça e respeito e na promoção da cultura europeia e da diversidade. Como tal, pretende-se forjar um novo idioma cultural que encerra em si a universalidade e a singularidade e uma nova ideia de democracia. Por outro lado, vincular a cidadania europeia à nacionalidade implica, necessariamente a exclusão de milhões de imigrantes que residem na União, muitos deles já nascidos nos Estados-membros, não lhes reconhecendo uma grande parte dos direitos que configuram a cidadania.

Para muitos autores e activistas sociais, o novo paradigma da cidadania europeia não deveria aplicar-se unicamente aos cidadãos dos Estados-membros, mas

deveria antes contemplar a atribuição dos mesmos direitos e deveres a todos os residentes na União Europeia, independentemente da sua nacionalidade. Esta questão reveste-se de grande complexidade ideológica e política e irá certamente ser objecto de intenso debate e controvérsia no que respeita ao alargamento das competências democráticas da cidadania em termos de um novo campo político de igualdade e de abertura à diferença.

Ao equacionar as questões da cidadania a um nível mais macro, Borja refere ainda a necessidade de “renovação da cultura dos direitos humanos” que implicará necessariamente a definição de “valores básicos como comum para toda a humanidade” e a sua formalização em normas jurídicas internacionais, estatais e locais ou regionais.

Presentemente, e face aos novos desafios que os processos de globalização nos colocam, os direitos de cidadania liberal devem, segundo Borja, ser redefinidos, tendo em atenção as novas diversidades culturais e étnicas e as novas formas de exclusão social e desigualdades sociais que caracterizam as cidades contemporâneas. A título ilustrativo refere a situação dos imigrantes ilegais, tóxico-dependentes, jovens e crianças marginalizadas, mulheres violentadas e sem recursos, desempregados de longa duração, populações destituídas de qualquer papel social.

Os direitos de cidadania tradicionais têm-se mostrado inadequados e ineficazes para combater estas múltiplas e complexas formas de exclusão social e de violência, mesmo nos países mais desenvolvidos. A crescente mobilidade e fixação de fluxos migratórios caracterizados por uma grande diferenciação étnico-cultural, por múltiplas lealdades e pertenças, assim como por diversas formas de identificação territorial, desafia a ideia de cidadania como um conjunto de direitos e deveres associados exclusivamente à nacionalidade como vínculo a um território, a uma cultura e a uma nação específicas.

9.2.2 Globalização e o Desafio Político para as Cidades

Nas últimas três décadas, as cidades têm sido palco de profundas transformações (Ver Capítulos IV, V e VI) muitas das quais decorrentes dos rápidos processos de globalização. Como vários estudos apontam, estes processos têm-se feito sentir de forma muito diferenciada. Para a maioria das cidades, as repercussões da economia global são basicamente imperceptíveis. Para outras, implicou um profundo declínio económico com graves consequências sociais enquanto noutros casos as cidades se assumem mais e mais como centros nodais de sistemas de intercâmbio regional e global, concentrando um conjunto complexo

de actividades e de funções (Boaventura Sousa Santos, 2000; Marcuse and van Kemper, 2000; Sassen 1991).

Face aos novos desafios da globalização, Castells e Borja (1997) identificam três principais áreas em que as cidades podem intervir e “gerir o global”: *Produtividade económica, integração sócio-cultural e representação e gestão política*. Quanto à primeira, as cidades contribuem para a competitividade económica ao fornecerem as condições para a existência de uma mão-de-obra qualificada, indispensável no novo quadro de produção. É precisamente na cidade que um conjunto de recursos e de serviços estão disponíveis para assegurar a produção e a reprodução dessa força de trabalho (educação, habitação, saúde, serviços públicos, etc.). Acrescenta-se ainda que é nos centros urbanos que é possível aceder às infraestruturas necessárias para o funcionamento eficaz da alta finança, das tecnologias de informação e de comunicação, mercados, administração dos sectores financeiros e industriais (nacionais e multinacionais) e serviços de ponta.

Relativamente à segunda área de intervenção, as cidades podem desempenhar um papel muito importante na integração social de populações étnica e culturalmente muito diversificadas. A intensa diversidade de raças, religiões, culturas e classes que caracterizam as grandes metrópoles da actualidade são fortes catalizadores de processos que desafiam significados e práticas de cidadania, de pertença e de coesão social. A cidade pode, assim, constituir-se como lugar privilegiado de reivindicação e mudança, mas também de solidariedade social e tolerância cultural e religiosa.

A terceira área de intervenção refere-se às cidades como lugares de participação e de inovação política. Face ao Estado-nação e à gestão política num contexto global, as cidades detêm um conjunto de vantagens, nomeadamente a maior proximidade à população que representam; maior capacidade de integrar políticas públicas assim como a consciência de uma identidade local-regional como forma de afirmação e de reacção às formas homogeneizantes da globalização cultural.

Para Borja (2002) o desafio político da cidade numa era de globalização implica uma nova concepção de cidadania capaz de dar resposta às novas dinâmicas globais, transnacionais e locais. A nível global sublinha a necessidade de se estabelecer cartas de direitos universais, novas estruturas representativas de regulação e de participação e políticas públicas que possam assegurar esses direitos.

No tocante ao local, o reconhecimento de direitos ao nível da cidade ou da região é de suma importância para o exercício pleno da cidadania. Para Borja, a relação dialéctica entre o global e o local obriga à criação de um conjunto de direitos que designa por **direitos complexos** (ou de quarta geração) a serem

² A *Carta Europeia de Salvaguarda dos Direitos na Cidade*, assinada em Saint-Denis, em 2000, por duzentas cidades europeias, entre elas Lisboa, assenta nos pressupostos da cidadania participativa, da solidariedade e da qualidade de vida urbana para todos.

assumidos pelos governos locais e regionais.² Consequentemente, a implementação de “políticas específicas de proximidade” sustentadas por mecanismos de cooperação social, prevenção e inserção e acção positiva assume um carácter prioritário no contexto social actual. A conquista da **cidadania de proximidade** implica assim um projecto de inovação política e de legitimação de valores que estão na base de um conjunto de direitos associados à cidade e ao território. Vejamos alguns dos exemplos propostos:

1. *O direito à cidade*. Estes direitos estão associados a novos projectos urbanos, assim como a projectos de habitação social para as populações mais desfavorecidas, devendo promover a participação directa da população, incorporando actividades sociais e culturais, trabalho e programas de inserção no tecido urbano. Uma outra dimensão destes direitos tem a ver com o direito à cidade que se traduz na valorização dos bairros e dos lugares como partes integrantes da cidade. No âmbito destes direitos Borja refere com especial enfoque o direito a um espaço público de qualidade, que é visto como um “direito humano fundamental nas nossas sociedades”. Assim, o direito ao lugar, à mobilidade, à beleza, à qualidade de vida, à integração na cidade formal e ao auto-governo são indissociáveis do direito à cidade.
2. *O direito à cidade como refúgio* aponta para a criação de espaços que funcionam como refúgios para aqueles que temporariamente necessitam por diversas razões (legais, culturais ou pessoais) de se proteger de instituições que se mostraram incapazes de defender os interesses dos cidadãos.
3. *O direito à diferença, à intimidade e à liberdade sexual*. Nas cidades contemporâneas ninguém deve ser discriminado em função da sua cultura, crenças nacionalidade, raça ou orientações sexuais.
4. *O direito à educação e à formação contínua* como garantia de inserção social e profissional possibilita a criação de trabalhos mesmo em períodos de grande transformação económica.
5. *O direito ao emprego e ao salário do cidadão*. Numa época em que o direito ao trabalho se tornou mais e mais num privilégio, o conceito de salário do cidadão é entendido como um direito para todos, mesmo aplicável em períodos de desemprego ou em troca de trabalho social.
6. *O direito à justiça local e à segurança*. A dificuldade em aceder à justiça por parte da maior parte dos cidadãos e a noção de segurança enquanto repressão obrigam a encontrar formas mais inovadoras que compreendam uma actuação concertada entre as instituições locais e a sociedade civil de modo a assegurar um sistema de justiça local mais eficaz, assente na prevenção e na segurança dos cidadãos.

-
7. *O direito à inovação política* refere a necessidade de os governos locais e regionais de reconhecer as reivindicações sociais e políticas de forma a inovarem os regimes de participação política.
 8. *O direito à igualdade de estatuto jurídico-político para todos os residentes da cidade.* A consagração deste direito está directamente associada à ideia de que a cidadania é distinta da nacionalidade e que a relação com uma realidade sócio-territorial deve determinar o estatuto legal dos residentes.
 9. *O direito de participação dos representantes directos dos cidadãos.* Tanto os representantes institucionais ligados ao governo local e/ou regional como os representantes de organizações não-governamentais devem ter acesso ao espaço político internacional no que respeita a decisões que os afectam directamente.
 10. *O direito dos governos locais e regionais de constituírem redes e associações que actuem e que sejam reconhecidas internacionalmente.* Este novo modelo de actuação pretende trazer as cidades e as regiões para o espaço de regulação da globalização dominada pelos Estados-nação e pelas grandes corporações económicas e financeiras.

Segundo Borja, a estes direitos estão necessariamente associados um conjunto de deveres por parte dos seus titulares que permitem o exercício efectivo da cidadania. Uma democracia territorial de proximidade implica, pois, a criação de uma nova cultura de cidadania e a conquista de direitos urbanos que possibilitem reequacionar de forma inovadora a relação milenar entre cidade e cidadania.

9.2.3 A Cidade Multicultural – De quem é a Cidade?

Num mundo cada vez mais étnica e culturalmente diversificado, é nas cidades que se expressa essa diversidade. Nas últimas décadas do século XX, a globalização da economia e a aceleração dos processos de urbanização têm acentuado a pluralidade cultural e étnica nas cidades através da intensificação das migrações nacionais e internacionais. É no espaço local que se cruzam diferentes culturas, valores, línguas e crenças. E é também no local que se produzem novas formas de identificação, de pertença e de comunidade. As migrações têm sido uma constante ao longo da história da Humanidade e as cidades têm-se constituído, preferencialmente, como receptáculo de diversidade e de contrastes. Contudo, presentemente, a articulação entre território e populações configura-se de modo diferente, especialmente no que diz respeito

à velocidade e intensidade dos contactos e das redes. O desenvolvimento da tecnologia de informação e electrónica e a decorrente compressão do tempo e do espaço característica da nossa era potenciam o aparecimento de comunidades virtuais ligadas entre si e interagindo em tempo real. Um outro aspecto que merece especial destaque nas novas configurações entre território e indivíduos é a formação de novas identidades que não se fundam necessariamente na pertença a uma única nação, região, cidade ou aldeia. A cidade como espaço de concentração de culturas constitui-se, assim como, um lugar privilegiado para a formação e desenvolvimento de identidades e de comunidades transnacionais.

Os efeitos da globalização ao nível do local são múltiplos e de grande complexidade e a sua análise transcende o âmbito deste capítulo. Importa, no entanto, sublinhar que os fenómenos migratórios e étnicos se inserem no centro dos processos globais de actividade económica e cultural que ganham expressão nas cidades contemporâneas. Na rede de cidades globais, não são apenas os fluxos de capital que se mundializaram, mas também se tem vindo a assistir a uma acentuada diversificação dos movimentos migratórios no que diz respeito aos países de destino e de origem e à sua composição sócio-demográfica. De acordo com Sassen (1999) tanto as migrações de profissionais, empresários internacionais e de trabalhadores altamente especializados como as de mão-de-obra migrante têm desempenhado um importante papel na organização sócio-espacial dos espaços urbanos. As reivindicações destes novos actores urbanos são múltiplas e diversificadas. Para os primeiros a cidade gira em torno de aeroportos, centros financeiros, hotéis de luxo, áreas residenciais protegidas, etc. A este tipo de migrações contrapõe-se a dos migrantes menos qualificados e economicamente desfavorecidos que tendem a ser segregados tanto a nível social como espacial.

Nas últimas três décadas, a segregação étnica urbana tem-se vindo a acentuar nas cidades europeias. Enquanto que nas cidades francesas estas populações ocupam áreas periféricas das grandes metrópoles, nas cidades britânicas, por exemplo, os imigrantes e minorias étnicas tendem a concentrarem-se especialmente no centro degradado das cidades. O agravamento das condições de vida destas populações e o aumento de violência urbana trouxeram para primeiro plano as profundas desigualdades sociais e o crescente défice de direitos de cidadania por parte das comunidades migrantes e das minorias étnicas.

Face às novas realidades sociais e urbanas, em 1991, a declaração de Frankfurt decorrente da Conferência das Autoridades Locais e Regionais da Europa, intitulada “Para uma nova política municipal para a integração multicultural na Europa” (CLARE, 1992) viria a reconhecer o carácter multicultural das cidades europeias e a necessidade de implementação de políticas locais para a

integração das populações migrantes. Nesse âmbito, foi elaborado um conjunto de recomendações dirigidas especificamente à participação efectiva dos migrantes na vida política local. As propostas visavam os seguintes aspectos:

- a necessidade de os imigrantes serem ouvidos durante os processos de decisão política e referendos públicos;
- necessidade de criar conselhos consultivos municipais constituídos por imigrantes;
- direito de voto em eleições locais;
- flexibilização das leis de nacionalidade e possibilidade de múltiplas nacionalidades.

Em 1992, também o Conselho da Europa na sua declaração final sobre “A participação de estrangeiros na vida pública a nível local” viria a apresentar um conjunto de recomendações, tendo como principal objectivo a criação de novos mecanismos institucionais para a integração local dos imigrantes. É, igualmente, reconhecido que “existe uma nova cidadania local que vai emergindo à medida que as cidades da Europa vão assumindo a responsabilidade das realidades multiculturais” (CLARE, 1992:162).

Durante a década de noventa de 1900, as autoridades governamentais dos diferentes países europeus adoptaram um conjunto muito diversificado de políticas locais de integração. Estas iniciativas tiveram como principais objectivos a criação de mecanismos de auscultação directa das necessidades e dos interesses das comunidades migrantes; a implementação de formas institucionalizadas de combate à discriminação e ao racismo e, por último, a criação de formas simbólicas de integração e de harmonia social. Por conseguinte, múltiplas organizações de cidadãos e instituições oficiais foram criadas nos diferentes países europeus para promover a integração social e política dos imigrantes. Alguns exemplos de organismos locais criados nos países europeus são seguintes:

Alemanha. Conselhos locais consultivos, comissariados municipais para os assuntos dos estrangeiros, organismos municipais de serviços sociais e organizações semi-públicas de solidariedade. O exemplo das políticas adoptadas na cidade de Berlin é particular interessante. Em 1981, sob o lema (viver uns com os outros) o Gabinete do Comissário do Senado de Berlin para a Migração e a Integração desenvolve actividades de extensão em bairros com elevada percentagem de imigrantes e campanhas de informação pública. O Gabinete também fornece aconselhamento e consultas jurídicas em 12 línguas, ajudando os imigrantes a encontrar emprego e a combater a discriminação. Juntamente com organizações não-governamentais, o Gabinete

organiza formação regular junto às autoridades policiais sobre relações com os imigrantes e realiza inquéritos anuais sobre as atitudes locais para com os imigrantes.

Bélgica. Conselhos regionais de assessoria, conselhos de migrantes municipais e conselhos de consulta das comunidades.

França. Instituições de consulta na maioria das cidades. Conselhos de imigrantes, delegações locais da associação de assistência social a migrantes. A nível provincial, a comissão regional de inserção da população migrante (CRIPI) é responsável pela gestão dos assuntos da imigração.

Holanda. Conselhos municipais para os assuntos das minorias étnicas, departamentos municipais de serviços sociais, centros comunitários financiados pelo governo local.

Portugal. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas a nível nacional. Conselhos municipais para a imigração e minorias étnicas. Na grande maioria dos municípios não existem serviços e organismos específicos para as populações imigrantes e minorias étnicas. Estes assuntos são geridos pelos serviços municipais já existentes e dirigidos à população em geral.

Reino Unido. Conselhos de Igualdade Racial trabalhando sob os auspícios da Comissão para a Igualdade Racial (CRE). Unidades de relações raciais e comités de grupos consultivos e de assessoria, fóruns apoiados nestas organizações e em federações de associações étnicas, departamentos municipais de serviços sociais, centros comunitários financiados pelo governo local.

Suécia. Comissões e Conselhos de Imigração assim como organismos municipais de serviços sociais e de emprego dirigidos às populações imigrantes.

Como podemos constatar pelos exemplos acima referidos, os mecanismos de participação criados na última década são muito diversificados e variam muito de país para país, de cidade para cidade. Novas desigualdades e linhas divisórias tanto ao nível social como cultural têm surgido entre as populações imigrantes e as cidades onde vivem. Por outro lado, o racismo, a xenofobia e o fanatismo religioso têm vindo a agravar-se em todo o mundo e é nos contextos urbanos que estas tensões e conflitos ganham expressão e se reproduzem.

Face às novas realidades urbanas, a Declaração de Estugarda de 2003, intitulada “A Integração e Participação de Estrangeiros em Cidades Europeias” estabeleceu um conjunto de princípios para a construção de uma política

européia comum para a integração local de comunidades migrantes. Esta tentativa de harmonização a nível político e institucional tem por base as recomendações apresentadas pela Convenção do Conselho da Europa de 1992, sublinhando a necessidade do alargamento do direito de voto nas eleições locais a todos imigrantes a residir legalmente no país; a promoção da participação das populações imigrantes na vida cultural, social, económica e política das cidades e a necessidade de criação de organismos consultivos para estrangeiros em todas as cidades europeias, de modo a promover a inclusão dos imigrantes nos processos de decisão política local.

A “nova cidadania local” implica, assim, o reconhecimento de que as cidades, sobretudo as grandes cidades, concentram uma enorme diversidade e complexidade e que a sua gestão implica necessariamente uma política local orientada para combater as desigualdades sociais e a discriminação, emergentes no novo contexto de interdependências globais. Por outro lado, a valorização da igualdade, da multiculturalidade, do intercâmbio cultural, étnico e religioso assume um carácter prioritário para o desenvolvimento de cidades mais democráticas e justas.

9.3 Movimentos Sociais Urbanos

9.3.1 *Os Novos Movimentos Sociais e Redes Organizativas Locais/ Globais*

Durante a década de oitenta, o estudo dos novos movimentos sociais e dos movimentos sociais urbanos, em particular, dominaram as agendas de investigação em sociologia, tornando-se uma problemática central do debate científico da época. Retomando a temática dos movimentos sociais urbanos brevemente referida no Capítulo IV deste trabalho, iremos traçar, ainda que de forma sucinta, a evolução destes movimentos nas últimas décadas.

Não se pretendendo recensear a vastíssima bibliografia sobre a problemática dos movimentos sociais, mais especificamente dos movimentos sociais urbanos, a abordagem que se segue pretende fornecer, sobretudo, uma visão alargada deste fenómeno. Contudo, antes de nos debruçarmos sobre o tema específico dos movimentos sociais urbanos, importa referir as principais dinâmicas dos novos movimentos sociais, os quais emergem da articulação complexa entre o global e o local.

Nas últimas três décadas, temos assistido a rápidas transformações do modelo fordista de regulação social, ao mesmo tempo, que vemos emergir poderosos movimentos sociais e novos protagonistas que intervêm em múltiplas esferas

sociais, culturais, económicas e políticas. A partir da década de sessenta do século XX, as acções de mobilização e de protesto multiplicaram-se tendo por base reivindicações que se demarcaram da lógica dos tradicionais movimentos sociais, norteados por paradigmas clássicos de luta de classes e de demandas pelo bem-estar material assim como pela contestação dos problemas inerentes ao desenvolvimento da sociedade industrial fordista.

Alain Touraine (1975), um dos mais importantes teóricos dos novos movimentos sociais, defende que a emergência de novas conflitualidades sociais, nas décadas de sessenta e setenta de 1900, dificilmente se poderiam explicar num quadro de luta de classes, no contexto do sistema de produção capitalista. Assim, os novos conflitos transcendem a tradicional dicotomia entre burguesia e a classe trabalhadora, revelando tensões que atravessam as diferentes classes sociais e que se integram em “projectos sociais” mais amplos.

Ao conceptualizar os novos movimentos sociais, Touraine (1975; 1978) sustenta que estes assentam em três pressupostos fundamentais: o *princípio da identidade*, referindo-se à auto-definição dos actores, quem são e quem representam face a outros actores; o *princípio da oposição* que faz emergir a natureza das tensões e dos conflitos face a um ou uns adversário(s) e o *princípio da totalidade* que diz respeito à visão do movimento de o sistema social que é disputado e que o movimento procura substituir por outro através da acção colectiva histórica. Acresce-se a estes princípios matriciais, um outro que, segundo Touraine, está na base dos novos movimentos sociais e que é a procura e a formação de uma nova identidade, a qual estaria duplamente associada a um percurso individual e colectivo. Esta identidade configura-se pela pertença a uma cultura de cidadania, de protesto e de reivindicação, gerada no contexto da acção colectiva assim como pela afirmação da identidade individual e da singularidade cultural.

No quadro paradigmático de Touraine sobre os novos movimentos sociais, a contestação do modelo cultural e dos valores ético-morais impostos pela elite dominante assume uma importância crucial na orientação das novas formas de luta. Ao questionarem a hegemonia ideológica e cultural das elites dirigentes, os movimentos sociais reivindicam novos modelos culturais e a construção de projectos identitários que apontam para uma redefinição do indivíduo enquanto sujeito – actor social – e para a transformação de todo o sistema social.

Na esteira de Alain Touraine, Boaventura Sousa Santos (1994: 222) defende que os novos movimentos sociais emergem como uma “resposta crítica à regulação social capitalista” assim como à “emancipação social socialista tal como ela foi definida pelo marxismo”. A identificação de novas formas de opressão que não se situam necessariamente na esfera das relações de produção (por exemplo, a guerra, a poluição, o racismo ou o sexismo) e a defesa de

novos paradigmas sociais que se centram, sobretudo na qualidade de vida e na cultura assumem uma importância fundamental nas novas lógicas de acção colectiva. Além disso, dada a natureza das novas opressões, o movimento operário e a classe operária deixaram de constituir a força motriz das lutas de emancipação. As novas lutas fundam-se num projecto de emancipação que transcende a mera concessão de direitos, abstractos, implicando reivindicações que se prendem com a afirmação da subjectividade, do social e do cultural.

Embora não se possa reduzir os novos movimentos sociais a uma lógica única de acção e de reivindicação, importa assinalar um conjunto de elementos que caracterizam estes novos movimentos: orientação ideológica, valores, composição, modelos organizativos e formas de intervenção.³

- Ao nível ideológico as demandas dirigem-se contra modelos tradicionais de democracia representativa e preconizam o exercício de uma democracia participativa como espaço de participação cívica e de contestação de modelos políticos, económicos e culturais dominantes, os quais são vistos como uma ameaça à Humanidade, ao desenvolvimento sustentado e à emancipação dos marginalizados e oprimidos. Esta oposição sistémica é, igualmente, marcada por exigências mais concretas e pontuais ao nível da vida quotidiana, que se traduzem no protesto quer contra políticas nacionais quer contra políticas locais que afectam a qualidade de vida dos cidadãos.
- No que respeita ao novo sistema de valores, este é norteado por uma oposição a valores autoritários, conformistas e consumistas, centrados no bem estar material e na competitividade. Ao invés, a autonomia pessoal, a paz, a diversidade, a solidariedade social, a cidadania política, económica, social e cultural e a estética são considerados valores fundamentais no novo quadro de emancipação.
- A composição social dos membros dos novos movimentos sociais é heterogénea e interclassista. Ao contrário dos “velhos” movimentos sociais cujos membros eram recrutados com base na pertença de classe, os novos movimentos sociais integram indivíduos com posições sociais e quadros ideológicos diferenciados, os quais se mobilizam em torno de um conjunto de objectivos comuns que se prendem com a condição e a dignidade humana assim como com o reconhecimento de identidades específicas (por exemplo, cultural, étnica e sexual) com a relação do indivíduo com o meio ambiente e com os direitos de cidadania.
- Quanto aos modelos organizativos, estes são caracterizados por uma forte informalidade, descentralização e pela formação de redes estratégicas que interligam acções locais com as globais. Por outro

³ Para uma análise aprofundada dos novos movimentos sociais, ver Maria José Stock (coord.). 2005. *Velhos e Novos Actores Políticos. Partidos e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.

lado, verifica-se uma demarcação em relação ao Estado, às organizações partidárias, aos sindicatos tradicionais e a outros grupos corporativistas.

- As formas de actuação estão estreitamente ligadas a um paradigma de democracia participativa, que extravaza a intermediação dos partidos políticos e/ou de grupos de interesse ou de pressão. A forte mediação e visibilidade de acções de protesto, manifestações espontâneas de contestação e, em alguns casos, desobediência civil são algumas das principais formas utilizadas pelos protagonistas dos novos movimentos sociais. É, igualmente, visível a especial atenção dada à realização de iniciativas a nível local e regional, congregando actores e redes sociais comunitárias, quer em torno de demandas concretas quer de propostas de natureza mais global como, por exemplo, a defesa do ambiente e os direitos humanos.

Uma das novidades dos novos movimentos sociais reside em que estes se inscrevem não no âmbito do espaço institucional do poder, mas sim na esfera da sociedade civil, intervindo em múltiplas arenas da vida social, cultural e política. Esta modalidade de intervenção não se reduz a lutas localizadas, mas compreende a criação de redes estratégicas e de solidariedade em que o local e o global se interpenetram em múltiplas e complexas articulações.

A globalização e o sistema internacional de direitos humanos têm contribuído para a criação de novos canais legais e operacionais que favorecem a entrada de actores sociais não governamentais em áreas internacionais que têm sido, até muito recentemente, do domínio exclusivo dos Estados-nação (Soysal, 1994). Os complexos processos de transnacionalização institucional têm demonstrado como os Estados-nação não são os únicos e exclusivos actores das leis internacionais nem tão pouco os únicos actores das relações internacionais. Outros actores como as ONGs, povos aborígenes, povos indígenas, minorias étnicas, migrantes, refugiados, mulheres e ambientalistas, os quais têm sido percebidos como sujeitos passivos nos processos de decisão política, tornaram-se eles próprios actores sociais activos na esfera internacional dos direitos humanos.

É precisamente neste novo quadro de participação cívica e política ao nível transnacional que as cidades como lugares estratégicos de formação de identidades e de acção colectiva têm vindo a desempenhar um papel importante no desenvolvimento de uma sociedade civil global. Antes de examinarmos a relação entre o activismo social local e o modo como este se insere na esfera política transnacional, importa fazer algumas considerações sobre o conceito de sociedade civil global.

Nas últimas três décadas, o conceito de **sociedade civil global** tem ganhado uma centralidade sem precedentes no mundo contemporâneo, tendo vindo a ser objecto de múltiplas interpretações. Para alguns, a sociedade civil global refere-se a um número de acções muito diversificadas levadas a cabo por organizações como a Greenpeace ou por outras organizações e grupos de cidadãos que se mobilizam de forma maciça para protestar contra determinadas políticas económicas e sociais, como é o caso das acções de protesto levadas a cabo em Seattle em 1999, por ocasião do encontro ministerial da “World Trade Organization” (Organização Mundial de Comércio). Para outros, a sociedade civil global tem a ver com questões ligadas ao desenvolvimento e à democratização da sociedade, o que se tem reflectido no rápido crescimento de estruturas organizativas, tais como associações profissionais, organizações do consumidor e grupos de pressão transnacionais. Outros identificam a emergência de novos movimentos sociais com instituições de cariz humanitário e de solidariedade global com os povos oprimidos como é o caso de organizações como os Médicos sem Fronteiras, OXFAM e outras organizações congéneres. Ainda para outros, a expansão da sociedade civil global está associada aos processos de globalização cultural e a movimentos sociais transnacionais assim como à criação de grupos ligados à defesa dos direitos humanos, ambientalistas, activistas, feministas, estudantes, trabalhadores, sindicalistas e organizações religiosas. (Anheier et. al. 2001). A diversidade de interpretações revela a dificuldade em caracterizar a emergência de um fenómeno em rápida mutação. Para vários autores, a sociedade civil global denota, sobretudo, a “esfera de ideias, valores, instituições, organizações, redes e indivíduos que se situa entre a família, o Estado e o mercado, funcionando para além das fronteiras das sociedades nacionais, das instituições políticas e economias” (Anheier *et al.*, 2001).

Independentemente da multiplicidade de interpretações, o facto é que o conceito de sociedade civil global funda-se numa nova realidade social. Na última década, podemos constatar a emergência de uma esfera supranacional de participação social e política na qual grupos de cidadãos, movimentos sociais e indivíduos se envolvem em debates, confrontações e negociações com outros grupos e com vários actores governamentais a nível internacional, nacional e local.

A existência de uma esfera não governamental supranacional não é um fenómeno recente. A Igreja Católica ou o Islão actuaram a nível global durante séculos. Outras entidades como a Commonwealth ou as Nações Unidas, ou organizações internacionais não governamentais como a Cruz Vermelha ou como a Internacional Socialista desenvolveram, historicamente, as suas actividades na esfera transnacional. Para vários autores, a novidade da sociedade civil global reside na intensidade e na amplitude que as organizações

internacionais e supranacionais e organizações não governamentais de várias naturezas têm assumido no espaço transnacional político. (Anheier *et al.*, 2001).

A nível quantitativo, podemos constatar que, por exemplo, em 1914 existiam apenas 1083 Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGI) registadas tendo o seu crescimento acelerado depois da Segunda Guerra Mundial. Contudo, foi na última década que o número de organizações não governamentais disparou em flecha. Aproximadamente um quarto das 13.000 ONGI registadas actualmente foram criadas durante a década de 90 (Chatfield, 1997)⁴.

⁴ Presentemente, estima-se que um total de 25.000 ONGs desenvolve trabalho a nível internacional com programas e afiliações em diversos países. (Paul, 2000)

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*Earth Summit*) realizada no Rio de Janeiro, em 1992, foi um marco importante na mobilização internacional de ONGs. Cerca de 17.000 ONGs participaram no fórum paralelo de Organizações Não Governamentais e 1400 estiveram directamente envolvidas em processos de negociação com instituições intergovernamentais. Presentemente, a Amnistia Internacional conta com mais de um milhão de membros em todo o mundo. Em 2000, cerca de 2500 ONGs gozavam de estatuto consultivo junto às Nações Unidas e milhares de outras organizações tinham acordos oficiais com outros órgãos das Nações Unidas e com outras instituições intergovernamentais. De especial interesse foi a participação surpreendente de ONGs na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres em 1995, realizada em Pequim, que atraía um total de 35.000 ONGs. (Paul, 2000). Do mesmo modo, o Fórum Social Mundial realizado pela primeira vez em Porto Alegre, no Brasil, em 2001, tem ao longo dos anos constituído um espaço de reflexão e de mobilização da sociedade civil contra os processos de globalização neoliberal. Em 2005, o Fórum contou com a participação de 6872 organizações sediadas em 151 países.⁵

⁵ Ver o website do Fórum Social Mundial www.forum-socialmundial.org.br

Estes números são elucidativos da crescente importância destas organizações e movimentos nos processos de decisão e de responsabilização política a nível global. Ao conseguirem expandir a sua agenda política e o seu espaço de actuação, as inúmeras organizações não governamentais e grupos de cidadãos conseguiram chamar a atenção mundial para as questões dos direitos humanos, do género, ambiente, desenvolvimento, pobreza, discriminação e opressão.



Figura 9.1 – Manifestação no Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2003.

Contudo, este quadro global de intervenção e de reivindicação não existe em oposição aos micro-poderes e aos movimentos informais que se formam ao nível do local, ou seja, em espaços urbanos. Para Sassen (2001) as cidades constituem um *locus* de novas reivindicações protagonizadas por diferentes classes sociais e interesses económicos. Assim, se por um lado, as demandas da elite económica se centram no desenvolvimento de infraestruturas urbanas e de formas eficientes de organização, de modo a tornarem-se competitivos no mercado global de capital, por outro lado, assiste-se ao aparecimento de grupos de trabalhadores e activistas que contestam as políticas económicas e de desenvolvimento dominantes. Entre estes novos actores sociais, Sassen (2001) identifica quatro principais grupos que, apesar das suas lutas surgirem vinculadas a um local específico (por exemplo, o bairro, a cidade ou a região), conseguem desenvolver através das novas tecnologias da informação e da comunicação, redes organizativas a nível global para defesa dos seus interesses. A primeira rede refere-se às organizações anti-capitalistas que se opõem e contestam o modelo de desenvolvimento capitalista assim como os objectivos e interesses de instituições internacionais tais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional.

O segundo grupo diz respeito às organizações de mulheres que têm vindo a aumentar significativamente nas últimas décadas. A intervenção local das mulheres nos bairros e na comunidade tem-se traduzido na formação de pequenas associações e organizações, as quais têm sido de grande importância para a constituição de comunidades de prática que se constituem a partir de

múltiplas redes horizontais, colaborações e solidariedades que extravazam o nível local. Com um conjunto muito diversificado de objectivos e de formas de actuação, estas organizações têm sido capazes de desenvolver uma multiplicidade de projectos locais em rede com outras associações nacionais e internacionais. Alguns exemplos destas organizações são: a MADRE que, desde 1983, tem trabalhado em parceria com organizações de mulheres a funcionarem em comunidades situadas em áreas de conflito e de guerra; a Ibdaa sediada no campo de refugiados Deheishe na Palestina que tem como objectivos o desenvolvimento pessoal e a formação dos jovens ou ainda a associação Q'ati't na Guatemala que pretende consciencializar e fornecer os instrumentos necessários às mulheres trabalhadoras para combater a violação de direitos nas fábricas onde trabalham.

A terceira rede de organizações locais/globais refere-se a populações migrantes e a refugiados. Como atrás referimos, as cidades contemporâneas são os principais pólos de atracção de mão-de-obra migrante e de refugiados e é nos espaços urbanos que as reivindicações destes grupos ganham saliência, quer através de acções de protesto contra políticas migratórias quer contra a exploração económica, a discriminação e a violação de direitos humanos e cívicos. Embora, frequentemente, estas populações sejam alvo de marginalização económica, social e política, a acção colectiva protagonizada por estas comunidades tem implicado a mobilização local e transnacional de um conjunto diversificado de recursos, e a intervenção em múltiplas esferas políticas tanto no país de acolhimento como no país de origem e/ou no espaço da diáspora.

Por último, as cidades do mundo de hoje constituem-se, igualmente, como lugares que possibilitam a formação de organizações militantes, terroristas e criminosas. Após os atentados de 11 de Setembro, tornou-se visível que o sistema financeiro global tem sido utilizado para subsidiar redes terroristas a funcionar em várias cidades europeias, como é o caso da rede terrorista Al-Qaida. De igual modo, organizações militantes envolvidas em processos de libertação têm-se sediado em cidades contemporâneas no Reino Unido, na França, na Noruega, na Suécia, no Canadá ou nos Estados Unidos da América.

Outros exemplos de redes ilegais são o tráfico de pessoas, de estupefacientes e de armas que constituem uma fonte de rendimento para organizações criminosas. Cidades de grande e média dimensão constituem espaços estratégicos para o tráfico de mão-de-obra ilegal tanto no que diz respeito ao processo de recrutamento como à sua inserção no mercado de trabalho. Cidades tais como Lagos, Bangkok, Moscovo ou Kiev são alguns exemplos de pólos importantes na rede internacional de tráfico de pessoas, onde “agências” de recrutamento controlam diversos percursos migratórios, passando a actuar não só no país de origem mas também no país de destino através de redes criminosas de exploração e de extorsão dos imigrantes ilegais.

Mais recentemente, o tráfico de mulheres e de “noivas” tem vindo a acentuar-se substancialmente através de “agências” locais a funcionarem em redes internacionais de prostituição e de exploração de mulheres. Mais recentemente, a internet tem sido um meio preferencialmente utilizado por traficantes de “noivas” para publicarem catálogos de potenciais “noivas” oriundas das Filipinas, da antiga União Soviética ou da Ásia. Estes serviços são controlados por redes criminosas a actuarem nos Estados Unidos da América (Nova Iorque, Miami ou Los Angeles), assim como nos países onde estas mulheres são recrutadas.

Por outro lado, temos vindo a assistir, em diversas cidades Europeias e Norte Americanas, à implementação de programas que visam o combate ao tráfico ilegal de pessoas, de assistência às vítimas e de prevenção de acções criminosas.

O activismo local/global que referimos acima articula um conjunto de dimensões económicas, sociais e políticas que se entrecruzam, de uma forma complexa, nas múltiplas esferas de intervenção e de reivindicação social. Contudo, importa ainda referir outros tipos de redes organizativas que se alicerçam na dimensão cultural e na cidadania e que combinam esferas de intervenção local, nacional e internacional.

Um aspecto importante das organizações culturais é o modo como o discurso da identidade cultural se entrecruza com o exercício da cidadania e a defesa dos direitos dos marginalizados. Embora tendo como objectivos principais o activismo cultural e a afirmação identitária, que em muitos casos extravaza o local, estas organizações têm sido especialmente eficazes na articulação entre cultura e cidadania, como estratégias participação e de reivindicação no espaço político. Tal é o caso de organizações como o Grupo Cultural Afro Reggae ou o Olodum, este último descrito na CAIXA 9.2.

CAIXA 9.2

Redes Organizativas Locais e a Gestão da Cultura e da Cidadania – Oludum

Criado em 1979 como bloco afro carnavalesco do bairro Maciel-Pelourinho, em Salvador da Baía, o grupo cultural Olodum é actualmente um dos protagonistas do “World Music”, depois de se ter consagrado internacionalmente com a participação no disco de Paul Simon “Rythm of the Saints” em 1991 e com várias colaborações com os jazzistas Wayne Shorter e Herbie Hancock e o artista reggae Jummy Cliff.

Como grupo cultural, Olodum tem desempenhado um papel fundamental na “reafricanização” da Baía e no desenvolvimento local através de inúmeras iniciativas de intervenção comunitária. Segundo a sua home page o Olodum tornou-se “uma referência positiva para as pessoas que acreditaram que de um bairro em Salvador – o Maciel/Pelourinho – poderia surgir uma experiência que mudaria a face deste bairro, da cidade, e da comunidade negra sempre acostumada a perder e a sofrer com o peso da escravidão física e mental. Com a luta da organização Olodum e, com o empenho e esforço das pessoas negras e não-negras contra o racismo, estão sendo vencidas as primeiras etapas da efectiva condição de ser cidadão no nosso país”.

Presentemente, o Olodum constitui-se como uma organização não governamental que visa o “combate à discriminação racial, desenvolve a auto-estima e o orgulho dos afro-brasileiros, defende e luta para assegurar os direitos cívicos e humanos das pessoas marginalizadas”. Neste âmbito, a estratégia de actuação do Olodum gira em torno de duas principais componentes que se articulam entre si, a cultura e a intervenção comunitária, que se traduzem por um lado no trabalho desenvolvido pela Olodum-ONG e pelo Carnaval Olodum que inclui as actividades do bloco e da banda além dos discos e dos shows realizados ao nível nacional e internacional.

Na esfera educacional, além das várias campanhas de consciencialização dos jovens para o seu património afro-brasileiro, a Escola Criativa constitui uma iniciativa inovadora que oferece cursos sobre cidadania, direitos humanos, cultura e empresariado. A nível empresarial o grupo é proprietário de uma fábrica onde são produzidos os seus discos, CDs, t-shirts, posters, chapéus e outros artigos destinados aos turistas. Estes produtos são vendidos em boutiques espalhadas pela cidade e em centros comerciais. A venda destes artigos tem constituído uma fonte de lucro e de desenvolvimento económico para a comunidade, possibilitando o financiamento de muitos programas comunitários implementados pelo Olodum.

Uma outra área de actuação do grupo diz respeito à sua intervenção directa na cidade. Neste âmbito, o Olodum desempenhou um papel crucial na reabilitação e na revitalização do Pelourinho, que se tornou num dos principais pólos turísticos da cidade. Para tal, o Olodum estabeleceu parcerias com uma rede alargada de outros grupos culturais e sociais, empresas, fundações, ONGs, instituições do governo municipal e federal, bancos, e com a igreja. Por último, o seu acti-vismo cultural tem sido pautado pela invenção de novos géneros musicais, o mais famoso dos quais é o samba-reggae, no qual se traduzem processos de hibridez cultural, que ganha expressão na apropriação de ritmos, estilos musicais e de instrumentos da música da diáspora africana.

Processos similares de produção cultural num contexto global se observam na área da intervenção social e cívica. Tal como outras ONGs e instituições globais (por exemplo, a UNESCO), o Olodum produz um discurso da sociedade civil com base nos valores da cidadania, dos direitos humanos, do desenvolvimento cultural e socialmente sustentável. Como empresários da cultura e activistas sociais, o Olodum tem sido capaz de articular uma cidadania cultural a partir da intersecção da produção cultural e do imaginário da comunidade negra no contexto urbano com a defesa dos direitos de cidadania e da integração social.

Fonte: Adaptado de George Yúdice “Redes de Gestión Social y Cultural en Tiempos de Globalización”. Conferência apresentada no Colóquio-Simpósio “Cultura y Transformaciones Sociopolíticas en Tiempos de Globalización” Caracas, 15-17 de junio de 1998, revisado 28 de febrero de 1999.

Olodum website – http://www.facom.ufba.br/com112/olodum_e_timbalada/olodum_index.htm

O outro tipo de organizações locais a funcionar em rede diz respeito a associações norteadas por acções que têm como principais objectivos a democratização e o fortalecimento da sociedade civil. Em geral, estas organizações são criadas para dar resposta a problemas muito concretos do dia-a-dia (por exemplo, violência urbana, degradação urbanística, habitação, pobreza, a privatização dos espaços públicos, etc.), vindo, posteriormente, a ampliar a sua actuação através de parcerias e de redes de solidariedade com outras associações comunitárias, ONGs e movimentos, como é o caso, por exemplo, da Aliança Internacional de Habitantes que centra a sua actuação em torno das questões habitacionais⁶ ou o movimento Viva Rio descrito na CAIXA 9.3.

Outras formas de mobilização mais alargada tendo, igualmente, por base organizações comunitárias, associações de moradores e ONGs são as redes cidadãos, que na América Latina surgem no período de transição para a democracia. Posteriormente, com o aprofundamento dos processos de globalização emergem as redes anti-globalização⁷ e, mais recentemente, face à violência e ao agravamento dos conflitos organizam-se redes pela paz e segurança.

⁶ No âmbito desta organização, o “Apelo à Unidade dos Movimentos Sociais Urbanos” pretendeu mobilizar os movimentos urbanos em todo mundo para participar no Fórum Social Mundial 2005 em Porto Alegre, com o objectivo de formular uma agenda global sobre habitação e políticas públicas.

⁷ Ver a título de exemplo, o estudo comparativo entre três movimentos anti-globalização, os zapatistas em Chiapas, México, as milícias norte-americanas e a seita japonesa Aum Sbin-rikyo (Verdade Suprema), no Japão, (Castells, 2003).

CAIXA 9.3

Redes Organizativas Locais e Participação Cidadã – Viva Rio

O Viva Rio é uma organização não governamental sem fins lucrativos que surge em 1993 como um movimento urbano de contestação face às tensões sociais, à crise económica e à violência crescente na cidade do Rio de Janeiro. Na sequência de uma onda de sequestros, o assassinato de oito crianças junto à Igreja da Candelária e a chacina de 21 pessoas em Vigário Geral, foi organizada uma mobilização geral, integrando milhares de pessoas que no dia 17 de Dezembro de 1993, se manifestaram contra a violência e pela paz nas ruas do Rio de Janeiro.

As desigualdades extremas entre “os moradores do asfalto” e os “residentes dos morros” e especialmente a violência e as precárias condições de vida dos favelados tornam-se questões centrais nos projectos de intervenção social da ONG Viva Rio, que, presentemente, actua em cerca de 350 favelas e comunidades de baixa renda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O objectivo central do Viva Rio é a “construção de uma sociedade mais justa e democrática”, ou seja a construção de uma sociedade fundada numa noção de cidadania inclusiva, tendo especial atenção aqueles que têm ao longo dos tempos sido marginalizados e excluídos. Norteados por estes princípios, o Viva Rio tem desenvolvido inúmeras campanhas de paz e projectos sociais em cinco principais áreas: direitos humanos e segurança pública, desenvolvimento comunitário, educação, desporto e meio ambiente. Algumas das iniciativas mais importantes desenvolvidas nestes últimos treze anos são, por exemplo, o “Telecurso Comunidade” para a educação de jovens e adultos; a “Estação Futuro” para o acesso à informática e à Internet nas favelas; o “Espaço Criança Esperança” na área do desporto e das artes; o “Balcão de Direitos” para a mediação de conflitos; o “Viva Créd”, “Comércio Solidário” e “Jardineiros do Bairro”, como actividades geradoras de rendimento; o “manual de Armas Apreendidas”, a “Instrução para o Patrulhamento”, os “Planos Municipais de Prevenção da Violência”; na área da segurança.

Para além destas actividades é de salientar as intervenções na área dos média comunitários, através da criação da Radio Viva Rio (AM 1180) e de um site na internet www.vivafavela.com.br, que fornece um conjunto muito alargado de informação de carácter social, económico e cultural. Acresce-se ainda, a criação da Rede Viva Favela de Rádios Comunitários. Este projecto permite a formação profissional de repórteres e fotógrafos comunitários, que

colaboram com jornalistas profissionais na produção de notícias e de documentários filmicos das favelas.

Por último, mas não menos importante, o Viva Rio tem privilegiado iniciativas dirigidas ao combate à violência. O COAV Crianças e Jovens em Violência Armada Organizada constituiu um dos projectos de maior fôlego nesta área e resulta da inclusão e parceria do Viva Rio num projecto mundial sobre crianças envolvidas em grupos armados em regiões que não estão em guerra COAV-Children in Organized Armed Violence. Os principais objectivos do Projecto são: 1. Identificar a existência de crianças e jovens envolvidos ou participando em grupos organizados que praticam violência armada fora das situações tradicionalmente reconhecidas como guerras e conflitos, mas com elementos de estrutura de comando e exercendo alguma forma de poder sobre o território, a população local ou recursos; 2. Realização de uma pesquisa internacional sobre esta temática; 3. Criação de uma rede global de informações mantida pelo site www.coav.org.br.

Através das suas múltiplas iniciativas e formas de actuação em rede com os mais diversos sectores da sociedade brasileira, quer institucionais quer da sociedade civil, O Viva Rio é, segundo o seu coordenador Ruben César Fernandes, activista social e teórico das redes de acção social, uma “rede de redes”, funcionando com uma pequena equipa que anima e facilita a criação e o desenvolvimento de actividades de intervenção social em toda a área metropolitana do Rio de Janeiro, no país e internacionalmente. Por outro lado, o facto de não funcionarem no quadro institucional político permite-lhes maior flexibilidade de actuação. Na maior parte dos casos, estas acções, quer seja a reivindicação de serviços e do acesso aos processos de decisão quer seja a resolução de problemas mais concretos tais como a distribuição de água potável e de electricidade num bairro, são o produto de parcerias entre moradores, ONGs locais, empresas privadas, ONGs internacionais, cuja colaboração é gerida pelo Viva Rio.

Refira-se ainda que o Viva Rio tem servido como modelo de acção social e como fonte geradora de discursos sobre cidadania, democracia e justiça social, os quais têm sido apropriados por muitas outras organizações comunitárias, associações e ONGs.

Fonte: Adaptado de George Yúdice “Redes de Gestión Social y Cultural en Tiempos de Globalización”. Conferência apresentada no Colóquio-Simpósio “Cultura y Transformaciones Sociopolíticas en Tiempos de Globalización” Caracas, 15-17 de junio de 1998, revisado 28 de febrero de 1999.

Viva Rio website: <http://www.vivario.org.br>

9.3.2 *Os Movimentos Sociais Urbanos – Evolução e Mudanças*

Tal como referimos no Capítulo IV, os movimentos sociais urbanos surgidos nas décadas de setenta e oitenta do século passado constituíam-se como parte integrante de uma mobilização social geral, com raízes nos movimentos sociais de 1960. Para Manuel Castells, um dos mais proeminentes teóricos urbanos da actualidade, os **movimentos sociais urbanos** enquanto “processos de mobilização social com objectivos pré-definidos, organizados num território e visando objectivos específicos” eram norteados por um conjunto de reivindicações que tinham como metas: a melhoria das condições de vida urbana; a afirmação de identidades culturais locais; a conquista de espaços mais alargados de cidadania e de autonomia política (Castells, 2003:73).

Na sua obra, *The City and the Grassroots* (1983), o autor aborda a problemática da acção colectiva tendo por base o estudo de movimentos sociais urbanos em diferentes partes do mundo, designadamente as greves de Glasgow como forma de luta contra as leis do arrendamento, em 1915; o Movimento Homossexual em São Francisco; os desalojados em cidades da América do Sul e o Movimento dos Cidadãos em Madrid. A partir de uma linha de interpretação mais virada para uma abordagem culturalista do fenómeno de mobilização urbana, Castells defende os seguintes pressupostos (Ver CAIXA 9.4):

- A cidade é um produto social resultante do conflito de interesses sociais e de valores;
- Dada a institucionalização de interesses sociais dominantes, mudanças a nível estrutural, funcional e simbólico, no espaço urbano, tendem a ser o resultado das acções de mobilização e de reivindicação das populações;
- O processo de mudança social nas cidades não se reduz ao impacto dos movimentos sociais urbanos bem sucedidos. Isto implica que uma teoria de mudança social urbana deve tomar em consideração os efeitos sociais e espaciais resultantes tanto das acções desenvolvidas pelos interesses dominantes como da acção colectiva das populações;
- Embora as relações de classe e as lutas de classe sejam cruciais para entender o conflito urbano, estas não constituem o único factor determinante de mudança. O Estado, os movimentos nacionais e étnicos e as relações de género são, igualmente, outras fontes de mudança social.

CAIXA 9.4

Manuel Castells e os Movimentos Sociais Urbanos

[...] Este libro, *The City and the Grassroots* (terminado en 1982, publicado en 1983. Versión castellana: *La Ciudad y las Masas*, Madrid, Alianz 1987), examinaba cómo y por qué los movimientos sociales urbanos cambian o no cambian las ciudades, el espacio, y la sociedad, de acuerdo a la fuente de su movilización, a su dinámica interna, y a su relación con sus adversarios.

Aunque desarrollada en términos semi-marxistas, es de hecho una teoría de la acción colectiva de inspiración Tourainiana (por referencia a Alain Touraine). Tuve que escoger entre la fidelidad al marco estructuralista marxista y mi observación, y acertadamente me decidí por la segunda. Citaré mis propias palabras publicadas en 1983. Pregunté: Cómo se conectan la estructura y las prácticas, el modo de producción y el proceso histórico de la lucha de clases Según Marx, la conexión es a través de la formación de clase y de la conciencia de clase: una clase en sí se transforma en clase para sí. Pero, «Cómo ocurre esto? Marx no responde. Lenin y la Tercera Internacional proporcionaron la respuesta: a través del partido revolucionario. La clase obrera es revolucionaria cuando sigue la línea de partido. Las victorias del partido son la verificación de esta línea y de su carácter revolucionario, precisamente porque el triunfo del partido lo valida como el agente de conciencia de un desarrollo histórico predeterminado. Así, el leninismo se convirtió en una parte integral del marxismo, no solo por el triunfo de la revolución soviética, sino porque en la construcción marxista solo la teoría de partido puede establecer un puente entre estructuras y prácticas. De aquí que el marxismo clásico era ambiguo sobre los movimientos sociales existentes. Por un lado, estos movimientos eran la prueba viva de la lucha de clase y de resistencia a la explotación capitalista. Por otro lado, el marxismo clásico creía que los movimientos tenían que aceptar que ellos no podían producir historia por sí mismos. Suponía más bien que eran un instrumento en la implantación de la próxima etapa de un desarrollo histórico programado orientado por el desarrollo de las fuerzas productivas».

Mis estudios no ratificaban este estrecho determinismo marxismo clásico. Por un lado, mi investigación empírica mostró que los resultados de los movimientos sociales eran autónomos de sus determinantes estructurales. Por otro lado, estos estudios proveyeron evidencia de la capacidad (o incapacidad) de los movimientos sociales para inducir cambios en las ciudades, los servicios urbanos, y el espacio. El cambio se expresaba en una variedad de procesos sociales de acuerdo a las características y dinámica de los movimientos sociales. En otras palabras, el cambio

social es indeterminado, siempre inducido, moldeado, y alterado por actores sociales que, restringidos por la estructura social, terminan siempre por interactuar en un patrón socialmente único de interacción social. Así, conservando la relación general entre dominación social, estructura económica, y procesos urbanos, puse mayor énfasis en *The City and the Grassroots* sobre la expresión autónoma de los actores sociales como fuentes del cambio social. Al hacerlo, dejé el estructuralismo para bien. Cuando terminé y decidí descansar del tema de los movimientos sociales después de muchos años, mi atención fue atrapada por un proceso de transformación importante que podría ser localizado (en el viejo lenguaje) en el campo del desarrollo de las fuerzas productivas: la revolución en las tecnologías de la información y de la comunicación.”

Fonte: Manuel Castells. 2002. “La sociologia urbana en la sociedad de redes: de regreso al futuro”

<http://www.tamuk.edu/geo/Urbana/spring2002/castells>.

Presentemente, ao analisar as principais trajetórias dos movimentos sociais urbanos nas décadas de oitenta e noventa do século passado, Castells (2003) identifica quatro principais vertentes de mobilização e de mudança social.

A primeira diz respeito aos movimentos sociais urbanos, actores sociais, organizações e associações que directa ou indirectamente foram integrados na estrutura política local. Como atrás referimos, a crescente importância do poder local nos processos de integração social tem acentuado a formação de parcerias e de projectos de colaboração continuada com as organizações de movimentos sociais, no que diz respeito ao desenvolvimento comunitário local e à distribuição de recursos e de serviços sociais pelas populações mais desfavorecidas. Esta tendência tem vindo a reforçar o controlo social e político do poder local, permitindo um maior protagonismo dos representantes de movimentos locais na gestão urbana.

A segunda refere-se às comunidades locais e às suas organizações que têm actuado na esfera ambiental, com particular incidência em áreas habitacionais da classe média, nos subúrbios e em regiões do interior urbanizadas. Estes movimentos apresentam, segundo Castells (2003:75) “uma natureza defensiva e reactiva, preocupando-se exclusivamente com a conservação do seu próprio espaço”. Alguns exemplos mais paradigmáticos destes movimentos são os movimentos sociais suburbanos nos Estados Unidos da América, cujas reivindicações tendem a incidir sobre conjunto de questões que afectam

directamente a qualidade de vida dos habitantes. Assim, comunidades locais têm-se organizado na defesa de um sistema de controlo de tráfico mais apertado nos seus bairros, na luta contra o rápido crescimento de novas urbanizações e na construção de habitação social nos bairros de classe média, ou na rejeição da implantação de centrais nucleares e de incineração de lixos tóxicos, ou, ainda, contra o sistema de tributação local.

A terceira vertente é constituída por comunidades de baixos rendimentos espalhadas por todo o mundo, que se organizam para assegurar a sobrevivência colectiva. Na América Latina, as cozinhas comunitárias surgidas na década de oitenta do século XX em Lima ou em Santiago do Chile. No Brasil, as organizações comunitárias dos favelados no Rio de Janeiro, o movimento dos sem terra ou as comunidades eclesiais de base CEBs organizadas pela Igreja Católica, surgidas no final da década de setenta e inícios da década de oitenta de 1900, são alguns exemplos de movimentos e de organizações de base a trabalhar com populações socialmente excluídas (Ver CAIXAS 9.2 e 9.3).

Tal como na América Latina, nas cidades norte americanas, europeias e asiáticas, tem-se assistido à criação de novas dinâmicas organizativas sustentadas em modelos de actuação em rede, mobilizando vários sectores da sociedade – ONGs locais, nacionais e internacionais, Igreja e instituições oficiais. Estes movimentos e organizações têm sido fundamentais para a mobilização de um conjunto de recursos indispensáveis para a sobrevivência diária de largos sectores da população urbana mundial, a viver em condições miseráveis.

Por último, apesar da multiplicidade dos movimentos urbanos e das muito e diversificadas áreas de intervenção, Castells sublinha que, nas últimas décadas, têm surgido nas cidades americanas *gangs* como formas de associação, de trabalho e de identidade. Estes grupos têm um impacto directo nas comunidades locais que, se por um lado, se sentem temerosas destes grupos, por outro, estabelecem com eles uma rede complexa de sociabilidades. Formas similares de organização dos *gangs* americanos são as *pandillas* existentes na América Latina assim como os *gangs* existentes em cidades europeias (por exemplo, Madrid e Paris) e em cidades das Filipinas, da Indonésia ou da Tailândia.

A existência de *gangs* em espaços urbanos não é um fenómeno novo, como revelam os estudos realizados pelos sociólogos da Escola de Chicago, designadamente F. M. Trasher, *The Gang* (1922) e *Street Corner Society* (1943) de William Foote White. O que constitui novidade nos *gangs* surgidos na década de noventa de 1900 é a existência de uma cultura do presente, do imediato, do já e do agora, sem quaisquer perspectivas para um projecto de vida futuro. No seu estudo sobre os “malandros” de Caracas, Sanchez e Pedrazzini (1996) designam este estilo de vida e de ideologia como a “cultura de urgência”, da recompensa imediata, da vida experimentada até ao limite.

Perante o aparecimento destes novos grupos, Castells interroga-se sobre as dinâmicas destas novas identidades que, segundo ele, são marcadas por um “hiperindividualismo comunal”. Individualismo porque o indivíduo e só o indivíduo se constitui como padrão de sucesso e da recompensa e comunal porque só através da socialização e do apoio mútuo em grupo, estes comportamentos ganham sentido e são valorizados.

É precisamente nas cidades que estas *culturas de urgência* existem e explodem. A violência urbana constitui, presentemente, um dos problemas centrais das grandes cidades. Os movimentos pela paz e pela segurança têm multiplicado na última década, tentando dar resposta a dois tipos de violência, ou seja, aos conflitos protagonizados pelo Estado-nação e entre Estados-nação e à ameaça e à violência do dia-a-dia na cidade. Relativamente a este último tipo de violência importa referir a crescente formação de movimentos e de redes organizativas locais, nacionais e internacionais com grande capacidade de mobilização cidadã em prol da segurança na cidade. Um exemplo deste tipo de mobilização é o movimento Viva Rio (Ver CAIXA 9.3) e outras organizações similares existentes em El Salvador, Honduras, Colômbia, Estados Unidos da América, África do Sul ou na Irlanda no Norte.

Em 2002, o relatório “Crianças do Tráfico, um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada no Rio de Janeiro” elaborado pelo movimento Viva Rio, no âmbito, do Projecto internacional *Children in Organized Armed Violence* (COAV), apresentava os resultados de um estudo comparativo entre menores que integram as facções do tráfico de drogas no Rio de Janeiro e as crianças que actuam como soldados em guerras e conflitos armados em diversos países. Segundo o relatório, cerca de 5 mil crianças armadas estão envolvidas em disputas entre *gangs* envolvidos no tráfico de drogas e no controlo do território no Rio de Janeiro; entre 1987 e 2001 o número de crianças vítimas mortais de violência no Rio totalizou 3.937. Para o mesmo período, o número de menores vitimados no conflito entre israelitas e palestinianos estima-se em 467 mortes.

As áreas urbanas mais pobres e as populações mais desfavorecidas são especialmente vulneráveis a novas formas de organização criminosa e de violência urbana. Para ONGs e movimentos como, por exemplo, o Viva Rio e a Acção da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, o combate à violência urbana e o controlo de armas de fogo constituem prioridades estratégicas de intervenção comunitária. Acrescenta-se ainda, que por todo o mundo, têm-se vindo a formar redes organizativas alargadas que incorporam projectos e acções de combate à violência (violência contra as mulheres, meninos de rua, meninos soldados, imigrantes, refugiados, etc.). Frequentemente, estas redes integram nas suas agendas um conjunto de reivindicações, acções sociais e referências simbólicas que apontam para novas práticas emancipatórias, norteadas pelos

princípios da democracia participativa, dos direitos humanos, o reconhecimento do outro e a interculturalidade⁸.

Em suma, ao invés dos movimentos sociais urbanos da década de setenta e de meados da década de oitenta de 1900, os movimentos sociais urbanos assumem, presentemente, um carácter mais heterogéneo, fragmentado e polarizado.

A evolução dos movimentos sociais urbanos nas últimas décadas evidencia duas diferentes trajectórias, ou seja, a pulverização de acções colectivas urbanas e o enfraquecimento de movimentos sociais urbanos de grande fôlego. Esta situação deve-se fundamentalmente a um conjunto de factores que se prendem com a adopção de políticas sociais austeras, a nova divisão internacional do trabalho, o aparecimento de novas hierarquias urbanas a nível global e o agravamento das assimetrias sociais, assim como a emergência de novas desigualdades e pobreza. O seu impacto nas cidades contemporâneas tem sido muito diversificado e, como tal, formas tradicionais de conflito (por exemplo, o movimento operário, movimento rural), características da era fordista têm-se vindo a diluir no novo contexto pós-fordista.

Assim, cidades no topo da hierarquia global tendem a desenvolver conflitos que reflectem três principais situações: 1. a internacionalização da sua força de trabalho e conseqüente heterogeneidade cultural; 2. a precarização do trabalho e 3. a erosão do poder local. Por outro lado, comportamentos e atitudes xenófobas, a exclusão social e económica de trabalhadores migrantes, o aparecimento de redes criminosas de tráfico de pessoas, etc, cortes orçamentais de programas sociais, o desemprego de longa duração e o aparecimento de novas pobreza tendem não só a mobilizar as populações locais em acções de protesto, por vezes com um carácter pontual, mas também levam à criação de redes organizativas de intervenção social e de solidariedade que se estendem ao espaço alargado das grandes regiões metropolitanas.

Por exemplo, nas cidades e regiões especialmente atingidas pelos processos de desindustrialização e de re-localização das suas indústrias e empresas, os movimentos de contestação urbana surgem ligados ao encerramento de fábricas e a reivindicações dirigidas tanto ao poder local como ao nacional com demandas por uma maior intervenção estatal na economia e na qualidade de vida local. Noutros casos, cidades que pretendem constituir-se como “centros de inovação” os conflitos tendem a emergir em torno de questões ambientais, sustentabilidade e desenvolvimento. Os objectivos e os modelos de actuação destes movimentos urbanos são muito diversificados e, de forma alguma os exemplos acima referidos esgotam as dinâmicas de acção colectiva emergentes nas cidades contemporâneas.

Como vimos, a luta por melhores condições de vida e pela construção de cidades democráticas e sustentáveis obriga à construção de coligações e

⁸ Ver, por exemplo, Sherer-Warren, I. 1998. “Associa-tivismo civil e interculturalidade na sociedade global” in Revista da UFMT, Mato Grosso.

parcerias entre os diferentes actores sociais. Neste cenário, tem sido visível a institucionalização e a profissionalização de muitos movimentos, que trabalham em parceria com o Estado e em rede com outros movimentos e organizações locais e internacionais. Contudo, nas cidades contemporâneas, o acesso por parte de ONGs e outras organizações a importantes recursos económicos, sociais e políticos é marcado por grandes desigualdades, o que potencia a polarização da acção colectiva urbana. A emergência de clivagens entre movimentos e organizações com grandes recursos e outras mais desfavorecidas e com um âmbito de acção mais limitado, mas nem por isso menos importante, tende a enfraquecer a capacidade de reivindicação e de sucesso das comunidades locais, marginalizando os movimentos e as associações dos mais pobres e excluídos. A inclusão destas últimas associações em redes de movimentos e ONGs com maior protagonismo afigura-se ser crucial para a construção de cidades mais solidárias e democráticas.

9.4 Políticas Urbanas e Planeamento

Como temos vindo a analisar ao longo deste trabalho a cidade enquanto sistema social complexo constitui-se partir de um conjunto de diferentes dimensões económicas, sócio-culturais e políticas. É precisamente sobre esta última dimensão, no tocante às políticas urbanas, gestão e planeamento da cidade que nos iremos debruçar seguidamente. Num primeiro momento, procuramos traçar a evolução e as mudanças no governo urbano, nos períodos fordistas e pós-fordistas. Num segundo momento, abordamos os principais debates sobre os modelos de governação e de planeamento urbano. Dado o carácter introdutório deste Manual, importa sublinhar que a exploração destas temáticas aponta, sobretudo, para a identificação das principais perspectivas e debates que têm configurado as abordagens sociológicas sobre estas temáticas.

9.4.1 *O Estado-Providência e as Políticas Urbanas na Era Fordista*

A partir do final da Segunda Guerra Mundial até aos finais da década de sessenta de 1900, o Estado assumiu um papel fundamental na regulação e no apoio social. De facto, a partir dos anos quarenta, a intervenção assistencial do Estado generalizou-se e expandiu-se na maioria dos países desenvolvidos, ainda que tivesse assumido diferentes intensidades e modalidades. O Estado-Providência (*welfare state*) tinha como principal finalidade garantir as condições mínimas de vida a todos os cidadãos, funcionando, ao mesmo tempo,

como agente regulador das tensões e conflitos sociais entre os grupos mais pobres e os sectores da população mais favorecidos.

Este tipo de orientação política ao nível do Estado não foi adoptada de forma uniforme nas sociedades ocidentais, verificando-se consideráveis diferenças, dependendo de contextos sócio-económicos e políticos específicos. Ainda assim, podemos *grosso modo* identificar dois principais instrumentos de intervenção pública:

1. A organização e gestão de serviços públicos nas áreas da habitação, educação, saúde, transportes, etc.;
2. A concessão de direitos sociais (subsídio de desemprego, velhice e invalidez, etc) e, por conseguinte, a redistribuição de riqueza através da transferência directa de fundos para a população em geral.

A gestão destas políticas promoveu o desenvolvimento do aparelho burocrático do Estado, assim como o aumento acelerado da despesa pública. Estima-se que em meados da década de setenta de 1900, nos países europeus as despesas sociais absorviam cerca de um quarto dos recursos financeiros nacionais, enquanto que na América do Norte a despesa pública rondava pouco mais que um quinto. Por outro lado, a expansão do Estado-Providência aumentou consideravelmente os postos de trabalho do sector público e, por conseguinte, o aparecimento de novos protagonistas sociais – os funcionários públicos – com interesses específicos e socialmente muito estratificados.

Entre os finais da década de quarenta e os finais da década de sessenta de 1900, as tensões e os conflitos sociais entre os vários actores sociais e institucionais (por exemplo, trabalhadores, burguesia industrial e financeira, funcionários públicos, etc) tenderam a ser resolvidos através de um compromisso (pacto social) entre as diferentes partes. Em traços largos, o pacto social implicou a “aceitação” por parte da classe trabalhadora do capitalismo e da propriedade privada como modelo social e económico onde se insere as suas actividades políticas e sindicais. Em contrapartida, as lutas reivindicativas do movimento dos trabalhadores, dirigidas para um conjunto de garantias sociais e serviços públicos encontraram eco na adopção de políticas de bem-estar e de segurança social. Note-se que isto não significa que todas as categorias sociais usufruíam os mesmos direitos sociais associados ao Estado-Providência. Para além da mão-de-obra informal, e dos trabalhadores no domicílio, os trabalhadores emigrantes foram, especialmente durante este período, alvo de uma enorme marginalização social por parte dos países europeus, importadores de mão-de-obra, como foi o caso, por exemplo, dos *guestworkers* na Alemanha e das populações emigrantes na França. A não atribuição de direitos sociais a estas populações gerou situações de acentuada exclusão social com elevados custos tanto a nível individual como social.⁹

⁹ Para um estudo aprofundado sobre estas questões ver Rocha-Trindade, B. 1994. *Manual de Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

Em todo o caso, a intervenção do Estado associada ao desenvolvimento económico, registado nestas décadas permitiu, a negociação dos interesses das diferentes classes sociais e a criação de um clima de relativa estabilidade social e económica.

Ao nível do governo da cidade qual o impacto da orientação política do Estado-Providência? Como é que as relações entre os diferentes protagonistas sociais se revelam na gestão da cidade? Apesar da multiplicidade e a diversidade dos contextos urbanos poderíamos enunciar três principais dimensões, que configuram o papel da cidade no período fordista, a saber:

1. As cidades e as suas metrópoles concentram a mão-de-obra industrial e, como tal, constituem-se como lugares privilegiados de intervenção do modelo social fordista. É nas cidades que o Estado-Providência se desenvolve, sendo, igualmente, a sua eficácia objecto de avaliação pelos diferentes actores sociais.
2. No período fordista, as empresas, mesmo aquelas de dimensão nacional ou internacional, continuam a ter uma relação estreita com a comunidade local e o seu sucesso está directamente associado ao tecido social urbano. Nestas situações, o êxito do Estado-Providência à escala urbana depende do êxito das relações entre as empresas, os sindicatos dos trabalhadores e o governo da cidade. Nos anos cinquenta e sessenta de 1900 algumas das grandes empresas europeias adoptaram políticas de apoio social aos seus trabalhadores, desempenhando, assim, um papel importante no desenvolvimento do Estado do bem estar.
3. Nas cidades do período fordista a manutenção da estabilidade social necessária ao desenvolvimento dominante sustenta-se na participação dos principais actores sociais e políticos. Contudo, o exercício do poder local não deixa de apresentar um carácter ambivalente. Por um lado, as políticas de intervenção social concentravam-se, sobretudo, nas grandes cidades e, em particular, nas zonas periféricas em rápido crescimento, onde a falta de infraestruturas e serviços sociais se fazia mais sentir. Dado o contacto directo com as populações e o conhecimento das suas necessidades, o governo local torna-se um instrumento fundamental para a implementação e o sucesso de tais políticas públicas. Por outro lado, as administrações locais têm uma margem de manobra muito reduzida no que diz respeito à definição de áreas prioritárias de intervenção social, assim como às estratégias de desenvolvimento económico e urbano. Frequentemente, as cidades confrontam-se com fortes pressões populacionais (por exemplo, migrações internas e internacionais) e com novas formas de pobreza urbana e desigualdades sociais. Dada a centralização dos processos de decisão política, a

capacidade de resposta do governo urbano é limitada e a sua intervenção tende a assumir um carácter de urgência, pontual e, essencialmente, reactivo¹⁰.

A partir dos meados da década de setenta de 1900, a estagnação económica, o aumento das matérias primas e o agravamento de tendências inflacionistas tiveram como resultado uma redução significativa nas receitas do Estado. Face à recessão económica e à crescente procura de serviços públicos, a maioria dos governos das sociedades ocidentais procuraram reduzir a despesa pública, através da retracção substancial do financiamento de serviços sociais. A crise do *welfare state*, a reestruturação económica e a expansão de um modelo de desenvolvimento neoliberal viriam a ter importantes consequências no governo da cidade.

¹⁰ No caso português, ver Ruivo (2000) sobre as dinâmicas do poder local e as relações entre o poder local e o poder central.

9.4.2 *Governo da Cidade na Era Pós-Fordista*

As rápidas transformações económicas, sociais e espaciais, assim como a crise do sistema político e das instituições estatais têm constituído dois principais vectores de análise das políticas urbanas e do governo da cidade na era pós-fordista. Ao analisar a evolução das políticas urbanas nas últimas duas décadas, Mayer (1994) identifica três principais tendências:

1. Nas sociedades desenvolvidas, as políticas locais ganharam uma maior importância no tocante ao desenvolvimento económico estratégico. A mundialização da economia, a grande mobilidade do capital e as mudanças na organização social e tecnológica da produção resultaram no enfraquecimento do poder central como principal agente regulador dos modelos de produção. Assim, se no período fordista o poder local desempenhava um papel secundário nos processos de regulação, a crise do modelo de desenvolvimento fordista teve como resultado a acentuação do poder local como um interlocutor privilegiado a nível inter-regional e internacional.

Face aos processos de desindustrialização e estagnação económica, os governos locais têm implementado um conjunto de programas para combater o desemprego, tendo, igualmente, estimulado o desenvolvimento económico local ao intervir em diferenças áreas económicas, sociais e culturais. A intervenção local no desenvolvimento económico tem-se revestido de múltiplas formas, quer seja através do aproveitamento estratégico dos recursos humanos locais e da sua capacidade empresarial, quer na implementação de projectos que visam a inovação tecnológica, quer ainda através da construção de infraestruturas, de

projectos de renovação urbana e de criação de novas imagens que tendem a aumentar a sua vantagem competitiva em tempos de globalização.

Estas estratégias de desenvolvimento estão associadas ao estabelecimento de parcerias com múltiplos actores sociais e instituições (Câmaras de comércio, universidades, institutos politécnicos, sindicatos, etc.), alargando, assim, a sua esfera de intervenção e de negociação a diferentes sectores da sociedade. Consequentemente, o desenvolvimento económico local tem implicado a integração de diferentes áreas de intervenção (por exemplo, mercado de trabalho, educação, cultura, segurança social).

2. Nas últimas duas décadas, os governos locais têm vindo a privilegiar o desenvolvimento económico em detrimento da implementação de políticas sociais e da prestação de bens de consumo colectivo. A reestruturação económica, os altos índices de desemprego, a redução substancial do financiamento público por parte do governo central foram factores determinantes na redução de serviços sociais ao nível do local. As tradicionais políticas de redistribuição, específicas ao Estado-Providência, têm vindo a ser substituídas por políticas do mercado de trabalho que visam a flexibilização da mão-de-obra. Com efeito, nas últimas duas décadas em várias cidades ocidentais, tem-se vindo a verificar, por um lado uma inflexão nos subsídios de desemprego e, por outro, a promoção de vários programas de criação de emprego e de formação profissional. Acrescente-se ainda, que muitos destes programas, norteados pela criação de postos de trabalho, conjugam diferentes áreas de intervenção política (por exemplo, renovação social, ambiental e urbana) e tendem a remeter a prestação de serviços sociais para as organizações não-governamentais (terceiro sector). Ao criarem uma associação directa entre a economia local e a providência social, este tipo de medidas tem resultado na diluição das fronteiras tradicionais entre economia e serviços sociais e, em última análise, tem obrigado a uma redefinição de políticas sociais em termos do sucesso económico alcançado a nível local.
3. A privatização local do *welfare state* e a crescente intervenção do poder local na esfera económica têm implicado novas formas de negociação e de governação que privilegiam organizações não-governamentais e novas coligações de interesses. Como vimos acima, as novas políticas de serviços sociais representam uma importante viragem relativamente à intervenção mais universalista e unitária do tradicional Estado-Providência. Na era pós-fordista, verifica-se uma fragmentação das políticas de assistência social, que se tornam mais dependentes do nível

de desenvolvimento económico local, e um acentuado envolvimento das empresas locais e de outras organizações privadas e voluntárias na gestão da cidade. A formação de coligações com os diferentes sectores económicos e sociais reflecte as novas formas de cooperação pública-privada na prestação de serviços sociais. Contudo, se as coligações de interesses na esfera económica e social podem funcionar como agentes potenciadores de modelos sociais mais igualitários e mais receptivos às necessidades locais, por outro lado estas coligações, dada a sua forte influência ao nível local, poderão contribuir para a polarização e fragmentação social.

Nas últimas décadas, vários autores têm evidenciado o papel das coligações e das alianças na gestão da cidade. Tal como foi mencionado no Capítulo IV, Logan e Molotch (1987) sustentam que a cidade americana funciona como uma máquina para o desenvolvimento (*growth machine*), a qual é accionada por alianças entre as elites urbanas. Estas têm como principal objectivo o desenvolvimento urbano e a defesa dos seus interesses empresariais. Embora a constituição das coligações assuma diferentes configurações de cidade para cidade, estas são em geral protagonizadas, em primeiro lugar por políticos, muitos deles com um envolvimento directo no tecido empresarial local. A par destes, surgem os empresários, os promotores imobiliários, os representantes das universidades, as associações de profissionais liberais, comerciais e sindicatos. Com efeito, a coligação que gere a cidade confronta-se com uma multiplicação de forças influentes no desenvolvimento e planeamento da cidade cujos interesses são, por vezes, opostos.

A par das teses defendidas por Logan e Molotch, a reflexão sociológica sobre as políticas urbanas tem apontado para diferentes linhas de reflexão. Os diferentes modelos interpretativos têm vindo a extremar-se entre aqueles como Yates (1977) que afirmam que a política urbana na era pós-industrial é caracterizada por um *hiperpluralismo estrutural*. Ou seja, os decisores urbanos são confrontados com problemas e interesses cada vez mais fragmentados, o que inviabiliza políticas integradas e continuadas. No extremo oposto, Stone (1989) defende que a fragmentação e o conflito de interesses pode ser superado com a formação de coligações, que podem incluir, em alguns casos, grupos de cidadãos, de modo a constituir-se um regime urbano estável capaz de definir e implementar políticas com benefícios para os diferentes parceiros sociais.

Em linha com esta última tese, foi desenvolvido por Durleavy (1980) o conceito de **governança urbana** que pretende reflectir sobre os novos desafios do governo urbano. O conceito de governança urbana aponta para o facto de que existe uma crescente tendência para a fragmentação e difusão do poder territorial e sublinha a necessidade de uma gestão urbana plural e estratégica capaz de coordenar os diferentes actores urbanos e de regular e legitimar os processos

de negociação. Esta nova forma de perspectivar o governo urbano implica, necessariamente, uma visão estratégica de desenvolvimento, uma reestruturação burocrática e administrativa e um maior compromisso social e cívico com a sociedade envolvente.

A governação urbana coloca assim enormes desafios aos diferentes órgãos dos governos locais ao nível da cultura organizacional, das esferas de intervenção sócio-económica e planos estratégicos de desenvolvimento assim como dos modelos de intervenção cívica e dos processos de decisão.

Segundo Castells e Borja (1997) a cidade pós-industrial deve, pois, constituir-se como um espaço de democracia, que obriga necessariamente a uma redemocratização da gestão urbana e ao reconhecimento de uma autonomia local com competências próprias no ordenamento urbano e gestão de serviços. Esta nova noção de cidade implica um conjunto de políticas urbanas que incorporam novos objectivos e instrumentos de intervenção face aos processos de globalização. Neste sentido, são identificadas múltiplas áreas de intervenção económica, social, cultural e política. Importa, pois, sublinhar que estas reflexões sobre a gestão da cidade estão estreitamente associadas a uma ideia de cidade como espaço de construção e exercício da cidadania e da democracia participativa.

Em forma de síntese, passamos, em seguida, a enunciar os principais contributos propostos por Borja (2002) para a renovação da cultura política no âmbito da cidade e do governo local:

1. Novas dinâmicas do poder local-territorial. Necessidade de uma maior articulação entre o poder local e territorial, de forma a actuar como um importante interlocutor face ao poder estatal e às entidades superestatais.
2. As novas realidades urbanas (aglomerações, metrópoles, regiões metropolitanas, etc.) obrigam a uma reestruturação territorial accionada através de redes de cooperação entre instituições já existentes (por exemplo, no caso da Espanha e de Portugal, os municípios e as regiões autónomas) e o reforço de elementos nodais que daí resultam.
3. Reforço da autonomia local e menos uniformização político-administrativa. A necessidade de uma maior capacidade de auto-regulação a nível local e regional quer no que respeita ao sistema eleitoral quer ao modelo organizativo.
4. Maior competitividade entre o governo local e territorial face ao governo central no que se refere à mobilização de recursos e de competências, quer seja na esfera do desenvolvimento urbano, quer no âmbito da justiça e da participação cívica e política da população autóctone e estrangeira.

-
5. A participação política e a relação entre partidos políticos e cidadãos deve ter em conta diferentes formas de participação cívica e uma menor dependência do quadro partidário institucional.
 6. O modelo de democracia participativa tem encontrado, no contexto local, um espaço privilegiado de experimentação e desenvolvimento (por exemplo, Porto Alegre). As assembleias e conselhos de cidadãos, a consulta aos cidadãos para a definição e avaliação de políticas públicas e a diversidades de formas de gestão e cooperação de programas urbanísticos e sociais são alguns exemplos de novas formas de gestão urbanas bem sucedidas.
 7. O acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação constitui-se como um elemento crucial no funcionamento da administração local. Contudo, o funcionamento em rede deve, igualmente, ser extensivo a todos os cidadãos, através da criação de programas que possibilitem o acesso à internet e a criação de redes cidadãs a par de programas dos média locais.

Estas considerações apontam, sobretudo, para a reconfiguração das relações entre o Estado e os poderes locais, sustentadas por relações contratuais e por políticas pró-activas que garantam uma gestão urbana eficaz e uma plena participação da sociedade civil. Nas palavras de Borja (2003:9):

La reinvencción de la ciudad ciudadana, del espacio público constructor-ordenador de ciudad y del urbanismo como productor de sentido no es monopolio de nadie. Los políticos elegidos democráticamente tienen la responsabilidad de la decisión de los proyectos públicos. Las organizaciones sociales tienen el derecho y el deber de exigir que se tomen en cuenta, se debatan y se negocien sus críticas, sus demandas e sus propuestas. Los profesionales tienen la obligación de elaborar análisis y propuestas formalizadas y viables, de escuchar a los otros, pero también de defender sus convicciones y sus proyectos hasta el final.

Nas últimas duas décadas, novas formas de gestão urbana e modelos de democracia participativa têm estado no centro de projectos experimentais desenvolvidos em várias cidades, com maior ou menor intensidade. Os dois casos mais paradigmáticos são, designadamente, as experiências de gestão em Barcelona e em Porto Alegre, no Brasil.

Um outro exemplo de gestão urbana sustentada numa nova cultura de participação cívica e de cooperação pública-privada é o famoso “Modelo Barcelona”. Com uma visão estratégica e integradora da cidade, as principais linhas de actuação assentam quer no desenvolvimento económico quer na igualdade e coesão social quer na optimização dos serviços sociais locais (Ver CAIXA 9.5).

No caso da cidade brasileira de Porto Alegre e a sua já famosa experiência de gestão participada – **O Orçamento Participativo** – é um exemplo paradigmático uma nova forma alternativa de gestão urbana. O Orçamento Participativo constitui um processo pelo qual os cidadãos participam directamente nos processos de decisão no que respeita à mobilização, redistribuição de recursos e de serviços e fiscalidade. Este modelo de participação cívica tem-se vindo a desenvolver, há mais de uma década e tem-se revelado como um modelo eficaz de democracia de proximidade e um exemplo de sucesso de colaboração e de co-gestão entre o executivo municipal e a pirâmide participativa. Esta estrutura é constituída por uma dupla dinâmica territorial e temática. A primeira compreende três níveis de decisão: micro-local (pequenos grupos organizados por bairros, por ruas ou por prédios propõem projectos concretos e programa de intervenção para as políticas públicas) regional (os projectos concretos propostos pelos habitantes ao nível micro são apresentados e classificados para determinar as prioridades entre as regiões) e, por fim, o Conselho do Orçamento Participativo onde as prioridades das diferentes regiões da cidade são estabelecidas com vista à distribuição dos investimentos municipais. Este modelo de gestão tem vindo a ser aplicado a outras cidades brasileiras tendo, igualmente, servido de referência a projectos experimentais em cidades europeias.

Os casos acima referidos são reveladores de novos campos de experimentação em governação urbana. Os desafios são múltiplos e de diferente natureza e amplitude. Em síntese, poderíamos enunciar quatro grandes áreas de intervenção no que diz respeito às dinâmicas organizacionais e à necessidade de uma cultura política mais descentralizada, compreendendo novas estruturas de negociação de interesses entre diferentes coligações e grupos de interesse, incluindo aqueles que mantêm uma posição periférica aos “poderes instituídos”, sejam estes públicos ou privados. Uma segunda área de intervenção refere-se ao desenvolvimento estratégico urbano sustentado por uma política de sustentabilidade e de subsidiariedade entre diferentes sectores. A terceira área de intervenção aponta para uma cultura organizacional menos reactiva e mais pró-activa, accionada por mecanismos de parceria entre actores públicos e privados, de modo a mobilizar recursos locais e nacionais e internacionais. Por último, mas nem por isso de menor importância, o novo modelo de governação urbana implica a criação de novos mecanismos de participação cívica e de novos canais de auscultação de diferentes sectores da população urbana no processo de decisão política. Dadas as novas polarizações sociais e de classe e a crescente fragmentação do poder local, os movimentos sociais e a participação cidadã revestem-se de grande importância para a implementação de um novo modelo de governação e de planeamento urbano, capaz de responder às reivindicações das populações mais marginalizadas e socialmente excluídas.¹¹

¹¹ A este respeito ver Seixas (2000) sobre as novas linhas de governação urbana.

CAIXA 9.5

El III Plan Estratégico Económico Y Social de Barcelona (en la perspectiva 1999-2005)

PROPUESTA DE MISION

“En el nuevo contexto de la globalización y de la Unión Europea, Barcelona, como **Región Metropolitana y capital de Cataluña, debe dar impulso a los procesos de transformación económica, social y urbana para situarse en el grupo de las regiones urbanas líderes de la nueva sociedad de la información y del conocimiento del siglo XXI**, tal como ya hizo en las revoluciones comerciales de los siglos XIII y en la revolución industrial del siglo XVIII.

Con esta misión, la Región Metropolitana de Barcelona debe **consolidar su posición como una de las regiones metropolitanas más importantes de la red europea de ciudades y debe contribuir con vocación a vincular esta red a la más amplia de las ciudades del mundo** por la vía de sus especificidades y de su identidad propia.” Es necesario impulsar la transformación económica de Barcelona con el fin de **completar su tejido industrial mediante las actividades económicas propias de la nueva sociedad del siglo XXI y que aportan un alto componente de innovación científica y tecnológica**. El territorio de la Región Metropolitana de Barcelona debe convertirse en una vía de acceso y de participación para la creación y para la generación de conocimientos de todo un entorno económico y social, cuya dimensión y competitividad dependerá de la eficiencia con que funcione esta vía.

Barcelona debe identificarse como un territorio de innovación constante.

Como ciudad del conocimiento al alcance de todos los ciudadanos.

En el terreno social, Barcelona debe impulsar la interculturalidad, como aspecto fundamental de la nueva sociedad, la **participación**, la **calidad de vida** y la **educación** como instrumento esencial para evitar la marginación y para garantizar el objetivo de progresar hacia una mayor cohesión social. En este sentido, el aumento de la **tasa de empleo** debe constituir uno de los objetivos fundamentales del conjunto del Plan.

Los planteamientos urbanos del siglo XXI no son los del siglo XX. Los **esquemas de planificación urbana se deberán reformular** para garantizar la acomodación a las nuevas demandas sociales y la ubicación de las nuevas actividades económicas relacionadas con la ciudad del conocimiento. Se deberán aplicar los **criterios básicos de la sostenibilidad y el transporte público deberá ser privilegiado** respecto al privado.

Barcelona se plantea todos estos retos en el III Plan Estratégico con una **visión ambiciosa** que nos permita aprovechar las grandes oportunidades que se nos presentan en el marco de esta nueva sociedad que queremos contribuir a consolidar. La celebración del Foro Universal de las Culturas es, en este sentido, un acontecimiento fundamental para facilitar la consecución de la misión de este III Plan, que se propone en cinco grandes líneas estratégicas.

LAS CINCO LINEAS ESTRATEGICAS

- Continuar avazando en el posicionamiento de la Región Metropolitana de Barcelona como una de las áreas urbanas más activas y sostenibles de la Unión Europea
- Priorizar las políticas que estimulen un incremento en la tasa de empleo. De una manera especial, en relación a los colectivos menos favorecidos: mujeres, jóvenes y mayores de 45 años. Esta política deberá complementarse con otras que también estimulen un incremento en la tasa de actividad.
- Facilitar la evolución hacia la ciudad del conocimiento promoviendo nuevos sectores de actividad en un marco de eficiencia y de participación para garantizar una calidad de vida estable y el progreso de sus ciudadanos.
- Garantizar la cohesión social de sus habitantes profundizando en la cultura participativa de la ciudad y creando los espacios de participación que sean necesarios.
- Tener un papel importante en la evolución de Europa y desarrollar un posicionamiento específico, en España y en el exterior, en especial, con el Mediterráneo y con Latinoamérica, como factor multiplicador de su atractivo interno. Respecto a estos últimos países, promover una capacidad solidaria para favorecer su desarrollo.

Es necesario impulsar la transformación económica de Barcelona con el fin de **completar su tejido industrial mediante las actividades económicas propias de la nueva sociedad del siglo XXI y que aportan un alto componente de innovación científica y tecnológica.** El territorio de la Región Metropolitana de Barcelona debe convertirse en una vía de acceso y de participación para la creación y para la generación de conocimientos de todo un entorno económico y social, cuya dimensión y competitividad dependerá de la eficiencia con que funcione esta vía.

Barcelona debe identificarse como un territorio de innovación constante.

Como ciudad del conocimiento al alcance de todos los ciudadanos.

En el terreno social, Barcelona debe impulsar la interculturalidad, como aspecto fundamental de la nueva sociedad, la **participación**, la **calidad de vida** y la **educación** como instrumento esencial para evitar la marginación y para garantizar el objetivo de progresar hacia una mayor cohesión social. En este sentido, el aumento de la **tasa de empleo** debe constituir uno de los objetivos fundamentales del conjunto del Plan.

Los planteamientos urbanos del siglo XXI no son los del siglo XX. Los **esquemas de planificación urbana se deberán reformular** para garantizar la acomodación a las nuevas demandas sociales y la ubicación de las nuevas actividades económicas relacionadas con la ciudad del conocimiento. Se deberán aplicar los **criterios básicos de la sostenibilidad y el transporte público deberá ser privilegiado** respecto al privado.

Barcelona se plantea todos estos retos en el III Plan Estratégico con una **visión ambiciosa** que nos permita aprovechar las grandes oportunidades que se nos presentan en el marco de esta nueva sociedad que queremos contribuir a consolidar. La celebración del Foro Universal de las Culturas es, en este sentido, un acontecimiento fundamental para facilitar la consecución de la misión de este III Plan, que se propone en cinco grandes líneas estratégicas.

Como se verá a continuación, las medidas que se integran en estas cinco líneas se pueden constituir, en algunos casos, en **grupos de actuación transversal** que no hacen más que definir una serie de submodelos implícitos en este III Plan.

Ciudad conectada

Las infraestructuras se configuran como el gran déficit de la ciudad (entre otras, el aeropuerto, ancho de vía, el puerto...). El gran obstáculo que se debe superar para conseguir la misión asignada a este Plan. Las medidas que se refieren a las infraestructuras se distribuyen básicamente en tres líneas: RMB (línea 1), el posicionamiento internacional (línea 5) y, obviamente, la consecución de la ciudad Metropolitana de Barcelona como una de las áreas urbanas más activas y sostenibles de la Unión Europea.

Ciudad abierta y emprendedora

Para conseguir una ciudad abierta y emprendedora, la educación, la formación y la investigación son el gran reto de la Barcelona del siglo XXI. De un buen sistema educativo, de la investigación y de la innovación dependen el empleo, la no exclusión social y el

posicionamiento de la ciudad. Por descontado, el carácter emprendedor de los ciudadanos es una condición indispensable para garantizar el dinamismo necesario para abrirse continuamente hacia las nuevas actividades económicas. (Líneas 2 y 3).

Región de ciudades

La configuración de una región metropolitana de Barcelona como conjunto compacto de ciudades que, si sumamos las potencialidades y coordinamos los servicios, aporta un valor añadido importante susceptible de aprovechar las oportunidades que la economía global otorga a este tipo de aglomeraciones urbanas.

Ciudad para las personas

Ciudad que, con la aplicación global del III Plan, pretende garantizar una calidad elevada de vida a todos los ciudadanos, especialmente por lo que se refiere al empleo, a la cultura, a la movilidad, etc. De una manera especial, este III Plan quiere incidir en una apuesta por el transporte público que mejore las condiciones de la movilidad de las personas.

Con estas ideas, el III Plan se configura como un conjunto constituido por su misión, las 5 líneas estratégicas y sus 25 objetivos.

Después de un amplio proceso participativo, estamos convencidos de que el contenido de este III Plan Estratégico configura las bases del **pensamiento estratégico de la ciudad**. De una ciudad que ha aprendido a pensar anticipadamente frente a los cambios y que diseña su futuro. La frecuencia de estos cambios aconseja el establecimiento de objetivos anuales más concretos.

Con la aprobación de este III Plan, debe desarrollarse la **dimensión necesaria de su comunicación, sensibilización y proyección** para darlo a conocer en el conjunto social de la Región Metropolitana de Barcelona.

Fonte: Ayuntamiento de Barcelona. III Plan Estratégico Económico y Social de Barcelona (en la perspectiva). http://www.bcn2000.es/cas/06-061/III_pla.html 28/07/2004

9.4.3 *Planeamento e Políticas Urbanas*

As profundas transformações sócio-económicas e políticas ocorridas nas últimas décadas têm tido como consequência a crise de formas tradicionais de gestão e do planeamento ao nível do urbano. Desde os meados do século XIX até aos nossos dias, a questão do **planeamento territorial e urbanístico** tem conhecido diversas fases de desenvolvimento e de diferentes interpretações, algumas delas até antagónicas. Em geral, a planificação territorial urbanística “designa” o uso de instrumentos (aplicáveis a diversas escalas espaciais) que se consideram capazes – em função de determinados objectivos – coerência no espaço e no tempo às transformações territoriais” (Mela, 1999:121). Como tal, a planificação influencia a organização sócio-espacial do sistema urbano, constituindo-se, ao mesmo tempo, como um instrumento regulador de aspectos específicos ao desenvolvimento e ao bem-estar. Neste sentido, a planificação territorial e urbanística incide sobre duas principais dimensões, ou seja, a territorial propriamente dita e a funcional, esta última respeitante ao uso do solo, às interligações e às obras públicas.

Nas décadas de 60 e 70 de 1900, o modelo dominante de planificação – **modelo racional-compreensivo** (McLoughlin, 1969) – assenta nas seguintes dimensões:

1. A cidade e o território são vistos como sistemas e a planificação tem como principal objectivo a regulação global do seu funcionamento e, em especial, da criação de sistemas de produção;
2. A realidade urbana é interpretada de uma forma funcional, sendo atribuído especial importância a um urbanismo que sublinha a habitação e as obras públicas (vias rápidas, pontes, acessos, etc);
3. O processo de planificação é desenvolvido a partir de um esquema que parte da definição de objectivos gerais para um quadro global da estrutura espacial da cidade, e a partir daí chegar a definição de sub-sistemas funcionais, cada vez mais pormenorizados e territorialmente mais delimitados (habitação, serviços, transportes, etc.). Por conseguinte, a cidade é considerada como um conjunto de componentes que se interligam entre si, contribuindo assim para o seu funcionamento e desenvolvimento global.

Nos finais dos anos sessenta do século passado, este modelo de planificação territorial urbanística foi alvo de crescentes críticas que desafiam uma concepção de cidade globalmente regulada por um plano monolítico e alheio às diferentes dinâmicas específicas a determinadas cidades. Além disso, a própria eficácia dos instrumentos de regulação propostos no contexto do referido modelo foi alvo de severas críticas face à sua inadequação às novas realidades urbanas.

A partir dos anos oitenta de 1900, noções alternativas de planificação viriam a sublinhar a complexidade e a multi-polaridade dos sistemas territoriais. Segundo as novas perspectivas, ao invés da tese defendida pelo modelo racional compreensivo, as novas realidades urbanas e territoriais dificilmente poderiam ser geridas por um único plano regulador e por um único decisor singular, associados ao poder público. No novo contexto urbano pós-industrial, a planificação territorial e urbanística implica, necessariamente, uma interação entre múltiplos actores sociais, de entre os quais as autoridades públicas constituem apenas um dos vectores de regulação e de desenvolvimento. Como tal, o Estado é considerado, sobretudo, como um agente catalizador de desenvolvimento e de estruturação territorial.

Poder-se-ia afirmar que as linhas interpretativas sobre a problemática da planificação territorial e urbanística se enquadram entre dois pólos opostos. Para os defensores de uma posição mais extremada, geralmente associada a interpretações de carácter pós-modernista, a abordagem sistémica da cidade, subjacente ao modelo racional-compreensivo é radicalmente negada, sendo nalguns casos questionada a própria ideia de cidade como uma entidade com significado. Segundo esta perspectiva, a cidade é representada como um espaço de intercepção de redes económicas, sociais e tecnológicas de dimensão internacional, cada vez mais indiferentes às especificidades dos lugares. Neste cenário caracterizado pela substituição do espaço de lugares pelo espaço de fluxos (Castells, 1989), a planificação sistémica e funcional, dominante no período fordista, revela-se inadequada face às novas transformações urbanas. Por conseguinte, a planificação territorial não deve constituir-se como um projecto global, mas ao invés deve sublinhar aspectos particulares do desenvolvimento urbano e a singularidade de certas áreas da cidade, privilegiando-se os projectos arquitectónicos e as suas valências estéticas.

A perspectiva oposta propõe uma redefinição do modelo de planeamento racional-compreensivo, combinando alguns elementos particulares a este tipo de planificação com outras dimensões de intervenção urbana. Este modelo de **planeamento estratégico** inclui um conjunto de importantes dimensões, que importa aqui referir. A primeira diz respeito à visão global da realidade territorial que combina os seguintes elementos: identificação das vantagens comparativas de determinado território face ao ambiente externo; identificação de áreas-chave para o desenvolvimento urbano, assim como o reconhecimento das vantagens competitivas, levando a uma hierarquização dos projectos das acções de intervenção no território. O segundo aspecto diz respeito à sua dimensão temporal. O planeamento estratégico enquanto processo vai-se desenvolvendo ao longo de um período de tempo alargado.

Esta visão de longo prazo implica a definição de áreas de intervenção e de criação de projectos que não se prendem com as prioridades políticas e a acção pública de determinadas legislaturas municipais. Pelo contrário, o

planeamento estratégico pretende assumir-se como um projecto da comunidade a ser desenvolvido ao longo dos tempos, tendo por base um processo de negociação e de avaliação sistemática dos resultados alcançados. Por último, ao nível da gestão, o planeamento estratégico é dirigido para a acção, apontando para a desburocratização e para a descentralização de competências. Acrescenta-se ainda que este modelo de planeamento favorece a participação dos diferentes protagonistas sociais e a negociação entre os sectores públicos e privados.

Contudo, o planeamento estratégico não tem estado isento de críticas que, para muitos, estão associadas ao papel dos diferentes actores sociais que intervêm directamente no processo de decisão política. A principal crítica gira em torno da tendência para a discricionariedade da acção colectiva e para a secundarização do papel do Estado como principal agente regulador do desenvolvimento do território. Por conseguinte, o Estado torna-se particularmente vulnerável aos jogos de poder e a grupos de interesse em especial aos fundiários e imobiliários. Acresce ainda que, ao colocar a tónica numa gestão participada, o planeamento estratégico tende a envolver cientistas das mais variadas áreas disciplinares, técnicos e administradores e decisores públicos, relegando, em muitos casos, para segundo plano a representação dos interesses das populações mais desfavorecidas.

Destas reflexões sobre o planeamento estratégico das cidades e tendo por base a análise de Guerra (2000) sobre esta problemática, a qual traduz de forma concisa os desafios e os condicionalismos da intervenção estratégica no território, sugere-se a seguinte sistematização esquemática.¹²

Como atrás referimos, o planeamento estratégico territorial tem-se revelado um modelo de intervenção urbana ainda pouco experimentado, mas que tem vindo a constituir-se como um espaço de intervenção e de reflexão crítica por parte dos cientistas sociais. Em Portugal, o Planeamento Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, o Plano Estratégico do Oeste e o Plano Estratégico para a Península de Setúbal são alguns exemplos da aplicação de modelos de intervenção que pretendem articular uma nova concepção de acção pública e de desenvolvimento urbano. A avaliação destes projectos de intervenção estratégica ultrapassa o âmbito deste capítulo, contudo estas experiências têm revelado algumas das limitações acima equacionadas. Tal como noutras sociedades ocidentais, em Portugal tem-se vindo a assistir a um crescente envolvimento dos cientistas sociais, quer na definição, implementação e monitorização destes planos urbanos, quer no estudo dos processos de implementação dos mesmos. Um caso exemplificativo do estudo sociológico das intervenções públicas é o trabalho realizado, na década de noventa de 1900, no âmbito do Observatório “Expo’98 em Lisboa: observar enquanto se realiza”, e coordenado pelos sociólogos Vitor Matias Ferreira e Francisco Indovina. Ao longo de cerca de cinco anos, a equipa acompanhou o processo

¹² Para uma análise sociológica da evolução histórica do planeamento urbano assim como das novas problemáticas sócio-urbanísticas contemporâneas ver Guerra (2000).

¹³ Ver Vitor Matias Ferreira e Francisco Indovina (orgs.). 1999. *A cidade da Expo'98. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Editorial Bizâncio.

de realização da Expo, tendo como objecto de análise o plano de requalificação urbana da zona oriental da cidade, que estava subjacente ao projecto Expo.¹³

Benefícios	Limitações
<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem global e intersectorial do sistema urbano a longo prazo. - Ampliação da esfera política e social. - Identificação de tendências e antecipação de oportunidades. - Formulação de objectivos prioritários e concentração dos recursos em áreas-chave de intervenção, - Flexibilidade decisional e modernização da administração. - Promoção da participação e da negociação entre diversos actores sociais. - Promoção de novas coligações entre os sectores público e o privado. - Fortalecimento do tecido social e da mobilização social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Planificação estratégica frequentemente associada às necessidades de marketing do poder político. - Falta de vontade política para uma verdadeira planificação estratégica. - Lentidão do processo de acção e regulação colectiva geradora de conflitualidades com as prioridades políticas das legislaturas municipais. - Fraca adopção de planos estratégicos de desenvolvimento nas cidades contemporâneas. - Maioria dos planos estratégicos privilegiam a competitividade económica em detrimento do desenvolvimento sustentado.

Ao nível da participação directa dos sociólogos na definição de políticas públicas e na implementação de planos de intervenção urbana, o seu contributo tem vindo a centrar-se em torno da avaliação dos efeitos sociais de determinados projectos de intervenção, assim como na análise das dinâmicas sociais e na identificação das necessidades e interesses de determinados grupos e comunidades.

9.5 A Cidade por Vir e as Novas Perspectivas da Sociologia Urbana

No final do livro *As Cidades Invisíveis* de Italo Calvino (1990), Marco Pólo fala ao imperador, o Grande Khan, de Berenice, a cidade injusta. Contudo, Pólo alerta o imperador para a duplicidade desta cidade que encerra tanto o justo como o injusto:

Da minha conversa retirarás a conclusão de que a verdadeira Berenice é uma sucessão no tempo de cidades diferentes, alternadamente justas e injustas. Mas a coisa de que pretendia avisar-te é outra: que todas as Berenices futuras já estão presentes neste instante, envolvidas uma dentro da outra, apertadas, empilhadas, inextricáveis (2002:163).

Como Marco Pólo insinua, a cidade injusta encerra em si própria a possibilidade do seu contrário. A possibilidade da cidade futura, mais justa, integra, necessariamente, um pensamento crítico sobre a cidade do presente, que se tem configurado de diferentes formas ao longo dos tempos. Presentemente, as acentuadas desigualdades sociais, a violência suburbana, os guetos, as tribos, as cidades amuralhadas, vigiadas, controladas, a cidade injusta, autoritária e dividida é para muitos o resultado fatal da relação entre modernidade e capitalismo. Para estes, resta apenas proclamar a morte da cidade, das ruas, dos espaços públicos, do direito à cidade, à urbanidade e à cidadania. Para outros, a morte anunciada da cidade não é uma fatalidade, de facto para estes a cidade tem futuro e este aponta para a construção de uma cidade nova, a cidade como lugar, como espaço de misturas, como lugar colectivo e público e como um referente cultural e identitário. Como Borja (1999) defende “Construir hoje a cidade do século XXI é ter um projecto de cidadania, ampliar os direitos de terceira geração, o direito ao lugar e à mobilidade, o direito à cidade refúgio e à identidade local, ao autogoverno e à diferença, à igualdade jurídica de todos os residentes e à protecção exterior”.

Esta concepção de cidade tem no seu centro o exercício da cidadania como elemento fundamental e indispensável para “fazer cidade”. Esta é, sobretudo, uma proposta de regresso à cidade enquanto pólis, à origem da noção de cidadão, a qual, como vimos, tem vindo a ser esquecida ao longo dos tempos. Nos princípios do século XXI, o estatuto de cidadão e de cidadã constitui, assim, um triplo desafio para as cidades e para o governo local. Como desafio político, este estatuto representa uma conquista que tem como objectivo universalizar o estatuto político-jurídico de toda a população e contribuir para promover o acesso aos processos de decisão e à definição de políticas públicas. Ao nível social, o exercício da cidadania visa a promoção de políticas sociais urbanas capazes de combater as desigualdades sociais, a marginalização e a exclusão das populações urbanas mais desfavorecidas. Por último, a cidadania constitui-se como um desafio urbano, ou seja, fazer cidade para todos, norteadas por valores e práticas que promovam a acessibilidade e a mobilidade generalizadas, a qualidade dos bairros, a criação de espaços públicos integradores, a identidade dos seus habitantes e a produção de significado e de sentido para a vida quotidiana (Borja, 1999).

A problemática dos espaços públicos constitui, hoje em dia uma dimensão central da análise sociológica e urbanística. Como V. M. Ferreira (2004:174) sublinha nas suas reflexões sobre a acessibilidade aos espaços públicos estes

são, sobretudo uma “questão de cidadania e da própria democracia *na e da* cidade”. Tanto para sociólogos como para urbanistas, o espaço público apresenta-se como um desafio global à política urbana, quer do ponto de vista urbanístico, quer do ponto de vista político, social e cultural. Não sendo aqui o objectivo recensear a vasta bibliografia sobre a temática dos espaços públicos, a qual já foi abordada no Capítulo VIII, importa, no entanto, sublinhar a centralidade que esta problemática tem vindo a assumir nos novos debates sobre a cidade futura e a relação entre cidade, cidadania e urbanidade.

Na sua dimensão urbanística, Borja (2003) realça a qualidade dos espaços públicos como um elemento privilegiado de ordenamento do espaço urbano, que dadas as suas múltiplas funções e usos desempenha um papel de grande importância na integração política e na coesão social da cidade. De facto, Borja sublinha que o espaço público incluindo as infraestruturas e os equipamentos podem constituir-se como um importante factor de redistribuição e de integração social. O sucesso destes modelos de intervenção urbanas irá, em última análise, depender da concepção de projectos urbanos que proporcionem mecanismos de integração e de articulação entre bairros e de melhor qualidade de vida aos sectores mais desfavorecidos da população e, como tal, como maiores défices de cidadania. Acrescente-se, ainda, que o espaço público poderá contribuir para mais e melhor cidadania quanto maior for a sua capacidade de integrar funções polivalentes que facilitem o intercâmbio



Figura 9.2 – Manifestação pelos direitos dos imigrantes, celebrações do trigésimo aniversário do 25 de Abril. Avenida da Liberdade, Lisboa, 2004.

cultural e social. Para tal, torna-se necessário conhecer os seus usos e funções, os quais poderão ser potenciados por projectos estruturais e estéticos inovadores. Ao nível político, o espaço público constitui-se como um lugar de expressão da colectividade e da vida comunitária. Por conseguinte, a reivindicação de um urbanismo capaz de dar resposta às demandas dos movimentos sociais urbanos e de participação cidadã, implica, necessariamente, a revalorização do espaço público enquanto espaço democrático de uso colectivo e de expressão do exercício da cidadania.



Figura 9.3 – Manifestação de protesto em Nova Iorque contra o ataque americano ao Iraque, 2003.

Por último, o espaço público assume-se como lugar de socialização, de encontro, de intercâmbio cultural e de afirmação identitária. Segundo V. M. Ferreira (2004) o “espaço público é a cidade”, é no espaço público que a urbanidade se vive e se realiza, ou seja, é no espaço público que a vida urbana se concretiza. Ele é, nas palavras de F. Indovina (2002), “a condição para que se possa realizar a vida urbana”. Neste sentido, o espaço público reveste-se de uma pluralidade de sentidos e de significações. Como lugares de socialização, de identificação e de identidade dos seus habitantes e da cidade, os espaços de uso público são, igualmente, manifestações simbólicas da identidade colectiva, da história e do poder, conotando lugares e “tempos”. A necessidade de criar espaços públicos que consigam estabelecer continuidades físicas e simbólicas entre novos projectos e a cidade existente, de modo a criar novos compromissos entre o

tecido histórico e os novos projectos urbanos e a favorecer o intercâmbio social e funcional entre diferentes áreas constitui, segundo vários autores, um importante desafio para a construção de uma nova cidade e de uma nova urbanidade.

A privatização do espaço público, a violência urbana, a exclusão de grandes sectores da população tem sido responsável pela emergência de “cidades fragmentadas” dominadas pela segregação e pela injustiça social. Esta cidade é precisamente a negação da cidade como um lugar de encontros, de sociabilidades e de emancipação. Para Borja (2003:30) uma nova cultura de cidade obriga à reinvenção da cidade e da cidadania, e dos espaços públicos como elemento constituinte e como um factor chave para o desenvolvimento da cidadania. Esta ideia de cidade a construir que a metáfora “cidade do desejo” tão bem capta é, ainda referindo Borja, não a cidade “ideal, utópica, y especulativa. Es la ciudad querida, mezcla de conocimiento cotidiano y de misterio, de seguridades y de encuentros, de libertades probables y de transgresiones posibles, de privacidad y de inmersión en lo colectivo”.

Estas novas perspectivas e propostas de *fazer e viver a cidade* ao reivindicarem a revalorização do lugar e do espaço público da cidade, como atrás referimos, apontam, igualmente, para a importância das demandas por uma cidadania de proximidade, de gestão urbana participada e a reinvenção do conceito de cidadão que intervém directamente no governo da cidade, na definição das suas políticas urbanas e dos seus planos territoriais e urbanísticos.

Num novo quadro de rápidas transformações económicas, sociais, políticas e espaciais, quais os novos desafios que se colocam à sociologia urbana nos princípios do século XXI?

Ao examinarmos os diferentes debates e preocupações que têm vindo a ser formulados ao longo dos tempos, no seio da sociologia urbana, as problemáticas da integração social e da organização sócio-espacial em contextos urbanos constituíram temas centrais de análise e de reflexão crítica até meados da década de sessenta de 1900. Contudo, as novas perspectivas defendidas nas décadas de 60 e 70 viriam a romper com as problemáticas da integração social e cultural, que dominaram a agenda de investigação da sociologia urbana desde os seus primórdios.

A experiência da sociedade industrial e as preocupações com as desigualdades sociais e com a estruturação capitalista da organização sócio-espacial ganhavam, nos anos setenta de 1900, uma importância sem precedentes. O desenvolvimento capitalista e a experiência da modernidade e o modo como esta relação configura as relações sociais e a organização sócio-espacial passa a constituir uma problemática central no seio da disciplina. A cidade revela-se como um espaço de conflito e de contradições entre a acumulação do capital e a

redistribuição social. O direito à cidade, o consumo colectivo e os movimentos urbanos emergem como problemáticas centrais no inquérito sociológico sobre a cidade e a urbanidade.

Nas últimas décadas, os conceitos, perspectivas, temas e debates propostos pela “nova sociologia urbana” no período entre 1960-1970, tornaram-se, segundo Castells (2002), obsoletos face às novas configurações sociais e urbanas características de uma era marcada pela globalização e pelas tecnologias de informação e de comunicação. Segundo ainda Castells, as rápidas transformações das cidades na era informacional organizam-se em três eixos principais. O primeiro refere-se à tensão entre o local e o global e às tensões geradas nas cidades ao tentarem negociar estas forças opostas. O segundo diz respeito ao modo como a sociedade em rede se configura a partir das tendências opostas: o individualismo e o comunalismo – que se acentuam nas cidades contemporâneas. As tensões decorrentes de uma crescente distância entre estas duas dimensões ganham especial expressão nas cidades, nos seus sistemas sociais e comunicacionais. Por conseguinte, a problemática da integração social ganha novo ímpeto, embora agora com contornos diferentes daqueles que se colocaram nos primórdios da cidade industrial. No tocante ao terceiro eixo, o autor refere-se às noções de espaço de fluxos e espaço de lugares que como vimos no Capítulo IV configuram a organização material e social da cidade na era da informação.

A seu ver, as cidades são cada vez mais confrontadas por lógicas opostas. Por um lado, assiste-se ao crescimento de cidades que se assumem mais e mais como centros nodais de sistemas de intercâmbio regional e global, concentrando um conjunto complexo de actividades e de funções actividades económicas e financeiras e tecnológicas. Por outro lado, as pessoas continuam a residir em lugares específicos, em cidades nas quais reivindicam e lutam por melhores equipamentos sociais, habitação, espaços públicos, jardins, parques, piscinas, áreas de convívio e equipamentos culturais e desportivos. Esta dimensão da cidade informacional tem funcionado, de certa forma, como resposta crítica e inovadora à globalização.

Face aos novos desafios da sociedade em rede, Castells propõe várias linhas de inquérito no âmbito da sociologia urbana, nomeadamente no campo da comunicação social, da cultura dos média e da simbiótica urbana assim como na área da comunicação electrónica como uma nova forma de sociabilidade. Para este autor, a renovação da disciplina implica necessariamente a construção de novos paradigmas conceituais e teóricos capazes de fornecer novas pistas de análise e de representação da sociedade urbana. A relação tempo/espaço, global/local, centralidades/mobilidades, redes, espaços de fluxos e espaços de lugares, cidade cidadã, espaço público, urbanidade são alguns dos conceitos que, a seu ver, necessitam de ser desenvolvidos e integrados num quadro teórico coerente e inovador.

Outros autores sublinham o acentuado processo de urbanização do globo e o seu impacto no sistema ambiental. Para Clark (1996) o maciço crescimento urbano coloca importantes questões sobre os padrões de desenvolvimento e de sustentabilidade tanto a nível global como a nível local. Estas problemáticas são, segundo o autor, cruciais num mundo que cada vez mais se configura como uma “sociedade global urbana”.

De facto, já na década de sessenta de 1900, “visionários urbanos”, tais como Webber (1968) e Soleri (1969) defendiam que o futuro das cidades estava estreitamente ligado a um conjunto de condições estruturais que caracterizam as cidades e os territórios urbanos, designadamente: 1. economia global ancorada em tecnologias de informação e comunicação; 2. acentuado desenvolvimento de coroas suburbanas; 3. problemas ambientais a nível global; 4. a persistência e intensificação de conflitos de classe e raciais. Estes diferentes elementos tendiam a ser vistos como factores determinantes das cidades futuras.

Na última década, autores como Gottdiener (1993) e Mela (1999) defendem uma abordagem sócio-espacial do fenómeno urbano. Os pressupostos avançados por estes autores sublinham a importância do espaço como elemento constitutivo do comportamento humano e como objecto privilegiado da pesquisa sociológica. Por outro lado, a relação dialéctica entre o espaço e os processos sociais propõe uma abordagem fundada na inter-relação entre as dimensões espaciais, sociais e históricas. Para Gottdiener, e à luz de uma perspectiva sócio-espacial, a sociologia urbana no novo milénio deveria ser substituída por uma sociologia dos lugares (espaços tribais, cidades, subúrbios, metrópoles, megalópolis, etc.), na qual a cidade deixa de constituir um objecto privilegiado de análise. Este novo paradigma está associado a um quadro analítico integrador de diferentes níveis de análise (micro, macro e *meso*). Ao adoptar uma óptica teórica espacialista, Mela sublinha, igualmente, três diferentes níveis de análise. O nível micro que articula a relação do indivíduo com o espaço, o nível *meso* dirigido ao estudo das interacções sociais no espaço e, por fim, o nível macro que se centra na análise das redes sociais e sociedades locais.

Independentemente das diferentes linhas de interpretação e estilos de teorização e de pesquisa propostos, os novos paradigmas e desafios que se colocam presentemente aos sociólogos urbanos são imensos e exigem novos instrumentos de análise e novos métodos de pesquisa. Em última análise, a cidade futura irá depender do modo como aqueles que estudam, planeiam, governam e vivem a cidade se adaptam e respondem aos processos de globalização, às novas tecnologias de comunicação e de informação, aos condicionamentos ambientais, aos conflitos sociais e à luta pela cidadania e pela justiça social. A cidade por vir é um projecto aberto, imaginado, indeterminado, ela, como alega Ítalo Calvino, é já o que somos e o que podemos vir a ser.

Perspectivas e Conceitos-Chave

- Relação histórica entre cidade e cidadania
- Evolução dos direitos de cidadania
- Globalização e os novos desafios políticos para a cidade
- Cidadania de Proximidade
- Cidade multicultural e participação política
- Movimentos sociais e redes organizativas locais/globais
- Sociedade civil global
- Movimentos sociais urbanos
- Movimentos sociais urbanos. Novas tendências
- Políticas urbanas na era fordista
- Políticas urbanas na era pós-fordista
- Governação urbana
- Cidades como espaços de inovação política
- Gestão participada
- Planeamento territorial e urbanístico
- Modelo de planeamento racional compreensivo
- Planeamento estratégico
- Perspectivas futuras da Sociologia Urbana – Quadros Analíticos e Temáticas

Actividades Propostas

Actividade 1

Relacione as noções de cidadania e de cidade, caracterizando a sua evolução ao longo dos tempos.

Actividade 2

Explique a evolução da cidadania, contextualizando historicamente e socialmente o aparecimento dos diferentes tipos de direitos de cidadania.

Actividade 3

Identifique os novos desafios que a globalização coloca às cidades e aos territórios, referindo as principais áreas de intervenção das cidades na sua articulação com o global.

Actividade 4

Descreva a noção de cidadania de proximidade e exemplifique os diferentes direitos que esta engloba.

Actividade 5

Caracterize os novos movimentos urbanos da cidade pós-fordista e justifique em que medida estas novas formas de acção colectiva podem contribuir para afirmação e consolidação da democracia participativa.

Actividade 6

Compare e discuta as políticas urbanas na era fordista e na era pós-fordista, identificando as principais mudanças ocorridas e actuais tendências.

Actividade 7

Refira e exemplifique o conceito de gestão participada, tendo em conta os modelos de gestão urbana adoptados em Porto Alegre e em Barcelona.

Actividade 8

Compare o modelo de planeamento racional compreensivo com o modelo de planeamento estratégico e refira as virtualidades e condicionalismos inerentes a este último.

Actividade 9

Discuta as perspectivas futuras da Sociologia Urbana, sem deixar de referir as potenciais áreas de investigação e de desenvolvimento de quadros conceptuais e teóricos.

Actividade 10

Leia atentamente o artigo de João Seixas. 2000. “Que Inovações Possíveis para o Governo Urbano de Lisboa?” in Revista Electrónica de Geografia Y Ciências Sociales, N.º 69(82). Este artigo encontra-se disponível *on-line* <http://www.ub.es/geocrit/sn-62-82.htm>. Identifique as principais dificuldades referidas pelo autor no governo urbano em Lisboa e refira as propostas apresentadas para uma gestão inovadora da cidade.

Leituras Complementares

ALVAREZ, S. DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. (orgs.)

2001 *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (Novas Leituras)*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BAGNASCO, A. e LE GALÈS, P. (ed.)

2000 *Cities in Contemporary Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.

FERREIRA, V. MATIAS

2003 Lisboa, um Projecto para a Metrópole? Expansão e Identificação da Metrópole de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais. N.º 7, pp. 71-87.

GUERRA, I.

2000 *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia.

HOLSTON, J.

1999 Spaces of Insurgent Citizenship. In: Holston, J. (ed) – *Cities and Citizenship*. Durham/London: Duke University Press.

PORTAS, N.

2003 *Políticas Urbanas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SEIXAS, J.

2000 Que Inovações Possíveis para o Governo Urbano de Lisboa? *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*, n.º 69(82).

SENNETT, R.

1992 *La ville à vue d'œil. Urbanisme et société*. Paris: Plin.

SERRÃO, J.

1997 Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento? In: Conselho Económico e Social. *A Política das Cidades*. Lisboa.

THORNLEY, A.

2002 “Urban Planning, Local Democracy and Globalization. The Experience in Three World Cities”, *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais. N.º 5, pp. 21-28.

VILARES, E.

2003 Back to the City. O discurso e as Metodologias da Regeneração Urbana”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais. N.º 7, pp. 100-112.

Ligações à Internet

Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano

www.cideu.org

Fórum Barcelona 2004 (Ver em particular Espaço urbano. Novas Perspectivas e Cidades e Cidadãos no século XXI)

www.barcelona2004.org

Fórum Social Mundial

www.forumsocialmundial.or.br

Fórum Social Mundial Temático

www.fsmt.org.co

International Alliance of Inhabitants

www.habitants.org

Temáticas de sociologia urbana contemporânea

www.cup.org/Titles/36/0521365198.html

UN-Habitat

www.unhabitat.org

Página intencionalmente em branco

Bibliografia Geral

Página intencionalmente em branco

ALIHAN, M. A.

1938 *Social Ecology: A Critical Analysis*. New York: Columbia University Press.

ALLEN, J.

2000 On Georg Simmel: proximity, distance and movement. In: Crang, M.; Thrift, N. (orgs.). *Thinking Space*. London: Routledge.

ALMEIDA, J. F.; COSTA, A. F.; MACHADO, F. L.

1994 Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos. In: Reis, A. (coord.) *Portugal – 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

ALVAREZ, S. DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. (orgs.)

2001 *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (Novas Leituras)*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ALVES, A. B.

1999 Com as redes, o que ganham e perdem, hoje, os territórios. *Janus 1999-2000. Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/ Universidade Autónoma de Lisboa.

ANDERSON, N.

1961 *The Hobo*. Chicago: University of Chicago Press.

ANHEIER, H. [et al.]

2001 *Global Civil Society Yearbook 2001*. Oxford: Oxford University Press.

APPADURAI, A.

2004 *Dimensões Culturais da Globalização. A Modernidade sem Peias*. Lisboa: Teorema.

ARANTES, A.

2001 A Guerra dos Lugares. Fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano de São Paulo. In: Fortuna, C. (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras: Celta.

ASCHER, F.

1998 *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta.

AUYERO, J.

- 2000 The hyper-shantytown. Neo-liberal violence(s) in the Argentine slum. *Ethnography*. London: Sage. Vol. 1, Jul, pp. 93-116.

BAGNASCO, A.; LE GALÈS, P. (ed.)

- 2000 *Cities in Contemporary Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.

BAPTISTA, A. M.

- 1995 Rede urbana nacional: problemas, dinâmicas, perspectivas. In: Portugal. Ministério da Administração e do Território. Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território – *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*. Lisboa: MPAT-SEALOT.

BALIBAR, E.

- 1999 “Is European Citizenship Possible?”, In: Holston, J. (ed.) – *Cities and Citizenship*. Durham/London: Duke University Press.

BENEVOLO, L.

- 1993 *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença.

BEN-TOVIM [et al.]

- 1986 *The Local Politics of Race*. London: Macmillan.

BORJA, Jordi.

- 1999 “Espacio Público Y Ciudadanía”. *Reforme*. Centro Latino Americano de Administración para el Desarrollo.
- 2002 “La ciudad y la nueva ciudadanía”. *La Factoría*. Barcelona. N.º 17.
- 2003 *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial.

BORJA, JORDI. Y; CASTELLS, M.

- 1997 *Local y Global. La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información*. Madrid: Taurus.

BOURDIEU, P.

- 1998 *Contrafogos. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites*. Oeiras: Celta.

BRAUDEL, F.

- 1992 *The Structures of Everyday Life. The Wheels of Commerce and The Perspective of the World*. Berkeley: University of California Press.

BROCKERHOFF, M.; BRENAN, E.

- 1998 The Poverty of Cities in Developing Regions. *Population and Development Review*. London: Blackwell. Vol. 24, n.º 1, pp.75-114

BRUBAKER, R. W.

- 1995 Comments on “modes of immigration politics in liberal democratic states”. *International Migration Review*. XXIX (4), pp. 903-908.

CABRAL, M. VILLAVERDE

- 1983 *Proletariado. O Nome e a Coisa*. Lisboa: A Regra do Jogo.

CALDEIRA, M. T.

- 2000 *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em S. Paulo*. S. Paulo: Editora 34.

CALVINO, I.

- 1990 *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Teorema.

CASTELLS, M.

- 1977 *The Urban Question*. London: Edward Arnold.
- 1983 *The City and the Grassroots*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- 1984 *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Editorial Presença.
- 1989 *The informational city*. Oxford: Blackwell.
- 1993 European Cities, the Informational Society and the Global Economy. *Journal of Economic and Social Geography*. XXXIV. 4.
- 1996 *The Informational Age: Economy, Society and Culture: The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell. Vol. I.
- 2002 “Urban Sociology in the Twenty-First Century”. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais n.º 5. Dezembro, pp. 9-20.
- 2002 La sociologia urbana en al sociedad de redes: de regreso al futuro”. In: <<http://www.tamuk.edu/geo/Urbana/spring2002/castells>>.

-
- 2003 *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. 1.
- 2003 *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. 2.
- 2003 *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: O Fim do Milénio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. 3.

CASTLES, S.; DAVIDSON, A.

- 2000 *Citizenship and Migration: Globalization and the Politics of Belonging*. London: Macmillan Press.

CASTRO, A.

- 2002 Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais n.º 5. Dezembro, pp. 53-68.

CHATFIELD, C.

- 1997 Intergovernmental and Nongovernmental Associations in 1945. In: Smith, J. [et al.] – *Transnational Social Movements and World Politics; Solidarity Beyond the State*. Syracuse: Syracuse University Press.

CHILDE, V. G.

- 1950 The Urban Revolution, *Town Planning Review*. Liverpool: Liverpool University Press n.º 21, pp. 4-17.

CIDADES, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS. Lisboa: ISCTE

Centro de Estudos Territoriais. N.º 5. Dezembro 2002. Ver Referências Bibliográficas sobre Espaços Públicos Urbanos, pp. 145-150.

CIDADES, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS. Lisboa: ISCTE

Centro de Estudos Territoriais n.º 7. Dezembro 2003. Ver Referências Bibliográficas sobre violência e insegurança urbana; risco e delinquência juvenis, pp. 123-126.

AS CIDADES DAS PESSOAS

Tabacaria. Lisboa: Casa Fernando Pessoa. 2003. N.º 12.

CLARE: Standing Conference of Regional Authorities of Europe.

- 1992 *Europe 1990-2000: Multiculturalism in the City: The Integration of Immigrants*. Strasbourg: Council of Europe. Studies and Texts. N.º 25.

CLARE: Standing Conference of Regional Authorities of Europe.

- 2003 *Stuttgart Conference "Foreigners' integration and Participation in European Cities"*. Strasbourg: Council of Europe.

CLARK, D.

- 1996 "The Future Urban World". In: LeGates, R.; Stout, F., – *The City Reader. (Part II. Urban Culture and Society)*. London: Routledge.

CORDEIRO, G. I.

- 1997 *Um lugar na cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote.

CORDEIRO, G. I. [et al.] (orgs.)

- 2003 *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta. (Capítulo I. A Antropologia Urbana. entre a Tradição e a Prática).

COSTA, Alfredo BRUTO DA; PIMENTA, Manuel. (orgs.)

- 1991 *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*. Lisboa: Centro de Reflexão Cristã. Departamento de Pesquisa Social.

COSTA, A. F.

- 1999 *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta.

COX, K. (ed.)

- 1997 *Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local*. New York/London: Guilford Press.

CROSS, M.; KEITH, M. (orgs)

- 1993 *Racism, the City and the State*. London: Routledge.

DAVIS, M.

- 1990 *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. London/ New York: Verso.

DECLARAÇÃO DE ESTUGARDA DE 2003

A Integração e Participação de Estrangeiros em Cidades Europeias. União Europeia.

DEMANDT, A.

1995 *Pátria Gentium.* In: Blacke, K (org.), *Menschen uber Grenzen.* Herne: Heitkamp.

DICKENS, P.

1990 *Urban Sociology: Society, Locality and Human Nature.* Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO. DGOTDU.

1997 *Sistema Urbano Nacional. Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais,* Lisboa: DGOTDU.

DRAKAKIS-SMITH, D.

2002 *Third World Cities.* New York: Routledge.

DU BOIS, W. E. B.

2000 *The Negro Problems of Philadelphia; The Question of Earning a Living and Color Prejudice. The Philadelphia Negro.* In: Legates R. T.; Stout, F. (eds). *The City Reader,* (2nd ed.) London: Routledge.

DUNLEAVY, P.

1980 *Urban Political Analysis.* London: Macmillan Press.

DURKHEIM, E.

1964 *The Division of Labour in Society.* New York: Free Press.

ELIAS, N.; SCOTSON, J.

1994 *The Established and the Outsiders.* London: Sage.

ENGELS, F.

1958 *The Condition of the Working Class in England.* W. O. Henderson; W. H. Chaloner (trad.). New York: Macmillan.

FEATHERSTONE, M.

- 1999 Cultura global: Introdução. In: Featherstone, M., *Cultura Global. Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis: Ed. Vozes.

FERNÁNDEZ, M.

- 1997 Antropologia de la Convivência. Manifiesto de Antropologia Urbana. Madrid: Ed. Catedra.

FERRÃO, J.

- 1997 Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento? In: Conselho Económico e Social. *A Política das Cidades*. Lisboa.

FERRÃO, J. (coord.)

- 2002 *As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico*, Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

FERRÃO, J.; MARQUES, T. S.

- 2002 *Sistema Urbano Nacional – Síntese*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

FERREIRA, V. MATIAS

- 1998 Portugal XXI da Urbanização ao Reencontro da Urbanidade? In: Rosas, F. (coord.). *Portugal na Transição do Milénio*. Lisboa: Fim de Século.
- 2000 Cidade e Democracia. Ambiente, Património e Espaço Público. *Cidades. Comunidades e Territórios*, Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais. n.º 1, pp. 9-35.
- 2001 Protagonismo Urbano e Projecto de Cidade. A Condição Pública e Patrimonial das Cidades. *Cidades. Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais, n.º 2, pp. 33-45.
- 2002 Globalização do Ambiente e Localização do Ambiente Urbano. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais, n.º 4, pp. 45-60.
- 2002 Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na metrópole de Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais n.º 5. Dezembro, pp. 81-97.
- 2003 Lisboa, um Projecto para a Metrópole? Expansão e Identificação da Metrópole de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais, n.º 7, pp. 71-87.

-
- 2004 *Fascínio da Cidade: Memória e Projecto da Urbanidade*. Lisboa: Ler de Devagar.
- FERREIRA, V. MATIAS [et al.]
- 1997 *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- FERREIRA, V. Matias; CASTRO, A.
- 2000 O Território In: Reis, António (coord). *Portugal Anos 2000*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FERREIRA, A. F.; GUERRA, I. P.; MATIAS, N.; STUSSI, R.
- 1985 *Perfil Social e Estratégias do 'Clandestino'*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos de Sociologia.
- FERREIRA, V. M.; INDOVINA, F. (orgs.)
- 1999 *A cidade da Expo'98. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Bizâncio.
- FISCHER, C.
- 1975 Towards a Subcultural Theory of Urbanism. *American Journal of Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press. N.º 80. pp. 1319-1341.
- FISHMAN, R.
- 1987 *Bourgeois Utopias: The Rise and Fall of Suburbia*. New York: Basic Books.
- FIREY, W.
- 1946 Sentiment and Symbolism as Ecological Variables. *American Sociological Review*. Philadelphia: American Sociological Association. N.º 10, pp. 140-148.
- 1947 *Land Use in Central Boston*. Harvard: Harvard University Press,
- FORTUNA, Carlos
- 1999 *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta.
- FORTUNA, Carlos; SANTOS SILVA, A. (orgs.)
- 2002 *Projecto e Circunstância. Culturas Urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

FRIEDMANN, J.

- 1986 *The World City Hypothesis. Development and Change.* The Hague: Institute of Social Studies. N.º 17, pp. 69-84.

FRÖBEL, F. [et al.]

- 1980 *The New International Division of Labour.* Cambridge: Cambridge University Press.

GLASS, D.V.

- 1954 *Social Mobility in Britain.* Londres: Routledge & Kegan Paul.

GOLDTHORPE, J.

- 1980 *Social Mobility and the Class Structure in Modern Britain.* Oxford: Clarendon.

GOTTDIENER, M.

- 1994 *The New Urban Sociology.* New York: McGraw-Hill.

GREGORY, S.

- 1999 *The Changing Significance of Race and Class in an African American Community.* In: Low, S. (org.), *Theorizing the City: The New Urban Anthropology Reader.* New Brunswick/New Jersey/London: Rutgers University Press.

GUERRA, I.

- 2000 *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção – O Planeamento em Ciências Sociais.* Cascais: Principia.
- 2000 *O Planeamento Estratégico das Cidades. Organização do Espaço e Acção Colectiva. Cidades, Comunidades e Territórios.* Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais, n.º 1, pp. 37-56.

HALL, P.

- 1988 *Urban Growth in Western Europe.* In Dogan, M.; Kasarda, J. D. (orgs.) *The Metropolis Era.* Vol. 1. London/New York: Sage.

HALL, S.

- 1980 *Race, articulation and societies structured in dominance.* In: UNESCO. *Sociological Theories: Race and Colonialism.* Paris: UNESCO.

HANNERZ, U.

- 1986 *Exploración de la Ciudad. Hacia una Antropología Urbana.* (Capítulo II. *Os Etnógrafos de Chicago*). México: Fondo de Cultura Económica.
- 1992 *Cultural Complexity. Studies in the Social Organization of Meaning.* New York: Columbia University Press.
- 1996 *Transnational Connections. Culture, People, Places.* London/New York: Routledge.

HARVEY, D.

- 1973 *Social Justice and the City.* Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- 1991 *The Condition of Postmodernity. An Inquiry into the Origins of Cultural Change.* Cambridge & Oxford: Blackwell.

HAWLEY, A. H.

- 1950 *Human Ecology. A Theory of Community Structure,* New York: Ronald.

HAYDEN, D.

- 1997 *The Power of Place. Urban Landscapes as Public History.* Cambridge: MIT Press.

HECHTER, M.

- 1988 Rational Choice Theory and the Study of Ethnic Relations. In: Rex, J. e Mason, D. (eds.). *Theories of Race and Ethnic Relations.* Cambridge: Cambridge University Press.

HIGHMORE, B.

- 2005 *Cultural Readings in the Material and Symbolic City.* London: Palgrave Macmillan.

HOLSTON, J.

- 1999 Spaces of Insurgent Citizenship. In: Holston, J. (ed.) – *Cities and Citizenship.* Durham/London: Duke University Press.

HORTA, A. P. Beja

- 2004 *Contested Citizenship: Immigration Politics and Grassroots Migrants' Organizations in Post-Colonial Portugal.* New York: Centre for Migration Studies (CMS)/Centre of Studies on Migration and Intercultural Relations (CEMRI).

HORTA, A. P. Beja

- 2006 *Poder e Ideologias sobre o Espaço: Da ilegalidade à guetoização do Bairro do Alto da Cova da Moura*, (no prelo).

HUNTINGTON, S. P.

- 2001 *O Choque de Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.

INDOVINA, F.

- 2002 O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais. N.º 5. Dezembro n.º 5, pp. 119-123.

JACOBS, J.

- 1969 *The Economy of Cities*. New York: Random House.

KANTROWITZ, N.

- 1973 *Ethnic and Racial Segregation in the New York Metropolis*. New York: Praeger.

KASARDA, J.

- 1988 Economic restructuring and the american urban dilemma. In: Dogan e Kasarda, J. (orgs.) – *The Metropolis Era*. Newbury Hills: California: Sage.

LAYTON-HENRY, Z.

- 1992 *The Politics of Immigration*. Oxford: Blackwell.

LEFEBVRE, H.

- 1968 *The Right to the City*. Paris: Anthropos.
1974 *La Production de l' Espace*. Paris: Anthropos.
1991 *The Production of Space*. Donald Nicholson-Smith (trad.). London: Blackwell.
2000 *Espace et Politique*. Paris: Anthropos.

LEGATES, R.; STOUT, F.

- 1996 *The City Reader. (Part II. Urban Culture and Society)*. London: Routledge.

LEONTIDOU, L.

1990 *The Mediterranean city in transition: Social change and urban development*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEWIS, M.

2000 What is a City? In: Legates R. T.; Stout, F. *The City Reader*. 2nd ed. London: Routledge.

LILLEY, K.

2002 *Urban Life in the Middle Ages 1000-1450*. London: Palgrave.

LOGAN, J.; MOLOTCH, H.

1987 *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*. Berkeley: University of California Press.

LOPES, J. Teixeira

2000 *A Cidade e a Cultura. Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*. Porto: Afrontamento.

2002 *Novas Questões de Sociologia Urbana – Conteúdos e “orientações” pedagógicas*. Porto: Afrontamento.

LOPES, P.

1999 *Portugal: Holograma da Mobilidade Humana*. Lisboa: Rei dos Livros.

MACHADO, F. L.; COSTA, A. F.

1998 Processos de uma modernidade inacabada. In: *Portugal. Que Modernidade?* Oeiras: Celta.

MACIONIS, J.; PARRILLO, V.

2001 *Cities and Urban Life*. 2nd ed. New Jersey: Prentice Hall.

MCLOUGHLIN, J. B.

1969 *Urban and Regional Planning: A System Approach*. London: Faber and Faber.

MALHEIROS, J. M.

1996 *Imigrantes na Região de Lisboa. Os anos da mudança*. Lisboa: Edições Colibri.

MALHEIROS, J.; VALA, F.

- 2004 Immigration and City Change: The Lisbon metropolis at the turn of the twentieth century. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. London: Routledge. Vol. 30. Number 6, pp. 1065-1086.

MARCUSE, P.

- 1995 Not Caos but Walls: Postmodernism and the Partitioned City. In: Watson, S.; Gibson, K (eds). *Postmodern Cities and Spaces*. Oxford: Basil Blackwell.
- 2003 The Identity of Towns in Age of Globalization. Vertical and Horizontal Issues. In: Seixas, P. C.; Mota Santos, P.; Gomes de Araújo, H., *Pluralidades Portuenses. Símbolos Locais, Relações Globais*. Porto: Ed. Civilização.

MARCUSE, P.; VAN KEMPER, R. (orgs.)

- 2000 *Globalizing Cities. A New Spatial Order?* London: Sage Publications.

MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA; GONÇALVES, I.; ANDRADE, A. A.

- 1990 *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: INIC.

MARSHALL T. H.

- 1964 *Class, Citizenship and Social Development: Essays*. Garden City/ New York: Doubleday.

MASSEY, D.; DENTON, N.

- 1993 *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Cambridge: Harvard University Press.

MATTOSO, J.

- 1992a A cidade medieval na perspectiva da história das mentalidades. In: *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 21-24.
- 1992b Introdução à história urbana: a cidade e o poder. In: *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenki, pp. 9-20.

MAYER, M.

- 1994 Post-Fordist City Politics. In: LeGates, R. T.; Stout. F., *The City Reader*. 2nd ed. London: Routledge.

MELA, A.

1999 *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Estampa.

MELLAART, J.

1965 *Earliest Civilizations of the Near East*. New York: McGraw-Hill.

MILES, R. e PHIZACKLEA, A.

1984 *White Man's Country: Racism in British Politics*. London: Pluto Press.

MOLLENKOPF, J.; CASTELLS, M. (eds.)

1989 *Dual City. Restructuring New York*. New York: Russel Sage Foundation.

MUMFORD, L.

1998 *A Cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes.

NOWAK, M.

1971 *The Rise of Unmeltable Ethnics*. New York: Macmillan.

OLIVER, M.; SHAPIRO, T.

1995 *Black Wealth/White Wealth*. New York: Routledge.

OLZAK, S.; NAGEL, J. (eds.)

1986 *Competitive Ethnic Relations*. New York: Academic Press. Ver Maria Beatriz Rocha-Trindade – *Manual de Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES

2003 *Relatório Mundial da Migração*. OIM.

PADDISON, R. (coord.)

2001 *Handbook of Urban Studies*. London: Sage.

PAIS, J. M.; BLASS, LEILA M. (orgs.)

2004 *Tribos Urbanas: Produção artística e identidades*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

PARK, R. E.

- 1967 The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. In: Park, R. [et al.] *The City*. Chicago: University of Chicago Press.

PAUL, J.

- 2000 *NGOs and Global Policy-Making*. In: Global Policy Forum. <http://www.globalpolicy.org/ngos/analysis/ana100.htm>.

PINHEIRO, M.; BAPTISTA, L.; VAZ, M. J. (orgs.)

- 2001 *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta. (Ver especialmente Parte III. Identidades Culturais).

PIRENNE, H.

- 1973 *As Cidades da Idade Média*. Lisboa: Edições Europa-América.

POETE, M.

- 1924 *Une vie de cité*. 3 vols. Paris: s. n.

PORTAS, N.

- 2003 *Políticas Urbanas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PORTAS, N. [et al.]

- 2002 *Políticas Urbanas*. Documento de Apoio ao Colóquio sobre Políticas Urbanas. Lisboa: Universidade do Porto. Faculdade de Arquitectura. Centro de Estudos/Fundação Calouste Gulbenkian. Junho. – Uma versão mais desenvolvida foi posteriormente (2003) editada, com o mesmo título

PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. *Dados Estatísticos 2002*. Lisboa: MAI. SEF.

PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – *Relatório Anual Estatístico 2004*. MAI. SEF.

PORTUGAL. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. 1998 – *O Território para o Século XXI. Seminário Internacional*, Lisboa: M. E. P. A. T.

PORTUGAL. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. 1999 – *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006*. Lisboa: M. E. P. A. T.

PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
1993 – *Preparar Portugal para o século XXI*. Lisboa: M.P. A.T.

Prototipo # 007. 2002 – Seminário de Arquitectura Prototipo'01. Cidade em Performance.

QUINN, J. A.

1950 *Human Ecology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

RAMOS, A. M. (ed.)

2004 *Lo urbano en 20 autores contemporâneos*. Barcelona: Edicions UPC/ETSAB.

RASMUSSEN, S. E.

1934 *London, the Unique City*. London: Harmondsworths.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2004 – *Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado*. – Lisboa: Mensagem. 2004

RÉMY, J.; VOYÉ, L.

1994 *A cidade rumo a uma nova definição?* Porto: Afrontamento.

Revista Crítica das Ciências de Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. Centro de Estudos Sociais. N.º 67. 2003 (Ver especialmente, Dossier. Simmel: A Estética da Cidade).

REX, J.; MOORE, R.

1967 *Race, Community and Conflict: A Study of Sparbrook*. Harmondsworth: Penguin.

REX, J.; MASON, R. (orgs.)

1986 *Theories of Race and Ethnic Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

RIBEIRO, J. F.

1998 O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. PNDES. Implicações para o Ordenamento do Território – uma Leitura. In: Portugal. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. *O Território para o Século XXI. Seminário Internacional*. Lisboa: MEPAT.

ROCHA-TRINDADE, M. B.

1994 *Manual de Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

RUIVO, F.

2000 *O Estado Labiríntico*. Porto: Afrontamento.

SALAFF, J.

1981 *Working Daughters of Hong Kong*. Cambridge: Cambridge University Press.

SALGUEIRO, T. B.

2001 *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta.

SANCHEZ, M.; PEDRAZZINI, Y.

1996 *Los malandros: la culture de l'urgence chez les jeunes des quartiers populaires de Caracas*. Paris: Foundation Humanisme et Developpement.

SANTOS, Boaventura de Sousa

1994 *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.

2001 Globalização: Fatalidade ou Utopia? In: Boaventura de Sousa Santos (org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia*. Porto: Afrontamento.

2004 Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitanismo Multicultural. Porto: Edições Afrontamento.

SASSEN, S.

1991 *The Global City*. Princeton: Princeton University Press.

1998 *As Cidades na Economia Global*. São Paulo: Studio Nobel.

1999 Whose City is it? Globalization and the Formation of New Claims. In: Holston, J. (ed.) – *Cities and Citizenship*. Durham/London: Duke University Press.

2002 Global Cities and Diasporic Networks: Microsites in Global Civil Society. In: Glasius, M. Kaldor, M. e Anheier, H. (eds.) – *Global Civil Society Yearbook 2002*. Oxford: Oxford University Press.

SASSEN-KOOB, S.

- 1987 Growth and informalisation at the core: a preliminary report on New York City In: Smith, M. P.; Fagin, J. (orgs.) – *The Capitalist World City*, Oxford: Blackwell.

SAUNDERS, P.

- 1981 *Social Theory and the Urban Question*. London: Macmillan.

SAVAGE, M.; WARDE, A.

- 2002 *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*. Oeiras: Celta.

SCOTT, A.

- 1988 *Metropolis: From the Division of Labour to Urban Form*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.

SEIXAS, João

- 2000 Que Inovações Possíveis para o Governo Urbano de Lisboa?. *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*. n.º 69(82). URL: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-82.htm>
- 2002 *The Gaps of Urban Governance. Diffuse Motivations in Lisbon Urban Management: Memória de Investigação*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. (Um resumo desta tese foi publicado, com o mesmo título. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa: ISCTE/Centro de Estudos Territoriais, n.º 5, pp. 99-115.

SEIXAS, P. CASTRO

- 1999 *Paradigmas Socioespaciais e Políticas da Diferença. Ilhas e Novos Condomínios: Uma Interpretação Dialógica da Cidade do Porto*. Porto: s.n. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Filosofia da Universidade de Santiago de Compostela. Biblioteca da Univ. Fernando Pessoa
- 2001 Dili: O Limiar Pós-Colonial. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 42, n.º 1-2. pp. 85-97.
- 2003 Da Máquina Panóptica ao Teatro Heterotópico. A Arquitectura, o Urbanismo e a Convivencialidade. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 43, n.º 1-2, pp. 61-64.
- 2004 O Planeta Urbano: Manual de Instruções e Alguns Esquemas de Montagem. *Antropológicas*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, n.º 8.

-
- 2004 Selva tropical ou tropicalização da selva?: Ensaio sobre a cidade de Manaus. In: *Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana*. Edição Aguaforte Assessoria Web. ano 1. vol. 1. Julho de 2004. Disponível na Internet no URL: www.osurbanitas.org.
- 2005 O Planeta Urbano: Diferenciações Regionais, Paradigmas Globais. In: Aliseda, J. M.; Condesso, F. R. (coords) – *Políticas Urbanas y Territoriales en la Península Ibérica, Tomo I*. Mérida: Junta de Extremadura. Gabinete de Iniciativas Transfronteirizas. Consejería de Cultura, pp. 243-258.
- 2006 *Cluj-Napoca, Transilvânia. O desafio da Cultura Europeia nas fronteiras da Europa* (em publicação).

SENNETT, R.

- 1992 *La ville à vue d'œil. Urbanisme et société*. Paris: Plin.
- 1997 *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record.

SERRÃO, J.

- 1997 Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento? In: Conselho Económico e Social. *A Política das Cidades*. Lisboa.

SHERER-WARREN, I.

- 1998 Associativismo civil e interculturalidade na sociedade global. *Revista da UFMT*. Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso.

SHEVKY, E.; WILLIAMS, M.

- 1949 *The Social Areas of Los Angeles: Analysis and Typology*. Berkeley: University of California Press.

SHEVKY, E.; BELL, W.

- 1955 *Social Area Analysis: Theory, Illustrative Application and Computational Procedures*. Stanford: Stanford University Press.

SILVA, F. N.

- 1990 *Lisbonne: Ville de Deux Rives et Métropole. Les Défis à Relever. Sociedade e Território*. Porto: Afrontamento, número especial, pp. 87-92.

SILVA, J. C. Gomes da

1994 *A Identidade Roubada. Ensaios de Antropologia Social*. Lisboa: Gradiva.

SILVANO, F.

2001 *Antropologia do Espaço. Uma Introdução*. Oeiras: Celta.

SIMMEL, G.

2001 *A Metrópole e a Vida do Espírito*. In: Fortuna, C. (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta.

SMITH, M. P.

2001 *Transnational Urbanism. Locating Globalization*. Malden-Massachusetts/Oxford: Blackwell.

SMITH, S.

1993 *Residential Segregation and the Politics of Racialization*. In: Cross, M.; Keith, M. (orgs.) – *Racism, the City and the State*. London: Routledge.

SOJA, E.

1989 *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London: Verso.

1989 *Geografias Pós-Modernas. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

1993 *Geografias Pós-Modernas. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

2000 *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. London: Blackwell.

2000 *Cosmopolis: The Globalization of Cityspace*. In: Soja, E. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. London: Blackwell.

SOLERI, P.

1996 *Arcology: The City in the Image of Man; The Characteristics of Arcology*. In: LeGates, R. e Stout, F. – *The City Reader. (Part II. Urban Culture and Society)*. London: Routledge.

SOPEMI – SOPEMI : tendances des migrations internationales. – Paris: OCDE, 1992, 163 p.: tabelas, gráficos. *Relatório. Tendências nas Migrações Internacionais*.

SOYSAL, Y.

- 1994 *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*. Chicago: University of Chicago Press.
- 1996 Changing Citizenship in Europe. In: Cesarani, D.; Fullbrook, M. – *Citizenship, Nationality and Migration in Europe*. London: Routledge.

STOCK, M. J. (coord.)

- 2005 *Velhos e Novos Actores Políticos. Partidos e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.

STONE, C. N.

- 1989 *Regime Politics: Governing Atlanta, 1946-1988*. Lawrence (KS): University Press of Kansas.

TAVARES, M. J. F. (coord.)

- 1993 *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares: Actas I e II*. Lisboa: Universidade Aberta. Vol. 1 e 2.

TAYLOR, P. J.

- 2001 Specification of the World City Network. *Geographical Analysis*. Ohio: State University Press. Vol. 33. Issue 2.

THOMAS, W.; ZNANIECKI, F.

- 1918-1920 *The Polish Peasant in Europe and America*. Chicago: Chicago University Press.

THORNLEY, A.

- 2002 Urban Planning, Local Democracy and Globalization. The Experience in Three World Cities. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais. n.º 5, pp. 21-28.

TÖNNIES, F.

- 1963 *Community and Society (Gemeinschaft e Gesellschaft)*. New York: Harper and Row.

TOURAINÉ, A.

- 1975 Les nouveaux conflits sociaux. *Sociologie du Travail*. Paris. Maison des Sciences de l'Homme. N.º 1, pp. 1-17.
- 1978 *La Voix et la Regard*. Paris: Seuil.

TRASHER, F. M.

1963 *The Gang*. Chicago: University of Chicago Press.

TYRON, R. C.

1955 *Identification of Social Areas by Cluster Analysis*. Berkeley: University of California Press.

UNCHS – United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT) 1996 – *An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements, 1996*. Oxford: University Press.

UNCHS – United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT) 2001 – *Cities in a Globalizing World: Global Report on Human Settlements, 2001*, London: Earthscan.

UNITED NATIONS. HABITAT – *Gender Policy Report*. 2003.

VILARES, E.

2003 *Back to the City. O discurso e as Metodologias da Regeneração Urbana. Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa: ISCTE. Centro de Estudos Territoriais, n.º 7, pp. 100-112.

WACQUANT, L. J. D.

1994 *The new urban color line: The state and the fate of the ghetto in post-Fordist America*. In: Calhoun, C. (org.) – *Social theory and the politics of identity*. Oxford: Blackwell.

WALLERSTEIN, I.

1979 *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

1983 *Crises: The World Economy, the Movement, and the Ideologies*. In: Bergesen, A. (ed.). *Crises in the World System*. Beverly Hills: Sage.

WALLMAN, S.

1984 *Ethnicity and the Boundary Process in Context*. In: Rex, J.; Mason, R. (orgs.) 1986. – *Theories of Race and Ethnic Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

WARAH, R.

- 2001 The Emerging 'Urban Archipelago'. *UN Chronicle*. Washington: United Nations Department of Public Information. Vol. 38. Issue 1.

WEBBER, M. M.

- 1968 The Post-City Age. In: LeGates, R. e Stout, F. – *The City Read*. 2nded. London: Routledge.

WEBER, M.

- 1966 *The City*, New York: Free Press.

WHITE, W. F.

- 1943 *Street Corner Society*. Chicago: University of Chicago Press.

WILLIAMS, B.

- 1992 Poverty among African American. In: The Urban United States. *Human Organization* 51(2): pp. 164-174.
- 1988 *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Martins Fontes.

WILSON, E.

- 1991 *The Sphinx in the City: Urban Life, the Control of Disorder, and Women*. Berkeley: University of California Press.

WILSON, W. Julius

- 1987 *The Truly Disadvantaged*. Chicago: Chicago University Press.

WIRTH, L.

- 1956 *The Ghetto*. Chicago: University of Chicago Press.
- 1997 O Urbanismo como Modo de Vida. In: Fortuna, C. (org.), *Cidade, Cultural e Globalização*. Oeiras: Celta.

YATES, D.

- 1977 *The Ungovernable City: The Politics of Urban Problems and Policy Making*. Cambridge: MIT Press.

YÚDICE, G.

- 1999 Redes de Gestión Social y Cultural en Tiempos de Globalización”. Conferência apresentada no Colóquio-Simpósio “Cultura y Transformaciones Sociopolíticas en Tiempos de Globalización”, Caracas, 15-17 de junio de 1998, revisado 28 de febrero de 1999.

ZORBAUGH, H. W.

- 1929 *The Gold Coast and the Slum*. Chicago: Chicago University Press.

Composto e paginado
na UNIVERSIDADE ABERTA

1.ª edição

Lisboa, 2007



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt